

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MÁRCIA SANTOS ANJO REIS

**EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO  
SINGULAR DO MUNICÍPIO DE JATAÍ-GO**

Goiânia

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MÁRCIA SANTOS ANJO REIS

**EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO  
SINGULAR DO MUNICÍPIO DE JATAÍ-GO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutora em Educação.

**Área de concentração:** Educação.

**Linha de pesquisa:** Estado, Políticas e História da Educação.

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado.

Goiânia

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**BSCAJ/UFG**

R375e

Reis, Márcia Santos Anjo.

Expansão e interiorização da educação superior: o caso singular do município de Jataí-GO [manuscrito]: / Márcia Santos Anjo Reis. - 2014.

415 f. : figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Educação, 2014.

Bibliografia.

1. Educação Superior – Políticas de Expansão. 2. Educação Superior – Interiorização. 3. Instituição de Educação Superior – Jataí-GO.

CDU: 378.4

**MARCIA SANTOS ANJO REIS**

**EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O CASO  
SINGULAR DO MUNICÍPIO DE JATAÍ-GO**

Tese defendida no Curso de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutora em Educação, aprovada em 25 de fevereiro de 2014, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado – UFG  
Presidente da Banca

---

Profa. Dra. Luciene Lima de Assis Pires – IFG/Câmpus Jataí

---

Profa. Dra. Catarina de Almeida Santos – UnB

---

Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira – UFG

---

Profa. Dra. Karine Nunes Moraes – UFG

*Dedico os méritos deste trabalho*

*À José Ettore, esposo, amigo e companheiro, que nos momentos de desânimo, cansaço e angústia, pacientemente ouviu as reclamações e sabiamente transmitiu palavras de conforto, carinho e sinalizou novos caminhos quando me sentia perdida.*

*À Thaís e Aline, minhas filhas, que transformaram e iluminaram minha vida, que compreenderam minhas ausências e incondicionalmente me incentivaram nessa jornada.*

*Por vocês hoje estou aqui, alcançando mais uma meta pessoal e profissional. Muito obrigada por existirem e fazerem parte de minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

Durante a trajetória desta pesquisa de doutorado que nos empenhamos em realizar, a colaboração de diversas pessoas, tanto do meio acadêmico como pessoal, contribuiu direta ou indiretamente para a materialização desta tese, marcada por conquistas e derrotas. Impraticável a empreitada de agradecer a todos, mas ainda correndo o risco de cometer injustiças, gostaria, mesmo abolindo alguns nomes, de deixar minha gratidão de maneira particular:

Ao professor Dr. Luiz Fernandes Dourado pela instigante orientação. O convívio nesta caminhada reforçou o carinho e a admiração por esse ser humano generoso e verdadeiramente amigo que conheci há alguns anos, quando fomos aprovados como professores do Câmpus Avançado de Jataí. Fomos colegas de trabalho e de luta e, hoje, como orientador, sem a sua dedicação incondicional, integral disponibilidade em ouvir e mostrar novos caminhos, e principalmente sem seu rigor científico com o trabalho acadêmico, seria impossível a realização desta tese. Agradeço por fazer parte de mais essa etapa de minha caminhada profissional.

Aos professores Drs. João Ferreira de Oliveira, Miriam Fábria Alves e Luciene Lima de Assis Pires, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, pela oportunidade de reflexão, e aos funcionários da secretaria do programa, pela atenção dedicada a nós, alunos, nas diferentes etapas desse momento acadêmico.

Aos companheiros do doutorado com quem dividi minhas incertezas, em especial à amiga Renata, pelo companheirismo, carinho e pela palavra amiga que sempre me encorajou a continuar e a vencer este trajeto. Ao Maurício, que nunca deixou que as aulas ficassem monótonas, e à Simone, pela cobrança constante de estar ligada ao objeto de investigação da pesquisa.

Aos gestores e funcionários das instituições de ensino superior pesquisadas de Jataí e da Fundação Educacional de Jataí, pela receptividade e disponibilização de informações e documentos para a pesquisa. E, sobretudo, aos entrevistados que me confiaram importantes depoimentos pessoais a respeito da criação, estruturação e consolidação das instituições de Jataí.

À professora Dra. Luciene, amiga pessoal e profissional, que me estimulou e incentivou a optar pela linha de pesquisa “Estado, Políticas e História da Educação”, e principalmente pela apreciação dos primeiros manuscritos, para uma posterior e criteriosa orientação.

À ex-diretora do Câmpus Jataí da Universidade Federal de Goiás, professora Silvia, que criou as melhores condições para que pudesse cursar as disciplinas em Goiânia, apesar de não estar de licença.

Aos professores do curso de Pedagogia, que me deram estímulo e apoio para essa jornada, pela preciosa ajuda na resolução de problemas profissionais.

À Ana Paula, pela revisão do texto.

Às agências financiadoras de estudos e pesquisas, à PRPPG/Proad/Prodirh da UFG e à Fapeg, cuja ajuda financeira viabilizou em parte este estudo.

Às bolsistas Simone e Lídia Nara, pelo auxílio na transcrição das gravações e na digitação das entrevistas.

Com todos vocês reparto os méritos deste trabalho e meus eternos agradecimentos.

## RESUMO

O trabalho encontra-se vinculado à linha de pesquisa “Estado, Políticas e História da Educação” do Programa de Doutorado em Educação da UFG e ao Nedesc/UFG. Ao abordar o tema “a expansão e a interiorização da educação superior”, busca-se compreender as especificidades e a singularidade desse processo no município de Jataí, do estado de Goiás. Adotou-se como recorte temporal o período de 1985 a 2010, momento marcado pelas políticas de expansão e interiorização da educação superior brasileira, de Goiás e de Jataí. A centralidade das análises foi nos governos de FHC (1995-2002) e de Lula (2003-2010), destacando-se as legislações, os programas e as ações que contribuíram para a expansão brasileira, procurando instituir um contraponto para a reflexão e análise do movimento expansionista de Goiás e Jataí. Para o desenvolvimento da tese, realizaram-se pesquisa bibliográfica e documental, análise estatística e entrevistas, com 18 sujeitos. O referencial teórico se pautou nos estudos de: Amaral (2009); Catani e Oliveira (2002); Cunha (2003, 2004, 2006); Dourado (2001a, 2002, 2008, 2010, 2011); Frigotto (2009); Oliveira D. (2011a, 2011b); Oliveira J. (2000); Sguissardi (1993, 2004, 2006, 2008); Silva Jr. e Sguissardi (2001, 2005); Trow (2005), dentre outros. A análise dos indicadores centralizou-se nos dados relativos a IES, matrículas, cursos e vagas da graduação presencial, que dão expressão às categorias expansão e interiorização. As reflexões a respeito das características das transformações da educação superior pautaram-se no modelo teórico desenvolvido por Trow (2005), que caracteriza três fases: os sistemas de elite, de massa e de acesso universal. O campo de investigação da pesquisa concentrou-se no município de Jataí. Foram analisadas cinco IES de Jataí: CAJ/UFG; IFG – Câmpus Jataí; UEG – UnU de Jataí; Cesut e Faja. Investigou-se também a FEJ, fundação importante no processo de criação e expansão da educação superior de Jataí. O processo de expansão e interiorização da educação superior, tanto no Brasil quanto em Goiás e em Jataí, se dá com embate entre o público e o privado, com dinâmica própria. Assim como o Brasil e Goiás adotaram a política de diversificação e diferenciação na educação superior, Jataí seguiu essa tendência, mas com a singularidade marcada pelo predomínio da expansão pública. Houve uma expansão da educação superior pública significativa no município de Jataí, a partir da década de 1990, na contramão da lógica nacional e de Goiás, no entanto, com condições institucionais muito díspares, inclusive entre as públicas. A expansão e a interiorização das IES públicas CAJ/UFG e IFG – Câmpus Jataí pautaram-se em indicadores de qualidade, como: concurso público, regime de trabalho de 40 horas e DE, ênfase na formação docente (*stricto sensu*), infraestrutura física adequada. Em contrapartida, a expansão da UEG – UnU de Jataí revelou o não atendimento aos parâmetros básicos de qualidade, por meio de contrato de docentes temporários, horistas, onde a maioria é graduada ou especialista. O setor privado teve pequena expansão, demarcada também pelo não atendimento aos padrões de qualidade. As análises a respeito das características das transformações da educação superior sinalizam que, em 2010, apesar das políticas adotadas nos governos de FHC e de Lula, o Brasil permanece como um sistema de elite (13,9%). Goiás está entrando no sistema de massa (16,3%), e Jataí, com a taxa líquida de 20,93%, está mais próximo da massificação, que prevê o índice de 30%. A pesquisa sinaliza para o complexo processo de expansão e interiorização, analisa as singularidades da educação superior em Jataí e, sinaliza para a necessidade de estudos que descortinem singularidades desse nível de ensino no processo de articulação às políticas nacionais.

**Palavras-chave:** Expansão; Interiorização; Educação Superior.



## ABSTRACT

This work is linked to the research line "State, Policies and History of Education" of the Doctoral Program in Education at UFG and to the Nedesc/UFG. Discussing the subject "expansion and internalization of higher education", we seek to understand the specificities and the uniqueness of the expansion process and internalization of higher education in *Jataí*, state of *Goiás*. It was adopted, from 1985 to 2010, a time marked by expansion and internalization politics of Brazilian higher education, *Goiás* and *Jataí*. The centrality of the analysis was in the presidential managements of Cardoso (1995-2002) and Lula (2003-2010), highlighting the decrees, laws, programs and actions that contributed to the Brazilian expansion, looking to establish a counterpoint for reflection and analysis of the expansion movement of *Goiás* and *Jataí*. For the development of the thesis, documentary and literature researches, statistical analysis and interviews were realized with 18 subjects. The theoretical framework was based on the following studies: Amaral (2009); Catani and Oliveira (2002); Cunha (2003, 2004, 2006); Dourado (2001a, 2002, 2008, 2010, 2011); Frigotto (2009); Oliveira D. (2011a, 2011b); Oliveira J. (2000); Sguissardi (1993, 2004, 2006, 2008); Silva Jr. and Sguissardi (2001, 2005); Trow (2005), among others. The analysis of indicators centered on the data in relation to the institutions courses and vacancies of present graduation, that give expression to expansion and internalization categories. Reflections on the characteristics of the transformation of higher education were guided in the theoretical model developed by Trow (2005), which characterizes three phases: of elite, mass and universal access systems. The field of research focused in *Jataí*. Five IES were analyzed: CAJ/UFG; IFG - Campus *Jataí*; UEG - UnU *Jataí*; Cesut and Faja. FEJ was also investigated, important foundation in the creation and expansion process of higher education in *Jataí*. The process of internalization and expansion of higher education in Brazil, in *Goiás* and *Jataí* occurs in the confrontation between public and private, each one adopting its own dynamic. Like Brazil and *Goiás* adopted a policy of diversification and differentiation in higher education, *Jataí* followed this trend, but with the uniqueness marked by the predominance of public expansion. There was a significant expansion of public higher education in *Jataí*, from the 1990s, contrary to the national and the state of *Goiás* logic, however, with institutional conditions very different, including the public ones. The expansion and internalization of public IES of CAJ/UFG and IFG - *Câmpus Jataí* were guided on quality indicators, such as: public tender, for functional employment of 40 hours and DE, concerning with the teacher training (*stricto sensu*), adequate physical infrastructure. In contrast, the expansion of UEG - UnU *Jataí* revealed lack of attendance to the quality basic parameters, with temporary teachers contract, hourly, where most are graduates or specialists. The private sector had more homogeneous expansion, although also marked by non-attendance to quality standards. The analysis on the characteristics of the transformations of higher education indicate that in 2010, despite the policies adopted in the FHC and Lula governments, Brazil remains as an elite system (13,9%). *Goiás* is entering the system mass (16,3%) and *Jataí*, with the net rate of 20,93%, is closer to the mass, that predicts the rate of 30%. The research points to the complex process of expansion and internalization, analyzes the singularities of higher education in *Jataí* and at the same time shows the need for studies that uncover singularities on this education level in the articulation process to the national policies.

**Keywords:** Expansion; Internalization; Higher Education.

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Municípios do estado de Goiás que possuem unidades universitárias da UEG .....	139
Figura 2	Mapa da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil .....	146
Figura 3	Mapa dos Institutos Federais do estado de Goiás e seus câmpus ..	147
Figura 4	Localização da cidade de Jataí.....	170

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Goiás – matrículas nas IES públicas e privadas de 1994-2010.....	152
Gráfico 2	Goiás – matrículas nas IES públicas (federal, estadual e municipal) - 1994-2010 .....	155
Gráfico 3	Incremento de vagas com a criação de novos cursos e ampliação de vagas em cursos já existentes no CAJ de 1990 a 2000 .....	234
Gráfico 4	IFG – Câmpus Jataí: evolução do quantitativo de vagas dos cursos superiores – 2000 a 2010 .....	281
Gráfico 5	Participação percentual por categoria administrativa – Brasil, Goiás, Jataí – 2010 .....	308
Gráfico 6	Participação percentual das IES por organização acadêmica – Brasil e Jataí – 2010 .....	309
Gráfico 7	Jataí: matrículas nas IES públicas e privadas – 1991-2010 .....	310
Gráfico 8	Jataí: matrículas nas IES públicas (federal e estadual) – 1991-2010 .....	311
Gráfico 9	Evolução do número de matrículas por categoria administrativa de Jataí, Goiás e do Brasil – 1994-2002 e 2002-2010 .....	312
Gráfico 10	Jataí: evolução da participação percentual de matrículas de graduação presencial por organização acadêmica – 1991-2010 ....	313
Gráfico 11	Participação percentual das matrículas da graduação presencial por organização acadêmica – Brasil, Goiás e Jataí – 2010 .....	314
Gráfico 12	Jataí: evolução dos cursos por dependência administrativa – 1991-2010 .....	316
Gráfico 13	Participação percentual do número de cursos de graduação presenciais por categoria administrativa – Brasil, Goiás e Jataí – 2010 .....	317
Gráfico 14	Participação percentual de cursos de graduação presenciais por organização acadêmica – Brasil, Goiás e Jataí – 2010 .....	319
Gráfico 15	Jataí: evolução das vagas na graduação presencial por categoria administrativa – 1991-2010 .....	320
Gráfico 16	Participação percentual do número de vagas de graduação presencial por categoria administrativa – Brasil, Goiás e Jataí –	

	2010 .....	321
Gráfico 17	Jataí: evolução da participação percentual de vagas de graduação presencial por organização acadêmica – 1991-2010 .....	322
Gráfico 18	Participação percentual do número de vagas de graduação presencial por organização acadêmica – Goiás e Jataí – 2010 .....	323
Gráfico 19	Jataí: relação candidato/vaga dos cursos de graduação presenciais – 1991-2010 .....	324
Gráfico 20	Jataí: porcentagem de vagas ociosas dos cursos de graduação presenciais – 1991-2010 .....	325
Gráfico 21	Jataí: relação candidato/vagas das IES federais, estaduais e particulares – 1991-2010 .....	326

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Banco de teses e dissertações da Capes no período de 2000 a 2011. Palavras chave: educação; educação superior; ensino superior; expansão da educação superior e expansão do ensino superior .....	367
Tabela 2	População de 18 a 24 anos, matrícula bruta em educação superior na graduação presencial, taxa bruta e taxa líquida – Brasil (1980 a 2010) .....	50
Tabela 3	Evolução das matrículas da educação superior brasileira, recursos das Ifes, excluindo-se os recursos próprios e o percentual em PIB (1984 a 2002).....	51
Tabela 4	Recursos financeiros totais, todas as fontes aplicados nas Ifes e o percentual do PIB (valores em R\$ milhões, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – a preços de janeiro de 2011).....	55
Tabela 5	Evolução do número de instituições de educação superior por categoria administrativa – Brasil: 1994 – 2002 – 2010 .....	82
Tabela 6	Evolução do número de IES por organização acadêmica – Brasil: 1994 -2002 .....	84
Tabela 7	Evolução do número de matrículas de graduação presencial por categoria administrativa e taxa de crescimento por categoria administrativa – Brasil: 1994- 2002-2010.....	87
Tabela 8	Relação das 10 maiores instituições em número de matrículas na graduação presencial – Brasil: 2002 .....	89
Tabela 9	Relação das 10 maiores instituições em número de matrículas na graduação presencial – Brasil: 2008.....	90
Tabela 10	Evolução da matrícula no ensino superior de graduação presencial por categoria administrativa segundo a organização acadêmica – Brasil: 1994/2002 .....	91
Tabela 11	Evolução da matrícula no ensino superior de graduação presencial por categoria administrativa segundo a organização acadêmica – Brasil: 2002- 2010.....	93
Tabela 12	Evolução do número de matrículas de graduação presencial por região geográfica – Brasil: 1994- 2002-2010 .....	93

Tabela 13	Evolução do número de matrículas dos cursos de graduação presenciais por categoria administrativa, localização (capital e interior) – Brasil: 1994-2002-2008-2010.....	95
Tabela 14	Evolução e distribuição percentual do número de cursos de graduação presencial por categoria administrativa – Brasil: 1994 - 2002 - 2010.....	96
Tabela 15	Evolução do número de cursos de graduação presencial por organização acadêmica – Brasil: 1994 - 2002 - 2010.....	98
Tabela 16	Evolução do número de cursos de graduação presencial por região geográfica – Brasil: 1994 - 2002 - 2010.....	99
Tabela 17	Evolução do número de vagas ofertadas na graduação presencial por categoria administrativa – Brasil: 1994 - 2002 - 2010.....	101
Tabela 18	Evolução da relação candidato/vaga dos cursos de graduação presenciais por categoria administrativa – Brasil: 1994 - 2002 - 2010.	101
Tabela 19	Evolução do número de vagas ofertadas, ingressantes, vagas ociosas na graduação presencial por categoria administrativa – Brasil: 1994 - 2002 - 2010.....	103
Tabela 20	Evolução do número de vagas na graduação da UFG (1994-2010) ...	130
Tabela 21	UEG: vagas, candidatos, ingressos, relação candidato/vaga e percentual de vagas não preenchidas.....	136
Tabela 22	Goiás: evolução do número de instituições de ensino superior por categoria administrativa – 1994 - 2002 - 2010 .....	150
Tabela 23	Goiás: matrículas nas Instituições de Ensino Superior (IES) por organização administrativa – 1994 - 2002 - 2010 .....	153
Tabela 24	Goiás: evolução da participação percentual de matrículas de graduação por organização acadêmica – 1994 - 2002 - 2010 .....	156
Tabela 25	Goiás: evolução do número de cursos e distribuição percentual - graduação presencial por categoria administrativa – 1994 - 2002 - 2010 .....	158
Tabela 26	Goiás: evolução do número de cursos de graduação presencial e participação percentual por organização acadêmica – 1994 - 2002 - 2010 .....	159

Tabela 27	Goiás: evolução do número de vagas ofertadas na graduação presencial por categoria administrativa – 1994 - 2002 - 2010 .....	161
Tabela 28	Goiás: evolução da participação percentual de vagas de graduação por organização acadêmica – 1994 - 2002 - 2010 .....	162
Tabela 29	Goiás: vagas oferecidas dos cursos de graduação presenciais, candidatos inscritos por vestibular e por outros processos seletivos, ingressos por processo seletivo, vagas não preenchidas – 1994 - 2002 - 2010 .....	163
Tabela 30	Goiás: vagas nas Instituições de Ensino Superior e relação com os concluintes do Ensino Médio por microrregião (2007) .....	165
Tabela 31	Goiás: população na faixa etária de 18 a 24 anos, vagas, ingressos por vestibular e outros processos seletivos e vagas não preenchidas .	166
Tabela 32	Dados populacionais do município de Jataí – 1980, 1991, 2000 e 2010 .....	171
Tabela 33	Taxa de urbanização do município de Jataí – 1980, 1991, 2000 e 2010 .....	171
Tabela 34	Densidade demográfica (hab/Km <sup>2</sup> ) do município de Jataí – 1980, 1991, 2000-2010 .....	172
Tabela 35	Taxa de crescimento geométrico populacional (%) do município de Jataí .....	172
Tabela 36	<i>Ranking</i> dos 15 maiores municípios de Goiás – 2009, resultados conforme variáveis de análise .....	173
Tabela 37	Produto Interno Bruto – a preços correntes (R\$ mil) e per capita (R\$) - do município de Jataí em 2000, 2005 e 2010 .....	175
Tabela 38	Arrecadação do ICMS do município de Jataí em 2000-2010 .....	175
Tabela 39	Balança comercial (US\$ FOB) do município de Jataí de 2005 a 2010 .....	176
Tabela 40	Evolução das matrículas da rede municipal de Jataí por nível de ensino (2000-2010) .....	177
Tabela 41	Evolução do IDHM Educação do Brasil, Goiás e Jataí – 1991, 2000 e 2010 .....	178
Tabela 42	Curso de Pedagogia do CAJ: vagas, inscritos, matriculados e graduados – 1985 a 1989 .....	212

Tabela 43	Jataí: evolução do número de matrículas de graduação presencial do CAJ e Cesut, taxa de crescimento e participação percentual das matrículas por categoria administrativa – 1985- 1989 .....	213
Tabela 44	Jataí: evolução do número de vagas ofertadas no vestibular do CAJ e Cesut na graduação presencial por categoria administrativa – 1985- 1989 .....	214
Tabela 45	Jataí: evolução da relação candidato/vaga dos cursos de graduação presenciais do Cesut e do CAJ – 1985- 1989 .....	214
Tabela 46	Jataí: vagas ociosas dos cursos de graduação do CAJ e Cesut – 1985-1989 .....	215
Tabela 47	Contratações e exonerações da FEJ de 1986 a 2010 .....	220
Tabela 48	Vagas ofertadas no vestibular, inscrições e relação candidato/vaga no processo seletivo de 2009/1 e 2010/1 do CAJ .....	249
Tabela 49	Quantidade de graduandos de 1988 a 2010 do CAJ .....	250
Tabela 50	Regime de contrato de trabalho e formação dos docentes do curso de Tecnologia em Alimentos da UEG – UnU de Jataí – 2010.....	259
Tabela 51	Regime de contrato de trabalho e formação dos docentes do curso de Tecnologia em Logística da UEG – UnU de Jataí – 2010.....	259
Tabela 52	Demanda de candidatos por vaga no processo seletivo dos cursos superiores de Tecnologia de Alimentos e de Logística da UEG – UnU de Jataí, de 2006 a 2010 .....	261
Tabela 53	Matriculados, vagas ociosas e concluintes dos cursos superiores de Tecnologia de Alimentos e de Logística da UEG – UnU de Jataí, de 2006 a 2010 .....	262
Tabela 54	Relação candidatos/vaga do curso superior em Sistema de Informação do IFG – Câmpus Jataí de 2000 a 2010 .....	275
Tabela 55	Relação candidatos/vaga do curso de Licenciatura em Física do IFG – Câmpus Jataí de 2001 a 2010 .....	278
Tabela 56	Relação candidatos/vaga do curso Bacharelado em Engenharia Elétrica do IFG – Câmpus Jataí de 2006 a 2010 .....	279
Tabela 57	IFG – Câmpus Jataí: cursos superiores - vagas ofertadas em cursos regulares por processo seletivo (2010) .....	280
Tabela 58	IFG – Câmpus Jataí: regime de contrato de trabalho e formação dos	



	docentes efetivos – 2010 .....	282
Tabela 59	IFG – Câmpus Jataí: regime de contrato de trabalho e formação dos docentes substitutos/temporários – 2010 .....	282
Tabela 60	IFG – Câmpus Jataí: cursos e concluintes nos cursos superiores de 2008-2010 .....	283
Tabela 61	Atas da FEJ que tratam da manutenção dos cursos do Cesut de 1995 a 2002 .....	289
Tabela 62	Cesut: titulação dos docentes do curso de Administração e Direito em 2010 .....	293
Tabela 63	Cesut: curso de Administração, vagas, inscritos, candidato/vaga, matrículas, vagas ociosas e concluintes: 1991-2010 .....	295
Tabela 64	Cesut: curso de Direito, vagas, inscritos, candidato/vaga, matrículas, vagas ociosas e concluintes: 1991-2010 .....	296
Tabela 65	Faja: curso de Ciências Contábeis – vagas, inscritos, matriculados e graduados – 2009 a 2010 .....	303
Tabela 66	Faja: regime de contrato de trabalho e formação dos docentes do Curso de Ciências Contábeis em 2010 .....	306
Tabela 67	Jataí: evolução do número de matrículas nas IES de graduação presencial por categoria administrativa - 1991- 1994-2002- 2010 ....	311
Tabela 68	Jataí: evolução da participação percentual de matrículas de graduação por organização acadêmica - 1991-1994-2002- 2010 .....	314
Tabela 69	Jataí: evolução do número de cursos de graduação presenciais por dependência administrativa – 1991-1994-2002-2010.....	317
Tabela 70	Jataí: evolução da participação percentual de cursos de graduação presenciais por organização acadêmica – 1991-1994-2002-2010.....	318
Tabela 71	Jataí: evolução do número de vagas ofertadas na graduação presencial e participação percentual por categoria administrativa – 1991-1994-2002-2010.....	319
Tabela 72	Jataí: evolução da participação percentual de vagas de graduação por organização acadêmica -1991-1994-2002-2010.....	323
Tabela 73	Jataí: vagas ofertadas dos cursos de graduação presenciais, candidatos inscritos, candidato/vaga, ingressos por processo seletivo, vagas não preenchidas – 1991-1994-2002-2010 .....	324

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Títulos das teses e dissertações, com respectivas datas de defesa, encontrados no Banco de teses da Capes, compreendido entre 2000 a 2011, utilizando para consulta as palavras-chave: expansão do ensino superior/expansão da educação superior.....	367
Quadro 2	Entrevistados, data da entrevista, seus respectivos cargos, período de atuação e entrevista relativa a qual instituição.....	373
Quadro 3	Municípios onde a UEG se faz presente .....	138
Quadro 4	Convênios firmados entre a UFG/PMJ/FEJ – década de 1980.....	398
Quadro 5	Convênios firmados entre a UFG/PMJ/FEJ a partir de 1990 .....	398
Quadro 6	Resolução e protocolo de intenções firmados entre a UFG/Estado/PMJ .....	399
Quadro 7	Convênios firmados entre o Estado e FEJ .....	399
Quadro 8	Convênios firmados entre a UFG/CAJ/Escola Técnica – Uned Jataí/ Município de Jataí /FEJ.....	400
Quadro 9	Cursos de graduação do CAJ, conforme início e autorização/reconhecimento.....	401

## LISTA DE SIGLAS

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AJE	Associação Jataiense de Educação
AMGI	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
Andifes	Associação dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BI	Bacharelado Interdisciplinar
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAJ	Campus Avançado de Jataí
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAB	Centro de Ciências Agrárias e Biológicas
CCEP	Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa
Cebas	Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação
Cesut	Centro de Ensino Superior de Jataí
CEE	Conselho Estadual de Educação
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
CES	Câmara de Ensino Superior
Ciadi	Centro Internacional para Acerto de Disputas de Investimento
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
CMJ	Câmara Municipal de Jataí
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cosan	Centro-Oeste S/A Açúcar e Álcool
Crutac	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CsU	Conselho Universitário
DE	Dedicação Exclusiva
Deaes	Diretoria de Estatística e Avaliação da Educação Superior
Demec-GO	Delegacia do Ministério de Educação e Cultura de Goiás

DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação à distância
EAF	Escola Agrotécnica Federal
ENC	Exame Nacional de Curso
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Emater-GO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás
Emgopa	Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
ETA	Escritório Técnico Administrativo
ETG	Escola Técnica de Goiânia
ETF	Escola Técnica Federal
ETFG	Escola Técnica Federal de Goiás
Esefego	Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás
Facea	Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis
FAI	Fundação de Apoio Institucional
Faja	Faculdade Jataiense
Fapeg	Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FE	Faculdade de Educação
FEA	Fundação Educacional de Anicuns
FEJ	Fundação Educacional de Jataí
Fesit	Fundação de Ensino Superior de Itumbiara
Fesg	Fundação de Ensino Superior de Goiatuba
Fesurv	Fundação de Ensino Superior de Rio Verde
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fies	Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
Fimes	Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
Fueg	Fundação Universidade Estadual de Goiás
Furv	Fundação Universitária de Rio Verde
GED	Gratificação de Estímulo à Docência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Educação Superior
IFC	Corporação Financeira Internacional
Ifes	Instituição Federal de Educação Superior
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IGC	Índice Geral de Cursos
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ISG	Instituto Samuel Grahan
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LPP	Licenciatura Plena Parcelada
Mare	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
Minter	Ministério do Interior
Nedesc	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Documentação Educação, Sociedade e Cultura
OVG	Organização das Voluntárias de Goiás
Paiub	Programa Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PDACT	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDES/GO	Plano Diretor para Educação Superior no Estado de Goiás
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PMJ	Prefeitura Municipal de Jataí
Pnaes	Programa Nacional de Assistências Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Proad	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
Procom	Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária
Prodirh	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional de Recursos Humanos
Proec	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Proex	Pró-Reitoria de Extensão
Profmat	Profissional de Matemática
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
Prolicen	Programa de Apoio aos Cursos de Licenciatura
Protec	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
Prouni	Programa Universidade para Todos
PrP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RE	Regime Especial
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEI	Sistema de Ensino Interativo
SEPI	Sistema de Ensino Presencial Interativo
Seplan-GO	Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
Seres	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
Sesu	Secretaria de Educação Superior
Sectec	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Goiás
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SNEP	Seminário de Nacional Educação Profissional
Sepin	Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas
Serve	Sociedade de Ensino de Rio Verde
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
Sistema S	Convencionou-se chamar de Sistema S o conjunto de instituições a seguir:
	Senac Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
	Senai Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
	Senar Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola
	Senat Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
	Sesc Serviço Social do Comércio
SME	Secretaria Municipal de Educação
Secom	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
TI	Tempo Integral

TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TP	Tempo Parcial
UBC	Universidade do Brasil Central
UCG	Universidade Católica de Goiás
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSGO	Universidade Federal do Sudoeste Goiano
Uned	Unidade descentralizada
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Uniana	Universidade Estadual de Anápolis
Unopar	Universidade Norte do Paraná
UnU	Unidade Universitária
UVA	Universidade do Vale do Aracaú

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	25
<b>1</b>	<b>EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL</b> .....	44
1.1	SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: FORMAS E FASES DO ENSINO SUPERIOR NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS .....	46
1.1.1	<b>Sistema de educação brasileiro</b> .....	48
1.2	REFORMAS E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1985 .....	56
1.2.1	<b>Reformas e políticas da educação superior brasileira – governo FHC (1995-2002)</b> .....	63
1.2.2	<b>Reformas e políticas da educação superior brasileira – governo Lula (2003-2010)</b> .....	70
1.2.3	<b>Indicadores referentes à graduação presencial dos governos de FHC e Lula</b> .....	80
<b>2</b>	<b>O PROCESSO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS</b> .....	106
2.1	MARCOS DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	106
2.2	EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DAS IES GOIANAS NO MUNICÍPIO DE JATAÍ .....	118
2.2.1	<b>UFG: a política de expansão e interiorização</b> .....	119
2.2.1.1	Política de extensão e interiorização da UFG nos anos 1980 .....	120
2.2.1.2	Política de extensão e interiorização da UFG nos anos 1990 .....	126
2.2.2	<b>UEG – criação, estruturação e política de expansão e interiorização</b> ...	131
2.2.3	<b>IFG – criação, estruturação e política de expansão e interiorização</b> .....	140
2.3	INDICADORES REFERENTES À GRADUAÇÃO PRESENCIAL DE GOIÁS – 1985 – 1989 .....	149
<b>3</b>	<b>EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM JATAÍ: CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO NOS ANOS 1980 – FATORES E ATORES</b> .....	169
3.1	MUNICÍPIO DE JATAÍ: CARACTERIZAÇÃO BÁSICA .....	169



3.2	CAJ/UFG: CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO .....	179
3.3	FEJ: CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E RELAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE JATAÍ .....	198
3.3.1	<b>Relação da FEJ com o CAJ/UFG</b> .....	204
3.3.2	<b>Relação da FEJ com o Cesut</b> .....	206
3.3.3	<b>Relação da FEJ com o IFG – Câmpus Jataí</b> .....	208
3.4	CESUT: CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO .....	208
3.5	INDICADORES REFERENTES À GRADUAÇÃO PRESENCIAL DE JATAÍ - 1985-1989.....	211
<b>4</b>	<b>A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM JATAÍ A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 A 2010: TENDÊNCIAS, PERSPECTIVAS E LIMITES</b> .....	<b>217</b>
4.1	COMPLEXIFICAÇÃO DO CAJ .....	217
4.1.1	<b>Papel da FEJ para a consolidação e expansão do CAJ</b> .....	218
4.1.2	<b>Modelo de expansão esgotado</b> .....	226
4.1.3	<b>Ampliação do CAJ: Plano de Expansão (2003) e Reuni (2007)</b> .....	238
4.2	UEG – UnU DE JATAÍ: CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO .....	251
4.2.1	<b>Caracterização da UEG – UnU de Jataí</b> .....	259
4.3	IFG– CÂMPUS JATAÍ: CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO	265
4.3.1	<b>Caracterização do IFG – Câmpus Jataí</b> .....	272
4.4	CESUT: CONSOLIDAÇÃO E DISPUTA PELA MANTENÇA DOS CURSOS .....	285
4.4.1	<b>Disputa pela manutenção dos cursos</b> .....	285
4.4.2	<b>Caracterização do Cesut</b> .....	290
4.5	FAJA: CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO .....	298
4.6	ENSINO SUPERIOR EM JATAÍ: INDICADORES REFERENTES À GRADUAÇÃO PRESENCIAL DE 1991-2010 .....	307
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>329</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>346</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>366</b>
	APÊNDICE A - Banco de dados de teses e dissertações sobre o tema ...	367
	APÊNDICE B - Dados dos sujeitos entrevistados .....	373

APÊNDICE C - Roteiro das entrevistas .....	375
APÊNDICE D - Banco de dados da tese .....	380
APÊNDICE E - Convênios e resoluções .....	398
APÊNDICE F - Cursos de graduação do CAJ/UFG .....	401
APÊNDICE G - Dados estatísticos do Brasil, de Goiás e de Jataí .....	402

## INTRODUÇÃO

Diante do cenário de inúmeras demandas econômicas, políticas, sociais e culturais – estimuladas pelo acirramento da competitividade global e da mundialização do capital, de modificações conjunturais aceleradas frente ao processo de globalização do capital financeiro e da revolução técnico-científica –, a educação superior passa por mudanças, tendo em vista demandas presentes na relação Estado, sociedade e mercado.

Os temas mais constantes no debate internacional e nacional sobre a educação superior são: a preocupação com o aumento da demanda; a expansão e interiorização da educação superior; o financiamento desse nível de ensino; a influência causada pela mundialização do capital nos planos e programas; a vinculação das universidades públicas com o Estado e sua relação com o setor produtivo; os objetivos e funções sociais da educação superior na atualidade; a eficiência, a eficácia, a competitividade e a equidade dos sistemas; a demanda diversificada; o espaço da universidade no mundo virtual das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC); a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão; a mudança no perfil profissional e, como consequência, a alteração no processo formativo; a função da educação continuada na formação permanente; a função das ciências sociais na apreciação dos problemas mundiais, nacionais, regionais e locais (DOURADO, CATANI, OLIVEIRA, 2003).

Essas temáticas apontam elementos distintos vivenciados pela educação superior, assim como exigências e desafios. Estes merecem ser investigados em um contexto de mudanças aceleradas, de maneira especial, no que se refere à expansão das oportunidades educacionais, produção de conhecimento e a formação, orientados na defesa de um modelo de qualidade.

Torna-se um trabalho a ser concretizado pela produção científica, apreender os diversos nexos constitutivos entre o processo de regulamentação<sup>1</sup> e as diferentes instâncias de regulação<sup>2</sup>, bem como seus diferentes atores e interlocutores. Estes delineiam a complexidade

---

<sup>1</sup> A regulamentação para Barroso (2005, p. 727) está “centrada na definição e controle *a priori* dos procedimentos e relativamente indiferente às questões da qualidade e eficácia dos resultados”, ou seja, controle burocrático pelas normas e pelos regulamentos que são características da intervenção estatal. Segundo o autor, a diferença entre regulação e regulamentação não se encontra nos fins que objetivam a definição e a execução das regras que operacionalizam objetivos, “mas com o facto de a regulamentação ser um caso particular de regulação, uma vez que as regras estão, nesse caso, codificadas (fixadas) sob a forma de regulamentos, acabando, muitas vezes, por terem um valor em si mesmas, independente do seu uso” (BARROSO, 2005, p. 727-728).

<sup>2</sup> A regulação consiste no controle que o Estado adota por meio de políticas e sanções legais, considerando de forma “mais flexível na definição dos processos e rígida na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados” (BARROSO, 2005, p. 727). A regulação, de modo geral, segundo Barroso (2005), é vista como uma função

das políticas públicas<sup>3</sup> e gestão da educação superior brasileira na sua proposição e materialização.

Nesse contexto, constitui-se objeto de investigação dessa pesquisa o processo de expansão e interiorização da educação superior brasileira, a partir da realidade do estado de Goiás, tendo como horizonte de investigação o município de Jataí/GO, a partir da segunda metade dos anos de 1980, sendo analisadas as ações expansionistas ligadas aos cursos de graduação na modalidade presencial. Nessa ótica, trata-se do estudo de caso<sup>4</sup> da singularidade do processo de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí. O recorte temporal a partir de 1985 se deve à criação e expansão significativa de instituições de educação superior no Brasil. Em Goiás e, especialmente, em Jataí, se constitui o ano em que foi implantado o Centro de Ensino Superior de Jataí (Cesut), instituição de caráter privado, oferecendo os cursos de Direito e Administração e o primeiro curso regular (Pedagogia) no Câmpus<sup>5</sup> Avançado de Jataí (CAJ)<sup>6</sup> da Universidade Federal de Goiás (UFG), que surgiu a partir do convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Jataí (PMJ) e a UFG.

Para a compreensão do objeto, buscaram-se subsídios nas políticas públicas de educação superior brasileira, procurando elementos para desvelar e compreender a situação regional, sem perder de vista os determinantes histórico-culturais e econômicos mais amplos.

---

primordial para a manutenção do equilíbrio de qualquer sistema (físico ou social) e está vinculado aos processos de retroação, sejam eles positivos ou negativos, que geram ações de reprodução e/ou transformação. Uma perspectiva importante apontada por Dourado (2009) e que concordamos é que não podemos reduzir a análise das políticas educacionais à mera descrição dos seus processos ou de sua execução, mas implica em analisar no âmbito das relações sociais que se tecem as condições para sua proposição e materialidade, considerando como são produzidas e aplicadas as regras que orientam as ações dos atores e os modos como os atores se apropriam delas e as transformam.

<sup>3</sup> As ações governamentais, resultados da ação de grupos de interesse que participam ativamente ou não de sua execução, são denominadas de políticas públicas, elaboradas, visando atender diferentes setores de atuação do Estado. O papel das políticas públicas, no entender de Dourado (2010), é situado mediante ações orientadas por escolhas nem sempre manifestas, que retratam interesses e funções permeadas por um conjunto de variáveis (mercado de trabalho, tradições), resultantes do embate entre sociedade civil e política num determinado contexto histórico.

<sup>4</sup> Para Gil (2002), o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente usada nas ciências sociais, para investigar um fenômeno contemporâneo dentro do contexto real, explicando as variáveis de determinado fenômeno em situações complexas, cujos limites não estão claramente definidos. O propósito do estudo de caso é “proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 2002, p. 55).

<sup>5</sup> Optou-se, neste trabalho, por usar a palavra câmpus tanto para o singular quanto para o plural.

<sup>6</sup> Quando foi criado, em 1984, era denominado Câmpus Avançado de Jataí. O nome foi alterado para Câmpus Jataí a partir de 2005, pela Resolução – Consuni 20/2005, permanecendo a mesma sigla, CAJ. A palavra “avançados” referia-se apenas à prestação de serviços, ou seja, os cursos que viriam teriam a durabilidade de dois anos, depois seriam extintos e viriam outros, não era para ser de cursos fixos. Pelo novo estatuto da UFG, aprovado pelo MEC pela Portaria 9, de 23 de janeiro de 2014, a universidade passou a ser composta de múltiplos câmpus com estrutura administrativa multirregional. O CAJ tornou-se uma regional da UFG, constituída de Unidades Acadêmicas e Unidades Acadêmicas Especiais e passou a ser denominado de Regional Jataí (BRASIL, MEC/Seres, Portaria 9/2014).

O conceito de regulação aplicado à educação superior empregado nesse trabalho ampara-se nas análises realizadas por Barroso (2005), Dourado (2009) e Ferreira (2009), e pode ser sistematizado como: um processo constitutivo de qualquer sistema com o objetivo de assegurar tanto o equilíbrio quanto a transformação; a não restrição a um processo único, mas se compõe do resultado de múltiplas regulações e, portanto, seus efeitos são incertos a despeito do Estado se constituir em uma fonte de regulação; produção e aplicação de regras em função da variedade das ações, interesses e posições dos atores envolvidos, que permitem uma multiplicidade de finalidades e modalidades de regulação.

A compreensão de Estado adotada nesse texto não se reduz ao governo, mero aparelho de regulação da sociedade, ao aparato parlamentar, mas se ajusta à concepção gramsciana, de Estado ampliado<sup>7</sup>, formado pela superestrutura do bloco histórico, constituída pela sociedade civil<sup>8</sup> e sociedade política<sup>9</sup> como conteúdo econômico-social, no qual as relações sociais são produzidas e reproduzidas, plenas de contradições e sujeitas a conflitos. Estado não é a estrutura econômica, mas a expressão política das relações ideológicas e culturais, da vida espiritual e intelectual que se constituem o centro da análise. Implica em compreendê-lo como ator e autor de ações específicas, capazes de intervir na cultura política, na estratégia dos demais atores, na elaboração de sua própria agenda governamental.

A concepção de Estado ampliado, na qual se efetiva a articulação entre a base material e superestrutura, é fundamental para compreensão da análise de particularidades históricas que o Estado capitalista assume frente à disputa hegemônica<sup>10</sup>, resultante da condensação das relações de forças entre a sociedade civil e a política, inclusive do campo da educação.

Ao fazer referência à expansão da educação superior, se está considerando a garantia do acesso a oportunidades educacionais, adotando como critério a criação de

---

<sup>7</sup> Gramsci (1978) aborda a ideia de Estado ampliado (integral), referindo-se à superestrutura do bloco histórico formado pela sociedade política (organismos inerentes ao aparelho de Estado, cujas atividades passam pela dominação, direção e coerção) e à sociedade civil (organismos privados de produção, cujas atividades têm a finalidade de construir a hegemonia pela direção e persuasão). Tanto a sociedade política quanto a sociedade civil cumprem funções hegemônicas e também de dominação por meio dos sistemas jurídicos.

<sup>8</sup> A sociedade civil consiste das estruturas sociais, constituída pelos organismos privados de adesão voluntária, podendo-se considerar, dentre estes: os partidos, a Igreja, os sindicatos, a escola, os meios de comunicação e as diversas formas de organizações sociais, que procuram impor hegemonia cultural e política, a partir da direção intelectual e moral (GRAMSCI, 1978). Esta tem a função social de conferir ou contrapor a legitimidade de uma formação social e de seu Estado.

<sup>9</sup> A sociedade política consiste nos aparelhos coercitivos da sociedade, que possuem o monopólio legal de poder e objetivam impor às massas a ideologia e a cultura dominante, como o governo, as forças armadas e o sistema judiciário.

<sup>10</sup> De acordo com Gramsci (1978), a capacidade de procurar a hegemonia de uma classe não se restringe à direção política, mas abrange todos os nexos da sociedade civil, passando pelos diferentes momentos da relação de forças.

instituições de ensino superior (IES) – públicas e privadas – e criação, ampliação e diversificação de cursos de graduação que geram o aumento da oferta de vagas no ensino superior (abertura de novos cursos, criação de novas turmas, aumento de vagas), articulado ao processo de interiorização desse nível de ensino. A interiorização da educação superior é entendida a partir da criação e instalação de IES (federais, estaduais, municipais e privadas) no interior do país, no estado de Goiás e, especialmente, no caso específico desta pesquisa, no município de Jataí, na forma de instituições de ensino isoladas e/ou por meio de câmpus (extensões de IES cuja sede se encontra em outra cidade), tendência verificada, sobretudo, na década de 1980, no Brasil.

A realização deste estudo foi incitada pelo interesse científico de aprofundar o conhecimento a respeito do processo de expansão e interiorização da educação superior no estado de Goiás e, em específico, no município de Jataí, cidade na qual iniciei minha trajetória profissional vinculada a esse nível de ensino, em 1985. Envolvida no contexto do ensino superior, na graduação e na especialização do Cesut (instituição privada) e, majoritariamente, no CAJ/UFG, onde desenvolvo atividades de docência (ensino, extensão e pesquisa), vivencio a interiorização e a expansão do ensino superior em Goiás, o que me fez ver este processo com olhos perscrutadores, no sentido de entender melhor como isto ocorre, de que forma ocorre, e quais são os desafios para a efetivação deste tipo de política pública para o ensino superior. Essas inquietações me conduziram a investigar esse objeto de estudo no curso de Doutorado em Educação, na linha de pesquisa Estado, Políticas e História da Educação, uma vez que a “reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar” (FRIGOTTO, 1989, p. 81). A temática assume importância singular para compreender as especificidades de tal processo de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí, estado de Goiás. Vale ressaltar que a intenção da pesquisa em nenhum momento foi trabalhar com o modelo<sup>11</sup> de expansão e interiorização da educação superior em Jataí, mas sim com o processo. Nem se predispõe a

---

<sup>11</sup> Segundo Morosini (2006), ao observar a trajetória da instituição universitária no Brasil, desde seu início, encontramos os modelos clássicos de organização universitária – napoleônico, alemão, inglês ou americano – e da gradual adoção dos chamados modelos de ocasião – universidade neoprofissional, heterônoma, competitiva, “universidade mundial do Banco Mundial” ou de modelo anglo-saxônico. O estudo da trajetória de algumas IES do Brasil pode ser base de tema de pesquisa e análise. Apesar de a tese analisar a trajetória de IES de Jataí o enfoque não é no tipo de modelo universitário adotado. Maiores informações sobre modelos e concepções de universidade brasileira, consultar Morosini (2006), que apresenta o modelo de quinze universidades brasileiras (federais, estaduais, comunitárias e confessionais).

avaliar a qualidade da educação superior, mas considera os parâmetros<sup>12</sup> utilizados pelo MEC (Decreto 5.773/2006) durante a análise das IES de Jataí.

A opção por universo regional, em particular o município de Jataí/GO, se explica a partir do entendimento de que, ao abordar a educação superior em distintas regiões do país, é admissível pensar em educação brasileira, constituída de especificidades próprias, no que se referem aos espaços, reivindicações, atores sociais e respostas às políticas públicas em cada lugar. De acordo com Dourado (2001a), análises regionais podem ser devidamente conectadas ao contexto global e desvendar particularidades de políticas, que possibilitam uma apreensão do processo de globalização da economia. Apesar de o estudo estar direcionado para o universo regional – o município de Jataí –, durante o trabalho será realizada também a análise das políticas educacionais<sup>13</sup> no Brasil, estabelecendo-se uma articulação entre as duas abordagens.

A socialização dos conhecimentos relativos à educação superior local, unidos aos trabalhos teórico-conceituais e teórico-empíricos produzidos e apresentados de distintas realidades, pode ocasionar debates e reflexões sobre as aproximações e os distanciamentos entre os diferentes municípios e regiões do Brasil, em relação à temática.

Jataí é uma cidade do interior do Sudoeste goiano que apresenta um quadro universal representativo e diversificado de IES com relação à dependência administrativa (particular, municipal, estadual e federal), que disponibiliza para a sociedade cursos de graduação e/ou pós-graduação, presenciais e à distância, contribuindo com a formação acadêmica da população da cidade e de cidades circunvizinhas. Portanto, vale pesquisar e analisar em que medida as políticas e as ações governamentais contribuíram ou não para o processo de expansão e interiorização do ensino superior, na cidade de Jataí, bem como identificar em qual dependência administrativa ocorreu maior expansão e quais os fatores que influenciaram este movimento e sua relação com o processo expansionista nacional.

Vale destacar que a expansão e a interiorização da educação superior brasileira, assim como a de Goiás e do município de Jataí se apresentam com uma articulação entre o público e o privado.

---

<sup>12</sup> Alguns elementos definidos como parâmetros de qualidade da educação superior foram analisados, dentre eles: titulação dos docentes, critérios de seleção e contratação docente, regime de trabalho, infraestrutura física e instalações acadêmicas.

<sup>13</sup> Políticas educacionais são as políticas públicas com o objetivo de resolver questões educacionais. Portanto, estas são múltiplas e alternativas, não possuem apenas uma dimensão política, são expressões de formas conscientes ou não, de engajamento, e expressam uma concepção de mundo, de homem, de sociedade e educação. A apreensão das políticas educacionais consiste em perceber e entender, nas políticas públicas educacionais, os nexos (constitutivos e constituintes) com o contexto em que elas se tecem, a partir de diferentes embates que a tensionam no campo da proposição e da materialização.

Considerando a esfera de dependência administrativa particular, tem-se o Cesut<sup>14</sup> e a Faculdade Jataiense (Faja)<sup>15</sup>. As demais instituições privadas da cidade ofertam cursos superiores a distância. São extensões das IES sediadas em outros estados que funcionam virtualmente em escolas da rede particular, como: a Universidade Norte do Paraná (Unopar)<sup>16</sup>, que funciona no Colégio Êxito; o Instituto de Ensino Superior COC<sup>17</sup>, que oferta seus cursos no Colégio Dinâmico, e a Universidade Paulista (Unip)<sup>18</sup>, que disponibiliza seus cursos de graduação e pós-graduação na escola Talento.

Na esfera de dependência administrativa estadual, há, em Jataí, a Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Jataí (UEG – UnU de Jataí)<sup>19</sup>. Cabe ressaltar que o Estado também contribuiu com parte do pagamento dos professores e funcionários do CAJ/UFG por meio de repasse à Fundação Educacional de Jataí (FEJ)<sup>20</sup> até o ano de 2011.

Considerando a esfera de dependência administrativa federal, a cidade conta com o CAJ/UFG<sup>21</sup> e também com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí (IFG – Câmpus Jataí)<sup>22</sup>.

Tais instituições traduzem no município de Jataí a lógica da diferenciação institucional<sup>23</sup> e diversificação das fontes de financiamento<sup>24</sup> das IES, que têm marcado o

<sup>14</sup> O Cesut iniciou suas atividades em 1985, ofertando dois cursos de graduação: Direito e Administração, amparados pela Resolução 451/1984 do Conselho Estadual de Educação (CEE). Não ocorreu expansão dos seus cursos de graduação desde sua implantação.

<sup>15</sup> A Faja foi autorizada pelo MEC em agosto de 2008. Em 2009, iniciou-se o curso de graduação de Ciências Contábeis e, em 2011, o curso superior de Tecnologia em Gestão Comercial.

<sup>16</sup> A Unopar Virtual mantém um polo na cidade de Jataí por meio de convênio estabelecido com o Colégio Êxito – Centro Educacional Impacto Ltda. – e oferece, desde 2005, cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de educação a distância (EAD).

<sup>17</sup> O Instituto de Ensino Superior COC tem alguns cursos de graduação sendo ofertados no polo Jataí, modalidade EAD, desde 2007. Os cursos atuais de graduação são: Ciências Contábeis; Pedagogia; Administração; Serviço Social e Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação.

<sup>18</sup> A Unip começou a ofertar cursos em Jataí em 2009, na modalidade de EAD, pelo Sistema de Ensino Interativo (SEI) e Sistema de Ensino Presencial Interativo (Sepi). Os cursos de graduação disponibilizados são: Administração; Ciências Contábeis; Letras–Licenciatura em Português/Inglês; Letras–Licenciatura em Português/Espanhol; Licenciatura em Matemática; Serviço Social; Gestão da Tecnologia da Informação; Gestão de Recursos Humanos; Gestão Financeira, Marketing e Processos Gerenciais. Os cursos funcionam de acordo com a demanda das inscrições.

<sup>19</sup> Em 2005, a UEG criou a UnU de Jataí e, em 2006, passou a ofertar dois cursos de graduação tecnológicos de ensino superior: Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Logística, que funcionam até hoje.

<sup>20</sup> A FEJ é uma entidade jurídica de direito público interno da administração indireta, criada pela Lei Municipal 1.077/1984, pertencente a entes jurídicos de direito público. Maiores informações sobre Fundações Municipais de Direito Público, ver Dourado (2001a, p. 72-78). Mais esclarecimentos e dados sobre a FEJ se encontram no capítulo 3 da tese.

<sup>21</sup> O CAJ/UFG iniciou suas atividades com o curso de Licenciatura em Ciências, de caráter temporário, em 1981. Em 2013, disponibiliza 24 cursos de graduação presenciais, seis cursos de especialização e quatro mestrados.

<sup>22</sup> O IFG – Câmpus Jataí implantou seu primeiro curso superior em 2001 (na época era denominada de Escola Técnica Federal – Unidade Jataí), o curso de Licenciatura em Ciências (que após uma série de mudanças se transformou atualmente em curso de Licenciatura em Física). Em 2013, disponibiliza para a comunidade quatro cursos de graduação, um curso de especialização e um de mestrado.



discurso e as políticas de reformas da educação superior no país e no estado de Goiás. A lógica do binômio diversificação-diferenciação revela o caráter privatizante da educação superior no Brasil (SGUISSARDI, 2000; CATANI e OLIVEIRA, 2000; MINTO, 2006) e em Goiás, mas, em Jataí, foi diferente, com predomínio do setor público.

Apesar de Jataí não ter instituição específica de ensino superior na categoria administrativa municipal, o município, por meio da FEJ, durante o período de 1981 a 2011, disponibilizou servidores do seu quadro funcional para atuarem no CAJ/UFG, professores (efetivos e substitutos) e funcionários administrativos. Analisar a atuação da FEJ na educação superior do município de Jataí é fundamental para entender o complexo processo de interiorização da educação superior no Estado e, em específico, em Jataí, em suas várias feições e articulações.

Durante o período de 1985-2010, vale enfatizar que existe um contexto mais amplo e determinante que, de certa forma, influenciou bastante as transformações ocorridas na educação superior brasileira, e que precisou ser considerado durante a pesquisa, como: os planos, as diretrizes, regulamentações e ações nacionais advindas pós Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB).

A partir da década de 1980, o panorama da educação superior caracterizou-se pela expansão significativa, privatização<sup>25</sup> e fragmentação institucional, heterogeneidade em relação ao tamanho e à qualidade do trabalho acadêmico e pelo embate entre o público e o privado. Embora a política de expansão e interiorização por intermédio da criação de novas instituições tenha sido significativa no Brasil, em Goiás destaca-se a criação de fundações

---

<sup>23</sup> Entendemos diferenciação institucional como as diferentes formas de organização acadêmica das IES, estabelecidas pelo Artigo 4º do Decreto 2.306/1997, “I- universidades; II- centros universitários; III- faculdades integradas; IV- faculdades; V- institutos superiores ou escolas superiores”, associado ao significado de dualidade institucional entre “universidades de pesquisa – que associam ensino-pesquisa-extensão – e universidades de ensino, [...] representadas pelas IES não universitárias, das quais não se exige o vínculo ensino-pesquisa-extensão, [...] centradas especialmente nas atividades de ensino” (SGUISSARDI, 2000, p. 48), considerando novos tipos de cursos (sequencial, tecnológico e não presencial) e modalidades de ensino. Maiores informações, ver Sguissardi (2000, p. 47-62).

<sup>24</sup> A diversificação de fontes de financiamento “responderia a ‘tese’ de que a educação, mormente superior, seria um *serviço público não exclusivo do Estado e competitivo*” (SGUISSARDI, 2000, p. 48), seguindo recomendação do Plano Diretor de Reforma do Estado, transformando as instituições federais de ensino superior (Ifes) em organizações sociais, regidas por contratos de gestão, assumindo um perfil organizacional próximo ao das empresas prestadoras de serviços ao mercado, cobrando pelos serviços sociais ou científicos de extensão, bem como buscando outras fontes de financiamento. A diversificação de fontes de financiamento das IES pode ser por meio de contratos, acordos e convênios, firmados com entidades públicas e privadas, com o objetivo de dar maior autonomia financeira para a instituição. Essa proposta de diversificação de fontes passa a ser encarado pela comunidade acadêmica das Ifes como um processo de privatização do público. Maiores informações, ver Sguissardi (2000, p. 47-62).

<sup>25</sup> Historicamente, o sistema de educação superior no Brasil vem se expandindo, efetivamente, na lógica da privatização, desde a Lei 5.540/1968 (Reforma Universitária). Portanto, não se trata de um fenômeno recente.

municipais de ensino superior no Estado. Em Jataí, a FEJ foi criada em 1984, atuando no CAJ (ensino público) e no Cesut (ensino privado).

O processo de expansão do ensino superior no estado de Goiás, por intermédio da interiorização, na década de 1980, segundo Dourado (2001a), foi “respaldado por um discurso de desenvolvimento regional” (p. 67), fundamentado “em apelos e compromissos eleitoreiros” (p. 68). Neste contexto, aumentaram-se os atos de criação de IES no estado de Goiás – faculdades estaduais e fundações municipais<sup>26</sup> –, principalmente nas cidades consideradas polos econômicos<sup>27</sup>. Isso nos leva a pensar que ocorreu uma expansão pública do ensino, mas Dourado (2001a) alerta que essa ampliação precisa ser analisada com mais rigor, considerando-se a diferenciação entre a natureza (aspecto jurídico) e o caráter das iniciativas educacionais (desdobramento efetivo)<sup>28</sup>. Tomando como parâmetro a compreensão desta diferenciação, os indícios de privatização do público são entendidos, tendo em vista a subordinação política, administrativa e pedagógica das faculdades públicas criadas ao setor privado.

No caso específico de Jataí, em março de 1980 criou-se o CAJ pela UFG, com o objetivo de efetivar o processo de interiorização de cursos de formação de professores. Implantou-se no CAJ, em 1981, o curso de Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática, Química e Física, no qual os professores eram da UFG, lotados em Goiânia, e ministravam aulas em Jataí. Em 1985, foi implantado o primeiro curso com professores concursados e lotados para trabalharem no CAJ/UFG, sendo contratados pela FEJ. As fundações municipais conseguiam a autorização dos cursos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), o que se constituía uma brecha para as instituições privadas aproveitarem para se expandir em razão da insuficiente normatização e fiscalização. Neste contexto, em 1985, criou-se a primeira instituição de ensino superior privada em Jataí, o Cesut<sup>29</sup>, sob a manutenção da FEJ.

---

<sup>26</sup> Em função da ‘engenharia’ jurídica das fundações, ocorria “a rápida tramitação dos processos de criação (Lei Municipal) e de autorização do funcionamento dos estabelecimentos e cursos, cuja tramitação se efetivou inicialmente no âmbito do Conselho Estadual de Educação [...]” (DOURADO, 2001a, p. 89).

<sup>27</sup> Constituem-se em cidades ou regiões consideradas como polos de crescimento. Estão associadas ao planejamento do crescimento nacional para promover o crescimento econômico do país. As cidades e/ou regiões polos de crescimento atraem pessoas e ampliam os fatores de produção e de atividades, ampliando as oportunidades de emprego e inovações na área que exercem influências.

<sup>28</sup> Cury (1992) trabalha com a diferenciação entre a natureza e o caráter das iniciativas educacionais.

<sup>29</sup> O Cesut é uma IES considerada de dependência administrativa privada, tendo como mantenedora de direito a FEJ. A ambiguidade jurídica do Cesut, assim como de outras IES criadas no Brasil, é responsável pelas distorções cadastrais quanto ao número de estabelecimentos e sua dependência administrativa, por “falhas na distinção entre natureza e caráter das instituições”, sendo ora registradas como estabelecimentos privados, ora como municipais (DOURADO, 2001a, p. 69).

Dando continuidade à apresentação das transformações ocorridas na educação superior, constata-se que, na década de 1990, as reformas do Estado praticadas na América Latina apresentaram como fundamento a concepção neoliberal. As políticas de ajuste estrutural desenvolvidas se pautaram na “desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado” (CHAVES, LIMA e MEDEIROS, 2008, p. 333).

A concepção neoliberal passou a direcionar a política brasileira a partir do governo de Fernando Collor de Mello<sup>30</sup> (1990-1992) e acentuou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso<sup>31</sup> (1995-2002) por meio de uma série de reformas do Estado, tendo a privatização como um dos eixos centrais. O Plano Diretor do Aparelho do Estado, publicado em novembro de 1995, apresenta os pressupostos básicos da reforma do Estado no Brasil, que tem como finalidade intensificar a abertura do mercado para investimentos estrangeiros. O que se percebe na proposta, no entender de Chaves, Lima e Medeiros (2008), é que “trata-se da implantação de um Estado, economicista e empresarial-gerencialista, onde a satisfação das demandas do mercado e de sua lógica da competição ocupam lugar de destaque” (p. 345), na qual “a defesa da universalização dos direitos sociais foi substituída pela da focalização e o princípio da igualdade pelo da equidade” (p. 333).

A política de focalização na área educacional revela-se por meio dos recursos da União, priorizados para o atendimento ao ensino fundamental pela redução dos investimentos públicos nas IES públicas, conduzindo-as a conseguir recursos no mercado, e pela criação de bolsas para os estudantes do ensino superior privado (CHAVES, LIMA, MEDEIROS, 2008).

A partir dos anos 1990, implementou-se uma série de instrumentos normativos pelo MEC, em consonância com algumas diretrizes do BM e da Unesco, tendo como marco de referência para a reforma da educação superior brasileira a LDB/1996. Essa fase de reestruturação capitalista no Brasil é abalizada por políticas de centralização<sup>32</sup>, diferenciação e diversificação institucional e, de maneira especial, privatização da esfera pública.

A LDB/1996 reestruturou a educação escolar, os diferentes níveis e modalidades de educação e, segundo Cury (2008), Ristoff e Giolo (2006), acarretou um grande impacto na educação superior e se constituiu um marco importante para os estudos referentes à educação brasileira.

---

<sup>30</sup> No decorrer do trabalho, será utilizado “Collor” para referir-se ao ex-presidente Fernando Collor de Mello.

<sup>31</sup> Durante o trabalho, será utilizado FHC para referir-se ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

<sup>32</sup> Bobbio, Matteucci, Pasquino (2010, p. 330) conceituam centralização como sendo “quando a quantidade de poderes das entidades locais e dos órgãos periféricos é reduzida ao mínimo indispensável, a fim de que possam ser consideradas como entidades subjetivas de administração”.

Segundo Oliveira (2000), os princípios e as ações básicas da reforma da educação superior brasileira são, em grande medida, apontados nos documentos governamentais e nos textos legais (leis, decretos, portarias, resoluções)<sup>33</sup>. Sendo assim, as grandes linhas da educação se expressam em leis que são regulamentadas, mas é oportuno registrar que a instituição de leis não basta. É preciso que essas leis sejam cumpridas e materializadas, por isso a relevância de se fazer pesquisas, considerando não só as leis, como também instrumentos correlatos e reguladores adotados para tentar aprender a lógica das políticas de governo.

Oliveira (2011a) afirma que as políticas de governo “são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna” (p. 329). Nessa ótica, as políticas de governo estão sujeitas às condições e circunstâncias conjunturais, apresentando, assim, maiores riscos de descontinuidade das políticas públicas.

Sendo assim, faz-se necessário “considerar o contexto no qual as políticas são formuladas e implementadas, a análise das políticas de uma perspectiva crítica e a necessidade de entender o processo político como algo dialético” (MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011, p.154).

Um dos objetivos desta pesquisa se constitui em avaliar a política de expansão da educação superior brasileira, determinada pelo governo federal e colocada em prática no município de Jataí pela via do público e do privado, com enfoque nos governos de FHC (1995-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>34</sup> (2003-2010). Apesar do recorte temporal, a centralidade da análise da tese será nos governos de FHC e Lula, justificada por serem os períodos nos quais se concentraram as maiores taxas de expansão da educação superior no Brasil após a consolidação desse nível de ensino e a existência de um conjunto de políticas e ações voltadas para a expansão da educação superior tanto pública como privada.

Ambos os governos apresentaram um elemento político comum enfrentado em seus mandatos: o da expansão do acesso à educação de forma geral, sendo que nossa atenção estará direcionada para a educação superior. O conjunto de medidas normativas adotadas nos

---

<sup>33</sup> A organicidade estabelecida entre as políticas governamentais e os marcos jurídicos no campo educacional aponta que as leis educacionais brasileiras, na sua maioria, são “resultantes da ação do Estado *stricto sensu* sob a batuta da ação dominante do Executivo, ao fazer valer suas ações e políticas já delineadas para o campo” (DOURADO, 2011a, p. 25). O PNE de 2001 e, sobretudo, o de 2011, se diferem, pois foram precedidos de debates pela sociedade civil e objeto de ação do Legislativo, antecipando-se à ação do Executivo.

<sup>34</sup> Durante o trabalho, será utilizado “Lula” para referir-se ao ex- presidente Luís Inácio Lula da Silva.

dois governos fortaleceu e deu continuidade à política de expansão da educação superior sob a lógica da diversificação, diferenciação e da privatização<sup>35</sup>.

Várias políticas foram desencadeadas nos governos de FHC e Lula após a LDB/1996, enfatizando, no caso da educação superior, decretos, portarias e resoluções da Secretaria de Ensino Superior (Sesu/MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) e, a partir de 17/04/2011, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres)<sup>36</sup> e por legislações específicas do CEE, que caracterizaram o processo de expansão e interiorização da educação superior nos setores públicos e privados em consonância ao movimento nacional para o setor. Dentre as legislações federais, destacam-se: o Decreto 5.028/1999, que instituiu a concessão de bolsa universitária; o Programa de Expansão das Universidades Federais/2003; o Projeto de Lei 3.627/2004, que trata de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições federais de educação superior (Ifes); a Lei de Inovação Tecnológica 10.973/2004; a Lei de Parceria Público-Privada 11.079/2004; a Lei 11.096/2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (Prouni); o Projeto de Lei 7.200/2006, que trata da Reforma da Educação Superior; o Decreto 6.096/2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, dentre outros. E, da legislação estadual, destacam-se: a Lei Complementar 26/1998, que estabeleceu as Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás, e a Lei 13.456/1999, que dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo estadual.

Quando se analisa os governos de FHC e Lula, segundo Gomes (2008), verifica-se diferença na atuação do Estado/governo em relação à educação superior. Para o autor, o governo FHC adotou a política marcada pelo corte dos recursos financeiros do Estado, pelo pressuposto das forças do mercado para realizar a distribuição dos bens educacionais, acarretando a competitividade entre as IES e forte clivagem entre o público e o privado, com primazia do privado. O governo Lula – apesar de manter características do governo anterior,

---

<sup>35</sup> A privatização das IES públicas se orientou no processo de comercialização de serviços (cursos pagos de extensão, especialização e mestrado profissionalizante, assessorias e consultorias) para captação de recursos junto a empresas e clientes (SILVA JR.; SGUISSARDI; 2001 e CHAVES; LIMA; MEDEIROS, 2008).

<sup>36</sup> A Seres foi criada pelo Decreto 7.480, em 17 de abril de 2011, e passou a assumir as competências antes da Sesu, da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Goiás (Setec) e da extinta SEED do Ministério da Educação (MEC). É a unidade do MEC responsável pela regulação e supervisão das IES (públicas e privadas), dos cursos superiores de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico), dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (modalidade presencial ou a distância), e responsável pela Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (Cebas). Seu objetivo é administrar para que a legislação educacional seja executada e suas ações busquem “induzir a elevação da qualidade do ensino por meio do estabelecimento de diretrizes para a expansão dos cursos e instituições, da conformidade às diretrizes curriculares nacionais e de parâmetros de qualidade de cursos e instituições” (*site* da Seres: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16717&Itemid=1117](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16717&Itemid=1117)).

como a competitividade e a intensa ação do mecanismo de mercado na educação superior – propõe política de intervenção estatal, principalmente mediante o financiamento das IES privadas por isenção fiscal, com o intuito de incluir as camadas populares na educação superior, com a implantação de políticas públicas, como o Reuni.

Partindo do princípio apontado por Dourado (2001a) de que a criação de novas instituições de ensino se deu em função de pressões sociais e barganhas políticas diversificadas – o que demonstra que o processo de expansão e interiorização do ensino superior não se efetivou por meio de planejamento qualitativo, e, sim, como processo político “resultado do caráter de classe do Estado capitalista, desigual e combinado e [que] possui funcionalidade econômica, política e social” (p. 24); da afirmação de Baldino (1991, p. 25), que o processo de interiorização do ensino superior é resultante de “pactos políticos eleitorais e de articulações do empresariado com as Prefeituras Municipais”, o que levou alguns locais à instalação de estabelecimentos de ensino superior de forma isolada, efetivadas sob o discurso de modernização e de desenvolvimento regional, e da política governamental de FHC e Lula que deu continuidade à lógica do processo expansionista centrado na diversificação, diferenciação institucional, a partir da segunda metade de 1990 –, que apresento as questões norteadoras da pesquisa: que elementos caracterizam as políticas de interiorização e a expansão do ensino superior no Brasil a partir de 1985? Há diferenças nos processos desencadeados pelos governos de FHC e de Lula? Particularmente, como tal processo de expansão e interiorização do ensino superior se efetivou no Sudoeste goiano, no município de Jataí, e quais as suas características, no período proposto para a análise?

Para analisar a política de expansão do ensino superior deliberada pelo governo federal e implementada no município de Jataí pela via do público e do privado, levanto outras indagações que deverão ser exploradas: quais são as políticas de expansão e interiorização do ensino superior do país neste início do século XXI? Que políticas motivaram a interiorização e expansão do ensino superior no estado de Goiás nesse período? Quais são os interesses sociais e políticos da região que contribuíram para a implantação, interiorização e expansão do ensino superior em Jataí, a partir de 1985? Qual o papel da UFG, UEG e IFG no contexto de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí? Quais os elementos responsáveis pela expansão restrita do ensino privado na cidade de Jataí?

A pesquisa teve o objetivo geral de investigar quais elementos caracterizam o processo de interiorização e de expansão do ensino superior no Brasil, pensada globalmente, mas implantada em contextos diferenciados e, no caso específico deste trabalho, no estado de

Goiás, na cidade de Jataí, procurando desvelar e compreender a singularidade da situação regional, sem perder de vista os determinantes histórico-culturais e econômicos mais amplos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram: compilados documentos emitidos pelo MEC (leis, decretos, resoluções, pareceres) e dados estatísticos referentes ao ensino superior no Brasil, no estado de Goiás e no município de Jataí, coletados em *sites* como Inep/MEC e Sesu, a partir de 1985, direcionando a atenção para o processo de expansão e interiorização da educação superior; analisados os documentos compilados com o intuito de identificar elementos para compreender a racionalidade do movimento de criação de IES, ampliação de cursos e de vagas; feita uma releitura e reinterpretação dos documentos selecionados, conflitando e analisando dados levantados; desvendados os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que estão por trás de uma realidade obscura (implícita) que interferiram e influenciaram na expansão e interiorização do ensino superior no município de Jataí/GO; delineadas as principais características da região que motivaram a implantação dos cursos das IES em Jataí-GO, apresentando a relação deste processo com o aumento de vagas no ensino superior público, bem como os reflexos deste processo no município; analisada a função da FEJ para a criação, consolidação e expansão da educação superior em Jataí; identificado o papel das IES no contexto de expansão e interiorização do ensino superior no estado de Goiás e, em especial, no município de Jataí; e investigada a razão da expansão das IES públicas e privadas em Jataí, identificando a lógica expansionista verificada nesse município.

O presente trabalho insere-se na linha de pesquisa Estado, Políticas e História da Educação<sup>37</sup>, com ênfase nas políticas implementadas no estado de Goiás, nos períodos dos governos de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), tendo como premissa a nova ordenação baseada na LDB/1996. Consciente de que a política pública educacional brasileira referente à educação superior é apreendida como parte constituinte e constitutiva das modificações políticas e históricas que a determinam, esse trabalho se pautou nos estudos de: Amaral (2009); Carvalho (2006); Catani e Oliveira (2002); Cunha (2003, 2004, 2006); Dourado (2001a, 2002, 2008, 2010, 2011a); Morosini (2006); Ferreira (2009); Frigotto (2009); Gomes (2008); Lima (2008); Mancebo, Silva Jr., Oliveira (2008); Oliveira (2009, 2011a, 2011b); Ristoff e Giolo (2006); Sguissardi (1993, 2004, 2006, 2008); Silva Jr. (2007); Silva Jr. e Sguissardi (2001, 2005); Trow (2005), dentre outros, procurando estabelecer articulação com

---

<sup>37</sup> Linha de pesquisa implantada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG. A pesquisa está vinculada ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Documentação Educação, Sociedade e Cultura (Nedesc) da UFG.

a reflexão sobre a expansão de educação superior em Jataí.

O campo de investigação concentra-se no município de Jataí. Foram investigadas cinco IES de Jataí: UFG/CAJ; IFG/Câmpus Jataí; UEG – UnU de Jataí; Cesut e Faja, tendo como critério de seleção as IES que ofertam cursos de graduação presenciais. A opção pelos cursos de graduação presenciais se deve ao fato de os cursos a distância ainda não terem sido consolidados no município e serem uma proposta recente (2006). Além das cinco IES, a FEJ também foi investigada por ser importante no processo de criação e expansão do ensino superior no município de Jataí, tendo vínculo direto com o CAJ e o Cesut.

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se como trajetória de investigação um conjunto de procedimentos metodológicos que compreendem pesquisa bibliográfica e documental, análise estatística e entrevistas, como via de acesso para coletar, sistematizar, analisar, interpretar e refletir, com maior coerência e correção possível, as questões propostas nesse estudo no seu momento histórico. Dessa maneira, procurou-se extrair um conhecimento que não estava dado, utilizando o método de pesquisa de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977)<sup>38</sup>.

Realizou-se revisão da literatura sobre a expansão e interiorização da educação superior no Brasil, em específico no estado de Goiás e em Jataí e, para tanto, realizou-se consulta no banco de teses e dissertações da Capes (Apêndice A), bem como de livros e artigos publicados.

A relevância científica do trabalho se pauta na necessidade de desenvolver estudos específicos, sobretudo no estado de Goiás. Após consulta realizada no banco de teses e dissertações da Capes, durante o período de 2000 a 2011, utilizando-se as palavras-chave expansão do ensino superior e expansão da educação superior, foram encontrados 164 trabalhos (Apêndice A – Tabela 1). Após leitura dos títulos e dos resumos das pesquisas, considerando-se o recorte temporal definido da presente pesquisa, anos de 1985 a 2010, das expressões expansão e interiorização dos cursos de graduação presenciais, foram identificadas 45 pesquisas (em negrito) e, destas, apenas sete (marcadas na cor cinza) se referem ao estado de Goiás (Apêndice A – Quadro 1).

Das sete pesquisas relacionadas a Goiás, foram encontradas três que abordam sobre as políticas de expansão da educação superior do estado de forma geral: “A expansão da

---

<sup>38</sup> Para Bardin (1977), a análise de conteúdo se organiza em três etapas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na pré-análise defini-se o universo de documentos que serão submetidos a estudo *a priori* e se elaboram os indicadores que fundamentaram a interpretação final. Em seguida, é explorado o material coletado e, depois, realizada a inferência, que consiste na interpretação dos resultados, fazendo uma releitura, reinterpretando os textos analisados e das entrevistas realizadas.



educação superior em Goiás na interseção com as políticas públicas do governo federal”, “A expansão das licenciaturas e da educação superior em Goiás: privatização, interiorização e estadualização (1997 - 2006)” e “O ensino superior de administração no Brasil e em Goiás: expansão, privatização e mercantilização no período de 1995-2006”. Três pesquisas enfocam a expansão educação superior, tendo como objeto de investigação uma universidade em específico: “Políticas de expansão da Universidade Federal de Goiás: a interiorização de cursos nos municípios de Goiás e de Rialma”, “Políticas de Expansão e Estruturação da Educação Superior em Goiânia nos anos 90: o caso da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas” e “Expansão da educação superior privada no Brasil a partir da década de 1990: o caso da Faculdade Cambury de Goiânia - Goiás”. E, ainda, um trabalho que faz estudo comparativo dos cursos de pedagogia de Goiânia.

Com base nesse levantamento, constata-se um número reduzido de trabalhos que abordam as políticas de expansão e interiorização do ensino superior em Goiás e a inexistência de pesquisa nessa área do município de Jataí. Esta constatação sinaliza a importância e a pertinência dessa produção científica, que poderá se constituir em material de investigação para outros estudos referentes ao assunto.

Na pesquisa documental, procedeu-se à leitura e análise de documentos oficiais (leis, decretos, normativas, planos de desenvolvimento institucional, programas pedagógicos de cursos, estatutos, atas, dentre outros) que possibilitassem maior apreensão e compreensão do processo de criação, expansão e consolidação da educação superior no município de Jataí. O processo de coleta de documentação constituiu-se em um período de aprendizagem, uma vez que possibilitou novas relações por meio do cruzamento de documentação, ao mesmo tempo que se descortinavam as políticas de expansão e de interiorização da educação superior do Brasil, de Goiás e, especialmente, de Jataí. Portanto, foram indispensáveis as pesquisas realizadas nos sítios do MEC, do Inep, da Sesu, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), do CEE, da Sectec-Go, dentre outros.

Ao analisar o conteúdo dos documentos selecionados que influenciaram a política de educação superior brasileira (os planos, as diretrizes, os decretos, as leis e ações nacionais), que regulamentaram o processo de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, bem como os documentos elaborados por entidade civil que contribuíram para esse processo no estado de Goiás e na cidade de Jataí, procurou-se não “**aprender com** o documento e sim **aprender no documento** as pistas para compreender a racionalidade” (SHIROMA, CAMPOS e GARCIA, 2004, p. 1, grifos do autor) do movimento de expansão e interiorização vivenciado pelas instituições de ensino superior de Jataí.

Com relação aos indicadores ou à categorização que fundamentaram a análise, segundo Shiroma, Campos e Garcia (2004, p. 1), “identificar os conceitos-chave em torno dos quais se estruturam [...] os documentos é um ponto de partida para a investigação da política educacional”. Sendo assim, a pesquisa utilizou como categorias de análise: expansão e interiorização. Ao discutir essas categorias-chave, implicações decorrentes destes conceitos que se estabelecem como constitutivas da educação superior e que se articulam a temática, foram analisadas como: democratização, privatização, diferenciação, diversificação, centralização, desequilíbrio regional, acessibilidade, ociosidade crescente de vagas e complexificação.

O trabalho de análise estatística e de indicadores foi organizado com base nos dados coletados do MEC/Inep, da Sectec de Goiás, bem como das IES de Jataí, considerando o processo de expansão e interiorização da educação superior no Brasil, no estado de Goiás e em Jataí, com vistas a estabelecer possíveis nexos com as políticas públicas direcionadas à educação superior, principalmente dos governos de FHC e Lula. Nem sempre a análise pode ser traduzida em números, por isso foi necessário estudo pormenorizado dos dados, procurando interpretar os fenômenos sociais, políticos e econômicos do momento histórico, fazendo uma análise quali-quantitativa dos elementos coletados. O escopo de análise dos indicadores referentes à graduação presencial do Brasil, de Goiás e de Jataí centraliza-se nos dados relativos a instituições de ensino superior, matrículas, cursos e vagas da graduação presencial, que dão expressão às categorias expansão e interiorização. As tabelas inseridas no corpo da tese concentram os dados de 1994, 2002 e 2010, para facilitar a análise por governo. Encontram-se, no Apêndice G, as tabelas do Brasil e do estado de Goiás, contendo os dados referentes aos anos compreendidos entre 1994 a 2010, e as tabelas de Jataí com os dados de 1991 a 2010 para consulta.

Para complementar as informações referentes às instituições de educação superior selecionadas, principalmente os fatos e efeitos relativos ao processo de criação, expansão e consolidação das IES, foi necessário realizar entrevista<sup>39</sup> para coleta de dados. O tipo de entrevista realizada foi a semiestruturada, com indagações básicas apoiadas em teorias e hipóteses que interessavam à pesquisa, possibilitando ao entrevistado a liberdade necessária para responder e, em seguida, permitiu “amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146) que foram aparecendo à medida que se recebia as respostas dos entrevistados. Como os questionamentos, dependendo da instituição

---

<sup>39</sup> A entrevista é um dos principais instrumentos de coleta de dados utilizado nas pesquisas em ciências sociais (TRIVIÑOS, 1987; LÜDKE, ANDRÉ, 1986).

investigada, remetiam às décadas de 1980 e 1990, dependia-se da memória do entrevistado e de sua capacidade de recordar. Vale destacar que alguns pontos das entrevistas apareceram conflituosos ou divergentes com os dados da análise estatística e com a pesquisa documental, sendo necessário novo contato com o entrevistado para maiores esclarecimentos. É importante ressaltar que os depoimentos pessoais não são a história em si, mas podem fornecer importantes informações ou pistas para o pesquisador, que deverá articular com outras fontes, como forma de obter um controle, mesmo que relativo, sobre as informações orais (TRIVIÑOS, 1987).

Os sujeitos da pesquisa (Apêndice B – Quadro 2)<sup>40</sup> selecionados são gestores (ex-reitor, ex ou atual diretor, ex ou atual coordenador) e professores das IES elegidas, bem como pessoas da comunidade que, de alguma forma, fizeram parte do processo de implantação das instituições, e alguns presidentes da FEJ. A amostra intencional foi composta por 18 sujeitos e um total de 20 entrevistas, pois dois sujeitos deram entrevistas para IES diferentes, sendo cinco da UFG/CAJ; três do IFG – Câmpus Jataí; três da UEG – UnU de Jataí; três do Cesut; dois da Faja e quatro da FEJ. No corpo do trabalho, optou-se por referenciar os sujeitos entrevistados, utilizando-se a expressão “entrevistado”, acompanhada de algarismo de 1 a 20, com o objetivo de evitar quaisquer informações que levem à identificação pessoal.

No início de cada entrevista, antecipadamente agendada, os sujeitos foram informados dos objetivos da pesquisa, as questões feitas seguiram um roteiro (Apêndice C) previamente aprovado pelo Comitê de Ética da UFG<sup>41</sup> e os depoimentos foram gravados e acompanhados de anotações, depois transcritos<sup>42</sup> e analisados. Com o consentimento dos entrevistados, trechos foram utilizados nesta tese.

Os dados obtidos nas entrevistas permitiram avaliar melhor as variáveis exploradas quantitativamente na fundamentação teórica da pesquisa e, como resalta Gomes (2001), baseado em Minayo, possibilitaram ratificar ou não as proposições da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, expandindo o conhecimento sobre o tema pesquisado. De acordo com Lüdke e André (1986), o trabalho de análise subentende na organização de todo o

---

<sup>40</sup> O quadro 2 apresenta a data de cada entrevista realizada, o cargo dos entrevistados com o período de atuação e a definição do vínculo com a instituição pesquisada.

<sup>41</sup> Projeto de Pesquisa aprovado em 27 de fevereiro de 2012, pelo protocolo 16/2012.

<sup>42</sup> Na transcrição das entrevistas, decidiu-se pela transcrição textualizada na perspectiva apontada por Meihy (2002), que se fundamenta na passagem da linguagem oral para a escrita, com eliminação de repetição e vícios de linguagem presentes na oralidade.

material<sup>43</sup>, separando-o em partes, buscando estabelecer tendências e padrões importantes, procurando relações e conclusões num plano de abstração superior.

Essa abordagem qualitativa possibilitou identificar como se deu o processo de expansão e consolidação das IES de Jataí. Os dados coletados foram cruzados, possibilitando melhor exploração das variáveis para composição da amostra.

De acordo com Luckesi e Passos (1992), a produção do conhecimento científico busca a essência na aparência, o significado do que está oculto e, para tanto, o pesquisador deve fazer uso de recursos metodológicos variados para conseguir elucidar a realidade investigada. Durante a pesquisa, adotou-se como objeto de investigação a singularidade do processo de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí<sup>44</sup>, não como representante de um universal e nem com o objetivo de generalização. Tomou-se o objeto de estudo como uma manifestação aparente de algo que não está sendo captável, a sua essência, e, com isso, procurou-se desvelar com a pesquisa documental e as entrevistas o que não foi escrito, descrito e nem dito, desvendando-se a rede de relações e articulações dos atores envolvidos no processo, consciente de que o objeto presente é resultado de um passado que o torna compreensível.

A revisão da literatura e o desenvolvimento da pesquisa permitiram estruturar o trabalho em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, abordou-se sobre as formas e fases do sistema de ensino superior, focalizando a realidade brasileira. Em seguida, traçou-se um panorama da história da expansão da educação superior no Brasil e das políticas educacionais voltadas para esse nível de ensino a partir de 1985, com enfoque nos governos de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), refletindo sobre a influência dos organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI), bem como o processo de empresariamento do ensino superior. Posteriormente, realizou-se a análise dos indicadores que influenciaram o processo de expansão da educação superior nos governos de FHC e Lula.

Em seguida, no segundo capítulo, apresentou-se uma visão do processo de expansão e interiorização do ensino superior no estado de Goiás. Para tanto, abordou-se sobre os marcos do desenvolvimento do Estado e a relação com a educação superior, delineou-se sobre o processo de criação, estruturação e políticas de extensão e/ou interiorização das IES de Goiás (UFG, UEG e IFG), que criaram câmpus ou unidades universitárias no município de

---

<sup>43</sup> No Apêndice D, encontra-se o banco de dados da tese, no qual estão listados os documentos encontrados e analisados de cada instituição pesquisada.

<sup>44</sup> A singularidade da cidade de Jataí nesse processo por ser explicitada pelo fato de que, naquele momento, em meados de 1980, a sociedade civil e política criaram a FEJ com o objetivo de ela ser responsável pela educação superior do município, expandindo o ensino público e privado de Jataí com diferentes interesses.

Jataí e, por fim, apresentou-se a análise dos indicadores que influenciaram no processo de expansão e interiorização da educação superior de Goiás.

No terceiro capítulo, realizou-se uma análise sobre o processo de estruturação da educação superior no município de Jataí-GO nos anos 1980. Para tanto, caracterizou-se o município de Jataí, fez-se um retrospecto da criação e institucionalização das primeiras IES e da FEJ e analisaram-se os indicadores que influenciaram o processo de expansão desse nível de ensino, em Jataí, na década de 1980. A relevância desse retrospecto se pautou na possibilidade de se identificar os diferentes atores que participaram direta ou indiretamente do processo de criação e estruturação das IES do município de Jataí e da FEJ, bem como compreender os fatores que contribuíram ou dificultaram a consolidação e expansão destas.

No quarto e último capítulo, mostrou-se como se deu o processo de consolidação da educação superior no município de Jataí no período de 1990-2010, abordando a história de criação e estruturação das novas IES, da consolidação e complexificação das instituições existentes, e as tendências, perspectivas e os limites do processo de expansão, situando a interiorização das cinco IES analisadas. Avaliou-se também os indicadores que influenciaram o processo de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí-GO.

Nas considerações finais, realizaram-se algumas reflexões que retomaram as questões norteadoras da investigação e a identificar alguns aspectos fundamentais das análises efetivadas, situando os contornos das políticas de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí-GO, os elementos constitutivos dessa expansão, as IES e suas diferentes conformações, tanto no setor público quanto no privado.

## 1 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O capítulo tem como finalidade analisar as formas e fases do sistema de ensino superior, tendo como foco a realidade brasileira, e examinar criticamente os aspectos ligados ao processo de expansão da educação superior no Brasil e das políticas educacionais voltadas para esse nível de ensino, a partir de 1985, baseado na reforma da educação superior nos governos de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), entendendo a cronologia como um marco para a busca de um passado significativo. Procurou-se apreender a lógica das reformas e políticas para a educação superior, propostas e materializadas, principalmente as engendradas nos governos de FHC e Lula, refletindo sobre a influência dos organismos multilaterais, bem como sobre o processo de empresariamento do ensino superior, e analisar os indicadores que influenciaram o processo de expansão desse nível de ensino, o que possibilitou maior compreensão das mudanças implantadas no estado de Goiás e em Jataí.

A expansão da educação superior não é algo recente, entretanto, a forma percebida, encarada e proposta pelos diversos nichos da sociedade nesse processo é que se altera, segundo interesses e conjunturas políticas, sociais, culturais e econômicas. A partir de meados de 1990, a educação superior brasileira evidenciou aspectos que expressam um processo de mudanças desse nível de ensino.

Os sistemas de educação, segundo Gomes e Azevedo (2009), “são construções sociais que não prescindem e, sobretudo, não sobrevivem sem mecanismo e procedimentos de regulação” (p. 183). Essa afirmação é válida para as sociedades, como a brasileira. Os mecanismos de regulação contribuem para a transição do sistema de educação de elite para o sistema de massa, e principalmente para as sociedades que atingiram o sistema de acesso universal.

Os autores partem do pressuposto de que a regulação

é uma expressão da política, condicionada por vários fatores sociais objetivos, entre os quais se destacam o tamanho e o volume do sistema de educação, a capacidade de financiamento público do sistema regulatório, os conhecimentos e técnicas disponíveis e efetivamente utilizados, as posições e estratégias das forças sociais que povoam o campo da educação e o que se pretende com a regulação, tais como engendrar a competitividade institucional, fortalecer o mercado da educação superior, reconhecer cursos, credenciar ou descredenciar instituições (GOMES; AZEVEDO, 2009, p. 185).

Com essa visão de regulação apresentada pelos autores, o que se pode afirmar é que inicialmente a regulação se apresenta como discurso político e é nos sujeitos sociais que encontrará condições de possibilidade de sua reprodução, porque é por meio deles que se processa o seu consumo ou sua efetividade.

Os modos e procedimentos de regulação centralizados, basicamente intrassistêmicos, coordenados pelo corpo de professores e especialistas, produzidos no sistema de elite, que incutiam uma formação acadêmica e moralmente rigorosa adequada às formas de poder existentes, foram revistos no estágio vivido pelos sistemas de educação nas sociedades profundamente associadas ao capitalismo (TROW, 2005). Nestas, as motivações econômicas ocupam lugar fundamental na gênese discursiva das políticas públicas em geral e, em específico, da educação, disputando com projetos societários que reafirmam a importância da formação e da emancipação humana, articuladas com a produção material, vida social e política. Essas formas de regulação se apresentam nas sociedades como uma forma de gestão social por meio da educação.

Para as reflexões sobre as fases de crescimento e expansão da educação superior brasileira, consideraram-se a taxa de crescimento, o tamanho absoluto do sistema e das instituições de ensino superior, a proporção do grupo etário relevante matriculado nas instituições e a quantidade de recursos destinados ao financiamento das IES, seguindo Trow (2005). As análises desenvolvidas neste estudo não se restringem aos dados quantitativos como se eles tivessem valor em si mesmo, mas procuram perceber os nexos constitutivos com as políticas educacionais brasileiras.

Analisar o processo de expansão e consolidação das IES implica em avaliar o movimento desencadeado por estas no recorte temporal da pesquisa. De acordo com Plano Diretor para a Educação Superior de Goiás (PDES/GO) – 2006-2015<sup>45</sup>, algumas ações expansionistas, a serem avaliadas são:

- 1) graduação: abertura de novos cursos (diurnos e noturnos), ampliação de vagas (criação de novas turmas, especialmente, no turno noturno) e interiorização das atividades acadêmicas (cursos, turmas em novos campi) e

---

<sup>45</sup> A Sectec, em parceria com as IES goianas, por meio de uma ação de construção coletiva, elaborou o PDES/GO – 2006-2015, contendo sugestões e encaminhamentos de ações focalizadas para o desenvolvimento do ensino de graduação e pós-graduação do estado de Goiás, por meio da articulação dos profissionais do ensino e da pesquisa dos setores públicos e privados, visando contribuir para a melhoria da competência, da qualificação e, por conseguinte, pela primazia nos diferentes setores de desempenho do Estado. Esse plano diretor foi o primeiro movimento em Goiás de planejamento da educação superior. Dentre os programas delineados no Plano Plurianual do Estado de Goiás - 2004-2007, que contribuíram para a elaboração do PDES/GO, vale destacar o Programa Universidade Participativa, que objetivava expandir e consolidar a UEG como referência nacional de Universidade pública (GOIÁS, Setec, 2007).

implementação de experiências e projetos de formação na modalidade de educação à distância;

2) na Pós-graduação: abertura de novos cursos e programas *stricto sensu*, convênios interinstitucionais, nacionais e internacionais, implementação de cursos regionais (envolvendo mais de uma Universidade, sobretudo, em regiões com pequena inserção na pós-graduação) [...];

3) na pesquisa: ampliação do número de grupos e diretórios de pesquisa, maior articulação com o setor produtivo e com as políticas sociais, criação e fortalecimento de agências de fomento à pesquisa [...];

4) na extensão: diversificação das atividades e rediscussão dos marcos da relação universidade e sociedade [...] (GOIÁS, SECTEC, PDES/GO, As políticas da educação superior do Brasil, 2007, p. 3-4).

Nesta pesquisa, foram avaliadas as ações expansionistas ligadas à graduação, na modalidade presencial, tomando como parâmetro a criação de IES públicas e privadas, o aumento da oferta de vagas no ensino superior por meio da abertura de novos cursos (diurnos e noturnos), a ampliação de vagas (criação de novas turmas e aumento de vagas em cursos já existentes) e a interiorização das atividades acadêmicas (cursos e turmas em novos câmpus).

De acordo com Gomes (2008), tomando como parâmetro os diagnósticos oficiais sobre a educação superior e do seu papel no desenvolvimento econômico brasileiro, a despeito de pontos comuns ocorreram diferenças nas políticas adotadas pela administração dos ex-presidentes FHC e Lula. Nesse sentido, evidenciam-se como pontos convergentes no diagnóstico sobre a educação superior: o reduzido quantitativo de matrícula; a baixa relação professor/aluno; a baixa qualidade dos cursos de graduação; a necessidade de constituir nova regulamentação para a autonomia universitária, principalmente no que se refere à dimensão financeira das Ifes. Entretanto, a forma de analisar e tomar medidas para enfrentar os problemas se difere. Apesar dos elementos de continuidade, há indícios de descontinuidade<sup>46</sup> que podem ser percebidos e que, ao longo do trabalho, foram pontuados.

## 1.1 SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: FORMAS E FASES DO ENSINO SUPERIOR NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

De acordo com o modelo teórico desenvolvido por Trow (2005), existem três amplas fases de transformação do sistema de educação superior: o sistema de elite, o sistema de massa e o sistema de acesso universal. Ele retomou e atualizou conceitos introduzidos no início de 1970, sobre as mudanças no sistema de educação superior, e organizou um conjunto

---

<sup>46</sup> Maiores detalhes sobre a continuidade e as descontinuidades da política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008), ver Carvalho (2011).



de dimensões que caracterizam as três fases<sup>47</sup> de expansão da educação superior na contemporaneidade dentro do contexto da evolução da Europa.

As dimensões apontadas que caracterizam as transformações do ensino superior são: “dimensão do sistema, função da educação superior, currículo e formas de instrução, formação profissional do estudante, características institucionais, *locus* de poder e de decisão, padrões acadêmicos (qualidade), políticas de acesso e seleção, formas de administração acadêmica e governança interna” (TROW, 2005, p. 64).

Entre as mostras da expansão do sistema de educação superior, Trow (2005) enfatiza três dados que se inter-relacionam e provocam problemas díspares, acarretando modificações significativas: a taxa de crescimento da matrícula, o tamanho absoluto do sistema e das instituições e a proporção do grupo etário relevante matriculado nas IES.

A taxa de crescimento da matrícula<sup>48</sup> acarreta certa apreensão sobre as estruturas de governança e administração, leva à inovação acadêmica, altera as configurações mais tradicionais de relações das comunidades acadêmicas, tende a colocar em confronto a natureza e a função da educação superior e faz pressão para os governos formularem políticas compensatórias e/ou afirmativas (TROW, 2005). Junto a esse dado, a ampliação significativa de determinado grupo etário<sup>49</sup> e social na educação superior modifica a organização das instituições de ensino e a estrutura curricular dos cursos, estimulando a diferenciação e diversificação institucional.

Para Trow (2005), a origem do processo de transição de uma fase do sistema de educação superior para outra pode ser analisada pelo tamanho do sistema, ou seja, pela ampliação de matrículas efetivadas de determinada faixa etária pertinente (jovens entre 18 a 24 anos). De acordo com o autor, o sistema de elite tende a acolher até 15% do grupo de jovens entre 18 a 24 anos (grupo etário relevante). O acesso ao sistema ocorre praticamente em função da classe social dos estudantes, mantém uma composição rígida na estrutura e oferta de seus cursos e sua função é formar a classe social dominante – em grande parte para o serviço civil, a política e as profissões liberais, se constituindo em fator de ascensão e distinção social.

---

<sup>47</sup> Vale destacar que, embora o autor estabeleça que as transformações se instituem como fases que se sucedem, é admissível a coexistência de mais de um ciclo ou fase. Em seu estudo, Trow (2005, p. 64) apresenta uma tabela contendo as características das transformações do ensino superior de acordo com os sistemas de elite, de massa e de acesso universal.

<sup>48</sup> Independente se o crescimento da matrícula é de taxa bruta ou líquida. A taxa líquida corresponde à relação entre o número de jovens numa dada faixa etária matriculados no ensino superior e o total de jovens da faixa etária considerada. A taxa bruta relaciona o número de matriculados no ensino superior (independentemente da idade) com o número de jovens na faixa etária considerada.

<sup>49</sup> Trow (2005) avalia a taxa líquida, considerando a faixa etária de 18 a 24 anos.

O sistema de massa, conforme Trow (2005), atende de 16 a 50% do grupo etário relevante, e se considera de todo materializado quando acolhe acima de 30% das matrículas da população estudantil de 18 a 24 anos. Além do volume de matrículas, outras características precisam ser consideradas no sistema de massa: a educação superior deixa de ser considerada como privilégio e passa a ser concebida como um direito, atendendo a demanda de um público mais extenso e diferenciado; as formas de acesso e seleção se processam, procurando garantir igualdade de oportunidades (implementação de políticas compensatórias); ampliação e diversificação na estrutura burocrática e administrativa (especialização, racionalização, trabalho administrativo gerencial); aumento em número da proporção da relação professor/estudante; e a função da educação se transforma em ensino de transmissão de conhecimentos técnicos e profissionais e na constituição de líderes para todos os setores da sociedade (preparação para o mercado de trabalho).

O sistema de acesso universal atende mais de 50% das matrículas do grupo de 18 a 24 anos. Assim sendo, o acesso passa a ser definido não mais como direito, mas como “forma de justiça social” (TROW, 2005, p. 18). A seleção aos cursos passa a ser feita pelos estudantes a partir da reputação e avaliação institucional e objetiva a formação de toda a população delimitada pelos processos de transformações sociais e tecnológicas. Algumas consequências da mudança para o sistema de acesso universal são: elevado fluxo de estudantes de classes sociais diferenciadas; finalidade do currículo em tornar-se modular; expansão do ensino a distância; destaque na aprendizagem ao longo da vida; dificuldade em definir o porte da instituição de ensino devido à atenuação dos limites geográficos; flexibilidade das formas de acesso; administração do sistema desenvolvida fora do âmbito acadêmico; flexibilidade do tempo de estudo e de conclusão dos módulos e/ou cursos.

Considerando-se as fases de transformação do sistema de educação superior dadas por Trow (2005), expõe-se, a seguir, reflexões a respeito do processo de expansão da educação superior no Brasil<sup>50</sup>.

### **1.1.1 Sistema de educação brasileiro**

Analisou-se os dados quantitativos relacionados às matrículas, à oferta de vagas, dependência administrativa das instituições e ao financiamento<sup>51</sup>, que expressam parte da

---

<sup>50</sup> Maiores detalhes sobre as características do sistema de educação brasileiro, ver Gomes e Moraes (2009) e Moraes (2013).

dimensão da realidade brasileira, articulando com a análise referente às alterações geradas em todo o sistema de ensino superior, do período compreendido entre 1985 a 2010, avaliando as políticas educacionais que influenciaram na expansão do ensino superior no Brasil no período.

No Brasil, a taxa bruta de matrículas no ensino superior é superior à taxa líquida, como pode ser observado na tabela 2 durante os governos de FHC e Lula. Esse fato se deve ao elevado percentual de estudantes acima da média de idade apropriada (18 a 24 anos) que, segundo Brentani e Cruz (2011), ocorre por dois motivos:

Em primeiro lugar, a elevada taxa de reprovação e de abandono dos estudos, com retorno posterior, que caracteriza o ensino médio, cujo efeito é a elevação da idade média de ingresso no ensino superior (maior que 18 anos). O segundo motivo está associado à ampliação da oferta de ensino e às exigências do mercado de trabalho. Nessas condições, um grande número de pessoas que abandonaram os estudos na conclusão do ensino médio e se inseriram no mercado de trabalho volta a procurar uma formação em nível superior. Trata-se, na maioria das vezes, de estudantes que continuam a trabalhar enquanto estudam, o que é facilitado pela abundância de cursos noturnos, especialmente no setor privado (v. 2, p. 2).

Considerando-se o esforço na democratização do acesso da população ao ensino superior, assim como Brentani e Cruz (2011), a taxa bruta parece ser um indicador para análise da educação superior brasileira. Para os autores,

a taxa bruta indica que o país forma mais pessoas no ensino superior e aumenta, assim, o nível de escolaridade da população adulta, que é, de fato, o fator mais relevante em termos de qualificação da mão de obra e da elevação do nível de escolarização da população (BRENTANI; CRUZ, 2011, v. 2, p. 2).

Sendo assim, optou-se inicialmente por fazer uma análise a partir dos dados da taxa bruta de matrícula.

De 1985-1990, no governo Sarney<sup>52</sup>, observa-se na tabela 2, um crescimento na porcentagem da população matriculada (taxa bruta), passando de 7,7% para 8,2%. A taxa líquida apresentou alterações durante o período em análise e aumentou passando de 5,2% em 1985 para 5,4% em 1990. Apesar da expansão da população matriculada não ter sido tão elevada, o quantitativo de recursos financeiros para as Ifes, excluindo os recursos próprios, de acordo com a tabela 3, passou de R\$ 9,5 milhões (0,46% do Produto Interno Bruto - PIB), em

---

<sup>51</sup> Para Amaral (2009), financiamento é compreendido como aporte financeiro às IES, independentemente de ser público ou privado, permanente ou específico para determinada ação.

<sup>52</sup> O mandato do ex-presidente José Sarney foi de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990.

1985, para R\$ 17,7 milhões (0,93% do PIB), em 1989. Parte deste aumento foi utilizado para “reposição salarial e isonomia salarial entre IFES fundacionais e autárquicas” (AMARAL, 2009, p. 128). Nessa época, o Brasil apresentava inflação alta, e o governo, com o objetivo de reparar as perdas da inflação acumulada, “disparava” os denominados “gatilhos” salariais que aumentavam o salário.

**Tabela 2** – População de 18 a 24 anos, matrícula bruta em educação superior na graduação presencial, taxa bruta e taxa líquida – Brasil (1985 a 2010)

Ano	População 18 a 24 anos	Matrícula bruta em graduação presencial <sup>(1)</sup>	% População matriculada – Taxa bruta <sup>(3)</sup>	Taxa líquida <sup>(4)</sup>
1985	17.821.209	1.367.609	7,7	5,2
1986	18.240.176	1.418.196	7,8	5,1
1987	18.449.578	1.470.555	8,0	5,0
1988	18.545.653	1.503.555	8,1	5,4
1989	18.557.266	1.518.904	8,2	5,2
1990	18.680.776	1.540.080	8,2	5,4
1991	19.352.693	1.565.056	8,0	4,8
1992	18.956.520 <sup>(2)</sup>	1.535.788	8,1	4,8
1993	18.560.344	1.594.668	8,5	5,0
1994	18.648.670 <sup>(2)</sup>	1.661.034	8,9	6,2
1995	18.737.006	1.759.703	9,3	5,8
1996	19.491.000	1.868.529	9,6	5,8
1997	19.634.957	1.945.615	9,9	6,2
1998	20.350.699	2.125.958	10,4	6,7
1999	20.977.857	2.369.945	11,3	7,4
2000	23.365.185	2.694.245	11,5	7,3
2001	22.940.218	3.030.754	13,2	8,7
2002	23.098.462	3.479.913	15,1	9,6
2003	23.371.702	3.887.022	16,6	10,5
2004	24.072.318	4.163.733	17,3	10,4
2005	24.405.518	4.453.156	18,2	11,1
2006	24.285.000	4.676.646	19,2	12,4
2007	23.845.000	4.880.381	20,1	13,0
2008	23.242.000	5.080.056	21,8	13,6
2009	23.034.321	5.115.896	22,2	13,7
2010	23.878.190	6.379.299	26,7	13,9

Fonte: Gomes e Moraes (2009, p. 8). Os dados referentes aos anos de 2008-2010 foram completados pela autora a partir do Censo da educação superior de 2010. Os dados da taxa líquida são de Carvalho (2011, p. 307). 1) Toda a população estudantil independentemente da idade. 2) Gomes e Moraes apresentaram essas estimativas. 3) Para padronizar os dados com o do Censo da educação superior de 2010, os índices foram considerados com apenas uma casa após a vírgula (adaptação feita pela autora).

No governo Collor<sup>53</sup>, de 1990-1992, conforme visto na tabela 2, a taxa bruta de população matriculada na educação superior em 1990 se manteve em 8,2%, sofreu uma queda em 1991 para 8,0%, recuperando parte, em 1991, passando para 8,1%. Em 1990, houve 1.540.080 matrículas, sofrendo uma pequena redução (0,27%) em 1992, passando para 1.535.788. A taxa líquida apresentou queda, passando de 5,4% em 1990 para 4,8% em 1992. Nesse período, de acordo com Amaral (2009), o governo reduziu de maneira drástica os recursos da União aplicados nas Ifes, que pode ser percebido pelos dados da tabela 3: em 1989 (governo Sarney) foram aplicados R\$ 17,7 milhões, excluindo os recursos próprios (0,93% do PIB) e, no final do mandato do governo Collor, em 1992, R\$ 9,9 milhões (0,53% do PIB).

**Tabela 3** – Evolução das matrículas da educação superior brasileira, recursos das Ifes, excluindo-se os recursos próprios e o percentual em PIB (1984 a 2002)

<b>Ano</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Recursos das Ifes RS milhões A preços de janeiro de 2008, corrigidos pelo IGP-DI da FGV</b>	<b>% PIB</b>
1985	1.367.609	9.536	0,46
1986	1.418.196	10.551	0,48
1987	1.470.555	14.393	0,69
1988	1.503.555	17.041	0,87
1989	1.518.904	17.734	0,93
1990	1.540.080	14.597	0,77
1991	1.565.056	11.326	0,58
1992	1.535.788	9.987	0,53
1993	1.594.668	12.587	0,67
1994	1.661.034	15.214	0,82
1995	1.759.703	16.896	0,75
1996	1.868.529	15.426	0,64
1997	1.945.615	15.160	0,61
1998	2.125.958	14.695	0,59
1999	2.369.945	14.941	0,61
2000	2.694.245	14.162	0,59
2001	3.030.754	12.892	0,54
2002	3.479.913	13.156	0,55

Fonte: Tabela elaborada pela autora com dados extraídos do MEC/Inep - Sinopse estatística da educação superior e de Amaral (2009).

A partir do ano de 1992, verifica-se o início do processo de crescimento da taxa de população matriculada, que passou a ser contínuo: passou de 8,1% em 1992 para 9,3% em 1995. A taxa líquida expandiu de 1992 a 1994 e apresentou queda em 1995, atingindo 5,8%, o

<sup>53</sup> Collor assumiu a presidência do Brasil de 15 de março de 1990 a 02 de outubro de 1992 quando sofreu impugnação de mandato (*Impeachment*).

que demonstra que a educação superior se mantinha na fase de elite. No período de 1992-1995 do governo Itamar Augusto Cautiero Franco<sup>54</sup>, a expansão da matrícula foi na proporção de 4,1%, em 1993, o quantitativo de matrículas era de 1.594.668, passando para 1.661.034, em 1994 (Tabela 2). Nesse curto período, o governo Itamar Franco aumentou os recursos financeiros destinados às Ifes (Tabela 3), passando de R\$ 9,9 milhões (0,53% do PIB), em 1992, para R\$ 12,5 milhões (0,67% do PIB), em 1993 e R\$ 15,2 milhões (0,82% do PIB), em 1994, o que influenciou a expansão da educação superior.

Amaral (2009) afirma que até 1994 os critérios para distribuição dos recursos financeiros de manutenção e investimentos entre as Ifes não eram conhecidos pela comunidade universitária. Apenas a partir do Decreto 1.285/1994, segundo a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior – Andifes (1994) –, o modelo para distribuição de recursos entre as Ifes foi definido e considerava parâmetros que buscavam medir indicadores de necessidade e indicadores de desempenho<sup>55</sup> para definir o percentual orçamentário por instituição. Esse modelo sofreu modificações em 1999, e o que passou a ser aplicado pelo MEC foi o modelo fundamentado no adotado na Inglaterra, que considerava as atividades de ensino e as atividades de pesquisa (AMARAL, 2009). Com esse modelo, as instituições deveriam ampliar o número de estudantes (graduação e pós-graduação), pois assim conseguiriam mais recursos.

Segundo Ferreira (2009), no governo Itamar Franco, teve-se como ações significativas em relação à educação superior que direta ou indiretamente influenciaram no processo de expansão desse nível de ensino: a Lei 8.958/1994, que possibilitou às IES federais contratarem fundações de direito privado para ampararem projetos de pesquisa, ensino e extensão, bem como para o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico; a definição de uma nova política de Pesquisa e Desenvolvimento, que eliminou as restrições ao capital estrangeiro e a criação do CNE após extinção do Conselho Federal de Educação (CFE) com cunho mais consultivo.

No governo FHC<sup>56</sup> (1995-2002), a porcentagem da população matriculada (taxa bruta) cresceu impulsionada por um conjunto de políticas do governo federal até atingir o patamar de 15,1% em 2002 (Tabela 2). O primeiro mandato começou em 1995, com a taxa de

---

<sup>54</sup> Durante o trabalho, ao se referir ao ex-presidente Itamar Augusto Cautiero Franco, será utilizado “Itamar Franco”. Com a saída de Collor, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o governo brasileiro em 02 de outubro de 1992 e permaneceu no cargo até 1º de janeiro de 1995. Como assumiu a presidência no final de 1992 e entregou o cargo no primeiro dia do ano letivo de 1995, para efeito de estudo são considerados apenas os dados relativos aos anos de 1993 e 1994.

<sup>55</sup> Maiores detalhes sobre os indicadores de necessidades e desempenho, consultar Andifes (1994) e Amaral (2009).

<sup>56</sup> FHC assumiu a presidência do Brasil em 1º de janeiro de 1995 e entregou o cargo em 1º de janeiro de 2003.

população matriculada de 9,3%, e o segundo mandato terminou em 2002, com a taxa de 15,1%, um crescimento de 5,8%. De acordo com Dourado (2008, p. 896), “o processo de diversificação e diferenciação institucionais naturalizados”, após 1995, no país, por meio das mudanças nas políticas e na gestão da educação superior, é responsável pela expansão, consolidando a atuação do ensino privado.

Assim como ocorreu expansão na taxa bruta das matrículas no governo FHC, observa-se também o crescimento na taxa líquida, que passou de 5,8% em 1995 para 9,6% em 2002, um aumento de 3,8%, inferior ao crescimento da taxa bruta, que foi de 5,8%. Os dados evidenciam que um grande número de pessoas acima de 18 a 24 anos está procurando formação em nível superior. Fundamentado na dimensão tamanho do sistema, definido por Trow (2005), pode-se afirmar, a partir dos dados da taxa líquida (Tabela 2) apresentados no período compreendido entre 1995-2002, que o sistema de educação superior brasileiro é elitista.

Durante os dois mandatos do governo FHC (1995-1998; 1999-2002) ocorreu redução contínua, dos recursos do fundo público aplicados nas Ifes. Essa redução pode ser acompanhada nos dados apresentados na tabela 3: em 1994, o quantitativo de recursos financeiros das Ifes em reais, excluindo os recursos próprios, era de R\$ 15,2 milhões (0,82 % do PIB) e caiu para R\$ 13,1 milhões (0,55% do PIB) no último ano de sua gestão, o que representa um decréscimo de 13,8% no volume total de recursos provenientes do fundo público. Os recursos concedidos eram insuficientes para a manutenção e, para lidarem com a escassez, as instituições públicas intensificaram as atividades de prestações de serviços (cursos, assessorias e consultorias remuneradas). Nas palavras de Amaral (2009), as Ifes confrontaram com dois polos de controle: o estatal e o do mercado.

No final do segundo mandato de FHC, foi instituído o Plano Nacional de Educação (PNE/2001), efetivado com a Lei 10.173/2001 que, “apesar de aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República, tendo, portanto, força de lei, não vai se constituir na referência-base do planejamento e das políticas educacionais” (DOURADO, 2011b, p. 24), e nem foi incorporado como tal pelos diversos segmentos da sociedade civil.

O PNE<sup>57</sup>/2001 configurou-se como plano nacional para a educação e sinalizou diretrizes e metas para os 10 anos seguintes. Segundo Dourado (2011b, p. 29), “o PNE

---

<sup>57</sup> O PNE teve tramitação *sui generis*, abrangendo o projeto da sociedade brasileira e a proposta encaminhada pelo Executivo Federal, que expressavam concepções e prioridades educacionais distintas. A proposta da

configurou-se como plano formal, marcado pela ausência de mecanismos concretos de financiamento”, o que colaborou para que as metas definidas pelo plano não se materializassem.

Dentre as metas, vale destacar a de prover a oferta de educação superior para pelo menos 30% da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos até o início de 2011 (BRASIL, 2001), com o objetivo de garantir o padrão fundamental de qualidade nas políticas de expansão para a educação superior. Essa meta definida demonstra a intenção de transformar historicamente o sistema de educação superior brasileiro em um sistema de massa.

A lógica de gestão do governo FHC, segundo Dourado (2011b), foi implementar, por meio do MEC, amplo processo de reforma da educação nacional, tendo como prioridades a adoção de políticas com destaque no ensino fundamental e a execução de dispositivos, tendo em vista a constituição de um sistema de avaliação da educação. O PNE/2001 “não foi considerado como referência para as políticas e gestão do governo FHC” (DOURADO, 2011b, p. 24).

Na gestão do governo Lula (2003-2010)<sup>58</sup>, apesar de o PNE/2001 não se constituir como a base e a diretriz no processo de gestão e de proposições governamentais na implementação das ações educacionais (DOURADO, 2010), ocorreram importantes sinalizações para a educação superior, sobretudo, nas metas do novo PNE propostas pelo executivo federal em 2010, no sentido de garantir expansão da oferta de ensino superior para 30% da população brasileira da faixa etária de 18 a 24 anos.

De 2003 a 2010, durante o governo Lula, de acordo com os dados da tabela 2, observou-se o crescimento contínuo da porcentagem de população matriculada, passando de 16,6 % do volume de matrículas, em 2003, para 26,7%, em 2010, um crescimento de 10,1%. É possível afirmar que, se considerando a taxa bruta de matrículas de 26,7%, há um número representativo da população fora da faixa etária de 18 a 24 anos que retomou os estudos no Brasil.

Quando se compara em número absoluto a quantidade de matrículas, 6.379.299 do ano de 2010, com o quantitativo de 1.377.286 do ano de 1980, observa-se a expansão de 3,6 vezes o número registrado no ano de 1980.

---

sociedade brasileira não foi incorporada ao plano aprovado. A respeito das propostas de PNE, ver: Dourado (2011a, 2011b) e Avaliação do PNE 2001/2008 (BRASIL, MEC, Inep, 2010).

<sup>58</sup> O ex-presidente Lula assumiu o cargo em 02 de janeiro de 2003 e permaneceu até 01 de janeiro de 2011.



No governo Lula, como se observa na tabela 4, os recursos da União aplicados nas Ifes sofreram oscilação no primeiro mandato. Em 2003, foram investidos R\$ 13,5 milhões (0,54% do PIB), houve expansão em 2004, passando para R\$ 15,4 milhões (0,57% do PIB), e uma queda em 2006 para R\$ 14,7 milhões (0,53% do PIB), que corresponde ao menor índice dos dois mandatos. No segundo mandato, observou-se a expansão contínua dos recursos da União aplicados nas Ifes, atingindo em 2009, o patamar de R\$ 24,8 milhões (0,72% do PIB), que corresponde ao maior índice do seu governo.

**Tabela 4** – Recursos financeiros totais, todas as fontes aplicadas nas Ifes e o percentual do PIB (valores em R\$ milhões, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – a preços de janeiro de 2011)

Ano	Total de recursos, todas as fontes (A)	Valor do PIB (B)	% do PIB (% A/B)
2003	13.573,00	2.518.969,56	0,54
2004	15.418,00	2.698.848,43	0,57
2005	14.791,00	2.792.981,15	0,53
2006	17.986,00	2.958.299,71	0,61
2007	19.096,00	3.205.949,42	0,60
2008	20.594,00	3.456.036,67	0,60
2009	24.890,00	3.461.574,83	0,72

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da execução orçamentária do governo federal ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)), séries históricas do Ipeadata ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)) e Amaral, 2011.

O governo Lula adotou medidas e políticas (alterações na ampliação do acesso, redimensionamento do financiamento, sistemática de avaliação, ações afirmativas e consolidação da educação a distância) que possibilitaram a continuidade do processo de expansão das matrículas. Como se observa na tabela 2, no mandato do governo Lula, a taxa bruta passou de 16,6%, em 2002, para 26,7%, em 2010, enquanto a taxa líquida passou de 10,5% para 13,9%. Considerando-se exclusivamente o eixo central do modelo teórico de Trow (2005), que avalia a porcentagem de atendimento da faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior (taxa líquida de matrículas), pode-se inferir que, em 2010, o Brasil com a taxa líquida de 13,9% permanece como sistema de educação superior de elite, tendo em vista que a porcentagem de população matriculada não ultrapassou 15%.

Sem a pretensão de exaustividade, serão apresentadas ações dos governos de FHC e Lula propostas e materializadas, que contribuíram para a reflexão do sistema educacional brasileiro.

## 1.2 REFORMAS E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA A PARTIR DE 1985

Na década de 1980, a economia dos países da América Latina entrou em crise devido às questões internacionais, como o conflito do petróleo, a elevação das taxas de juros e a crise da dívida externa, bem como às questões nacionais, que foram: falta de controle financeiro, desorganização do setor público e ineficiência da economia privada, sustentada a custo de subsídios e barreiras aos mercados externos. Isso gerou redução nas taxas de crescimento econômico, aumento da taxa de desemprego e elevação dos índices de inflação.

A crise política e econômica aconteceu com as demandas sociais crescentes, provenientes das mobilizações nacionais e internacionais de movimentos sociais e organizações não-governamentais em favor dos direitos sociais. O Brasil, tentando atender as demandas sociais, estabelece, por meio de normas legais, as obrigações do governo com os direitos sociais, como pode ser visto no art. 6º da Constituição Federal (CF) de 1988: “são direitos sociais a **educação**, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (grifo nosso) e, no art. 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como se a implantação de leis fosse suficiente para resolver os problemas.

A constituição de 1988 se materializou, segundo Dourado (2010), entrecortada pelos limites das ações governamentais, abalizadas pela lógica neoliberal de minimização do papel do Estado frente às políticas sociais. Isso derivou na sustentação da estrutura “do ensino marcada pela interpenetração entre as esferas públicas e privadas e pela retomada do embate entre os setores público e privado em face do processo de construção da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional” (p.125).

Os países da América Latina, com o objetivo de sair da crise, procuraram se ajustar ao contexto internacional e adotaram medidas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM)<sup>59</sup>, que se encontram no documento

---

<sup>59</sup> O BM é um dos organismos internacionais de financiamento do desenvolvimento social e econômico, constituído por 183 países membros, sendo um deles o Brasil. O BM é formado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), pela Corporação Financeira Internacional (IFC), pela Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) e pelo Centro Internacional para Acerto de Disputas de Investimento (Ciadi), com a meta principal de reduzir a pobreza no mundo (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006). A educação é um setor estratégico, no qual o BM tem concentrado suas ações como meio privilegiado de implementar suas políticas. Dotado de

denominado “Consenso de Washington”<sup>60</sup>. As medidas se concentraram em dois objetivos, “por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco”, tudo em função do princípio da “soberania absoluta do mercado nas relações econômicas tanto internas quanto externas” (BATISTA, 1999, p. 33). O documento se traduz em cinco eixos, conforme destaca Soares (1996 *apud* SILVA JR. e SGUISSARDI, 2001, p. 26, grifos nossos):

1. **Equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos;**
2. Abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias;
3. Liberalização financeira, por meio de reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro;
4. Desregulamentação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços incentivos, etc;
5. **Privatização das empresas e dos serviços públicos.**

A mensagem neoliberal proposta no Consenso de Washington foi bastante difundida pelo governo norte-americano e pelas agências internacionais e influenciou parte da elite política, intelectual e empresarial, que passou a defender e a incorporar em seus discursos e nas suas ações a adoção das recomendações sugeridas. O presidente do Brasil que aderiu às reformas liberalizantes sugeridas pelo BM foi Collor (1990-1992), e o país passou a ter que se ajustar às exigências da expansão do mercado mundial. Apesar do *impeachment* de Collor, as linhas mestras do pensamento neoliberal continuaram a influenciar o quadro de sucessão presidencial, dentre eles o de FHC.

Como o Brasil não conseguia controlar a crise econômica, política e social herdada do governo militar-autoritário, em meados de 1990, no governo FHC, retomou-se o empenho oficial destinado à reforma do aparelho Estado<sup>61</sup>, sob a administração do Ministro

---

uma visão economicista, o BM apresenta um discurso da democratização, mistificando seus reais interesses do capital.

<sup>60</sup> Em novembro de 1989, reuniram-se, em Washington, funcionários do governo norte-americano e dos organismos internacionais, com o objetivo de avaliar as reformas econômicas empreendidas nos países latino-americanos, com exceção, até aquele momento, do Brasil e Peru, que iniciaram o processo de liberalização econômica em 1990 (BATISTA, 1999; SILVA JR. e SGUISSARDI, 2001). Nesse encontro, foi redigido um documento contendo a conclusão das avaliações, denominado de Consenso de Washington.

<sup>61</sup> Segundo Silva Jr. e Sguissardi (2001), a energia oficial dedicada à Reforma do Aparelho de Estado iniciada em 1990, no governo Collor, foi negligenciada durante o governo Itamar Franco e retomou suas forças a partir de 1995, no governo FHC, ao ser a Secretaria da Administração Federal transformada em Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare).

Luiz Carlos Bresser Pereira<sup>62</sup>, com a finalidade de fazer o Estado reaver sua autonomia financeira e sua capacidade de projetar e executar políticas públicas (BRASIL, MARE, 1995).

Para Bresser, a causa principal da crise econômica pela qual o Brasil vinha passando desde 1980 era a crise do Estado – crise fiscal, crise do modo de intervenção da economia e do social e crise do aparelho do Estado. A compreensão de crise fiscal pautava-se na “perda do crédito público e a poupança pública negativa”; a crise do modo de intervenção da economia era vista pelo “esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações”, e, por crise do aparelho do Estado, o ministro Bresser “entendia a ocorrência do clientelismo, da profissionalização insuficiente [...] e o enrijecimento burocrático extremo”, o patrimonialismo e o nepotismo da administração pública (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001, p. 29).

O Mare apontou quatro setores na proposta da Reforma do Estado: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, a produção de bens e serviços para o mercado e os serviços não exclusivos. As universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os museus e os hospitais se localizam no setor de serviços não exclusivos do Estado, “setor onde o Estado atua com outras organizações públicas não-estatais<sup>63</sup> e privadas” (BRASIL, MARE, 1995, p. 41).

A racionalidade da produção capitalista na educação superior brasileira, conforme a lógica do mercado, pode ser constatada nos objetivos estabelecidos pela reforma de Estado para os serviços não exclusivos, que são: transformação das fundações públicas em organizações sociais<sup>64</sup> pelo “programa de publicização”<sup>65</sup>; maior autonomia e responsabilidade para os dirigentes das organizações sociais; avaliação dos resultados do desempenho das organizações sociais pela sociedade por meio dos conselhos de administração; maior parceria do Estado, que continua a financiar as organizações sociais, e da sociedade, a pagar pelos serviços prestados, podendo fazer doações, e maior eficiência e qualidade dos serviços a um custo menor (BRASIL, MARE, 1995).

---

<sup>62</sup> Durante o trabalho, será utilizado “Bresser” para referir-se ao ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

<sup>63</sup> Organizações públicas não estatais são uma forma de propriedade proposta pela Reforma de Estado; são “as organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público” (BRASIL, MARE, 1995, p. 43).

<sup>64</sup> Organizações sociais são entidades de direito privado, sem fins lucrativos, com autorização do poder legislativo para estabelecer contrato de gestão com o executivo para ter direito a fundo orçamentário público federal, estadual ou municipal (BRASIL, MARE, 1995).

<sup>65</sup> Para Silva Jr. e Sguissardi (2001), o programa de publicização transforma as entidades de serviço do Estado em organizações sociais (público não estatal), ou seja, entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obteriam a autorização legislativa para celebrar contrato de gestão para ter direito à dotação orçamentária.

A reforma do Estado no Brasil, segundo Dourado (2001b), se baseia nas “premissas de modernização, racionalização e privatização, tendo o mercado como portador da racionalidade sociopolítica conservadora” (p. 49). Nessa lógica, as políticas educacionais são redirecionadas e adaptadas com as premissas neoliberais – que enfatizam a produtividade, eficiência e qualidade total, e a educação gradativamente perde a sua identidade como direito social, desfazendo-se do princípio da universalização da educação em todos os níveis.

A tradução mais efetiva dessas políticas educacionais é expressa pela LDB 9.394/1996<sup>66</sup>, que reestruturou a educação brasileira, reformulando os diferentes níveis e modalidades de educação e contribui para a implementação de reformas, políticas e ações educacionais<sup>67</sup> na gestão de FHC. Segundo Dourado (2010), a LDB/1996 se “consolida em ampla identidade com o movimento das políticas educacionais no período: forte expansão e privatização” (p. 125).

De acordo com Silva Jr. e Sguissardi (2001), o MEC apresentou propostas de superação para cada aspecto levantado para a crise do sistema de educação superior público brasileiro: para o modelo de universidade de pesquisa (humboldtiano)<sup>68</sup>, unificado e caro para o poder público, em tempos de crise, propôs-se a “diferenciação institucional”, com maior incentivo às IES privadas; com o objetivo de suplantar a unidade de financiamento público com verbas federais, apontou programas de “diversificação das fontes de financiamento”, a admissão do ensino pago nas instituições, vinculação entre os subsídios de financiamento aos resultados apresentados e liberdade das IES de firmar convênios de pesquisa e prestação de serviço com a iniciativa privada; para superar a ligação do governo com as questões de manutenção das IES, sugeriu a “mudança da função do Estado”, assumindo o papel de fiscalização e regulação; para controlar a qualidade e equidade das medidas propostas para a superação, recomendou um “sistema de avaliação eficiente” e, por

---

<sup>66</sup> A LDB/1996 sancionada no governo FHC representa um marco importante na configuração da educação brasileira. Seu propósito consistia em pautar-se segundo uma perspectiva racionalizada e gerencialista por parâmetros de eficiência, de eficácia e de modernização administrativa, com ênfase à expansão do ensino superior privado de caráter empresarial.

<sup>67</sup> No domínio da reforma do aparelho de Estado, iniciada em 1990, há estratégias e ações oficiais de reestruturação da educação superior brasileira, instituídas pelo MEC, por meio de uma série de medidas de ordem legal (LDB, decretos, portarias, medidas provisórias, emendas constitucionais), dentre elas: a Lei 9.172/1995 (trata da escolha de dirigentes das universidades e IES federais), a Lei 9.394/1996, o documento legal mais importante nesse contexto, a proposta de Emenda Constitucional – PEC-370-A96 (projeto da autonomia universitária), o Decreto 2.026/1996 (que estabelece procedimentos para avaliação dos cursos e instituições de ensino superior), dentre outros (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001).

<sup>68</sup> Modelo Humboldtiano agrega, entre suas características, a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, regime de dedicação exclusiva para os professores e qualificação docente que o habilita para a pesquisa.

fim, com o objetivo de controlar a expansão, propôs a “reestruturação da política de financiamento do ensino superior”, baseado nas razões de “mérito”.

Confrontando o princípio e o conteúdo das propostas do Mare e do MEC com a LDB/1996, em específico o capítulo que se refere à educação superior, constata-se apropriada “moldura jurídica para a maioria dessas propostas” (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001, p. 54) e a “generalidade e flexibilidade da LDB, [...] possibilitam ao MEC editar normas complementares via decretos e portarias” (p. 55).

Com relação à diferenciação institucional, a LDB/1996, no seu art. 45, se restringe à afirmação “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, **públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização**” (grifo nosso). Como a lei não especifica o tipo de instituição com relação à organização acadêmica, possibilita a abertura de instituições variadas (autorizadas e credenciadas após avaliações periódicas, conforme art. 46 da referida lei) para trabalhar com o ensino superior. Quanto à organização acadêmica, as IES podem adotar o formato de: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades ou institutos superiores ou escolas superiores (art. 8º, Decreto 2.306/1997)<sup>69</sup>. A denominação de universidade será dada à instituição que trabalhar ensino, pesquisa e extensão (obediência exigida a partir dos Decretos 2.207/1997, 2.306/1997, 3.860/2001 e 5.773/2006), e é definida no discurso reformista oficial como universidade de pesquisa. Os centros universitários são

instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar (art. 11 do DECRETO 3.860/2001).

Os centros universitários não são obrigados a trabalhar com a pesquisa e extensão como as universidades, e são definidos no discurso reformista oficial, como universidade de ensino<sup>70</sup>. No art. 52 da LDB/1996, depois regulamentado pelo Decreto 2.306/1997, no parágrafo único, consta: “É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber”, o que torna previsível a diferenciação institucional. O Decreto 5.773/2006 define em

<sup>69</sup> O documento não faz distinção entre faculdade, institutos e escolas, e como aponta Cunha (2004), esses termos têm sido utilizados arbitrariamente em nosso país. Atualmente, as IES, segundo a organização administrativa, são cadastradas de acordo com o Decreto 5.773/2006, art. 12, em faculdades, centros universitários e universidade.

<sup>70</sup> Para Cunha (2003), “quase autônomos ou detentores de quase toda autonomia universitárias, os centros universitários ocupam o lugar, no discurso reformista oficial, da *universidade de ensino*, definida por oposição à *universidade de pesquisa*, esta sim, a universidade plenamente constituída” (CUNHA, 2003, p. 54, grifos do autor).

seu art. 13 que o início do funcionamento de IES é condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo MEC<sup>71</sup>.

Relacionada à mudança da função do Estado, dentre as funções da União, a LDB/1996 estabelece, no seu art. 8º, parágrafo único: “caberá à União a **coordenação** da política nacional da educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, **redistributiva** e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (grifos nossos); e, no art. 9º, nos incisos:

VIII- assegurar processo nacional de **avaliação das instituições de educação superior**, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX – **autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar**, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (grifos nossos).

O que se percebe é que a União adquire o direito de instituir um processo permanente de avaliação das instituições, com a finalidade de aperfeiçoar a qualidade da educação, seja pela identificação dos problemas alçados, seja pelas saídas encontradas para a situação (CURY, 1997).

Cunha (2000) destaca que o MEC instituiu, em 1992, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), que sucedeu o fornecimento de recursos para as universidades que aderissem voluntariamente ao programa e realizassem sua auto-avaliação e, em 1996, o Exame Nacional de Curso (ENC), conhecido como Provão, para avaliar o ensino de graduação a partir dos conhecimentos e de competências técnicas adquiridas pelos estudantes em fase de conclusão do curso, que vigorou até 2003. Em 2004, foi estabelecido pela Lei 10.861/2004 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que avaliava os cursos de graduação e o desempenho dos alunos, cujos resultados passaram a se constituir como referenciais para os procedimentos de regulação e supervisão da educação superior para credenciamento, reconhecimento e renovação (de credenciamento e de reconhecimento) de cursos de graduação.

Relacionado à proposta de diversificação das fontes de financiamento (defendida pelo Mare e BM), para Silva Jr. e Sguissardi (2001), verifica-se a incorporação dessa ideia na

---

<sup>71</sup> O Decreto 5.773/2006, no art. 13, estabelece que IES será habilitada originalmente como faculdade, e o credenciamento terá prazo limitado, sendo renovado, periodicamente, após processo regular de avaliação. No § 2º, consta que “o credenciamento como universidade ou centro universitário, depende do credenciamento específico IES já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade” e, no § 4º, que “o primeiro credenciamento terá prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para universidades” (BRASIL, Decreto 5.773/2006).

LDB/1996 no art. 53: no exercício de sua autonomia, é assegurado às universidades, nos incisos “VII- firmar contratos, acordo e convênios e IX- receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas”, que passa a ser visto pela comunidade acadêmica como um processo de privatização em curso das Ifes.

A preocupação de barrar a expansão do ensino superior privado, segundo Silva Jr. e Sguissardi (2001), pode ser encontrada no art. 52 da LDB/1996, regulamentado pelo Decreto 2.306/1997, que prevê para a formação dos quadros profissionais das universidades:

- I- produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático de temas e problemas relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional, e nacional;
- II- um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
- III- um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

A exigência de titulação de pós-graduação *stricto sensu* para os docentes, contratação de parte do corpo docente em regime de dedicação exclusiva e exigência de produção intelectual ligada ao ensino, à pesquisa e extensão acarretam uma elevação de custo que diminui a margem de lucro e que, de certa forma, dificultou a expansão das universidades privadas.

A LDB/1996 impulsionou o processo expansionista privado, redefinindo os rumos de educação superior, ampliou e instituiu os cursos sequenciais e os centros universitários, fundou as universidades especializadas por campo do saber, criou os centros de educação tecnológica, permutou o vestibular por processos seletivos, aboliu os currículos mínimos, flexibilizou os currículos e instituiu os cursos de tecnologia e os institutos superiores de educação.

Após reflexão, considerando as propostas do Mare e do MEC, particularmente no que se refere à educação superior, respaldada juridicamente pela LDB/1996, partiu-se para a análise das reformas e políticas da educação superior nos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), buscando deslindar elementos estruturantes a compreender o processo de expansão e interiorização desse nível de ensino, objeto de análise a seguir.



### 1.2.1 Reformas e políticas da educação superior brasileira – governo FHC (1995-2002)

A década de 1990 determinou o amplo salto quantitativo da matrícula em todos os níveis de ensino e uma mudança na educação brasileira. Cunha (2000) afirma que, no período 1991-1996, um aspecto marcante do ensino brasileiro foi o crescimento do número de alunos do ensino médio da ordem de 52%, o que gerou a pressão por novas vagas no ensino superior. Nesse contexto, consolidou-se no Brasil o processo de diversificação e diferenciação do sistema de educação superior, colocado em prática como política educacional, objetivando a expansão desse nível de ensino frente à procura crescente de vagas por meio de mecanismos que aspirassem a massificação do ensino superior, principalmente a partir da década de 1990.

O governo de FHC apresentou como um dos seus grandes feitos a segurança da estabilidade econômica obtida pelo Plano Real, que conseguiu controlar a hiperinflação de quase três décadas que o país vinha sofrendo (OLIVEIRA, 2011a). Esta estabilidade, segundo a autora, deu sustentação ao governo para colocar em execução um conjunto de reformas na esfera do Estado, procurando sua racionalização e modernização<sup>72</sup>. A reforma do Estado foi organizada pautada na mudança na forma de gestão das políticas públicas e na privatização de empresas estatais.

As reformas educacionais propostas e implementadas pelo governo FHC no Brasil buscaram por meio da descentralização administrativa, financeira e pedagógica gerar a ampliação do acesso à educação a partir de uma lógica racional, tendo como paradigma o preceito da economia privada (OLIVEIRA, 2011a; DOURADO, 2002).

A proposta de governo de FHC (1995-1998) para o seu primeiro mandato foi elaborada por uma equipe coordenada pelo economista Paulo Renato Souza<sup>73</sup> que, em

---

<sup>72</sup> Ao fazer referência à modernização durante o trabalho, está se considerando a modernização na perspectiva conservadora. Barrington Moore Júnior utilizou o termo modernização conservadora para apresentar o processo de desenvolvimento capitalista específico da Alemanha e do Japão, que se fundamentou no “processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes”, que são os representantes da velha elite dominante (PIRES; RAMOS, 2009, p. 411), analisando a passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Segundo os autores, os pensadores nacionais empregam essa expressão para se referir à “formação de uma burguesia dependente, que não conseguiu apresentar um projeto de poder autônomo e hegemônico para a nação conduzindo-a, portanto, para os trilhos de uma economia dependente da dinâmica dos países centrais: subdesenvolvida em termos estruturais e autocrática”, que aconteceu no Brasil entre 1965 e 1985 (*idem*, p. 412). O elemento diferenciador do processo de modernização conservadora brasileira é que a elite dominante nacional “criou empecilhos ao acesso à cidadania e à democracia, visto que as classes inferiores foram e continuam sendo alijadas das vantagens proporcionadas pela modernização” (PIRES; RAMOS, 2009, p. 416), ou seja, a revolução burguesa não teve forças para instituir no país o capitalismo democrático. A intenção da modernização conservadora era manter o capital em mãos de empresários brasileiros ou de empresas estatais.

<sup>73</sup> Além de economista, foi ex-secretário da Educação do Estado de São Paulo, ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas e, quando coordenou a proposta de governo do então candidato a presidente FHC, era técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (CUNHA, 2003).

seguida, foi nomeado ministro da Educação, ocupando o cargo durante os dois mandatos do presidente. As duas grandes linhas de gestão do governo, de acordo com Castro (2010), estavam focalizadas na educação básica – considerada o elo mais frágil da educação brasileira e o ensino superior seria uma prioridade secundária – e na redefinição dos papéis do governo federal na educação, sendo que ao MEC seria dado “um papel de formulador de políticas e prepará-lo para exercer as funções de controle de qualidade” (p. 271). O Inep se tornou o órgão do MEC responsável pelas estatísticas educacionais da educação básica e superior.

Segundo Cunha (2003), a proposta para a educação superior do governo FHC destacou o papel econômico da educação como base para o desenvolvimento e progresso científico e tecnológico; enfatizou, com relação à rede federal de ensino, que esta precisava ser revisada, e não se referiu às instituições privadas, propondo uma modificação administrava com o objetivo de promover “administração mais racional de recurso e a utilização da capacidade ociosa, visando a generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, sem despesas adicionais” (p. 39), ou seja, uma política que traduzisse a concepção de racionalização dos gastos e o aumento da produtividade na educação superior.

Verificam-se modificações propositivas no campo das políticas educacionais brasileira, sobretudo na educação superior. A LDB/1996 instituiu princípios que modificaram a organização desse nível de ensino em harmonia com as recomendações dos organismos internacionais<sup>74</sup>, com ênfase na descentralização e flexibilização<sup>75</sup>. Desta maneira, observou-se a expansão das oportunidades educacionais por meio da criação de IES privadas por todo o país, mostrando a clara inferência à privatização da educação superior. Esse movimento expansionista pode ser constatado ao verificar que as matrículas no ensino superior privado passaram de 970.584, em 1994, para 2.428.258, em 2002, um crescimento de 150,2%, contra o crescimento de 52,3% do setor público, no mesmo período em análise (BRASIL, MEC, Inep, 2004).

A conjuntura brasileira, em meados de 1990, conforme Silva Jr. (2007), deparava-se com um período de desnacionalização da economia, desaceleração da industrialização, transformação da estrutura do mercado de trabalho, reforma do Estado com restrição ao setor

---

<sup>74</sup> Dentre os organismos internacionais, estamos considerando especificamente o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A Unesco é composta por cerca de 190 Estados-Membros, criada com o propósito de contribuir para a paz mundial, e atua na área de educação, cultura, comunicação, informação, ciências naturais, humanas e sociais (MICHELOTTO; COELHO, ZAINKO, 2006). Maiores informações a respeito dos documentos internacionais orientadores das reformas de educação superior, ver Catani e Oliveira (2002).

<sup>75</sup> A LDB/1996 (BRASIL, 1996), dentre outras medidas, flexibilizou as formas organizacionais de oferta da educação superior, permitindo, a partir de 1997, a criação de centros universitários e, de 1999, a dos centros de educação tecnológica e faculdades de tecnologia.

público e ampliação do privado, flexibilização das relações trabalhistas e reorganização da sociedade civil.

A reforma do Estado proposta nesse estágio do capitalismo mundial aspirava à desmobilização do Estado caráter de intervencionista na economia e nos setores sociais, visando a expansão do mercado e de sua lógica, com o discurso da autorregulação, bem como a adoção da racionalidade mercantil na esfera pública (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001; DOURADO, 2002).

O Estado passou a ser o promotor e o regulador do desenvolvimento econômico e social, e não mais o responsável imediato e direto da produção de bens e serviços do desenvolvimento, estabelecendo uma “administração pública gerencial”<sup>76</sup>, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão” (BRASIL, MARE, 1995, p. 13). A flexibilidade proposta pela administração gerencial estava direcionada à capacidade adaptativa e a mudanças rápidas, contínuas e inesperadas que aconteciam no meio social, e sua forma de controle se concentra nos resultados, e não nos processos.

As políticas adotadas no campo da educação superior se orientaram pela conexão dos diferentes processos de avaliação<sup>77</sup>, credenciamento e credenciamento, tendo em vista determinar um sistema fundamentado na flexibilidade, competitividade e avaliação, o que acaba gerando uma competição no campo universitário, notadamente porque colaboraram para o ranqueamento das IES em contraponto à execução de um padrão de qualidade social das universidades. O mecanismo de avaliação gerencial, implementado no governo FHC, instituiu a competitividade do mercado da educação superior por meio da exposição que a mídia e o governo faziam aos resultados do exame nacional de cursos (ENC)<sup>78</sup>.

Esse processo expansionista, centrado na diversificação e diferenciação institucional<sup>79</sup>, apesar de ampliar o número de vagas, de cursos e de instituições nos vários

<sup>76</sup> A administração pública gerencial ampara-se nos princípios básicos da administração burocrática, que são: eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos, admissão dos funcionários por mérito, sistema estrutural e universal de remuneração, avaliação contínua de desempenho profissional e treinamento metódico (BRASIL, MARE, 1995).

<sup>77</sup> O Programa Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), estruturado no governo Itamar Franco, funcionou até 1996 e, a partir de 1997, o sistema de avaliação da educação superior passou a se pautar no exame das condições de oferta e no ENC, popularmente conhecido como “Provão”, consistente numa única prova escrita, para os alunos concluintes dos cursos (SGUISSARDI, 2006). Maiores informações a respeito dos processos de avaliação referentes a concepções, proposições e materialização, ver Dias Sobrinho, 2010; Dourado, Catani, Oliveira, 2001; Barreyro, 2008.

<sup>78</sup> A Lei 9.131/1995 precede a LDB/1996 e contribui com a reforma da educação superior por dentro, segundo Dourado (2010), pois regulamentou o Conselho Nacional de Educação, estabeleceu avaliações periódicas nas IES e nos cursos superiores, derivando nos exames nacionais de cursos, a partir da Portaria 249/1996 do MEC, cujos procedimentos para avaliação das IES e cursos foram definidos depois pelo Decreto 2.096/1996.

<sup>79</sup> A diversificação e a diferenciação do sistema de ensino superior são diretrizes propostas no texto *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado em 1995 pelo BM, documento que

municípios do Brasil, principalmente na segunda metade dos anos de 1990, não possibilitou efetivamente a democratização dos mecanismos de acesso e permanência à população historicamente excluída da educação superior, tendo em vista que tal processo se concretizou com predomínio na esfera privada.

A ampliação da educação superior pública foi concretizada, principalmente, pela criação e/ou consolidação das universidades estaduais, reduzida expansão das IES federais (realizada internamente) e a origem de IES municipais que, segundo Dourado (2010), foram “criadas, em muitos casos, para garantir expansão do ensino privado subvencionado pelo poder público” (p. 125) e eram vistas como “fator de prestígio e eficaz marketing nos processos eleitorais” (p. 126).

Segundo Ristoff e Giolo (2006), expansão e privatização da educação superior estão intimamente interligadas e, no período pós-LDB/1996, evidenciou-se o ajuste do sistema educacional aos princípios do mercado, com a demanda crescente da classe média baixa e setores populares pelo acesso à educação.

Essa demanda era o que faltava para que a iniciativa privada vislumbrasse, na educação, uma excelente oportunidade de negócio. Instituições com fins lucrativos, ágeis e competitivas, disseminaram-se pelos quadrantes do Brasil, obrigando toda a rede privada a se mobilizar na mesma direção. O resultado disso foi, [...], um fenômeno que pode ser resumido no trinômio: expansão-diversificação-privatização. A política educacional sentia-se plenamente justificada com a resposta dada pela iniciativa privada na oferta da educação superior, de modo que não viam razões para expandir a rede pública. Com efeito, as instituições do sistema federal receberam pouca atenção e pouco investimento, por isso seu relativo encolhimento no conjunto do sistema (RISTOFF; GIOLO, 2006, p. 20).

Observa-se como tendência do processo expansionista políticas de formação “aligeiradas” e redução da educação superior às atividades de ensino, objetivando a expansão da educação superior, considerando as exigências do mercado, provocando a mercantilização desse nível de ensino e, portanto, maior subordinação da gestão e da produção do trabalho acadêmico aos critérios do capital.

---

se tornou uma das referências no contexto de reestruturação da educação superior, que procurou diagnosticar a crise e expôs as diretrizes para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e no Caribe. O texto enfatiza: “A introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não-universitárias e o aumento de instituições privadas podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino melhorem e se adequem às necessidades do mercado de trabalho” (BIRD/BANCO MUNDIAL, 1995, p. 31 - Tradução livre da autora).

Em síntese, o governo FHC aprovou regulamentações e legislações alinhadas com a política governamental que atendia a lógica de expansão dos setores privatistas e para a reformulação da política brasileira da educação superior, “sob um duplo viés: ampliação do número de instituições de ensino superior (IES) privadas e privatização interna das IES públicas” (MANCEBO, SILVA JR., OLIVEIRA, 2008, p. 8).

Em relação ao mecanismo de expansão do acesso à educação superior via instituições privadas, Lima (2008) propôs considerar dois elementos na análise. O primeiro elemento trata-se de um acesso a diversificadas IES privadas não universitárias que desenvolvem prioritariamente atividades relacionadas ao ensino de graduação, ou seja, por determinação legal não precisam implementar políticas de pesquisa e extensão, o que reduz o investimento de capital e possibilita o maior lucro. A norma jurídica que regulamentou a diversificação foi o Decreto 2.207/1997, depois modificado pelo Decreto 2.306/1997<sup>80</sup>, no qual diferencia IES públicas, IES privadas sem fins lucrativos e IES privadas com fins lucrativos, admitindo a educação superior como bem de serviço comercializável (mercadoria), podendo ser elemento com fins lucrativos, o que desperta o interesse dos empresários da educação privada<sup>81</sup>.

O segundo elemento proposto por Lima (2008) relacionado à expansão do acesso à educação superior privada estava voltado para cursos que visavam ser uma alternativa aos tradicionais cursos de graduação, promovendo a flexibilidade e a sintonia com as demandas do mercado de trabalho. E em função da forma e do tempo como seriam ofertados, aligeiravam a formação profissional e possibilidade de certificação em grande escala por meio de cursos de curta duração, cursos sequenciais e cursos a distância. As instituições privadas/mercantis optam pelos seus cursos, na maioria das vezes, orientadas na demanda ou no contexto local; os professores não têm necessidade de desenvolver pesquisa e nem existe qualquer expectativa de serviço à comunidade (CARVALHO, 2011). Criaram-se três novas modalidades de cursos: sequencial, tecnológico e não presencial<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> Esse decreto foi revogado em 2001 pelo Decreto 3.860, que por sua vez foi modificado pelo Decreto 5.773/2006, que consolidou as IES não universitárias.

<sup>81</sup> As instituições privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e se organizam em privadas com fins lucrativos (particulares/mercantil) ou privadas sem fins lucrativos (separadas em função de suas vocações sociais – comunitárias, confessionais e filantrópicas). As sem fins lucrativos são isentas da incidência tributária. Segundo Sguissardi (2008, p. 1018), “é a partir de 1999 que, no Censo da Educação Superior do INEP, se começa a fazer a separação entre as IES privadas (sem fins lucrativos) e as particulares (privadas com fins lucrativos)”. E essa separação é considerada até 2006.

<sup>82</sup> Os cursos sequenciais aparecem como “um tipo de ensino pós-médio acrescentado aos cursos tradicionais de graduação, pós-graduação e especialização fornecidos pelas IES” (CARVALHO, 2011, p. 142), e só foi possível sua oferta devido à política educacional de flexibilização curricular. De acordo com o CNE, os cursos sequenciais podem ser de complementação de estudos realizados no ensino médio ou de formação

Dentre as vantagens das IES privadas se declararem particulares ou privadas/mercantis permitidas pela legislação em vigor, tem-se a possibilidade de obter apoio de capital<sup>83</sup> (nacional ou internacional), tornando-se aceitável, nas instituições com fins lucrativos, a questão patrimonial e sucessória, e passou a ter liberdade de atuação de capitais (SGUISSARDI, 2008; CARVALHO, 2011).

No oitênio do governo FHC, enquanto as IES federais padeciam de recursos para continuar a desenvolver suas atividades, as IES privadas recebiam benefícios, como o financiamento das mensalidades cobradas aos estudantes e linha de crédito exclusiva para investimento a juros subsidiados, o que contribuiu para a ampliação da privatização do ensino superior.

O acesso a diversificadas IES privadas não universitárias e diferenciação de cursos contribuem para o aparecimento no mercado educacional brasileiro de grandes fundos de investimentos internacionais e nacionais, que constituem grupos que proporcionam ensino superior barato em grande escala (SGUISSARDI, 2008; CARVALHO 2011).

A evolução das matrículas nas IES privadas manifestou trajetória ascendente no governo de FHC, especialmente a partir de 1998. No entanto, tem deparado com limites estruturais no poder aquisitivo de sua clientela (AMARAL, 2009).

Em relação ao segundo viés, a privatização das IES públicas se pautou no destaque dado ao ensino de graduação e a um processo de venda de serviços educacionais (MANCEBO, SILVA JR., OLIVEIRA, 2008; LIMA 2008). Sob o princípio básico da racionalização de recursos<sup>84</sup> e a precisão de elevar os níveis de eficiência e de

---

específica em tempo mais curto e com maior especificidade do que os cursos de graduação exigem. As IES que evidenciam preferência por essa modalidade de curso sequencial são as instituições privadas (CUNHA, 2004).

A Portaria Ministerial 1.647/1999 deliberou aos Centros de Educação Tecnológica públicos e privados a autonomia para criação e ampliação de cursos de nível tecnológico de educação profissional nas mesmas áreas já regularmente autorizadas, o que possibilitou a expansão dessa modalidade de ensino. Somente com o Decreto 5.773/06, no governo Lula, houve uma regulação mais contundente com esse tipo de curso (CARVALHO, 2011).

A modalidade de educação a distância (não presencial) está ligada ao eixo de formação de professores para a educação básica e surgiu com o objetivo de democratizar o acesso à educação superior para uma demanda especial – trabalhadores, donas de casa, estudantes residentes em áreas distantes dos centros urbanos (CARVALHO, 2011).

<sup>83</sup> Em 2008, quatro redes nacionais de educação superior privadas/mercantis abriram seu capital e começaram a negociar ações na Bolsa de Valores, o que possibilitou um ganho de capital significativo de quase um bilhão de reais e permitiu sua expansão, seja por aquisição de outras instituições menores, pela criação de novos cursos de acordo com a demanda do mercado e ampliação do número de vagas. Maiores detalhes em Sguissardi (2008) e Carvalho (2011).

<sup>84</sup> No governo FHC (1995-2002), houve uma diminuição no financiamento das universidades, submetendo-as a políticas rígidas com redução de investimentos e de recursos para a manutenção, além de salários arrochados. Essa conjuntura incitou a oferta de cursos pagos de extensão, especialização e cobrança de algumas taxas (MANCEBO, SILVA JR. , OLIVEIRA, 2008).

responsabilidade social, as IES públicas acrescentam iniciativas para apreensão de recursos junto a empresas e clientes, comercializando seus serviços. A venda de serviços educacionais se efetivou por meio de cursos pagos, especialmente os de especialização; parcerias entre as universidades públicas e fundações privadas<sup>85</sup> para efetivação de consultorias e assessorias; de política de extensão universitária (cursos de curta duração); implantação de mestrados profissionalizantes (SGUISSARD; SILVA JR., 2001; LIMA, 2008; CHAVES; LIMA; MEDEIROS, 2008).

Durante o octênio do governo FHC, a relação governo-universidade se deu por meio de uma “política procrustiana”, que consiste no

corte, consciente, estratégico e sistemático, por parte da alta cúpula do governo FHC e do ministério da educação, de recursos programático-financeiros nas universidades federais e, por outro lado, a pressão para que fosse realizada a expansão (o estiramento) e a diversificação das demandas e, conseqüentemente, da carga de atividades e trabalhos docentes, acompanhadas de iniciativas que buscavam redefinir a potência e os mecanismos de controle e de coordenação das agências estatais em relação às IES, por meio da imposição dos mecanismos de mercado (GOMES, 2008, p. 26).

Dessa forma, as universidades federais passaram a enfrentar dois polos de controle: o estatal e o do mercado. Aliado a essa premissa, Amaral (2009, p. 134-5) destaca que as IES públicas passaram a estar subordinadas “sutilmente da avaliação que o mercado faz da qualidade de seus ‘serviços’ e efetiva-se uma verdadeira vinculação entre avaliação do mercado e volume de recursos financeiros que a instituição pública consegue captar”, geralmente, fazendo uso das fundações de apoio de caráter privado.

As universidades federais sofreram severos cortes, ajustes (de recursos financeiros, não autorização para contratação de pessoal, nem mesmo para reposição do quadro funcional, introdução da gratificação de estímulo à docência – GED, precarização das condições salariais e de trabalho) e modificações expressivas no seu modo operacional (lógica competitiva e individualista do trabalho e da produção docente). Para Ferreira (2012, p. 461), “as universidades passaram ser vistas a partir de uma visão mais pragmática e utilitária dos seus serviços, [...], modificando expressivamente os referenciais da sua finalidade e relevância social”. Exigiu-se que as universidades elevassem o índice da relação professor/aluno que, em

---

<sup>85</sup> Objetivando reparar a desobrigação do Estado com a integral manutenção das Ifes, estimulou-se a criação das Fundações de Apoio Institucional (FAI), entidades privadas no interior dos câmpus universitários (SGUISSARDI, 2006). Segundo Amaral (2003), no ano de 2001 eram 96 FAI nas Ifes, com um crescimento de 129% em relação ao ano de 1995.

1995, era de 8,3 alunos por professor, conforme informações do Inep (BRASIL, 1995). O governo usou das situações apresentadas na realidade para edificar o discurso da ineficiência das universidades federais, para forçá-las à lógica da expansão (GOMES, 2008).

Outras medidas no governo FHC de reestruturação da educação superior e das universidades públicas que valem ser ressaltadas foram: a Lei 10.168/2000, que instituiu o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação a partir de parcerias entre universidades, centros de pesquisa e o setor privado; a Lei 10.260/2001, que estabeleceu sobre o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies)<sup>86</sup> e que autorizou a alocação de verbas públicas para as IES privadas, que apresentassem avaliação positiva (conceitos A, B ou C nas três últimas avaliações e cursos regularmente reconhecidos), garantindo a ocupação de parte das vagas do setor privado e a Lei 10.172/2001, que aprovou o PNE.

Oliveira (2011a) afirma que, ao final do governo FHC,

a educação no Brasil vivia um processo fragmentado de gestão, contendo uma profusão de programas sociais e educativos que buscavam atender a públicos focalizados, revelando grande dispersão de políticas temporárias que se afirmavam mais como políticas de governo do que de Estado [...] (p. 327).

Pode-se dizer que a educação nacional se apresentava fragmentada, segmentada e dispersa, o que não colaborou para instituir bases de cooperação, integração e coesão<sup>87</sup> entre os entes federativos e a sociedade.

### **1.2.2 Reformas e políticas da educação superior brasileira – governo Lula (2003-2010)**

Quando o presidente Lula assumiu a presidência do Brasil, em 2003, foi eleito apoiado por 11 partidos políticos (PL/PCB/PCdoB/PMN/PDT/PPS/PSB/PV/PGT/PSP/CPTB), caracterizando um governo de coalizão partidária.

Em função da busca pela governabilidade, no primeiro mandato de Lula, de acordo com Sguissardi (2006), não sobressaíram políticas heterodoxas na economia ou antineoliberais em nenhum campo da administração pública. O que se constatou foi a

---

<sup>86</sup> O Fies trata-se de um programa de bolsas reembolsáveis, no qual o aluno beneficiário, após a conclusão do curso, retorna e paga ao governo federal o financiamento estudantil recebido.

<sup>87</sup> A integração de uma sociedade está sujeita às políticas públicas e sociais que o Estado desenvolve e coloca em ação, e a coesão são “atitudes, valores e disposições favoráveis à cooperação, à confiança e à tolerância” (OLIVEIRA, 2011a, p. 331)



continuidade das políticas do governo de FHC, “tanto no campo da macroeconomia, dos compromissos com o mundo financeiro, quanto nas alianças políticas com partidos de centro e de centro direita” (p. 1039).

O Plano de Governo para a Educação (PGE) – Uma escola do tamanho do Brasil, de Lula, sinalizou mudanças significativas no campo da educação superior, comprometido com um conjunto de políticas e ações do governo federal, articulado com os governos estaduais e municipais, dentre elas:

1. a promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (Artigo 207 da CF);
2. o reconhecimento do papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país;
3. A consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país;
4. a expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior, em especial no ensino público;
5. a ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação de crédito educativo e criação de programa de bolsas universitárias, com recursos não vinculados constitucionalmente à educação;
6. a defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior (artigo 206, IV, da CF);
7. o envolvimento das IES, em especial as do setor público, com a qualificação dos professores para a educação básica, em cursos que garantam formação de alta qualidade acadêmico-científica e pedagógica e associem ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, Uma escola do tamanho do Brasil, 2002, p. 52-53).

Para a execução dessas ações, o governo se comprometeu com a ampliação dos recursos financeiros necessários à sua efetiva implementação, com a elevação progressiva do percentual de gastos públicos em educação em relação ao PIB para o mínimo de 7%, no período de dez anos, conforme aprovado pelo Congresso Nacional (BRASIL, Uma escola do tamanho do Brasil, 2002).

Vale ressaltar que a organização acadêmica do ensino superior sofreu modificação no governo Lula, a partir do Decreto 5.773/2006. Antes, a organização acadêmica desse nível de ensino era estruturada por: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos. A partir de 2006, passou a ser composta por universidades, centros universitários e faculdades, não significando uma mudança de orientação quanto à lógica da diversidade institucional. Estas formas de organizações acadêmicas são distintas entre si, “diferenciadas no que concerne a gestão, ensino, pesquisa, condições de trabalho, infraestrutura, dentre outros” (DOURADO, 2010, p. 135).

Durante o governo Lula (2003-2010), de acordo com Cunha (2009), o fato de o MEC ter sido ocupado por três ministros – Cristovam Buarque (01/01/2003 a 23/01/2004),

Tarso Genro e Fernando Haddad (29/07/2005 a 31/12/2010) – sugere a existência de “administração educacional zigue-zague”<sup>88</sup>, na qual cada ministro tem suas propostas, suas prioridades, apontam rumos para educação e mobilizam procedimentos distintos. Isso pode ser percebido claramente por algumas iniciativas de cada ministro: Cristovam Buarque promoveu a retomada das campanhas de alfabetização de adultos e a educação superior foi menosprezada, inclusive com declarações a respeito da falta de objetivo da universidade; Tarso Genro retornou ao primeiro plano a educação superior, defendeu uma lei orgânica da educação superior, implantou mudanças parciais de monta, como a criação do Sinaes e do Prouni, e secundarizou a campanha de alfabetização de adultos; e Fernando Haddad insistiu na abertura do leque das políticas do Ministério (CUNHA, 2009).

No governo Lula, o movimento privatista continuou seguindo a lógica da racionalidade gerencial capitalista e privada do aparelho do Estado proposto por FHC. Esse movimento se traduziu na acentuação da dimensão privado/mercantil com sua racionalidade organizativa, mas sob novo enfoque, se pautando em um discurso que profere abertamente “o tema da democratização e da justiça social, fundado no conceito de redistribuição indireta de renda, no sentido de que a expansão do ensino superior passa pela incorporação de setores tradicionalmente excluídos da educação superior” (GOMES, 2008, p. 30). Para tanto, políticas e programas foram implementados, tendo por fim expandir o acesso na educação superior, sobretudo dos jovens e trabalhadores. Dentre as medidas adotadas pelo governo com o objetivo de viabilizar a permanência dos estudantes na educação superior, nas IES privadas, encontram-se a concessão de bolsas de estudo<sup>89</sup> por meio do Prouni e a oferta de financiamento estudantil por meio da reformulação do Fies; e, na rede pública, depara-se com o Programa Nacional de Assistências Estudantil (Pnaes)<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> As causas para a administração zigue-zague apontadas por Cunha (2006, 2009) são: o eleitorismo (procura de políticas educacionais que tragam resultados nas urnas); o voluntarismo ideológico (querer acabar com os males da educação no curto prazo de uma administração) e o experimentalismo pedagógico (aplicação de propostas curriculares antes de serem suficientemente testadas ou analisadas). Para uma visão ampliada das propostas para educação superior de cada ministro da educação no governo Lula, remeto o leitor a Cunha (2006, 2009).

<sup>89</sup> A bolsa permanência do Prouni começou a vigorar no primeiro semestre de 2006. Trata-se de um benefício mensal no valor de R\$ 300,00, conferido a estudantes do programa com bolsa integral, que se encontram matriculados em cursos presenciais de duração mínima de seis semestres, cuja carga horária média seja igual ou superior a seis horas diárias de aula. O objetivo é auxiliar nas despesas de transporte, alimentação e aquisição de material acadêmico, contribuindo para a permanência do estudante para a integralização do curso (BRASIL, SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SECOM, Balanço de Governo 2003/2010, 2011).

<sup>90</sup> O Pnaes foi instituído pela Portaria Normativa do MEC 39/2007 e sofreu alterações pelo Decreto 7.234/2010. Trata-se de um programa de apoio à permanência de alunos matriculados em cursos presenciais de graduação de Ifes, de classes sociais menos favorecidas, com o objetivo de procurar igualar as oportunidades entre todos os estudantes e cooperar para a melhora da performance acadêmica (BRASIL, SECOM, Balanço de Governo 2003/2010, 2011).

Segundo Carvalho (2011), como o governo Lula queria manter o crescimento do sistema de educação superior brasileiro, ele promoveu alterações nas políticas e, paradoxalmente, manteve a lógica da diversificação de cursos e da diferenciação institucional. Estas favoreceram as instituições privadas, atendendo, assim, a pressão exercida pelo segmento privado/mercantil. Por outro lado, o governo federal promoveu um redirecionamento das políticas em favor da expansão das instituições federais. No governo Lula houve uma expansão de 42,6% das IES públicas, enquanto no governo FHC ocorreu redução, e isso fez uma diferença substantiva no campo da política.

Para Oliveira (2011a), a primeira iniciativa do ministro Fernando Haddad, procurando dar uma direção à política educacional brasileira (da educação básica à educação superior) no governo Lula foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). No entendimento da autora, a iniciativa de estabelecer como eixo de sua política de governo o PDE “pode nos indicar a tentativa de preenchimento de um espaço vazio, ou de lacunas deixadas pelo PNE<sup>91</sup> até então vigente, Lei nº 10.176/01” (p. 330). O PDE apela para a repartição de competências e responsabilidades de todos os agentes públicos envolvidos na educação para elevar os índices educacionais, principalmente os da educação básica.

Analisando as propostas<sup>92</sup> de governo dos dois mandatos de Lula, observa-se que três diretrizes para a educação foram traçadas: qualidade social da educação, democratização do acesso/garantia da permanência e democratização da gestão educacional. Elas direcionaram as ações desenvolvidas em todos os níveis e modalidades (BRASIL, 2002, 2006).

Dentre as propostas e metas<sup>93</sup> para a educação superior no primeiro mandato do governo que influenciaram o processo de evolução da expansão, destacam-se: ampliar a oferta de vagas e matrículas no setor público (possivelmente dobrar o total de matriculados no setor público) e “ampliar a oferta de ensino público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total de vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior” (BRASIL, 2002, p. 49), visando atender à meta 1 do PNE/2001<sup>94</sup>. Pode-se dizer que as metas anunciadas não foram materializadas nem no final do seu segundo mandato, pois o crescimento de IES públicas foi

---

<sup>91</sup> A aprovação do PNE (2001-2010) se deu em meio a um processo turbulento de tramitação (idas e vindas) e muitos embates entre governo e setores organizados em defesa da educação pública; recebeu vários vetos pelo Presidente FHC, o que de certa forma comprometeram suas metas e objetivos.

<sup>92</sup> As propostas analisadas foram “Uma escola do tamanho do Brasil” (BRASIL, 2002) e “Programa Setorial de Educação 2007/2010” (BRASIL, 2006).

<sup>93</sup> Para conhecimento das propostas e metas do governo Lula (2002-2006), consultar Brasil (2002, p. 53-55).

<sup>94</sup> Prover a oferta da educação superior para pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até o final da década,

de 42,6 %, a ampliação do número de matrículas de 39,0% e a proporção do número de matrículas no setor público de 26,8%, abaixo até mesmo do alcançado no último mandato de FHC (30,2%).

No segundo mandato, de acordo com Dourado (2010), alterações significativas se sucederam na proposta governamental após mudança no MEC, a partir de 2004, propiciando novos documentos-base e projetos para a reforma da educação superior<sup>95</sup>. Diferentes embates ocorreram na condução do processo de reforma e alterações no anteprojeto, direcionados para a proposição de políticas para a expansão da educação superior, sobretudo das IES federais.

O projeto do governo Lula no seu segundo mandato referente à educação superior propôs dar continuidade ao aumento da oferta e da qualidade do ensino superior por meio da “expansão das Universidades Federais, do Prouni, da discussão e aprovação das normas que regem a Educação Superior, do desenvolvimento do 6º Plano Nacional de Pós-Graduação e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes)” (BRASIL, 2006, p. 8).

Dentre as medidas adotadas no governo Lula que ampliaram significativamente a expansão do número de vagas na educação superior da graduação presencial, colaborando para o maior acesso dos jovens para esse nível de ensino, tem-se: o Prouni, o Programa de Expansão das Ifes, o Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica e o Reuni. A consolidação do Fies também contribuiu para a expansão da educação superior.

O Prouni foi criado pelo governo federal pela Medida Provisória 213/2004 e institucionalizado pela Lei 11.096/2005, designando a concessão de bolsas de estudos integrais em cursos de graduação e sequenciais, de formação específica, em instituições privadas de educação superior (BRASIL, Lei 11.096/2005). A lei também normatizou a “atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e fortaleceu as instituições privadas comerciais de ensino” (SGUISSARDI, 2006, p. 1043). Com relação ao fortalecimento das IES privadas, Carvalho (2006) ressalta que o Prouni, “acompanhado por um discurso de *justiça social*, que encobriu a pressão das associações representativas dos interesses do segmento particular, justificada pelo alto grau de vagas ociosas” (p. 7), se constituiu “como excelente oportunidade de *fuga para frente* para as instituições ameaçadas pelo peso das vagas excessivas” (p. 8, grifo do autor). O programa assegura isenção fiscal<sup>96</sup>

---

<sup>95</sup> Dentre os documentos, vale ressaltar, segundo Segenreich e Castanheira (2009): o 1º anteprojeto, com 100 artigos (divulgado em 06/12/2004); o 2º, com 72 artigos (30/05/2005) e o 3º, com 69 artigos (28/07/2005), todos disponíveis em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

<sup>96</sup> De acordo com Sguissardi (2006), em troca de isenção de impostos pela IES privadas, “aprovou-se a possibilidade de troca de cerca de 10% da vagas ou 8,5% da receita bruta, na forma de bolsas para alunos

para o setor privado em troca de vagas “públicas” nas IES privadas e se constitui uma experiência distinta do governo para lidar com a questão da ampliação do acesso e expansão da educação superior, baseada em uma mensagem discursiva em torno da democratização e justiça social. O Prouni está, também, amparado no conceito de redistribuição indireta de renda, que “associa o financiamento estatal das instituições privadas com e sem fins lucrativos, por meio de isenção fiscal, à incorporação de parcela da população estudantil historicamente sub-representada no sistema de educação superior” (GOMES, 2008, p. 30). Desde sua criação até o processo seletivo do primeiro semestre de 2011, 863 mil estudantes<sup>97</sup> foram atendidos pelo Prouni, sendo 67% com bolsas integrais (BRASIL, PROGRAMA PROUNI, 2011). Apesar de os números crescentes sugerirem democratização, o Prouni é um programa que prioriza o acesso do estudante, pouco se preocupando com a permanência até a conclusão do curso. Como afirma Sguissardi (2008), para acontecer de fato a democratização, não basta apenas o acesso à educação superior; é preciso “ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência a *todos* os que seriamente procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o campus público” (p. 45, grifo do autor).

Para Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 2), o Prouni promove uma política pública de acesso à educação superior com baixo custo para o governo que “equilibra impacto popular, atendimento às demandas do setor privado e regulação das contas do Estado”, que retoma uma tradição de políticas de renúncia fiscal que favorecem mais o setor privado do que inspiram políticas públicas democratizantes. Para os autores, o programa ratifica uma noção equivocada de democratização, pois torna legítimo “a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estratificação social existente” (p. 8).

Vale ressaltar que o Prouni possui ligação com o Sinaes, estabelecido pela Lei 10.861/2004, que tem como objetivo garantir a avaliação nacional das IES e dos cursos de graduação, bem como o desempenho acadêmico dos alunos. No entender de Sguissardi (2006), essa lei pretendeu “a superação dos limites do Exame Nacional de Cursos (“Provão”) por um sistema mais complexo de ações de avaliação” (p. 1042), dentre as quais a realização de provas, no início e final dos cursos, realizadas por amostragem de estudantes. Os

---

egressos de escolas públicas, entre outros” (p. 1043). E, segundo Carvalho (2006), essa isenção fiscal adotada no Prouni segue “o incentivo recomendado pelo BIRD à iniciativa privada” (p. 8).

<sup>97</sup> Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

resultados do Sinaes constituem referencial fundamental para os procedimentos de regulação e supervisão da educação superior, para o credenciamento e a renovação de credenciamento de IES, bem como para a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação (BRASIL, Lei 10.861/2004). Além disso, o Sinaes passou a ser utilizado como uma política governamental implantada para realizar vinculação com o financiamento, o que acarretou impacto na expansão da educação superior privada (AMARAL 2009). De acordo com a Lei 11.096/2005, o MEC desvincularia do Prouni o curso que fosse avaliado como insuficiente por três anos consecutivos pelo Sinaes.

Com o objetivo de controlar o processo de expansão, foi sancionado o Decreto 5.773/2006 (Decreto-Ponte), que dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de IES e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino<sup>98</sup>, que teve como ponto de apoio o Sinaes e o modelo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As competências para o exercício dessas funções passaram a ser “exercidas pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES” (art. 3º do Decreto 5.773/2006). Para Sguissardi (2008), o problema maior da regulação da expansão do ensino superior é o “reconhecimento de padrões, a acreditação de títulos, pelo Estado, de instituições que fazem do lucro seu principal, embora muitas vezes oculto, objetivo final” (p. 1012).

Outra medida tomada no governo Lula que contribuiu para a expansão do número de vagas e interiorização da educação superior foi o Programa de Expansão das Universidades Federais, instituído em 2003. O programa liberou às Ifes mais recursos financeiros necessários à sua manutenção, vagas de docentes e de técnicos administrativos, propondo elevar para 20 a relação professor/aluno (BRASIL, MEC, 2003), que em 2002 era de 14,3. Uma das principais diretrizes deste Programa foi a interiorização do ensino superior, direcionada para as necessidades e vocações econômicas de cada região, com o intuito de garantir que os jovens permanecessem em suas cidades para estudar e trabalhar, contribuindo com o desenvolvimento local (BRASIL, MEC, 2003). O Programa tinha como meta a criação de 10 novas universidades federais<sup>99</sup> e a implantação e consolidação de 49 novos câmpus

---

<sup>98</sup> O sistema federal de ensino compreende as instituições federais de educação superior, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior.

<sup>99</sup> Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal do Pampa (UFP), Universidade Federal Grande Dourado (UFGD), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFBA) e as universidades criadas por transformação - Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal Tecnológica

universitários, distribuídos nas regiões brasileiras para que, em 2008, pudesse contar “com o ingresso anual de mais de 30.000 novos estudantes em diversos cursos de graduação” (BRASIL, MEC, 2003, p. 11). De acordo com dados do Inep (Sinopse do ensino superior de 2010), o número de matrículas nos cursos de graduação presencial público passou de 1.051.655 em 2002 para 1.461.696 em 2010, o que correspondeu a uma elevação de 410.041 inscritos (39%) em seis anos, representando, em média, o ingresso de 68.340 por ano, bem acima da meta prevista pelo governo, que era de 30.000 por ano. Quantitativamente, podemos dizer que o resultado foi positivo.

Contribuiu também para a expansão da oferta de educação superior o Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica (Decreto 6.095/2007) e, depois, a Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A Lei 11.892/2008 teve por finalidade a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) que, por intermédio de acordo entre instituições federais de educação profissional e tecnológica, formalizaram a união de Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais, “compreendidas na dimensão geográfica de um Estado, do Distrito Federal ou de uma ou mais mesorregiões dentro de um mesmo Estado, caracterizadas por identidades históricas, culturais, sociais e econômicas” (BRASIL, Decreto 6.095, 2007). Cada IF criado passou a ser considerado, de acordo com a Lei 11.892/2008, cap. I, art. 2º, como

**instituições de educação superior**, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na **oferta de educação** profissional e tecnológica **nas diferentes modalidades de ensino**, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas [...] (grifo nosso).

Dessa forma, os IF passaram a exercer um papel relevante na efetivação das políticas de expansão, tanto do ensino superior quanto nos demais níveis e modalidades de ensino, bem como no redimensionamento da formação do trabalhador. Em 2010, eram “38 Institutos Federais distribuídos em 354 unidades nos 27 entes federados, contribuindo para o processo de desenvolvimento de cada região do País” (BRASIL, MEC, 2010, p. 9).

---

do Paraná (UFTPR), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFersa), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (UFVJM), Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA) (BRASIL, MEC, Expansão das Universidades Federais, 2003).

Outro programa que contribuiu para a expansão da oferta de educação superior é o Reuni, instituído pelo Decreto 6.096/2007, que deu continuidade ao processo de expansão das universidades federais, iniciado com o Programa Expansão (2003). O Reuni apresenta como metas globais, no seu art. 1º, § 1º, “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito<sup>100</sup>, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, Decreto 6.096, 2007). Além das metas globais, outras diretrizes foram definidas no art. 2º:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, Decreto 6.096, 2007).

A questão principal que o Reuni propõe é a reorganização dos cursos de graduação (flexibilização dos currículos<sup>101</sup>) e a diversificação das modalidades de graduação por meio da reestruturação acadêmico-curricular (educação a distância, criação de cursos de curta duração, dos ciclos – básicos e profissional – e bacharelados interdisciplinares<sup>102</sup>), que implicariam, sobretudo, na expansão do acesso. A priorização é de cursos noturnos, licenciatura e interiorização do ensino superior gratuito, procurando atender a outros pleitos da sociedade. Vale ressaltar que as proposições do Reuni – ampliação de vagas no noturno, diminuição da evasão, preenchimento das vagas ociosas e reestruturação acadêmica – foram

<sup>100</sup> Esta relação de dezoito estudantes por professor nos cursos de graduação presencial foi estabelecida com base nas determinações da Lei 9.394/1996.

<sup>101</sup> Essa proposta possibilita a construção de itinerários formativos diversificados e a “instituição da formação inicial de curta duração e diploma intermediários como parte do caminho para a profissionalização ou formação específica” (GOMES, 2008, p. 39).

<sup>102</sup> O Bacharelado Interdisciplinar (BI) se constitui numa modalidade de curso de formação universitária geral. Ao optar pelo BI, o estudante não ingressa num curso profissionalizante específico, mas numa grande área de estudos. O currículo do BI é bastante flexível, com poucos componentes obrigatórios e muitos optativos. Após a conclusão do BI, cuja duração mínima é de três anos, o estudante recebe seu primeiro diploma e tem a possibilidade de dar continuidade aos seus estudos em nível de graduação através do ingresso posterior num Curso de Progressão Linear (profissionalizante, bacharelado ou licenciatura). Maiores informações, vide: [http://www.ihac.ufba.br/portugues/?page\\_id=5626](http://www.ihac.ufba.br/portugues/?page_id=5626) (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2013).



dimensões anteriormente sugeridas no governo FHC e recomendadas pelo Banco Mundial em 1995 (FERREIRA, 2012).

O Reuni contribuiu com a expansão da educação superior tanto em número de IES quanto na quantidade de matrículas. Com este programa, foram criadas 14 novas universidades federais em diversos Estados do Brasil (especialmente no interior), a multiplicação dos câmpus, com a abertura de 126 novos câmpus universitários e a duplicação das vagas ofertadas (BRASIL, MEC, 2010). Mas vale ressaltar ainda que esse quantitativo do setor federal comparado ao percentual do setor privado é tênue, como afirma Sguissardi (2008),

A multiplicação dos *campi* das Ifes, a criação recente de mais de 12 universidades federais em diversos estados do Brasil, beneficiando importantes regiões metropolitanas, mas especialmente no interior do país, e, certamente, o Reuni deverão ter importante impacto nos números referentes às instituições e matrículas do setor público federal. Mas infelizmente, seu efeito sobre a participação percentual do setor público no total de IES e de matrículas será diminuto diante do muito mais expressivo crescimento do setor privado, especialmente apresentado pelo sub-setor particular ou privado/mercantil (p. 996).

Para atender a expansão de IES federais e de cursos, foram abertas vagas de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos, o que se configurou como um novo ânimo à consolidação dessas instituições (DOURADO, 2010), como o caso específico do Câmpus Jataí e do Câmpus Catalão da UFG. No caso específico do CAJ, em 2007, a FEJ colocava à disposição do câmpus a maioria dos 71 servidores e os 28 professores do seu quadro funcional (Tabela 47), que recebiam constantemente seus salários atrasados. Essa situação gerava um clima de descontentamento entre os funcionários e problemas para a direção do câmpus. As vagas liberadas pelo Reuni, contribuíram para consolidar o quadro pessoal do CAJ com funcionários efetivos da UFG.

No segundo mandato do governo Lula, a partir de 2007, de acordo com Ferreira (2009), constataram-se ações que delinearão uma política com maior presença do Estado no sistema de educação superior brasileiro, como: mais recursos para a expansão da rede federal, que possibilitaram contratação de professores e servidores e, como consequência, expansão das matrículas do ensino superior; com o Prouni, procurou-se ampliar o acesso à educação superior e combater a ociosidade das vagas das IES privadas, e a descentralização por meio da

interiorização da educação superior com criação dos novos câmpus e dos Institutos Federais<sup>103</sup> em cidades de médio porte.

A despeito dos planos governamentais de Lula sinalizarem modificações expressivas para a educação superior, especialmente para as universidades públicas, e do real movimento de expansão federal, os indicadores educacionais de 2010 do Inep (Censo da educação superior) confirmam o processo de privatização na medida em que as IES privadas respondiam por 73,2% (3.987.424) do total de matrículas nos cursos de graduação presencial (5.449.120).

Para desfazer com a lógica contemporânea das políticas e gestão que estabilizam a hegemonia do setor privado, a partir de meados de 1990, é imprescindível ações expansionistas do poder público para: ampliação da oferta pública na ordem de 40% e atendimento na educação superior de 30% da população de 18 a 24 anos (metas estabelecidas pelo PNE/2001); ampliação em novos patamares no tocante ao financiamento (hoje, proposto 10% do PIB, em discussão) e políticas de expansão pública do ensino médio no país.

### **1.2.3 Indicadores referentes à graduação presencial dos governos de FHC e Lula**

A análise dos dados da expansão e interiorização da educação superior dos governos de FHC e Lula apresentada, a seguir, compreende os indicadores: instituições, matrículas, cursos e vagas, buscando os nexos constitutivos do processo e problematizando os indicadores.

Ao analisar o crescimento das IES por categoria administrativa (pública<sup>104</sup> e privada), se delineiam as primeiras análises do processo de expansão da educação superior. Na classificação das instituições por categoria administrativa, de acordo com dados obtidos do Inep (BRASIL, MEC, Inep, 2004 e 2010) que constam na tabela 5, averigua-se que a proporção de IES públicas no governo FHC sofre um decréscimo, enquanto as privadas uma ampliação, indicando a sua superioridade numérica. É preciso tomar cuidado com essa análise meramente quantitativa, pois deve-se “considerar que as instituições públicas multi-campi, tanto federais como estaduais, são consideradas como uma só unidade, reduzindo numericamente a sua presença nas diferentes regiões do país quando comparadas às instituições privadas” (BRASIL, MEC, Inep, 2004, p. 9-10).

---

<sup>103</sup> Os IF oferecem cursos técnicos de nível médio e tecnológico de nível superior, além ofertarem modalidades diversificadas de graduações, o que contribui com a expansão da educação superior.

<sup>104</sup> As instituições de ensino públicas são as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público (federal, estadual, municipal).

O número de IES em 1994 era de 851 e passou para 1.637 em 2002, o que representou, no período, uma taxa de crescimento significativa de 92,3%, mostrando que a educação superior no Brasil continua em processo de expansão acelerada. Na distribuição das IES por categoria administrativa, verifica-se uma redução de 10,5% nas IES públicas<sup>105</sup>; em 1994, eram 218 instituições, caindo para 195, em 2002, ao passo que as instituições privadas passaram de 633, em 1994, para 1.442, em 2002, o que corresponde a uma expansão de 127,8%. As IES municipais e estaduais contribuíram para o decréscimo do número de IES públicas, como mostram os dados da tabela 5.

A expansão das instituições privadas pode ser justificada em parte pela regulamentação de diversificadas IES privadas não universitárias – que desenvolveram basicamente atividades de ensino, reduzindo o investimento de capital e ampliando o lucro, despertaram o interesse dos empresários da educação privada e, assim, criaram novas instituições de ensino superior. Aliado a essa premissa, Gomes (2008) advoga que a expansão da educação superior no governo FHC foi alcançada “mediante financiamento privado, ‘doméstico’, com a participação ativa do ‘consumidor de serviços educacionais’, numa clara definição da educação superior como mercadoria” (p. 28-29), o que cristaliza a marca da política desse governo.

Na categoria pública, as instituições federais durante o governo FHC expandiram 28,1%, passando de 57 instituições em 1994 para 73 em 2002; as estaduais e municipais sofreram redução de 10,9% e 35,2%, respectivamente. Uma das justificativas para a redução do quantitativo das instituições públicas estaduais e municipais é a fusão de diversas faculdades isoladas, transformando-se em universidades (AMARAL, 2009). A expansão das federais no segundo mandato se deu, em boa parte, à criação, em 1999, dos Centros de Educação Tecnológica<sup>106</sup>, uma das novas formas institucionalizadas pela LDB/1996.

Em 1994, a proporção de IES públicas era de 25,6%, reduzindo para 11,9% em 2002, enquanto as privadas passaram de 74,4% para 88,1%, o que correlaciona a um

---

<sup>105</sup> Justifica-se em parte a redução do quantitativo de IES públicas no Brasil, no período analisado, em função da fusão de várias faculdades isoladas em universidade, como exemplo, o caso da UEG em 1999, resultado da incorporação de 13 instituições de ensino superior isoladas, mantidas pelo poder público estadual.

<sup>106</sup> De acordo com dados do Inep (resumo técnico da educação superior em 2004), em 1999, foram criados 10 Centros de Educação Tecnológica Federal, em 2000 mais um e, em 2002, mais seis, totalizando no final do mandato do governo FHC com 17 instituições. O que se percebe ao longo dos anos é uma expansão significativa dessa organização acadêmica, pois, em 2010, o Brasil contava com 37 Institutos Federais e Cefet (BRASIL, MEC, Inep, 2011). Vale ressaltar que as sinopses do Censo de Educação Superior do Inep começaram a disponibilizar dados dessa forma de organização acadêmica a partir de 1999, mas não significa que esse tipo de instituição não existisse, ao contrário, como reporta Segenreich e Castanheira (2009, p. 18), “até 1997 as Escolas Técnica Federais foram responsáveis pela formação de muitos alunos em cursos tecnológicos (utilizando a terminologia atual)”.

crescimento de 13,7%. O que se nota é a ampla expansão das IES privadas em detrimento das públicas, ou seja, a privatização do ensino superior.

Desde a aprovação da LDB/1996, foram definidas e implementadas no país políticas pautadas nos princípios de flexibilidade, competitividade e avaliação. A flexibilidade colocada em prática beneficiou o processo de diversificação e diferenciação institucional – universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, institutos de educação – e da oferta de novos cursos, ressaltando os cursos sequenciais, os tecnológicos de educação profissional e os mestrados profissionais (BITTAR; OLIVEIRA; LEMOS, 2011).

Ao analisar a evolução total das IES durante o período compreendido entre 2002 a 2010, na tabela 5, verifica-se que o crescimento geral do número de instituições foi de 45,3%. Enquanto as IES privadas passaram de 1.637 instituições, em 2002, para 2.378 no ano de 2010, expansão na ordem de 45,6%, as IES públicas cresceram 42,6%, passando de 1.442 instituições, em 2002, para 2.100 no ano de 2010.

**Tabela 5** – Evolução do número de instituições de educação superior por categoria administrativa – Brasil: 1994 - 2002 - 2010<sup>107</sup>

Ano	Total	Pública								Privada	
		Total	%	Fed.	%	Est.	%	Mun.	%	Total	%
1994	851	218	25,6	57	6,7	73	8,6	88	10,3	633	74,4
2002	1.637	195	11,9	73	4,5	65	4,0	57	3,5	1.442	88,1
2010	2.378	278	11,7	99	4,2	108	4,5	71	3,0	2.100	88,3

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela criada a partir de dados retirados do resumo técnico da educação superior – Censo de 2003 e 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2004; 2012).

Comparando a evolução do número de IES por categoria administrativa do governo Lula e do governo FHC, observa-se que a expansão das instituições privadas do governo Lula (45,6%) foi bem menor do que a do governo FHC (127,8%). Com relação às IES públicas, elas expandiram 42,6% no governo Lula e decresceram 10,5% no governo FHC. A expansão das IES públicas no governo Lula ocorreu em função de políticas adotadas de ampliação do financiamento público no setor público, que no governo FHC foi submetido a drásticos cortes, e o crescimento das IES privadas aconteceu porque o governo deu continuidade às políticas de diversificação e diferenciação adotadas na gestão de anterior, que favoreceram a iniciativa privada.

<sup>107</sup> Durante a análise do governo FHC (1995-2002), consideraram-se os dados relativos ao ano de 1994, que correspondem à situação que a gestão encontrou quando assumiu o cargo, até 2002; e a do governo Lula (2003-2010), os dados relativos ao ano de 2002, que correspondem à condição que deparou quando assumiu a gestão, até 2010.

Na categoria administrativa pública durante o governo Lula, as instituições estaduais apresentaram maior crescimento (66,1%), aumentando o número de IES de 65 (2002) para 108 (2010). As federais expandiram 35,6%, passando de 73 (2002) para 99 (2010), e as municipais ampliaram 24,6%, expandindo de 57 (2002) para 71 (2010). De acordo com dados obtidos do censo de 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2012), ocorreu uma pequena queda no número de IES públicas em 2008, em função da redução de IES federais pela integração, fusão ou compra de instituições (passando de 106 instituições federais, em 2007, para 93 em 2008), e acentuado crescimento em 2010 devido à expansão das IES federais e, sobretudo, das estaduais e municipais. Vale destacar que a queda do número das IES não se refletiu na oferta de vagas e no número de matrículas, como será mostrado no desenvolvimento da pesquisa, visto que as instituições foram integradas a outras.

No ano de 2008, pela primeira vez desde 1997, o número de IES diminuiu, sobretudo as faculdades federais. Tal diminuição pode ser explicada pela integração de instituições, por fusão ou compra [...]. De fato a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia, em muitos casos, se deu a partir da fusão de Centros Federais de Educação Tecnológica (BRASIL, MEC, Inep, Resumo técnico 2008, 2009, p. 8).

As taxas de crescimento do número de IES por categoria administrativa mostram que, durante o octênio do governo Lula, a educação superior brasileira continuou em expansão, mas com uma diferença: as IES públicas retomaram seu processo de crescimento com os programas de expansão das Ifes (2003), o Reuni (2007) e a criação dos IF.

Quando se analisou a participação percentual das IES em 2010 entre as categorias administrativas, verificou-se que as instituições privadas são responsáveis por 88,3% e as públicas por 11,7% (sendo 4,5% estaduais, 4,2% federais e 3,0% municipais).

Com relação à evolução do número de IES por organização acadêmica (Tabela 6), constata-se que, no período compreendido entre 1994-2002, o aumento das universidades foi de 27,5%, das faculdades, escolas e institutos superiores foi de 94,7%, e das faculdades integradas foi de 20,7%. Como os centros universitários só foram criados após a LDB/1996, seus dados aparecerem nas tabelas do Inep (BRASIL, MEC Inep, 2006), a partir de 1997, num total de 13 instituições, e seu crescimento, até 2002, foi de 492,3%, enquanto as faculdades tecnológicas e Cefet<sup>108</sup>, que em 1999 eram 16 instituições, cresceram 231,2% até o final do

---

<sup>108</sup> Vale destacar que as sinopses do censo da educação superior do Inep, somente no ano de 1999, começaram a discriminar os dados relativos dos centros de educação tecnológica e das faculdades de tecnologia, e “não diferenciam, em suas estatísticas mais gerais, os bacharelados, licenciaturas ou cursos de tecnologia” (SEGENREICH; CASTANHEIRA, 2009, p. 19).

governo FHC. Seguindo a lógica expansionista de diferenciação institucional e a tendência de redução da educação superior às atividades de ensino, os centros universitários e as faculdades tecnológicas e Cefet são os responsáveis pelos maiores índices de crescimento.

**Tabela 6** – Evolução do número de IES por organização acadêmica – Brasil: 1994- 2002

Ano	Total	Universi- dades	%	Centros universi- tários	%	Faculdades integradas	%	Faculdades, escolas e institutos superiores	%	Faculdades tecnológicas e Cefet	%
1994	851	127	15,0	-	-	87	10,2	637	74,8	-	-
2002	1.637	162	9,9	77	4,7	105	6,4	1.240	75,8	53	3,2

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela construída a partir de dados retirados da educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás) (BRASIL, MEC, Inep, 2006).

Quando se observa em proporção o número de IES por organização acadêmica, verifica-se que, em 2002, das 1.637 IES brasileiras, 162 (9,9%) eram universidades; 77 (4,7%) eram centros universitários; 105 (6,4%) eram faculdades integradas; 1.240 (75,8%) eram faculdades, escolas e institutos superiores, e 53 (3,2%) eram faculdades tecnológicas e Cefet. As faculdades, escolas e institutos superiores eram os que se encontravam em maior número (1.240) no Brasil no final do governo FHC.

A partir da Portaria Normativa 40/2007, as IES passaram a ser classificadas, de acordo com sua organização acadêmica, em: faculdades; centros universitários; universidades; institutos federais de educação, ciência e tecnologia e centros federais de educação tecnológica (Cefet)<sup>109</sup>. É importante destacar que a expansão dos Cefet, trata-se de um crescimento relativo no que se refere ao número de instituições, pois são, na verdade, escolas técnicas transformadas em Cefet, logo, não há expansão, e sim redimensionamento. Com essa forma de organização, em 2010, no final do governo Lula, do total das 2.378 IES do Brasil, 2.025 (85,2%) eram faculdades<sup>110</sup>, 190 (8,0%) universidades, 126 (5,3%) centros universitários e 37 (1,6%) IF e Cefet (BRASIL, MEC, Inep, 2012).

<sup>109</sup> As faculdades abrangem institutos e organizações niveladas, nos termos do Decreto 5.773/2006; os centros universitários são IES pluricurriculares que se destacam pela qualidade do ensino, da qualificação dos professores e pelas condições de trabalho acadêmico disponibilizados, regulamentados pelo Decreto 5.786/2006; as universidades são instituições pluricurriculares de formação de profissionais de nível superior, de pesquisa, de domínio e cultivo do saber e de extensão (Lei 9.394/1996); os IF são instituições pluricurriculares e multicâmpus, de educação superior, básica e profissional, especializados na educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, regulados pela Lei 11.892/2008; e os Cefet, conforme o Decreto 5.224/2004, qualificam profissionais nos diferentes níveis e modalidades de ensino no âmbito da educação profissional e tecnológica, bem como podem realizar pesquisas aplicadas e desenvolver produtos e serviços em parceria com os setores produtivos e, segundo a Portaria Normativa 40/2007, equiparam-se aos centros universitários para efeitos regulatórios.

<sup>110</sup> Foram consideradas em faculdades: faculdades, faculdades integradas, institutos ou escolas superiores, faculdades de tecnologia (BRASIL, MEC, Inep, 2012).

Tanto no governo FHC quanto no governo Lula, as faculdades foram responsáveis pelo maior percentual de IES, 83,5% em 2002 e 85,2% em 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2012). As universidades reduziram sua proporção, passando de 9,9% em 2002 para 8,0% em 2010, e os centros universitários ampliaram seu percentual, de 4,7% em 2002 para 5,3% em 2010.

No transcorrer do governo Lula, merecem destaque os Decretos 4.914/2003 e 5.786/2006, no que se refere à configuração dos centros universitários no sistema da educação superior. No Decreto 4.914/2003, o governo tentou aproximar a compreensão de centro universitário à concepção de universidade ao inserir a exigência de comprovação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para o credenciamento, combinada à consignação de um percentual mínimo de 33% de professores em tempo integral. Já o Decreto 5.786/2006 retornou a acepção de centro universitário de 1997, destacando a excelência do ensino sem referência à indissociabilidade entre ensino e pesquisa, reduzindo para 20% o percentual mínimo de professores em tempo integral e dá autonomia de criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos, as mantenedoras dessas IES. O que se percebe é que os centros universitários passaram a ter, “praticamente, todas as prerrogativas de autonomia da universidade sem a obrigação de desenvolver institucionalmente a pós-graduação *stricto sensu* e a pesquisa” (SEGENREICH; CASTANHEIRA, 2009, p. 15), o que estimulou o crescimento, desta forma, de organização acadêmica após 2006. Os centros universitários, sem a obrigatoriedade de desenvolver pesquisa e desfrutando das prerrogativas de autonomia de instituir e suprimir cursos, bem como ampliar ou redistribuir vagas, se constituem como modalidade expansionista no governo Lula.

Ao considerar a evolução das IES por região do Brasil, é possível efetuar um diagnóstico da distribuição regional da educação superior e, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2004 (BRASIL, MEC, Inep, 2005), em 1994, das 851 IES brasileiras, observa-se a concentração das instituições na região Sudeste – 539 (63,4%), depois 122 (14,3%) na Sul, 88 (10,3%) na Nordeste, 79 (9,3%) na Centro-Oeste e apenas 23 (2,7%) na Norte. Vale ressaltar que a região Sudeste apresenta a maior concentração de população do país, condições de riqueza, estruturação dos setores primários, secundários e terciários, o que estimula a demanda pela educação superior e a criação de IES.

Segundo Bittar, Oliveira e Lemos (2011, p. 124-125), “a ampliação, a modernização, a integração econômica e as transformações econômicas produtivas vêm criando uma maior demanda por educação superior”, despertando o interesse de empresários

da educação em investir em outras regiões do país. No final dos mandatos de FHC, em 2002, mesmo com a expansão quantitativa de IES em todas as regiões, verifica-se que a desigualdade regional permanece; a região Sudeste continua com o maior quantitativo de instituições – 840 (51,3%), Sul – 260 (15,9%), Nordeste – 256 (15,6%), Centro-Oeste – 198 (12,1%) e Norte – 83 (5,1%) (BRASIL, MEC, Inep, 2005).

De acordo com o Censo de 2010, a distribuição de instituições desse nível de ensino continua desigual, permanecendo a “sudestificação”<sup>111</sup>, a maior concentração na região Sudeste, seguido pelas regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte (BRASIL, MEC, Inep, 2012).

Quanto à evolução do número de matrículas da educação superior por categoria administrativa no Brasil, no governo FHC, conforme dados apresentados na tabela 7, observa-se a mesma lógica do crescimento do número de IES, maior expansão na categoria administrativa privada. De 1994-2002, verificou-se uma ampliação total de 109,5% das matrículas, sendo que o crescimento nas públicas foi de 52,3% e nas IES privadas foi de 150,2%.

Considerando o governo FHC, a proporção das matrículas das IES públicas em 1994 era de 41,5% e passou para 30,2% em 2002 (Tabela 7), acontecendo uma diminuição, enquanto a proporção das matrículas da IES privadas apresentou ampliação, passando de 58,4% para 69,8%; o que se percebe, portanto, é o processo de privatização da educação superior.

O programa do governo FHC que merece ser ressaltado e contribuiu para a expansão das matrículas no setor privado é o Fies, criado em dezembro pela Lei 10.260/2001, que aloca verbas públicas para as IES privadas com o objetivo de financiar a graduação de estudantes no ensino superior nas instituições com fins lucrativos. De acordo com o Inep (BRASIL, MEC, Inep, 2004), em 2001, o número de matrículas nas IES privadas era de 2.091.529 e, com o Fies, passou para 2.428.258 matrículas em 2002, um acréscimo de 1%. O empréstimo para financiamento dos estudos refletiu na expansão das matrículas das IES privadas/mercantis da educação (GOMES, 2008; SGUISSARDI, 2008) e, como afirma Amaral (2009), provocou mudanças significativas, como a reformulação de currículos, contratação de professores mestres e doutores, atualização e ampliação do acervo das bibliotecas, criação e maiores investimentos em novos laboratórios, tudo com o objetivo de

---

<sup>111</sup> Expressão empregada por Ristoff (2008, p. 43) para expressar o predomínio das instituições, dos cursos e das matrículas na região Sudeste do Brasil.



evitar a redução na demanda do vestibular e a alteração do perfil socioeconômico dos candidatos que buscam ingressar na instituição.

Durante o período entre 2002 a 2010, observou-se que o crescimento do número de matrículas no Brasil foi de 56,6%. Vários fatores podem ser atribuídos à expansão das matrículas no ensino superior no governo Lula, dentre eles: as políticas indutoras de diversificação e diferenciação institucional; o crescimento econômico alcançado pelo Brasil nos últimos anos, o que gerou uma procura do mercado por mão de obra mais especializada, e as políticas públicas de incentivo ao acesso e à permanência na educação superior (programas como o Fies e Prouni, ampliação da oferta de vagas na rede federal, interiorização de universidades existentes, diversificação do sistema superior de ensino e diferenciação de cursos).

**Tabela 7** – Evolução do número de matrículas de graduação presencial por categoria administrativa e taxa de crescimento por categoria administrativa – Brasil: 1994- 2002-2010

Ano	Total de matrículas	Pública								Privada	
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%
1994	1.661.034	690.450	41,5	363.543	21,9	231.936	13,9	94.971	5,7	970.584	58,5
2002	3.479.913	1.051.655	30,2	531.634	15,3	415.569	11,9	104.452	3,0	2.428.258	69,8
2010	5.449.120	1.461.696	26,8	833.934	15,3	524.698	9,6	103.064	1,9	3.987.424	73,2

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela criada a partir de dados retirados de resumo técnico da educação superior – Censo de 2004 e 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2005; 2012).

Durante o governo Lula, verificou-se, como apresentado na tabela 7, que ocorreu expansão do número de matrículas tanto na categoria privada quanto na pública. O setor privado passou de 2.428.258 em 2002 para 3.987.424 em 2010, um crescimento na ordem de 64,2%, superior à média do crescimento total brasileiro (56,6%), mostrando o seu predomínio, enquanto o setor público passou de 1.051.655 matrículas em 2002 para 1.461.696 em 2010, um crescimento na ordem de 39,0%, inferior à média total do Brasil.

Comparando o crescimento do número de matrículas entre os governos FHC e Lula, verifica-se que a expansão de 64,2% das matrículas no setor privado no governo Lula foi bem inferior ao do governo FHC, que foi de 150,2%. Isso demonstra queda nas matrículas das IES privadas, assim como no setor público, que foi de 39% no governo Lula e 52,3% no governo FHC.

Segundo Gomes (2008), a partir de janeiro de 2005, sem as matrículas providas pelo Prouni<sup>112</sup>, o crescimento do número de matrículas teria ficado abaixo da média anual, o que corrobora a afirmação de que se tratava de uma política que tendia a fortificar o processo de privatização da oferta de educação superior no Brasil. O autor advoga que o governo Lula, com o Prouni, atendeu a um remoto anseio dos movimentos privatistas brasileiros. Com esse programa, as instituições privadas passaram a receber recursos metódicos e regulares oriundos do fundo público para deixar as contas equilibradas e manter níveis aceitáveis de segurança financeira, mesmo que esses recursos fossem de isenção fiscal.

Analisando separadamente a categoria administrativa pública, os dados da tabela 7 possibilitam inferir que, no período de 2002 a 2010, o crescimento do setor público se deve, sobretudo, às instituições federais, que cresceram 56,9% e, depois, às IES estaduais, que cresceram 26,3%, pois as instituições municipais tiveram uma queda de 1,3%. A expansão do número de matrículas nas IES federais, a partir de 2009, pode ser explicada em parte pela criação/expansão dos IF.

A tabela 7 também apresenta dados relativos à evolução em percentual de matrícula de graduação por organização acadêmica do Brasil. A proporção das matrículas da rede pública de 2002 a 2010 sofreu declínio, passando de 30,2% para 26,8% em 2010, sendo 15,3% federais, 9,6% estaduais e 1,9% municipais.

Durante o octênio do governo Lula, a proporção das matrículas das IES privadas apresentou expansão, sendo responsável por 69,8% das matrículas em 2002, atingindo 73,2% em 2010, consubstanciando o processo de privatização da educação superior brasileira. O Fies criado pela Lei 10.260/2001 no governo FHC permaneceu e foi consolidado no governo Lula, contribuindo para a expansão das matrículas no setor privado. Analisar as diferentes modalidades de financiamento de educação superior no Brasil e os seus impactos nas políticas expansionistas é fundamental.

Na relação das 10 maiores IES em número de matrículas na graduação presencial no Brasil em 2002 (Tabela 8), seis instituições eram privadas, três eram estaduais e apenas uma era federal, sendo todas universidades. Em 2002, apesar de as universidades (162 IES) serem em menor número que as faculdades integradas (1.240 IES), elas representavam as 10 maiores instituições em número de matrículas e observou-se o predomínio das universidades

---

<sup>112</sup> Em relação ao Prouni, compartilha-se a crítica feita por Silva Jr. e Sguissardi (2005) de que, se os valores não arrecadados, em razão da troca de vagas ociosas das instituições privadas pela isenção de impostos, fossem aplicados diretamente nas Ifes, assegurar-se-iam mais vagas nas instituições federais com melhor qualidade, valorizando, assim, a educação superior pública. Faz-se necessário uma investigação pormenorizada, de modo a confirmar ou não a afirmação.

privadas sobre as públicas, seguindo a lógica expansionista do setor privado. Vale ressaltar que as matrículas em questão se referem exclusivamente à graduação presencial, não incluindo matrículas na pós-graduação (pois não fazem parte do objeto dessa pesquisa), numerosas, sobretudo nas universidades públicas estaduais e federais. Destas 10 IES, a concentração se dá na região Sudeste, onde se localizam seis instituições, seguidas pela região Sul, com duas. A UEG, uma das instituições pesquisadas nesse trabalho, era a oitava maior universidade do Brasil em 2002.

**Tabela 8** - Relação das 10 maiores instituições em número de matrículas na graduação presencial – Brasil: 2002

Nome da instituição	UF	Categoria administrativa	Matrícula
1 Universidade Paulista	SP	Privada	88.304
2 Universidade Estácio de Sá	RJ	Privada	85.693
3 Universidade de São Paulo	SP	Estadual	42.871
4 Universidade Luterana do Brasil	RS	Privada	41.729
5 Universidade Bandeirante de São Paulo	SP	Privada	34.841
6 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	MG	Privada	34.078
7 Universidade do Vale do Rio dos Sinos	RS	Privada	31.670
8 Universidade Estadual de Goiás	GO	Estadual	31.575
9 Universidade Estadual do Piauí	PI	Estadual	30.644
10 Universidade Federal do Pará	PA	Federal	29.773

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Dados retirados do resumo técnico – Censo 2002 (BRASIL, MEC, Inep, 2003).

O Censo de 2008<sup>113</sup> (BRASIL, MEC, Inep, 2009, p. 32) apresenta a relação das 30 primeiras IES por ordem decrescente no número de matrículas do Brasil, mas, para manter um padrão de análise com o realizado no governo FHC, será proporcionada a relação apenas das 10 IES maiores (Tabela 9). Das 10 instituições, todas são universidades, sendo oito privadas e apenas duas públicas, o que demonstra a privatização da educação superior brasileira. Observa-se a concentração das IES na região Sudeste, onde se encontram instaladas nove das instituições, e apenas uma na região Sul. A UEG, uma das instituições pesquisadas nesse trabalho, que era a oitava maior universidade do Brasil em 2002, caiu para o 19º lugar em 2008, enquanto a UFG assumiu a trigésima posição, no *ranking*.

<sup>113</sup> Os dados apresentados são do Censo de 2008, porque os de 2009 e 2010 não disponibilizam essas informações.

**Tabela 9** - Relação das 10 maiores instituições em número de matrículas na graduação presencial – Brasil: 2008

	Nome da instituição	UF	Categoria administrativa	Organização acadêmica	Matrícula
1	Universidade Paulista (UNIP)	SP	Universidade	Privada	166.601
2	Universidade Estácio de Sá (UNESA)	RJ	Universidade	Privada	115.916
3	Universidade Nove de Julho (UNINOVE)	SP	Universidade	Privada	93.520
4	Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC)	MG	Universidade	Privada	55.686
5	Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN)	SP	Universidade	Privada	55.674
6	Universidade de São Paulo (USP)	SP	Universidade	Pública	50.508
7	Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)	RJ	Universidade	Privada	43.437
8	Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	RS	Universidade	Privada	39.305
9	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)	MG	Universidade	Privada	34.017
10	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	SP	Universidade	Pública	31.974

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Dados retirados do resumo técnico – Censo 2008 (BRASIL, MEC, Inep, 2009).

Analisando a evolução das matrículas dos cursos de graduação presenciais por organização acadêmica (Tabela 10), verifica-se que, de 1994 a 2002, praticamente todas as organizações apresentaram uma expansão significativa, exceto as faculdades integradas, que tiveram um decréscimo de 11,7%. Dentre as organizações acadêmicas, as responsáveis pela maior parte da expansão total das matrículas foram os centros universitários (que surgiram em 1997, após LDB/1996), com o crescimento de 839,4%, e os centros de educação tecnológica e as faculdades de tecnologia, cujos dados começaram a ser apresentados a partir de 1999, com crescimento de 121,6% (em 1999 apresentou 19.484 matrículas). As universidades e as faculdades, escolas e institutos superiores apresentaram crescimento de 107,8% e 59,9%, respectivamente, mas foi inferior ao índice de crescimento total de matrículas de 109,5%.

Das 1.661.034 matrículas em 1994, as organizações acadêmicas existentes eram as universidades responsáveis por 62,3%, as faculdades integradas por 12,2%, e as faculdades, escolas e institutos superiores por 25,5%. Em função da diversificação das IES ocorrida no governo FHC, essa proporção sofreu modificações. Em 2002, as universidades alcançaram 61,8% das matrículas, os centros universitários atingiram 12,4%, as faculdades integradas foram responsáveis por 5,2%, as faculdades, escolas e institutos superiores chegaram a 19,4% e os centros de educação tecnológica e faculdades de tecnologia a 1,2% das matrículas. O que vale ressaltar é que, em 2002, as 162 universidades que correspondem a 9,9% das IES, eram responsáveis por 61,8% das matrículas em oposição às faculdades, escolas e institutos superiores, que eram em maior número, 1.240 (75,8%), responsáveis por apenas 19,4% das matrículas. Isso mostra uma característica da educação superior brasileira, que é a

centralização das matrículas de graduação em um número reduzido de instituições. Observa-se na tabela 10 que, independentemente da organização acadêmica, sempre as IES privadas são em maior proporção que as públicas.

Dentre as medidas que impulsionaram a expansão das matrículas no ensino superior no governo FHC, podemos citar a criação da GED ao Magistério Superior, implantada pela Lei 9.678/1998, regulamentada pelo Decreto 2.668/1998, que apresentou consequência direta na organização da atividade do professor das Ifes e na relação alunos/docente. Os professores procuravam atividades que acumulassem pontos, e a GED privilegiava as atividades de ensino (carga didática semanal média) em detrimento das atividades de pesquisa e extensão, enfraquecendo o tripé ensino-pesquisa-extensão, defendido para as universidades. Desta forma, a GED colaborou para a ampliação do número de vagas das Ifes, principalmente nos cursos noturnos, e também para o aumento da produtividade em quantidade de atividades assumidas pelos professores (AMARAL, 2009). De acordo com Rocha (2005), a GED contribuiu para que ocorresse um processo de diferenciação salarial nas Ifes e para uma crescente estandardização do trabalho entre as instituições e no interior delas, presenciando-se “a um processo de *padronização flexível de trabalho* científico e acadêmico<sup>114</sup>” (p. 213, grifo do autor). De forma direta, a GED estimulou o aumento de cursos noturnos, seguido da redução dos recursos orçamentários para as Ifes. No governo Lula, a GED foi suspensa tanto por pressão sindical quanto de atores sociais, e todos os professores voltaram a receber os valores integrais como gratificação, fortalecendo a pesquisa defendida para as universidades.

**Tabela 10** – Evolução da matrícula no ensino superior de graduação presencial por categoria administrativa segundo a organização acadêmica – Brasil: 1994 e 2002

Organização Acadêmica	Total		Pública		Privada	
	1994	2002	1994	2002	1994	2002
Total	1.661.034	3.479.913	690.450	1.051.655	970.584	2.428.258
Universidade	1.034.726	2.150.659	571.608	915.902	463.118	1.234.757
Centros universitários	-	430.315	10.344	14.646	193.127	415.669
Faculdades integradas	203.471	179.707	10.344	7.179	193.127	172.528
Faculdades, escolas e institutos superiores	422.837	676.053	108.498	76.813	314.339	599.240
Centros de educação tecnológica e faculdades de tecnologia	-	43.179	-	37.115	-	6.064

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela criada a partir de dados retirados da educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás) (BRASIL, MEC, Inep, 2006).

<sup>114</sup> A consequência da padronização flexível do trabalho científico, segundo Rocha (2005), “propiciou o incentivo à competitividade, ao individualismo e o processo de ‘mercantilização’ da educação pública” (p. 124).

Uma característica da educação superior brasileira é a centralização das matrículas de graduação em um número reduzido de instituições e em determinadas regiões, o que demonstra que o processo de expansão desse nível de ensino ocorre de forma desigual. A partir dos dados da tabela 11, verifica-se que, de 2002 a 2010, a concentração das matrículas de graduação por organização acadêmica continuou sendo nas universidades, apesar do decréscimo em número no período analisado. Em 2002, as universidades eram responsáveis por 62,1% das matrículas de graduação e, em 2010, por 54,3%. Em 2010, as 190 universidades existentes, o que correspondia apenas a 8% das IES, eram responsáveis por mais da metade das matrículas de graduação (54,3%). As demais organizações acadêmicas atendiam um total de 45,7%, sendo: centros universitários (13,1%), faculdades (31,2%), If e Cefets (1,4%). As 2.025 faculdades, que correspondia a 85,2% da IES do Brasil em 2010, eram responsáveis por 31,2% das matrículas de graduação, o que se pode dizer que, em sua grande maioria, são de pequeno porte.

Há centralização das matrículas na educação superior e, paradoxalmente, dispersão. As IES no Brasil, em sua grande maioria (73,4%), são instituições de pequeno porte, com menos de 10 cursos de graduação oferecidos e, dentre elas (44,2%), têm um ou dois cursos, o que sugere assinalar que essas pequenas IES são polarizadas em torno de um curso ou de uma área do conhecimento; 13% têm de 10 a 20 cursos; 8,0% de 20 a 50 cursos; 3,7% possuem de 50 a 100 cursos, e apenas 1,9% têm mais de 100 cursos (BRASIL, MEC, Inep, Censo 2009 e 2010).

Analisando a evolução das matrículas dos cursos de graduação presenciais, das organizações acadêmicas na categoria administrativa pública, no período de 2002-2010, apresentada na tabela 11, verifica-se que ampliaram suas matrículas: as universidades – 38,9%, as faculdades – 11,7 % e os Cefet e IF apresentaram a maior expansão – 161,1 %; e os centros universitários demonstraram queda (- 3,3%). A expansão das matrículas na educação superior dos Cefet e IF se deu a partir da Lei 11.892/2008, quando passaram a ser consideradas como instituições de educação superior, básica e profissional, com a autorização da oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

Ao analisar os dados das IES privadas com relação às matrículas das organizações acadêmicas no período de 2002-2010 (Tabela 11), eles evidenciaram o seguinte crescimento: das universidades, de 105,4%; dos centros universitários, de 75 %, e das faculdades, de 121,5%. Independente da organização acadêmica, sempre o crescimento das IES privadas são em maior proporção que as das públicas no governo Lula.

**Tabela 11** – Evolução da matrícula no ensino superior de graduação presencial por categoria administrativa segundo a organização acadêmica – Brasil: 2002 e 2010

Organização acadêmica	Total				Pública		Privada	
	2002	%	2010	%	2002	2010	2002	2010
Total	3.479.913	100,0	5.449.120	100,0	1.051.655	1.461.696	2.428.258	3.987.424
Universidades	2.150.659	62,1	2.809.974	54,3	915.902	1.272.971	1.234.757	1.537.003
Centros universitários	430.315	12,3	741.631	13,1	14.646	14.166	415.669	727.465
Faculdades	872.677	24,8	1.828.943	31,2	94.845	105.987	777.832	1.722.956
Cefet e IF	26.262	0,7	68.572	1,4	26.262	68.572	-	-

Fonte: MEC/Inep. Tabela criada a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Nota: foram consideradas em faculdades: faculdades, faculdades integradas, institutos ou escolas superiores, faculdades de tecnologia.

Em relação ao número de matrículas por região geográfica no Brasil (Tabela 12), no período compreendido entre 1994 a 2002, verifica-se que a maior concentração de matrículas ocorreu na região Sudeste, da mesma forma que aconteceu com o crescimento do número de IES, mostrando as distorções da distribuição regional da educação superior no país. Em 2002, das 3.479.913 (100%) matrículas, 50,2% foram na região Sudeste, 19,5% na Sul, 15,6% na Nordeste, 9,2% na Centro-Oeste e 5,5% na Norte. Apesar de a região Norte em 2002 apresentar a menor proporção de matrícula, verifica-se que ela manifestou a maior taxa de crescimento: 34,0%. A expansão das matrículas sucedeu com maior proporção no segundo mandato do governo FHC, a partir de 1998, após a LDB/1996 e o Decreto 2.207/1997, que regulamentaram a diversificação e diferenciação das IES, e estimularam o interesse dos empresários da educação. As regiões que mostraram as maiores taxas de crescimento de matrícula, superiores a 20,0%, foram as regiões Norte e Centro-Oeste. Cabe investigar se na cidade de Jataí-GO a expansão das matrículas na educação superior se deu na mesma proporção que a da região Centro-Oeste, e se ela seguiu a lógica da expansão, pautada na diversificação e diferenciação das instituições.

**Tabela 12** – Evolução do número de matrículas de graduação presencial por região geográfica – Brasil: 1994- 2002-2010

Ano	Total	%	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro-Oeste	%
1994	1.661.034	100	64.254	3,9	264.396	15,9	916.131	55,1	304.852	18,3	111.401	6,7
2002	3.479.913	100	190.111	5,5	542.409	15,6	1.746.277	50,2	677.655	19,5	323.461	9,2
2010	5.449.120	100	352.358	6,5	1.052.161	19,3	2.656.231	48,7	893.130	16,5	495.240	9,1

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Resumo técnico 2002 e 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2003; 2012).

De acordo com dados da tabela 12 no ano de 2010, das 5.449.120 matrículas (100%) do Brasil, a região que apresentou maior concentração foi a Sudeste, com 2.656.231 matrículas (48,7%), seguida por 1.052.161 (19,3%) matrículas na região Nordeste, 893.130 (16,4%) na região Sul, 495.240 (9,1%) na região Centro-Oeste e 352.358 (6,5%) na região Norte. Logo, constatou-se a permanência da desigualdade regional de oportunidades do acesso à educação superior no governo Lula, apesar dos avanços no sentido de democratização, como o Enem para ingresso<sup>115</sup> nas instituições, concessão de bolsas de estudo por meio do Prouni e oferta de financiamento estudantil por meio do Fies. A região Sudeste continua sendo a região que apresenta a maior concentração de matrículas, como ocorreu no governo FHC. No governo Lula, a região Nordeste passou a ocupar a segunda posição com relação à concentração de matrículas, lugar ocupado pela região Sul no governo FHC.

Na tabela 13, apresenta-se a evolução do número de matrículas dos cursos de graduação presenciais por categoria administrativa do Brasil, por localização (capital e interior), de 1994-2002-2008-2010, e mostra-se a interiorização do ensino superior, com o predomínio numérico das matrículas no interior, tanto das públicas quanto das privadas, com crescimento ao longo dos anos. O crescimento das matrículas no interior se deve à expansão do número de IES e de cursos de graduação, sobretudo das instituições privadas. Em 1994, as públicas eram responsáveis por 49,9% das matrículas na capital e 50,1% no interior e, em 2002, teve uma queda na capital, passando para 43,8%, o que acarretou a expansão no interior (56,2%). O mesmo aconteceu com as matrículas nas IES privadas, que passaram de 49,6% (capital) e 50,4% (interior), em 1994, para 46,3% e 53,7%, respectivamente, em 2002. Em Jataí, cidade do interior da região Centro-Oeste, em específico, o crescimento das matrículas se deve à expansão do número de IES e de cursos, das IES públicas, como será apresentado no desenvolvimento da tese.

Durante o período compreendido entre 2002-2008<sup>116</sup>, os dados da tabela 13 evidenciam o crescimento e o predomínio numérico das matrículas no interior, tanto nas IES públicas quanto nas instituições privadas. Em 2002, as públicas eram responsáveis por 43,8%

---

<sup>115</sup> As IES podem usar mais de um tipo de processo seletivo para o ingresso dos alunos: Enem, portadores de diplomas, dentre outros. A partir de 2009, foi introduzido um novo modelo de prova para o Enem, com a proposta de unificar o concurso vestibular das universidades federais brasileiras. Algumas universidades públicas aderiram totalmente ao Enem, e outras aderiram parcialmente, por isso continuam realizando concursos vestibulares próprios para a seleção dos candidatos às vagas. Por meio do Sistema de Seleção Unificado (Sisu), os alunos se inscrevem para as vagas disponíveis nas universidades brasileiras participantes do sistema.

<sup>116</sup> Considerou-se, para efeito de análise, o ano de 2008, pois o MEC não disponibilizou, até no Censo de 2011, dados relativos ao total de matrículas por categoria administrativa por localização, capital e interior.



das matrículas na capital e 56,2% no interior; em 2008, teve um pequeno declínio, atingindo 41,7% na capital e expansão no interior, alcançando 58,3%, o que demonstra que o crescimento das matrículas no interior foi superior ao da capital. Em relação às matrículas nas IES privadas, as matrículas passaram de 46,3% (capital) e 53,7% (interior), em 2002, para 46,9% e 53,1%, respectivamente, em 2008, ocorrendo um pequeno crescimento na capital e um decréscimo no interior.

**Tabela 13** – Evolução do número de matrículas dos cursos de graduação presenciais por categoria administrativa, localização (capital e interior) – Brasil: 1994-2002-2008-2010

<b>Categoria administrativa</b>	<b>Localização</b>	<b>1994</b>	<b>2002</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>
Total		1.661.034	3.479.913	5.080.056	5.449.120
	Capital	826.259	1.585.553	2.318.204	-
		49,74	45,56	45,6	-
Interior		834.775	1.894.360	2.761.852	-
		50,3	54,4	54,4	-
Pública		690.450	1.051.655	1.273.965	1.461.696
	Capital	344.869	460.483	531.015	-
		49,9	43,8	41,7	-
Interior		345.581	591.172	742.950	-
		50,1	56,2	58,3	-
Privada		970.584	2.428.258	3.806.091	3.987.424
	Capital	481.390	1.125.070	1.787.189	-
		49,6	46,3	46,9	-
Interior		489.194	1.303.188	2.018.902	-
		50,4	53,7	53,1	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Resumo técnico 2002 e 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2003; 2012). O Censo de 2010 não disponibiliza dados referentes a matrículas na capital e no interior.

Dando continuidade à análise do processo de expansão da educação superior, a seguir será considerada a evolução do número de cursos. De acordo com dados obtidos no Inep (2004), na evolução do número de cursos de graduação presencial, estão incluídos os bacharelados, as licenciaturas e os cursos de tecnólogos, não sendo compreendidos os cursos sequenciais e os cursos a distância.

Ao analisar os dados apresentados na tabela 14 referentes à evolução do número de cursos de graduação presencial por categoria administrativa (público e privado), averigua-se que, ante a proposta de diferenciação e diversificação implantada no governo FHC, houve uma ampliação significativa do quantitativo de cursos de graduação, passando de 5.562 cursos, em 1994, para 14.399, em 2002, um crescimento de 158,9%. Tanto o setor público quanto o privado expandiram o número de cursos, mas, em função da redução de recursos

financeiros destinados às IES públicas, verifica-se que o crescimento das públicas (117,7%), durante o período de 1994-2002, foi menor do que do setor privado (190,4%).

O ano de 1997 apresentou taxa de crescimento negativa para a criação de cursos de graduação presencial nas duas categorias administrativas (público – 9,4% e privado – 6,3%), retomando o crescimento a partir de 1998, como mostram os dados do Censo de 2004 (BRASIL, MEC, Inep, 2005). Isso pode ser explicado, em parte, por ser um ano de adaptação das IES às novas diretrizes da LDB/1996, que representaram um marco para a educação brasileira em todos os níveis.

A diversificação de cursos está associada às diferentes categorias administrativas, e os dados da tabela 14 revelam que, em 2002, dos 14.399 (100%) cursos existentes, as instituições privadas ofereceram a maior diversidade de cursos (63,5%), as públicas eram responsáveis por 36,5%, sendo 16,1% federais, 17,7% estaduais e 2,6% municipais. “A classe média baixa e os trabalhadores foram atraídos, sobretudo, pelas instituições privadas que passaram a oferecer cursos mais breves, mais baratos e, em tese, mais afinados com a sua destinação profissional” (RISTOFF; GIOLO, 2006, p. 16). O modelo de expansão adotado no Brasil, no governo FHC, estimulou as IES a abrirem cursos em várias áreas, centralizando em seis cursos: Administração, Direito, Pedagogia, Engenharia, Letras e Comunicação (BRASIL, MEC, Inep, Censo 2002, 2003), provocando um desequilíbrio no cenário das vocações profissionais. Os cursos que demandavam maiores investimentos, como os de engenharia, saúde, dentre outros, eram principalmente atendidos pelo setor público, enquanto o setor privado concentrava nos cursos que exigiam baixos investimentos e altos retornos financeiros (SGUISSARDI, 2006).

A distribuição percentual do número de cursos de graduação presencial por categoria administrativa apresentada na tabela 14 mostra que a proporção do quantitativo de cursos das públicas de 1994 a 2002 reduziu, atingindo, em 2002, a proporção de 36,5%. Em contrapartida, os cursos das IES privadas expandiram, alcançando 63,5%, o que acabou ganhando espaço no mercado educacional.

**Tabela 14** – Evolução e distribuição percentual do número de cursos de graduação presencial por categoria administrativa – Brasil: 1994 -2002- 2010

Ano	Total	%	Pública					Privada	
			Total	%	Federal	Estadual	Municipal	Total	%
1994	5.562	100	2.412	43,4	1.270	769	373	3.150	56,6
2002	14.399	100	5.252	36,5	2.316	2.556	380	9.147	63,5
2010	28.577	100	8.821	30,9	5.024	3.180	617	19.756	69,1

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela criada a partir de dados retirados de resumo técnico 2004 e 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2005; 2012).

Ao se considerar os dados apresentados na tabela 14 referentes ao período de 2002 a 2010, constata-se que ocorreu uma expansão no quantitativo de cursos no governo Lula, passando de 14.399 em 2002 para 28.577 cursos em 2010, um crescimento de 98,46%, inferior ao do governo FHC, que foi de 158,9%.

Ao analisar por categoria administrativa, observa-se que tanto o setor público quanto o setor privado expandiram o número de cursos durante o período de 2002-2010. O crescimento das públicas, de 67,9%, foi inferior ao do setor privado, que foi de 116%. As IES federais apresentaram um crescimento de 116,9%, as municipais de 62,4% e as estaduais de 24,4%.

Apesar de políticas implantadas direcionadas para a educação superior pública federal, como o Programa de Expansão das Universidades Federais (2003) e o Reuni (2007), de acordo com Carvalho (2011), o governo Lula deu continuidade às políticas adotadas no governo anterior, que favoreceram as IES particulares, pautadas na diversificação de cursos e na diferenciação institucional, além de programas, como o Prouni e Fies.

Ao considerar os dados referentes à distribuição percentual do número de cursos de graduação presencial por categoria administrativa apresentada na tabela 14, verifica-se que, de 2002-2010, foi decrescendo a proporção de cursos das públicas, passando de 36,5%, em 2002, para 30,9%, em 2010, enquanto a proporção das privadas foi expandindo, alterando de 63,5%, em 2002, para 69,1%, em 2010. Assim como no governo FHC, observa-se no governo Lula o predomínio dos cursos nas IES privadas. A ampliação do número de cursos subentende o aumento do número de matrículas, o que contribuiu para o processo expansionista da educação superior.

Ao considerar a evolução do número de cursos por organização acadêmica no Brasil, expostos na tabela 15, constata-se que, de 1994-2002, as universidades cresceram 155,9%, as faculdades integradas 3,6% e as faculdades, escolas e institutos 121%. Os centros universitários (que surgiram em 1997) ampliaram 848,3% e os Cefet (criados a partir de 1999) expandiram 404%. É importante enfatizar que a expansão dos cursos dos Cefet deve ser melhor investigado, pois as escolas técnicas transformadas em Cefet já possuíam cursos, logo, há de se considerar a expansão e o redimensionamento das instituições.

Como os centros universitários não são obrigados a trabalhar com pesquisa e extensão e a partir do Decreto 2.306/1997, art. 12, §1º, ficou estendida aos centros credenciados “autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de

educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes”<sup>117</sup>, justifica-se a sua expansão de 848,3%. A mesma autonomia para criar e ampliar cursos de nível tecnológico de educação profissional foi decretado pela Portaria Ministerial 1.647/1999 aos centros de educação tecnológica, o que explica a expansão de 404%.

Em proporção percentual, no ano de 2002, as universidades foram responsáveis por 58,9% dos cursos de graduação presenciais, os centros universitários por 9,8%, as faculdades integradas por 5,1%, as faculdades, escolas e institutos por 23,5%, e os Cefet por 2,6% (BRASIL, MEC, Inep, 2004). Vale destacar que as 162 universidades que correspondem a 9,9% das IES do Brasil em 2002 foram responsáveis por 61,8% das matrículas e 58,9% dos cursos, apesar dos severos cortes dos recursos financeiros e da não autorização para contratação e reposição de pessoal, ao contrário das faculdades, que eram em maior número; 1.367 IES (83,5%) foram responsáveis por 25,8% das matrículas e 23,5% dos cursos.

**Tabela 15** – Evolução do número de cursos de graduação presencial por organização acadêmica – Brasil: 1994-2002-2010

Ano	Brasil	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	Cefet e IF	%
1994	5.562	3.316	59,6	-	0,0	2.246	40,4	-	0,0
2002	14.399	8.486	58,9	1.413	9,8	4.258	29,6	242	1,7
2010	28.577	14.144	49,5	3.576	12,5	10.177	35,6	680	2,4

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela criada a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Nota: foram consideradas em faculdades: faculdades, faculdades integradas, institutos ou escolas superiores, faculdades de tecnologia.

Ao avaliar a evolução do número de cursos de graduação presencial por organização acadêmica no Brasil de 2002-2010 na tabela 15, averigua-se, pelos dados expostos, que todas cresceram quantitativamente durante o período em análise, sendo que os Cefet e IF apresentaram a maior expansão (181%), seguidos pelos centros universitários, com 153,1%, pelas faculdades, com 139%, e pelas universidades, com 66,7%. Várias políticas contribuíram com o processo de expansão dos cursos, como o Programa de Expansão das Ifes (2003), o Reuni (2007), o Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, o Prouni, dentre outros.

Em percentual, de acordo com a tabela 15, a proporção dos cursos das universidades foi decrescendo, passando de 58,9% em 2002 para 49,5% em 2010, queda de

<sup>117</sup> O exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de IES e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino brasileiro está regulado pelo Decreto 5.773/2006.

9,4%. Em oposição, as faculdades apresentaram uma ampliação gradativa, passando de 29,6% em 2002 para 35,6% em 2010, um crescimento de 6,0%. Vale destacar que embora o maior número de IES em 2010 seja de faculdades, um total de 2.025 (85,2%), estas são responsáveis por 35,6% dos cursos de graduação presenciais e 31,2% das matrículas, enquanto nas universidades, um total de 190 (8%) instituições, se concentra o maior número de cursos (49,5%) e matrículas (54,3%).

A expansão do número de cursos de graduação presencial implica em uma das formas de ampliar as oportunidades educacionais, por isso faz-se necessário conferir como esse crescimento está ocorrendo nas diferentes regiões brasileiras. Ristoff e Giolo (2006) afirmam que a expansão da educação superior teve sentido de ampliação geográfica não só de IES, matrículas, mas também de cursos (oportunidades profissionais), por meio da interiorização. O número de cursos de graduação presencial no Brasil cresceu 158,9% de 1994 a 2002 e, de acordo com a tabela 16, os dados evidenciam que todas as regiões ampliaram o quantitativo de cursos: a região Norte cresceu 283,4%, a Nordeste 204%, a Sudeste 132%, a Sul 138% e a Centro-Oeste 210,7%. As regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste apresentam crescimento superior ao índice do Brasil. Apesar do crescimento do número de cursos nessas regiões, isso não significa que tenham a maior proporção de cursos. Em 2002, dos 14.399 cursos de graduação presenciais no Brasil, as regiões Sudeste e Sul contam com a maior proporção de cursos: 44% e 20,5% respectivamente, e as demais regiões são responsáveis por 8,3% (Norte), 17,4% (Nordeste) e 9,7% (Centro-Oeste).

**Tabela 16** – Evolução do número de cursos de graduação presencial por região geográfica – Brasil: 1994-2002-2010

Ano	Total	%	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro-Oeste	%
1994	5.562	100	313	5,6	827	14,9	2.734	49,1	1.239	22,3	449	8,1
2002	14.399	100	1.200	8,3	2.514	17,4	6.341	44,0	2.949	20,5	1.395	9,7
2010	28.577	100	2.066	7,2	4.894	17,1	13.481	47,2	5.606	19,6	2.530	8,9

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela construída a partir do resumo técnico do Censo da educação superior de 2004 (BRASIL, MEC, Inep, 2005).

De acordo com os dados disponibilizados na tabela 16, no período de 2002 a 2010, consta-se que o número de cursos de graduação presencial cresceu 98,5%, abaixo do crescimento do governo FHC, que foi de 158,9%. As regiões geográficas do Brasil ampliaram o número de cursos: Sudeste – 112,6% (única região que apresentou crescimento superior ao índice do Brasil); Nordeste – 94,7 %; Sul – 90,1%; Norte – 72,2% e Centro-Oeste – 81,4%.

Verifica-se que, no governo Lula, a região Sudeste continuou sendo a localização geográfica com maior concentração de cursos de graduação presencial, apesar da preocupação de ampliar as oportunidades de acesso à educação superior em todas as regiões e na interiorização.

Em 2010, no final do mandato do governo Lula, a proporção dos cursos por região geográfica se manifestou da seguinte forma: Sudeste 47,2%, Sul – 19,6%, Nordeste – 17,1%, Centro-Oeste – 8,9% e Norte – 7,2 %. Durante o octênio do governo Lula, assim como do governo FHC, as regiões Sudeste e Sul continuaram sendo responsáveis pela maior oferta de cursos superiores de graduação presencial, seguidas pela Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Ao analisar a expansão da educação superior, não basta considerar o aumento do número de IES, a ampliação de cursos e o aumento do número de matrícula, faz-se necessário fazer um estudo também do impacto que esses crescimentos geram na oferta de vagas nesse nível de ensino, articulado ao processo de interiorização.

As transformações ocorridas desde 1995 corroboraram para que o sistema educacional superior passasse gradativamente a ser orientado pela perspectiva mercantil, passando a se ajustar aos propósitos do mercado e dos interesses dos empresários da área de ensino. Esse processo de mercantilização estimulou o crescimento acelerado de oferta de vagas, principalmente do setor privado e, em parte, das IES públicas que, nesse período em análise, foram ao mercado buscar recursos para complementar seus orçamentos, aumentando a prestação de serviços, contratos e convênios (AMARAL, 2009).

De acordo com os dados coletados no Inep, que constam na tabela 17, o crescimento do número de vagas ofertadas na graduação presencial, no período compreendido entre 1994 a 2002, foi contínuo e alcançou o índice de 208,8%, sendo que as públicas expandiram 77,4% e as privadas 272,5%. Os dados evidenciam a privatização das vagas ofertadas, pois, em 2002, das 1.773.087 (100%) vagas oferecidas, 83,4% foram nas instituições privadas e apenas 16,6% nas públicas. Vale ressaltar que isso não significa que a maior demanda pelo acesso à educação superior seja nas IES privadas; essa afirmação só pode ser feita analisando a evolução das vagas ociosas (vagas ofertadas que não são preenchidas).

O governo Lula ampliou o acesso à educação superior das classes menos favorecidas, por meio de expansão pública e por novas modalidades de financiamento (Fies e Prouni) favorecendo o crescimento acelerado de oferta de vagas, principalmente do setor privado (AMARAL, 2009), como pode ser constatado na tabela 17. O número total de vagas ofertadas na graduação presencial no Brasil no ano de 2010 foi de 3.120.192, o que correspondeu a um crescimento de 76% em relação ao ano de 2002, que disponibilizou 1.773.087 vagas. Constata-se que as IES privadas foram responsáveis pela maior expansão no

quantitativo de vagas oferecidas, registrando um aumento de 1.197.122 vagas em relação ao ano de 2002, o que equivale a 81%, superior ao crescimento brasileiro de 76%, enquanto as IES públicas ampliaram 149.983 vagas, correspondendo a um crescimento de 33,7%. Os dados evidenciam a privatização das vagas ofertadas no governo Lula, pois das 3.120.192 (100%) vagas oferecidas em 2010, 85,7% foram nas instituições privadas e 14,3% nas públicas.

**Tabela 17** – Evolução do número de vagas ofertadas na graduação presencial por categoria administrativa – Brasil: 1994-2002-2010

Ano	Vagas ofertadas				
	Total	Pública	%	Privada	%
1994	574.135	166.453	29,0	396.682	71,0
2002	1.773.087	295.354	16,6	1.477.733	83,4
2010	3.120.192	445.337	14,3	2.674.855	85,7

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela construída a partir de dados da educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás) (BRASIL, MEC, Inep, 2006), e de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Analisando a relação entre vagas oferecidas e candidatos inscritos na graduação presencial no Brasil, no período de 1994-2002 (Tabela 18), observa-se que houve decréscimo, passando de 3,9 em 1994 para 2,8 em 2002. A relação candidato/vaga dos cursos das IES privadas passou de 2,4 em 1994 para 1,6 em 2002, o que evidencia que a oferta está maior que a procura, ou que são poucas as pessoas que disponibilizam de recursos para pagarem sua formação acadêmica. A política pública que privilegia a democratização pela via privada tem encontrado como principal entrave a incapacidade dos candidatos em ocupar as vagas, e não a oferta insuficiente de vagas (CARVALHO, 2011). Em contrapartida, a relação candidato/vaga nas IES públicas, ao contrário, aumentou, passando de 7,3 em 1994 para 8,9 em 2002, o que evidencia maior procura, seja por ser gratuita e pela qualidade do ensino.

**Tabela 18** – Evolução da relação candidato/vaga dos cursos de graduação presenciais por categoria administrativa – Brasil: 1994-2002-2010

IES	1994	2002	2010
Geral	3,9	2,8	2,1
Pública	7,3	8,9	7,6
Privada	2,4	1,6	1,2

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela construída a partir de dados da educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás) (BRASIL, MEC, Inep, 2006), e de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Ao avaliar a relação entre candidatos inscritos e vagas oferecidas na graduação presencial por categoria administrativa (Tabela 18) das IES do Brasil, averigua-se que, no total geral, esse índice diminuiu de 2002 a 2010, passando de 2,8 em 2002 para 2,1 em 2010. As IES privadas corroboraram com a queda da relação candidato/vaga, pois apresentaram todos os índices, abaixo do valor geral, sendo de 1,6 em 2002 e 1,2 em 2010. O declínio da demanda de vagas nas instituições privadas se deve, segundo Amaral (2009), à incapacidade dos candidatos de arcar com as mensalidades. Apesar do declínio da relação candidato/vaga de 2002 a 2010, passando de 8,9 em 2002 para 7,6 em 2010, os dados comprovam a maior demanda pelas IES públicas, seja pela sua qualidade de ensino ou por ser gratuito, o que gera maior concorrência.

Mais interessante é analisar a relação de vagas ofertadas e ingressantes, pois possibilita observar o índice de ociosidade com que trabalham as IES, ou seja, o desequilíbrio entre oferta e procura pela educação superior, que pode ser analisada na tabela 19. Avaliando-se o período de 1994-2002, constatam-se modificações nas taxas de crescimento de vagas ofertadas, de ingressantes e de vagas ociosas, sendo que o maior percentual de crescimento é o de vagas ociosas (412,1%), seguido pela vagas ofertadas (208,8%), enquanto o número de ingressantes apresenta o menor percentual (160,1%). Esse fato nos leva a questionar sobre a razão da expansão do número de vagas ociosas e suas possíveis implicações, sendo uma das possíveis explicações a incapacidade de parte da população arcar com o financiamento de sua educação superior nas IES privadas. Outra explicação é que as instituições particulares “ampliam, artificialmente, o número de vagas solicitadas ao MEC, de modo que se pratique uma espécie de ‘reserva de mercado futuro’” (CUNHA, 2003, p. 56), devido aos procedimentos de regulação e supervisão da educação superior para a autorização, o credenciamento, o reconhecimento e a renovação de cursos de graduação.

Com relação às vagas ociosas, observa-se que a proporção de vagas ociosas no total do mandato de FHC teve expansão, passando de 19,3% em 1994 para 32% em 2002. De acordo com os dados apresentados na tabela 19, pode-se afirmar que as IES privadas foram praticamente responsáveis por essa expansão, pois, em 1994, tinha 23,5% de vagas ociosas, ampliando para 37,4% em 2002, enquanto as IES públicas passaram de 3,7% em 1994 para 5,0% em 2002. Esse fenômeno dá indícios de que as instituições privadas estavam atingindo seu limite<sup>118</sup> diante de um quadro de incerteza de preenchimento das vagas ofertadas, ainda

---

<sup>118</sup> O crescimento da oferta de vagas foi mais acelerado que a evolução da demanda (recém concluintes do ensino médio, concluintes do ensino médio de anos anteriores, candidatos que prestam vestibular para um segundo curso de graduação).



mais quando se levava em conta o grau de inadimplência/desistência em função da queda dos rendimentos reais da população e do nível elevado de desemprego vivenciado pela sociedade, além do questionamento sobre a qualidade das IES privadas (RISTOFF, 2008; CARVALHO, 2006).

Para pontuar a respeito do desequilíbrio entre oferta e procura pela educação superior, ou seja, sobre o índice de ociosidade que trabalham as IES no período de 2002-2010, analisaram-se os dados apresentados na tabela 19. Verifica-se que as taxas totais de crescimento de vagas ofertadas, de ingressantes e de vagas ociosas são positivas, sendo que o maior percentual de crescimento é o de vagas ociosas (169,4%), seguido pelas vagas ofertadas (76%) e, depois, pelo número de ingressantes com o menor percentual (31,9%). Ao refletir sobre a razão do aumento do ritmo de expansão de vagas ociosas na graduação presencial no governo Lula, uma das explicações dadas por Cunha (2003) é a ampliação artificial de vagas ofertadas pelas IES privadas, com o objetivo de constituir uma reserva para o futuro.

**Tabela 19** – Evolução do número de vagas ofertadas, ingressantes, vagas ociosas na graduação presencial por categoria administrativa – Brasil: 1994-2002-2010

Ano	Vagas ofertadas			Ingressantes			Vagas ociosas		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total \%	Pública \%	Privada \%
1994	574.135	166.453	396.682	463.240	159.786	303.454	110.895 19,3%	6.667 3,7%	93.228 23,5%
2002	1.773.087	295.354	1.477.733	1.205.140	280.491	924.649	567.947 32,0%	14.863 5,0%	553.084 37,4%
2010	3.120.192	445.337	2.674.855	1.590.212	408.562	1.181.650	1.529.980 49,0%	36.775 8,2%	1.144.875 42,8%

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela construída a partir de dados da educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás) (BRASIL, MEC, Inep, 2006), e de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

De acordo com os dados apresentados na tabela 19 referentes a vagas ociosas, pode-se afirmar que tanto as instituições privadas quanto as públicas foram responsáveis pela sua ampliação: a privada com uma expansão de 107% e a pública de 147,1%.

Ao analisar a porcentagem das vagas ociosas na graduação presencial, os dados revelam que ocorreu um aumento significativo e contínuo, passando de 32% em 2002 para 49% em 2010, significando que praticamente a metade da vagas ofertadas não foi preenchida. O que explica esse aumento das vagas ociosas é a política do governo Lula, que procurou manter o crescimento absoluto do sistema de educação superior dentro da lógica expansionista pautada na diversificação e diferenciação (CARVALHO, 2011). As IES privadas continuam 37,4% de vagas ociosas em 2002, aumentando para 42,8% em 2010; as

públicas, apesar de apresentarem oscilação, passaram de 5,0% em 2002 para 8,2% em 2010. Verifica-se que a maior proporção de vagas ociosas se deu nas IES privadas, com 42,3% das vagas não preenchidas. Apesar de medidas adotadas pelo governo como o Prouni e o Fies, as vagas ociosas das IES privadas não diminuíram.

De acordo com Segenreich e Castanheira (2009), o Prouni criado em 2004 ajudou a eminência de uma crise no setor privado, provocada em parte pelo crescimento significativo das vagas ociosas. Esta política pública foi denunciada por Catani, Hey, Gilioli (2006), Carvalho (2011), dentre outros, como mais um passo para a privatização do ensino superior com recursos públicos.

Após as análises dos dados estatísticos apresentados, o que se pode observar em termos de crescimento das IES é que no governo FHC a expansão das instituições privadas marcou o período. Uma das consequências dessa expansão se fez notar mais intensamente no aumento demasiado da oferta de vagas para a demanda existente, o que provocou um acervo de vagas ociosas no sistema de educação superior.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as reformas e políticas do governo FHC aproximaram-se da agenda sistêmica apresentada pelos organismos multilaterais, cuja essência se encontra na autonomia para as instituições federais, na centralização do processo decisório no MEC, na avaliação da qualidade do ensino, na diversificação (curricular, institucional e de cursos) e na diversidade de fontes de financiamento. E, ainda, elas se sustentam na concepção de universidade de ensino (desmonte da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão), na submissão da formação profissional às exigências do mercado e imposição de condições precárias para o trabalho docente.

Nesse contexto, as reformas e políticas da educação superior no governo FHC foram pautadas por pressupostos neoliberais, fundamentadas na clivagem do público-privado, com primazia do privado, voltadas para a mercantilização e a privatização desordenada da oferta da educação superior, sob a aparência de “democratização” do acesso à educação. As políticas implementadas, tendo por fundamento os princípios da flexibilização, diferenciação e diversificação, não asseguraram a democratização do acesso à educação superior de maneira a parar com a “exclusão e o elitismo”, características que, para Ristoff (2008), perduram no sistema educacional superior brasileiro. A ideia se ajustava em ampliar o acesso à educação superior e expandir o sistema e, como consequência das ações governamentais, ocorreu ampla privatização da oferta da educação superior.

A partir da análise realizada dos indicadores referentes à educação superior no período compreendido entre 2002-2010, depreende-se que as políticas governamentais de

Lula contribuíram para a ampliação do número de IES, do quantitativo de cursos e do número de matrículas nos cursos de graduação presencial, possibilitando o maior acesso ao ensino superior da população brasileira, tanto nas IES privadas (com predomínio) quanto nas públicas, o que se constitui em “ampliação de oportunidades educacionais para segmentos da população, antes excluídos desse nível de ensino” (BITTAR, OLIVEIRA, LEMOS, 2011, p. 136).

O governo Lula, assim como o de FHC, procurou a convergência das políticas da educação superior, buscando “naturalizar a inexistência da contraposição entre os planos públicos e privados; a defesa do papel do Estado como regulador e controlador da prestação de contas das IES; a ciência e o conhecimento a serviço da economia, dentre outros” (FERREIRA, 2012, p. 465). Optou, também, pela continuidade das várias diretrizes adotadas pelo governo anterior, entre elas: dar prioridade, como função basilar das universidades, à perspectiva do seu retorno financeiro para a sociedade; estimular a diferenciação e a concorrência entre as universidades federais por recursos; amparar parcerias público-privadas, promover inovação tecnológica e venda de serviços; atribuir centralização aos sistemas de avaliação e regulação e incentivar a racionalização da gestão e a otimização dos custos.

As proposições do Reuni – ampliação de vagas no noturno, diminuição da evasão, preenchimento das vagas ociosas e reestruturação acadêmica – foram dimensões anteriormente sugeridas no governo FHC e recomendadas pelo Banco Mundial em 1995. Mas vale ressaltar que, no governo FHC, essas dimensões eram previstas sem recursos adicionais, ou seja, “custo zero”. No governo Lula, o Plano de Expansão da Ifes (2003) e o Reuni previam recursos financeiros adicionais para criação de novos cursos, contratação de professores e técnicos administrativos, aquisição de equipamentos e construção.

O desafio para a reorganização da educação superior brasileira, caracterizada pela supremacia da categoria privada, em detrimento da educação pública, deve se nortear para a democratização e a melhoria da qualidade. Para tanto, faz-se necessário o consenso com a instituição de processos de gestão e de regulação que conduza os recursos financeiros públicos para a expansão da educação superior pública e gratuita no País, melhoria da qualidade e desmercantilização da educação superior privada.

Considerando as políticas públicas de educação superior implementadas pelo governo federal, procurou-se no capítulo a seguir subsídios para compreender o processo de expansão e interiorização da educação superior no estado de Goiás.

## **2 O PROCESSO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM GOIÁS**

Este capítulo tem como objetivo examinar os aspectos vinculados ao processo de expansão e interiorização da educação superior de Goiás. Inicialmente, apresentaram-se os marcos do desenvolvimento do estado de Goiás e a relação com a educação superior. Em seguida, relatou-se o processo de criação, estruturação e as políticas de expansão e interiorização das instituições do estado de Goiás (UFG, UEG e IFG), que criaram câmpus ou unidades universitárias no município de Jataí. Por fim, fez-se a análise dos indicadores que influenciaram o processo de expansão e interiorização da educação superior de Goiás. Por razões didáticas, optou-se por examinar os indicadores IES, matrículas, cursos e vagas referentes à graduação presencial de Goiás, com enfoque nos anos dos governos de FHC e Lula, como foi feito no capítulo anterior, tornando a análise e as comparações mais evidentes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre os estados brasileiros, Goiás é o estado mais central do país, com área de 340.117,6 Km<sup>2</sup>, e o mais populoso da região Centro-Oeste, com 6.004.045 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). O Estado é constituído pelo maior número de municípios da região Centro-Oeste, totalizando 246; sua densidade demográfica é de 17,6 hab./Km<sup>2</sup>. O PIB de Goiás em 2008 foi de R\$ 74.274.921,00, o que corresponde a 26,98% na região Centro-Oeste e 2,5% no Brasil. Com relação aos aspectos educacionais, a taxa de escolarização líquida do ensino fundamental é de 90,5% (em 2009), e a do ensino médio é de 54,5% (em 2009), enquanto a de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais é de 8,0% (em 2010) (IBGE, 2010).

### **2.1 MARCOS DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

A educação superior de Goiás, do mesmo modo como em outras regiões do país, encontra-se intimamente ligada à história do Estado e às modificações estruturais e conjunturais desencadeadas pelas políticas públicas. As primeiras iniciativas de criação de IES em Goiás se justificavam pela necessidade de desenvolvimento e modernização do Estado, assim como nas relações travadas em seu interior (BALDINO, 1991; DOURADO, 2001a).

A Estrada de Ferro Goiás se constituiu um marco para alterações significativas no aspecto econômico, social e demográfico do Estado, “ao proporcionar melhores condições

para o escoamento da produção agrícola e o transporte do gado e sua inserção no mercado econômico nacional” (MORAES, 2002, p. 29).

Com a efetiva inserção de Goiás no mercado nacional, sobretudo na região Centro-Sul do país, iniciou-se o processo de migração e fixação humana na região Sul do Estado, nas terras próximas à estrada de ferro, gerando, assim, um impulso ao desenvolvimento interno. Essa movimentação no interior do Estado consolidou-se sob o discurso desenvolvimentista pelo viés da modernização, sobretudo a partir dos anos 1930, com o governo de Getúlio Vargas, que defendia o desenvolvimento econômico do país com o objetivo de inserção no mercado capitalista internacional. Contudo, vale ressaltar que a modernização<sup>119</sup> implantada em Goiás trata-se de uma modernização conservadora, não se deu por transformação das estruturas internas sociais e culturais, nem por mudança nas relações de poder e na estrutura econômica, mas sim por adaptação à nova estrutura da economia. Esta era dependente de fatores externos, ligados à reprodução do capital, ou seja, por incorporação de valores e padrões de comportamentos dos grandes centros do país (MORAES, 2002).

Outro marco do processo de modernização do estado de Goiás foi a transferência da capital do estado de Goiás para a cidade de Goiânia, construída em 1937. A população depositou grande expectativa e confiança no potencial de desenvolvimento do Estado com a criação da nova capital<sup>120</sup> – Goiânia – para alcançar o ideário de modernização e sua inserção no polo econômico Centro-Sul. A construção de Goiânia é apontada por Chaul (1997, p. 22) “como marco entre o presente e o passado”. Segundo o autor, a convivência do moderno com o atrasado, a mesclagem entre campo e cidade e a mistura urbano e rural, marcaram a história de Goiás e da nova capital, Goiânia.

Nos anos 1940, Goiás enfrentou grandes dificuldades decorrentes da instabilidade política e econômica. No entanto, mesmo assim, o estado de Goiás passou por um processo de aceleração dos diversos serviços, tendo como base a construção da nova capital – Goiânia, especialmente o setor de educação superior.

À medida que Goiânia – a nova capital do Estado – vai se constituindo e configurando como um novo centro urbano-comercial, no plano de sua infra-estrutura, a educação superior se faz presente. Afinal, essa área, praticamente estável por mais de três décadas, sofre impulsos consideráveis

---

<sup>119</sup> Maiores informações sobre o desenvolvimento de Goiás pelo viés da modernização, consultar Chaul (1997) e Machado (1990).

<sup>120</sup> Ver em Moraes (2002, p. 32-33) partes do discurso do batismo cultural de Goiânia, que traduz a expectativa e o entusiasmo da população para o progresso e amodernidade do estado.

que não somente lhe trouxeram ampliação como também diversificação [...] novas iniciativas emergem (BALDINO, 1991, p. 66).

Nesse processo de expansão da educação superior, foram criadas pela Sociedade São Vicente de Paulo, em Goiânia, a Escola de Enfermagem (1944) e a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1947), onde cursos eram direcionados à saúde pública, característicos de uma sociedade que se encontra em fase de estruturação. Em 1948, houve uma manifestação para a criação de uma universidade no estado de Goiás, que aconteceu em um congresso eucarístico em Goiânia e, segundo Borges (2007, p. 7), o ponto alto desse encontro “deu-se a partir da resolução de fundar uma Universidade Católica”, a Universidade do Brasil Central (UBC), que não se materializou. Ao que tudo indica, preponderava-se um jogo de interesses mútuos entre o Estado e Igreja Católica, articulado aos de outros setores da sociedade.

A Igreja Católica carecia da subvenção do Estado para as suas diversas atividades, enquanto que o Estado necessitava do ensino oferecido pela Igreja. Em outras palavras, era importante para o Estado estabelecer essa aliança, tendo em vista a influência da Igreja na formação ideológica das futuras gerações. O anseio por criar uma universidade não se restringiu, no entanto, somente à Igreja Católica; outros setores da sociedade também almejavam tal instituição (BORGES, 1997, p. 8).

Na década de 1950, devido à proposta do governo federal de expansão do ensino superior e objetivando acolher a determinação do contexto desenvolvimentista, foram criadas no estado de Goiás, “sete faculdades, sendo quatro públicas (três mantidas pelo Estado e uma pela Federação do Comércio do Estado) e três particulares (mantidas pela Igreja Católica)” (BORGES, 1997, p. 10). Apesar do anseio do estado, da Igreja Católica e de setores da sociedade, o estado de Goiás não contava com nenhuma universidade, mas apenas faculdades isoladas.

Paralelas ao movimento de se fundar uma universidade privada, atividades organizadas por professores, alunos e pela sociedade goiana tomaram frente às reivindicações para que uma universidade pública fosse criada em Goiânia. O discurso em prol de uma universidade pública na capital de Goiás não começou na década de 1950. De acordo com relatos da revista UFG Afirmativa (2008), na década de 1940, mais precisamente em 1946, o candidato a governador do Estado, o engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno, em discurso de campanha, relatava a necessidade de uma universidade na cidade de Goiânia, dizendo: “Nós precisamos criar uma universidade em Goiânia porque os moços daqui vão estudar no Rio de

Janeiro e terminam ficando por lá. Por isso, as moças desta terra perdem seus namorados e noivos. Logo, toda moça que não quiser ficar para titia deve votar em mim” (p. 19). Ao ser eleito governador, a promessa da criação da universidade em Goiânia não foi concretizada por falta de tentativas, mas devido à falta de recursos financeiros que pudessem sustentar essa ideia.

O que se verifica é que, em Goiás, havia o embate público e privado sobre a criação da universidade no estado (BALDINO, 1991; BORGES, 1997; DOURADO, 2001a; ALVES, 2000). Segundo Borges (1997, p. 10), “existia uma mentalidade interiorana em Goiás, que não deixava vislumbrar a possibilidade de duas universidades no Centro-Oeste”.

Em suma, a luta travada pela criação das duas universidades em Goiás resultou de dois projetos distintos: de um lado a defesa do ensino público e laico, representado pela Maçonaria e, do outro, o ensino particular e confessional, em nome da liberdade do ensino, defendido pela Igreja Católica. Na verdade, duas tendências evidenciadas no plano nacional nesse momento histórico do País. Depreende-se que as duas universidades de Goiás nasceram de processos conflitantes e não como parceiras (BORGES, 1997, p. 13).

Nesse cenário de embates entre o público e o privado, criaram-se: a Universidade Católica de Goiás<sup>121</sup> (UCG), de caráter privado, em 1959; a Universidade Federal de Goiás<sup>122</sup>, de caráter público, em 1960, e a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (Facea)<sup>123</sup>, em 1961. Os embates implicaram em resultado positivo para o ensino superior no Estado que, a partir de então, pode contar com profissionais qualificados nas variadas áreas do conhecimento. Como a UCG não ampliou seu campo de atuação no município de Jataí, o presente trabalho irá limitar-se ao processo de criação e expansão da UFG.

Apesar da LDB/1961 sancionar o direito à educação, incluindo o ensino superior, e conjeturar a criação de IES em todo o país, como observam Ristoff e Giolo (2006), esse movimento aconteceu mais especificamente a partir da Reforma Universitária (Lei

<sup>121</sup> A UCG foi a primeira universidade do estado de Goiás, fundada em 1959, resultante da iniciativa do arcebispo de Goiânia Dom Fernando Gomes dos Santos, com expressivo apoio do governo federal. Inicialmente, foi denominada de Universidade do Brasil Central, depois de Universidade de Goiás e, em seguida, de Universidade Católica de Goiás (SANTOS, 2010). Hoje é Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

<sup>122</sup> A UFG foi fundada em consequência do agrupamento de cinco escolas superiores existentes em Goiânia, capital do Estado, sendo elas: Faculdade de Direito de Goiás, Faculdade de Medicina de Goiás, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás, Escola de Engenharia do Brasil Central e Conservatório Goiano de Música (BALDINO, 1991).

<sup>123</sup> Elevada, em 1990, ao título de Universidade Estadual de Anápolis (Uniana). Em 1999, a Uniana foi uma das instituições do estado de Goiás agrupada para dar origem à UEG, que expandiu seu campo de atuação em Jataí.

5.540/1968), quando se identificaram disposições e mecanismos expansionistas, tanto no setor público, quanto no setor privado, como é o caso de Goiás, ainda que existissem alguns empreendimentos de implantação desse nível de ensino em décadas anteriores<sup>124</sup>.

A criação, em 14 de dezembro de 1960, da UFG, na cidade de Goiânia, foi um dos casos figurados desse processo de implantação e consolidação da educação superior no estado de Goiás<sup>125</sup>. Nas palavras de Dourado (2001a, p. 51), a UFG nasceu “marcada por um discurso modernizante e identificado com as aspirações sociais de parcela significativa da população, sobretudo com as demandas estudantis encampadas pela UNE para a reforma universitária do país”. Para o ex-reitor, Edward Madureira Brasil, “instalar a instituição foi um missão de destemidos, que enfrentaram dificuldades e resistências de toda ordem para fazer emergir uma universidade no Brasil central” (UFG, Afirmativa, 2008, p. 5).

Desde 1960 até 2010, a UFG cresceu em espaço físico, em quantidade de cursos disponibilizados para a comunidade (graduação e pós-graduação) e em número de vagas. Sua atuação não se limita à cidade de Goiânia, capital do Estado, mas sinaliza sua presença no interior, com a implantação dos câmpus<sup>126</sup>, evidenciando, assim, sua importância para o desenvolvimento regional.

Com o golpe de Estado, em 1964, os militares assumiram o poder e implantaram o regime autoritário de cunho ditatorial centrado nas mãos do executivo, que desobrigava o Estado de sua participação econômica na garantia do ensino público, favorecendo a ampliação do ensino privado de caráter empresarial.

A política educacional utilizada pelos militares como estratégia direcionada para o desenvolvimento econômico, aliada às determinações capitalistas, privilegiou a elite em detrimento das classes sociais menos favorecidas. Apoiou-se na teoria do capital humano, colocando a educação a serviço da produção, logo, “o sistema educacional assumiria a função de formar os recursos humanos, visualizando o indivíduo como parte do capital” (PEREIRA, 2010, p. 4).

O princípio que determinava a organização superior sob a forma prioritária de universidade, estabelecido na Lei 5.540/1968, segundo Germano (1993), foi transgredido, na prática, pelo regime militar, com o consentimento do CFE, quando estimulou a multiplicação

---

<sup>124</sup> Instituições de ensino superior de Goiás criadas até 1960: Academia de Direito de Goyaz, em 1898; Escola de Pharmacia, em 1922; Escola de Odontologia, em 1923; Universidade Católica de Goiás (UCG), em 1959; e a primeira universidade federal, a Universidade Federal de Goiás, em 1960 (OLIVEIRA, DOURADO, AMARAL, 2006).

<sup>125</sup> Sobre a história da criação da UFG, consultar Baldino (1991).

<sup>126</sup> Em 2010, a UFG era constituída de 6 unidades (Câmpus Colemar Natal e Silva e Câmpus Samambaia – sede em Goiânia; Câmpus Jataí, Câmpus Catalão, Câmpus Goiás, Câmpus Firminópolis cada um com sede na respectiva cidade).



de escolas superiores isoladas, na maioria de iniciativa privada, de qualidade questionável. Para incentivar a privatização do ensino, regalias e prerrogativas (concessão de áreas para construção de prédios, subsídios diretos ou indiretos do poder público para o setor privado, isenções fiscais), foram dadas pelo governo para o setor privado, tornando a educação um negócio de excelente rentabilidade para os empresários do ensino.

Segundo Germano (1993, p. 151), ocorreu uma notável expansão da matrícula do ensino superior, que “seguiu a estrutura de desigualdade social e regional existente no Brasil e adequou-se à política privatista adotada pelos governos militares”, indo na direção oposta ao estabelecido no artigo 2º da Lei 5.540/1968, “pois os estabelecimentos isolados passaram a ser a ‘regra’ e a organização universitária, a exceção”. Ao contrário da “justiça social” propagada nos documentos oficiais, o que se observava era a expansão do setor privado acompanhado de uma elitização do público, que privilegiou o topo da pirâmide social. Logo, a política de ensino superior não se pautou na função de equidade social, mas conservou a estrutura de desigualdade. A notável expansão de matrícula no ensino superior gerou a formação do “exército de reserva”, o que levou os trabalhadores sem instrução a se sujeitarem a baixos salários frente à dificuldade de arranjar emprego, ou seja, ficaram sob a dependência das determinações do capital (PEREIRA, 2010).

Nesse contexto, Dourado (2001a) afirma que a política privatista foi uma opção do regime político militar, que se pautava na ideologia do desenvolvimento e da segurança nacional e refletia as lutas sociais organizadas, com destaque para os setores médios que enxergavam o ensino superior como mecanismo de promoção social.

Diante desse quadro nacional, o estado de Goiás, no início de 1969, de acordo com Baldino (1991), contava com seis IES, sendo três localizadas em Goiânia: Universidade de Goyaz (privada), Universidade Federal de Goiás (pública) e Escola Superior de Educação Física (pública). As outras três ficavam em Anápolis: Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (pública), Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (pública) e Faculdade de Direito de Anápolis (privada).

Com relação à quantidade de instituições por rede, verificou-se, no ano de 1969, igualdade no quantitativo. São três IES públicas e três privadas, mas, ao analisar os dados relativos ao número de matrículas, observa-se que a grande concentração ocorreu nas instituições públicas, com 5.549 das matrículas de um total de 7.880, o que correspondeu a 70,42% contra 29,58% nas privadas (BALDINO, 1991). Essa realidade muda com o passar dos anos e será abordado ao longo do texto.

No período entre 1964 e 1970, a expansão da educação superior no Brasil, assim como em Goiás, ocorreu de maneira refreada, resultado da política de autorização de vagas combinadas com as exigências de contenção de despesas nas IES públicas. Entretanto, o ensino privado potencializou sua expansão por meio da criação de universidades e faculdades isoladas, “alicerçado na articulação entre mecanismos legais e as demandas regionais e locais” (DOURADO, 2001a, p. 16).

Na década de 1970, a UFG e a UCG buscaram sua reorganização, visando atender aos dispositivos da Lei 5.540/1968, e a criação de novas IES não foi significativa no Estado. No entanto, Dourado (2001a) destaca a criação, em 1974, da primeira Fundação de Ensino Superior do Estado no município de Rio Verde – a Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (Fesurv). Em 1979, havia, em Goiás, além da UCG e da UFG, “nove estabelecimentos de ensino superior isolados (cinco privados, três estaduais e um municipal”, o que significa em uma década a criação de três novas instituições (DOURADO, 2001a, p. 66).

Na década de 1980, ocorreram transformações econômicas e sociais no estado de Goiás, dentre elas: o crescimento demográfico acelerado; o avanço dos processos migratórios em direção à cidade; o aumento da escolaridade básica; a ampliação do PIB que, como consequência estimula maior atividade dos diferentes setores econômicos<sup>127</sup>, e também a integração com os estados que fazem limites (DOURADO, 2001a). Com a aceleração da urbanização, observou-se o incentivo às atividades comerciais e de serviços, inclusive pelos educacionais, com fomento para a interiorização do ensino superior (SANTOS, 2010).

Essas transformações econômicas e sociais no estado de Goiás caracterizam “o processo gradual de desenvolvimento e investimento em infraestrutura no coração do país, permitindo escoamento de produção e a aceleração do processo de industrialização” (MAGALHÃES, 2009, p. 43). Esse movimento de industrialização e desenvolvimento atrai pessoas de diferentes regiões frente às possibilidades de exploração e crescimento econômico, além de caracterizar esvaziamento do campo e provocar a demanda por outros meios e modos de vida. Deriva desse processo a procura por melhores condições de saneamento básico, higiene, saúde, moradia e educação. Neste sentido, a educação superior de Goiás inseriu-se no processo de desenvolvimento do estado e do país, atendendo as necessidades resultantes da transformação econômica do sistema capitalista.

---

<sup>127</sup> Dentre as atividades econômicas, temos as ligadas ao setor primário, no qual se destacam as atividades de agricultura (principalmente a da cana-de-açúcar e a soja) e pecuária, do setor secundário (indústrias) e do setor terciário (atividades comerciais e de serviços).

A dinâmica social oriunda do crescimento demográfico e a crescente urbanização permeiam, portanto, as alterações políticas, culturais e socioeconômicas, interferindo nas políticas públicas de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, resultando na reconfiguração do ensino superior em todo o Estado (MAGALHÃES, 2009, p. 55).

O estado de Goiás vivenciou um amplo movimento expansionista na educação superior, na década de 1980, quando foram instituídas fundações municipais, instituições isoladas de educação superior e novas autarquias estaduais, pautadas, em parte, “na política de criação, pelo Governo do Estado, de faculdades por meio do regime jurídico autárquico” (OLIVEIRA; DOURADO; AMARAL, 2006, p. 26). O discurso desse processo de expansão e interiorização do ensino superior em Goiás deveu-se à busca de integração e de desenvolvimento dos municípios, procurando melhorar a qualidade de vida e ampliar a oferta de serviços, ou seja, o ensino superior como fator de progresso, desenvolvimento e fator de *status* e prestígio (GOIÁS, SECTEC, PDES/GO, A educação superior em Goiás, 2007). A interiorização do ensino superior aparece como

conseqüência inevitável da ampliação de oportunidades e serviços, apresentando-se como fator de consolidação e desenvolvimento de cidades interioranas [...] e efetivou-se sob o discurso de modernização e de desenvolvimento regional (DOURADO, 2001a, p. 24).

A política de expansão e interiorização do ensino superior em Goiás, em 1980, segundo Dourado (2001a), ocorreu em função de pressão política do poder local (pactos político-eleitorais e de articulação do empresariado das cidades do interior com as prefeituras municipais) e da criação pelo poder público da figura jurídica das fundações municipais, possibilitando a parceria com o setor educacional privado e, na maioria das instituições, a política de não gratuidade do ensino. Essa expansão nem sempre foi realizada com planejamento qualitativo (SANTOS, 2010). Nessa década, as instituições criadas em Goiás, na sua maioria, se estruturaram como IES isoladas, comprovando, assim, a tendência nacional da estruturação do ensino superior no país.

O movimento expansionista foi caracterizado pela interiorização da educação no estado de Goiás, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Sudoeste (na qual se encontra o município de Jataí). IES foram criadas em cidades-polo de desenvolvimento, como Anápolis, Rio Verde, Catalão, Itumbiara, Jataí, entre outras. Novos cursos também foram criados, sobretudo aqueles ligados à formação de professores, como Pedagogia, Ciências, História e Geografia.

O estabelecimento de atos de criação de autarquias estaduais estimulou a ação dos municípios para a instituição de suas próprias fundações de ensino superior, como sinônimo de prestígio e desenvolvimento, como foi o caso da parceria da UFG com os municípios de Catalão e Jataí para interiorização de alguns de seus cursos<sup>128</sup>. Ao todo, por meio de sete fundações<sup>129</sup>, foram criadas e ou consolidadas instituições de ensino superior nos municípios goianos.

Essas entidades jurídicas (fundações) foram criadas, em sua maioria, articuladas aos interesses de instituições privadas de ensino em conformação com práticas clientelísticas, frutos de acordos políticos eleitoreiros (GOIÁS, SECTEC, PDES/GO, 2007). Criou-se uma engenharia jurídica para se ter uma tramitação nos conselhos estaduais de educação, nos quais eram mais frágeis as medidas de regulação para criação e credenciamento de IES pelas fundações e para a obtenção de autorização e reconhecimento de cursos. As fundações também proporcionavam

as condições para efetivação dos cursos, a gerência e a administração das unidades de ensino, possibilitando a emergência de uma política de privatização do público (transferências de prédios, equipamentos e subsídios financeiros a mantenedoras privadas (DOURADO, 2001a, p. 56-57).

De forma geral, a implantação dessas instituições de ensino superior ocorreu muitas vezes sem as condições básicas necessárias para o seu funcionamento, como espaço físico improvisado, ausência de qualificação docente, quadro docente insuficiente, biblioteca não atualizada, dentre outras que afetavam a qualidade da educação (DOURADO, 2001a). Os cursos funcionavam, na opinião do autor, mais como “escolas de terceiro grau” do que como instituições de educação superior, pois os alunos se formavam sem participar de projetos de pesquisa e extensão, sem professores qualificados, com ineficiência da biblioteca e de laboratórios. Essas constatações indicam a necessidade de novos estudos que estabeleçam análises direcionadas à compreensão da relação entre a expansão e a interiorização do ensino

---

<sup>128</sup> Dourado (2001a), em uma análise conjuntural relativa à década de 1980, período que se deu o processo de interiorização dos cursos da UFG com a criação dos câmpus, um deles o CAJ, comenta que “foi um período difícil para a universidade, em virtude da redução de verbas, da proibição de contratação de professores, enfim, de um conjunto de fatores políticos, econômicos e institucionais que dificultaram o seu funcionamento” (p. 157).

<sup>129</sup> As fundações criadas foram: Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior (Fimes), em Mineiros, 1985; Fundação Educacional de Anicuns (FEA), 1985; Fundação de Ensino Superior de Goiatuba (Fesg), em 1985; Fundação de Ensino Superior de Itumbiara (Fesit), em 1983; Fundação Educacional de Catalão (Centro de Ensino Superior de Catalão), em 1984; Fundação Educacional de Jataí (FEJ) (Centro de Ensino Superior de Jataí), em 1984; Fundação Educacional de Luziânia, em 1985. Na verdade, ao todo, na década de 1980, temos oito fundações, considerando a Fesurv, fundação de Rio Verde, criada em 1974 (DOURADO, 2001a, p. 94-95).

superior e a qualidade do ensino oferecido, desvelando ambiguidades que precisam ser melhor refletidas, bem como identificar as alterações ocorridas no processo de oferta e de consolidação das atividades educacionais no ensino superior no município de Jataí.

Grande parte das iniciativas estaduais (legislativo e executivo), segundo Ferreira (2006), se restringiu ao papel, isto é, instituiu leis para a criação de faculdades isoladas, mas estas não foram materializadas. Um exemplo é a Lei 8.770/1980, que liberou a criação da Universidade do Estado de Goiás com sede em Anápolis, que não se efetivou (BALDINO, 1991).

As faculdades estaduais que “saíram do papel” (implantadas), segundo Ferreira (2006), de maneira geral, foram sem condições básicas para o seu funcionamento e de forma insatisfatória, com espaço físico provisório, docentes sem vínculo efetivo de trabalho e sem qualificação, com carência de espaço para o funcionamento de bibliotecas e laboratórios.

Nesse contexto, pode-se dizer que a ampliação do ensino superior em Goiás passou a ser concretizada por meio de políticas de caráter complexo e ambíguo, na medida em que, sob a aparente expansão pública nesse nível de ensino, são executadas diferentes iniciativas, porém a maioria possui o caráter predominante privado. As fundações municipais encarregadas de estruturar o ensino superior o fazem mediante convênios e contratos com associações de ensino superior privadas, muitas vezes sem planejamentos estratégicos, o que ocasionou dificuldades e atropelos no processo de criação de IES no estado de Goiás e, em específico, na cidade de Jataí. A ambiguidade jurídica dessas instituições evidencia os escassos limites existentes entre o público e o privado. Em muitos casos, as IES vinculadas à prefeitura ou ao Estado eram administradas por fundações de cunho privado e/ou conveniadas, que cobravam mensalidades dos alunos, elaboravam o projeto político-pedagógico dos cursos, contratavam e demitiam professores e técnicos administrativos.

No caso específico de Jataí, a FEJ (subordinada financeiramente ao poder público municipal) contribuiu com criação de novos cursos no CAJ/UFG (ensino público e gratuito) e possibilitou, como mantenedora, a implantação dos cursos do Cesut (ensino privado), que são administrados por uma associação de ensino privada, a Associação Jataiense de Educação (AJE).

O que vale ressaltar na implementação da política de expansão e interiorização do ensino superior no estado de Goiás da modalidade fundacional, como o caso específico de Jataí, é que o município passou a assumir responsabilidade com o nível superior – que não é “de sua alçada” – muitas vezes sem garantir ou até sem poder proporcionar as condições mínimas para o funcionamento do ensino básico –, este sim, de sua responsabilidade.

A expansão da educação superior na década de 1980, no estado de Goiás, segundo Dourado (2001a), foi significativa e em todas as esferas de dependência administrativa, passando de 11 instituições, em 1979, para 31 IES em 1991, sendo três universidades, nove autarquias estaduais, 11 faculdades municipais e nove instituições isoladas de ensino superior privadas.

Nos anos 1980, com a abertura política e a eleição de governos, Íris Resende Machado assume o governo de Goiás (1983-1987). De acordo com a pesquisa de Baldino (1991), no governo de Íris Resende ocorreu o maior movimento expansionista de faculdades isoladas registrado em Goiás, enquanto “o governo de Henrique Santillo (1987-1991) é marcado pela retração do processo de criação destas instituições” (FERREIRA, 2006, p. 67).

A década de 1980 se caracterizou, também, pelos esforços de consolidação das universidades estaduais em vários estados e, em específico, no estado de Goiás, iniciando os debates sobre a possibilidade de criação de uma universidade estadual (DOURADO, 2001a). Apesar das autarquias estaduais existentes, a comunidade estudantil tinha maiores expectativas e, durante a década de 1980, uma série de mobilizações da União Estadual dos Estudantes (UEE) foi realizada, visando a estruturação de uma universidade multicâmpus em Goiás. A concretização desse projeto se efetuou com criação, pelo Decreto 33.555/1990, da Universidade Estadual de Anápolis (Uniana).

A expansão da educação superior no Brasil, como em Goiás, é resultante de transformações econômicas e sociais. Na década de 1990, com o objetivo de dinamizar a economia goiana, alteraram-se “suas características de fornecedora de matéria-prima *in natura* para os mercados nacionais e internacionais, para uma economia mais fortemente industrializada e impulsionada por instrumentos do sistema neoliberal em direção à *sociedade do conhecimento e da informação*” (MAGALHÃES, 2009, p. 55, grifos da autora). Na perspectiva neoliberal, o papel básico da educação consiste em preparar a mão de obra para o mercado de trabalho, que regula as relações de forças, e a concorrência coloca cada indivíduo no lugar que lhe cabe, de acordo com sua competência e mérito. Para Frigotto (2002, p. 85), trata-se de “uma visão utilitarista e imediatista, uma concepção fragmentária do conhecimento concebido como um dado, uma mercadoria e não como uma construção, um processo”.

O processo de produção requer modificações na formação e qualificação profissional, e segundo Magalhães (2009), demanda trabalhadores com novas características: dinâmicos e autônomos, aptos a liderar com equipes, hábeis para tomar decisões, capazes de lidar com a automação e que saibam utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que caracterizam a sociedade da informação. Esse tipo de profissional demanda

formação especializada e qualificada que instigue suas capacidades e competências para atuar no mercado, logo, a educação tem papel fundamental. Essas características esperadas na formação do trabalhador direcionam para a divisão do trabalho e hierarquização no sistema de produção.

A educação superior de Goiás sofreu alterações importantes na década de 1990, especialmente na segunda metade, decorrentes da aprovação da Lei 9.394/1996, de uma sucessão de políticas educacionais consubstanciadas em decretos, portarias, resoluções da Sesu/MEC e do CNE, por legislações específicas e ações do CEE.

Uma legislação específica que merece ser destacada que influenciou o processo de expansão e interiorização da educação superior em Goiás foi a Lei Complementar 26/2008<sup>130</sup>, que estabeleceu as diretrizes e bases que norteiam os sistemas de educação do estado de Goiás, “que trouxe em seu bojo, os mesmos avanços, retrocessos e contradições existentes na lei nacional” (FERREIRA, 2006, p. 70). Vale destacar que a regulamentação da LDB estadual, segundo Dourado e Oliveira (2001), estava atrelada aos movimentos sociais por meio do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública. Em seus artigos, é possível verificar os discursos dos diferentes grupos que atuaram na constituição do documento, dos que propunham a criação de um único centro universitário que agregasse todas as faculdades isoladas, e os que idealizavam vários centros universitários que atendessem as diversas regiões do Estado. A LDB estadual, em seu art. 66, define que “a educação superior estadual organiza-se academicamente, na forma de universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores” como define a legislação federal; e no art. 76, incumbe ao CEE “autorizar, avaliar, fiscalizar e reconhecer cursos, programas e instituições que integram o sistema estadual de educação”, no caso da educação superior, dos estabelecimentos mantidos por ele e pelos municípios (GOIÁS, 1998). As IES que agregam “o sistema estadual possuem natureza e caráter públicos, podendo ser organizadas como fundações de direito público ou autarquias especiais” (GOIÁS, 1998, art. 67).

No mesmo ano que foi promulgado a LDB estadual, nas eleições de 1998, foi eleito como governador do estado de Goiás Marconi Perillo (do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB –, mesma legenda do presidente da república na época, FHC), que foi reeleito em 2002. De acordo com Ferreira (2006), “foi o partido mais importante na implementação das políticas neoliberais na área educacional” (p. 75). Em campanha política,

---

<sup>130</sup> Em função da crise financeira pela qual passavam algumas IES municipais em Goiás, a partir da Lei Complementar 26/1998, as fundações municipais passaram a ser consideradas como entes públicos e gratuitos, e as disposições transitórias do artigo 119, da referida lei, anteviram a possibilidade de inclusão das faculdades municipais à rede supervisionada pelo Estado (OLIVEIRA; DOURADO; AMARAL, 2006).

o governador havia assumido o compromisso de democratizar o acesso ao ensino superior em Goiás, e uma das propostas era transformar as IES estaduais em uma universidade, ficando a secretária estadual da educação responsável por ouvir a comunidade científica do Estado e os movimentos sociais para colocar em ação essa proposta.

Até 1999, o sistema estadual de ensino superior de Goiás era composto por 13 instituições isoladas. De acordo com Ferreira (2006), existiram questões polêmicas anteriores à criação da UEG. Uma delas é que não havia consenso quanto ao modelo de estruturação institucional a ser adotado, se direcionado à inovação tecnológica e ao desenvolvimento de pesquisas (neohumboldtiano) ou à formação de professores (napoleônico); a outra era a resistência das duas comunidades acadêmicas maiores da futura UEG (Universidade Estadual de Anápolis – Uniana –, localizada em Anápolis, e a Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás – Esefego –, em Goiânia), que não queriam perder o *status* de universidade e de escola superior, tendo em vista que se tratavam de instituições consolidadas historicamente. Após vários embates, a UEG<sup>131</sup> foi criada pela Lei 13.456/1999.

A política de expansão da educação superior no estado de Goiás, entendida neste trabalho como a ampliação de vagas, cursos, matrículas e instituições superiores, se efetivou na década de 1990, articulada ao processo de interiorização desse nível de ensino, como resultado de pressões e acordos políticos. Segundo o PDES/GO (2007), a interiorização geográfica do ensino superior surgiu como valor agregado a ser colocado em prática, como fator de modernização e de desenvolvimento de cidades do interior. Esse movimento expansionista se materializou de maneira ampla e heterogênea, como pode ser constatado nesse capítulo quando se apresentou a reflexão sobre os indicadores referentes à graduação presencial de Goiás, permeado tanto por práticas de natureza pública quanto privada, com predominância das privadas no Estado, conforme tabela 22, que mostra o número de IES em Goiás de 1994 a 2010.

## 2.2 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DAS IES GOIANAS NO MUNICÍPIO DE JATAÍ

Como o objeto de análise da tese é a expansão e interiorização do ensino superior, tendo como foco o caso do município de Jataí-GO, definiu-se por restringir a apresentação realizada a seguir às instituições UFG, UEG e IFG, que criaram câmpus ou unidades universitárias no município de Jataí.

---

<sup>131</sup> Em 1999, as 13 instituições estaduais de educação superior do estado de Goiás foram reunidas e constituíram a Universidade Estadual de Goiás (OLIVEIRA; DOURADO; AMARAL, 2006).



### 2.2.1 UFG: a política de expansão e interiorização

Como anteriormente já se falou sobre a criação da UFG, neste momento a atenção se direcionou para o processo de consolidação da instituição e, sobretudo, a política de expansão e interiorização.

O processo de consolidação e expansão da UFG, de acordo com Moraes (2002), pode ser percebido em quatro momentos: o primeiro, denominado de “estruturação”, iniciou-se com a criação da instituição, em 1960, seguida pela instalação de novas unidades, desdobramento de outras, intervenção em 1964 e reestruturação de suas unidades acadêmicas, tendo em vista a constituição da UFG como universidade. O segundo, na década de 1970, foi marcado pela ampliação de sua infraestrutura e, principalmente, pelas atividades de extensão universitária fora de sua sede, articuladas ao Projeto Rondon, ligado ao Ministério do Interior (Minter). O terceiro momento sucedeu na década de 1980, caracterizado pela sistematização de sua política de extensão, abalizada pelo processo de interiorização da UFG quando foram criados os câmpus de Jataí (1980), de Firminópolis (1980), de Catalão (1983)<sup>132</sup> e de Porto Nacional (1985). E, o quarto momento, a partir de 1990, marcado pela ressignificação do papel da extensão na universidade, articulada à definição de política de interiorização orientada para ampliação da oferta educacional, se constituiu em um campo fecundo no processo de reorganização e reestruturação<sup>133</sup> da instituição, ou seja, na sua complexificação<sup>134</sup>.

Em função do objeto de investigação e do recorte temporal da tese, apresentam-se as considerações referentes ao terceiro e quarto momentos do processo de consolidação e expansão da UFG.

---

<sup>132</sup> Maiores informações sobre o Câmpus Catalão, ver Silva (2005).

<sup>133</sup> Consultar Oliveira (2000), que denomina as transformações ocorridas na UFG durante os anos de 1990 como sendo o período de “metamorfose” da instituição. Optou-se por não usar a expressão “metamorfose”, por entender, como Moraes (2013), que “metamorfose pressupõe-se o processo de transformação radical de um objeto em outro, de natureza e características diferentes do primeiro que o originou” (p. 48). Ao estabelecer relação com o contexto da educação superior, em específico do processo de expansão e interiorização, verificam-se políticas que caracterizam mudanças significativas nesse nível de ensino, entretanto, não radicais e inflexíveis, mas sim parciais e/ou pontuais, “em grande medida também diferenciadas, quando consideramos a existência de diferentes sistemas de ensino e a manutenção das esferas pública e privada na oferta desse nível de ensino, bem como suas políticas; a diversificação institucional, ampliando a diversidade e flexibilidade já consagrada no cenário brasileiro, bem como os processos de reestruturação, muitas vezes pontuais, dentro de uma mesma IES” (MORAES, 2013, p. 49).

<sup>134</sup> O termo complexificação usado na tese expressa os efeitos dos processos de expansão e interiorização do nível superior, como um processo dinâmico, onde ocorrem modificações, sem linearidade, com tensões e embates de diferentes ordens, “englobando tanto os processos de reestruturação como os de reconfiguração deste, além da compreensão da dinâmica desse campo educacional com os demais campos sociais” (MORAES, 2013, p. 48).

### 2.2.1.1 Política de extensão e interiorização da UFG nos anos 1980

De acordo com Mendonça (2010), desde a criação da UFG até final da década de 1970, a universidade não tinha uma política de extensão universitária institucionalizada, pois suas atividades de extensão “caracterizam-se como pontuais e singulares” (p. 277). Em 1977, foi criada a Coordenação dos Órgãos e Serviços de Extensão da UFG, que congregou os órgãos e as ações que desempenhavam tarefas de extensão sob diferentes administrações, coordenados pela professora Maria do Rosário Cassimiro<sup>135</sup>. Em 1979, no mandato do reitor José Cruciano de Araújo<sup>136</sup> (1978-1981), após a aprovação do estatuto da universidade pelo MEC, foi criada a Pró-Reitoria de Extensão (Proex)<sup>137</sup> com a função de coordenar as atividades de serviços de extensão, tendo a professora Cassimiro como pró-reitora, que tinha experiência com essas atividades, desde 1972.

A política de extensão da UFG, em 1980, se orientava na Resolução CCEP 118/1977, que definia no seu art. 1º que:

Extensão é o subsistema universitário, baseado na estrutura e na programação departamental, destinado a integrar os demais subsistemas/ensino e pesquisa e a atuar em função deles como fator de formação do aluno e como um dos fatores de aceleração do progresso da sociedade, funcionando como mecanismo permanente de renovação de método e de conteúdo do ensino, através do processo retroalimentação gerando pela integração universidade-sociedade (UFG, CCEP, 1977, p. 1).

De acordo com esta conceituação, a extensão na UFG teria a função de integrar o ensino e a pesquisa; analisar e participar de propostas, visando o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural; contribuir para a formação profissional do aluno (participação em projetos de extensão – cursos e serviços, na qualidade de agente/aprendiz); servir como mecanismo de retroalimentação para a renovação de seus métodos e conteúdos de ensino, reaproximando dos problemas reais da sociedade; democratizar o acesso à universidade e

<sup>135</sup> Ex-Reitora da UFG, de 1982 a 1985 e ex-Pró-Reitora de Extensão da UFG, de 1978 a 1981. No decorrer do trabalho, será utilizado “Cassimiro” para referir-se à professora Maria do Rosário Cassimiro.

<sup>136</sup> Ao longo do trabalho, será usado Cruciano para referir-se ao professor José Cruciano de Araújo.

<sup>137</sup> Nas palavras do entrevistado 5, a Proex na época era muito rica e forte, e a pró-reitora de extensão era acusada de estar montando uma universidade paralela à UFG, tendo em vista que “tinha até uma autorização para contratar professores, assinar carteira, contratar pessoal”. Um grupo da universidade defendia a “antiga filosofia da universidade europeia, de tudo concentrada na ‘redoma de cristal’, quer dizer a universidade em Goiânia deveria ser a mais forte possível, mas só em Goiânia. Eles eram contra a expansão e interiorização da universidade, e eu era a favor” (Entrevistado 5). Dando continuidade a seu pensamento, completa dizendo: “plantei essa ideia [de extensão e interiorização] na Universidade Federal de Goiás, porque num país de dimensões continentais como o nosso é impossível e não funcionava muito esse ideal de universidade europeia centralizada só na sede”.

fortalecer as relações da universidade com a comunidade. Todas essas funções visavam o objetivo geral de “contribuir para a melhoria dos padrões sócio-culturais e o atendimento das demandas sociais na área de influência da Universidade” (UFG, CCEP, 1977, art. 3º).

Conforme Relatório (UFG, 1986), embora o termo extensão esteja conceituado em norma da UFG, este possui entendimento variado nos diferentes setores da comunidade universitária.

Polêmica e policrômica, a extensão tem despertado ao longo de sua curta existência nesta universidade reações variadas e extremadas: vários encontram nela um novo alento para continuarem na vida universitária, outros a aceitaram com indiferença, alguns a ignoraram e ainda existem aqueles que a execraram e a viram com uma excrescência do autoritarismo (UFG, 1986, p. 22).

As posições alteram-se desde as que avaliam a extensão como atividade-fim da universidade até aquelas que entendem que a integração universidade-comunidade deveria se suceder de forma natural, por meio das atividades de ensino e pesquisa em meio às posições diversificadas.

Em meio a esses entendimentos variados da extensão, “havia muita oposição a essa atividade dentro da universidade, muita, muita, muita oposição, perseguição mesmo, de alguns professores dos mais eminentes da universidade” (Entrevistado 5).

Algumas ações sistematizadas na UFG possibilitam a compreensão da política de extensão adotada diante de um entendimento variado nos distintos setores da comunidade universitária. Sousa (2000) afirma que a criação da Proex na UFG em 1979, bem como a criação de *câmpus* avançados e de Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac) pela universidade, apresentaram como influência a concepção norte-americana, que compreendia a extensão universitária como prestação de serviços às comunidades necessitadas (perspectiva assistencialista). A sistematização das atividades de extensão da UFG seguiu três frentes de atuação: a interiorização, os estágios e os programas e projetos especiais<sup>138</sup>. De acordo com Moraes (2002, p. 41), “a interiorização passou a redimensionar a própria política de extensão da instituição”.

---

<sup>138</sup> Maiores informações sobre as ações de extensão da UFG na década de 1980, ver Relatório (UFG, 1986) e Moraes (2002).

A política de interiorização da UFG seguiu a orientação do MEC e do Ministério do Interior por meio de ações ligadas ao projeto Rondon<sup>139</sup> e ao Crutac<sup>140</sup>. O entendimento de interiorização da universidade brasileira definia a atuação em regiões fora da sede, proposta pelo Projeto Rondon, implantado em 1967. A partir desse projeto, as universidades passaram a criar câmpus avançados em municípios do interior do Brasil, geralmente no Norte-Nordeste, e a UFG participou dessa etapa da interiorização, instalando o Câmpus Avançado de Picos<sup>141</sup>, no Piauí, em 1972, como campo de estágio.

[...] entrando o mandato do professor Cruciano, eu já fui nomeada Pró-reitora de extensão. [...] E nós começamos a desenvolver muita atividade de extensão dentro do estado de Goiás também, mas o principal era a praticada em Picos. Nós, naquela região de Picos, região aquela ali do Piauí, nenhum professor ficou sem pelo menos uma reciclagem da nossa universidade, um trabalho enorme que foi realizado [...] doze anos a Universidade Federal de Goiás trabalhou no Câmpus de Picos (Entrevistado 5).

Essa interiorização da UFG, com a criação do Câmpus Avançado de Picos, tinha muita oposição dentro da universidade, e alguns professores argumentavam: “Porque que não criam os câmpus aqui dentro de Goiás? O nosso Estado e as regiões do interior do estado são tão pobres, como a região de Picos, por que não fazer aqui?” (Entrevistado 5). Esse argumento, nas palavras do entrevistado, “serviu de estímulo para começar a pensar em criar os câmpus dentro do próprio estado de Goiás”.

Nesse contexto, no domínio do estado de Goiás, a interiorização da UFG ocorreu por meio da criação de quatro câmpus<sup>142</sup> avançados no interior do Estado. Estes possuíam atividades de estágios rurais na área de saúde (em Porto Nacional<sup>143</sup> e Firminópolis – Crutac–,

<sup>139</sup> O Projeto Rondon “tinha como meta a integração e a segurança nacional”, seguindo a ideologia dos governos do regime militar instalado no Brasil desde 1964, valendo-se da força jovem universitária (MENDONÇA, 2010, p. 276). Apresentava como meta levar o aluno universitário e o funcionário público a conhecer, *in loco*, a realidade do interior do Brasil, dentro da perspectiva assistencialista. Na efetivação das atividades do Projeto Rondon, dois problemas foram apontados: a não continuidade regular das atividades e a curta duração dos estágios, e “a fim de suprir tais deficiências as universidades criaram *Câmpus* Avançados, cuja estruturação esteve vinculada às atividades desenvolvidas pelo Projeto Rondon” (SILVA, 2005, p. 36).

<sup>140</sup> A ideologia do programa Crutac deixa claro que a universidade detentora de conhecimento por meio de suas ações de extensão deveria exercer suas atividades de ensino, pesquisa e extensão no interior do país, civilizando e instruindo a população menos favorecida, “inculta”. Apreende-se que o projeto leva em consideração o objetivo do governo brasileiro da época de batalhar para acabar com a pobreza e ao seu suposto potencial subversivo (MENDONÇA, 2010).

<sup>141</sup> A atuação da UFG no Câmpus Avançado de Picos se deu até 1985 quando foi transferido para a Fundação Universidade Federal do Piauí (UFG, 1986).

<sup>142</sup> “Considera-se *campus* da Universidade cada uma das bases físicas integradas em que se desenvolvem suas atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão” (UFG, Resolução ECU 001, 1980, art. 2º, grifos do texto).

<sup>143</sup> Na época, Porto Nacional pertencia ao estado de Goiás, hoje é do Tocantins.

ambos criados em 1975), com oferta de cursos diversos<sup>144</sup> e de cursos a nível superior de graduação plena no interior, em Jataí, criado em 1980 (Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática, Química e Física – 1981)<sup>145</sup>, e em Catalão, criado em 1983 (Licenciatura em Letras e Geografia – 1986).

A Resolução CCEP 156/1981 estabeleceu normas para o Programa de Interiorização de cursos de 3º grau (hoje denominados cursos superiores). No seu art. 2º, fixa que os cursos de 3º grau seriam “ministrados pelos Departamentos Didáticos e vinculados aos Colegiados de Cursos correspondentes”, o que acabou sendo uma das dificuldades encontradas na interiorização, pois a UFG era responsável pelo transporte dos professores de Goiânia para os câmpus do interior, o que se tornou oneroso para a instituição. Diante das dificuldades de interiorização, seguindo essas normas, o processo de expansão por meio da criação de cursos superiores no interior se alterou. A universidade firmou convênios com as prefeituras municipais e fundações educacionais, que passaram a se responsabilizar pela contratação de professores, pelo transporte, pela aquisição de livros e construção; a universidade ficou responsável pela coordenação pedagógica dos cursos.

Havia previsão para criar mais câmpus avançados em Araguaína e em Goianésia, mas não deu. Nesse período todo, faltou dinheiro, faltou participação das prefeituras locais, faltou muita coisa e a universidade, nós, não demos conta de criar seis Câmpus Avançados, mas criamos quatro: Porto Nacional, Firminópolis, Jataí e Catalão (Entrevistado 5).

A política de interiorização por meio de criação de câmpus avançados inciou no reitorado do professor Cruciano e prosseguiu na gestão seguinte (1982-1985).

Quando eu tomei posse como reitora, eu falei no meu discurso que eu não queria ser a reitora da Universidade Federal de Goiânia, eu queria ser a reitora da Universidade Federal de Goiás, e consegui fazer isso, com a criação dos câmpus nossos. Abrimos as portas da universidade, não para permitir que a comunidade viesse entrar na universidade, mas que a universidade fosse a comunidade, nesse movimento de exteriorização da universidade. Foi muito bom, porque enriqueceu muito a universidade. Porque eu tenho a concepção de que a universidade comporta uma parte importantíssima da sabedoria, mas a outra parte, igualmente importante da sabedoria, está no povo, está na comunidade, e era preciso pesquisar essa realidade, porque se nós não fizéssemos isso, ninguém mais no mundo ia fazer. Quem é que iria pesquisar Jataí, por exemplo? Ninguém, se não fosse a própria Universidade Federal de Goiás. Então nós tínhamos que descobrir

<sup>144</sup> A Resolução CCEP 138/1979 regulamenta os cursos de extensão e dá providências, e no art. 3º estabelece que os cursos ministrados devem se concentrar em três categorias: capacitação, qualificação e reciclagem.

<sup>145</sup> Ainda nos anos 1980, criou-se, no CAJ, o curso de Pedagogia (1985), com a contratação de professores pela FEJ. Maiores informações se encontram no próximo capítulo da tese.

os valores que nós temos no interior do estado e essa riqueza veio toda, fez a universidade hoje ser uma grande universidade (Entrevistado 5).

Nessa fala, identifica-se uma compreensão distinta do papel da interiorização da universidade, que se afasta da visão meramente assistencialista da extensão. A ex-reitora vê como uma oportunidade de aprender com a realidade do interior, estabelecendo uma troca de experiências, procurando instituir uma aproximação da universidade e sociedade, defendendo a concepção de interiorização pública com participação da comunidade, diferente de outros interlocutores, que falam de interiorização privada que traga desenvolvimento.

Na ausência de uma política efetiva de interiorização da universidade, segundo Magalhães (2010, p. 282), a opção dos cursos de graduação para serem criados nos câmpus avançados “era definida pela natureza dos mesmos, priorizando aqueles que não eram onerosos para serem estabelecidos”.

Com essa política de expansão e de interiorização adotada na UFG na década de 1980, consta-se a prerrogativa da atuação direta, de certa forma em função da facilidade de obtenção de recursos financeiros do MEC para tal finalidade, bem como da pressão de lideranças políticas do interior para a instalação de câmpus em suas cidades e o apoio das prefeituras (com doação de terrenos e prédios para o funcionamento dos câmpus avançados). Contudo, vale destacar os problemas financeiros com relação aos câmpus para sua manutenção e as atividades realizadas neles, como afirmado na revista UFG Afirmativa (2009).

Frente a essa ausência de identidade entre o conceito formal de extensão e a compreensão por parte comunidade universitária, a comissão<sup>146</sup> designada pela Proex apresentou, ao final dos trabalhos do Relatório (UFG, 1986), considerações, com o objetivo de estabelecer princípios norteadores de uma política de extensão para a instituição, adequados aos discursos que lhe dessem sustentação. São eles: a extensão precisa ser pensada e programada, integrada ao ensino e à pesquisa; os departamentos ou unidades universitárias devem ter autonomia para instituir as atividades de extensão que melhor se enquadrem ao seu ensino e pesquisa; a universidade deve evitar que ajustes administrativos e financeiros em convênios firam a autonomia acadêmica; a UFG deve privilegiar as formas indiretas de extensão<sup>147</sup>, que são menos onerosas e alcançam maior parcela da comunidade; a universidade

---

<sup>146</sup> O Pró-reitor de Extensão Genésio Lima dos Reis designou a comissão constituída por Roberto Ruhman Daher, Elísia Paixão de Campos e Lázaro José Chaves.

<sup>147</sup> Segundo o Relatório (UFG, 1986), consta-se do ponto de vista conceitual que a extensão, assim como a interiorização, pode ser entendida de duas formas: indireta ou direta, conforme suas estratégias de atuação. Na forma indireta, as atividades de ensino e pesquisa realizadas na sede se voltam para os problemas

necessita reduzir a burocracia nos procedimentos da política de extensão; a interiorização da universidade deve aproveitar de estruturas externas de órgãos do poder público e ou da iniciativa privada que atuam na área da atuação pretendida; os feitos da extensão devem ter igualdade de direitos em relação às outras atividades (ensino e pesquisa) da universidade, e a ratificação da indissolubilidade do binômio ensino/pesquisa.

A comissão, ao fazer referência a evitar que ajustes administrativos e financeiros em convênios firam a autonomia acadêmica, está alertando para possíveis intervenções e pressões externas que possam surgir em desacordo com os interesses da universidade, ferindo sua autonomia acadêmica.

As críticas de que a extensão da UFG tivesse exercido um caráter assistencialista nos anos anteriores e diante da proposta para que se retomasse o seu caráter acadêmico fizeram com que, em 1986, em caráter experimental, a Proex fosse transformada em Coordenação de Extensão e Estágio, passando a ser vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) (MORAES, 2002).

As ações extensionistas da UFG, durante o período que estiveram sob responsabilidade da Coordenação de Extensão e Estágio (de dezembro de 1986 a novembro de 1996), apresentaram redução significativa. De acordo com Moraes (2002), retomaram o seu crescimento na década de 1990 quando passaram, novamente, a serem coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec), recriada e se pautando na concepção ressignificada de extensão, apresentada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária, que conceituou extensão como sendo “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e a sociedade” (p. 29). Nesta perspectiva, ocorreu uma redefinição da política de interiorização da UFG. Os estágios e os câmpus avançados passaram a ser associados à Pró-Reitoria de Graduação, pois as atividades estão vinculadas diretamente ao ensino, e não a extensão.

A extensão universitária, para Sousa (2000), reapareceu com a função de estabelecer a possibilidade de produção de conhecimento e intercâmbio cultural, científico e educacional entre universidade-sociedade e, sobretudo, no plano da prestação de serviços (venda de serviços e produtos especializados), como geradora de recursos para a subsistência

---

interioranos e, na forma direta, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade são desenvolvidas em regiões do interior por meio da criação de câmpus avançados.

das IES, particularmente das federais, indicando um novo viés no processo de privatização da educação superior.

Além da implementação e do crescimento das atividades de extensão na direção da prestação remunerada de serviços, vale destacar, apesar de suas limitações e câmpus avançados (Jataí, Catalão, Firminópolis, e Porto Nacional), objetivando o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, criação de cursos de graduação no interior e a até mesmo realocação de vagas.

No que se refere aos convênios, Oliveira (2000) destaca que a UFG atingiu o objetivo, no domínio acadêmico, ao ampliar sua relação com a sociedade com a regionalização e interiorização de suas atividades, conquistando gradativamente apoio em prol do ensino superior público e gratuito.

Nas três frentes de atuação das atividades de extensão da UFG na década de 1980 – interiorização, estágios, programas e projetos especiais –, pode-se dizer que os convênios firmados entre a UFG e outros órgãos ou instituições foram os que mais possibilitaram a interiorização por meio da criação de câmpus avançados no interior do país e do estado de Goiás, dentre eles o CAJ. No caso específico do CAJ, os convênios<sup>148</sup> firmados entre a UFG, PMJ e FEJ estabeleciam que os cursos superior seriam dirigidos administrativamente e pedagogicamente pela universidade e, financeiramente, pela FEJ (com verbas da prefeitura municipal), ficando a centralidade da responsabilidade dos recursos no município.

Verifica-se, ao analisar os princípios da expansão e interiorização da educação superior da UFG dos anos de 1980, que adveio uma mudança na sua identidade, sucedendo uma complexificação do processo de expansão e interiorização que se apresentou com outra configuração na década de 1990 quando encontrou ressonância em movimentos de caráter nacional, como será objeto de análise a seguir.

#### 2.2.1.2 Política de extensão e interiorização da UFG nos anos 1990

Na década de 1990, a UFG, face à complexificação e às novas demandas (de Goiânia e dos câmpus), repensou e reorganizou suas políticas de interiorização.

De 1988 a 1990, por meio da Assembleia Constituinte Interna, a UFG ingressou em um processo de mudanças, com o objetivo de construir um projeto institucional,

---

<sup>148</sup> Maiores detalhes referentes aos convênios firmados entre a UFG/PMJ/FEJ e depois com o Estado serão abordados no capítulo 3 da tese.



apontando a racionalização da estrutura administrativa e a descentralização da estrutura acadêmica (RODRIGUES, 2000; MENDONÇA, 2010).

Desde a década de 1990, especialmente a partir de 1995, a UFG continua no seu processo de mudanças e complexificação, visando maior inserção e integração da universidade ao processo de globalização e redefinição institucional, que

Implica *modernização* de sua estrutura e da sua organização acadêmica, bem como por uma dinâmica própria de reconfiguração do seu perfil e identidade institucionais. Na mesma direção, observa-se ainda esforço com a finalidade de ampliar vínculos com a sociedade, especialmente local, e a instalação de uma cultura de trabalho mais dinâmica e flexível, apesar de mais controladora do desempenho e da produtividade (OLIVEIRA, 2000, p. 99, grifo do autor).

As medidas e as ações mais significativas na UFG perpassaram durante o período de 1989-1999 e indicaram empreendimento contínuo de mais de um reitorado, com a finalidade de “estabelecer modelos, sistemas e processos de avaliação que impliquem em maior conhecimento e controle na produção acadêmica, o que parece significar, também, mudança na cultura organizacional, objetivando maior eficiência e produtividade” (OLIVEIRA, 2000, p. 1000).

O objetivo dessas mudanças era tornar a universidade mais ágil e eficiente. Grande parte dos ajustamentos foi feita, segundo Oliveira (2000): por meio da adequação da gestão e do trabalho acadêmico aos parâmetros da GED e aos modos de ser locais e regionais, que se manifestavam nos convênios<sup>149</sup> firmados e na prestação de serviços remunerados; pela expansão dos cursos de graduação na sede e nos câmpus, e pela melhora dos índices de produtividade.

Esse movimento de alteração na estrutura administrativa e acadêmica possibilitou a reestruturação organizacional<sup>150</sup> da UFG e a reformulação do Estatuto da universidade, aprovado no final de 1995, que passou a vigorar a partir de 8 de novembro de 1996<sup>151</sup>. “Um dos grandes marcos da gestão de Ary Monteiro foi a reformulação do Estatuto da universidade. Aprovado no final de 1995, com contribuições de todas as unidades, o novo

---

<sup>149</sup> Ver Oliveira (2000, p. 113-116), que relata a problemática dos convênios e contratos firmados na UFG.

<sup>150</sup> Para ver a estrutura organizacional da instituição de 1996, ver Oliveira (2012, p. 14-15) e, para ter maiores detalhes sobre a mudança do Estatuto e o desmembramento das unidades acadêmicas da UFG, consultar Rodrigues (2000).

<sup>151</sup> Segundo Oliveira (2012), a Assembleia Constituinte Interna (1988-1990) não conseguiu concluir a mudança estatutária na época em razão de várias divergências, ocorrendo posteriormente a reformulação estatutária (1994-1995).

Estatuto teve um significado muito especial, já que o anterior era da época da ditadura militar” (UFG, PRODIRH, 2010, p. 20).

Vale ressaltar que esse processo de mudanças se deu em meio a tensões e conflitos das posições em disputa, que atenuam sua intensidade gradativamente ao longo do tempo. De acordo com Oliveira (2000, p. 173), “a diminuição na intensidade dos confrontos ocorre em grande medida, porque há amplo espaço nos conselhos, nas câmaras e nas instituições, de modo geral para debater as novas temáticas e questões”, o que torna possível, chegar a um consenso para as alterações nas práticas e na cultura institucional.

No Estatuto que passou a vigorar em 1996, a UFG passou a contar com 24 unidades acadêmicas nos dois câmpus de Goiânia (Colemar Natal e Silva, Samambaia), com 11 órgãos suplementares e seis câmpus avançados (cinco no interior do estado – Catalão, Jataí, cidade de Goiás, Firminópolis e Rialma –, e um no estado do Tocantins – Porto Nacional). O Estatuto provocou um enxugamento significativo no quantitativo de departamentos, que passou de 72 para 28, e estabeleceu uma limitação à sua criação (OLIVEIRA, 2012). Essa estrutura foi elaborada para tornar a universidade mais ágil e menos burocrática.

Até o ano de 2013, a estrutura organizacional da UFG se encontrava composta da seguinte forma:

- I- Administração Central, Assessorias e Comissões Especiais;
- II- Assembléia Universitária e Conselho de Integração Universidade/Sociedade (não-deliberativos);
- III- Pró-Reitorias<sup>152</sup>;
- IV- Órgãos Administrativos e Órgãos Suplementares;
- V- Órgãos Complementares; e
- VI- Unidades Acadêmicas e Câmpus do Interior<sup>153</sup> (UFG, PRODIRH, 2010, p. 22).

Com essa reestruturação organizacional, os câmpus e os cursos de graduação do interior, dada a sua natureza, passaram a ser vinculados à Pró-Reitoria de Graduação, revelando a sistematização de políticas distintas para a interiorização em relação ao câmpus sede.

<sup>152</sup> Pró-Reitoria de Graduação (Prograd); Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG); Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec); Pró-Reitoria de Administração e Finanças (Proad); Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional de Recursos Humanos (Prodirh); Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom).

<sup>153</sup> A UFG conta com 32 unidades acadêmicas, sendo 18 unidades instaladas no Câmpus Samambaia (Goiânia), 10 unidades no Câmpus Colemar Natal e Silva (Goiânia) e quatro unidades em outras localidades do estado de Goiás – Câmpus Jataí, Câmpus Catalão, Câmpus Goiás, Câmpus Firminópolis.

A partir de 1990, aconteceu o processo de ressignificação do papel da extensão dentro da UFG por meio da sistematização de política de interiorização, que passou a ganhar destaque no âmbito da instituição e via, nas atividades de interiorização, a possibilidade de sua consolidação como instituição pública e gratuita do Estado. Dessa forma, nas palavras de Moraes (2002),

A extensão assume progressivamente feições cada vez mais mercadológicas, por meio de sistematização de políticas de prestação remunerada de serviços, bem como da venda de *produtos acadêmicos*. Já a interiorização de cursos consolida-se tanto como via de expansão da oferta educacional como um processo de legitimação e consolidação como instituição pública no estado de Goiás (p. 120, grifo da autora).

Segundo a Resolução 399/1996<sup>154</sup> da UFG, a extensão deixou de ser entendida apenas como fator de aceleração do progresso e desenvolvimento da sociedade local e regional e passou a ser compreendida como um processo articulador do ensino, da pesquisa e da extensão, viabilizando a interlocução entre universidade e sociedade, gerando benefícios para ambas. “Extensão é o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (UFG, Resolução 399, 1996, art. 1º). A partir de 1996, a extensão na UFG passou a ser definida, “tendo como parâmetro o documento **Política de Extensão da UFG (Plano de Extensão da UFG)**” mediante a elaboração e execução de: programa, projeto e atividade (UFG, Resolução 399, 1996, art. 9º). De acordo com Mendonça (2010, p. 291), “as práticas fora da instituição passaram a ocorrer através da extensão de cursos e oferta de serviços que gerassem captação de recursos”, evidenciando que o conceito de extensão e interiorização, bem como suas ações, foram ressignificados no interior da universidade.

A interiorização dos cursos de graduação realizados por meio de convênios educacionais revela os interesses e conflitos no interior e no exterior da instituição. Na década de 1990, a base da política de interiorização da UFG ajustava-se para “a expansão de vagas de alguns cursos, criação de novos cursos e turmas nos câmpus da capital e interior, mas pautados numa política de contenção de despesas” (MENDONÇA, 2010, p. 287).

A UFG, com o seu movimento de modernização e remodelação organizacional (ajustamento na estrutura administrativa e acadêmica), em contraposição à estagnação da oferta de educação superior no país, conseguiu manter o crescimento do número de vagas por

---

<sup>154</sup> A Resolução CCEP 399/1996 revoga as Resoluções 118/1977 (fixa a Política de Extensão Universitária e dá outras providências), 133/1979 (institui nas Unidades de Ensino o Coordenador de Extensão, e dá outras Providências) e 138/1979 (regulamenta os cursos de extensão e dá outras providências).

meio da criação de novos cursos na capital e no interior do estado de Goiás e da ampliação de vagas em alguns cursos de graduação já existentes (Tabela 20). Isso ocorreu mesmo com a diminuição crescente do número de docentes e servidores técnico-administrativos<sup>155</sup>, se ajustando à lógica de reestruturação da educação superior em curso no país por meio do MEC.

Ao analisar a evolução do número de vagas na graduação nos últimos 16 anos, no período compreendido entre 1994 e 2010, que corresponde aos anos dos governos FHC e de Lula, observa-se a expansão expressiva de 163,5% (Tabela 20).

Durante o octênio de FHC, houve um acréscimo de 722 vagas, o que corresponde à expansão de 31,2%. O crescimento significativo de vagas nos anos de 1998, 1999 e 2003 se deu em função de convênios assinados, particularmente, com os municípios, objetivando a formação de professores. Para exemplificar, pode ser citada a criação do curso de graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, em 1999, com alunos originários da rede municipal de Goiânia (OLIVEIRA, 2012) e, em 2003, o funcionamento do curso de graduação em Pedagogia Licenciatura Plena em Nível Emergencial<sup>156</sup>, especificamente para a formação de professores da rede municipal de Jataí, ofertado no CAJ.

**Tabela 20** – Evolução do número de vagas na graduação da UFG (1994-2010)

Ano	Total	Total acrescido	Vagas	
			Capital	Interior
1994	2.313	-	1.803	510
1995	2.283	- 30	1.773	510
1996	2.468	185	1.873	595
1997	2.366	-102	1.766	600
1998	2.670	304	2.030	640
1999	2.971	301	2.256	715
2000	3.020	49	2.280	740
2001	3.035	15	2.295	740
2002	3.035	0	2.295	740
2003	3.389	354	2.539	850
2004	3.055	-334	2.305	750
2005	3.118	63	2.368	750
2006	3.618	500	2.508	1.110
2007	3.783	165	2.488	1.295
2008	3.963	180	2.488	1.475
2009	5.776	1.813	3.786	1.990
2010	6.096	320	3.986	2.110

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados coletados da revista UFG em números – 2010 (UFG, PRODIRH, 2010, p. 61), da educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás) (BRASIL, MEC, Inep, 2006) e do centro de seleção da UFG.

<sup>155</sup> A diminuição dos docentes e servidores se devia, sobretudo, às aposentadorias e aos óbitos, e essa situação agravava-se em função da suspensão de abertura de concursos pelo MEC e a pressão que as Ifes sofriam para que expandissem a oferta de vagas, principalmente dos cursos de graduação noturnos (OLIVEIRA, 2012).

<sup>156</sup> O curso foi criado pela Resolução Consuni 04/2002.

No governo Lula (2003-2010), ocorreram modificações expressivas na educação superior, especialmente para as universidades públicas, o que acarretou o real movimento de expansão federal, contribuindo para o aumento do número de vagas públicas no ensino superior. A UFG passou de 3.035 vagas em 2002 para 6.096 vagas em 2010, o que representou a criação de 3.061 vagas, uma expansão de 100,8%. Ao se comparar o número total de vagas criadas nos governos de FHC e de Lula, pode-se afirmar que as vagas da UFG cresceram 153% suas vagas de 2002-2010.

A despeito da evolução do número de vagas disponibilizadas pela UFG no interior e na capital, consta-se que, de 1994 a 2010, foram criadas na capital 2.183 vagas (ampliação de 121,1%) e, no interior, 1.600 (expansão de 313,7%). De acordo com os dados apresentados, pode-se afirmar que a expansão da UFG se deu em grande parte pela sua política de interiorização, com a criação de novos cursos e a ampliação de vagas nos cursos já existentes do interior, o que contribuiu para a consolidação e complexificação dos câmpus.

### **2.2.2 UEG – criação, estruturação e política de expansão e interiorização**

De acordo com Magalhães (2009), a criação da UEG se efetivou por meio de uma grande reforma originada na gestão Marconi Perillo, amparada por estudos técnicos concretizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A UEG foi instituída como uma universidade multicâmpus, de natureza jurídica de direito público interno – estadual, tendo como campo de atuação o estado de Goiás –, com sua sede central<sup>157</sup> no câmpus da antiga Uniana na cidade de Anápolis. É resultado da incorporação das instituições de ensino superior isoladas, mantidas pelo poder público estadual com a Uniana, que se expande mantendo unidades universitárias (UnU) externas da sede com câmpus em diversos municípios e polos universitários espalhados pelas regiões de Goiás.

De acordo com Moreira (2007), a decisão política de criar a UEG como universidade multicâmpus enfrentou fortes resistências dentro e fora do governo. As faculdades isoladas, Esefego e Faculdade Cora Coralina (da cidade de Goiás), não concordavam com a criação de uma universidade, cuja sede não era na capital do Estado, Goiânia. “Essa divergência não estava circunscrita a um embate geográfico, mas, como pano

---

<sup>157</sup> A sede central da UEG, onde se encontra a administração superior, se encontra no Câmpus Henrique Santillo, localizado na BR 153, Km 98, na cidade de Anápolis.

de fundo, evidenciaram as antigas disputas envolvendo a Universidade Estadual de Anápolis e as demais faculdades isoladas” (MOREIRA, 2007, p. 110).

A criação da UEG, fundamentada no modelo multicâmpus, segundo Dourado e Oliveira (2001), modificou a lógica de organização das IES estaduais isoladas ao agrupá-las em torno da recém-criada universidade, se analisadas sob o viés privatista das diretrizes da Reforma do Aparelho do Estado, apresentada pelo governo FHC, que assinalam a diminuição das verbas públicas para a educação superior.

Apesar de os embates e alicerces envolvendo a criação da UEG terem sido concebidos ao longo das décadas de 1980 e 1990 em meio a um processo articulado por movimentos que envolviam militantes, políticos, docentes, movimentos estudantis e diversos atores da sociedade civil, que lutavam e reivindicavam por acesso mais democrático ao ensino superior –, sua aprovação ocorreu no governo FHC (1985-2002). Foi um momento em que o Brasil “alinha-se às políticas neoliberais, de manutenção de um Estado mínimo, transferindo a responsabilidade pela expansão do ensino superior ao mercado, priorizando o investimento público no ensino fundamental” (MAGALHÃES, 2009, p. 69).

Para a criação da UEG, o discurso adotado foi da necessidade de criar uma estrutura organizacional (Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI) com a finalidade de estabelecer parâmetros comuns, metas, objetivos, unificação de currículos e projetos políticos pedagógicos e, por fim, conversão das diferentes autarquias estaduais distribuídas nas várias regiões do Estado em uma só instituição.

Portanto, era necessário conhecer as potencialidades e fragilidades<sup>158</sup> de cada instituição.

Nestes momentos iniciais da UEG, os anos de desarticulação das faculdades isoladas acabou sendo obstáculo a ser transposto, pois cada uma tinha um propósito (quando tinha), desenvolvia projetos diferentes (ou não), enfim, cada unidade que formou a UEG precisava incorporar o “espírito universitário”. Nesse sentido, a administração da Universidade precisava conhecer as potencialidades e fragilidades do conjunto das unidades (FERREIRA, 2006, p. 83).

A Lei 13.456/1999 transformou em unidades administrativas da UEG, com sede em Anápolis, as seguintes autarquias estaduais<sup>159</sup>:

---

<sup>158</sup> As fragilidades identificadas podem ser consultadas no PDI da UEG – 2001-2004.

<sup>159</sup> Ver também Lei 16.836/2009 - Unidades Universitárias. Vale ressaltar que algumas estavam em funcionamento e outras apenas criadas oficialmente, como o caso da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Santa Helena de Goiás (MAGALHÃES, 2009). Das 28 instituições incorporadas à UEG, apenas 13 se encontravam em funcionamento (UEG, PDI, 2004).

1. Escola Superior de Educação Física de Goiás – ESEFEGO;
2. Faculdade de Filosofia Cora Coralina;
3. Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis;
4. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Porangatu;
5. Faculdade Estadual Celso Inocêncio de Oliveira, de Pires do Rio;
6. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Itapuranga;
7. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Santa Helena de Goiás;
8. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Luiz de Montes Belos;
9. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Goianésia;
10. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis;
11. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iporá;
12. Faculdade de Educação, Ciências e Letras Ilmosa Saad Fayad, de Formosa;
13. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Morrinhos;
14. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Jussara;
15. Faculdade de Zootecnia e Enfermagem de Inhumas;
16. Faculdade Estadual Rio das Pedras, de Itaberaí;
17. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Uruaçu;
18. Faculdade de Ciências Agrárias do Vale do São Patrício;
19. Faculdade Estadual de Ciências Agrárias de Ipameri;
20. Faculdade de Educação, Agronomia e Veterinária de São Miguel do Araguaia;
21. Faculdade Estadual de Direito de Itapaci;
22. Faculdade Estadual de Ciências Humanas e Exatas de Jaraguá;
23. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Posse;
24. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Crixás;
25. Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Luziânia;
26. Faculdade Dom Alano Maria Du Noday;
27. Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas e Letras de Silvânia;
28. Faculdade Estadual de Agronomia e Zootecnia de Sanclerlândia (GOIÁS, Lei 13.456, 1999, art. 2º, inciso II, item c).

No princípio, a UEG estava organicamente ligada à Secretaria Estadual de Educação (SEE). A partir da publicação do Decreto 5.158/1999, as IES do Estado passaram a ser jurisdicionadas pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Goiás (Setec). Criaram-se as disputas e os questionamentos em relação ao vínculo administrativo que deveria ter a educação superior em Goiás (MAGALHÃES, 2009). Em sua pesquisa, Moreira (2007) afirma que, basicamente, foram apresentadas duas posições: a primeira, que defendia como melhor opção estar ligada à SEE, apresentando como justificativa a necessidade de uma política global para a educação independente do nível de ensino, sendo, assim, um equívoco separar administrativamente a educação básica da superior; e a segunda opção, que defendia o vínculo com a Sectec em função da relevância de considerar a especificidade da produção do conhecimento na educação superior, além do ensino e da extensão. A transferência das IES estaduais para a Sectec se deu, segundo Ferreira (2006), em função da falta de recursos disponíveis para a manutenção e expansão do setor e a obrigatoriedade, por legislação, do Estado em investir 3% do Orçamento Geral do Estado na Ciência e Tecnologia.

A UEG, com a intenção de expandir sua área de atuação no Estado, adotou o projeto de interiorização de suas atividades, criando novas unidades universitárias (UnU)<sup>160</sup> e polos universitários<sup>161</sup> em diferentes municípios goianos, beneficiando grande parte do estado de Goiás. Isso garantiria o acesso à educação superior com ênfase nas especificidades regionais, sendo Jataí um desses municípios.

A UEG, uma prioridade do governo estadual, foi sendo estruturada por meio de um projeto de interiorização da educação superior visando responder às demandas da sociedade goiana, com o objetivo de alavancar o crescimento e desenvolvimento do Estado de Goiás, bem como assegurar aos estudantes o direito de acesso e permanência na educação superior pública e gratuita (FREITAS; PROVENSI, 2006, p. 14).

Sua expansão tem-se concretizado por meio de programas que objetivam a formação de professores, como o projeto Licenciatura Plena Parcelada (LPP), pela implantação de cursos de graduação, com a criação de cursos sequenciais e a implantação de cursos *lato sensu* e *stricto sensu*. Vale ressaltar que, apesar de a UEG ser uma universidade pública, “somente os cursos de graduação presencial e regular são gratuitos” (FERREIRA, 2006, p. 97); os demais, a maioria dos alunos paga pelos cursos. É importante mencionar ainda que, a partir de 2007, as unidades da UEG passaram a sofrer ação do ministério público<sup>162</sup>, questionando e suspendendo a cobrança de mensalidades de cursos superiores e sequenciais.

Em pouco mais de cinco anos, a instituição estava presente em 50 municípios, mas nem sempre acompanhada de todos os indicadores necessários que atendessem os parâmetros mínimos de qualidade acadêmica e social. Como o PDES/GO (GOIÁS, SECTEC, PDES/GO, A educação superior em Goiás, 2007) ressalta, o modelo de estruturação da UEG trouxe consigo as potencialidades e as fragilidades das instituições a ela incorporadas. Como resultado, ampliou as dificuldades relacionadas às questões de quadro de professores (qualificação/titulação, regime de hora-aula e sobretudo o número de efetivos), de

<sup>160</sup> De acordo com o art. 29 do Regimento Geral da UEG, Unidade Universitária é a designação genérica para o órgão da UEG em cada município que se constitui administrativa e academicamente, especializando-se nos ramos do saber por meio de coordenações específicas. Congrega todas as funções de um câmpus universitário, no entanto, com dependência da reitoria da UEG.

<sup>161</sup> Polo Universitário é a denominação comum para o órgão da UEG em determinados municípios, que se organiza administrativa e academicamente, especializando-se nos ramos do saber, no qual se desenvolvem programas especiais com duração limitada por meio de coordenadorias específicas (GOIÁS, SECTEC, PDES/GO, A educação superior em Goiás, 2007). Depois de atendidas as necessidades emergenciais de determinado local, o Polo Universitário pode ser remanejado para outro município de Goiás ou transformado em UnU. Os polos abrigam os cursos de LPP e os cursos sequenciais.

<sup>162</sup> Maiores informações sobre ações do Ministério Público contra cobrança de mensalidade e taxas no curso da UEG, consultar <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/1/noticia/7a35e50ca33df647c27fc044d194dff0.html>.



infraestrutura (biblioteca, laboratórios, salas de aulas adequadas), de projetos acadêmicos e processos de comunicação entre Reitoria e IES, entre outros.

Apesar disso, contribuiu para o desenvolvimento econômico, social, cultural e educacional de Goiás, instalando em todas as microrregiões do Estado uma unidade universitária (UnU). Para materialização dessa interiorização, o governo de Goiás procurou estabelecer parcerias com as gestões municipais que disponibilizassem uma contrapartida de 1% (um por cento) do seu orçamento para a implantação de uma unidade em seu município.

As UnU, localizadas nas várias regiões do Estado, ofertam cursos a distância, tecnológicos, sequenciais e programas emergenciais de formação superior, além dos cursos regulares, procurando atender as particularidades regionais, oportunizando o acesso ao ensino superior público e gratuito. Em sua pesquisa, Santos (2010) afirma que, desde sua criação, em 1999, até 2009 (ano que o conselho universitário suspendeu a criação de novos cursos), a UEG vem expandindo o número de cursos regulares e de matrículas de estudantes. Na maioria das vezes, responde mais às exigências políticas do que propriamente aos requisitos científicos e pedagógicos, sem “o verdadeiro estudo a respeito da realidade local e regional” (p. 53).

Magalhães (2009) aponta em sua pesquisa que parte substancial do financiamento destinado à UEG está orientada para a formação de professores em detrimento de outras áreas de conhecimento. Desta forma, não condiz com a lógica dos que intercedem pela concepção de políticas públicas na instituição e que visem atender às necessidades particulares das regiões interioranas do Estado – o que implicaria no desenvolvimento econômico e na diminuição das desigualdades regionais. Goiás, em 2010, contava apenas com a UEG como IES estadual; dos 171 cursos disponibilizados pela instituição, 108 deles (63,2%) estão ligados à área de Educação.

O predomínio pelas licenciaturas, segundo Santos (2010), significa “uma opção do Estado pelas iniciativas acadêmicas de baixo custo” (p. 55). Ou seja, são cursos que demandam poucos docentes e funcionários para seu funcionamento e exigem escassa estrutura, composta basicamente por sala de aula, quadro e giz, na concepção de muitos gestores.

A expansão inicial da UEG ocorreu por meio de cursos de licenciatura (Pedagogia, História, Geografia, Letras e Matemática), com a finalidade de suprimir a demanda social, melhorar a qualificação docente da educação básica do Estado, além das influências político-eleitorais (FERREIRA, 2006).

Segundo Santos (2010), apesar das críticas ao Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação, não se pode desconhecer a importância deste, que se fez presente em 240 municípios de Goiás com o programa de LPP, ofertando 235 cursos, atendendo a 47% do total da rede pública. “O Programa LPP ao ser encerrado registrou a formação em torno de 90% dos professores das redes municipais, estadual e particular” (p. 52).

As outras formas de expansão da UEG foram por meio dos cursos sequenciais (tanto de complementação de estudos como de formação específica, que representaram um importante papel na educação continuada e na melhor qualificação profissional) e dos cursos tecnológicos. A universidade “aposta” nesses cursos, especialmente pela oportunidade de retorno financeiro que eles proporcionam, pois apenas os cursos de graduação presencial são gratuitos.

De acordo com dados da tabela 21, os cursos sequenciais foram ofertados durante o período de 2006 a 2008 e são responsáveis por 5,9 % dos candidatos inscritos, 8,2% e 7,4% respectivamente. Os candidatos inscritos em 2006 correspondem a 6,9% dos cursos tecnológicos, 40,5% dos bacharelados e 46,6% da licenciatura; e, em 2010, 8,6% dos tecnológicos; 52,6% dos bacharelados e 38,8 % da licenciatura.

A relação candidato/vaga da UEG é significativa e oscila entre 15,1 em 2000 a 34,6 em 2002; no ano de 2010, atingiu 26,3. A porcentagem de vagas ociosas altera, variando de 0,5, em 1999, a 11,3 em 2006; no ano de 2010, chegou a 11,0. A universidade apresentou menor porcentagem de vagas ociosas, no ano de sua criação, cujo índice foi de 0,5.

**Tabela 21** – UEG: vagas, candidatos, ingressos, relação candidato/vaga e percentual de vagas não preenchidas

Ano	Vagas					Candidato										Rel. CxV	% <sup>(1)</sup>
	Total	Bach.	Licenc	Tec.	Seq.	Total	Bach.	Licenc	Tec.	Seq.	Total	Bach.	Licenc	Tec.	Seq.		
1999	3.035	-	-	-	-	13.468	-	-	-	-	2.989	-	-	-	-	22,5	0,5
2000	4.140	-	-	-	-	27.404	-	-	-	-	3.985	-	-	-	-	15,1	1,6
2001	6.175	-	-	-	-	23.225	-	-	-	-	5.974	-	-	-	-	26,6	2,0
2002	7.796	-	-	-	-	22.509	-	-	-	-	7.310	-	-	-	-	34,6	4,9
2003	8.842	-	-	-	-	28.017	-	-	-	-	8.079	-	-	-	-	31,6	7,6
2004	7.949	-	-	-	-	36.229	-	-	-	-	7.088	-	-	-	-	21,9	8,6
2005	7.341	-	-	-	-	29.550	-	-	-	-	6.751	-	-	-	-	24,6	5,9
2006	9.109	1.370	6.919	760	0	36.695	14.879	17.108	2.541	2.167	7.977	1.348	5.815	758	56	24,8	11,3
2007	5.365	1.410	3.135	760	0	30.164	12.556	12.934	2.202	2.472	5.303	1.397	3.105	745	56	17,8	0,6
2008	6.620	1.227	4.058	681	0	32.865	14.059	14.174	2.211	2.421	5.689	1.205	3.784	653	47	20,1	9,3
2009	5.730	1.590	3.300	840	0	30.061	14.472	12.302	3.287	0	5.334	1.445	3.199	690	0	19,1	4,0
2010	6.950	1.720	4.350	880	0	26.476	13.919	10.279	2.278	0	5.855	1.811	3.277	767	0	26,3	11,0

Fonte: MEC/Inep – Censo da educação superior 2010.

Elaboração: UEG/Gerência de Avaliação Institucional (2012)<sup>163</sup>.

(1) % Vagas não preenchidas.

<sup>163</sup> Disponível em: < [http://www.cdn.ueg.br/arquivos/avaliacao\\_institucional12/conteudoN/1181](http://www.cdn.ueg.br/arquivos/avaliacao_institucional12/conteudoN/1181)>.

Em função do pequeno número de efetivos, a quantidade de contratos temporários e horistas, além da não institucionalização da pesquisa na instituição, corroboram para que o ensino se sobreponha à pesquisa na UEG. Destarte, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão prevista como objetivo das universidades não se encontra materializada na instituição.

Em 1999, dos 719 docentes, 12,1% eram graduados, 73,9%, especialistas, 12,5%, mestres, e apenas 1,5%, doutores, o que justificava a pesquisa ser bastante incipiente nos primeiros anos de criação da UEG (BRASIL, MEC, Inep, 2010).

A situação da falta de titulação dos professores era ainda mais marcante nos polos universitários.

Em 2002, nas unidades Universitárias da UEG, haviam 1.374 professores destes 10,8% eram graduados, 68% especialistas, 18,5% mestres e 2,8% doutores, números que traduziam a fragilidade da instituição, no setor da pesquisa e pós-graduação, não atingindo o percentual de mestres e doutores estipulados pela LDB. A situação nos Pólos Universitários era bem, mais complicada já que, dos 243 professores, 52 eram graduados, 195 eram especialistas, 7 professores mestres e nenhum doutor (FERREIRA, 2006, p. 98).

Para reverter esse quadro e buscar atingir o índice de 30% estabelecido pela LDB/1996, em fevereiro de 2001, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PrP), na gestão 2000/2-2002/1, promoveu um seminário para dar continuidade ao debate sobre a política de pesquisa e pós-graduação na instituição. Em 17/04/2001, aprovou a Resolução 01, que normalizava o Plano Geral de Capacitação Docente (FERREIRA, 2006). A PrP, a partir de 2001, começou a estabelecer convênios com outras universidades: UFG com a Universidade de Havana (Cuba), Universidade de Brasília, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual de São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade Federal de São Carlos, dentre outras, a fim de possibilitar a melhoria da qualificação de seus professores das várias UnU (FERREIRA, 2006).

A partir de 2004, foi possível perceber uma modificação no perfil das funções docentes da UEG, ampliando-se o número de mestres e doutores, e começou a se estruturar grupos de pesquisa<sup>164</sup> nas mais variadas áreas do conhecimento. Em 2010, o perfil das funções docentes da UEG foi de 11,4% graduados, permanecendo a predominância dos especialistas com 53,0%, uma expansão no quantitativo dos mestres, que alcançou 27,8%, e dos doutores, que chegou a 7,9%, atingindo 35,7% de professores com formação *stricto*

---

<sup>164</sup> Maiores informações sobre os grupos de pesquisa da UEG até 2004, consultar Ferreira (2006, p. 102).

*sensu*, ultrapassando o limite de 30% estabelecido pela LDB/1996 (BRASIL, MEC, Inep, 2010). Apesar da expansão do número de mestres e doutores, a pesquisa continua se concentrando nas duas maiores unidades (Goiânia e Anápolis).

Outros fatores que justificam a escassa pesquisa na UEG são: número reduzido de professores efetivos na instituição, sendo a maioria contratada em regime de trabalho parcial (FERREIRA, 2006), e volume de recursos com que a instituição tem que se sustentar para consolidar seus planos e projetos na aceção de tornar-se uma universidade com consistente sistema de ensino, pesquisa e extensão (MAGALHÃES, 2009). Em 2010, dos 2.521 docentes da UEG, 494 (19,6%) eram contratados em regime integral, 73 (2,9%) com DE, 1.744 (69,2%) em regime parcial e 210 (8,3%) horistas, o que dificultava o envolvimento e a dedicação dos professores com a pesquisa (BRASIL, MEC, Inep, 2010). Apenas a partir de 2009 a UEG passou a contratar professores no regime de trabalho integral com DE. Tais dados precisam ser questionados, pois essa realidade de regime de trabalho não traduz a lógica perversa de poucos professores efetivos da instituição, como pode ser visto no caso específico da UnU de Jataí, que conta com apenas um professor efetivo em 2010.

No quadro 3, constam os municípios de Goiás que fizeram parceria com a UEG e instalaram UnU no seu município, e a figura 1 mostra a localização no mapa.

### Quadro 3 - Municípios onde a UEG se faz presente.

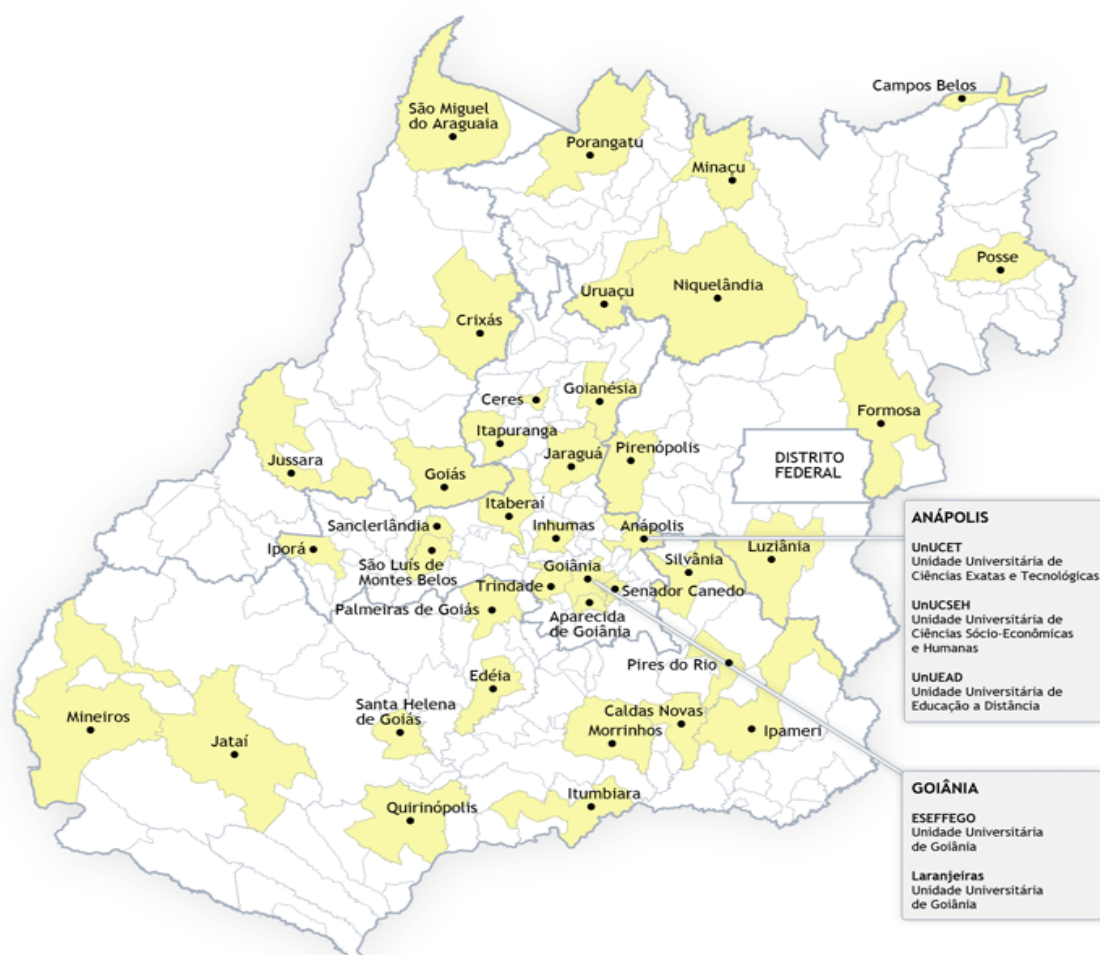
Nº	Município	Nº	Município	Nº	Município
01	Águas Lindas de Goiás (EaD)	17	Ipameri (UnU)	33	Planaltina (Polo)
02	Alexania (Ead)	18	Iporá (UnU)	34	Pontalina (Polo)
03	Anápolis (UnU/Polo/UnU/EaD)	19	Itaberí (UnU)	35	Porangatu (UnU)
04	Aparecida de Goiânia(UnU/EaD)	20	Itapuranga (UnU)	36	Posse (UnU/EaD)
05	Caldas Novas (UnU)	21	Itumbiara (UnU/EaD)	37	Quirinópolis (UnU)
06	Campos Belos (UnU)	22	Jaraguá (UnU)	38	Rio Verde (EaD)
07	Catalão (EaD)	23	Jataí (UnU)	39	Sanclerlândia (UnU)
08	Ceres (UnU)	24	Jussara (UnU)	40	Santa Helena de Goiás (UnU)
09	Cristalina (Pólo)	25	Luziânia (UnU)	41	Santo Antônio do Descoberto (Polo)
10	Crixás (UnU)	26	Minaçu (UnU/EaD)	42	São Luís de Montes Belo (UnU)
11	Edéia (UnU)	27	Mineiros (UnU/EaD)	43	São Miguel do Araguaia (UnU/EaD)
12	Formosa (UnU/EaD)	28	Morrinhos (UnU)	44	Senador Canedo (UnU)
13	Goianésia (UnU/EaD)	29	Niquelândia (UnU)	45	Silvânia (UnU)
14	Goiânia (UnU)	30	Palmeiras de Goiás (UnU)	46	Trindade (UnU)
15	Goiás (UnU/EaD)	31	Pirinópolis (UnU)	47	Uruaçu (UnU/EaD)
16	Inhumas (UnU/EaD)	32	Pires do Rio (UnU)	48	Uruana (EaD)

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação e Coordenação Geral de Programas Especiais da UEG (UEG em números).

De acordo com dados retirados do *site* da instituição, esta conta com 41 unidades universitárias, sendo uma de ensino a distância, cinco polos universitários e 15 polos de ensino a distância – EAD (UEG em números, total de unidades, polos e extensões, 2012). A instituição marca presença em todo o território goiano e atua em todas as áreas do conhecimento.

Verifica-se que praticamente todas as microrregiões do Estado são beneficiadas. A capital Goiânia e a cidade de Anápolis possuem mais de uma unidade universitária, e o município de Jataí, que é objeto de nossa pesquisa, é contemplado com UnU, disponibilizando para a comunidade dois cursos superiores em tecnologia: Alimentos e Logística.

**Figura 1** - Municípios do estado de Goiás que possuem unidades universitárias da UEG



Fonte: UEG. Onde estamos?

A despeito da importância dos dados quantitativos e das potencialidades existentes da UEG, existem algumas fragilidades em várias UnU, diagnosticadas por Ferreira (2006) e pelo PDES/GO (2006-2015) (GOIÁS, SECTEC, 2007) com condições insatisfatórias

de funcionamento: falta de estrutura básica de laboratórios específicos – e, quando há, se encontram em situação precarizada –, biblioteca com variedade mínima de livros, ausência de campo de estágio para os estudantes e até mesmo ausência de desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão; poucos e algumas vezes nenhum professor do quadro efetivo, ou seja, contratação expressiva por meio de contratos temporários; a maioria dos técnicos administrativos e dos professores contratados são em regime de trabalho parcial, o que implica em uma baixa dedicação às atividades de pesquisa e extensão; a baixa titulação dos professores dificulta e até mesmo impede a pesquisa e a produção intelectual, ficando a unidade restrita ao ensino, não atendendo o tripé ensino-pesquisa-extensão, que sustenta a ideia de universidade no país; ausência de políticas para representação estudantil e ausência de financiamento das UnU por parte do poder público.

Apesar da existência de dificuldades relacionadas ao quadro de professores, projetos acadêmicos e infraestrutura, segundo o documento intitulado PDES/GO (SECTEC, 2007), determinados avanços foram verificados na estruturação da UEG nos últimos anos. São eles: aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), estruturação de seu Estatuto e Regimento em conformidade com os dispositivos legais, eleição para Reitor e para os Diretores das UnU.

É preciso ainda lembrar da importância política da UEG, que é possibilitar aos vários municípios do estado de Goiás ter acesso à educação superior. Como afirma um dos entrevistados, “muitos municípios conseguiram, mesmo com uma estrutura frágil, precária, talvez não com a qualidade sonhada, deslumbrar e ter condição de ofertar o curso superior com a UEG, outra possibilidade não existiria” (Entrevistado 18).

### **2.2.3 IFG – criação, estruturação e política de expansão e interiorização**

No bojo das políticas e da gestão para a educação, observam-se mudanças e transformações significativas, principalmente as relacionadas à educação profissional e tecnológica.

No Brasil, a partir de 1930, ocorreram modificações estruturais na ordem política, econômica e social<sup>165</sup>. Estas provocaram novas orientações no campo da educação, ampliando os espaços de consolidação do ensino profissional nos seus diversos ramos (industrial, comercial e agrícola), ao instituir a Inspeção do Ensino Profissional

---

<sup>165</sup> Intensificou-se o processo de expansão industrial, substituindo o modelo de produção agroexportador; a população foi gradativamente tornando-se urbana, instalando-se nos grandes centros urbanos.

Técnico (SANTOS, 2000). Mas, o que se observa é a dualidade estrutural na educação, com nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais dos que exerceriam funções instrumentais em uma sociedade, cujo desenvolvimento das forças produtivas se pautava no modelo taylorista-fordista (KUENZER, 1999).

Essas características do dualismo se acentuaram com a expansão econômica e o aumento da industrialização no Brasil, na década de 1940. A procura por mão de obra qualificada induziu à criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)<sup>166</sup>, em 1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), em 1946, e de escolas técnicas industriais (embasada na experiência das escolas de aprendizes e artífices), instituindo um sistema de ensino profissional paralelo ao sistema oficial de educação<sup>167</sup>.

A Escola de Aprendizes e Artífices<sup>168</sup> de Vila Boa transferiu-se, em 1942, para a nova capital de Goiás (cidade de Goiânia), e passou a ser denominada de Escola Técnica de Goiânia (ETG), disponibilizando cursos técnicos na área industrial, os quais ainda não tinham equivalência com o ensino secundário regular. As atividades da ETG começaram em 1943.

A ETG obteve a categoria de autarquia federal, passando a ter autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar com a Lei 3.552/1959. A partir de 20 de agosto de 1965, com a Lei 4.759 sancionada, passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), atrelada ao MEC por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) (BRASIL, 1965).

A partir de 1985, após o período dos governos militares, a política brasileira foi marcada pela administração da Nova República (1985-1995), um caminho para a redemocratização. Em seguida ao período conturbado de “redemocratização”, marcado pela abertura política, por vários planos econômicos, transformações na economia e/ou alteração na moeda, recessão econômica, tramitação da LDB, nova constituição promulgada em 1988 e o *impeachment* do ex-presidente Collor, a educação brasileira assumiu um caráter

---

<sup>166</sup> Surgiu a partir das exigências do crescimento industrial, que demandava formação mínima de mão de obra, que teria de ser realizada de forma mais rápida e prática. Disponibilizavam cursos de curta duração, com o objetivo de preparar aprendizes menores para atuarem na indústria, e cursos de formação continuada para aqueles trabalhadores não sujeitos à aprendizagem (SANTOS, 2000).

<sup>167</sup> O sistema oficial de ensino industrial, a partir da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 30/01/1942, organizava o ramo de ensino industrial em dois ciclos: o fundamental e o de formação de técnicos industriais.

<sup>168</sup> O Decreto 7.566/1909<sup>168</sup> estabeleceu a criação de uma escola de aprendizes e artífices em cada estado brasileiro, ficando a de Goiás sediada na antiga capital do estado, Vila Boa (atualmente cidade de Goiás), a qual iniciou suas atividades em 1910 (BRASIL, 1909). De acordo com a o Decreto, as escolas de aprendizes e artífices seriam uma opção de educação direcionada para a qualificação e o treinamento para o trabalho, ofertadas à população geral. Maiores informações, consultar Santos (2000) e Kuenzer (1999).

reformista na década de 1990. A concepção que está subentendida à reforma para a educação profissional e tecnológica brasileira, a partir da década de 1990, está atrelada às políticas neoliberais e se ajusta à estratégia de redução das funções do Estado, de forma particular, defendendo os princípios do mercado no campo educacional.

Diante da profunda crise econômica e institucional que o Brasil vinha passando na década de 1990, o governo FHC (1995-2002) adotou a lógica da racionalidade financeira, “que determina o esvaziamento das políticas de bem-estar social através do corte de gasto do governo para atender às necessidades básicas da população, que são passadas progressivamente para o setor privado” (KUENZER, 1999, p. 132). As políticas educacionais não se pautavam mais no direito universal à educação em todos os níveis, gratuita nas instituições oficiais, mas no princípio da equidade<sup>169</sup>. O Estado arcava com despesas que resultassem em retorno econômico e, sendo assim, o compromisso com a educação pública obrigatória e gratuita se restringia ao ensino fundamental, passando os demais níveis de ensino (ensino médio, técnico profissional e superior) a serem assumidos, progressivamente, pela iniciativa privada.

A LDB/1996 trata a modalidade de ensino profissional de forma generalista, passando a educação profissional a ser regulamentada pelo Decreto 2.208/1997 (SANTOS, 2000). Deste modo, a estrutura da educação profissional passou a ser organizada por três níveis: básico (independente da escolaridade prévia), técnico (alunos egressos do ensino médio) e tecnológico (alunos originários do ensino médio e técnico).

A educação profissional passou a ser financiada com recursos de agentes financeiros internacionais (Banco Mundial – BID; Banco Interamericano de Desenvolvimento– Bird) e dos agentes privados (Sistema S, empresas e instituições privadas) (KUENZER, 1999).

Na década de 1990, merece ser destacada a Lei. 8.948/1994, que sinaliza a respeito do processo de cefetização das escolas técnicas (entre eles a ETF de Goiás), regulamentada pelo Decreto 2.406/1997. O Decreto 3.462/2000 deu nova redação ao artigo 8º do Decreto 2.406/1997, outorgando aos novos Cefet a competência para ministrarem cursos de formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas.

---

<sup>169</sup> Segundo Kuenzer (1999, p. 137), “a idéia de equidade é sustentada pelo princípio que o investimento público só se justifica para os mais competentes”. Partindo do princípio de que nem todos possuem competência para continuar os estudos e a inexistência de postos para todos, se propõe à racionalidade financeira, “[...] os que insistirem em ter acesso a níveis superiores de educação e formação profissional [...] que o façam nas instituições privadas através da compra de mercadoria”, passando a ser responsabilidade individual (KUENZER, 1999, p. 137).



Os Centros Federais de Educação Tecnológica, transformados na forma do disposto no art. 3º da Lei nº 8.948, de 1994, gozarão de **autonomia para a criação de cursos e ampliação de vagas nos níveis básico, técnico e tecnológico da Educação Profissional, bem como para implantação de cursos de formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional** (BRASIL, MEC, Decreto 3.462, 2000, grifos nossos).

Nesse contexto, os Cefet, “a partir dos Decretos nº 2.406/97 e nº 3.462/2000 passaram a ter autorização para ministrarem cursos de formação de professores em nível superior prioritariamente nas áreas de ciências da natureza (biologia, física e química), matemática e suas tecnologias” (PIRES, 2005, p. 102). Vale ressaltar que, desde a LDB/1996, no seu art. 62, definia-se que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação”, o que inclui os institutos federais, como o caso do IFG de Jataí.

De acordo com o previsto no art. 1º, § 3º, do Decreto 5.224/2004, a atuação prioritária na área da educação tecnológica garante o vínculo dos Cefet à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC. O art. 3º determina algumas características dos Cefet, e o art. 4º registra os objetivos. Como a presente pesquisa tem como objeto a educação superior, destacam-se os objetivos:

[...] V – ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; [...] VII - ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica; [...] (BRASIL, MEC, Decreto 5.224, 2004, art. 4º).

Como previsto no inciso VII do Decreto 5.224/2004, a oferta de cursos de licenciatura levou os Cefet à vinculação a três secretarias distintas no MEC, que serão responsáveis pela supervisão e regulação dos cursos: a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), a Secretaria de Educação Básica (SEB) e a Secretaria de Educação Superior (Sesu).

O reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos de graduação ofertados pelos CEFETs serão efetivados mediante atos do Ministro de Estado da Educação, por prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação inserido no Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior. Parágrafo único. A supervisão e a regulação dos cursos de que trata o caput caberão à: I - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, no caso dos cursos superiores de

tecnologia; II - Secretaria de Educação Superior, no caso das licenciaturas e das demais graduações (BRASIL, MEC, Decreto 5.224, 2004, art. 18).

A política que orientou a educação profissional do governo FHC (1995-2002) se pautou em: abrandar as implicações da reestruturação produtiva e do desemprego, que seguiu a nova gestão do trabalho; ampliar as instituições privadas contempladas com recursos públicos para as ações de educação profissional; promover gradativamente a privatização de instituições públicas (Cefet e escolas técnicas), que passaram a ser financiadas com recursos de agentes financeiros internacionais e dos agentes privados (Sistema S, empresas e instituições privadas) com o objetivo de desobrigar o Estado dessa responsabilidade; procurar por meio do Decreto 2.208/1997<sup>170</sup> reforçar a dualidade inerente à formação geral e à formação específica e profissional, atrapalhando ou impedindo a constituição de uma educação politécnica ampla.

De acordo com Pires (2005), a partir de 2003, a comunidade acadêmica teve expectativas restauradas com o Brasil, governado pela oposição por um Partido dos Trabalhadores, na pessoa do ex-presidente Lula (2002-2010). Confiava-se que se abririam portas para a construção de uma educação profissional diferente para o país, baseada no princípio unitário e educativo do trabalho, superando os limites do enfoque economicista, que atribuiria à educação profissional a função de adequação da força de trabalho às demandas do aparelho produtivo. Essa visão está presente desde o período colonial: “a formação do trabalhador sempre se deu de forma fragmentada, dividida, secundarizada” (PIRES, 2005, p. 74).

Visando corresponder às aspirações, o governo Lula, em junho de 2003, promoveu o Seminário Nacional Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas (SNEP). Durante o seminário, a reestruturação da educação profissional foi analisada e constatou-se que, além da expansão de vagas nos diversos cursos que a integra, ela deve ter como objetivo os interesses públicos, e não clientelísticos, e corporativos, desenvolvendo-se sobre uma sólida base de articulação de interesses e de incorporação da ciência e do saber tecnológico (PIRES, 2005). Apesar de o governo Lula criticar a política adotada no governo FHC, “as instruções normativas<sup>171</sup> aprovadas no ano de

---

<sup>170</sup> O Decreto 2.208/1997 traz em sua gênese a desvinculação com o ensino médio, ou seja, impedia a existência de cursos de nível médio. Representou um retrocesso na concepção político-pedagógica que estava sendo introduzida nos Cefet, estimulando a dicotomia entre o pensar e o fazer.

<sup>171</sup> Decreto 5.154/2004 - regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências; Decreto 5.159/2004 - aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da educação e dá outras providências; Decreto 5.205/ 2004 - regulamenta a Lei 8.958/1994, que dispõe sobre as

2004 não representam possibilidades de superação da antinomia entre formação geral e formação técnica, e continuarão *dificultando, senão impedindo, a construção de uma educação politécnica ampla, [...]*” (PIRES, 2005, p. 76, grifo da autora).

Em 9 de maio de 2006, o Decreto 5.773/2006 regulamentou o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, ratificando<sup>172</sup> o previsto no Decreto 5.224/2004.

A partir de 2006, por meio do Programa de Expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ocorreu a expansão com criação de novas unidades de ensino por todo o país, de cursos e, conseqüentemente, ampliação do número de vagas, tendo como lema “Uma escola técnica em cada cidade polo do país”. A segunda fase de expansão desse programa, que teve início em 2007, criou mais de 150 mil unidades de ensino, atingindo 180 mil vagas disponibilizadas na educação profissional e tecnológica, totalizando, em 2009, no Brasil, 354 unidades instaladas, com previsão de mais 208 novas escolas a serem entregues até o final de 2014, quando “serão 562 unidades que, em pleno funcionamento, gerarão 600 mil vagas” (IFG, 2009).

No final de 2008, com o objetivo de consolidar o processo de evolução da educação profissional tecnológica brasileira e alcançar as condições para o seu desenvolvimento, os Cefet foram transformados em institutos federais de educação, ciência e tecnologia pela Lei 11.892/2008. Os institutos federais qualificam profissionais para atuarem em diferentes setores da economia, fazem pesquisas, geram novos produtos e desempenham serviços em cooperação com o setor produtivo, conservando a tradição dos Cefet de ofertar educação pública, gratuita e de qualidade para os jovens e trabalhadores.

A Lei 11.892/2008 constituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao MEC, composta pelas instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR);

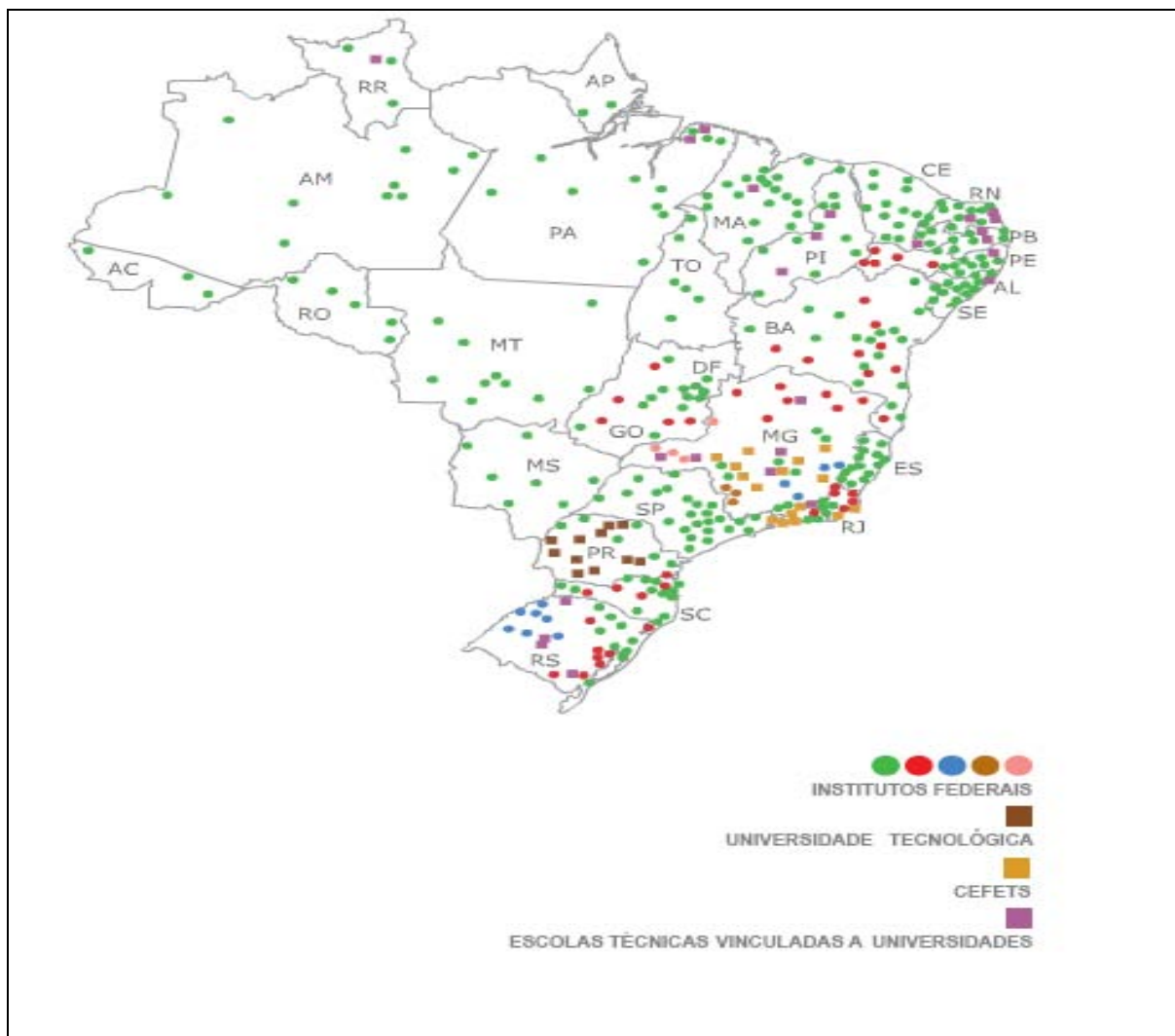
---

relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio; Portaria Interministerial 3.185/2004 – regulamenta o registro e credenciamento das Fundações de Apoio; Decreto 5.224/2004 - dispõe sobre a organização dos Cefet e dá outras providências; Decreto 5.225/2004 - altera os dispositivos do Decreto 3.860/2001 que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e dá outras providências; Lei 10.973/2004 - dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

<sup>172</sup> No Decreto 5.773/2006, consta que à Sesu compete a administração dos cursos de “educação superior e de cursos de graduação, exceto tecnológicos, e sequenciais” (art. 5º, § 2º, inciso VI); à Setec cabe “exercer a supervisão de instituições de educação superior tecnológica e de cursos superiores de tecnologia” (art. 5º, § 3º, inciso VIII); no que se refere à supervisão, “a Secretaria de Educação Superior, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e a Secretaria de Educação a Distância exercerão as atividades de supervisão relativas, respectivamente, aos cursos de graduação e sequenciais, aos cursos superiores de tecnologia e aos cursos na modalidade de educação a distância” (art. 45).

Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG), e de escolas técnicas vinculadas às universidades federais. A figura 2 mostra o mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil.

**Figura 2:** Mapa da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil



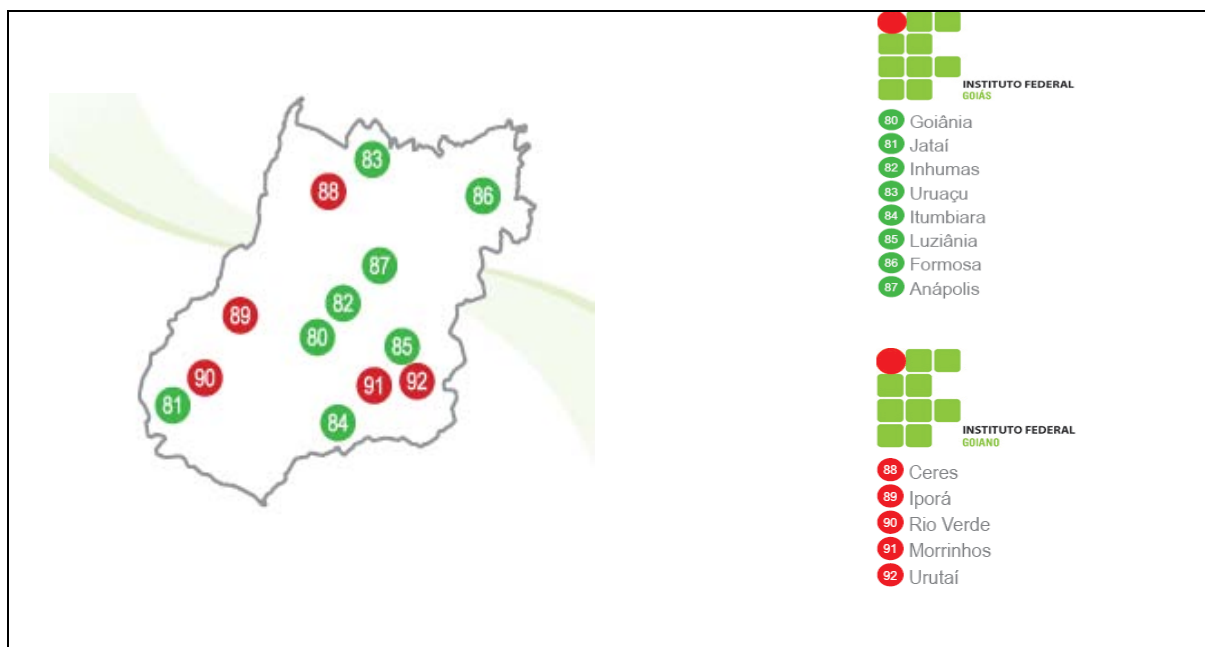
Fonte: Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/images/stories/mapafinal2.jpg>>.

No estado de Goiás, foram criadas duas instituições ligadas a esta rede: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)<sup>173</sup>, mediante transformação do Cefet-GO, formado pelos câmpus de Goiânia, Jataí, Inhumas, Uruaçu, Itumbiara, Luziânia, Formosa, Anápolis; e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano), mediante integração dos Cefet de Rio Verde, Urutaí e da

<sup>173</sup> Em 2014, o IFG conta com 12 câmpus em funcionamento (além dos 9 existentes, foram criados os câmpus de Águas Lindas de Goiás, Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás) e 3 em fase de implantação - Nova Gama, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás (*site IFG*, 2014).

Escola Agrotécnica Federal de Ceres, que deu origem aos câmpus de Ceres, Rio Verde, Urutaí, Ceres, Morrinhos e Iporá, como pode ser visualizado na figura 3.

**Figura 3:** Mapa dos Institutos Federais do estado de Goiás e seus câmpus



Fonte: Disponível em:

<[http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=section&layout=blog&id=18&Itemid=81](http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=18&Itemid=81)>.

O IFG é uma instituição com prerrogativas de autonomia equivalentes às universidades federais, que desenvolvem atividades contemplando o tripé ensino-pesquisa-extensão, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, que articula educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus (cursos técnicos integrados ao ensino médio, técnicos subsequentes ao ensino médio, superiores de bacharelados, licenciaturas, engenharias e de pós-graduação) (IFG, 2009).

A Lei 11.892/2008, na seção III, art. 8º, limita a autonomia dos institutos federais pelas finalidades para as quais foram criados,

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º (BRASIL, Lei 11.892, 2008).

A referida lei institui referenciais de atendimento educativos, especificando a atuação mínima do serviço público prestado pela instituição nos diferentes níveis e

modalidades. Essa ação tende a resguardar a proporcionalidade da oferta entre os diferentes cursos e garantir a formação especializada de educação profissional e tecnológica de nível médio e técnico.

Ainda na referida lei, em seu art. 8º, § 2º, abre-se espaço para a ampliação da oferta em nível superior, desde que as demandas sociais da região assim justifiquem. No entanto, não deve haver redução do percentual de oferta mínima em educação profissional técnica de nível médio prevista em lei e com aprovação do Conselho Superior do Instituto Superior e do Ministério da Educação.

As entrevistas realizadas com os gestores (diretores de câmpus e reitores do IFG), na pesquisa de Micheli (2010), apresentaram como aspectos positivos provenientes das medidas adotadas pelo governo federal nos últimos anos com relação às instituições federais tecnológicas:

a) o repasse de recursos para projetos consistentes; b) a ideia de que a expansão promoverá uma revolução na educação e contribuirá para o pagamento da dívida social do país; c) o fato de a expansão ocorrer no âmbito de uma instituição com cem anos de serviços prestados a credencia e a qualifica para concretizar os objetivos e expectativas, contribuindo para o desenvolvimento da região e do país (MICHELI, 2010, p. 128).

E, como aspectos negativos:

a) o risco de algumas instituições elitizarem o ensino, sobretudo nos cursos superiores (formação de tecnólogos), com a ressalva de que sejam definidos critérios objetivos e inclusivos, baseados na renda/nível socioeconômico dos alunos, e outros;

b) ausência de garantia de sustentabilidade financeira futura e da qualidade da educação oferecida pelos institutos;

c) barreiras geradas pela ênfase dada ao tecnicismo, em detrimento de uma formação integral, em bases públicas e universalizadoras (MICHELI, 2010, p. 128).

A despeito dos riscos e obstáculos reais assinalados, os depoimentos, segundo a autora, evidenciam que a maior parte dos gestores avalia a expansão essencial e adequada.

A ampliação da rede ocasionou mudanças imediatas, como a criação de novas unidades, a efetivação de novos concursos, a expansão do número de servidores, a reestruturação administrativa com constituição das reitorias, a elaboração dos estatutos e dos PDI, assim como o aumento das vagas e matrículas. Tudo estava em um ritmo muito rápido, ocasionando o acúmulo de trabalho e de funções, além de dúvidas e inseguranças (MICHELI, 2010).

### 2.3 INDICADORES REFERENTES À GRADUAÇÃO PRESENCIAL DE GOIÁS

A análise da expansão da educação superior em Goiás compreende os indicadores: instituições, matrículas, cursos e vagas, como foi feito no estudo referente à educação superior brasileira.

A educação superior em Goiás apresenta-se por meio de IES privadas e públicas (municipais, estaduais e federais) e, apesar da natureza pública das instituições, de acordo com o PDES/GO (2007), isso não assegura o seu caráter público e gratuito. A adoção de figuras jurídicas fundacionais pelas IES, sob o argumento de romper com a estrutura burocrática e ser um processo mais ágil, teve como implicação, em vários casos, em um processo de privatização do público.

De acordo com os dados apresentados na tabela 22, em 1994, o estado de Goiás contava com 33 IES, sendo 24 públicas (uma federal, 11 estaduais e 12 municipais) e nove particulares. Diferente do Brasil, em 1994, Goiás disponibiliza maior quantitativo de instituições públicas do que privada.

Ao analisar a evolução das IES de Goiás de 1994 a 2002, verifica-se expansão do número total de IES, que passou de 33 em 1994 para 56 em 2002, um crescimento de 69,7%, mostrando que a educação superior de Goiás se encontrava em processo de expansão, como o Brasil. Vale ressaltar que, nesse período, a expansão de Goiás (69,7%) foi inferior à do Brasil (92,3%).

Na análise dos dados que constam na tabela 22 relativos à distribuição das IES de Goiás por categoria administrativa, no período de 1994-2002, verifica-se a expansão das IES privadas e o decréscimo das IES públicas, da mesma forma que aconteceu no Brasil. O número de instituições privadas passou de nove para 46 em 2002, um crescimento de 411,1%, e as públicas de 24 para 10 em 2002, o que representou uma queda de 58,3%.

A redução do quantitativo de IES públicas nesse período pode ser justificada devido à criação da UEG, por meio da Lei 13.456/1999, que agrupou 13 IES estaduais isoladas em funcionamento no Estado em uma universidade estadual. A UEG, fundamentada no modelo multicâmpus (administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo estadual), expandiu cursos e vagas por todo o estado de Goiás, contribuindo para o processo de expansão da educação superior pela sua política de interiorização. Esses dados quantitativos de IES, considerados isoladamente, pode nos levar a conclusões equivocadas, se não se estabelecer relações com outros indicadores.

A explicação do crescimento das IES privadas em Goiás, de 1994-2002, pode ser dada, em parte, pela regulamentação das instituições privadas não universitárias (que se dedicam basicamente ao ensino), estabelecida no governo FHC, que estimulou o interesse dos empresários da educação privada em criar novas IES e mais cursos.

**Tabela 22** – Goiás: evolução do número de instituições de ensino superior por categoria administrativa – 1994-2002-2010

Ano	Total	Pública								Privada	
		Total	%	Fed.	%	Est.	%	Mun.	%	Total	%
1994	33	24	72,7	1	3,0	11	33,3	12	36,4	9	27,3
2002	56	10	17,9	3	5,5	1	1,7	6	10,7	46	89,1
2010	80	8	10,0	3	3,8	1	1,2	4	5,0	72	90,0

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Durante o período de 2002-2010, de acordo com os dados disponibilizados na tabela 22, observou-se uma expansão do número total de IES em Goiás de 42,86%, bem próxima ao índice brasileiro de 45,3%. O crescimento do número total de instituições superiores de Goiás se deve à expansão das IES privadas, que passou de 46 instituições, em 2002, para 72, em 2010, um crescimento de 56,52%, superior ao do Brasil, que foi de 45,6%.

As IES públicas de Goiás apresentaram redução do número de instituições, passando de 10, em 2002, para oito, em 2010, um decréscimo de 20%, contrário ao movimento brasileiro, que apresentou um crescimento de 45,6%. Em 2003, o estado de Goiás chegou a contar com 14 IES, mas, em 2005, o número de instituições caiu para oito, devido à reestruturação das seis faculdades localizadas no município de Mineiros em apenas uma – Faculdades Integradas de Mineiros<sup>174</sup> (BITTAR, OLIVEIRA, LEMOS, 2011). Assim, o agrupamento das IES isoladas do estado transformadas em UEG e a reestruturação das faculdades de Mineiros em uma única faculdade podem acarretar distorção na análise dos números ao longo dos anos, ao considerar as categorias público e privado.

Durante o período de 1994-2010, observou-se em Goiás uma expansão no total de IES de 242,4%. As instituições privadas passaram de nove em 1994 para 72 instituições no

<sup>174</sup> A Fimes, criada em 11 de março de 1985 pela Lei Municipal 278 para cuidar da educação superior de Mineiros, após várias tramitações legais, conseguiu, após autorização, em 2004, credenciar as seis faculdades isoladas de Mineiros como Faculdades Integradas de Mineiros, por meio do Decreto Governamental 6.144/2005. Em 14 de dezembro de 2010, a Fimes – mantenedora e mantida – conseguiu que as Faculdades Integradas de Mineiros passassem a ser credenciadas como Centro Universitário de Mineiros por meio da Lei Municipal 1.495/2010 e, posteriormente, do CEE, em 7 de abril de 2011. Como Centro Universitário, passou a gozar da prerrogativa de autonomia das universidades para criar cursos e ampliar vagas (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS, 2012).



ano de 2010, um crescimento de 700%, enquanto as IES públicas passaram de 24 em 1994 para oito em 2010, uma queda de 66,7%, explicada pela criação da UEG e da Fimes.

Quando se analisou a participação percentual das IES (Tabela 22) entre as categorias administrativas, verificou-se que as instituições privadas de 1994 a 2010 foram ampliando seu percentual, enquanto as IES públicas foram reduzindo. Em 2010, as instituições privadas eram responsáveis por 90,0%, e as públicas por 10,0% (sendo 3,8% federais, 1,2% estaduais e 5,0% municipais), bem próxima à realidade brasileira, instituições privadas, 88,3% e as públicas, 11,7%. Em Goiás, o crescimento das municipais (5,0%) é superior ao brasileiro (3,0%).

A partir de dados do Inep, principalmente a partir da segunda metade da década de 1990, observa-se que a educação superior em Goiás teve expansão significativa pela criação de novas IES, abertura de novos cursos e de novas turmas, ampliação de vagas em cursos já existentes, oferta de ensino noturno resultante das políticas públicas nacionais que se pautavam na diversificação e diferenciação e, no caso específico de Goiás, na interiorização.

Vinculados a essa expansão privatista, diversos mecanismos como bolsas de estudo, concessão de áreas para construção de prédios, alteração no zoneamento urbano, transporte e equipamentos foram usados para assegurar subsídios diretos ou indiretos do poder público para o setor privado. Dentre os programas do governo de Goiás, vale destacar a concessão de bolsa universitária<sup>175</sup> para os alunos matriculados no setor privado, estabelecida pelo Decreto 5.028/1999 e pela Lei 13.918/2001. Esses programas e subsídios influenciaram a expansão das matrículas das IES privadas, como pode ser constatado na tabela 23.

Analisando a evolução das matrículas nas IES de Goiás por organização administrativa de 1994 a 2010, apresentadas na tabela 23 e no gráfico 1, pode-se inferir que, de modo geral, tanto a categoria pública quanto a privada expandiram. A categoria pública passou de 19.202 matrículas em 1994 para 52.822 em 2010, um crescimento de 175,08%, enquanto a categoria privada passou de 19.228 matrículas efetivadas em 1994 para 120.181 em 2010, um crescimento de 525,03%, seguindo a lógica de expansão brasileira, maior expansão na categoria administrativa privada do que na pública.

O gráfico 1 mostra que a expansão das matrículas nas IES particulares em Goiás de 1994 a 1996 manteve-se praticamente estagnada, com a implantação de reformas e ações educacionais implantadas nos governos FHC e Lula, sobretudo após a LDB/1996. Observa-se

---

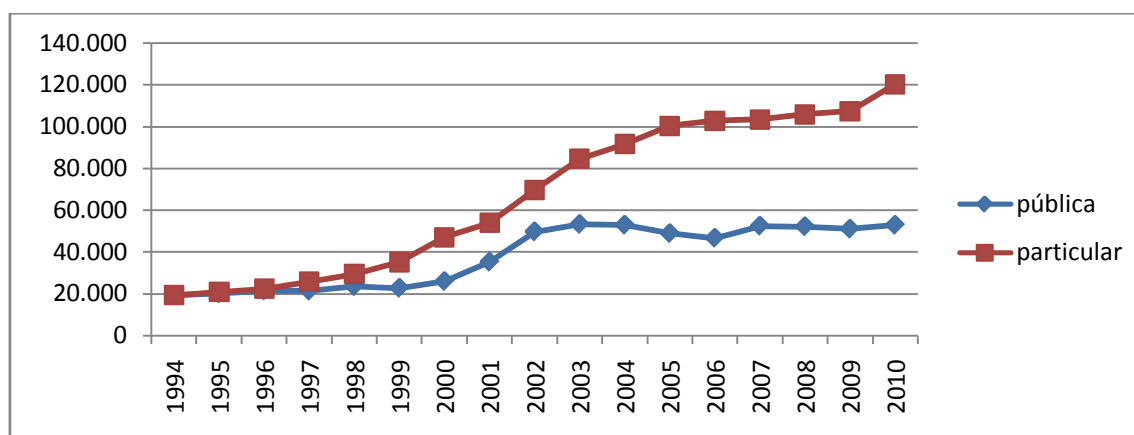
<sup>175</sup> Os alunos contemplados com a bolsa universitária devem, em contrapartida, prestar horas atividades em órgãos públicos, Organizações não Governamentais (ONG) e empresas ligadas aos programas a cada semestre (GOIÁS, SECTEC, PDES/GO, A educação superior em Goiás, 2007).

a expansão das matrículas de 1997 a 2004, em seguida uma pequena expansão de 2004 a 2009 e um crescimento em 2010. A expansão das matrículas das IES públicas em Goiás aconteceu de 1999 a 2003 com a criação da UEG e a implantação de novos cursos de 2007 a 2010, principalmente na UFG, a partir do Reuni, proposto no governo Lula.

Um aspecto ressaltado pelo PDES/GO (2007) no que tange à expansão da categoria pública é que parte da ampliação foi concretizada por meio de convênios, prestação de serviços, assessorias e outros, com cobranças de mensalidades que caracterizam a ambiguidade no que concerne à natureza e ao caráter dos cursos ofertados pelas IES mantidas por fundações educacionais de direito público.

Isso quer dizer que muito da expansão pública tem sido margeada pela cobrança de mensalidade. Entre essas experiências destacam-se cursos sequenciais, cursos de pós-graduação *lato sensu*, cursos de aprimoramento e a maioria dos cursos de graduação (GOIÁS, SECTEC, PDES/GO, A educação superior em Goiás, 2007, p. 3).

**Gráfico 1** – Goiás – matrículas nas IES públicas e privadas de 1994-2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Analisando os dados disponibilizados na tabela 23, constata-se que, em 1994, a porcentagem do número de matrículas nas IES por dependência administrativa era a mesma, 50,0%, tanto para as instituições públicas quanto para as privadas. Em 2002, final do mandato do governo FHC, observou-se a expansão na porcentagem do número de matrículas nas instituições privadas, que passou para 58,4%, e declínio nas públicas, que caiu para 41,6%. Observa-se que, em 2002, em Goiás, a proporção percentual de matrículas das IES privadas (58,4%) era inferior à brasileira (69,8%), enquanto a das IES públicas era superior, 41,6% em Goiás e 30,2% no Brasil.

Em 2010, final do governo Lula, observou-se a continuidade do processo de expansão na porcentagem do número de matrícula nas IES privadas, que passaram a ser responsáveis por 69,5% das matrículas, e o decréscimo nas públicas, que foram responsáveis por 30,5%, seguindo a mesma lógica privatista de crescimento brasileiro. Apesar do crescimento da proporção das matrículas privadas de Goiás em 2010, alcançando 69,5% das matrículas, foi inferior ao brasileiro (73,2%); em contrapartida, a proporção da IES públicas (30,5%) é superior à do Brasil (26,8%).

**Tabela 23** – Goiás: matrículas nas Instituições de Ensino Superior (IES) por organização administrativa – 1994-2002-2010

Ano	Total geral	Pública								Privada	
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%
1994	38.430	19.202	50,0	9.719	25,3	6.031	15,7	3.452	9,0	19.228	50,0
2002	119.297	49.658	41,6	15.261	12,8	31.575	26,5	2.822	2,4	69.639	58,4
2010	173.003	52.822	30,5	23.592	13,6	19.737	11,4	9.493	5,5	120.181	69,5

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Com o objetivo de analisar se Goiás manifesta a característica de centralizar as matrículas em um número reduzido de instituições, comum na educação superior brasileira, comparou-se o número de IES com o quantitativo de matrícula e verificou-se que o processo de expansão desse nível de ensino continua de forma desigual e combinada, pois, em 2010, as oito IES públicas (três federais, uma estadual e quatro municipais) eram responsáveis por 30,5% das matrículas, enquanto as 72 privadas (51 particulares e 21 com/conf/filan) por 69,47%.

Dentre as IES públicas, observa-se, no gráfico 2, que a rede estadual, de 1994 a 1999, apresentou crescimento pequeno nas matrículas. A maior oscilação ocorreu de 1999 a 2003, quando passou por um processo contínuo e significativo de crescimento, de 9.008 matrículas para 34.113, um aumento de 278,69%; a partir de 2004, começou a haver uma queda, atingindo o quantitativo de 25.478 matrículas em 2006, o que corresponde a um declínio de 25,31%; em 2007, praticamente manteve-se o número de matrículas e, de 2008 a 2010, houve um novo declínio de 18,86%, passando de 24.325 matrículas para 19.737 (BRASIL, MEC, Inep, Informações ..., 2011). O declínio nas matrículas da rede estadual pode ser explicado pela concorrência entre as IES e, em parte, pela desativação gradativa dos cursos de LPP implantados em 1999, que fazem parte do Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação desenvolvido pela UEG, que têm como objetivo a formação de

professores em todos os níveis de ensino no estado de Goiás. Como a demanda por esses cursos, com o passar dos anos, foi se atenuando, os cursos de LPP deixaram de ser disponibilizados, acarretando uma redução nas matrículas.

A rede federal teve uma expansão significativa do número de matrículas ao longo dos anos de 1994 a 2010 (Tabela 23), passando de 9.719 matrículas em 1994 para 23.592 em 2010, um acréscimo de 142,7%. De acordo com o gráfico 2, pode-se dizer que as alterações no quantitativo de matrículas, de 1994 a 1997, são pequenas; de 1998 a 2003, verifica-se a expansão das matrículas, apesar das políticas de redução de recursos públicos durante o governo FHC (o PIB passou de 0,59 em 1998 para 0,55 em 2003). A saída encontrada pelas IES foi intensificar as atividades de prestação de serviços. Nos primeiros anos do governo Lula, consta-se oscilação no crescimento das matrículas e, a partir de 2006, observa-se expansão gradativa e contínua até 2010, em função da ampliação do financiamento público ao setor público e à implementação dos programas – Expansão da Ifes (2003) e Reuni (2007) –, instituídos pelo governo, que estimularam a expansão e interiorização do ensino público superior, das instituições que aderiram às propostas, como mostrado anteriormente. Em Goiás, esses programas contribuíram para a consolidação dos câmpus da UFG, de Jataí, Catalão e cidade de Goiás, com abertura de novos cursos, ampliação de vagas nos já existentes e contratação de professores e técnicos administrativos.

A rede municipal também teve um crescimento expressivo, passando de 3.452 matrículas em 1994 para 9.493 em 2010, um aumento de 175% (Tabela 23). Os dados do gráfico 2 evidenciam que: de 1994 a 1998, o crescimento das matrículas municipais foi gradativo e contínuo; em 1999, apresentou queda; retornou o crescimento durante o período compreendido entre os anos de 2000 a 2007, com destaque para o ano de 2007; de 2008 a 2010, a oscilação das matrículas foi pequena. O aumento das matrículas em 2006, em parte, explica-se pela expansão dos cursos das Faculdades Integradas de Mineiros<sup>176</sup>, a partir de 2005, e pela implementação do plano de expansão da Universidade de Rio Verde<sup>177</sup>, a partir de 2007, quando se iniciou a instalação de unidades em cidades do interior goiano: os câmpus

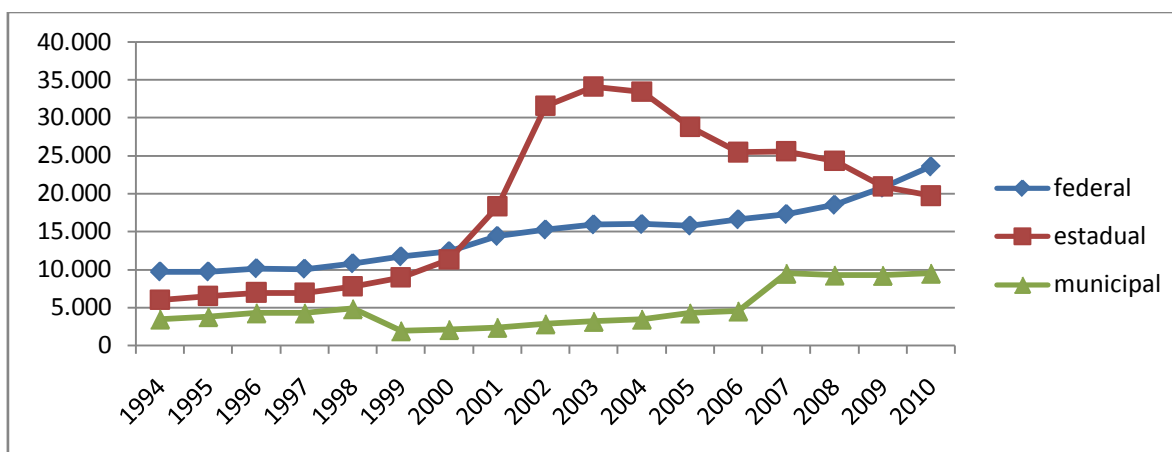
---

<sup>176</sup> Como Faculdades Integradas, implantaram, em 2005, LPP em Matemática, Curso Superior Tecnológico em Administração Pública, Curso Superior Tecnológico de Gestão em Agronegócio e Curso Superior Tecnológico de Gestão em Marketing e Venda; em 2006, a LPP em Arte Educação; em 2008, LPP em Letras e Pedagogia, ambas na cidade de Anápolis-GO; e, em 2009, o curso de Direito (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS, 2013).

<sup>177</sup> “A instituição já foi Fafi (Faculdade de Filosofia), Fuvv (Fundação Universitária de Rio Verde), em março de 1973 passou a se chamar Fesurv (Fundação do Ensino Superior de Rio Verde) e no dia 24 de fevereiro de 2003, por meio da Lei 4.541, foi criada a Universidade de Rio Verde” (UNIVERSIDADE DE RIO VERDE, Nossa história, 2013). Atualmente, a universidade conta com 29 cursos de graduação, 18 cursos de especialização e um curso de mestrado próprio (Produção Vegetal) (UNIVERSIDADE DE RIO VERDE, Graduação e Pesquisa, 2013).

em Caiapônia, Nerópolis e Cristalina (UNIVERSIDADE DE RIO VERDE, 2013). Essas instituições são públicas, não-gratuitas, administradas por fundações educacionais municipais (DOURADO, 2001a).

**Gráfico 2** – Goiás – matrículas nas IES públicas (federal, estadual e municipal) – 1994-2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Procedeu-se o estudo dos dados da tabela 24, que mostra a evolução da participação percentual das matrículas dos cursos de graduação presenciais por organização acadêmica. Verifica-se que a concentração em porcentagem das matrículas em Goiás se localiza nas universidades, apesar do decréscimo constatado nos anos de 2001-2003 e 2005-2010, variando de 46% (em 2010) a 70,8% (em 2000), segundo dados coletados no Inep (Informações ..., 2011). Em 1994, as universidades eram responsáveis por 53,5% das matrículas das IES, expandiram o percentual em 2002, passando para 68,6%, e apresentaram queda em 2010, quando atingiram a proporção de 46%. O crescimento da proporção das matrículas nas universidades em 2002 se justifica pela transformação das faculdades isoladas de Goiás em UEG, em 1999.

Os centros universitários surgiram em Goiás em 2004; todos são privados, e os dados evidenciam que ampliaram gradativamente seu percentual de matrículas na graduação presencial até 2010. De acordo com os dados coletados no Inep (Informações ..., 2011), em 2004, quando foram criados, a participação percentual das matrículas dos centros universitários em Goiás era de 4,8 e passou para 9,6 em 2010, inferior ao percentual brasileiro, que era de 13,1, seguindo a lógica de expansão.

Em 1994, as faculdades eram responsáveis por 46,5% das matrículas de graduação presencial em Goiás. Observa-se, pelos dados apresentados na tabela 24, que a

participação percentual de matrículas das faculdades decresceu em 2002, quando foi responsável por 29,5% das matrículas. Essa queda pode ser explicada em função do estado de Goiás, em 1999, ter deixado de ter faculdades estaduais, pois estas foram agrupadas e se transformaram em universidade (UEG).

O Cefet surgiu em Goiás no ano 2000 e, na época, contava com apenas 73 matrículas (BRASIL, MEC, Inep, Informações ..., 2011). De 2000 a 2002, apresentou expansão nas matrículas de 2.908%. Com relação à participação percentual de matrículas de graduação, o Cefet de Goiás, em 2002, era responsável por 1,9% das matrículas e passou a ser responsável, em 2010, por 3,3%. A expansão da participação percentual dos Cefet e IF em 2010 pode ser explicada pela criação dos IF em 2008.

**Tabela 24** – Goiás: evolução da participação percentual de matrículas de graduação por organização acadêmica – 1994-2002-2010

Ano/Categoria administrativa	Total Goiás	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	IF e Cefet	%
1994	38.430	20.558	53,5	-	-	17.872	46,5	0	-
2002	119.297	81.880	68,6	0	-	35.168	29,5	2.249	1,9
2010	173.003	79.615	46,0	16.582	9,6	71.114	41,1	5.692	3,3

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Em 2002, na relação das 30 maiores instituições em número de matrículas do Brasil, particularmente do estado de Goiás, encontra-se a UEG em 8º lugar, com 31.575 matrículas, e a UCG em 19º, com 23.359 matrículas (BRASIL, MEC, Inep, Resumo técnico de 2002, 2003). Dentre as 30 maiores IES brasileiras, 17 eram privadas e 13 públicas (sete federais e cinco estaduais), verificando-se a preponderância das instituições privadas em detrimento das públicas, seguindo a lógica expansionista. No caso específico de Goiás, entre as 30 maiores IES brasileiras, inexistiu predomínio, há uma instituição pública e outra privada (BRASIL, MEC, Inep, Resumo técnico de 2002, 2003).

Verifica-se no censo da educação superior de 2008<sup>178</sup> (BRASIL, MEC, Inep, 2009), na lista das 30 maiores IES em número de matrícula do Brasil, que a UCG ocupa o 19º lugar (ocupação idêntica ao ano de 2002), a UFG aparece em 30º lugar e a UEG que chegou a ocupar o 8º lugar em 2002, não aparece. Dentre as 30 IES, 20 eram privadas e 10 públicas, permanecendo o predomínio das privadas entre as maiores instituições brasileiras. Goiás, apesar de modificar as instituições, manteve uma IES pública e outra privada entre as 30

<sup>178</sup> Considerou-se, para efeito de análise, os dados do ano de 2008, pois o censo de 2010 não disponibilizou a lista das maiores IES em número de matrícula do Brasil.

maiores. Vale ressaltar que pertencer à lista das maiores IES em número de matrículas é um *marketing* usado por muitas instituições para atrair candidatos, mas o melhor estar no *ranking* das melhores.

De acordo com o *ranking* das melhores IES do Brasil de 2010<sup>179</sup> divulgado pelo MEC de acordo com o índice geral dos cursos (IGC<sup>180</sup>), a UFG encontra-se no 53º lugar, com IGC de 3,55 (faixa 4) e a UEG no 1.142º lugar, com IGC de 1,95 (faixa 3). É importante problematizar os indicadores, mas ao mesmo tempo considerá-los como referência para as políticas, a gestão e o desempenho institucional. As IES de Goiás precisam pensar em políticas e ações que contribuam para a melhoria da qualidade dos seus cursos.

Prosseguindo com a análise da expansão da educação superior no estado de Goiás, tendo como foco os cursos de graduação presencial, faz-se necessário verificar a evolução do número de cursos por categoria administrativa de 1994-2010 (Tabela 25).

Em 1994, do total de 151 cursos de graduação presencial no estado de Goiás, 100 (66,2%) eram ofertados nas IES públicas – 38 (25,2%) cursos federais, 41(27,1%) estaduais e 21 (13,9%) municipais – e 51 (33,8%) eram das instituições privadas.

Dentre as IES públicas do estado de Goiás, de acordo com os dados da tabela 25, em 1994 e 2002, a rede estadual disponibilizou o maior número de cursos, seguida pelas instituições federais e as municipais; em 2010, ocorreu uma alteração, e a rede federal passou a ofertar o maior número de cursos.

A categoria administrativa privada disponibiliza um maior quantitativo de cursos praticamente em todo o período analisado, perdendo para a rede estadual apenas nos anos de 2002 e 2003 (BRASIL, MEC, Inep, Informações ..., 2011). O interesse dos empresários da educação superior privada aumentou a partir do Decreto 2.207/1997, depois foi modificado pelo Decreto 2.306/1997, que regulamentou a diversificação da educação superior, caracterizando-a em IES públicas, IES privadas sem fins lucrativos e IES privadas com fins lucrativos, considerando a educação superior como bem de serviço comercializável, podendo ser componente com fins lucrativos<sup>181</sup>. As IES, ao se assumirem particulares, admitidas pela

---

<sup>179</sup> Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/consulte-o-ranking-das-instituicoes-de-ensino-superior-de-2010/n1597374527655.html>>.

<sup>180</sup> O Índice Geral de Cursos (IGC) é um instrumento construído, tendo como base a média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada IES, sintetizando num único indicador a qualidade de todos os cursos da mesma instituição de ensino, cujo resultado final é expresso em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5), sendo divulgado anualmente pelo Inep/MEC, após a divulgação dos resultados do Enade (BRASIL, MEC, Inep, IGC, 2012). Os conceitos de 1 e 2 são considerados desempenho insatisfatório; 3, razoável; e 4 e 5, bom.

<sup>181</sup> Abordado no item 1.2.1 da tese.

legislação em vigor, podem obter ajuda de capital nacional ou internacional<sup>182</sup>, que possibilita sua expansão (compra de outras IES menores, criação de novos cursos e ampliação de vagas).

**Tabela 25** – Goiás: evolução do número de cursos e distribuição percentual - graduação presencial por categoria administrativa: 1994-2002- 2010

Ano	Total	%	Pública					Privada	
			Total	%	Federal	Estadual	Municipal	Total	%
1994	151	100	100	66,2	38	41	21	51	33,8
2002	533	100	327	61,4	70	245	12	206	38,6
2010	916	100	433	47,3	195	170	68	483	52,7

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Em 2002, de acordo com os dados da tabela 25, dos 533 cursos de graduação presencial do estado de Goiás, verifica-se que as IES públicas eram responsáveis por 61,34% dos cursos e as IES privadas por 38,64%, inversas à proporção brasileira, que foi de 63,5% para categoria privada e 36,5% das públicas. Verifica-se, que de 1994 a 2002, em Goiás, a proporção percentual dos cursos das IES públicas foi caindo, e a das IES privadas foi expandindo.

Da distribuição percentual dos cursos das IES públicas em 2002, a UEG, universidade estadual multicâmpus, era responsável por oferecer 245 cursos, o que corresponde a 45,96%; as três instituições federais ofertavam 70 cursos (13,13%) e as seis IES municipais ofertavam 12 cursos (2,25%). De acordo com o Inep (Informações ..., 2011), as 21 instituições privadas ofertavam 51 cursos (33,8%).

Com as mudanças ocorridas nas políticas educacionais no governo Lula a partir de 2003, de ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação de crédito educativo, criação de programa de bolsas universitárias, implantação de programas como o de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior, o Prouni, o Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, o Reuni, o Fies, dentre outros, constata-se alteração na evolução do número de cursos e vagas por categoria administrativa no Brasil e em Goiás. Esses programas estão atrelados a financiamentos das IES federais que a eles aderirem, com liberação de recursos para construção, aquisição de equipamentos e contratação de professores e técnicos administrativos, destinados para a criação de novos cursos e ampliação de vagas em cursos existentes.

<sup>182</sup> Maiores informações, consultar Sguissardi (2008) e Carvalho (2011).



Em 2010, dos 916 cursos oferecidos, 483 (52,73%) são de instituições privadas, seguidos pelas IES federais, com 195 (21,29%), depois pelas IES estaduais, com 170 (18,56%) e, por último, pelas municipais, com 68 cursos (7,42%), conforme dados retirados da tabela 25. De 2002 a 2010, verifica-se que, em Goiás, a proporção percentual dos cursos das IES públicas foi caindo, e a das IES privadas foi expandindo.

Em função de ausência de políticas e sanções legais de controle do fornecimento dos serviços educativos, ocorreu o estímulo à expansão da educação superior, com destaque ao setor privado/mercantil, que faz do lucro seu principal objetivo. O setor privado aproveitou essa ausência de regulação para se expandir, muitas vezes de forma desregrada e com qualidade questionável (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2005).

Ao comparar o percentual dos cursos ofertados em 2002 e 2010, observa-se que as IES federais expandiram 8,16%, as estaduais apresentaram um declínio de 27,4%, as municipais cresceram 5,17% e, em contrapartida, as particulares foram as que mais expandiram, 14,09%, o que demonstra a expansão do número de cursos nas IES particulares, procurando atender a demanda de mercado, seguindo a lógica resultante das políticas deliberadas de educação superior no país.

Ao avaliar a evolução do número de cursos de graduação presencial por organização acadêmica em Goiás de 1994-2010 (Tabela 26), averigua-se, pelos dados expostos, que dos 151 cursos existentes em 1994, 82 (54,3%) se concentravam nas faculdades, 69 (45,7%) nas universidades, o que difere do Brasil, que apresentava cursos em todas as organizações acadêmicas (nas universidades, a maioria dos cursos, 58,9%; nas faculdades, 29,6%; nos centros universitários, 9,8%, e nos Cefet, 1,7%).

**Tabela 26** – Goiás: evolução do número de cursos de graduação presencial e participação percentual por organização acadêmica – 1994-2002-2010

Ano	Goiás	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	Cefet e IF	%
1994	151	69	45,7	0	-	82	54,3	0	-
2002	533	363	68,1	0	-	156	29,3	14	2,6
2010	916	442	48,3	66	7,2	352	38,4	56	6,1

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Com a criação da UEG (a partir da reunião de 13 faculdades), ocorreu alteração do quantitativo de cursos por organização acadêmica, principalmente em 2000, que reflete nos primeiros anos subsequentes. Verifica-se a expansão do quantitativo de cursos das

universidades e o decréscimo no número de cursos das faculdades na análise da participação percentual do ano de 2002. As universidades eram responsáveis por 68,1% dos cursos em 2002, as faculdades por 29,3% e o Cefet por 2,6%.

Os cursos dos centros universitários começaram a ser considerados pelo Inep a partir de 2004, e vale ressaltar que, em Goiás, todos são privados. Em 2004, segundo dados apresentados pelo Inep (Informações ..., 2011), os centros ofertavam 24 cursos e ampliaram gradativamente até 2007 quando disponibilizaram 70 cursos; em 2008, teve uma queda, ficando com 62 cursos, e exibiu uma leve recuperação em 2010, com 66 cursos.

Ao considerar a evolução da participação percentual de cursos por organização acadêmica de Goiás (Tabela 26), constata-se que, de 2002 a 2010, apesar da queda na participação percentual das universidades, elas são as responsáveis pelo maior percentual de cursos, seguido das faculdades, dos centros universitários e dos Cefet e IF. A participação percentual das universidades variou de 69,2% em 2000 (ano após a criação da UEG) para 48,3% em 2010 (quando apresenta o menor índice); os centros universitários alteraram de 3,7% em 2004 (menor índice - ano de sua criação) para 7,2% em 2010; as faculdades oscilaram de 51,6% em 1999 (antes da criação da UEG) para 38,4% em 2010; e os Cefet e IF de 0,4% em 2000 para 6,1% em 2010 (maior índice) (BRASIL, MEC, Inep, Informações ..., 2011). Comparando os dados de Goiás (Tabela 26) com os do Brasil (Tabela 15), verifica-se: a mesma lógica na evolução da proporção dos cursos de 2002-2010; queda na participação percentual das universidades, apesar de elas continuarem sendo responsáveis pela maioria dos cursos ofertados; crescimento na proporção dos centros universitários de 2004-2008; apesar da oscilação de crescimento nas faculdades, o índice de 2002-2010 praticamente ficou na casa dos 30%, e expansão na participação percentual dos Cefet e IF, sendo a de Goiás (6,1%) superior à do Brasil (2,4%).

Em 2010, dos 916 cursos superiores de graduação ofertados pelas IES em Goiás, 48,3% são pelas universidades, 38,4% pelas faculdades, 7,2% pelos centros universitários e 6,1% nos Cefet e IF.

Após analisar a expansão da educação superior de Goiás a partir dos indicadores (IES, cursos e matrículas), faz-se necessário avaliar também a oferta de vagas nesse nível de ensino.

O sistema educacional superior brasileiro, frente às transformações ocorridas a partir de meados da década de 1990, passou a ser orientado pela perspectiva mercantil, estimulando o crescimento acelerado de oferta de vagas. No caso brasileiro, a expansão de

vagas ocorreu, principalmente, no setor privado. A seguir será apresentado o diagnóstico do estado de Goiás.

Analisando os dados apresentados na Tabela 27, o número total de vagas ofertadas na graduação presencial em Goiás no ano de 1994 foi de 12.393 e, em 2002, de 52.193, o que corresponde a um crescimento de 321,1%, superior ao do Brasil, de 208,8%. Verifica-se que as IES privadas de Goiás foram responsáveis pela maior expansão no quantitativo de vagas oferecidas, passando de 6.470 em 1994 para 39.539 em 2002, registrando um aumento equivalente a 511,1%, superior ao índice geral, enquanto as IES públicas ampliaram 113,6%, o que evidencia a privatização das vagas ofertadas, seguindo a lógica brasileira.

**Tabela 27** – Goiás: evolução do número de vagas ofertadas na graduação presencial por categoria administrativa – 1994-2002-2010

Ano	Vagas ofertadas				
	Total	Pública	%	Privada	%
1994	12.393	5.923	47,8	6.470	52,2
2002	52.193	12.654	24,4	39.539	75,6
2010	113.073	23.200	20,5	89.873	79,5

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Analisando os dados apresentados na tabela 27, o número total de vagas ofertadas na graduação presencial em Goiás no ano de 2002 foi de 52.193 e, em 2010, de 113.073, o que corresponde a um crescimento de 116,4%, acima do índice brasileiro (76%). As IES privadas foram responsáveis pela maior expansão no quantitativo de vagas oferecidas, passando de 39.539 em 2002 para 89.873 em 2010, um aumento equivalente a 127,3%, superior ao índice de crescimento do Brasil (81%) e superior ao índice geral de Goiás (116,4%), e as IES públicas cresceram 83,4%, acima do índice brasileiro (33,7%).

Ao avaliar o percentual do número de vagas ofertadas na graduação presencial por categoria administrativa (Tabela 27), averiguou-se que, em 1994, as instituições públicas eram responsáveis por 47,8% das vagas e o setor privado por 52,2%. De 1994 a 2002, verifica-se a queda no percentual do número de vagas ofertadas pelas IES públicas, que passaram a ser responsáveis, em 2002, por 24,4%, contra 75,6% das privadas, que apresentaram expansão. Os dados evidenciam a privatização das vagas ofertadas no estado de Goiás durante o período em análise, assim como ocorreu no Brasil.

De 2002 a 2010, de acordo com os dados disponibilizados na tabela 27, observou-se a redução no percentual do número de vagas ofertadas das IES públicas em Goiás, que passaram de 24,4% em 2002 para 20,5% em 2010, enquanto expandiu-se o percentual das privadas, que passou de 75,6% em 2002 para 79,5% em 2010. Os dados evidenciam a privatização das vagas ofertadas em Goiás no governo Lula, como sucedeu no Brasil, mas em uma proporção percentual diferente. Enquanto no Brasil, em 2010, as instituições privadas eram responsáveis por 85,7% das vagas ofertadas e as públicas por 14,3%, Goiás apresentava a proporção de 79,5% para as IES privadas e 20,5% para as IES públicas.

Vale ressaltar que, apesar de as IES privadas em Goiás apresentarem o maior número de vagas ofertadas, isso não significa que apresente a maior demanda de acesso, como pode ser constatado na análise da evolução das vagas ociosas (Tabela 29) realizada a seguir.

Procedendo ao diagnóstico da evolução da participação percentual de vagas de graduação por organização acadêmica em Goiás (Tabela 28), observa-se que as universidades, em 1994, eram responsáveis por 50,1% das vagas e as faculdades por 49,9%. Com a diversificação e flexibilização do ensino superior, foram criados em Goiás os centros universitários, os Cefet, novos cursos e, com isso, ampliou-se o número de vagas e alterou-se o percentual de vagas de graduação presencial por organização acadêmica.

Nesse contexto, segundo os dados apresentados na tabela 28, em 2002, último ano do governo de FHC, verifica-se que, em Goiás, de acordo com a participação percentual das vagas por organização acadêmica, as universidades eram responsáveis por 48,4%, as faculdades por 49,8% e os Cefet por 1,8%.

**Tabela 28** – Goiás: evolução da participação percentual de vagas de graduação por organização acadêmica – 1994 -2002-2010

Ano	Goiás	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	Cefet e IF	%
1994	12.393	6.213	50,1	-	-	6.180	49,9	-	-
2002	52.193	25.243	48,4	-	-	26.020	49,8	930	1,8
2010	113.073	42.815	37,8	10.305	9,1	57.396	50,8	2.557	2,3

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Em 2010, as faculdades eram responsáveis por 50,8% das vagas, as universidades por 37,8%, os centros por 9,1% e os Cefet e IF por 2,3%. Averigua-se que, no governo Lula, as faculdades passaram a ser responsáveis pelo maior percentual de vagas e isso não significa que a demanda ou a relação candidato vaga seja maior, como se verá a seguir.

Conforme dados disponibilizados pelo Inep (Informações ..., 2011), verifica-se um crescimento na participação percentual de vagas de graduação dos centros universitários em 2006 e 2007, passando de 6,8% em 2005 para 18,2% em 2007. Essa expansão pode ser justificada pela configuração dada pelo Decreto 5.786/2006 aos centros universitários, que não faz referência à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como o Decreto 4.914/2003, mas o destaque dado é para a excelência do ensino. Desvinculados da obrigatoriedade da pesquisa e com autonomia de criar cursos, os centros universitários ampliaram os cursos e o número de vagas da graduação.

O aumento das vagas na organização do Cefet e IF no estado de Goiás, durante o governo Lula, está pautado no Decreto 6.095/2007, que passou a considerar cada instituto federal de educação como instituição de educação superior e com prerrogativas de autonomia de universidade, podendo criar cursos e ampliar vagas de educação profissional e tecnológicas nas diferentes modalidades de ensino, como visto no capítulo referente anterior.

A tabela 29 demonstra a quantidade de vagas disponibilizadas no ensino superior do estado de Goiás, a quantidade de candidatos que se submeteram ao processo seletivo, a relação candidato/vaga, o número de ingressantes e o quantitativo de vagas não preenchidas com sua respectiva porcentagem, no período de 1994 a 2010. Observa-se que o estado de Goiás ampliou significativamente as vagas para a educação superior de 1994 a 2010; a expansão de vagas foi de 100.680, o que representa uma ampliação significativa de 812,4%, superior ao do Brasil, de 443,4%.

**Tabela 29** – Goiás: vagas oferecidas dos cursos de graduação presenciais, candidatos inscritos por vestibular e por outros processos seletivos, ingressos por processo seletivo, vagas não preenchidas – 1994-2002-2010

Ano	Vagas	Candidatos	Candidato/Vaga	Ingressos	Vagas não preenchidas	%
1994	12.393	46.958	3,8	11.528	865	7,0
2002	52.193	157.128	3,0	40.555	11.538	22,1
2010	113.073	182.210	1,6	49.546	63.527	56,2

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Nota-se que a demanda por vagas na educação superior não se deu na mesma proporção da expansão de vagas. Em 1994, o número de candidatos em Goiás foi de 46.958 para 12.393 vagas disponibilizadas, dando uma relação de 3,8 candidato/vaga e, em 2002, observou-se uma queda na relação candidato/vaga para 3,0, ou seja, eram 157.128 candidatos para 52.193 vagas (Tabela 29). Consta-se que a relação candidato/vaga continuou

decrecendo, atingindo 1,6 em 2010. Chama atenção a quantidade de vagas não preenchidas, que foram expandindo ao longo dos anos em análise, alcançado a proporção de 56,2% no ano de 2010. Pode-se pensar que a porcentagem elevada das vagas não preenchidas no ensino superior seja em função do número de concluintes do ensino médio não estar se efetivando na mesma proporção do aumento de vagas para a educação superior. Esse não é o caso do estado de Goiás, pois o total de concluintes do ensino médio é inferior ao número de vagas ofertadas nas IES. Em 2010, foram 57.003 concluintes do ensino médio em Goiás para uma oferta de 113.073 vagas das IES. Assim, dentre as justificativas para 56,2% de vagas não preenchidas, pode ser aferida ao

reflexo da falta condições econômicas dos estudantes, posto que a renda familiar média no Brasil ainda é muito baixa, não permitindo que uma parcela considerável dos que concluem o Ensino Médio continuem seus estudos sem contribuir com a renda familiar. Também ocorre o déficit na formação durante a Educação Básica que desmotiva a continuação dos estudos (BRASIL, MEC, REDE DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS, 2013).

A oferta de vagas é bastante heterogênea entre as diversas microrregiões do Estado<sup>183</sup>, como pode ser constado na tabela 30, que demonstra as vagas nas IES e a relação com os concluintes do Ensino Médio por microrregião.

As microrregiões que disponibilizam o maior número de vagas em Goiás são: Goiânia, 55.253 (que correspondem a 52,61% das vagas do Estado); Entorno de Brasília, 18.594 (17,7%); Anápolis, 8.549 (8,14%) e Sudoeste de Goiás<sup>184</sup>, 6.957 (6,62%), como pode ser observado na tabela 30. Mais da metade das vagas (52,61%) são ofertadas em Goiânia, capital do Estado, e essas quatro microrregiões são responsáveis por 85,07% das vagas no ensino superior de Goiás, mas não significa que a relação candidato/vaga seja elevada. A microrregião de Entorno de Brasília é a que apresenta menor relação candidato vaga, de 0,4, e a Chapada dos Veadeiros o maior índice, 5,6.

---

<sup>183</sup> As 18 microrregiões que compõem o Estado de Goiás são: Anápolis, Anicuns, Aragarças, Catalão, Ceres, Chapada dos Veadeiros, Entorno de Brasília, Goiânia, Iporá, Meia Ponte, Pires do Rio, Porangatu, Quirinópolis, Rio Vermelho, São Miguel do Araguaia, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Vão do Paranã.

<sup>184</sup> De acordo com dados disponibilizados no *site* do Seplan/GO, em 2012, a microrregião do Sudoeste de Goiás era constituída por 18 municípios: Aparecida do Rio Doce, Montividiu, Aporé, Palestina de Goiás, Caiapônia, Perolândia, Castelândia, Portelândia, Chapadão do Céu, Rio Verde, Doverlândia, Santa Helena de Goiás, Jataí, Santa Rita do Araguaia, Maurilândia, Santo Antônio da Barra, Mineiros e Serranópolis. A cidade de Jataí, objeto de investigação da pesquisa está localizada nesta microrregião. Durante o trabalho, nas tabelas que apresentarem dados por microrregiões, a microrregião do Sudoeste de Goiás será destacada com cor para dar realce aos dados.

**Tabela 30** – Goiás: vagas nas Instituições de Ensino Superior e relação com os concluintes do Ensino Médio por microrregião (2007)

Microrregião	Vagas ofertadas pelas IES - 2007 (A)	Concluintes Ensino Médio – 2006 (B)	Balço de vagas (A – B)	% Vagas ofertadas em relação a concluintes (A/B*100)	Candidatos inscritos por vestibular e outros processos seletivos (C)	Relação candidato/vaga (C/A)
Anápolis	8.549	6.129	2.420	139,5	19.129	2,2
Anicuns	4.274	1.425	2.849	299,9	2.979	0,7
Aragarças	-	510	-	-	-	-
Catalão	1.590	1.860	-270	85,5	3.104	2,0
Ceres	1.430	3.069	-1.639	46,6	3.236	2,3
Chapada dos Veadeiros	120	792	-672	15,2	676	5,6
Entorno de Brasília	18.594	5.330	13.264	348,9	6.867	0,4
Goiânia	55.253	20.032	35.221	275,8	89.733	1,6
Iporá	600	824	-224	72,8	694	1,2
Meia Ponte	4.268	3.153	1.115	135,4	4.046	0,9
Pires do Rio	630	956	- 326	65,9	1.664	2,6
Porangatu	790	3.274	-2.484	24,1	2.122	2,7
Quirinópolis	834	846	-12	98,6	1.514	1,8
Rio Vermelho	705	1.077	-372	65,5	1.510	2,1
São Miguel do Araguaia	155	998	-843	15,5	389	2,5
Sudoeste de Goiás	6.957	4.369	2.588	159,2	10.184	1,5
Vale do Rio dos Bois	150	757	-369	0,0	467	3,1
Vão do Paranã	120	1.134	-607	19,8	590	4,9
Total	105.019	56.535	48.484	185,8	148.901	1,4

Fonte: GOIÁS, SECTEC, PDES/GO, 2007

Das 18 microrregiões de Goiás, 17 ofertam vagas no ensino superior e, destas, 11 apresentam o número de vagas inferior ao número de concluintes do Ensino Médio, o que pode nos levar a pensar que nelas a relação candidato/vaga seja elevada. Contrariando essa ideia, na microrregião de Iporá, apesar de ter mais concluintes do Ensino Médio que vagas disponibilizadas pelas IES, a relação candidato/vaga é de 1,2 abaixo da média geral do estado, que é de 1,4. A única microrregião que não tem IES é Aragarças<sup>185</sup>.

Na microrregião do Sudoeste de Goiás, onde se encontra Jataí (local de investigação dessa pesquisa), em 2007, o número de vagas ofertadas pelas IES ultrapassou os concluintes do Ensino Médio de 2006. No entanto, a quantidade de candidatos inscritos por processo seletivo excedeu as vagas disponibilizadas, apresentando a relação candidato/vaga

<sup>185</sup> Vale destacar que o município de Aragarças/GO se localiza próximo (separado por um rio) ao município de Barra do Garça/MT, que possui 4 IES, sendo 3 privadas (Faculdade Cathedral – Barra do Garça; Universidades Unidas do Vale do Araguaia - Barra do Garça e o Polo de Apoio Presencial de Barra do Garça da Universidade Anhanguera – Uniderp) e 1 públicas (Instituto Federal do Mato Grosso – Câmpus Barra do Garça).

de 1,5, que pode ser explicada pela demanda reprimida de anos anteriores e/ou demanda de candidatos de outras regiões do Brasil.

**Tabela 31** – Goiás: população na faixa etária de 18 a 24 anos, vagas, ingressos por vestibular e outros processos seletivos e vagas não preenchidas

Microrregião	População 18 a 24 anos (2000)	Vagas ofertadas pela IES (2007)	Vagas ofertadas / população 18 a 24 anos (%)	Ingressos por vestibular e outros processos seletivos (2007)	Vagas não preenchidas	
						%
Anápolis	64.111	8.549	13,3	5.723	2.826	33,1
Anicuns	12.954	4.274	33,0	1.469	2.805	65,6
Aragarças	7.138	-	-	-	-	-
Catalão	16.125	1.590	9,9	1.142	448	28,2
Ceres	27.615	1.430	5,2	696	734	51,3
Chapada dos Veadeiros	7.300	120	1,6	120	0	0,0
Entorno de Brasília	120.790	18.594	15,4	3.173	15.42	82,9
Goiânia	261.592	55.253	21,1	23.755	31.49	57,0
Iporá	7.638	600	7,9	289	311	51,8
Meia Ponte	41.380	4.268	10,3	2.111	2.157	50,5
Pires do Rio	11.479	630	5,5	581	49	7,8
Porangatu	31.077	790	2,5	650	140	17,7
Quirinópolis	11.722	834	7,1	529	305	36,6
Rio Vermelho	12.451	705	5,7	600	105	14,9
São Miguel do Araguaia	10.251	155	1,5	153	2	1,3
Sudoeste de Goiás	47.332	6.957	14,7	3.562	3.395	48,8
Vale do Rio dos Bois	13.463	150	1,1	137	13	8,7
Vão do Paranã	13.282	120	0,9	120	0	0,0
Total	717.718	105.019	14,6	44.810	60.20	57,3

Fonte: IBGE (2000) e GOIÁS (SECTEC, PDES/GO, 2007).

Os dados apresentados na tabela 31 mostram que 57,3% das vagas disponibilizadas para a educação superior no estado de Goiás, em 2007, não foram preenchidas. Observando os números, verifica-se novamente a distribuição desigual no Estado; há microrregiões, como São Miguel do Araguaia, com apenas 1,3% das vagas não preenchidas, e outras, como Entorno de Brasília, com 82,9%. Das 18 microrregiões, apenas duas preencheram todas as vagas: Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã. Duas microrregiões apresentam índices preocupantes, pois, além de serem elevados, são superiores ao da média geral do Estado, Anicuns (65,6%) e Entorno de Brasília (82,9%). No Sudoeste de Goiás, onde se localiza Jataí, o índice de vagas não preenchidas atinge 48,8%. É interessante pesquisar a realidade de cada município separado, e é o que se propõe nesse trabalho ao investigar a educação superior de Jataí.



A expansão da taxa de urbanização, o gradual processo de industrialização e desenvolvimento do estado de Goiás estimularam modificações políticas, sociais, econômicas e culturais, interferindo no processo de expansão e interiorização da educação superior.

Os dados apresentados revelam que o estado de Goiás vivenciou um processo de expansão acelerada (instituições, matrículas, cursos e vagas), especialmente pós-LDB/1996, tendo por base o processo de diversificação e privatização da oferta, revelando os efeitos das políticas de educação superior implementadas nos últimos anos.

Em 1979, Goiás contava com nove IES. Na década de 1980, o estado de Goiás vivenciou amplo movimento expansionista na educação superior, pautado no discurso de procurar a integração e o desenvolvimento dos municípios, criando, na sua maioria, IES isoladas. Esse movimento expansionista caracterizou-se pela interiorização da educação no estado de Goiás por meio de fundações educacionais. Nesse contexto, em 1994, o estado de Goiás contava com 33 IES.

No governo FHC, constata-se que Goiás se encontrava em processo de expansão da educação superior. Em 2002, computava-se um total de 56 IES, sendo a maioria privada em detrimento das públicas. Com relação às matrículas, o crescimento seguiu a lógica da expansão das IES, sendo maior nas privadas (58,4%) do que nas públicas (41,6%). Considerando a expansão dos cursos, observa-se queda na participação percentual das IES públicas e elevação nas IES privadas. A proporção das vagas apresentou-se da seguinte forma: 75,6% para as IES privadas e 24,4% para as IES públicas.

Durante o governo Lula, a expansão do número de IES em Goiás continuou seguindo a lógica privatista brasileira. Em 2010, das 80 IES existentes, 72 eram privadas. As IES privadas são responsáveis por 69,5% das matrículas, 52,7% dos cursos e 79,5% das vagas ofertadas, enquanto as IES públicas são responsáveis por 30,5% das matrículas, 47,3% dos cursos e 20,5% das vagas ofertadas.

Após a análise dos indicadores referentes à graduação presencial, verificou-se que o estado de Goiás expandiu as vagas para a educação superior de 1994 a 2010, mas a demanda por essas vagas não ocorreu na mesma proporção, atingindo, em 2010, a proporção de 56,2% de vagas ociosas.

Refletindo a respeito do processo de expansão da educação superior goiana, considerando a taxa de frequência líquida do ensino superior, uma das características do sistema de educação apresentada por Trow (2005), pode-se dizer que, em 2010, o estado de Goiás encontra-se entrando no sistema de massa (atendimento de até 15%), pois apresenta a taxa líquida do ensino superior de 16,32%, superior à do Brasil, que é de 13,95%. Apesar de

ter ampliado o volume de matrículas no ensino superior, outras políticas e ações precisam ser tomadas para que seja efetivamente materializado o sistema de massa no estado de Goiás, como: implementar políticas compensatórias, visando garantir igualdade de oportunidades nas formas de acesso e seleção, bem como de permanência até conclusão do curso; aumentar em número a proporção da relação professor/estudante sem perder de vista a qualidade da educação; considerar a educação superior como um direito e não como privilégio, atendendo um público amplo e diversificado.

Dentre as dificuldades diagnosticadas no processo de expansão e interiorização das IES públicas em Goiás pelo PDES/GO (2007), foram apontadas: ausência de garantia do financiamento dessas IES por parte do poder público; dificuldades relativas à infraestrutura física apropriada; acanhado índice de professores efetivos; ausência de plano de qualificação, carreira e remuneração; deficiência de laboratórios e bibliotecas; estruturação institucional e acadêmica defasadas, além da falta de articulação das IES municipais com a UEG e com as demais IES públicas de Goiás, impossibilitando um programa coeso de ações referentes à estruturação desse nível de ensino no Estado.

### **3 EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM JATAÍ: CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO NOS ANOS 1980 – FATORES E ATORES**

O presente capítulo tem por objetivo fazer uma análise crítica sobre o processo de institucionalização da educação superior no município de Jataí-GO nos anos 1980, identificando os fatores e os atores que contribuíram para a criação das primeiras IES e da FEJ na cidade, a partir de registros documentais e de entrevistas realizadas com sujeitos que participaram desse processo de interiorização e expansão da educação superior.

Inicialmente realizou-se uma caracterização do município de Jataí<sup>186</sup> e, no decorrer do capítulo, apresentou-se um resgate da sucessão de fatos e ações sociais e políticas que contribuíram para a instalação das primeiras IES na cidade: o CAJ/UFG, de caráter público, e o Cesut, de caráter privado, na década de 1980. Para tanto, fez-se necessário expor o processo de constituição e estruturação da FEJ, instituição criada com o objetivo de administrar a educação superior em Jataí e sua relação com as IES. E por fim, analisaram-se os indicadores que influenciaram o processo de expansão desse nível de ensino, em Jataí.

Consideraram-se os mesmos indicadores (número de IES, matrículas, cursos e vagas) referentes à graduação presencial para a análise da expansão da educação superior de Jataí, como foi feito nos capítulos anteriores.

#### **3.1 MUNICÍPIO DE JATAÍ: CARACTERIZAÇÃO BÁSICA**

O município de Jataí encontra-se localizado na microrregião do Sudoeste de Goiás, tendo como municípios limítrofes, ao norte, Caiapônia e Perolândia; ao sul, Itarumã, Caçu e Aparecida do Rio Doce; a leste, Rio Verde e, a oeste, Serranópolis e Mineiros, conforme figura 4. Possui dois povoados, Estância e Naveslândia, e um aglomerado<sup>187</sup>: Projeto Iris Rezende.

---

<sup>186</sup> Para a caracterização básica do município de Jataí, optou-se por apresentar análise mais focada na década mais recente, 2000-2010, salientando os últimos anos. Para melhor evidenciar algumas evoluções e contribuir para a reflexão, apresentou-se uma série histórica, utilizando-se dados de 1980 (ano em se que iniciou o primeiro curso de educação superior em Jataí), 1991, 2000 e 2010. Em outros momentos, pela dificuldade de encontrar dados, o ano inicial de referência foi 1991.

<sup>187</sup> Reporta-se a um conjunto de pessoas ou atividades que se concentram em espaços físicos relativamente pequenos, daí a sua aceção mais eminentemente urbana, não rural. Todavia, em função da dimensão físico-territorial que lhe é subjacente, acaba por se diferir de ‘aglomerado’ urbano, conceito já incorporado pelo IBGE em seus últimos levantamentos censitários, e que se refere, inclusive, a assentamentos urbanos não localizados na sede municipal (cidade), portanto fora do perímetro urbano, em áreas legalmente definidas como rurais (MATOS, 2000, p. 1).

**Figura 4:** Localização da cidade de Jataí



Fonte: Disponível em: <<http://jatai-goias.blogspot.com.br/>>

Foi fundado, em 17 de agosto de 1864, como Distrito de Paraíso de Jataí pelo Presidente da Província de Goiás e, em 28 de julho de 1882, de acordo com a Resolução 668, criou-se o município de Paraíso. Por meio da Lei Estadual 56, de 31 de maio de 1895, a comuna de Paraíso se elevou à categoria de cidade de Jataí, por imposição do Tenente Coronel José Manoel Vilela. A comarca de Jataí foi implantada em 21 de julho de 1898, desmembrando-se judicialmente de Rio Verde (JATAÍ<sup>188</sup>).

De acordo com os dados populacionais apresentados na tabela 32, verifica-se que a população de Jataí ampliou consideravelmente, pois passou de 53.394 habitantes, em 1980, para 88.006, em 2010, o que corresponde a um crescimento de 64,8% da população em 30 anos. Nesse mesmo período de análise, observa-se que a população urbana expandiu 89,1%, enquanto a população rural decresceu 33,7%, passando de 10.554 habitantes em 1980 para 6.996 em 2010, o que nos possibilita refletir sobre a questão da urbanização e do êxodo rural.

<sup>188</sup> Informações retiradas de <http://www.jatai.go.gov.br>.

**Tabela 32** - Dados populacionais do município de Jataí – 1980, 1991, 2000, 2010

Ano referência	População	Urbana	Rural
1980	53.394 hab	42.840 hab	10.554 hab
1991	65.957 hab	55.593 hab	10.364 hab
2000	75.451 hab	68.821 hab	6.630 hab
2010	88.006 hab	81.010 hab	6.996 hab

Fonte: Seplan-GO/Sepin<sup>189</sup> e IBGE.

O crescimento populacional urbano, fez com que o meio rural lidasse com mudanças significativas, superando o isolamento do meio urbano e do rural. Essa questão produziu movimento de população e de investimentos que se deslocaram nos dois sentidos: do rural para o urbano e vice-versa, causando impactos que se manifestaram em diferentes contextos. Em Jataí, destaca-se a conversão da agricultura de subsistência em empresa agrícola, o que alterou significativamente o papel da economia e o aumento da taxa de urbanização, como pode se acompanhado na tabela 33.

**Tabela 33** - Taxa de urbanização do município de Jataí – 1980, 1991, 2000 e 2010

Taxa de Urbanização (%)			
1980	1991	2000	2010
80,37	85,36	91,21	92,05

Fonte: IBGE.

Em 1980 a taxa de urbanização era de 80,37% passando para 92,05% em 2010, um crescimento de 11,68%. O que contribuiu para essa elevação na taxa de urbanização foi o desenvolvimento econômico do município de Jataí caracterizado pela transformação dos latifúndios em empresas agrícolas e rurais, além de adoção das inovações tecnológicas. Essas questões acarretaram mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, expulsando muitos agricultores com pouco capital e trabalhadores do campo. Esse redimensionamento, apesar de caracterizado pela depreciação do salário dos trabalhadores, alguns setores se destacaram, gerando diferentes fontes de trabalho, como por exemplo: a logística, na parte distributiva – transporte, armazenamento e mobilidade; os serviços auxiliares da produção – consultorias agrícolas, lojas agropecuárias, gerentes de fazendas, representantes comerciais, entre outras. Atraídos pelos novos serviços, há um fluxo de profissionais liberais – trabalhadores, que se deslocaram de vários locais do Brasil para Jataí.

<sup>189</sup> Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (Seplan-GO) e Superintendência de Estatísticas, Pesquisas e Informações Socioeconômicas (Sepin).

Com uma área territorial é de 7.174,217 km<sup>2</sup>, Jataí é considerado o sexto no *ranking* dos cinquenta maiores municípios goianos em área. Se encontra a 328 Km da capital Goiânia e contava, em 1980 com uma população de 53.394 habitantes, o que representava uma densidade demográfica<sup>190</sup> de 7,44 hab/Km<sup>2</sup>. Analisando os dados apresentados na tabela 34, observa-se o aumento gradativo da ocupação territorial do município de Jataí de 1980 a 2010, com exceção do ano de 2007, alcançando a densidade demográfica de 12,27 hab/Km<sup>2</sup> em 2010.

**Tabela 34** – Densidade demográfica (hab/Km<sup>2</sup>) do município de Jataí – 1980, 1991, 2000-2010

Município	1980	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Jataí	7,44	9,19	10,52	10,73	10,89	11,07	11,43	11,64	11,84	11,43	11,92	12,05	12,27

Fonte: IBGE.

Os municípios goianos, de 1980 a 2000, apresentaram, segundo Moraes (2002), incremento nos indicadores referentes ao crescimento populacional. O município de Jataí registrou oscilação no índice populacional, como pode ser observado na tabela 35, que apresenta a taxa geométrica de crescimento<sup>191</sup>. Constata-se, pelos dados apresentados na tabela 35 que, no período de 1991 a 1996, ocorreu uma queda significativa na taxa geométrica de crescimento. Em seguida, apresentou uma recuperação de crescimento, registrando, em 2005, o índice populacional de 2,04% e, nos anos subsequentes, um decréscimo atingindo 1,55% de taxa geométrica populacional, em 2010. No entanto, percebe-se que esta modificação no índice populacional parece não ter repercutido significativamente no sistema educacional, em termos numéricos como era de se esperar, ou seja, o aumento percebido no número de matrículas em determinados anos (Tabela 40) não tem relação direta com o aumento do número de pessoas residentes em Jataí.

**Tabela 35** - Taxa de crescimento geométrico populacional (%) do município de Jataí

Município	1991	1996	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Jataí	1,94	0,96	1,51	2,04	1,99	1,19	1,57	1,52	1,55

Fonte: IBGE e Seplan-GO/Seplan.

<sup>190</sup> É o indicador que mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região, utilizado para verificar a intensidade de ocupação de um território (BRASIL, IBGE).

<sup>191</sup> É o crescimento da população de um local considerando duas datas sucessivas e o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano. A taxa de crescimento de 1991 é relativa ao período de 1980/1991, 1996 de 1991/1996, 2000 de 1991/2000, 2005 de 2000/2005, 2006 de 2000/2006, 2007 de 2000/2007, 2008 de 2000/2008, 2009 de 2000/2009, 2010 de 2000/2010 (BRASIL, IBGE).

A economia do município de Jataí fundamenta-se na agricultura, pecuária e agroindústria, apresentando condições favoráveis para investidores, tanto para o agronegócio como para o fortalecimento da indústria.

O agronegócio no município é um dos fatores que levou Jataí a conquistar o 13º lugar no *ranking* dos municípios goianos<sup>192</sup> no ano de 2009 dentre os 65 municípios analisados<sup>193</sup> (Tabela 36). Nos municípios onde o agronegócio é mais forte, ocorrem externalidades econômicas positivas que impactam os setores de comércio e serviços, ampliando as vagas de emprego, exigindo mão de obra mais qualificada, aumentando a remuneração deste trabalho e o potencial de consumo da cidade.

**Tabela 36** - *Ranking* dos 15 maiores municípios de Goiás – 2009, resultados conforme variáveis de análise

	Municípios	Dinamismo (100)	Riqueza econômica	Infraestrutura econômica, localização estratégica e logística (100)	Qualidade de vida (100)	Mão de obra (30)	Infraestrutura tecnológica (70)	Políticas de incentivos financeiros tributário (30)	Média (ponderada)
1	Anápolis	40,18	96,69	77,77	62,99	19,38	64,28	7,26	58,39
2	Rio Verde	55,60	65,92	63,84	63,88	19,55	33,66	15,00	53,29
3	Aparecida de Goiânia	51,53	80,12	74,15	49,42	16,68	15,90	4,88	49,17
4	Catalão	36,87	45,10	72,80	69,55	20,42	17,20	1,52	42,91
5	Senador Canedo	61,68	31,43	73,32	55,17	14,68	0,00	0,49	42,63
6	Itumbiara	30,00	32,64	67,87	68,92	17,39	24,97	2,58	39,20
7	Luziânia	35,96	37,28	66,30	41,93	11,17	12,06	0,20	34,41
8	Caldas Novas	33,96	15,18	64,79	66,71	14,40	7,81	0,75	33,94
9	São Simão	44,27	12,92	53,31	64,45	15,36	0,00	0,44	33,57
10	Mineiros	34,82	14,99	45,45	66,65	17,08	2,26	10,40	32,35
11	Niquelândia	43,85	18,50	25,36	54,93	21,64	12,21	4,09	32,06
12	Palmeiras de Goiás	47,53	6,60	43,96	59,72	12,73	0,00	1,61	31,38
13	Jataí	28,92	26,37	43,37	65,44	14,76	7,10	2,30	31,01
14	Quirinópolis	23,16	10,39	70,69	61,38	18,10	6,11	2,66	30,81
15	Trindade	30,72	15,13	53,32	58,58	12,87	8,24	0,97	30,08

Fonte: Seplan-GO/SePIN.

<sup>192</sup> O *ranking* dos municípios goianos classifica os municípios do estado de Goiás, em um determinado período, sob aspectos conjunturais e estruturais favoráveis para atrair investimentos, demonstrados principalmente pelos indicadores relacionados ao dinamismo econômico, à riqueza econômica, infraestrutura econômica, qualidade de vida, mão de obra, infraestrutura tecnológica e políticas de incentivos financeiros e tributários (GOIÁS, SEPLAN-GO/SEPIN). Para maiores detalhamento dos indicadores utilizados, consultar <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?idcad=1200>.

<sup>193</sup> A seleção dos municípios foi orientada com base nos que possuíam população acima de 14.000 habitantes na previsão de 2008.

O município de Jataí conseguiu o 8º lugar na dimensão riqueza econômica; 6º lugar na dimensão qualidade de vida; 12º lugar na dimensão infraestrutura tecnológica e 9º lugar na dimensão políticas de incentivos financeiros e tributários<sup>194</sup>.

Entre os 15 primeiros municípios classificados pelo *ranking* dos municípios goianos no ano de 2009 em competitividade, aparecem nove municípios que correlacionam força econômica (PIB), infraestrutura e logística e também apresentam indicadores em qualidade de vida. São eles (em ordem decrescente de correlação): Catalão, Itumbiara, Caldas Novas, Mineiros, Jataí, São Simão, Rio Verde, Anápolis e Quirinópolis (GOIÁS, SEPLAN-GO/SEPIN). Muitos desses municípios classificados nos primeiros lugares em 2009 passaram a dispor de investimentos provenientes de incentivos ao setor produtivo via Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para serem aplicados na região, atraindo também investimentos privados, o que acarreta modificação na estrutura econômica local (GOIÁS, SEPLAN-GO/SEPIN).

O setor agroindustrial de Jataí adquiriu força com empresas, como a COINBRA (processamento de soja e comercialização de óleo e subprodutos), a NESTLÉ (semi-processamento de leite), a Perdigão Agroindustrial (abate de aves) e outros investimentos de médio e pequeno porte que contribuíram para a economia do município. O acesso rodoviário à região pelas rodovias BR-060, BR-364, BR-158 e GO-184 colaboram para o escoamento de sua produção.

Na agricultura, os produtos que mais se destacam são a cana-de-açúcar, o milho, a soja, o sorgo, o feijão e a banana; e, na pecuária, são as aves, os bovinos e os suínos, apresentando índices de produtividade e o uso de tecnologia.

O potencial agrícola e pecuário do município de Jataí atrai e estimula investimentos cada vez maiores no setor industrial, acelerando o desenvolvimento do comércio, que fortalece a receita do município. A cidade possui também 2.423 empresas comerciais e de prestação de serviços, 45 estabelecimentos de saúde e 10 instituições financeiras (IBGE, 2010).

Entre os 10 municípios com maior PIB<sup>195</sup> no estado de Goiás, em 2010, Jataí está em 7º lugar. Goiás, em 2010, apresentou o PIB no valor de 97.575.930,47, e Jataí o de 2.142.102,72, o que representa 2,19% das riquezas do Estado.

---

<sup>194</sup> Para maiores informações sobre os demais municípios, consultar <http://www.seplan.go.gov.br/sep/sep/viewcad.asp?idcad=1200>.

<sup>195</sup> Jataí está entre os 10 municípios com maior PIB em 2010. Seguindo a ordem de colocação, temos em 1º lugar Goiânia e, em seguida: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Catalão, Senador Canedo, Jataí, Luziânia, São Simão e Cristalina (GOIÁS, SEPLAN/SEPIN).



**Tabela 37** – Produto Interno Bruto – a preços correntes (R\$ mil) e per capita (R\$) - do município de Jataí em 2000, 2005 e 2010

<b>Produto Interno Bruto</b>			
	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
PIB a preços correntes <sup>196</sup> (R\$ mil)	658.975,23	1.164.695,90	2.142.102,72
PIB per capita <sup>197</sup> (R\$)	8.638,90	13.951,96	24.328,81

Fonte: Seplan/Sepin.

Verifica-se, nos dados apresentados na tabela 37, considerável aumento do PIB a preços correntes e do PIB *per capita* no município de Jataí no período de 2000 a 2010. De 2000 a 2005, o PIB a preços correntes teve uma expansão de 76,7% e observa-se que o crescimento foi maior de 2005 a 2010, atingindo o índice de 83,9%. O crescimento apresentado pelo PIB *per capita* de 2000 a 2005 foi de 61,5%, e de 2005 a 2010 de 74,4%.

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no município de Jataí no período de 2000 a 2010 sofreu alterações. Teve uma ligeira redução em 2001, apresentou crescimento significativo em 2002 e 2003, seguido de queda em 2005 e 2006 e, a partir de 2007, apresentou um crescimento contínuo, atingindo a arrecadação de 60.316 mil (Tabela 38). Verifica-se que, de 2007 a 2010, o crescimento do ICMS de Jataí foi considerável, 131,8%.

**Tabela 38** – Arrecadação do ICMS do município de Jataí em 2000-2010

<b>Arrecadação do ICMS</b>											
	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
ICMS (R\$ mil)	21.040	20.267	30.304	36.961	30.920	27.452	25.167	26.014	44.013	50.708	60.316

Fonte: Seplan/Sepin.

Analisando os dados da balança comercial do município de Jataí de 2005 a 2010 (Tabela 39), verifica-se modificação de crescimento tanto na exportação quanto na importação. Com relação à exportação, constata-se uma considerável expansão em 2006 e 2007, pequena queda em 2008, uma recuperação em 2009 e uma significativa queda em 2010. A importação comercial em Jataí teve crescimento gradativo de 2005 a 2008, sofreu uma considerável redução em 2009 e aumentou em 2010. O município apresentou saldo positivo

<sup>196</sup> Significa o valor do PIB global (total de bens e serviços gerados por um período de tempo em um espaço geográfico: país, região, estado ou município - expresso em moeda corrente, resultante da multiplicação do valor constante por um índice de preço) (GOIÁS, SEPLAN/SEPIN).

<sup>197</sup> PIB *per capita* - corresponde ao valor do PIB global dividido pelo número absoluto de habitantes de um país, região, estado ou município (GOIÁS, SEPLAN/SEPIN).

da balança comercial em 2007, 2009 e 2010, sendo o melhor no ano de 2009. A corrente de comércio cresceu de 2005 a 2008 e sofreu redução gradativa em 2009 e 2010; no período em estudo, o crescimento foi de 171,33%.

**Tabela 39** – Balança comercial (US\$ FOB) do município de Jataí de 2005 a 2010

	<b>Balança comercial (US\$ FOB)</b>					
	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Exportação	8.324.952	19.693.362	56.566.744	55.431.499	82.167.174	48.895.973
Importação	22.048.519	29.917.251	47.339.292	83.035.903	25.146.677	33.518.053
Saldo	-13.723.567	-10.223.889	9.227.452	-27.604.404	57.020.497	15.377.920
Corrente de Comércio <sup>198</sup>	30.373.471	49.610.613	103.906.036	138.467.402	107.313.851	82.414.026

Fonte: Seplan/Sepin.

De forma geral, o desenvolvimento econômico do município gera, em alguns setores, múltiplas fontes de trabalho, aumentando o número de pessoas atraídas pelos novos serviços com altos índices de crescimento. Em 2010, Jataí apresentou 18.198 postos de trabalho, que corresponde ao total de vínculos empregatícios ativo dos sub-setores: Indústria de Extração de Minerais; Indústria de Transformação; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio; Serviços; Administração Pública Direta e Indireta; Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca; e Atividade não Especificada ou Classificada. Verificou-se um crescimento significativo de 73,1% na oferta de empregos no município de 2000 a 2010, que contava com 10.514 empregos em 2000, e passou para 18.198 em 2010 (GOIÁS, SEPLAN/SEPIN). Conseqüentemente, isso implica em uma grande demanda por profissionais qualificados, aumentando consideravelmente a procura pelas instituições de ensino.

De acordo com dados coletados no MEC/Inep e SEE, no ano de 2010, Jataí contava com 69 estabelecimentos de ensino (pré-escolar, fundamental e médio), considerando-se as redes estadual, municipal, particular e federal, com um total de 679 salas de aula, 1.016 docentes e um total de 22.806 matrículas (sendo 1.032 nas creches, 1.463 na Educação de Jovens e Adultos, 302 na Educação Especial, 315 na Educação Profissional, 1.735 na Pré-Escola, 14.050 no Ensino Fundamental e 3.909 no Ensino Médio), como pode ser acompanhado na tabela 40. A taxa de alfabetização do município passou de 89,8% em 2000 para 93,46% em 2010.

<sup>198</sup> Somatório de importações e exportações realizadas.

**Tabela 40** – Evolução das matrículas da rede municipal de Jataí por nível de ensino (2000-2010)

Jataí	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alfabetização	579	678	774	1.124	-	-	-	-	-	-	-
Creche	-	314	389	366	448	525	861	817	983	1.265	1.032
Educação de Jovens e Adultos	1.592	1.917	2.296	2.234	2.196	2.208	2.204	1.659	1.542	1.498	1.463
Educação Especial	233	275	261	82	154	167	161	259	541	380	302
Educação Profissional	-	-	-	-	355	362	351	446	320	208	315
Pré-Escola	1.621	2.163	1.632	1.626	2.509	2.267	1.965	1.728	1.525	1.281	1.735
Ensino Fundamental	16.731	16.097	15.979	15.052	15.053	14.462	14.912	13.890	13.313	14.397	14.050
Ensino Médio	3.938	4.134	4.119	3.972	3.589	3.840	4.157	3.851	3.881	3.837	3.909
Matrículas Total	24.694	25.578	25.569	24.839	24.304	23.831	24.611	22.650	22.105	22.866	22.806

Fonte: Seplan/Sepin; MEC/Inep e SEE.

Os dados apresentados na tabela 40 evidenciam que o índice de matrículas no total cresceu nos anos de 2001, 2006 e 2009, apresentou queda gradativa de 2002 a 2005, em 2007, 2008 e 2010. De 2000 a 2010, observou-se queda no total de matrículas na proporção de 7,6%, passando de 24.694 matrículas em 2000 para 22.806 em 2010.

No caso específico do ano de 2010, verifica-se queda nas matrículas das creches (18,4%), da Educação de Jovens e Adultos (2,3%), da Educação Especial (20,5%) e do Ensino Fundamental (2,4%), e crescimento na Educação Profissional (51,4%), Pré-Escola (35,4%) e Ensino Médio (1,9%).

Ao analisar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>199</sup> de Educação do Brasil, Goiás e Jataí (Tabela 41), verifica-se que todos apresentaram crescimento durante o período de 1991 a 2010: Brasil, 128,3%; estado Goiás, 136,6% (superior ao brasileiro) e, município de Jataí, 52,3%, uma evolução inferior ao crescimento goiano e do Brasil. Apesar da evolução do crescimento do IDHM Educação de Jataí ter sido menor, em

<sup>199</sup> O IDHM leva em conta três componentes: expectativa de vida ao nascer, educação e renda per capita. O IDHM Educação é medido por: % da população com 18 anos ou mais – com fundamental completo; % da população com 5-6 anos – na escola; % da população com 11-13 anos – nos anos finais do fundamental; % da população com 15-17 anos – com fundamental completo e % da população com 18-20 anos – com médio completo. São cinco faixas de IDHM, variando de 0 a 1: muito baixo (0 a 0,499); baixo (0,500 a 0,599); médio (0,600 a 0,699); alto (0,700 a 0,799) e muito alto (0,800) (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2013).

2010, atingiu o índice de 0,757, que representa faixa alta, enquanto o Brasil e o estado de Goiás alcançaram a faixa de IDHM médio (0,600 a 0,699), com 0,637 e 0,646, respectivamente. Jataí, em 2010, ocupou a 420ª posição em relação aos 5.565 municípios do Brasil e a 5ª posição em relação aos 246 municípios de Goiás (PNUD, 2013).

**Tabela 41** – Evolução do IDHM Educação do Brasil, Goiás e Jataí – 1991, 2000 e 2010

Lugar	IDHM Educação			
	1991	2000	2010	Evolução
Brasil	0,279	0,456	0,637	128,3%
Goiás	0,273	0,439	0,646	136,6%
Jataí	0,497	0,627	0,757	52,3%

Fonte: PNUD (2013).

De acordo com PNUD (2013), a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo, entre os anos de 2000 e 2010, cresceu 190,14%, o que pode gerar impacto na demanda do ensino superior. Em 2010, a taxa de frequência líquida do ensino médio de Jataí foi de 43,49%.

O crescimento no número de matrículas na graduação presencial do ano de 2000 a 2010 foi significativo (82,4%), passando de 1.925 matrículas (2000) para 3.511 (2010). A taxa de frequência líquida do ensino superior de Jataí, em 2010, era de 20,93%, superior à brasileira, de 13,9%. Pode-se afirmar, por esse dado, que o município de Jataí se encontra em fase de implantação do sistema de massa, pois atende acima de 16% da população matriculada do grupo etário relevante.

Com relação à educação superior, o município de Jataí, em 2010, contava com cinco IES, sendo três públicas (uma unidade universitária da UEG, um câmpus da UFG e um câmpus do IFG) e duas privadas: Cesut e Faja, que disponibilizavam 31 cursos de graduação presencial (MEC/Inep), além das extensões de IES sediadas em outros estados, que funcionavam virtualmente em escolas da rede particular, que ofertavam cursos a distância<sup>200</sup>.

A história da maioria das instituições de ensino superior reflete, desde sua criação, os embates protagonizados pela conjuntura do contexto local, regional e nacional. Muitas vezes, confunde-se com a história dos atores que tomaram parte do processo de criação, desenvolvimento e consolidação de cada instituição.

<sup>200</sup> Universidade do Vale do Acaraú (UVA), sediada na Escola Municipal Antônio Tosta de Carvalho, que formou a última turma em 2010; Universidade Norte do Paraná que funciona no Colégio Êxito, o Instituto de Ensino Superior COC que atua no Colégio Dinâmico e a Universidade Paulista que disponibiliza seus cursos na escola Talento, todas elas privadas.

A seguir, recuamos na história, na década de 1980, para compreender como ocorreu o processo de criação das IES e da FEJ em Jataí-GO e para apreender os indicativos que influenciaram para a consolidação do processo de expansão e interiorização da educação superior no município, em 1990, distinguindo as transformações ocorridas e conhecendo as perspectivas e limites desse processo, para cada instituição, que disponibiliza cursos de graduação presencial.

### 3.2 CAJ/UFG: CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO

A história da criação do CAJ <sup>201</sup> está conectada ao Projeto Rondon e à política de interiorização da universidade pública brasileira. As ações do Projeto Rondon, na época vinculado ao Minter, eram voltadas para as “comunidades carentes”, prevendo, nesse contexto, políticas de extensão/interiorização das universidades brasileiras. O CAJ foi criado nessa perspectiva, seguindo as orientações do MEC <sup>202</sup>; a UFG procurava desenvolver atividades de extensão pelo interior do País, em específico, no estado de Goiás.

A proposta de interiorização da UFG teve o início de sua expansão na gestão do ex-reitor Cruciano (1978-1981), tendo a professora Cassimiro como Pró-reitora de Extensão, que teve total apoio do Conselho Federal de Educação e muita resistência dentro da própria instituição.

O Conselho Federal de Educação, naquele tempo, hoje denominado de Conselho Nacional, me incentivou muito, aprovou tudo. A interiorização teve resoluções do Conselho Federal de Educação, aprovando a interiorização, o que não era necessário, porque a universidade tinha autonomia para fazer isto. Mas eu queria ter amparo do próprio governo federal. Não tive nenhuma dificuldade fora da universidade, agora dentro da universidade, com perdão da expressão, mas eu comi o pão que o diabo amassou, eu costumava dizer que parecia que na universidade só eu e minha equipe éramos a favor da ideia, todo mundo era contra (Entrevistado 5).

Interessado em colocar em execução o projeto de interiorização, em 1979, o reitor Cruciano instituiu uma comissão <sup>203</sup> formada por docentes e discentes dos cursos de Ciências

---

<sup>201</sup> Em 2014, denominado Regional Jataí da UFG.

<sup>202</sup> Nessa época, Eduardo Mattos Portella era o ministro da Educação do Brasil, e sua meta era “levar instrução aonde as pessoas necessitam” (UFG, 2009, p. 18).

<sup>203</sup> A comissão era constituída por uma equipe interdisciplinar, coordenada pelo professor Helder Vitor Mulatinho, tendo como membros as professoras Vera Maria Magalhães (socióloga) e Marcolina Martins Garcia (antropóloga) e os alunos Clóvis Garcia Sousa Filho, do curso de Jornalismo; Carlos Magno Rodrigues, Dilamar Cândida Martins, Leila Miguel e Cecília Bossois Mulatinho, do curso de Ciências Sociais (UFG, 1979).

Sociais e Jornalismo para fazer um diagnóstico das diferentes regiões em Goiás e apresentar os municípios que fossem consideradas polos de desenvolvimento socioeconômico, bem como identificar as necessidades das comunidades do interior com o objetivo de possibilitar “abrir caminho para a universidade se colocar, na prática, a serviço do homem do interior” (Entrevistado 5). A expansão da UFG não ocorreu de forma aleatória, mas se organizou em cidades que apresentassem perspectivas de crescimento e desenvolvimento. A pesquisa identificou como polos de crescimento as microrregiões: “Médio Tocantins – Araguaia (Porto Nacional), Mato-Grosso de Goiás (Firminópolis/São Luís de Montes Belos), Serra do Caiapó (Jataí) e Sudeste Goiano (Catalão)” (UFG, 2009, p.13).

De acordo com o diagnóstico feito em 1979, a microrregião da Serra do Caiapó<sup>204</sup> contava com 266 instituições de ensino, das quais 258 eram de 1º grau (hoje denominado de Ensino Fundamental) e oito de 2º (nos dias atuais, qualificado por Ensino Médio), perfazendo um total de “636 salas, sendo que 421 localizam-se na zona urbana e 215 na área zona rural” (UFG, 1979, p.16). Com relação à educação superior, apenas a cidade de Rio Verde tinha ensino superior, ofertada pela Fundação Escola Superior de Rio Verde (Fesurv)<sup>205</sup>, criada pela Lei Municipal 1.221/1973. As atividades de ensino superior em Rio Verde começaram como extensão da Universidade Católica de Goiás, com a implantação do curso de Letras Modernas, em 1968. Na época do diagnóstico, em 1979, a Fesurv disponibilizava quatro cursos: Letras Modernas–Inglês Licenciatura Plena e os cursos de curta duração em Pedagogia, Ciências e Estudos Sociais (UFG, 1979).

De acordo com o levantamento feito pela UFG na microrregião da Serra do Caiapó, o município de Rio Verde era o maior e o que apresentava melhor desenvolvimento socioeconômico, logo, o apropriado seria criar um câmpus avançado neste local, mas optou-se pelo município de Jataí. A opção, segundo entrevistado 5, se justificou porque “Rio Verde já tinha uma faculdade, já tinha um começo de ensino superior, e eu não queria chover no molhado, daí nós resolvemos fazer em Jataí, que era a cidade mais importante depois de Rio Verde e lá criamos o câmpus, e deu tudo muito certo”. Além disso, de acordo com os dados apresentados no diagnóstico feito em 1979, havia uma grande necessidade de cursos de licenciatura para qualificar professores para atuarem no 1º e 2º graus, em Jataí.

---

<sup>204</sup> Na microrregião 357 – Serra do Caiapó –, em 1979, estavam localizados os municípios de Acreúna, Aporé, Jandáia, Jataí, Palminópolis, Paraúna, Rio Verde e Serranópolis.

<sup>205</sup> A Fesurv “manteve em sua constituição o princípio da não-gratuidade do ensino adotado anteriormente pela Serve e Furv”, e foi criada com a finalidade de manter unidades de ensino superior no município (DOURADO, 2001a, p. 101). Sociedade de Ensino de Rio Verde (Serve) tratava-se de entidade particular, que era responsável pelo curso de Letras Modernas, criado como extensão da UCG. Fundação Universitária de Rio Verde (Furv), criada em 1972, financiou o curso de Letras até 1973 (DOURADO, 2001a).

Dos oito municípios que compunham a microrregião da Serra do Caiapó em 1979, quatro deles não disponibilizavam o ensino de 2º grau: Acreúna, Aporé, Palminópolis e Serranópolis, e a inexistência desse ensino se constituía em um dos fatores para a não implantação do ensino superior no município, pois “não teriam alunos preparados para enfrentar o vestibular” (Entrevistado 5).

Quando a comissão da UFG, sob a presidência do professor Heldo Vítor Mulatinho, compareceu à cidade de Jataí para fazer a diagnose do município, o Rotary Clube de Jataí (uma das entidades que compunha o Conselho Comunitário de Jataí<sup>206</sup>) participou, em regime de colaboração com os professores e alunos enviados pela universidade, do levantamento das preferências de cursos almejados pela comunidade junto aos professores e alunos da cidade. Na pesquisa do Rotary, foram distribuídos 400 questionários nas escolas e, dos 24 cursos sondados, a preferência se deu para os cursos de Filosofia e Agronomia (UFG, 1979).

Em 29 de setembro de 1979, foi enviado à Proex da UFG o resultado do levantamento sócio-econômico-cultural do município de Jataí, que dizia:

1. Que a cidade de Jataí se constitui em considerável polo de atração populacional [...]
2. Que o município exerce uma influência econômico-comercial, social, cultural sobre uma região de cerca de 80.000 Km<sup>2</sup> e 250.000 habitantes extrapolando até mesmo a sua micro-região.
3. Que o município hoje está ligado por modernas rodovias asfaltadas a rede viária nacional e, pelos meios de comunicação de massa, ao mundo (DDD, televisão – 2 canais).
4. Que o município tem sido razoavelmente bem administrado levando em consideração os poucos recursos, destinados aos municípios pelo atual modelo brasileiro de distribuição de tributos.
5. Que o município possui um poder econômico considerável, através do seu setor primário, embora o setor secundário se faça presente através de inúmeras pequenas indústrias e o setor terciário tenha relativo vigor, com estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte.
6. E há um indisfarçável anseio da cidade, desde a administração, passando pelas

---

<sup>206</sup> O Conselho Comunitário de Jataí foi fundado em 19 de junho de 1978, a partir de iniciativas dos chamados “clubes de serviços” da cidade, Lions Clube de Jataí e Rotary Clube de Jataí. Na época de sua criação, fazia parte do Conselho Comunitário Municipal: “Associação Comercial e Industrial de Jataí; Associação Médica Regional de Jataí; Associação Brasileira de Odontológica do Sudoeste; Seccional dos Engenheiros Agrônomos do Estado de Goiás; Clube dos Diretores Logistas; Lions Clube de Jataí; Loja Maçônica Vasco Coutinho; Loja Maçônica 28 de julho; Sindicato dos Estabelecimentos Bancários de Jataí; Sindicato Rural de Jataí; Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil; Serviço de Obras Sociais de Jataí; Sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil de Jataí e Rotary Clube de Jataí” (JATAÍ, CONSELHO COMUNITÁRIO DE JATAÍ, Livro ata, 1978, p. 1-2). O Conselho se reúne para debater e examinar assunto de natureza diversa de interesse da comunidade e com diferentes finalidades, sendo “vedada convocação para tratar de assunto religioso, político ou racial” (JATAÍ, CONSELHO COMUNITÁRIO DE JATAÍ, Livro ata, 1978, p. 2). Os assuntos registrados nas reuniões evidenciam a relação existente entre o Conselho e a comunidade/movimento social; o poder do Conselho diante do Executivo Municipal e da comunidade. Há registro, também, da criação de importantes instituições criadas a partir da indicação/intervenção do Conselho Comunitário de Jataí, como por exemplo, criação da FEJ.

lideranças locais, pelos professores e estudantes e até o povo em geral, pela instalação dos cursos superiores. Esse nível de ansiedade tem se transformado numa consciência de que a comunidade tem que fazer tudo ao seu alcance para facilitar a ida dos cursos superiores (UFG, 1979, p. 45-46).

O diagnóstico também expõe que a necessidade de cursos no município de Jataí se caracterizava em três áreas: 1- Agricultura e Pecuária, com cursos de duração plena em Medicina Veterinária e Agronomia<sup>207</sup>, e cursos de curta duração em Administração Rural, em função da economia do município; 2- Saúde, com o curso de curta duração em Nutrição e Saneamento Ambiental, cursos de qualificação e treinamento de atendente auxiliar de enfermagem e metodologia de programa de saúde para professores e pessoas da comunidade; 3- Educação, com o curso de licenciatura plena para a formação de professores de disciplinas de núcleo comum de 1º e 2º graus e Pedagogia- habilitação em supervisão e outros cursos de extensão para aperfeiçoamento de professores e pessoal que atuam em estabelecimentos de ensino (UFG, 1979). O que se efetivou na realidade do CAJ, nos primeiros anos de sua institucionalização, foram cursos de licenciatura na área de educação.

Paralelamente a esse estudo, outra comissão elaborava o Programa de Interiorização<sup>208</sup> da UFG, com a finalidade de implantar unidades avançadas em cidades do interior de Goiás, onde seriam ofertados cursos temporários que suprissem as necessidades locais e regionais. “Em 28 de fevereiro de 1980, foi aprovado o ‘Projeto de Resolução que provê sobre os Campi da UFG’” (UFG, 2009, p. 27), uma política em conformidade com as diretrizes do MEC.

Ao mesmo tempo, em Jataí, a sociedade começava a cobrar do então prefeito de Jataí, Mauro Antônio Bento<sup>209</sup>, providências no sentido de trazer para a cidade a oferta de cursos superiores que atendessem à demanda interna do município, com o discurso de trazer o progresso e o desenvolvimento. Até o final da década de 1970, os jovens de Jataí que concluíam o 2º grau (hoje Ensino Médio), quando os pais tinham condições financeiras, precisavam recorrer a outras cidades ou aos grandes centros urbanos para ingressarem em um curso superior. Aqueles que não possuíam condições tinham que se conformar apenas com a conclusão do 2º grau. Logo, ter uma IES era o sonho dos jovens e da comunidade, mas principalmente das lideranças sociais e políticas da época, e constituía-se como fator de *status*

---

<sup>207</sup> Apesar de o diagnóstico apontar os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, eles foram criados apenas em 1997.

<sup>208</sup> O programa foi pensando na expectativa de criar condições de formação profissional para os jovens do interior que não tinham condições financeiras de se mudarem para Goiânia para ingressar no ensino superior.

<sup>209</sup> Mauro Antônio Bento foi prefeito na cidade de Jataí em três mandatos, o primeiro e o segundo de 1977 a 1983, e o terceiro de 1989 a 1992. No decorrer do trabalho, será utilizado “Mauro Bento” para referir-se ao ex-prefeito.



e prestígio para Jataí. Fazendo uma análise desse processo, o idealizado era a implantação do ensino superior, independente se fosse público ou privado.

As entidades de classe e os grupos de serviços da cidade de Jataí, juntamente com as autoridades constituídas no final da década de 1970, articularam para trazer para a cidade cursos de nível superior. Vários são os atores que contribuíram para a criação do ensino superior em Jataí, principalmente para a implantação do câmpus da UFG, dentre eles, Mauro Bento (ex-prefeito de Jataí) e sua equipe da câmara dos vereadores, Adelino Gameiro das Neves, Binômimo da Costa Lima<sup>210</sup>, os clubes de serviços (Rotary e Lions), a igreja católica e a presbiteriana (Entrevistado 7). Cada um colaborou da sua forma, como poderá ser visto ao longo do trabalho.

A possibilidade de viabilizar um caminho para materialização desse anseio surgiu quando algumas pessoas da comunidade que participavam de uma comemoração dos familiares do professor Cruciano<sup>211</sup>, em conversa informal entre amigos, ouviram do reitor que a universidade estava estudando a viabilidade de ampliar suas ações para além da capital do Estado por meio de políticas de extensão e interiorização (Entrevistado 1). O objetivo era implantar cursos de ensino superior no interior, em municípios que apresentassem crescimento quanto ao número de habitantes e oferecessem condições de passar a exercer e conduzir o seu processo produtivo.

Logo após adquirir essa informação, em julho de 1979, a Comissão Pró-Curso Superior do Lions Clube de Jataí elaborou um ofício acompanhado de um abaixo-assinado para ser entregue ao reitor da UFG, professor Cruciano, no qual se solicitava a criação de cursos superiores na cidade. Esse documento foi entregue pessoalmente por uma comissão constituída por pessoas da comunidade de Jataí, entre eles o Sr. Adelino Gameiro das Neves e o senhor Meco, que reafirmaram o interesse do município em ter um câmpus da UFG e procuraram informações sobre o que deveria ser feito para que a cidade pudesse se encaixar no perfil da extensão. Convicto do interesse da comunidade e diante da disponibilidade de colaboração apresentada pelo grupo, o reitor os encaminhou à Proex para que conversassem com a professora Cassimiro. As pessoas do grupo questionaram o que Jataí deveria fazer. De acordo com dados coletados em entrevista, o diálogo foi simples e claro:

---

<sup>210</sup> Binômimo da Costa Lima é conhecido e tratado por todos como “senhor Meco”, e como será citado no decorrer do trabalho. Sobre a importância desse sujeito para a história da cidade de Jataí com suas pesquisas, seus “causos” e sua história de vida, consultar Pinto (2003). Para a autora, a história de vida humana do senhor Meco (um sujeito singular) é também fonte histórica da constituição de uma comunidade, de uma ação coletiva. Ele esteve à frente de vários movimentos para a criação de IES no município de Jataí, como será visto no decorrer da tese.

<sup>211</sup> O reitor tinha ligação com Jataí por causa de laços familiares, era casado com uma pessoa de Jataí e seus pais já tinham morado na cidade (Entrevistado 7).

Professora o que Jataí tem que fazer para ter essa extensão da Universidade Federal na nossa cidade? Ela falou só uma coisa. Vocês adquirem ou colocuem à disposição do MEC uma área, nós [UFG] apresentamos o projeto de construção e vocês façam total construção de acordo com o projeto e transfiram tudo para a UFG. Eu falei, professora, é isso que tem que fazer? É isso que tem que fazer. Tem mais alguma recomendação, professora? Não (Entrevistado 1).

Apesar das exigências, a conversa com a pró-reitora deixou o grupo esperançoso e, retornando a Jataí, ele se dirigiu ao gabinete do prefeito Mauro Bento para repassar as informações obtidas. Várias reuniões se sucederam para tratar de assuntos pertinentes à instalação de um câmpus da universidade em Jataí, contando sempre com a presença do prefeito<sup>212</sup>.

De acordo com depoimento dado pela ex-reitora, a Proex tinha como estratégia de trabalho se reunir com os prefeitos das cidades vizinhas, com os secretários de educação e a equipe da UFG, para que, juntos, trabalhassem na elaboração da programação de suas atividades para o ano seguinte. Esse encontro durava de três a quatro dias, sendo realizado no ano anterior. Então, em 1979, estava presente na reunião de planejamento de atividades da Proex o prefeito de Jataí, e um dos pontos de pauta era a criação de um câmpus da UFG em Jataí, que teve muita oposição.

Estava aqui o Mauro Bento, prefeito de Jataí, e um dos programas mais importantes era a criação do Câmpus de Jataí no ano seguinte. Foi “taaanta” oposição. Aquele auditório da Faculdade de Educação estava super lotado. Foi tanta, tanta, tanta oposição que o prefeito saiu de lá de cabeça baixa e disse: professora Cassimiro não vai sair nada, todo mundo é contra. Eu falei: vai, vai, vai sair. Vamos devagar e vai sair sim. Nós temos que provar que estamos certos. Essa é uma responsabilidade que os que têm ideias novas, tem que ter, provar que estar certo. Principalmente quando é mulher que administra, a gente tem que provar que está certo, contra tudo e contra todos. E foi isso que nós fizemos nesse programa de interiorização, que graças a Deus, frutificou mil por um. Não foi cem por um não. Foi mil por um (Entrevistado 5).

Apesar de toda a oposição de distintos setores da comunidade universitária, como a universidade vivia um momento em que as políticas educacionais incentivavam a interiorização do ensino, inclusive dispensando recursos para esse fim, Jataí seria

---

<sup>212</sup> Verifica-se, em Jataí, um ponto comum em todos os processos de criação de câmpus avançados da UFG, segundo Mendonça (2010, p. 281), que são as “reivindicações de representantes políticos e sociais que, incansáveis, não desistiram de seu objetivo” de ter educação superior em sua cidade.

contemplada com um câmpus, desde que o município disponibilizasse a área e o prédio<sup>213</sup> para que a UFG pudesse oferecer servidores técnico-administrativos e docentes para o funcionamento de cursos na cidade.

Como se verificou, era previsto uma parceria entre a universidade e o município/comunidade. Assim, após o estudo da viabilidade e da definição de competência de cada órgão, ainda em 1979, foi encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores o Projeto de Lei 13/1979, que previa a implantação da UFG em Jataí, o qual, após ser apreciado e amplamente debatido entre os vereadores<sup>214</sup>, foi aprovado. Esse assunto também foi ponto de pauta de reunião do Conselho Comunitário de Jataí (JATAÍ, CONSELHO COMUNITÁRIO DE JATAÍ, Livro ata, 1978, p. 1-2), o que evidencia a relação existente entre o Conselho e a comunidade/movimento social.

Como resultado dessas ações, em 10 de março de 1980, na gestão do Reitor da UFG, professor Cruciano, e da Pró-Reitora de Extensão, professora Cassimiro, foi assinada a Resolução 145/1980, do Egrégio Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa (CCEP)<sup>215</sup>, que criou o Câmpus Avançado de Jataí, com a finalidade inicial de constituí-lo em campo de estágio e extensão das atividades da universidade e promover melhores condições de desenvolvimento regional. O CAJ foi criado com os seguintes objetivos:

I - Possibilitar à Universidade uma participação efetiva no processo do desenvolvimento sócio-econômico regional e nacional; II - oferecer bases físicas, administrativas e técnicas para a realização de programas de extensão da Universidade, vinculando as atividades programadas às necessidades básicas da região e do País; III - contribuir com recursos humanos qualificados, através das várias modalidades de trabalho extencionista, e com a ação participativa com órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, bem como empresas ou instituições privadas, a nível nacional, regional e local, visando proporcionar à região melhores condições de vir a transformar-se em pólo de desenvolvimento (UFG, CCEP, Resolução 145, 1980, art. 2º).

---

<sup>213</sup> O programa de interiorização da UFG previa a utilização de prédios e instalações ociosas existentes nos municípios selecionados, que deveriam ser ampliados ou adaptados às necessidades (SILVA, 2005). No caso específico de Jataí, foi construído um prédio novo.

<sup>214</sup> De acordo com o Livro de Ata de Câmara Municipal de Jataí de 1979, nas folhas 80 a 84, aconteceram três reuniões para discutir o Projeto-lei 13/1979. A primeira aconteceu no dia 02 de julho, e o projeto-lei foi rejeitado por cinco votos contra três a favor; a segunda sessão extraordinária, realizada no dia 3 de julho, foi novamente colocado em debate o projeto-lei, apurando como resultado da segunda votação, sete votos a favor e dois contrários, sendo rejeitada por não atingir os dois terços exigidos por lei, e emitindo um parecer pela prorrogação de apreciação da matéria; e a terceira, em 1º de agosto, quando se retomou o debate, mas não se colocou em votação.

<sup>215</sup> Denominada como Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), em 2010.

A criação do CAJ proporcionou, para o município e a região, progresso e desenvolvimento socioeconômico. Ter um câmpus avançado da UFG e ensino superior público e gratuito foi uma vitória, pois este atenderia não somente a comunidade local, mas também as regiões vizinhas. Assim como a história da UFSCar revela “o significado que tem para a elite político-econômica local a ‘conquista’ para a cidade de São Carlos de uma universidade federal, na disputa com cidades de maior importância política e econômica” (SGUISSARDI, 1993, p. 16), o mesmo pode-se dizer com a criação do CAJ/UFG em Jataí. A primeira etapa do procedimento de instalação do câmpus achava-se alcançada.

Em 13 de março de 1980, foi sancionada a Lei Municipal 1000, que autorizou o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a UFG, “para que em Jataí se instale e funcione um ‘Campus Avançado’, nos moldes do Programa de Interiorização da Universidade” (art. 1º).

Assim, celebrou-se um convênio em 5 de maio de 1980, visando colaboração mútua entre a UFG e a PMJ nas pessoas do reitor Cruciano e do prefeito Mauro Bento, tendo em vista a instalação e o funcionamento do CAJ, na cidade de Jataí, dentro do desenvolvimento do Programa de Interiorização da Universidade, com vigência de cinco anos.

Dentre os objetivos da UFG, com a criação do CAJ, estão: vivenciar e avaliar o impacto do processo de interiorização de cursos de formação de docentes, com professores lotados em Goiânia, que ganhavam estímulos financeiros para desenvolverem suas atividades em Jataí (DOURADO, 2001a; UFG, 2009); desenvolver programas de estágios profissionalizantes e outras atividades extensionistas da universidade e “atender às despesas de pessoal para a administração e serviços necessários ao funcionamento do Campus Avançado” (UFG, Termo de Convênio, 1980, p. 2).

Segundo o convênio, os objetivos do CAJ eram tomar parte do processo de desenvolvimento socioeconômico tanto regional quanto nacional, proporcionando bases físicas, administrativas e técnicas para a efetivação de programas de extensão da universidade, atrelados às necessidades regionais, visando colaborar com recursos humanos qualificados com ação participativa nos órgãos públicos e entidades privadas com o objetivo de adequar a região a se tornar polo de desenvolvimento (UFG, Termo de Convênio, 1980).

À prefeitura, coube: doar uma área urbana na cidade de Jataí, um prédio com as devidas instalações e mobiliários para o funcionamento das atividades do CAJ; cooperar com os programas e projetos de extensão da universidade e designar Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros, moeda da época) para a UFG como contrapartida pelos serviços prestados, a partir de 01/01/1980, sendo esse valor reajustado anualmente (UFG, Termo de convênio, 1980).

Observa-se que, à prefeitura, coube ônus financeiro, e à universidade, o apoio técnico, administrativo e de pessoal, ficando responsável pela coordenação, supervisão e administração do CAJ.

A prefeitura de Jataí, visando atender o convênio, negociou com o Instituto Samuel Graham (ISG), uma área com 12.547,50 m<sup>2</sup> e, nela, construiu um prédio com capacidade para receber 400 alunos, o que significou um acontecimento para a efetivação da instalação do CAJ. O imóvel, orçado naquela época em Cr\$ 20 milhões, foi construído com recursos municipais. Oficialmente, no dia 19 de dezembro de 1980, inaugurou-se o CAJ, que teve vasta repercussão não apenas no município, mas no Sudoeste goiano, como pode ser confirmado em artigo publicado no jornal *O Popular*<sup>216</sup>, de 13/12/1980, onde diz que “Mais de treze mil pessoas compareceram à inauguração durante os dois dias de festa”, que aconteceram nos dias 05 e 06 do referido mês e ano.

O acontecimento contou com a presença das mais destacadas autoridades e lideranças do PMDB no município e no Estado: que consideram a Faculdade como um marco histórico para Jataí e para todo o sudoeste goiano, pela sua importância no contexto educacional e que permitirá a maior integração de Jataí ao cenário estadual e nacional (MENDES, 1980).

No seu discurso, por ocasião da inauguração do CAJ, a então Pró-Reitora de Extensão, professora Cassimiro, destacou a importância dessa ação tanto para o município de Jataí quanto para a UFG, ressaltando a importância da ação integrada dos vários segmentos da comunidade na promoção de uma universidade envolvida com os problemas do meio.

[...] o município dá um passo importante no sentido de sua emancipação cultural. Jataí começa a construir sua autonomia na seara da cultura de nível superior, uma vez que se prepara a fim de, gradativamente, dar acolhida aos anseios de seus filhos que desejarem cursar estudo superior. [...]

Hoje podemos dizer que a nossa Universidade vence mais uma etapa no processo de amadurecimento político-social, podendo orgulhar-se de se ter desdobrado, comunicando a vida acadêmica a este embrião de universidade.[...]

A Universidade não é uma instituição que deva estudar problemas teóricos, hipotéticos, mas, deve estudar a própria trama da vida dos homens que vivem em determinado local, com interrogações sobre sua vida e existência e que precisam encontrar respostas. E tais respostas, não se encontram só nos livros. [...]

---

<sup>216</sup> Não se pode esquecer que o evento também funcionou como forma de mostrar o trabalho da gestão do prefeito Mauro Bento e do partido PMDB, ao qual era filiado, como mostra a manchete do jornal “Faculdade marca mais um ponto na administração Mauro Bento” (MENDES, 1980). O CAJ, de certa forma, contribuiu para a campanha de reeleição do prefeito no seu segundo mandato.

A ação integrada dos vários segmentos da comunidade na promoção de uma Universidade comprometida com os problemas do nosso meio é uma das nossas preocupações fundamentais (CASSIMIRO, 1980, p. 1-2).

O Projeto de Extensão, que tinha como objetivo central “uma universidade para o bem comunitário” (UFG, 2011, p. 11), coordenado pela Pró-Reitora Cassimiro, implantou no CAJ, em caráter experimental de interiorização, o primeiro curso – Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática, Química e Física –, que iniciou suas atividades acadêmicas em março de 1981 (UFG, 2011), “reconhecido pelo MEC, mediante a portaria nº 938 de 26 de novembro de 1985” (DOURADO, 2001a, p. 161).

O curso de Licenciatura Plena em Ciências previa também a área de Ciências Biológicas, mas, de acordo com depoimentos da ex-reitora e de um dos ex-diretor do CAJ, o Instituto de Ciências Biológicas (ICB) era contra a interiorização: “eles negaram a colaborar”. Uma das justificativas dada era que o curso era caro e dependia de laboratório, “e ninguém acreditava que a universidade conseguiria dinheiro para implantar os laboratórios” (Entrevistado 5). Na visão de um dos ex-diretores do CAJ, a decisão do ICB foi sensata: “com muita razão, com muita responsabilidade, porque dos quatro cursos na área de ciências é o que exige mais estrutura laboratorial, mais professores especializados” (Entrevistado 7).

Os cursos abertos no interior (Jataí e Catalão) apresentavam como regra o caráter de temporariedade (atendimento a uma demanda regional de momento), ligado à formação de recursos humanos para a educação (UFG, 1986).

O curso de Licenciatura Plena em Ciências implantado não foi nenhum dos solicitados por meio do levantamento feito pelo Rotary Clube, e sim o apresentado no diagnóstico do município feito pelo professor Mulatinho na área da educação. O empreendimento derivou de uma ação do Programa de Interiorização de Cursos de 3º grau<sup>217</sup>, que enfatizava a formação dos docentes de 1º e 2º graus.

O curso de Ciências com habilitação em Matemática, Química e Física, teve apenas dois vestibulares, em 1981 e 1982, disponibilizando 90 vagas por vestibular, assim distribuídos: 20 vagas para o curso de Química, 30 para Física e 40 para Matemática (ASSIS, 1991). As vagas para a implantação do curso em Jataí foram remanejadas dos cursos respectivos de Goiânia e aprovadas pelo Conselho Universitário da UFG (SILVA, 2005). A

---

<sup>217</sup> Esse programa foi submetido ao exame do Conselho Federal de Educação, em 1983, e o parecer dado em 5/04/1985 enalteceu a política de expansão da UFG via interiorização, que ampliou e descentralizou suas atividades, visando atingir as regiões do interior do Estado (UFG, 2009).

universidade assumiu os custos relacionados à logística e dos professores que pertenciam ao seu quadro funcional e que passaram a atuar também no CAJ.

A criação do curso de Ciências foi acompanhada pelo professor Mauro Urbano Rogério, do Instituto de Matemática e Física, que foi então convidado pela reitoria para ser o primeiro a assumir a direção do CAJ.

Em 17 de maio de 1982, ocorreu a segunda e determinante etapa para a efetiva instalação do CAJ em Jataí, quando a PMJ fez doação à UFG, por escritura de doação lavrada às folhas 101 a 103 do Livro de notas nº 242, do Cartório do 2º Ofício, o prédio especialmente construído para o funcionamento do câmpus. Este era composto de três pavilhões, com oito salas de aula, quatro laboratórios, biblioteca, almoxarifado, secretarias, sala de direção, quatro salas para professores, sala para vigia, cantina e uma sala de reunião, que tinha sido inaugurado em 19/12/1980. Até 1982, o imóvel pertencia à prefeitura de Jataí. No mesmo ano, em 30 de dezembro, a UFG adquiriu, do ISG, uma área de 12.547,50 m<sup>2</sup>, nele instalado o prédio, conhecido como “Casarão” (antigo internato feminino do instituto<sup>218</sup>), que se encontrava em condições de reparos urgentes<sup>219</sup>(CAJ/UFG, Relatório de gestão ..., 2009).

Contudo, embora a decisão da UFG em implantar os câmpus aparentemente significasse a solução dos problemas enfrentados pelo município e pela região, devido à insuficiência de oferta do ensino superior, também representava a peregrinação, a partir daí, por recursos para a implantação e manutenção dos cursos (UFG, 2009).

Sanada a primeira dificuldade, que era a estrutura física, a atenção foi direcionada para o equipamento do prédio, para os laboratórios do curso já implantado e para a aquisição de livros para compor o acervo da biblioteca. Novamente, o problema foi resolvido pelo município com a ajuda também de recursos procedentes do governo estadual<sup>220</sup> para a aquisição do material necessário para o funcionamento das atividades do CAJ (UFG, 2009). Observa-se a união de várias frentes políticas, inclusive contrárias, todas em prol de um objetivo único, a criação do CAJ. Segundo depoimento de ex-reitora,

disseram que eu tinha muita habilidade para ligar pessoas. Que eu liguei o PSB com PMDB, o Instituto Samuel Grahan que era protestante com o bispo [risos], e por fim a Maria Valadão que era de outro partido, para eles se

<sup>218</sup> A escritura dessa área está lavrada às folhas 118 a 120, Livro 145 do Primeiro Tabelionato de Jataí (ASSIS, 1991).

<sup>219</sup> O diretor, na época Guilhermino de Paula Souza, solicitou à Proex da UFG, por meio do ofício 07/1983-CAJ, “a reforma e adaptação do referido prédio, cuja planta já foi elaborada pelo ETA/UFG”.

<sup>220</sup> O recurso do Estado veio de Maria Valadão (primeira dama do Estado, esposa do governador), que “deu, deu alguns dezenas de milhões de cruzeiros para montar os laboratórios em Jataí” (Entrevistado 5). Não era obrigação de o Estado contribuir com a expansão e interiorização da educação superior.

unirem na formação do Câmpus de Jataí; foi muito bonito, foi muito bonito (Entrevistado 5).

Todo o material dos laboratórios e de sala de aula, bem como a estrutura física, posteriormente foram tombados como patrimônio público federal, pertencentes à UFG.

O CAJ desenvolvia, na época, além de atividades de ensino, também atividades de extensão, como o “Projeto de Ação de Incentivo à Leitura” (UFG, 2009, p. 20), fruto de uma parceria entre a UFG e a SEE, durante os anos de 1981 e 1982, cursos de aperfeiçoamento para professores da rede estadual e municipal, além de promover seminários e encontros nos setores educacionais e de agropecuária.

Um dos ex-diretores afirma que “a extensão era fortíssima” na década de 1980, e era promovida com o apoio da universidade e seus institutos (de Goiânia), exposição de orquídea, cursos e palestras na área de artes (música e artesanato), exposição de artes, dentre outros, sempre procurando fazer integração do CAJ/UFG com a comunidade local para conseguir levantar os anseios e poder atendê-la. Observa-se a concepção assistencialista da expansão, com o intuito de atender as necessidades das comunidades do interior.

A professora Cassimiro falava: a universidade tem de ser popular, a universidade não pode ser aquele cantinho dela [...], fechadinho, ir lá fazer palestra e voltar. Não! Tem que fazer as palestras, mas misturar com o povo, [...] para saber o que que eles querem e o que eles precisam (Entrevistado 7).

Com a finalidade de dar apoio às iniciativas de extensão, ensino e pesquisa das universidades federais brasileiras, em 1983, foi firmado o convênio 035/83, entre o MEC, o Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação e a UFG, que apresentava como objetivo transferir recursos do BID e da Contrapartida Nacional do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento para o programa MEC BID III (UFG, 2009). Onze universidades brasileiras foram beneficiadas pelo convênio, sendo uma delas a UFG. O programa não previa metas diretamente ligadas ao CAJ, mas existiam subprogramas que indiretamente contribuía com o câmpus, pois previam a capacitação de recursos humanos e a assistência técnica, melhorando a eficácia dos serviços prestados (UFG, 2009). As universidades brasileiras, assim como a UFG, esperaram ansiosamente pelo programa MEC BID IV para ampliar suas metas em áreas não beneficiadas, mas este não existiu<sup>221</sup>. Isso acarretou impacto na expansão dos câmpus da UFG e, dentre eles, do CAJ, pois a Proex, sem os recursos desse programa,

<sup>221</sup> Segundo a revista *Afirmativa* nº 4 da UFG (2009), desde o final do MEC BID III, entrou pouco dinheiro na UFG, voltando a receber verba, só agora, com os programas do governo Lula, sobretudo com o Reuni, “o crescimento entre esses anos foi inexpressivo em relação às necessidades da instituição” (p. 22).



não poderia continuar com a capacitação de recursos humanos e o subsídio dos serviços prestados no câmpus, centralizando os custos na prefeitura municipal.

Além disso, com a extinção do Ministério do Interior, cessou-se a dotação orçamentária antes recebida pela Proex da UFG, o que acabou afetando o Projeto de Extensão, ao qual o CAJ estava vinculado. A universidade iniciou o seu processo de extensão universitária como “autora e promotora” das atividades desenvolvidas, se responsabilizando pelos custos arrolados à logística e aos professores (MENDONÇA, 2010). Assim, com o corte de recursos destinados aos projetos de extensão da instituição, a UFG não tinha como manter o programa de interiorização e a realização de suas atividades, o que colocou em risco o convênio de oferta dos cursos mantido entre prefeitura e universidade, como acontecia no CAJ.

Outro fator que influenciou a possibilidade de findar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, disponibilizadas pela universidade em Jataí, foi os inúmeros problemas apresentados pela primeira turma do curso de Ciências, que concluiu em 1984 – evasão de alunos, dificuldade de transporte de professores de Goiânia para Jataí e manutenção do CAJ. Na época, foi notória a dificuldade de deslocamento dos professores da UFG de Goiânia para Jataí para que pudessem ministrar as aulas, “já que a Prefeitura contribuía ‘somente’ com as instalações” (UFG, 2009, p. 16). A universidade questionava os gastos realizados em função do número reduzido de alunos, sendo inclusive comentado por alguns membros da UFG “que seria mais barato deslocar os alunos a Goiânia, que deslocar professores e instrumental até o interior” (UFG, 1986, p.11). A alternativa levantada foi a criação de cursos permanentes, baseados em estrutura e recursos que se fixassem na cidade, criando centros de desenvolvimento científico cultural. Até 1986, ao todo formaram apenas 27 alunos no curso de Licenciatura em Ciências em Jataí, “sendo 11 em Matemática, 2 em Física, 2 em Química, e 12 em Ciências- Licenciatura Curta” (CAJ/UFG, Relatório de gestão ..., 2009, p. 29).

Apesar desses problemas, a comunidade de Jataí não pensava na possibilidade de fechamento do CAJ, inclusive pressionava as lideranças políticas para solicitar à UFG a criação de mais cursos universitários. Em 1983, a professora Cassimiro, no cargo de reitora da UFG (1982-1985), recebeu do prefeito de Jataí, Nelson Antônio da Silva<sup>222</sup>, em abril, o ofício 134, que relatava os pedidos incessantes da comunidade para a implantação de mais cursos universitários, sendo os mais solicitados: Pedagogia, Enfermagem, Sociologia, Ciências

---

<sup>222</sup> Nelson Antônio Silva foi vereador da Câmara Municipal de Jataí (CMJ) de 1973 a 1977, prefeito do município de Jataí de 1983 a 1988, deputado estadual de 1999 a 2003 e, a partir de 2011, novamente vereador em Jataí.

Contábeis, Zootecnia, Agronomia e Direito. Este fato é contraditório, pois o prefeito solicitou a criação de mais cursos superiores no CAJ e, um mês antes, em março, havia encaminhado o ofício 92 à reitora Cassimiro, solicitando redução de repasse mensal previsto no convênio firmado entre UFG/PMJ em face às dificuldades financeiras pelas quais o município de Jataí vinha passando<sup>223</sup>.

Como resposta a essa iminente possibilidade do fechamento do CAJ e frente à alternativa levantada de criação de cursos permanentes, as instituições sociais e lideranças políticas da cidade se mobilizaram para manter o Câmpus no município. Em meio a conflitos e tensões, as representações de diversos segmentos socioculturais e políticos, estavam convencidos de que o CAJ não era um presente, mas uma conquista da comunidade, e cobravam sua permanência. Com isso, a intenção da ex-reitora do envolvimento da comunidade com o processo de interiorização da universidade no município de Jataí pode-se dizer que foi materializado.

Nunca entraria na universidade como se eu estivesse levando um presente, amarradinho com uma fitinha verde e amarela; o que eu queria era entrar na universidade com as mãos dadas com a comunidade. Eu queria a comunidade envolvida no processo, e isso foi muito bom, foi fundamental (Entrevistado 5).

A mobilização lutava pela manutenção do CAJ, bem como pelo seu crescimento, e cobrava da direção do CAJ e da UFG novos cursos.

Quando o curso de ciências começou..., eu diria, chegou ao seu fim natural, a comunidade estava pronta, estimulada, desejando, querendo e cobrando. O que é que vem? O que vem pra cá? Pedagogia? Letras? Direito? [...] E eu dizia: mas não tem dinheiro, como que vai trazer curso pra cá? (Entrevistado 7).

Após várias reuniões, a saída encontrada para viabilizar a permanência do CAJ em Jataí, bem como a vinda de novos cursos, foi a criação de uma Fundação<sup>224</sup>. “A *fundação* é uma pessoa jurídica constituída por um patrimônio – conjunto de bens – vinculado a um determinado fim” (SGUISSARDI, 1993, p. 40, grifo do autor). Assim, em 13 de março, foi

<sup>223</sup> Ex-presidente da FEJ, explica que a liderança municipal na pessoa do prefeito “assumiu um compromisso sem poder, sem ter condições e sem saber que ele não ia, que ele não podia cumprir. Ele assumia por força de não ser linchado pela comunidade, porque era uma reivindicação da sociedade, uma briga da comunidade, mas depois ele não fazia o repasse” (Entrevistado 1). Independente de qual prefeito assumisse a gestão do município, nenhum deles queria ser responsável pelo fechamento do CAJ, pois isso seria uma mancha em sua carreira política.

<sup>224</sup> Para maiores informações sobre as fundações consultar Sguissardi (1993) e Dourado (2001a).

criada pela Lei Municipal 1077/1984 a FEJ, subordinada financeiramente ao poder público municipal, com o objetivo de promover o desenvolvimento do ensino superior no município<sup>225</sup>.

Segundo Sguissardi (1993), a forma jurídica fundacional procura adotar um sistema de descentralização administrativa que propicia maior “flexibilidade, agilidade e adaptabilidade da administração pública” (p. 47). Nessa lógica, a criação de fundações municipais, como a FEJ, facilitava os entraves legais para criação e credenciamento de IES e para a obtenção de autorização e reconhecimento de cursos, que acontecia em função da insuficiente normatização e fiscalização das fundações educacionais (DOURADO, 2001a).

O potencial da administração descentralizada da fundação era poder “aprovar orçamentos, investir, contratar, fazer convênios, sem a necessidade de autorização da administração central ou do poder legislativo” (SGUISSARDI, 1993, p. 47-48). Usando de sua prerrogativa, a FEJ assinou o primeiro Convênio 28, em 10 de outubro de 1984, com a PMJ e a UFG, responsabilizando-se pela contratação de professores e manutenção das atividades do CAJ, garantindo, assim, a consolidação do projeto de criação do câmpus com a divisão de gastos e responsabilidades. Nesse convênio 28/1984, com relação às obrigações, a UFG era responsável pela seleção e orientação pedagógica dos professores e pelo processo seletivo dos alunos, e a FEJ se responsabilizava pela contratação e pelo pagamento dos professores e técnicos administrativos, pela manutenção do CAJ e aquisição de livros e materiais de consumo (DOURADO, 2001a). O convênio previa a implantação do curso de Pedagogia e assegurava, entre outros aspectos, dois vestibulares (em 1985 e 1986) e concursos públicos para contratação de professores, realizados pela universidade.

Observa-se que, nesse convênio e nos subsequentes, a universidade deixou de assumir os custos relacionados à logística e aos professores, como fez em 1980, quando criou o curso Licenciatura Plena em Ciências, ficando a prefeitura responsável pela manutenção de base, assumindo praticamente todas as despesas. O município passou a assumir encargos com o nível superior, que não era de sua competência.

Em 1984, quando se debatia a criação de novos cursos de graduação de nível superior para o interior pela UFG, além de oposição dentro da própria universidade, ocorreu também fora da instituição, por meio de publicação de editorial do jornal *Folha de Goiás*, segundo entrevistado 5, que atribuía à reitora todas as falhas da universidade brasileira e, sobretudo, da política de interiorização que estava sendo implantada. Percebe-se pelos dados

---

<sup>225</sup> Maiores detalhes sobre a FEJ serão abordados ainda nesse capítulo, no próximo subtítulo.

coletados na entrevista o embate entre o público e o privado. A organização a qual o entrevistado se refere é o Grupo Anhanguera, que em 1985 passou a administrar por meio da AJE os cursos superiores do Cesut.

Houve uma perseguição muito grande além da universidade, daquela que eu sofri na universidade, de um jornal que tinha aqui em Goiânia que se chamava Folha de Goiás. A Folha de Goiás, dia sim, dia não, saía um editorial contra a ideia [...], dizendo e falando coisa, atribuindo a mim todos os defeitos da universidade brasileira, que eu estava elitista. Depois nós descobrimos que a pessoa [...] era sócia de uma organização que estava criando cursos no interior e ela não queria a universidade federal lá, atrapalhando o negócio dele, porque o caso dele era um negócio, ela era faculdade de cursos pagos. Mas eles entraram, estão em Jataí, em Catalão (Entrevistado 5).

Tais questões remetem a investigações específicas sobre a relação público e privado.

Assim, a partir da criação da FEJ, foi possível a criação de novos cursos no CAJ, ajustada ao processo de expansão e interiorização da UFG e conduzida administrativa e pedagogicamente pela universidade, sendo o primeiro curso criado o de Licenciatura em Pedagogia, em 1985; ela também possibilitou a criação dos cursos de Direito e Administração, que eram ofertados pelo Cesut, instituição de ensino superior particular, mantida pela AJE, que será abordado a seguir, nesse capítulo.

A opção pelo curso de Pedagogia ocorreu em função de atender à necessidade de formação de professores na região e, ao mesmo tempo, pelo fato de o curso se caracterizar por não demandar elevados recursos financeiros para sua implementação, pois não precisava de laboratórios, sendo-lhe necessária apenas a aquisição de livros para o acervo da biblioteca, além da disponibilidade apresentada pelo departamento da UFG<sup>226</sup>. De acordo com o relatório da UFG, dentre os fatores que incidiam na seleção dos cursos oferecidos no interior, havia: “o custo em termos de equipamentos, material permanente e mesmo da disponibilidade dos departamentos” (UFG, 1986, p. 11). Esses fatores muitas vezes levaram a um desencontro entre a expectativa da comunidade e as possibilidades de oferta da universidade, o que refletiu às vezes na demanda dos cursos oferecidos.

---

<sup>226</sup> A liberação para a criação do curso de Pedagogia foi conseguida após várias reuniões da comissão constituída pelos membros da FEJ e pelo chefe do poder executivo, ora com a Proex, ora na Faculdade de Educação (FE), conseguindo, depois de muito trabalho, a anuência dos representantes da FE. Conforme depoimento, “a Faculdade de Educação aqui em Goiânia era inteiramente 100% contra os câmpus, mas 100% contra, e foi mudando, foi mudando, foi mudando, até que chegou a criar o curso de Pedagogia, lá em Jataí, então a gente foi conseguindo essas conquistas, assim, paulatinamente [...], convencendo as pessoas” (Entrevistado 5).

Para iniciar o curso, foram contratados pela PMJ, em março de 1985, cinco<sup>227</sup> professores, os quais foram, no ano seguinte, transferidos para o quadro de pessoal da FEJ. Os professores se submeteram a concurso público realizado pela UFG, na cidade de Goiânia, e, depois de aprovados, apesar de não pertencerem ao quadro da universidade, recebiam seus proventos de acordo com o quadro de carreira dos professores federais, o que foi assegurado via convênio. Durante os primeiros anos, os professores tiveram atendimento pedagógico oferecido pela Faculdade de Educação, e também o Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia do CAJ era o mesmo do curso de Goiânia. Tanto a UFG como o CAJ esperavam que os professores contratados fixassem residência em Jataí para evitar um dos problemas do curso de Ciências, que era o transporte dos professores. No primeiro vestibular, para 50 vagas disponibilizadas, inscreveram-se 222 candidatos, o que revelou uma concorrência de 4,44 candidatos por vaga (UFG, 2009).

A aula inaugural do curso de Pedagogia foi um evento que marcou a comunidade, e após sua luta pela manutenção da UFG na cidade. Aconteceu no dia 18 de março de 1985, no salão nobre do ISG, e foi proferida pela reitora Cassimiro, com a presença dos pró-reitores, do chefe de gabinete, da diretora da FE, do presidente do colegiado da UFG, do diretor, dos professores e alunos do CAJ, das autoridades civis, eclesiásticas e militares, entidades de classes e dos clubes de serviço, da imprensa escrita e falada, dos membros do ensino superior de Rio Verde e convidados.

A definição pela criação do curso de Pedagogia no CAJ, que não previa o uso dos laboratórios montados para o funcionamento da Licenciatura Plena de Ciências, cujas turmas estavam concluindo a graduação, fez com que os institutos da UFG despertassem o interesse em ficar com o material dos laboratórios de Jataí, com o objetivo de ampliar e atualizar o acervo laboratorial de Goiânia, o que gerou uma polêmica grande e um descontentamento da sociedade local. Todo o material do laboratório tinha sido passado para a UFG, logo, pertencia ao patrimônio da universidade (direito legal). A lógica era que esse material fosse transferido para Goiânia e retornasse quando o câmpus necessitasse. Gradativamente, os institutos foram solicitando transferência de equipamentos<sup>228</sup> sob a forma de empréstimo,

---

<sup>227</sup> Os professores contratados foram: Cleide Pereira Coutinho, Ivone Garcia Barbosa, Luiz Fernandes Dourado, Márcia Santos Anjo Reis e Ugo Gianotti.

<sup>228</sup> Ofícios 30/1985 e 40/1985 do chefe do Departamento de Física ao Pró-Reitor de Extensão, solicitando transferência de equipamentos do laboratório de Física do CAJ para Goiânia, justificando que, “devido à falta de recursos financeiros nestes últimos cinco anos nenhum equipamento pode ser adquirido”, e o departamento “não dispõe de equipamentos suficientes para ministrar as aulas de Física para os diversos cursos [...] com turmas de até 40 alunos” (UFG, Ofício 30, 1985). Esse período, década de 1980, se caracteriza pela expansão do número de vagas na educação superior com contenção de despesas, então uma

apesar da luta da comunidade jataiense, que se julgava possuidora do direito moral de impedir a retirada do material, visto que eles tinham sido adquiridos para o CAJ. Os laboratórios permaneciam montados, mas cada vez mais desfalcados.

O curso de Ciências estava sendo desativado, mas já tinha cumprido o seu papel. [...] Quando iniciou o curso de Ciências, se pensava que teríamos demanda de Rio Verde, de Caiapônia, de Mineiros, de Santa Helena. Essa era a perspectiva: atender uma região, e não uma cidade. Esse era o objetivo, e isso já estava cumprido. [...] Os institutos da UFG [...], cada um queria catar da sua parte, mandavam buscar um microscópio, uma lupa, uma balança sofisticada. Na realidade, foi buscando. [...] Era normal essa fala: “mas também ficar lá fazendo o que? Não ia servir para os cursos”. Hoje até eu sou a favor, mas na época eu brigava feio (Entrevistado 7).

Nem sempre a busca do material foi realizada de forma legal e às claras, pois a comunidade local lutava pela sua permanência de todas as formas. Então, no embate entre o legal e o moral, para evitar maiores transtornos com a comunidade, a UFG mandou buscar definitivamente o material dos laboratórios, em horário fora do expediente, em um final de semana prolongado por um feriado (UFG, 2009).

[...] chegaram a retirar todos os laboratórios dos cursos de Ciências de Jataí na marra, de madrugada, para que os habitantes não assistissem. Foram lá uma vez com os caminhões para retirar, queriam fechar o câmpus e a comunidade deu as mãos e fechou os portões [...], não permitiu. Aí passaram alguns meses, eles foram de madrugada, na calada da noite e retiraram (Entrevistado 5).

A comunidade envolvida com o processo de expansão e interiorização da educação superior em Jataí lutou pela permanência dos materiais do laboratório, pois estes poderiam se constituir em justificativa para a vinda de novos cursos e desenvolver pesquisas.

Com a desativação dos laboratórios dos cursos de Ciências, uma série de atividades de extensão que eram desenvolvidas em Jataí ficou comprometida.

Na gestão do reitor Joel Pimentel Ulhôa<sup>229</sup>, em 10 de março de 1986, o Pró-Reitor de Extensão Genésio Lima dos Reis designou uma comissão<sup>230</sup> para “realizar estudos visando fornecer subsídios para o estabelecimento de uma política acadêmica capaz de assimilar a

---

saída encontrada pelos institutos para manter a qualidade dos cursos da capital era requisitar material subutilizado nos câmpus, como no caso do CAJ.

<sup>229</sup> O professor Joel assumiu o reitorado da UFG no período de 1986 a 1989, sendo o “primeiro reitor eleito pelo voto direto” da instituição (UFG, 2009, p. 4).

<sup>230</sup> Composta por Roberto Ruhman Daher (presidente), Elísia Paixão de Campos, Lázaro José Chaves e Yara Moreira (que se retirou da comissão por não poder colaborar durante o desenrolar dos trabalhos) (UFG, 1986).

evolução do entendimento da extensão na Universidade de Goiás” (UFG, 1986, p. 1). O objetivo era chegar a uma descrição real da extensão que existia na UFG e, ao mesmo tempo, identificar problemas e levantar sugestões de modificações. Para tanto, os estudos foram destacados em três áreas: a de interiorização, na qual estava compreendida a criação dos câmpus e abertura de cursos de graduação plena no interior do estado; a de estágios e a de programas e projetos especiais. O caso específico do CAJ fazia parte dos estudos das duas primeiras áreas.

A recorrente falta de recursos financeiros para manter o câmpus e as atividades nele realizadas, dentre eles o deslocamento e a manutenção de professores e estagiários, fez com que, em 1986, o convênio entre a UFG e a prefeitura não fosse renovado, e o vestibular deixou de ser oferecido em 1987. No mesmo ano, no entanto, após negociações entre PMJ, FEJ e universidade, o impasse foi resolvido: outro convênio foi firmado (Convênio 29/1987) para dar continuidade ao curso de Pedagogia com previsão de dois vestibulares para os anos de 1988 e 1989.

Apesar de existir apenas o curso de Pedagogia no CAJ, a pequena equipe de professores, além do ensino, desenvolvia atividades de extensão, procurando levar a universidade à comunidade, promovendo a I Semana da Mulher (1985), I Semana de Primeiros Socorros (1987), I Semana Cultural (1989), além de ser responsável pela elaboração e execução do Concurso Público de Prova e Títulos para professores de Ensino Municipal de 1º e 2º graus de Jataí (1987). Em 1989, preocupados em melhorar a qualidade da formação dos alunos da cidade que se candidatavam ao vestibular, os professores do CAJ ministraram aulas preparatórias, atendendo à solicitação da comunidade (CAJ/UFG, Ofício 79, 1989).

Em 1988, acatando as reivindicações realizadas pelos professores, foi designada, em 14 de junho, pelo reitor em gestão, o professor Joel Pimentel Ulhôa, uma comissão<sup>231</sup> para elaborar o Plano Diretor do CAJ. Neste, apresentou-se como resultado a necessidade de manutenção do curso de Pedagogia, criação de outros cursos de licenciatura - em função da carência de profissionais habilitados na cidade nas áreas de Português, História e Geografia - e do curso de Veterinária ou Engenharia Florestal.

---

<sup>231</sup> A comissão criada pela Portaria 821/1988 era composta por: dois ex-diretores do CAJ, Mauro Urbano Rogério e Guilhermino de Paula Souza e um professor da UFG, Antonio César de Oliveira. Essa comissão agregou uma equipe local constituída pelo diretor do CAJ, Luiz da Silva Veiga, pelo presidente da FEJ, Adelino Gameiro das Neves, pelos representantes da Secretaria de Educação Municipal, Zuleide de Souza Emerik e Zenilda C. de Souza, pelo representante da Delegacia de Ensino Regional, Zenaide Gouveia Vilela, por um docente do CAJ, Luciene Lima de Assis e por um representante do Centro Acadêmico de Pedagogia, Marlene Ferreira da Silva Brito, que realizou contatos com variados segmentos da sociedade para estudar necessidades regionais, colher propostas e apresentar sugestões (ASSIS, 1991).

Dessa forma, novos convênios foram estabelecidos (ver Quadro 4 – Apêndice E). Em 1989, firmaram-se os convênios 31 e 32, entre a UFG/FEJ/PMJ para a implantação do curso de Letras e a manutenção do curso já existente (Pedagogia) na cidade de Jataí. A primeira turma de Letras começou suas atividades em março de 1990.

A implantação definitiva do CAJ/UFG em Jataí contribuiu para o crescimento e desenvolvimento da cidade. A Universidade tem a responsabilidade de produzir, disseminar e renovar o conhecimento, assim como, pela sua própria condição acadêmica, científica e filosófica, tem a função de preparar profissionais com um entendimento aprofundado do seu campo de intervenção e de outras áreas. Portanto, a universidade visa possibilitar aos acadêmicos um discernimento apurado, para que tenham consciência de seus compromissos sociais e sejam capazes de se antecipar às mudanças, sabendo “prosseguir com desenvoltura sua evolução permanente” (MORAIS, 1992, p. 58).

### 3.3 FEJ: CRIAÇÃO, ESTUTURAÇÃO, E RELAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE JATAÍ

O CAJ tinha sido criado em 1980<sup>232</sup> com o curso de Licenciatura em Ciências e, devido à conjuntura política em que se encontrava o Brasil, não havia respaldo do governo federal para a criação de novos cursos no câmpus. Neste contexto, para que a UFG pudesse expandir em Jataí, era necessário que tivesse apoio financeiro de algum órgão para a contratação de funcionários, aquisição de materiais (livros, equipamentos) e criação de novos cursos.

A instituição de fundações municipais foi a saída encontrada na época para o processo de expansão da educação superior em outros municípios do estado de Goiás e em Jataí, devido à escassa normatização e fiscalização das fundações educacionais, como dito anteriormente. Desta forma, a FEJ foi criada da conveniente articulação procedida pelo professor Guilhermino de Paula Souza (diretor do CAJ de 1982-1985), senhor Meco (representante da Associação Cultural de Jataí) e Adelino Gameiro das Neves (representante do Lions Club de Jataí). Após várias conversas e reuniões, inspirados nos anseios de políticas de expansão e interiorização da UFG, levaram a ideia de criar uma fundação para o desenvolvimento do ensino superior no município à Câmara Municipal. Posteriormente, encaminharam-na ao chefe do poder executivo, prefeito Nelson Antônio da Silva que, de

---

<sup>232</sup> O resgate histórico do CAJ foi realizado no subtítulo anterior.



imediatamente, incorporou a proposta e sugeriu que fosse levado ao Conselho Comunitário para que as lideranças se posicionassem (FEJ, Livro de atas, ata nº 1<sup>233</sup>, 1984). Observa-se que o Executivo Municipal solicitou o posicionamento do Conselho Comunitário de Jataí com o objetivo de obter respaldo para a criação da fundação<sup>234</sup>.

O presidente do Lions Club de Jataí encaminhou um ofício ao coordenador do Conselho Comunitário de Jataí, solicitando que fossem convocadas as lideranças comunitárias para uma reunião, com o objetivo de discutir a viabilidade de criação de uma fundação educacional em Jataí. A reunião foi agendada para o dia 11 de novembro de 1983 e, após explanação da finalidade do encontro e esgotar os devidos esclarecimentos, colocou-se em votação a criação da Fundação Cultural de Jataí<sup>235</sup>, que foi aprovada por todos<sup>236</sup>. Nessa mesma reunião, designou-se uma comissão<sup>237</sup> para rever a matéria e elaborar um anteprojeto<sup>238</sup> de estatuto, destinado a instituir a fundação. Em 23 de novembro de 1983, os membros da comissão em reunião, após estudo, averiguaram que a criação da entidade só teria viabilidade se fosse criada pelo Poder Público Municipal, que foi aceito pelo prefeito e passou a participar das discussões subsequentes.

O anteprojeto foi encaminhado para cada representante-membro do Conselho Comunitário para que procedesse à leitura e encaminhasse à comissão as sugestões. No dia 18 de janeiro de 1984, ocorreu a primeira reunião ordinária de apreciação final do Estatuto da FEJ que, depois de lido e discutido por partes, foi aprovado pela maioria. Na mesma reunião, constituiu-se a primeira Comissão Diretora da FEJ<sup>239</sup>, composta por cinco membros eleitos pelos pares, para deliberar sobre as medidas a serem adotadas na fase de estruturação da entidade, sendo que as decisões seriam tomadas em conjunto com o chefe do poder executivo,

<sup>233</sup> A ata nº 1 – primeira reunião ordinária de apreciação final e aprovação do Estatuto da FEJ bem como eleição e Posse da Comissão Diretora, realizada em 18 de janeiro de 1984.

<sup>234</sup> Verifica-se a influência e o crédito das opiniões do Conselho Comunitário nas decisões do Executivo Municipal, assim como a relação existente entre o Conselho e a comunidade/movimento social.

<sup>235</sup> A Fundação Cultural de Jataí, nome inicialmente proposto, depois da apreciação do anteprojeto, passou a ser denominada de Fundação Educacional de Jataí (FEJ, ata nº 1).

<sup>236</sup> Há registro da indicação/intervenção do Conselho Comunitário de Jataí para a criação da Fundação Educacional de Jataí (JATAÍ, CONSELHO COMUNITÁRIO DE JATAÍ, Livro ata, 1978, ata de 11/11/1983).

<sup>237</sup> A comissão foi constituída por Adelino Gameiro das Neves (representante da Associação Comercial e Industrial de Jataí), que assumiu a presidência, Dra. Maria das Graças Filizola, Zenilda Souza, Nei Rosa de Oliveira, Dr. Rubens Martins Vieira, Dr. Hidelbrando Alves de Assis (responsável pela redação do anteprojeto) e Dr. Goiano Barbosa Garcia (FEJ, ata nº 1).

<sup>238</sup> O anteprojeto foi elaborado a partir de estudos realizados de estatutos já existentes de fundações que se encontravam em pleno funcionamento e com bons resultados, trazidos pelos membros da comissão, sendo analisados Estatutos das Fundações de Itumbiara (GO), Barretos (SP) e Morrinhos (GO). De acordo com dados coletados em entrevista, “o Estatuto da Fundação Educacional de Jataí é uma cópia do da Fundação Educacional de Barretos” (Entrevistado 1).

<sup>239</sup> Composta por Adelino Gameiro das Neves (presidente), Binômimo da Costa Lima, Eudes Assis Carvalho, Gilázio de Souza Santos e Zenilda da Conceição de Souza (FEJ, Livro de atas, Ata nº 1).

na época Nelson Antônio da Silva. Apesar da existência de uma Comissão Diretora da FEJ, esta não tinha liberdade total de decisão, pois era subordinada financeiramente à dotação orçamentária municipal, por isso a necessidade de anuência do prefeito municipal.

Em 13 de março de 1984, foi criada pela Lei Municipal 1.077, a FEJ, regulamentada por seu Estatuto, devidamente aprovado, “com fins culturais e objetivos não lucrativos, de direito privado<sup>240</sup> municipal, com jurisdição em todo o município, domicílio e foro no município de Jataí, Estado de Goiás” (FEJ, Livro de atas, ata nº 1, p. 3). Em 30 de novembro do mesmo ano, o Estatuto foi alterado, mudando a personalidade jurídica da FEJ para direito público<sup>241</sup>, a fim de atender exigência do CEE para manifestar a pretensão de criação de mais cursos universitários na cidade de Jataí<sup>242</sup>.

As finalidades da FEJ, segundo o art. 2º do Estatuto, são:

I- proporcionar sua colaboração aos poderes públicos e entidades particulares, nos diversos domínios do saber e assessoria que solicitarem no âmbito de suas atribuições; II- colaborar com as instituições de todo o país na elevação do ensino e na sua adaptação às necessidades do desenvolvimento local, regional e nacional; III- cooperar com instituições científicas e culturais nacionais e estrangeiras, visando o enriquecimento da ciência das letras e das artes, defendendo ainda a liberdade de pesquisa, de expressão e encarecendo a defesa de autonomia cultural; IV- estimular o progresso do pensamento da ciência, das artes e da tecnologia; V- manter-se permanentemente alerta à evolução da sociedade brasileira, sensível aos seus anseios e compromissada com os seus problemas; VI- sugerir estudos e cursos sobre problemas educacionais local e regional discutindo-os com as instituições e publicando-os sempre que oportuno; VII- contribuir para a formação científica, cultural, moral e cívica e física da juventude; VIII- promover a análise crítica permanente da vida nacional, em todos os seus aspectos, publicando-as sempre que oportunas, como contribuição da Fundação para estudo e solução dos problemas brasileiros; IX- aplicar os recursos próprios e os provenientes da comunidade ou de convênios com outras instituições públicas ou particulares; X- **proporcionar as condições físicas e financeiras que, juntamente com a universidade, atinja objetivos e metas em relação a pesquisa, o ensino e a extensão universitária** (FEJ, Livro de atas, Ata nº 1, p. 3, grifos nossos).

<sup>240</sup> A FEJ inicialmente foi criada com personalidade jurídica de direito privado, como consta no diário Oficial/GO, ano 145, nº 14.610, de 1/11/1984, mas, em 30 de novembro de 1984, ocorreu a primeira reestruturação do Estatuto, “convertendo a sua personalidade jurídica de direito privado para de direito público” (FEJ, Livro de atas, Ata nº 2, p. 7). A alteração da personalidade jurídica ocorreu mediante exigência do Parecer 411/84, do CEE, Processo CEE 880/1984 (FEJ, Documento ..., 1984), como medida legal, para que fosse autorizado o funcionamento dos cursos de Administração e Direito na cidade de Jataí.

<sup>241</sup> Maiores informações sobre a natureza jurídica das fundações (pública ou privada), ver Sguissardi (1993, p. 43-46). Sobre a distinção entre fundação pública e fundação privada, especialmente quando instituídas pelo poder público, vale assinalar o seu caráter polêmico e a ausência de unanimidade no entendimento.

<sup>242</sup> Ao CEE cabe manifestar-se quanto às instituições de direito público e são da competência do CFE as instituições de direito privado.

Dentre as finalidades, vale ressaltar o inciso X, no qual a FEJ está se responsabilizando por proporcionar espaço físico e disponibilizar recursos financeiros para a manutenção do ensino, da pesquisa e extensão das atividades da universidade. Nesse inciso se fala em universidade, mas não se especifica qual, deixando em aberto a possibilidade de expansão pública e privada. Na época, Jataí tinha o CAJ da UFG, que disponibilizava apenas um curso. Logo, essa finalidade prevista no inciso X, do Estatuto da FEJ, era fácil de ser cumprida, mas, a partir da criação de novos cursos, se tornou um problema a ser resolvido por meio de novos convênios firmados entre a FEJ/PMJ/UFG e, depois, entre a FEJ e o estado de Goiás.

Quando se criou a FEJ, segundo o ex-presidente, se pensava em “oferecer cursos e mais cursos para o desenvolvimento na área educacional de Jataí”, seguindo o exemplo da Fundação de Barretos, que é uma potência, mas, “por questões políticas, ela foi podada e passou a subsistir somente para dar sustentação ao CAJ e à Universidade Federal, somente. [...] Muito triste” (Entrevistado 1). A intenção, pela fala do entrevistado, era que a FEJ, com o tempo, conseguisse gerar um patrimônio próprio que lhe proporcionasse emancipação econômica para poder expandir, o que não foi impetrado. Essa fala do interlocutor merece reflexão. Se a FEJ tivesse seguido a proposta de Barretos, a expansão da educação superior de Jataí teria sido no setor privado, e não no público, como aconteceu. Será que isso seria melhor para a comunidade? Será que o anseio do interlocutor de expansão do ensino privado era o mesmo da sociedade?

Apesar de o Estatuto constar várias finalidades, seu objetivo principal consistia em conferir sustentação à UFG<sup>243</sup>.

[...] embora com Estatuto abrangente, na área educacional, na verdade, ele foi feito com o objetivo de dar sustentação à Universidade Federal de Goiás, era o único objetivo. [...] A Fundação Educacional tem um direcionamento único, que vai desaparecer com a UFG. É a ligação direta que ela tem. [...] Morre quando acabar a necessidade dessa parceria com a UFG (Entrevistado 1).

A despeito dessa afirmação, é importante salientar que a FEJ não desaparece quando ela se desvincula das obrigações com o CAJ, ou seja, quando deixa de firmar convênios com a UFG/PMJ/FEJ, como será abordado no próximo capítulo da tese. Suas finalidades são bem mais amplas, como visto anteriormente, apesar dela praticamente não

---

<sup>243</sup> Essa afirmação pode ser constatada quando a UFG se desligou da FEJ, em 2012. A comunidade e os gestores da Fundação passaram a questionar o sentido de sua existência. Esse fato será abordado no próximo capítulo deste trabalho.

colocá-las em prática. Enquanto existir o Cesut, a FEJ será sua mantenedora, e a fundação não deixará de existir<sup>244</sup>.

É importante destacar que, para se criar uma fundação, era necessário a vinculação “de soma monetária ou bens de qualquer natureza à realização de objetivo ou fins determinados” (SGUISSARDI, 1993, p. 41). Neste sentido, partindo do princípio de que a FEJ era subordinada financeiramente ao poder público municipal para seu funcionamento, durante o exercício de 1984, foi “autorizada à abertura de um crédito especial<sup>245</sup> no valor de até Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) para fazer face à manutenção da mencionada Fundação Educacional de Jataí” (JATAÍ, Lei 1.077, 1984, art. 2º) e pela importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) doados pelas entidades associadas<sup>246</sup>. Esse recurso estava previsto em lei, mas, de acordo com a ata nº 5, de 28 de outubro de 1985, a pouca atuação da FEJ e de sua diretoria se dava “em virtude da falta de apoio, principalmente por parte da Prefeitura, que até hoje não tem repassado nenhuma verba” (FEJ, Livro de atas, Ata nº 5, 1984). Apesar de a lei prever uma abertura de crédito<sup>247</sup> para a entidade, esse montante não foi repassado.

Além do repasse oriundo da prefeitura municipal de Jataí, as receitas da FEJ poderiam ser acrescidas de verbas procedentes, segundo o art. 17º do Estatuto, de “doações, legados, subvenções e campanhas” (FEJ, Livro de atas, Ata nº 1, 1984). Após a coleta de dados nos documentos da FEJ, leitura das atas e análise dos balancetes da instituição e entrevistas, não foram identificadas campanhas, legados e subsídios que contribuíssem com a receita da FEJ. Identificou-se apenas uma doação, ao longo da existência da FEJ, que passou a fazer parte do patrimônio da Fundação: a quadra 04 do Setor Oeste, bem como o prédio Wellington Cabral de Moura, onde funciona a AJE e o Cesut, doado pela Prefeitura Municipal de Jataí em 31 de dezembro de 2002, autorizado pela Lei Municipal 2.322 de 15/04/2002 (COMARCA DE JATAÍ, Escritura pública de doação, 2002).

---

<sup>244</sup> Maiores informações, no próximo capítulo, no item que aborda sobre a disputa pela manutenção do Cesut.

<sup>245</sup> A abertura de crédito especial significa que se está “criando um orçamento para a entidade, mas esse orçamento é apenas uma previsão, e o órgão que criou não é obrigado a repassar dinheiro de todo para a entidade beneficiada” (Entrevistado 3). Essa abertura de crédito era para um ano e, na verdade, esse montante definido em lei não foi repassado para a FEJ; a prefeitura foi passando mensalmente o valor da folha de pagamento.

<sup>246</sup> De acordo com a ex-contadora da FEJ, as entidades associadas não fizeram a doação prevista em lei (Entrevistado 3).

<sup>247</sup> A abertura do crédito seria regulamentada pelo chefe do Executivo Municipal, “através de Decreto, quando apontará a dotação orçamentária da qual se deduzirá a importância aprovada” (JATAÍ, CMJ, Lei 1.077, 1984, art. 3º). Esse decreto não foi criado e, no ano seguinte, não precisou mais de abertura de crédito, pois as despesas da FEJ foram anexadas ao plano da prefeitura.

Dando prosseguimento às suas ações, a Comissão Diretora “convocou todas as lideranças comunitárias, autoridades, diretores, professores e alunos para juntos estudar entre os cursos que poderiam ser reivindicados na UFG sendo: História, Geografia, Letras e Pedagogia” (NEVES, s/d, p. 2). A comissão e o chefe do poder executivo tinham consciência de que o custo da manutenção de qualquer curso selecionado, quando pleiteado à UFG, caso fosse aprovado, seria de responsabilidade da comunidade. Após análise, definiu-se pelo curso de Pedagogia.

Definido o curso, a Comissão Diretora, acompanhada pelo prefeito e por alguns membros da comunidade, dirigiram-se a Goiânia para reuniões e negociações, ora com a Pró-reitora de extensão da UFG professora Cassimiro, responsável pela interiorização dos cursos da universidade, outras vezes com a direção da Faculdade de Educação, com o objetivo de negociar a criação do curso de Pedagogia em Jataí, que foi aprovado mediante convênio a ser firmado entre UFG/PMJ/FEJ.

A Comissão Diretora, após cumprir sua tarefa de estruturar legalmente a FEJ e colocá-la em pleno funcionamento com vistas à instalação dos cursos superiores já definidos para Jataí, convocou as entidades associadas ao Conselho Comunitário para Assembleia Geral, realizada em 28 de fevereiro de 1985, no auditório da CMJ – Palácio das Abelhas. O objetivo era eleger a primeira diretoria da FEJ, conforme previsto no Estatuto, nos seus artigos 3º, 4º, 5º, 6º e seus parágrafos (FEJ, Livros de atas, Ata nº 3<sup>248</sup>, 1985). Encaminhou-se ao prefeito Nelson Antônio uma lista sêxtupla com o nome dos membros mais votados para a escolha do presidente e do vice-presidente da FEJ. Essa forma de eleger a Diretoria da FEJ permanece até 2012, apesar da segunda reestruturação do Estatuto da FEJ, em 18/12/2006. Assumiram a gestão da Fundação, até o ano de 2012, 14 presidentes<sup>249</sup>, sendo que dois deles assumiram mais de um mandato.

Não é a comunidade por meio dos representantes das entidades que compõe o Conselho Comunitário, que elege os gestores (presidente e vice-presidente) da FEJ, mas o representante do poder público municipal – o prefeito. Ele escolhe, da lista sêxtupla, as pessoas que coadunem com suas propostas políticas. Isso demonstra a natureza patrimonial da FEJ. A função de presidente da Fundação acaba sendo um cargo de confiança da equipe que

<sup>248</sup> Ata nº 3 – Ata para Eleição da Diretoria da FEJ, realizada em 28 de fevereiro de 1985.

<sup>249</sup> Os presidentes da FEJ foram: Helio Vilela Carvalho – 1985/1986; Adelino Gameiro das Neves – 1987/1988; Jessé da Silva Rondon – 1989/1990; Adelino Gameiro das Neves – 1991/1992; Ieda Borges Souza Soares – 1993/1994; Maria Abadia Machada Soares – 1995/1996; Genio Eurípedes Cabral de Assis – 1997/1998; Celso Caetano de Almeida – 1999; Flomar Ambrosina Oliveira Chagas – 2000; Fernando Fernandes Pinto – 2001/2002; Adenones Agostinho de Freitas – 2003/2004; Marco Aurélio Carlone de Freitas – 2005; Maria Marta da Silva Arison – 2006/2008; Marli Nere Garcia – 2009/2010; Rafael Prado de Castro – 2011/2012.

assessora o prefeito. Dependendo da relação do presidente da FEJ com a administração pública municipal, as negociações acontecem de maneira tranquila, outras vezes de forma conturbada, o que acaba refletindo no escopo de atuação da Fundação e das IES.

Concretamente, o que estava instalado enquanto dinâmica do poder local era o embate. Nem sempre a FEJ teve um alinhamento político com o poder público municipal, e isso gerava um conjunto de embates e às vezes as questões se resvalavam pelo plano pessoal e partidário.

Os professores que prestaram concursos em 1984 para atuarem no curso de Pedagogia do CAJ foram inicialmente contratados em março de 1985 e pagos pela PMJ até março de 1986. Somente a partir de abril de 1986 os professores passaram a fazer parte do quadro funcional da FEJ e, neste ano, a Fundação recebeu um repasse da prefeitura no valor total de RZ\$ 383.500,00 (trezentos e oitenta e três mil e quinhentos cruzados) para manter suas atividades.

Assim, a partir da criação da FEJ, foi possível implantar novos cursos no CAJ, combinada ao projeto de expansão e interiorização da UFG, conduzida administrativa e pedagogicamente pela universidade, e também a autorização junto ao CEE para criação dos cursos de Direito e Administração, que passaram a ser ministrados no Cesut e administrados pela AJE.

### **3.3.1 Relação da FEJ com o CAJ/UFG**

A relação da FEJ com o CAJ é bastante estreita e pode-se dizer que o início do processo de expansão e consolidação do câmpus e de interiorização da UFG no município de Jataí se deve à Fundação e à PMJ.

Em 10 de outubro de 1984, foi assinado o primeiro convênio firmado entre a UFG, a PMJ e a FEJ, de colaboração mútua de responsabilidades, com vigência de 5 anos, representados pela reitora Cassimiro, pelo prefeito Nelson Antônio da Silva e pelo presidente da FEJ Adelino Gameiro das Neves (UFG, Convênio 28, 1984).

Com relação às obrigações, o convênio previa para a UFG: 50 vagas do seu concurso de vestibular para o curso de Pedagogia de Jataí; encargo pela seleção dos professores e pela sua orientação pedagógica, bem como pelo processo seletivo dos alunos. A FEJ era responsável pelo recurso financeiro imperativo ao funcionamento do curso, pela contratação e pelo pagamento dos professores em regime de 40 horas, viabilizando condições para que os professores contratados cursassem especialização e, ainda, pela verba destinada à

aquisição de livros tanto para iniciar o curso quanto para seu prosseguimento, garantindo a gratuidade do ensino (UFG, Convênio 28, 1984).

Todavia, vale ressaltar um ponto crucial no convênio: as obrigações destinadas à Prefeitura Municipal com relação à contratação de professores para atuarem na rede municipal, de preferência, os licenciados. Esse ponto do convênio afetou diretamente a educação da rede municipal, que passou a contratar professores formados em Pedagogia e licenciados nas áreas específicas, ao mesmo tempo em que estimulou o interesse das pessoas da comunidade em fazer curso superior. Assim deu-se o primeiro passo para o CAJ se expandir por meio dos cursos de graduação (licenciatura).

4 - Estabelecer uma política de pessoal no sentido de que, no preenchimento dos cargos de magistério, sejam admitidos, preferencialmente, os portadores de diplomas de cursos específicos de magistério, de acordo com as seguintes prioridades:

4.1 – Para o exercício do magistério nas séries iniciais:

- a) Curso de Pedagogia – Habilitação: Magistério das séries iniciais do ensino de 1º grau;
- b) Curso Normal.

4.2 – Para o exercício do magistério da 5ª a 8ª série do 1º grau:

- a) Cursos de licenciatura plena nas áreas específicas;
- b) cursos de licenciatura curta nas áreas específicas (UFG, Convênio 28, 1984, p. 4).

Desse modo, a partir da criação da FEJ, foi possível a expansão do CAJ por meio da criação de novos cursos, ajustada à proposta de extensão e interiorização da UFG e por meio de novos convênios firmados entre a UFG/PMJ/FEJ. O que se pode dizer é que “as novas diretrizes da política de interiorização [da UFG] passaram a se amparar nos convênios e não mais no Programa de Interiorização” da universidade (SILVA, 2005, p. 98).

Nem sempre os convênios firmados entre a UFG/PMJ/FEJ foram tranquilamente renovados, apresentando algumas vezes dificuldades para suas negociações. Em outros momentos, inclusive, foram ameaçados de não serem renovados. Em 1986, por não cumprimento de algumas cláusulas pela PMJ, uma delas a não aquisição de livros para manter a biblioteca atualizada e outros problemas relacionados ao primeiro convênio, a UFG decidiu não conceder vagas para o vestibular oferecido em 1987, cuja turma iniciaria o curso em 1988. Entretanto, ainda em 1987, após negociações entre as partes (UFG/PMJ/FEJ), os entraves foram resolvidos, novo convênio 29/1987 foi firmado e abriu-se uma nova turma do curso de Pedagogia de Jataí no vestibular de 1988. O quadro 4, com os convênios firmados entre a UFG/PMJ/FEJ, década de 1980, encontra-se no Apêndice E.

Durante o período de 1986 a 1990, faziam parte do quadro de funcionários da FEJ apenas 10 professores que foram contratados para ministrarem aulas no curso de Pedagogia, não tendo nenhum funcionário técnico administrativo. Os demais funcionários que atuavam no CAJ pertenciam ao quadro da UFG (diretor, um motorista, uma secretária, um jardineiro, um administrador) ou eram cedidos pela prefeitura. A expansão do quadro de contratados da FEJ começou a partir de 1990, quando foram criados novos cursos de graduação no CAJ.

### 3.3.2 Relação da FEJ com o Cesut

Partindo do princípio do objetivo específico da FEJ em promover o desenvolvimento do ensino superior de Jataí com a cooperação de entidades públicas e privadas, a comissão provisória da Fundação estabeleceu um contrato de prestação de serviços educacionais com a AJE<sup>250</sup>, com vistas à instalação e manutenção de escolas de nível superior em Jataí, em 14 de novembro de 1984.

O contrato concedia à AJE a condição de responsável pela gestão e administração dos cursos de Direito, Administração de Empresa e Ciências Contábeis<sup>251</sup>, do Cesut, durante o prazo de vigência de 25 anos, podendo ser prorrogado, dependendo do interesse das partes (cláusula 6ª). À FEJ caberia praticar os atos normativos necessários à implantação de funcionamento dos referidos cursos, bem como suas expansões e aperfeiçoamentos (cláusula 2ª) (FEJ, Contrato ..., 1984). A esse respeito, pode-se afirmar que a criação da figura jurídica da FEJ tornou mais simples a autorização e o reconhecimento dos cursos.

O CEE, por meio da Resolução 451, de 20 de dezembro de 1984, autorizou a implantação dos cursos de Direito e Administração<sup>252</sup>, tendo por mantenedora a FEJ. Estes passaram a ser ministrados pelo Cesut<sup>253</sup> e aprovaram-se o corpo docente e as respectivas disciplinas dos dois cursos (GOIÁS, CEE, Resolução 451, 1984). Vale ressaltar que a FEJ garantiu o reconhecimento de cursos privados, sendo uma entidade de interesse público.

---

<sup>250</sup> A AJE é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Jataí, instituída em três de outubro de 1984, com prazo de duração indeterminado (AJE, Livro de atas, 1984). Das suas finalidades, consta “propiciar à comunidade que a serve, oportunidades de instrução e aprimoramento educacional [...] §2 – para cumprir suas finalidades, a AJE poderá celebrar Contratos e Convênios com Instituições Públicas ou Privadas Congêneres [...]” (AJE, Estatuto da AJE, 1984, art. 2º). Na época, os responsáveis pela AJE eram os mesmos diretores da Faculdade Anhanguera de Goiânia.

<sup>251</sup> Apesar de constar no contrato o curso de Ciências Contábeis, este não foi criado.

<sup>252</sup> Esses cursos, até 2013, se encontram em funcionamento na cidade.

<sup>253</sup> O resgate histórico da instituição Cesut se encontra no presente trabalho, como subtítulo específico a seguir.



Para a consolidação da educação superior em Jataí, o município tem se colocado como parceiro da FEJ, dando apoio, em diferentes momentos, ao processo de criação e consolidação do Cesut, CAJ/UFG e IFG<sup>254</sup>.

Em 14 de agosto de 1985, a CMJ aprovou a Lei 1.133/1985, autorizando, em seu art. 1º, que o chefe do Poder Executivo Municipal firmasse convênio com o Cesut para a concessão do uso do prédio “Wellington Cabral de Moura”<sup>255</sup>, de propriedade do poder público, sem ônus, até 31/12/88, com o fim específico de incrementar a educação em Jataí (JATAÍ, CMJ, Lei 1.133, 1985). A exigência era que o Cesut expandisse as atividades de ensino, incluindo o 1º e 2º graus, sendo o 1º grau gratuito, e se obrigasse pela manutenção do prédio (JATAÍ, CMJ, Lei 1.133, 1985, art. 2º). Criou-se o Colégio Cesut, com o objetivo de atender esse artigo, só que esse colégio era de caráter privado, não se materializando a gratuidade do ensino de 1º grau, conforme estabelecido pela lei. Estava ainda previsto na lei, mas não saiu do protocolo de intenções, o direito assegurado à Prefeitura e à FEJ de fiscalizar o funcionamento e a qualidade do ensino nos cursos de 1º, 2º e 3º graus ministrados pelo Cesut. A permissão do uso de bem municipal pela AJE foi concedido pela Lei Municipal 1.721/1994, e a renovação por mais 5 anos pela Lei 1.807/1995, em 13 de novembro.

Aconteceram consecutivas tentativas de tornar efetiva, sem seguir os trâmites legais dos autos pelo CEE, a transferência de mantenedora da FEJ para a AJE, sem ter se concretizado.

Vários embates foram efetivados, inclusive no âmbito legal, entre a FEJ e a AJE, pela manutenção dos cursos do Cesut, ao longo da década de 1990<sup>256</sup>, até chegar ao Parecer 008/1999, emitido pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, que concluiu que a FEJ é a legítima mantenedora dos cursos de Direito e Administração de Jataí. Diante dos fatos, a FEJ e a AJE novamente ratificam o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, em 2002, com a vigência de mais 20 anos (FEJ, Instrumento de Transação, 2002).

De acordo com ex-presidente da Fundação, a relação entre a FEJ e o Cesut no início foi tranquila, mas, a partir do reconhecimento dos cursos de Direito e Administração, principalmente durante o período de 1996 a 2002, passou a ser “uma relação de força: força

---

<sup>254</sup> As parcerias do município, por meio da PMJ, serão citadas ao longo do trabalho, seguindo ordem cronológica dos fatos e de acordo com cada entidade.

<sup>255</sup> As atividades dos cursos superiores de Direito e Administração do Cesut iniciaram no dia 23 de abril de 1985, na antiga Escola Polivalente Dante Mosconi (atualmente, em 2013, IFG – Câmpus Jataí, situada à Rua Riachuelo, 2090, setor Samuel Graham), passando, a partir do dia 10 de agosto do referido ano, a funcionar no prédio “Wellington Cabral de Moura”, localizado à Rua Santos Dumond nº 1200, onde se encontra em 2013.

<sup>256</sup> Maiores detalhes dos embates serão abordados no capítulo 4 do presente trabalho.

de um lado, força do outro e sempre o mais forte venceu. A força que venceu sempre foi apoiada pelos políticos, e não pela comunidade” (Entrevistado 1). Observa-se, nas palavras do entrevistado, um certo pesar pelo desfecho final dessa luta com a renovação do contrato com a AJE por mais 20 anos.

### **3.3.3 Relação da FEJ com o IFG – Câmpus Jataí**

A ligação da FEJ com o IFG – Câmpus Jataí é pequena e se restringiu, inicialmente, ao pagamento de dois professores aprovados em concurso público no final de 1988 até 1989, na época, Escola Técnica Federal de Goiás - Unidade de Ensino Descentralizada de Jataí (Uned de Jataí). Esses foram pagos por meio de recibos, não fazendo parte da folha de pagamento da Fundação, até que o quadro de servidores técnico-administrativos e docentes da Escola fosse criado, em 1988, quando se estava dando a instalação da entidade.

### **3.4 CESUT: CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO**

Com a instalação do CAJ no município de Jataí, em 1980, e a criação da FEJ, em 1984, a comunidade e as lideranças políticas locais reivindicaram a criação de mais cursos superiores, um deles, o de Direito. A FEJ, representada por Adelino Gameiro das Neves, o diretor do CAJ, o professor Guilhermino de Paula Souza e o prefeito de Jataí, Nelson Antônio, foram a Goiânia para conversar com o chefe do departamento de Direito da UFG e ver a probabilidade de criação do curso em Jataí, no final de 1984. Para descontentamento do grupo, ele foi bem categórico e disse que não havia possibilidade. Ex-presidente da FEJ, conta que o chefe do departamento de Direito da UFG foi bem taxativo, dizendo: “Olha, esquece. A Universidade Federal não vai instalar curso de ponta lá [Jataí]. Esquece. São apenas os cursos básicos mesmo” (Entrevistado 1).

O grupo retornou a Jataí “desanimado” e, alguns dias depois, o prefeito Nelson Antônio procurou o presidente da FEJ para conversar sobre o seu interesse em ir a Goiânia procurar a Faculdade Anhanguera para negociar a criação do curso de Direito, já que não existia possibilidade com a UFG (Entrevistado 1). A FEJ apoiou a ideia, e o prefeito, que tinha laços de amizade com alguns membros do grupo Anhanguera, iniciou as negociações.

A criação do CAJ e a política inicial da universidade de criar cursos voltados para a educação (licenciatura), visando melhorar o ensino de 1º e 2º graus do município, não atendiam ao anseio de parte da comunidade, que queria cursos de bacharelado. Então, essa era a outra frente para a atuação dos empresários do ensino superior privado, interessados em abrir cursos em Jataí, no caso específico em estudo, do grupo Anhanguera.

Na verdade, a criação do câmpus foi o grande fator de crescimento de outros cursos e do interesse por novos cursos. [...] Naquele momento, o CAJ só oferecia licenciatura. Como havia interesse de que tivesse cursos na área de bacharelado, então surgiu a oportunidade de que tivéssemos cursos, no caso, de Direito e Administração (Entrevistado 12).

Dentre os objetivos da criação do Cesut está o de atender a demanda dos jovens concluintes do 2º grau (hoje denominado de ensino médio) da cidade, interessados em cursos superiores de bacharelado, que não tinham condições financeiras de darem continuidade aos seus estudos em outras regiões ou porque se encontravam empregados. Esses jovens não se interessavam pelos cursos de licenciaturas, ofertado no CAJ/ UFG. Os políticos da cidade, juntamente com representantes dos segmentos da sociedade de Jataí e alguns empresários locais, articularam a criação de outra IES na cidade de Jataí, o Cesut. Com a criação de outra IES e de mais cursos superiores, vislumbrava-se tornar Jataí como um polo educacional de destaque na região Centro-Oeste deste País.

Dentre os políticos nessa luta, no ano de 1984 e 1985, podem ser destacados: deputado estadual, prefeito municipal, secretário do prefeito que, na ousadia de verem suas ideias se materializando, convidaram empresários do ramo de ensino superior<sup>257</sup>, da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas<sup>258</sup>, com sede em Goiânia, para que viessem à cidade de Jataí e verificassem a possibilidade de implantação de pelo menos um curso superior na cidade, de preferência o curso de Direito, sem ônus para o município (LIMA, s/d).

Na primeira visita à cidade, em 1984, esteve presente o professor Sérgio Sebastião Magalhães, representante da Faculdade Anhanguera, que se reuniu com o prefeito, vereadores e com outros segmentos da sociedade organizada, a fim de ouvir os anseios da comunidade e para conhecer a realidade do município. Diante da realidade regional encontrada e das

---

<sup>257</sup> Esses empresários do grupo educacional Anhanguera já tinham usado da engenharia jurídica das fundações em outros municípios, como Catalão, Luziânia, dentre outros, para a criação de cursos superiores de caráter privado.

<sup>258</sup> A Faculdade Anhanguera, segundo o diretor do Cesut, em 1984, tinha seis sócios, e três deles, Paulo Lima, Sérgio Sebastião Magalhães e Raimar David Santos, “encabeçaram a ideia de interiorizar a criação de curso superior, tanto assim que, em Jataí, Catalão e Rondonópolis, foi criado curso superior sob a orientação deles” (Entrevistado 12).

condições de crescimento da região, o grupo Anhanguera propôs a criação de uma IES em Jataí por meio da AJE, tendo em vista que, na época, estava vetada a entrada de processo para a criação de cursos superiores pelo CEE. A saída encontrada foi a utilização da FEJ, que era entidade pública, criada em 1984<sup>259</sup>, para entrar com pedido de autorização de criação dos cursos.

Naquele momento, 1984, o Ministério da Educação estava impondo algumas restrições à iniciativa privada para criação e autorização de funcionamento de cursos superiores. As autorizações de funcionamento eram outorgadas apenas a instituições públicas, tanto assim que, se formos ver a história da educação privada no nosso país, encontraremos neste período uma lacuna de outorgas de autorização para cursos da iniciativa privada, e vamos ver ao mesmo tempo a criação de muitas fundações educacionais no interior afora, porque foi a modalidade que os municípios, principalmente os interessados na criação de cursos superiores, entenderam de fazer através de uma fundação pública municipal. Aí sim, o Ministério da Educação autorizava o funcionamento de curso (Entrevistado 12).

Assim, nas palavras do diretor do Cesut, “toda a montagem do processo de autorização foi feita pela fundação por meio da associação, ou seja, a Associação Jataiense proveu a Fundação Educacional do pedido junto ao MEC de autorização dos cursos” (Entrevistado 12), em função da experiência que seus dirigentes tinham. Nessa fala se percebe o embate entre o público e o privado.

Com base nos dispositivos legais da Lei Municipal 1.133/1985, que autoriza o Poder Executivo de Jataí a celebrar convênio com Cesut com finalidade educacional, e da Lei Municipal 1.807/1985, que renova a permissão de uso de bem municipal, a FEJ pode firmar contrato de prestação de serviços educacionais com a AJE (entidade privada), em 1984, com vistas à instalação e manutenção de cursos de Direito e Administração de Empresas de nível superior em Jataí.

Tomadas essas medidas legais, membros da Faculdade Anhanguera de Goiânia, no final de 1984, iniciaram a elaboração do projeto dos cursos de Administração e Direito para Jataí, com o apoio do governador do estado de Goiás Íris Rezende, em seu primeiro mandato, e do deputado estadual Maguito Vilela, filho da terra (LIMA, s/d).

---

<sup>259</sup> Pode-se dizer que foi uma manobra jurídica no sentido de viabilizar a vinda dos cursos, pois, na época, apenas fundações e entidades de direito público permitiam a postulação e manutenção de cursos de nível superior.

Assim, como dito anteriormente, a Resolução 451/1984 autorizou a criação dos cursos de Direito e Administração que serão ministrados no Cesut<sup>260</sup>, tendo como mantenedora a FEJ.

Publicou-se, em 25 de janeiro de 1985, o primeiro edital de concurso vestibular para os cursos de Administração e Direito, ambos com 120 vagas; e o segundo edital, publicado em 8 de julho de 1985, previa 60 vagas para cada curso (GOIÁS, Demec-GO, 1995).

A autorização do funcionamento do curso de Administração do Cesut foi sancionada pelo Decreto Presidencial 91.083, de 12 de março de 1985, e o do curso de Direito pelo Decreto Presidencial 91.676, de 20 de setembro de 1985, ambos com 120 vagas anuais, mantidos pela FEJ (GOIÁS, Demec-GO, 1995).

Dessa maneira, constata-se uma diferença no número geral de vagas disponibilizadas no concurso de vestibular do Cesut para o ano de 1985, pois foram ofertadas 180 vagas para cada curso, sendo que foram aprovadas apenas 120 vagas anuais<sup>261</sup>.

Como pode se observar, a implantação dos cursos de Cesut desde o começo não se deu de forma tranquila. Foi necessária inicialmente uma manobra jurídica para que o CEE autorizasse a criação dos cursos e, depois, em 1991, na época do reconhecimento dos cursos de Direito e Administração, os primeiros conflitos e tensões surgiram entre a FEJ e a AJE (Cesut) em função da ambiguidade jurídica, que será abordada com mais detalhes no capítulo seguinte, quando será analisada a década de 1990.

### 3.5 INDICADORES REFERENTES À GRADUAÇÃO PRESENCIAL DE JATAÍ - 1985-1989

Os dados estatísticos apresentados a seguir são referentes às duas IES criadas em Jataí na década de 1980: o CAJ/UFG e o Cesut. Na classificação das instituições por categoria administrativa, averigua-se igualdade numérica de instituições pública e privada, em 1985, sendo o CAJ (público) e o Cesut (privado, apesar da sua ambiguidade jurídica).

---

<sup>260</sup> O primeiro proprietário do Cesut foi o grupo Anhanguera; depois, em 1992, ocorreu alienação em 3 cotas, uma permaneceu com o professor Paulo de Lima, outra foi adquirida pelo ex-prefeito Nelson Antônio, e a terceira foi Evaristo Ananias de Paula (depois que se aposentou como promotor de justiça). Em 2013, Evaristo detinha uma cota de 50%, e o espólio do professor Paulo de Lima detinha os outros 50%, pois compraram a parte de Nelson Antônio.

<sup>261</sup> Essa foi uma das irregularidades detectadas pelos técnicos enviados pela Delegacia do Ministério da Educação e do Desporto de Goiás (Demec-GO), em 1995, quando vieram analisar a natureza ambígua do Cesut, onde a AJE administra os cursos, e a FEJ é a mantenedora de direito.

Em 1980, o CAJ implantou o seu primeiro curso superior, o de Licenciatura Plena em Ciências, modalidades de Matemática, Física e Química, de caráter temporário, que teve apenas dois vestibulares, 1981 e 1982. Das 180 vagas ofertadas nos dois vestibulares, formaram no total apenas 27 alunos (15%), sendo 12 em Ciências (licenciatura curta), 11 em Matemática, dois em Química e dois em Física. A porcentagem de conclusão é muito pequena, o que fez a universidade refletir sobre a implantação dos cursos no interior.

Em 1985, criou-se o curso de Pedagogia (40 vagas) no CAJ, de caráter permanente, que teve vestibular a partir de 1985, com exceção do ano de 1987. De acordo com os dados da tabela 42, no primeiro vestibular de Pedagogia, em 1985, para as 40 vagas disponibilizadas pelo curso, se inscreveram no processo seletivo 220 candidatos, dando uma relação candidato/vaga de 5,5. Foram aprovados apenas 31 candidatos, pois na época o vestibular da UFG era eliminatório<sup>262</sup> e logo tinha ponto de corte. No entanto, todas as vagas foram preenchidas, pois foram aceitos os pedidos de transferência e de portadores de diploma, totalizando 44 matrículas no curso de Pedagogia. Desses 44 alunos, formaram, em 1988, 16 alunos, que correspondem a 36,4% e, em 1989, 10 alunos (20,8%), o que evidencia a crescente defasagem entre o número de concluintes e o número de alunos matriculados e ingressantes.

**Tabela 42** – Curso de Pedagogia do CAJ: vagas, inscritos, matriculados e graduados – 1985 a 1989

	Pedagogia				
	1985	1986	1987	1988	1989
<b>Vagas do vestibular</b>	40	40	-	40	40
<b>Inscritos no vestibular</b>	220	(1)	-	(1)	48
Matrícula dos veteranos	-	28	27	28	36
Matrícula do vestibular	31	17	-	28	09
Transferência	08	03	01	04	03
Portador de diploma	05	-	-	-	02
Reingresso	-	-	-	1	02
<b>Total de alunos matriculados</b>	44	48	28	61	52
<b>Graduados</b>	-	-	-	16	10

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados da Seccional do Centro de Gestão Acadêmica do CAJ/UFG.

(1) Não consta informação.

<sup>262</sup> Observando a tabela 42, durante os anos de 1986, 1988 e 1989, verifica-se que o número de matriculados do vestibular não preencheu as vagas ofertadas, deixando sempre vagas ociosas, o que levou a universidade a repensar o seu processo seletivo, que deixou de ser eliminatório e passou a ser classificatório, objetivando reduzir as vagas não preenchidas.

A despeito das taxas serem baixas, elas eram melhores do que as apresentadas pelo curso de Ciências. A taxa baixa de conclusão, segundo entrevista com o ex-diretor do CAJ, se deve principalmente à dificuldade dos alunos em acompanhar o curso, problemas para conciliar trabalho, família e estudo, dentre outros (Entrevistado 1).

Em 1985, como dito anteriormente, com a criação do Cesut, os cursos de bacharelado de Direito e o de Administração<sup>263</sup> foram implantados, pois tinham mais *status* perante a comunidade. Assim, Jataí, de 1985 a 1989, contava com apenas três cursos superiores, sendo dois privados e um público.

Quanto à evolução do número de matrículas no processo seletivo da educação superior por categoria administrativa em Jataí de 1985 a 1989, de acordo com os dados apresentados na tabela 43, observa-se oscilação na taxa de crescimento. Em 1985, Jataí contava com 246 matrículas, passando para 210 em 1989, um decréscimo de 14,6%. Essa queda das matrículas se deve ao não preenchimento das vagas ofertadas no vestibular. A categoria administrativa pública só apresentou taxa de crescimento em 1988 porque, no ano anterior, não houve vestibular, e a IES privada apresentou índice de crescimento positivo apenas no ano de 1987.

**Tabela 43** – Jataí: evolução do número de matrículas de graduação presencial do CAJ e Cesut, taxa de crescimento e participação percentual das matrículas por categoria administrativa – 1985-1989<sup>264</sup>

Ano	Total Geral	IES pública (CAJ/UFG)		IES privada (Cesut)	
		Total	%	Total	%
1985	246	44	17,9	202	82,1
1986	206	20	9,7	186	90,3
1987	207	-	-	207	100
1988	233	32	13,7	201	86,3
1989	210	14	6,7	196	93,3

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados da Seccional do Centro de Gestão Acadêmica do CAJ/UFG e da direção acadêmica do Cesut.

Verifica-se que, durante os anos de 1985 a 1989, a categoria administrativa privada foi responsável pela maior porcentagem das matrículas, variando de 82,1% em 1985, quando foi criado o Cesut, a 93,3% em 1989. Não consideramos o ano de 1987, porque nesse ano não teve processo seletivo na IES pública.

<sup>263</sup> Das 120 vagas, tanto do curso de Direito quanto do curso de Administração, 60 vagas eram para o vestibular do 1º semestre e as outras 60 vagas para o vestibular do 2º semestre.

<sup>264</sup> Não foram colocados os dados de 1985 do curso de Ciências do CAJ, porque a Seccional do Centro de Gestão Acadêmica do câmpus não tinha esses dados para repassar, e os disponibilizados pelo *site* do MEC/Inep do município de Jataí são a partir de 1991. Logo, nessa tabela, não estão computados as matrículas do curso de Ciências do CAJ/UFG.

A evolução do número de vagas na graduação presencial de Jataí, no período compreendido entre 1985 a 1989, não foi contínuo (Tabela 44). O CAJ/UFG não disponibilizou as 40 vagas do curso de Pedagogia para o vestibular de 1987 até que problemas com o convênio fossem sanados, retornando normalmente a partir de 1988. O Cesut manteve sempre o quantitativo de vagas desde sua criação, 120 vagas para Direito e 120 para Administração. Em 1989, das 280 vagas disponibilizadas, 14,3% são da rede pública e 85,7% da privada, evidenciando a privatização das vagas ofertadas.

**Tabela 44** – Jataí: evolução do número de vagas ofertadas no vestibular do CAJ e Cesut na graduação presencial por categoria administrativa – 1985-1989

Ano	Vagas ofertadas				
	Total	Pública	%	Privada	%
1985	280	40	14,3	240	85,7
1986	280	40	14,3	240	85,7
1987	240	-	-	240	100
1988	280	40	14,3	240	85,7
1989	280	40	14,3	240	85,7

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados da Seccional do Centro de Gestão Acadêmica do CAJ/UFG e da direção acadêmica do Cesut.

Analisando a relação entre vagas oferecidas no vestibular e candidatos inscritos para o processo seletivo na graduação presencial em Jataí nos anos de 1985 e 1989, observa-se que ela reduziu tanto na categoria pública (CAJ) quanto na categoria privada (Cesut). O curso de Pedagogia (CAJ) passou de 5,5 candidato/vaga em 1985 para 1,2 em 1989, o curso de Direito passou de 2,1 para 1,7, e o curso de Administração passou de 1,4 para 0,8 (Tabela 45). Apesar de os índices da relação candidato/vaga terem caído nas duas categorias administrativas, o curso público (Pedagogia), em 1989, continua, sendo o maior.

**Tabela 45** – Evolução da relação candidato/vaga dos cursos de graduação presenciais do Cesut e do CAJ – 1985-1989

Cursos	1985	1986	1987	1988	1989
Administração	1,4	0,7	1,0	0,8	0,8
Direito	2,1	1,0	1,7	1,6	1,7
Pedagogia	5,5	(1)	- (2)	(1)	1,2

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados da Seccional do Centro de Gestão Acadêmica do CAJ/UFG e da direção acadêmica do Cesut.

(1) Dados não disponibilizados da IES pública.

(2) Não teve vagas disponibilizadas para o vestibular.



A relação candidato/vaga nos cursos do Cesut difere ao longo dos anos, conforme pode ser observado na tabela 45, mas o curso de Direito sempre apresenta os maiores índices e, por isso, é considerado pela direção o “carro chefe” da instituição (Entrevistado 12). Isso porque as vagas do Direito são sempre preenchidas, não apresentando vagas ociosas, como evidenciam os dados da tabela 46.

Ao fazer o estudo das vagas ociosas por curso existente em Jataí (Tabela 46), observa-se que o curso de Pedagogia (público) é o que apresenta maiores taxas de vagas ociosas, chegando a 65% em 1989 em função da dificuldade de aprovação dos candidatos no vestibular. Isso pode ser explicado em parte pelo caráter eliminatório do vestibular, que tem ponto de corte. O curso de Administração também apresenta um número significativo de vagas ociosas, variando de 27,5% a 45%. A justificativa se deve pela baixa demanda do curso, o que faz com que haja um elevado número de vagas ociosas. O único curso que não apresentou vagas ociosas durante o período analisado é o de Direito.

**Tabela 46** – Jataí: vagas ociosas dos cursos de graduação do CAJ e Cesut – 1985-1989

Ano	Pública (CAJ)				Privada (Cesut)							
	Ped.				Adm.				Dir.			
	Vagas	Ingresso	Vagas ociosas	%	Vagas	Ingresso	Vagas ociosas	%	Vagas	Ingresso	Vagas ociosas	%
1985	40	44	-	-	120	82	38	31,7	120	120	0	0
1986	40	20	20	50	120	66	54	45,0	120	120	0	0
1987	-	-	-	-	120	87	33	27,5	120	120	0	0
1988	40	32	8	20	120	81	39	32,5	120	120	0	0
1989	40	14	26	65	120	76	44	36,7	120	120	0	0

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados da Seccional do Centro de Gestão Acadêmica do CAJ/UFG e da direção acadêmica do Cesut.

Neste capítulo, discutiu-se sobre o processo de institucionalização da educação superior no município de Jataí-GO nos anos 1980, procurando identificar os fatores e os atores que contribuíram para a instalação das primeiras IES na cidade. Neste contexto, as entidades de classe, os grupos de serviços e a sociedade política constituídas da cidade de Jataí se organizaram para trazer para a cidade cursos de nível superior, sem se preocupar inicialmente com o caráter (público ou privado) das IES.

A UFG, nesse processo, criou o CAJ, em 1980, em parceria com a prefeitura/comunidade. Para consolidação e expansão dos cursos, contou com a FEJ. Dentre os atores que contribuíram para a criação do CAJ, se deparam ex-reitor, ex-pró-reitora de extensão e ex-prefeito da cidade de Jataí, representantes, na época, dos clubes de serviços.

Entre os atores que participaram do processo de criação do Cesut, em 1985, se encontram ex-prefeito, ex-deputado estadual, a FEJ e empresários do grupo Anhanguera. A ambiguidade jurídica dos cursos do Cesut levou à disputa pela manutenção entre a FEJ e a AJE.

Na década de 1980, o que se observou no Brasil e em Goiás é que a privatização avançou em todos os setores, inclusive na educação, por meio de redução de verbas e proibição de contratação de professores, entre outros. Neste contexto, Jataí iniciou o seu processo de institucionalização do ensino superior com duas IES, uma pública e outra privada. Apesar da igualdade do número de instituições no final da década de 1980, constata-se que a maior oferta de vagas e matrículas segue a lógica privatista de expansão do Brasil e de Goiás.

Tentando apreender como se deu a criação de novas instituições, bem como o processo de consolidação e expansão das IES já existentes em Jataí, que disponibilizam cursos de graduação presenciais na cidade, deu-se continuidade à pesquisa. No capítulo subsequente, avaliou-se a expansão do ensino superior, determinada pelo governo federal e colocada em prática no município de Jataí pela via do público e do privado, de 1991 até 2010. Procurou-se compreender, na política (atividade autônoma no contexto do desenvolvimento histórico das forças materiais), os nexos constitutivos e constituintes no contexto em que ela se compõe, a partir de diferentes embates que a tencionam, no campo da proposição e no da materialização.

#### **4 A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM JATAÍ A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 A 2010: TENDÊNCIAS, PERSPECTIVAS E LIMITES**

O objetivo deste capítulo consiste em identificar como se deu a consolidação da educação superior no município de Jataí a partir da década de 1990 até 2010, procurando apreender as tendências, perspectivas e os limites do processo de expansão das cinco IES de graduação presencial existentes e avaliar os indicadores que influenciaram o processo de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí-GO.

Na década de 1990, ocorreu a consolidação do processo de expansão e interiorização da educação superior em Jataí, com a complexificação e ampliação do CAJ, criação e estruturação da UEG – UnU de Jataí, do IFG – Câmpus Jataí e da Faja.

Para analisar a educação superior do município de Jataí-GO no período de 1990-2010, o capítulo resgata os nexos constitutivos da história de criação, consolidação e expansão das cinco IES (públicas e privadas), que ofertam cursos de graduação presencial existentes no município a partir de registros documentais e entrevistas realizadas com atores que participaram desse processo. Procurou-se estabelecer ligação das políticas para a educação superior propostas e materializadas nos governos de FHC e Lula e o impacto para a expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí-GO.

Optou-se, por razões didáticas, examinar os indicadores referentes à graduação presencial de Jataí (número de IES, matrículas, cursos e vagas) durante os governos de FHC e Lula, como foi feito nos capítulos anteriores, com o objetivo de contribuir para a apreciação e as comparações que se fizerem necessárias. A análise, situando Jataí no contexto nacional, foi realizada no último item desse capítulo, considerando os dados agrupados das cinco IES pesquisadas.

##### **4.1 COMPLEXIFICAÇÃO DO CAJ/UFG**

Devido à política nacional que se delineava na década de 1990, a UFG passou por um processo de significativas mudanças, com o objetivo de reorganizá-la “financeiramente, administrativamente e academicamente” (MENDONÇA, 2010, p. 291). De acordo com a autora,

Através de ações, em nome da democratização, foi promovida a descentralização que, com o discurso de participação, encaminhou o processo de avaliação que garantiria maior produtividade pelo controle, agilidade e eficácia. A extensão e a interiorização tiveram seus conceitos e ações ressignificados no interior da universidade, e as práticas fora da instituição passaram a ocorrer através da extensão de cursos e oferta de serviços que gerassem a captação de recursos para a mesma (MENDONÇA, 2010, p. 291).

Vale destacar que os cursos foram sendo criados, mas o modelo regimental do CAJ não modificou, mantendo-se a estrutura física e administrativa para funcionar com atividades de extensão<sup>265</sup>, como quando instalado o câmpus, em 1980.

Essa realidade esteve presente no CAJ que, depois da luta para a implantação do curso de Pedagogia em 1985, devido à mobilização social e à ação política jataiense que se organizaram e pressionaram pela criação da FEJ, foi-se ampliando com a criação de outros cursos ao longo da década de 1990. O primeiro curso implantado nessa década foi o de Letras, em 1990; depois, Geografia e Educação Física, em 1994; Matemática e Ciências Biológicas, em 1996; Agronomia e Veterinária, em 1997; e Letras/Inglês, em 1999.

#### **4.1.1 Papel da FEJ para consolidação e expansão do CAJ**

A partir da criação da FEJ, foi possível a consolidação e expansão do CAJ com a criação de novos cursos, por meio de convênios materializados entre a UFG/PMJ/FEJ. A implantação dos novos cursos era conduzida administrativamente e pedagogicamente pela universidade, como consta desde o primeiro convênio, ajustada à proposta de extensão e interiorização da UFG e, financeiramente, pela FEJ (encargos da manutenção e ampliação da área física, suporte de pessoal e contratação de professores), via repasse de verbas da PMJ.

Nesse processo, a FEJ, sem dotação orçamentária própria<sup>266</sup>, não se constituía de “fato” como ente jurídico autônomo, pois dependia integralmente do repasse de verbas do executivo municipal, ficando vinculada diretamente à vontade política do prefeito. Enquanto fundação pública, “existia apenas de direito, não se efetivando de fato”, e assumiu o papel de intermediária na relação ente UFG/CAJ com a PMJ (DOURADO, 1997, p. 197). À medida que a UFG se responsabilizava por administrar e conduzir pedagogicamente os cursos, logo se

<sup>265</sup> Essa configuração administrativa foi pensada para um câmpus avançado com atividades de estágio para estudantes, e não com cursos regulares de graduação.

<sup>266</sup> Com a ausência de um patrimônio próprio rentável, a FEJ ficava impossibilitada de qualquer forma de expansão, ficando totalmente dependente da autorização do poder municipal, que era o provedor de seus recursos orçamentários.

constituiu “uma entidade secundária no processo de interiorização” (DOURADO, 1997, p. 199).

Como na década de 1980, os convênios firmados pela FEJ de 1990 a 2010, continuaram apresentando, algumas vezes, dificuldades para suas negociações e renovação. Os convênios firmados a partir de 1990 entre a UFG/PMJ/FEJ têm como objetivo a implantação de cursos e/ou a continuidade dos cursos já existentes. Os dados relativos aos convênios encontram-se expostos no quadro 5 (Apêndice E) e verifica-se que foi assinado, a partir de 1990, um total de 12 convênios e termos aditivos entre a UFG/PMJ/FEJ para que o CAJ pudesse manter suas atividades em pleno funcionamento até o ano de 2011. Esses convênios sinalizam a possibilidade de viabilização do CAJ, dão suporte para o pagamento de pessoal do câmpus e complexificam o modelo de interiorização da UFG.

No convênio firmado em 17/08/1995, na cláusula das obrigações da Prefeitura, foi acrescentado “assegurar a aplicação de 25% de seu orçamento no ensino básico municipal” (UFG, Termo de Convênio, 1995, p. 3, item 1). Essa cláusula era uma tentativa de garantir que a educação básica não fosse prejudicada com o investimento que estava sendo realizado no nível superior.

Em função dos problemas gerados nos cursos do CAJ pela não atualização do acervo da biblioteca, procurando garantir a aquisição de livros, acrescentou-se, nas obrigações da FEJ, a responsabilidade pelo investimento mensal de livros, “no valor mínimo igual a duas vezes os proventos de Professor Titular Dr. em DE” (UFG, Termo de Convênio, 1995, p. 4, item 14). Isso, não foi cumprido.

Expandiu-se o número de cursos do CAJ mediante solicitação da comunidade jataiense e, conseqüentemente, ampliou-se a dotação orçamentária da FEJ (via PMJ) para garantir o pagamento dos salários dos professores e funcionários técnico-administrativos por ela contratados, bem como para a manutenção dos cursos. Acompanhe na tabela 47, expansão do número de professores e técnicos contratados pela FEJ de 1986 a 2010. A FEJ é contemporânea ao curso de Pedagogia e passou a ter dotação orçamentária apenas a partir de 1986.

De 1985 até 2002, os professores eram submetidos à seleção pela UFG e eram contratados pela FEJ para prestarem serviço no CAJ.

Os professores, apesar de concursados pela UFG nos moldes padrões empregados pela instituição, eram cerceados de participar da maioria dos espaços e dos fóruns de debate da Universidade [...] Eram professores de alunos da UFG mas não se constituíam em servidores da Universidade, tão pouco eram considerados do quadro de servidores da Prefeitura Municipal,

apesar de serem efetivamente, funcionários públicos municipais (DOURADO, 1997, p. 196-197).

Essa situação “ambígua” dos profissionais vinculados juridicamente à FEJ e subordinados administrativamente e pedagogicamente à universidade dificultou a construção de sua identidade. Apenas em 2001 o MEC disponibilizou 28 vagas docentes direcionadas especificamente para Jataí, com concursos realizados no final do ano e contratações no início de 2002, o que representou um marco para a identidade e o crescimento do CAJ.

Analisando os dados da tabela 47, percebe-se que, de 1986 a 1990, a quantidade de contratação permaneceu inalterada, pois no CAJ só tinha o curso de Pedagogia. A partir de 1991, com o início da expansão do câmpus por meio da criação de novos cursos, sucedeu-se a ampliação gradativa de contratação de novos professores, o que onerou a folha de pagamento da FEJ. De 10 professores em 1990 passou-se para 100 em 2001, um acréscimo de 1000%, e de nenhum servidor passou para 26, um aumento de 2600%, gerando, assim, problemas para a FEJ cumprir com suas obrigações financeiras. De 1985 a 1997, os técnicos administrativos, motorista, jardineiro, serviços de limpeza e gerais que trabalhavam no CAJ eram da UFG ou cedidos pela PMJ e, a partir de 1998, o câmpus passou a ter servidores da FEJ.

**Tabela 47** – Contratações e exonerações da FEJ de 1986 a 2010

ANO	PROFESSORES			SERVIDORES		
	Contratados	Exonerados	Total	Contratados	Exonerados	Total
1986 a 1990	10	-	10	-	-	-
1991	4	1	13	-	-	-
1992	2	3	12	-	-	-
1993	6	2	16	-	-	-
1994	8	-	24	-	-	-
1995	13	1	36	-	-	-
1996	12	4	44	-	-	-
1997	18	1	61	-	-	-
1998	15	10	66	10	3	7
1999	30	17	79	19	8	18
2000	17	6	90	7	3	22
2001	18	8	100	5	1	26
2002	10	29	81	31	3	54
2003	-	13	68	7	7	54
2004	-	10	58	4	5	53
2005	-	5	53	12	7	58
2006	-	22	31	11	3	66
2007	-	3	28	12	7	71
2008	-	4	24	4	10	65
2009	-	7	17	10	13	62
2010	-	-	17	6	12	56

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados coletados no Livro de Registro de Contratação e Exoneração da FEJ.

A verba repassada para a FEJ passou a onerar os cofres municipais e, antes que refletisse na educação básica municipal, visando manter o CAJ em pleno funcionamento e sem comprometimento com a qualidade da educação superior, a saída encontrada foi a Fundação firmar parceria com o governo do estado de Goiás por meio de convênios de colaboração mútua entre a UFG/Estado/PMJ/FEJ (Quadro 7 – Apêndice E) e a UFG/Estado/PMJ (Quadro 6 – Apêndice E). Neste, o Estado se responsabilizaria em conceder auxílio financeiro para subvencionar a FEJ, criar novos cursos, manter os existentes e implantar o Centro de Ciências Agrárias, assegurando a consolidação do CAJ. Segundo os dados apresentados no quadro 7 (Apêndice E), verifica-se que a contrapartida do estado estabelecida nos convênios é bem maior do que a da FEJ, variando de 67,8% a 100%.

O primeiro convênio foi o de 30 de dezembro de 1996 e constava que competia ao Estado “liberar os recursos financeiros destinados à construção, ampliação, reforma e à implantação do Centro Avançado de Ciências Agrárias [...]” por meio de repasses ao município de Jataí, bem como colocar à disposição recursos humanos e equipamentos necessários às atividades a serem desenvolvidas (GOIÁS, Resolução 3.701, 1996, p. 3). Se em 2013 o CAJ tinha uma sede localizada na BR-364, Km 192, nº 3800, Setor Industrial, onde funciona a Unidade Jatobá, é por causa da doação feita pelo Estado à UFG dos “bens móveis, imóveis e semoventes pertencentes a EMATER (antiga EMGOPA)” (GOIÁS, Resolução 3.701, 1996, p. 3).

O quadro 6 (Apêndice E) apresenta dados referentes à resolução e aos protocolos de intenções firmados entre UFG/Estado/PMJ/FEJ, que mostram a participação de cada conveniente, o tempo de vigência do convênio e a previsão do número de vestibulares.

Analisando os dados de participação dos convenientes na Resolução 3.701/1999, que prevê convênio firmado entre UFG/Estado/PMJ/FEJ, observa-se que, do valor total do convênio, de R\$ 9.063.751,80 (100%), a contrapartida do Estado e do município era praticamente a mesma proporção, sendo de 43,77% e 41,75 %, respectivamente, e da UFG em menor proporção, de 14,48%. A ajuda do Estado foi fundamental para a criação do Centro de Ciências Agrárias do CAJ/UFG, bem como para a consolidação do câmpus no município de Jataí. O ex-presidente da FEJ afirma que o ex-governador Maguito Vilela (filho de Jataí) foi um dos atores que contribuiu com a manutenção, consolidação e expansão do CAJ, dando destaque para duas de suas ações:

O nosso governador Maguito tem uma parcela importantíssima na Universidade Federal em Jataí em dois momentos. No primeiro momento, foi fazendo esse contrato de repasse de valores para o município via

Fundação, e o segundo momento foi ao repassar a Emgopa, que era uma instituição que deixou de existir no Estado, aquela área para a Universidade Federal. Então ele deve ser valorizado nessas duas questões que eu acho de suma importância e que os outros governadores depois engoliram esse contrato, engoliram esse contrato [...] (Entrevistado 1).

Além da implantação do Centro de Ciências Agrárias, o Estado, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Regional (Seplan), colaborou com auxílio financeiro para subvencionar a FEJ e manter os cursos do CAJ/UFG. Para isso, foi necessário estabelecer, ao longo dos últimos 15 anos, vários convênios<sup>267</sup>, como está demonstrado no quadro 7 (Apêndice E), que mostra a vigência dos convênios, os recursos definidos no total e por convenientes. Ao todo foram assinados 13 convênios, sendo o primeiro em 04 de julho de 1997 e o último em 16 de setembro de 2010, que vigorou até 2011.

Observa-se que, nos convênios firmados entre 1997 e 2001, conforme dados apresentados no quadro 7 (Apêndice E), a porcentagem de recursos do Estado foi em torno de 83 a 92%, e a FEJ se responsabilizou apenas por 7 a 16%. Os convênios de 2003 a 2006 exigiam uma contrapartida maior da FEJ, que variou de 21 a 32%, mas, comparada com o valor de Estado, ainda é pequena. Os convênios, a partir de 2007, não contam com recursos da FEJ, sendo apresentados apenas os recursos do Estado. Isso se deu em função da folha de pagamento ter diminuído bastante por causa da contratação dos professores pela UFG. A partir dos embates políticos, o Estado se prontificou a repassar toda a verba, sem exigir contrapartida da FEJ que, em anos anteriores (2003 a 2006), assumiu um encargo financeiro maior.

Em todos os convênios consta cláusula de obrigações, na qual compete à FEJ encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado a prestação de contas da gestão dos recursos financeiros concedidos, com demonstrativo contábil da aplicação dos recursos, extrato bancário e cópias dos cheques emitidos, inclusive os inutilizados. Ao Estado cabe repassar os recursos financeiros e acompanhar a aplicação dos recursos financeiros concedidos.

No convênio 8/2001, na cláusula 4ª, consta no § 1º, que “Na hipótese do MEC suprir a contratação de pessoal e manutenção do Câmpus Avançado de Jataí – CAJ/UFG, este Convênio deverá ser rescindido, independente do prazo de vigência” (GOIÁS, Convênio 8, 2001). Essa cláusula faz parte do convênio, pois estava em estudo no MEC a Proposta

---

<sup>267</sup> Os convênios com o governo do Estado eram celebrados anualmente por meio de aditivos, e as renovações dos convênios, por causa de uma série de burocracia, ocorriam com grande morosidade, o que gerava demora no repasse dos recursos financeiros do Estado para a prefeitura por meio da FEJ. Como consequência, houve atraso nos vencimentos dos professores e servidores contratados pela FEJ e colocados à disposição do CAJ/UFG, descontentamento e rodízio constante de funcionários que, insatisfeitos com suas condições de trabalho, procuravam outras instituições.



Político-Pedagógica de Federalização do CAJ/UFG, solicitando a sua transformação em Universidade Federal do Sudoeste Goiano (GOIÁS, Ofício 334, 1995). Caso fosse aprovada a federalização, o estado de Goiás passaria a ter uma nova Ifes e, assim, seria constituído um novo quadro de pessoal contratado com verba federal, desobrigando o Estado do auxílio financeiro para a FEJ. Esse sonho não foi concretizado, mas o MEC começou a liberar vagas para professores da UFG com lotação no CAJ.

Retornando aos dados da tabela 47, que expõe a contratação e exoneração de professores e funcionários da FEJ que atuam no CAJ/UFG, observa-se que, a partir de 2002, começou a ocorrer uma queda sucessiva e progressiva do número total de professores do quadro funcional, passando de 100, em 2001, para 17, em 2010, um decréscimo de 83%. A FEJ começou a diminuir a contratação de professores e parou de contratar por completo a partir de 2003. Isso aconteceu devido à liberação de vagas pelo MEC para a contratação de professores, inicialmente em número reduzido no governo FHC (1995-2002) e, depois, de forma mais significativa no governo Lula (2003-2010), com o Programa de Expansão das Ifes (2003) e o Programa Reuni (2007). Os professores mestres e doutores da FEJ começaram a prestar concurso na UFG, e os que foram aprovados na seleção foram passando para o quadro de funcionários da universidade, lotados no CAJ, com outros candidatos que se submeteram ao concurso. Nem todos os professores da FEJ conseguiram ser aprovados nos concursos, e outros, por não possuírem a titularidade exigida nos editais de concurso, permaneceram na folha da FEJ. Gradativamente, a FEJ foi reduzindo o número de professores contratados, o que desonerava sua folha de pagamento (Tabela 47), possibilitando a contratação de servidores para atuarem no CAJ que estava se expandindo. Inicialmente, o governo apenas havia liberado vagas para professores. Depois, com o Plano de Expansão das Ifes (2003) e o Reuni (2007) é que as vagas para servidores foram sendo liberadas.

Em 2010, foi firmado, por meio do primeiro termo aditivo ao convênio 68/2009, o último contrato celebrado entre o estado de Goiás e a FEJ, no qual o Estado assegurava a concessão de auxílio financeiro ao município de Jataí, destinado a subvencionar a Fundação, com previsão de encerramento da contribuição mensal para o mês de setembro de 2011 (GOIÁS, Seplan-GO, Primeiro termo aditivo, 2010). A partir de outubro de 2011, a FEJ passou a ter sérios problemas para cumprir com o pagamento de seu quadro pessoal.

A razão da não renovação de convênio do Estado com a FEJ se deve ao art. 112, inciso X, da Constituição Estadual, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional 46/2010, que estabelece ser vedada a “transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelo Governo Estadual e suas instituições

financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas, do Estado e dos Municípios” (GOIÁS, Constituição, 2010). Assim sendo, impossibilitava o Estado de fazer repasse de verba às prefeituras com a finalidade de pagamento de pessoal, por isso a não renovação do convênio. Inclusive descobriram a ilegalidade do último convênio, feito como aditivo, pois este foi assinado depois da EM 46/2000.

Como o convênio da FEJ com o Estado não foi renovado e o Poder Municipal afirmou que não tinha condições de assumir toda a folha de pagamento da fundação, a saída encontrada pela FEJ foi demitir todos os professores substitutos e funcionários, permanecendo no seu quadro de pessoal apenas os 14 professores efetivos concursados. Ao todo foram exonerados, em 2011, três professores e 60 funcionários. Isso acarretou sérios problemas no CAJ, que teve que fazer redistribuição de pessoal e funções entre os funcionários do quadro da UFG.

O Poder Público Municipal assegurava à FEJ e ao CAJ, pelo primeiro termo aditivo ao convênio UFG 209/2008, assinado em 24 de novembro de 2011, que entre si celebram a UFG/PMJ/FEJ, recursos para assegurar o pagamento dos 14 professores concursados que ficaram na sua folha de pagamento. Contudo, o problema do CAJ relacionado aos funcionários da FEJ demitidos que prestaram serviços na instituição e não foram repostos não se resolveu.

Os 14 professores, temerosos com a possibilidade de extinção da FEJ e inseguros quanto à permanência na educação superior, solicitaram em reunião da Câmara Municipal de Jataí a criação de uma lei que regulasse o ensino superior no nível municipal, pois tinham consciência de que a prefeitura teria que assumi-los (Entrevistado 2). A Lei 3.263/2011 aprovada autorizava a transferência dos professores do quadro da Fundação para o quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação de Jataí e de parte<sup>268</sup> da dotação orçamentária para a manutenção das atividades da FEJ. A Lei assegurava que esses professores seriam colocados à disposição da UFG e continuariam a atuar no mesmo curso no qual estavam lotados anteriormente (Jataí, CMJ, Lei 3.263, 2011).

De acordo com o ex-presidente da FEJ, o processo de elaboração, debate e aprovação da Lei Municipal 3.263/2011, que estabeleceu a transferência dos professores para o quadro da prefeitura, aconteceu sem o seu conhecimento: “a Fundação não participou desse

---

<sup>268</sup> Apenas parte da dotação orçamentária poderia ser repassada para a Secretaria Municipal de Educação (SME), pois, outra parte, no valor de R\$7.500,00 mensal, deveria continuar sendo depositada para a FEJ para garantir as despesas com aluguel, contador, parcelamento de INSS e Jataí Prev (negociados anteriormente).

processo; foi uma lei que foi encaminhada pela prefeitura na câmara municipal, e esta lei foi votada e sancionada” (Entrevistado 4).

De acordo com o relato de ex-professora da FEJ, os 14 professores efetivos não foram informados oficialmente da criação da lei e nem o que mudaria no contrato de trabalho deles. “Aguardamos qualquer comunicação oficial, alguma convocação para reunião, mas nada disso aconteceu; era como se nada tivesse acontecido e continuamos na UFG sem qualquer palavra sobre isso ou sobre qualquer outra coisa” (Entrevistado 2).

Face à instabilidade da FEJ e à condição de exercício profissional, os professores saíram da Fundação. Tais questões podiam acarretar perdas a esse grupo de professores, inclusive com relação à disposição de trabalhar no CAJ e à política salarial. Pertencendo ao quadro da FEJ, eram assegurados a esse quadro de professores, em função de convênios firmados entre a UFG/PMJ/FEJ: salário equivalente ao pago aos professores pela UFG (inclusive das progressões horizontal e vertical); direito ao regime de trabalho de Dedicção Exclusiva; garantia da quantidade máxima de aula por regime de trabalho de acordo com as normas da universidade; licença remunerada para cursarem Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado de acordo com as normas da UFG; segurança de participação em eventos científicos e programas de capacitação, de acordo com os critérios previstos pela universidade (UFG, Convênio 209, 2008).

Quando foi entrevistado um desses professores, o depoimento foi o seguinte:

Quanto às nossas condições de trabalho, benefícios etc., que eu saiba, não há nada escrito, **estamos mais desprotegidos do que antes**. [...] Então, **estamos mais soltos e perdidos do que nunca**, sem representação (devido ao número muito pequeno, e ainda alguns fora da cidade ou até do país, [...] durante todo esse tempo de mudanças), **sem legalização**, simplesmente encostados num cantinho da prefeitura, como algo inútil com que não se sabe o que fazer, e bem quietinhos, numa atitude de quem se cansou, desistiu e aceitou tudo (Entrevistado 2, grifos nossos).

No depoimento, percebe-se claramente o desconforto, a falta de perspectiva para o futuro e o desânimo com a categoria que, durante vários anos, lutou pelas condições dignas de trabalho e pela transformação do CAJ em Universidade Federal do Sudoeste Goiano.

A partir de janeiro de 2012, a FEJ, como havia exonerado os professores e servidores que atuavam na UFG para cumprir seus compromissos financeiros, contava apenas com os recursos oriundos da AJE<sup>269</sup>, no valor de 10% do valor arrecadado com as inscrições

---

<sup>269</sup> A AJE é a associação responsável pela coordenação dos cursos de Direito e Administração e que faz um repasse mensal à FEJ para pagamento do aluguel do imóvel onde funciona o Cesut.

do vestibular e o valor mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), reajustado no mesmo índice do aumento das mensalidades (FEJ, Instrumento de Transação, 2002).

Em função dos últimos acontecimentos, o objetivo inicial de sua criação, que era sustentar o CAJ, findara. Em 2013, a função da FEJ consiste em supervisionar e fiscalizar as atividades pedagógicas dos cursos do Cesut<sup>270</sup>, como se encontra estabelecido no Instrumento de Transação assinado em 2002 entre a FEJ e a AJE.

É, a Fundação chegou ao fim com relação ao seu objetivo inicial, mas no meu modo de ver, juridicamente, enquanto existir o curso de Direito e de Administração com contrato com o CESUT, ela tem que permanecer ainda em funcionamento. [...] A importância da Fundação foi a luta para permanência da Universidade Federal em Jataí (Entrevistado 1).

Como afirma o ex-presidente da FEJ, o desafio é grande. O conselho precisa mostrar o novo caminho que a Fundação vai ter que trilhar para a sociedade, por isso “corre atrás de outros meios para mostrar outras áreas de atuação da Fundação para a comunidade [...] tentar pleitear ações na área de pesquisa, às vezes pleitear cursos de formação técnica [...]” (Entrevistado 4).

É importante ressaltar que a trajetória da FEJ fora marcada por intensos debates, lutas e resistências e, principalmente, envolveram-se nesse percurso sujeitos que enfrentaram demasiadas adversidades, com o objetivo de garantir e estabelecer em Jataí um ensino superior público de qualidade. Afinal, como afirmado anteriormente, a proposta política do governo federal daquele período, embora contemplasse a expansão, não tinha por interesse custeá-la. Desta forma, os convênios firmados entre a UFG, PMJ, FEJ e o estado de Goiás foram fundamentais para a implantação e manutenção do câmpus no município.

#### **4.1.2 Modelo de expansão esgotado**

Em alguns momentos, estiveram presentes entre a UFG/Goiânia e os câmpus avançados dificuldades de relacionamento. A expansão dos cursos superiores no interior causava inquietações, essencialmente nas reuniões ocorridas em Goiânia, em que o assunto era a pauta. Sabe-se que diversos setores da universidade eram contra a política de interiorização e expansão dos cursos; em muitos casos, questionava-se a qualidade dos cursos ofertados, a ausência de investimentos financeiros para a construção e a compra de materiais

---

<sup>270</sup> De acordo com as entrevistas realizadas com os ex-presidentes da FEJ, essa fiscalização nunca foi feita, só está no papel.

adequados, entre outras questões que serviam de empecilho para a interiorização e expansão, como se pode perceber na fala de ex-diretora:

[...] o que acontece é que a cada vez que a gente queria abrir um curso novo, era um gasto a mais para a Universidade. Embora eles não soubessem que o gasto maior era o da Prefeitura, a Universidade era um apoio logístico, um apoio pedagógico. [...] Curso de agronomia e veterinária, se não fosse um trabalho do seu Edward, lá dentro, do professor Lázaro, nós não teríamos aqui. [...] Nós procuramos no Conselho Universitário aqueles [...] que poderiam nos apoiar. [...] E foi uma luta, primeiro para aprovar a nível da própria unidade. [...] Não era que os professores daquela época eram totalmente contra, mas eles não queriam dividir esse espaço e nem os recursos que agronomia e veterinária tinham dentro da própria Universidade, que eram poucos (Entrevistado 6).

Todo curso novo que era encaminhado dos câmpus da região, não só de Jataí, para o Conselho, era sempre essa guerra, porque a preocupação deles era de que nos íamos tirar as vagas existentes para os cursos de Goiânia. Eles nunca viam o Câmpus como uma somatória integrada (Entrevistado 6).

A despeito dessa última afirmação, é importante salientar que a situação dos câmpus avançados é muito mais complexa e que, no tocante à liberação de cursos, não se trata de uma mera oposição da universidade. A UFG tem um conjunto de outras demandas que precisam ser consideradas.

Em 1994, a professora Ana Cáritas Teixeira de Souza<sup>271</sup> assumiu a direção do CAJ. Ao chegar a Jataí para conhecer a cidade, o câmpus se deparava com um quadro de professores constituído basicamente por graduados. Então, almejou como uma de suas metas enquanto gestora, proporcionar condições para ampliar a qualificação dos docentes<sup>272</sup>, com o objetivo de melhorar a qualidade dos cursos existentes e ofertar cursos de extensão para atender as solicitações da comunidade.

<sup>271</sup> Foi diretora de 1994-1998 durante o período que o CAJ expandiu os cursos apenas com recursos municipais e ajuda do governo estadual. Ao referir-se à ex- diretora, durante o trabalho será usado “Ana Cáritas”.

<sup>272</sup> Duas ações da gestão de Ana Cáritas contribuíram para melhorar a formação dos docentes do CAJ: o desenvolvimento do projeto “O ensino das Ciências Biológicas e da Matemática – Desenvolver novas dimensões nas licenciaturas – UFG/CAJ” por meio do convênio 175/1996, firmado entre a UFG e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT)/Capes do Ministério da Educação e do Desporto, que atendeu mais de 400 professores do estado de Goiás e possibilitou que os professores do CAJ passassem a ter especialização; a implantação do subprograma Mestrado Interinstitucional em Educação, realizado em parceria entre o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFG, em junho de 1996, que atendeu 15 docentes do CAJ, que alguns anos depois puderam participar do concurso para professor da UFG em 2002 quando o MEC liberou vagas para o Câmpus. As 10 vagas liberadas para professores do CAJ/UFG em 2000 eram para doutores. Em 2002, das 28 vagas liberadas para concurso de professores do CAJ, algumas delas foram para mestres.

Em outubro de 1994, nós começamos um trabalho primeiro de conhecimento da realidade e de tensão, e o que poderíamos fazer para a organização do CAJ, nesse período, que eu estaria à frente dessa direção. Eu me lembro que a gente tinha um número reduzido de professores nas áreas, acho que duas professoras com pós-graduação. [...] primeira preocupação era como a gente poderia transformar o nível de professor graduado ao nível de especialização, e como encaminha-lo-íamos para o mestrado (Entrevistado 6).

Durante a direção de Ana Cáritas, assim como em todas as gestões anteriores, a comunidade solicitou à UFG a criação de novos cursos. Para isso, era necessário ampliar o número de vagas e aumentar os recursos financeiros, esbarrando no plano financeiro da universidade, que se encontrava em um período de escassez de verbas, dependendo cada vez mais da FEJ (recursos municipais).

O modelo de interiorização do CAJ, iniciado na década de 1980, se encontrava esgotado, tendo em vista que, devido ao crescimento do câmpus, o município/FEJ não conseguia arcar com as responsabilidades assumidas por meio da celebração de convênios, que acabaram afetando o funcionamento da instituição.

Com o crescimento do CAJ, na década de 1990, e diante das inúmeras dificuldades enfrentadas cotidianamente, principalmente aquelas relacionadas ao orçamento da universidade, foi articulado pelos professores e pela direção do CAJ, com o apoio do governo do estado de Goiás, da PMJ e da FEJ, um movimento junto ao MEC em prol da federalização do CAJ. Essa movimentação parecia encontrar eco na administração central da universidade.

Em junho de 1995, elaborou-se pelo Escritório Técnico Administrativo (ETA) da UFG o documento Plano Diretor Físico do Câmpus Avançado de Jataí, com a finalidade de apresentar a proposta de construção do CAJ, definida em três áreas diferenciadas, que previa espaço físico para a criação de novos cursos e consolidação da posterior Universidade Federal do Sudoeste Goiano – UFSGO (UFG, CAJ, Plano Diretor Físico, 1995). Esse plano de expansão do câmpus conjecturava o trabalho integrado do CAJ/UFG, da Prefeitura, FEJ e Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (Emgopa), e foi anexada à Proposta de Federalização do CAJ.

A equipe elaborou e concluiu, em julho de 1995, o documento intitulado Proposta Político-Pedagógica de Federalização do Câmpus Avançado da Universidade Federal de Goiás em Jataí (GO), que foi entregue ao MEC. Esse documento apresentava os espaços físicos do CAJ, as atividades desenvolvidas pelos professores e pesquisadores, a relevância

histórica, geográfica e socioeconômica do município, entre outros aspectos que justificavam a federalização da instituição (UFG/GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/PMJ, 1995).

Essa ação com o intuito de federalização do CAJ foi encampada por diferentes atores e grupos sociais. Dentre eles, pode-se citar o apoio político dado pelo governador do Estado de Goiás, na época Luiz Alberto Maguito Vilela, que encaminhou, em 22 de agosto de 1995, o ofício 334 para o então Ministro de Estado da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, solicitando estudo para a “Proposta Político-Pedagógica de Federalização do Câmpus Avançado da Universidade Federal de Goiás” para criar uma Ifes no Sudoeste goiano. Evidenciava-se a necessidade de transformar Jataí em um polo universitário, inclusive sugeria nomes para a instituição, como “Centro de Ensino Superior ou Universidade Federal do Sudoeste Goiano (UFSGO)”, mostrando apoio político (GOIÁS, Ofício 334, 1995). Esse apoio de Maguito Vilela não era desinteressado, pois havia interesse político por trás, como ressalta ex-diretora do CAJ em sua entrevista:

quando nasceu o Centro de Ciências Agrárias, havia um interesse político de melhoria daquela região nessa fase, não só porque o centro sudoeste é o maior colhedor de grãos, mas também por ser aquela região a área política do governo. Ele pode atender um desejo da sua comunidade, devolvendo-lhe condições técnicas científicas pra melhor a produção, então houve interesse de gestão e financeiro [...] (Entrevistado 6).

Outro grupo que incentivou a proposta de federalização foi o Conselho Comunitário de Jataí, constituído por várias entidades e muitos grupos de serviços sociais do município<sup>273</sup>, que encaminhou o ofício 03/1995 para o ministro solicitando empenho na proposta de federalização do CAJ (JATAÍ, CONSELHO COMUNITÁRIO, 1995).

Para a elaboração do documento e a definição das propostas para novos cursos que passariam a integrar a UFSGO<sup>274</sup>, realizou-se uma consulta pública junto à cidade de Jataí e mais de vinte e dois municípios vizinhos, que envolveu quase três mil sujeitos (FEJ, Relatório ..., 1996). Nessa consulta, questionava-se a opção de cursos para a implantação da UFSGO e a opção de turno<sup>275</sup>.

<sup>273</sup> Dentre as entidades membros do Conselho Comunitário de Jataí, fundada em 19 de junho de 1978, podem ser citados: FEJ, CAJ, Clube de Leões de Jataí, Lions Club de Jataí, Rotary Clube de Jataí, Delegacia Regional de Educação de Jataí, ETFG – Uned Jataí, Associação Comercial e Industrial de Jataí, Clube de Leões do Brasil de Jataí, Lojas Maçônicas Vasco Coutinho de Jataí, Ordem dos Advogados do B.S. Jataí, Lojas Maçônicas 28 de Julho de Jataí. Essas entidades foram as que assinaram o ofício encaminhado ao Ministro de Estado da Educação e Desporto, Sr. Paulo Renato de Souza.

<sup>274</sup> Caso o CAJ conseguisse a aprovação da sua federalização, esse seria o nome da nova universidade.

<sup>275</sup> Dos 2.694 formulários aplicados, os 10 primeiros cursos escolhidos foram: medicina veterinária, informática, arquitetura e urbanismo, agronomia, engenharia elétrica, zootecnia, ciências biológicas, educação física,

Apesar da não aprovação da federalização do CAJ, o câmpus continuou a expandir-se. Como dito anteriormente, em meados da década de 1990, surgiu a ideia de implantar um Centro de Ciências Agrárias na área onde antes estivera instalada a Emater-GO, uma vez que os espaços físicos, os materiais e os recursos humanos dessa empresa poderiam ser aproveitados pelo câmpus, segundo informação repassada, na época, pelo prefeito Nelson Antônio.

Quando Nelson era prefeito, ele nos convidou para visitar a Emgopa e disse: toda essa área poderá ser da Universidade, basta que vocês criem aqui o curso de Agronomia e Veterinária. Isso foi no final de 1995. Lembro-me que, em 3 meses, nós fizemos esse projeto. Foi o projeto de implantação de Ciências Agrárias que veio para a Universidade para ser aprovado na Agronomia e Veterinária. E com esse projeto nós mostramos toda a área liberada, os 370 hectares. [...] Tínhamos a área, eles deram na época todo o gado, todos os equipamentos, que era muita coisa e que puderam ser recuperados, e ainda tínhamos uma verba que o Maguito Vilela liberou, que era para construção de espaço de sala de aula e recuperação do espaço da Emgopa para transformar nesse Centro. Quer dizer, nos tínhamos tudo isso e tinha o insulto de dizer não a essa implantação. Ou seja, o projeto em si ele mostrava a viabilidade de iniciarmos o curso, então junto ao Conselho Universitário a votação foi assim acirrada. [...] Foi aprovado não por unanimidade, mas por uma representação, bastante focada no grupo que assumiu a ideia (Entrevistado 6).

A expectativa com a implantação desse centro residia no interesse em criar os cursos de Medicina Veterinária e Agronomia que, de acordo com o resultado da consulta de cursos superiores realizada no projeto de federalização do CAJ, estavam entre os quatro primeiros escolhidos. Assim, durante o ano de 1996, estudo e visita<sup>276</sup> ao CAJ foram realizados para a elaboração do projeto de implantação desses cursos e, ao mesmo tempo, a direção do câmpus, representantes políticos – em especial o prefeito e o vice-prefeito, Nelson Antônio da Silva e Humberto Freitas Machado, respectivamente – e representantes da sociedade se mobilizaram para pedir a doação da área e dos respectivos equipamentos e recursos humanos da antiga Emgopa, hoje Emater, o que foi concretizado.

O parecer da comissão que levantou as condições físicas existentes e necessárias para a implantação do curso de Agronomia em Jataí apontou que:

---

matemática e engenharia agrícola; e a opção por turno foi: noturno, 59%; matutino, 27%; vespertino, 2%, e 12% não optaram (UFG/CAJ, Resultado de pesquisa de opinião, s/d). Vale ressaltar que os cursos de ciências biológicas, educação física e matemática já tinham sido negociados para sua criação no CAJ e começariam a funcionar até 1996.

<sup>276</sup> Em abril de 1996, uma equipe constituída por professores da UFG, Paulo Alcanfor Ximenes, Armando Ramos e Wilson Mozena Leandro, visitou o CAJ para levantar as condições físicas existentes e necessárias para a implantação do curso de Agronomia em Jataí, cujo relatório final foi entregue em junho do referido ano.



Uma análise preliminar entende que, para um número reduzido de estudantes (20 a 30) as condições de infraestrutura existentes permitem a ministração das disciplinas do primeiro ano do curso de Agronomia. As demais séries necessitarão de construção de prédios, laboratório, estruturação da parte de campo e contratação de professores e pessoal técnico-administrativo (XIMENES; RAMOS; LEANDRO, 1996).

Apesar de o parecer afirmar que o CAJ só apresentava infraestrutura para o funcionamento do primeiro ano, ainda no ano de 1996 foi elaborado o projeto de “Implantação do Centro Avançado de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Goiás no CAJ”<sup>277</sup>, que previa a criação dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, com 40 vagas cada, com início em março de 1997, aprovado pelo Egrégio Conselho Universitário e pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da UFG, em 24 de setembro de 1996.

Com a criação dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária e com a doação da fazenda experimental (antiga Emgopa) para o funcionamento dos cursos, houve uma ampliação dos custos de manutenção do CAJ no que se refere à infraestrutura e aos recursos humanos, o que inviabilizou a FEJ (prefeitura) de arcar com os custos.

Como resultado desse processo, no final de dezembro de 1996, assinou-se um termo de convênio entre a UFG, o estado de Goiás, o município de Jataí e a FEJ, que visava a colaboração mútua para a implantação dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária no Câmpus Jataí. Esse convênio estabelecia as obrigações de cada um dos envolvidos para a concretização do Centro de Ciências Agrárias<sup>278</sup>: as obrigações da UFG relacionavam-se quase exclusivamente a aspectos de assessoria didático-pedagógica; o Estado responsabilizava-se pela doação dos bens móveis, imóveis e semoventes pertencentes à Emater, além de destinar recursos financeiros e humanos para a construção, ampliação, reforma e compra de equipamentos para o Centro de Ciências Agrárias; já ao Município, por meio da FEJ, cabia a maior parte das obrigações explicitadas no convênio, pois ela deveria responsabilizar-se pelos custos do CAJ, incluindo a aquisição de produtos de manutenção (materiais didáticos e de laboratórios, livros para a biblioteca) até o custeio da folha de pagamento dos professores e técnicos administrativos, como afirmado anteriormente.

Os recursos financeiros do Estado para construção, reforma e compra de equipamentos foram repassados para o município, que ficou responsável pela sua administração. Essa foi a forma encontrada para que a execução da obra acontecesse mais

---

<sup>277</sup> O projeto foi elaborado pelos professores da UFG: Eugênio Gonçalves de Araújo e Marcos Barcellos Café (Escola de Veterinária), Orione Álvares da Silva (Instituto de Ciências Biológicas), Paulo Alcanfor Ximenes e Wilson Mozena Leandro (Escola de Agronomia).

<sup>278</sup> Inicialmente, o projeto era criar o Centro de Ciências Agrárias, mas, com a criação do curso de Ciências Biológicas, passou a ser denominado de Centro de Ciências Agrárias e Biológicas (CCAB).

rápido e que os recursos doados para o CAJ não fossem desviados para outras unidades da UFG, como explicou a ex-diretora do câmpus em entrevista.

[...] tudo que o Estado doou para a universidade, ele doou e a universidade incorporou como dela. Agora, no nosso entender, essa era a briga, o que era do Câmpus tinha que voltar para o Câmpus, tanto que quando foi para a construção disso aqui [do CCAB], a luta nossa, da procuradoria, era que o recurso fosse repassado para prefeitura, e não para UFG. Que a prefeitura geriria esse recurso [...]. E a verba veio para a prefeitura. A prefeitura fez a administração de acordo com os moldes do Estado. É..., achamos uma saída interessante que era provar que a verba do Estado não podia nunca ser passada para a universidade, que era um órgão federal, tinha que ser para o município, [...] isso [...] para a gente garantir a execução da obra. Não que a gente desconfiasse da UFG, mas a gente sabia que a prefeitura estava ali junto, que tinha um interesse político nessa execução, seria mais rápido, como realmente foi, e também jogou recurso próprio, para a concretização (Entrevistado 6).

Dessa forma, apesar das inúmeras dificuldades e do grande trabalho despendido pelos professores, pesquisadores, técnicos e alunos, a construção do CCAB foi importante para as atividades e a visibilidade do CAJ, representando, ainda, o interesse das lideranças políticas locais e regionais em estabelecer no município o ensino superior público. Isso representou uma ação política e estruturada a partir da união da sociedade civil e da sociedade política, como reforça a fala de ex-diretora em sua entrevista,

não existe um ato educacional sem ter ato político. Eu acho que esse momento que a Universidade e o próprio Câmpus de Jataí atravessavam era favorável em todo sentido, [...] de juntar esse desejo da população de Jataí com o ato político, que era o desejo do prefeito e do governador, porque todos os recursos que nós tivemos para a implantação daquela base nas Ciências Agrárias veio do projeto da Emgopa e do governo do Maguito, que liberou esse dinheiro e que foi administrada pela prefeitura de Jataí para a construção daquelas unidades né? E, ali, vocês podem ver que hoje está consolidado todo esse plano [...] esse planejamento que nasceu em 1997, porque esse foi o embrião (Entrevistado 6).

Como resultado desse esforço conjunto, na década de 1990, especialmente nos seus anos finais, o CAJ cresceu consideravelmente em número e qualidade, ampliando suas ações no Sudoeste de Goiás.

Analisando o quadro 9 (Apêndice F) dos cursos criados no CAJ e em funcionamento, verificou-se que, na década de 1980, a instituição contava com dois cursos, o de Ciências, que fechou, e o de Pedagogia, que permanece em funcionamento até hoje; na

década de 1990, houve uma expansão significativa, pois foram criados 10 cursos, e o maior crescimento se deu na década de 2000, com a criação de 14 cursos, contando com o de 2011.

Durante a gestão de FHC (1995-2002), período no qual as universidades públicas sofriam com a falta de apoio do governo por conta das restrições de verbas e da política direcionada para privatização, o que se verificou foi uma queda no crescimento das IES públicas no Brasil. Analisando o caso específico de Jataí, de acordo com os dados disponibilizados no quadro 9 (Apêndice F - cursos de graduação do CAJ), observa-se que, apesar das dificuldades com a restrição de verbas para o ensino superior público pelo governo federal, o CAJ, por meio de convênios firmados com a PMJ e com o estado de Goiás, conseguiu expandir, implantou cinco cursos e uma outra turma de curso já existente, o de Pedagogia. Vale destacar que não é papel do poder estadual financiar o CAJ. Tal situação configura-se como resultante de políticas patrimoniais, onde a adesão a iniciativas de expansão e interiorização da educação superior poderia render frutos à gestão e ao futuro político do governador e prefeito.

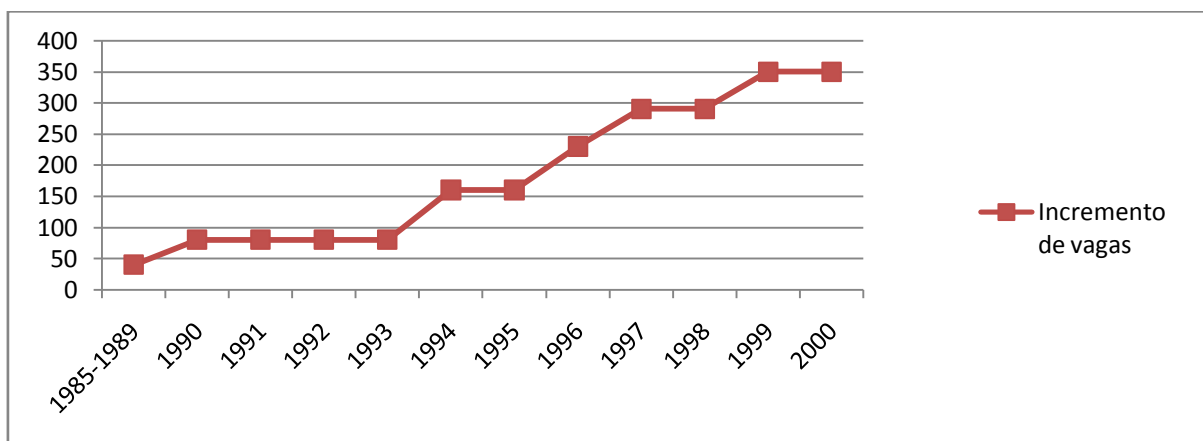
Verifica-se, no CAJ, o incremento de vagas a partir da criação de novos cursos e ampliação de vagas em cursos já existentes durante o período de 1990 a 2001, da seguinte forma: em 1990, iniciou-se a primeira turma do curso de Letras/Português, com 40 vagas; em 1994, o curso de Educação Física e Geografia, com 40 vagas cada; em 1996, o curso de Ciências Biológicas, com 30 vagas, e Matemática, com 40 vagas; em 1997, iniciaram-se as primeiras turmas do curso de Agronomia e Medicina Veterinária, com 30 vagas cada; em 1999, o curso de Letras Português/Inglês, com 30 vagas, e o aumento de 30 vagas no curso de Pedagogia; em 2001, o curso de Ciências Biológicas/Bacharelado, com 10 vagas (UFG/CAJ, Programa Expansão, 2006).

No ano de 2002, foi aprovada pela Resolução Consuni 04 a criação do curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura Plena em nível emergencial, especificamente para a formação de 100 professores da rede municipal de ensino de Jataí. Todo o custeio desse curso esteve condicionado ao convênio 27/2002, firmado entre a UFG/CAJ/PMJ, e os candidatos foram submetidos a processo seletivo diferenciado.

Como pode ser observado no gráfico 3, que mostra o incremento de vagas com a criação de novos cursos e ampliação de vagas em cursos já existentes, a expansão maior do CAJ ocorreu no final da década de 1990. Essa expansão ocasionou uma série de demandas, especialmente por recursos humanos (técnicos administrativos, professores). Tendo em vista que os problemas não foram solucionados, isso limitou novas expansões nos anos seguintes,

retornando o crescimento apenas em 2006, com a adesão ao Plano de Expansão do governo Lula.

**Gráfico 3** – Incremento de vagas com a criação de novos cursos e ampliação de vagas em cursos já existentes no CAJ de 1990 a 2000



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados na UFG/Prograd.

Uma tentativa para solucionar definitivamente o problema de recursos humanos foi tomada em 1997 pelo reitor da UFG, professor Ary Monteiro, quando encaminhou ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, o ofício 1.149/1997 com o “Projeto de consolidação dos campi da UFG” anexado, que detalha o histórico da atuação da UFG no interior do Estado e a situação de cada câmpus. No documento, ressalta-se que, com o advento da nova LDB/1996, os municípios apresentaram dificuldades para a contratação de docentes para os câmpus, tendo em vista a definição clara da lei com relação às responsabilidades do município no setor educacional com o Ensino Fundamental. Sendo assim, a consolidação dos CAJ “depende, agora, de uma ação no âmbito Federal que permita à UFG arcar com as despesas referentes aos quadros de docentes e de servidores técnico-administrativos” (UFG, Ofício 1.149, 1997). A UFG chamou o governo federal para encontrar solução para a situação materializada, após atender as orientações do MEC, traçadas pelos governos militares, de desenvolver atividades de extensão pelo interior do país. Propôs ainda incorporar os cursos dos câmpus à estrutura da universidade e, para tanto, eram necessárias vagas para efetuar concurso de professores. Tal pretensão se esbarrou na inexistência de vagas e, por isso, solicitou-se a liberação de 237 vagas para docentes e 91 vagas de pessoal técnico-administrativo para atender os câmpus, e todos passariam a compor o quadro da UFG (UFG, Projeto de consolidação dos *campi* da UFG, 1997). Apesar de dar início à luta por vagas para

os câmpus em 1997, as vagas para docentes começaram a ser liberadas em “conta-gotas” pelo MEC em 2000. Segundo a ex-diretora do CAJ,

nós já tínhamos, através do Doutor Lindolfo, vagas que ele tinha dado para o Câmpus, 100 vagas que a Universidade não liberou na época para nós. Lindolfo [...] era ministro da Ciência Tecnologia em Brasília. Ele liberou 100 vagas, e essas vagas foram engolidas pela própria Universidade, para não serem liberadas para o Câmpus. Dessas vagas, foram liberadas, acho que, 10 vagas posteriormente. Foi quando vieram aqueles doutores de São Paulo, [...] que era uma das exigências do projeto [...]; às vezes foi até mal compreendido ao nível do próprio câmpus. Não era para excluir, era para trazer doutores, para garantir que essas vagas que vinham de Brasília fossem ocupadas (Entrevistado 6).

De acordo com análise feita pela ex-diretora do CAJ, o grupo de Jataí precisava melhorar sua titulação, porque não adiantava vir às vagas e não ter professores habilitados para se submeter ao concurso. Segundo ela, “aquela recuada que eles **roubaram** de nós [...] foi porque nós não tínhamos ainda o número de professores suficientes para prestar [o concurso]. Eu tenho certeza que a recuada foi isso, embora tenhamos brigado na época. As vagas eram nossas, né?” (Entrevistado 6, grifo nosso).

A expressão “roubaram” é imprópria e forte. É como se a universidade tivesse apossado de algo que não é seu. O CAJ é um dos câmpus da UFG, pertence à universidade. Na verdade, as vagas e as verbas vinham para a UFG que, após análise e estudo da realidade e possibilidades de cada câmpus, considerando as políticas de expansão e interiorização da universidade, e depois da aprovação nas diferentes instâncias universitárias, eram definidas para onde as vagas liberadas pelo MEC iriam. Logo, existia todo um trâmite legal para que chegassem aos câmpus.

Disponibilizaram-se, em 2001, pelo MEC, 28 vagas docentes direcionadas para Jataí, com concursos realizados no final de 2001 e contratações no início de 2002; e mais 10 vagas nos anos de 2002 e 2003.

Com a liberação de vagas para docentes pelo MEC, surgiu uma nova expectativa no sentido de amenizar os problemas relacionados à questão dos recursos humanos do CAJ, que se constituía em um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento e a consolidação da instituição. Ao mesmo tempo, gerou outro problema provocado pelo modelo de interiorização adotado, que era a situação diferenciada de contratação, principalmente a dos professores: os federais (que recebiam em dia) e os da FEJ (que recebiam com constantes atrasos).

O modelo de interiorização da Universidade Federal criou uma situação no mínimo confusa: após a liberação de vagas do Ministério da Educação para contratação de professores a partir de 2000, o Câmpus Jataí conta com profissionais com contrato federal; profissionais contratados pela Fundação Educacional de Jataí; profissionais postos a disposição do Câmpus pela Agência Rural; profissionais substitutos contratados pela Fundação, com contrato temporário; além dos profissionais com contratos terceirizados. Esta situação, aliada aos constantes atrasos salariais, gera uma enorme instabilidade entre professores e servidores o que compromete o bom desenvolvimento das atividades do CAJ (UFG, Programa Expansão, 2006, p. 8).

Esse problema de fontes pagadoras diferentes permanece até em 2013, mas o número de professores que pertence ao quadro da prefeitura municipal (antes FEJ) e é colocado à disposição do CAJ é muito reduzido, 10<sup>279</sup> em um total de 232 professores, mas não deixa de causar transtorno.

Para o ex-diretor do CAJ (2003-2007), esse foi um dos principais problemas enfrentados durante sua gestão: “o atraso salarial dos professores da Fundação, que provocava transtorno na convivência interna. Talvez, mais que a questão financeira e a orçamentária<sup>280</sup> da universidade” (Entrevistado 8).

Vale destacar que, com a vinda de novos cursos para o CAJ, ainda na década de 1990, houve uma maior aproximação entre estes cursos e a sociedade jataiense. Essa aproximação se materializou nos projetos que foram desenvolvidos nesse período, entre os quais se destacam: Semanas Culturais, Centro de Línguas, Alfabetização de Jovens e Adultos, Aulas de Dança para a Comunidade, Projeto Integrado de Biologia para alunos de 1º e 2º graus, convênio com a Secretaria Municipal de Educação para a implantação de uma Escola de Aplicação, entre muitos outros. Com isso, o CAJ começava a ganhar outros contornos e a inserir-se na tríade que deveria movimentar a universidade nesse momento: ensino, pesquisa e extensão. Deste modo, as ações desenvolvidas nessa década contribuíram para a sobrevivência do Câmpus.

Em 2002, foram entregues ao CAJ os novos blocos, construídos com recursos do governo do estado de Goiás, para atender de forma adequada os cursos que funcionavam no

---

<sup>279</sup> Em 2010, eram 17, mas, em função de aposentadoria e pedido de demissão, em 2013, são apenas dez.

<sup>280</sup> A questão orçamentária do CAJ e dos demais câmpus até 2005 era muito problemática, pois não tinham uma dotação orçamentária específica para que os diretores pudessem fazer um planejamento de sua gestão, como disse o ex-diretor da instituição, recebiam “a conta gotas” os recursos ao longo do ano da UFG, ficando dependentes de ajuda das prefeituras, do estado ou de algum projeto. Em 1994, na gestão de Ana Cáritas, “eles davam mil reais para você fazer a gestão de cinco cursos, que era absurdo [...]. A dificuldade que a gente tinha era de manutenção, uma manutenção que era reconhecida pela universidade, porque a universidade era nível do orçamento, tinha que prever recursos dos câmpus, não sofrimento de fundo de mil reais por mês” (Entrevistado 6).

CCAB, área de aproximadamente 370 ha. Nesta, funcionavam as atividades acadêmicas que envolviam pecuária, experimentação vegetal e animal e reserva biológica.

Como não existia no CAJ nenhum professor efetivo do quadro da UFG até 2002, a direção do câmpus<sup>281</sup> era assumida por professores vinculados aos cursos da instituição de Goiânia. Ao terminar a gestão do professor Walter Nilton Celestino da Silva<sup>282</sup>, em 2003, no reitorado de Milca Severino Pereira<sup>283</sup>, foi eleita a primeira direção com professores que pertenciam ao quadro do CAJ, assumindo o cargo de diretor o professor Edésio Fialho dos Reis, e a vice-direção a professora Luciana Aparecida Elias, a partir de 1º de setembro de 2003, o que representou um novo marco para a instituição. Isso representou uma conquista histórica e politicamente construída no CAJ, que lhe conferiu uma identidade institucional. Assim como aconteceu em Catalão, foi o momento de “denúncias frente às precárias condições infraestruturais e administrativas na produção acadêmica, assim como, de dúvidas quanto à superação desses problemas estruturais” (SILVA, 2005, p. 140).

Desde o final da década de 1990 que o grupo de professores e funcionários do CAJ reivindicava que a direção do câmpus deveria ser assumida por um membro da instituição que vivia e conhecia de perto a realidade, mas o Estatuto da UFG previa que esse cargo deveria ser ocupado por um professor doutor do quadro de pessoal da universidade. Então, em reunião da reitora Milca com os professores do CAJ, na qual se cobrava da universidade melhoria na estrutura física (mais laboratório, salas para professores, salas de aula, restaurante universitário), atualização do acervo da biblioteca, dotação orçamentária específica para o câmpus, dentre outras solicitações, ela concordou que era o momento de indicar um nome da instituição para concorrer ao cargo da direção, já que possuíam professores do quadro efetivo da UFG.

A gente só cobrando com uma metralhadora apontada para ela [Milca], aí, num determinado momento, ela parou e disse: - Olha eu não queria mais que fosse indicado um diretor de Goiânia para cá, vocês tão cobrando, vocês assumem, tá? Então, na verdade, tudo começou nessa reunião com ela [...] (Entrevistado 8).

---

<sup>281</sup> Diretores do CAJ desde sua criação, seguindo ordem cronológica de gestão: Mauro Urbano Rogério (1981), Guilhermino de Paula Souza (1982-1985), Paulo Alcanfor Ximenes (agosto a dezembro de 1985), Luiz da Silva Veiga (1986-1990), Armando Ramos (1990-1993), Ana Cárta Teixeria de Souza (1993-1996), João Carlos da Rocha Medrado (1997-1998), Guilhermino de Paula Souza (1998-2000), Walter Nilton Celestino da Silva (2000-2003), Edésio Fialho dos Reis (2003-2007), Sílvia Corrêa Santos (2007-2011), Wagner Gouvêa dos Santos (2011 com previsão até 2015) (CAJ/UFG, Relatório de gestão ..., 2009).

<sup>282</sup> Professor Walter foi o primeiro diretor eleito do CAJ; todos os anteriores foram indicados pela reitoria.

<sup>283</sup> Durante o trabalho, ao referir-se à reitora Milca Severino Pereira, utilizar-se-á o nome “Milca”.

A proposta da reitora soou como um desafio que, de imediato, foi aceita pelos professores do CAJ: era “nossa grande oportunidade de poder bater de frente com a reitora e cobrar as coisas para o câmpus”; era como se a reitora estivesse dizendo: “se vocês têm os interesses que estão cobrando aqui, é hora de vocês assumirem para correr atrás também, a coisa não é fácil” (Entrevistado 8).

Na época de selecionar nome para concorrer à direção do CAJ, em 2003, solicitou-se que a reitoria não indicasse nomes de Goiânia para participar do processo, que foi prontamente aceito. Segundo o ex-diretor do CAJ,

a preocupação nossa [...] era a questão de democracia e tudo mais. Porque de repente ela (reitora Milca) podia falar: vou indicar alguém aqui de Goiânia, eu não gostei do nome. Enfim, esse compromisso que a gente procurou. A gente colocou o nome à disposição, mas eu quero saber se vai respeitar a votação de Jataí, e a da escolha pela comunidade ou não. [...] a gente sabia de algumas histórias de indicação, que até hoje o diretor fala, que dormiu na direção e acordou com o caminhão na porta de casa para poder ir embora (Entrevistado 8).

Eleito o professor Edésio Fialho dos Reis como diretor, em 2003, o CAJ iniciou uma nova etapa de sua estruturação e consolidação, que correspondeu a uma outra fase de expansão, apoiada nos planos do governo federal – Plano de Expansão das Ifes (2003) e Reuni (2007) –, e quando o Câmpus passou a ter mais autonomia em 2005, transformando-se em uma unidade da UFG.

#### **4.1.3 Ampliação do CAJ: Plano de Expansão (2003) e Reuni (2007)**

Algumas políticas e determinados programas foram implementados no governo Lula (2003-2010), que influenciou a expansão do ensino superior e ocasionou mudanças no CAJ, dentre eles, o Programa de Expansão das Universidades Federais/2003 e o Decreto 6.096/2007, que instituiu o Reuni em 2007.

O Programa de Expansão (2003) liberou recursos financeiros para a manutenção das Ifes, após longo período de estagnação. Apresentava como objetivo “expandir o sistema federal de ensino superior, com vistas a ampliar o acesso à universidade, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais” (BRASIL, 2002, p. VI), tendo como uma das principais diretrizes a interiorização voltada para as necessidades e vocações econômicas de



cada região. A UFG foi uma das universidades<sup>284</sup> que aderiu ao Programa de Expansão, e isso possibilitou a consolidação do CAJ, com a criação de novos cursos.

A reitora da UFG, na época sob gestão da professora Milca, em agosto de 2005, após reunião do Conselho Universitário, chamou os diretores dos câmpus de Jataí e de Catalão para consultarem o interesse em participar do Programa de Expansão, dizendo que teriam 60 dias, até 30 de setembro<sup>285</sup>, para apresentar um plano de expansão ao MEC. O ex-diretor do CAJ na época disse que:

talvez essa foi a única decisão que tomei sozinho, e acho que até de uma forma assim meio que automática, né? Assim que ela acabou de falar se vocês querem, eu disse: É lógico que a gente quer, é tudo que a gente está buscando desde a época que eu assumi a direção, é que o Câmpus tenha essa oportunidade para mudar a realidade lá (Entrevistado 8).

Diante dessa concessão, após vários embates, a direção retornou a Jataí para iniciar a elaboração do Plano de Expansão do CAJ. “Foi tudo muito corrido, a dificuldade grande de planejamento, de pesquisa da sociedade como um todo”, de definição de cursos (Entrevistado 8).

Com a decisão do CAJ de participar da proposta de expansão, a UFG, ao encaminhar ao MEC seu Programa de Expansão, traçou como uma de suas metas consolidar sua expansão na região Sudoeste do Estado (onde se encontra o CAJ) por meio da criação de novos cursos, da ampliação de vagas nos cursos existentes e da estruturação da prática de ensino, pesquisa, extensão e cultura do câmpus. Favoreceu-se, também, um corpo docente e técnico-administrativo pertencentes ao Quadro Pessoal da Universidade (UFG, CAJ, 2005).

O CAJ aderiu ao programa como parte constitutiva da UFG, objetivando expandir a oferta de vagas da graduação e da pós-graduação, desenvolver mais atividades de pesquisa e extensão, aprimorar a infraestrutura dos cursos já implantados, que serviam como base para a criação de novos cursos, e contratar, pelo quadro da UFG, pessoal técnico-administrativo e professores.

Esta proposta visa estabelecer diretrizes capazes de articular a comunidade acadêmica em torno da consolidação e ampliação do CAJ/UFG no Sudoeste Goiano, direcionando suas ações para o atendimento das carências regionais

---

<sup>284</sup>As universidades que aderiram ao Programa foram: UFBA, UFG, UNB, UFES, UFMS, UFPe, UFSM, UFSCar e UFMG (BRASIL, 2002).

<sup>285</sup>Apesar de a primeira data ter sido estipulada para 30 de setembro, em função de poucas universidades terem conseguido encaminhar o processo ao MEC, com seus planos de expansão, o governo liberou mais 15 dias para concluir os trabalhos, sendo entregues em outubro (Entrevistado 8).

e para a sustentação do desenvolvimento sócio-econômico-cultural do cerrado goiano como um todo (UFG/CAJ, 2006, p. 7).

A justificativa de adesão do CAJ ao Programa de Expansão das Ifes se amparou nos seguintes aspectos (UFG/CAJ, 2006):

- Esgotamento do modelo de interiorização iniciado em 1980, que previa parceria da universidade com o governo municipal, com divisão de gastos e responsabilidade;
- elevada rotatividade de professores e funcionários no CAJ, em função da instabilidade financeira e da falta de condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Jataí, em termos de articulação com espaço regional, se encontra em posição estratégica em termos econômicos<sup>286</sup>;
- importância do CAJ para a produção de saberes e desenvolvimento de pesquisas que contribuem para o desenvolvimento econômico, educacional e cultural do Sudoeste goiano<sup>287</sup>.

Na verdade, o objetivo principal consistia em resolver os problemas já instalados no CAJ, que estavam relacionados à estrutura física e à contratação de pessoal (docentes e técnicos administrativos). Como afirmou ex-diretor do CAJ, “todo o processo de expansão do Câmpus foi trabalhado, digamo, em algumas vertentes, mas a principal delas era como poderíamos implantar cursos que [...] corrigiriam o problema que a gente tinha instalado, que era estrutura, professor e técnico administrativo” (Entrevistado 8).

A escolha dos cursos para serem implantados no CAJ foi elaborada por uma comissão formada por professores, aprovada no Conselho Diretor do Câmpus, sem consulta à comunidade em função do pouco tempo<sup>288</sup>. Pode-se dizer que, na verdade, foi um arranjo interno, onde se escolhia cursos, cuja criação melhoraria a infraestrutura dos já existentes, tanto de espaço físico e material (laboratórios) quanto de pessoal (professores e técnicos que poderiam atuar nos cursos novos e nos que já estavam em funcionamento), mas atento aos cursos sugeridos pelo MEC (matemática, física, química e história).

---

<sup>286</sup> Maiores informações, consultar UFG/CAJ, Programa Expansão, 2006, p. 14-16.

<sup>287</sup> O CAJ, até o período de elaboração do projeto de expansão, ofereceu para a comunidade mais de 152 projetos de extensão e cultura; no biênio de 2004/2005, houve 64 projetos de iniciação científica aprovados e 70 projetos patrocinados pela Superintendência de Ciência e Tecnologia (UFG/CAJ, Projeto Expansão, 2006).

<sup>288</sup> Além da questão do prazo de apenas dois meses para fazer consulta à comunidade e elaborar o plano de expansão, o ex-diretor do CAJ levantou outro ponto para ser refletido, que é “despertar a comunidade e depois frustrar”, ou seja, criar uma expectativa e depois não atender porque não vinham ao encontro com as necessidades da instituição, “então naquele momento a coisa teve que ser tratada dessa forma, não tinha outra alternativa” (Entrevistado 8).

[...] essa proposição de novos cursos era que ela tivesse um alinhamento com os cursos [...] do Câmpus. Então, quando os cursos foram criados, foram muito nessa linha, trabalhados no Conselho Diretor. A indicação foi isso: por exemplo, em um curso de Zootecnia, porque o curso de Zootecnia tem uma ligação muito forte com o curso de Agronomia e Medicina Veterinária; um curso de Biomedicina porque, pelo mesmo raciocínio, tem uma ligação muito forte com o curso de Ciências Biológicas. Então, à medida que melhora a infraestrutura da Biomedicina, melhora o das Ciências Biológicas e as licenciaturas, e assim por diante. Então, a ideia do programa foi essa (Entrevistado 8).

Como a preocupação principal do CAJ, na época do Plano de Expansão, era corrigir problemas de infraestrutura e de pessoal dos cursos já implantados<sup>289</sup>, e a dotação orçamentária e o montante de vagas liberados pelo Plano não vinham atrelados aos novos cursos que seriam criados, a gestão e os professores, na melhor das intenções, criaram um modelo de alocação de recursos e vagas<sup>290</sup>, no qual todos os cursos foram contemplados. Essa decisão acabou gerando problemas no futuro para os cursos criados nesse plano de extensão e para a instituição, acarretando a necessidade de contratação de professores substitutos e de a FEJ continuar ajudando com a manutenção dos cursos novos, que não era de sua alçada.

Na expansão [...], nós entramos num “grande barco furado”, em minha opinião, porque a expansão veio para trabalhar e ajudar uma série de coisas no Câmpus, mas os recursos destinados ao câmpus de interior para expansão não foram suficientes. Então, [...] os primeiros cursos da expansão implantados [...] caminharam, e os que foram ficando para o final, Ciência da Computação, Enfermagem e Biomedicina, o recurso já tinha acabado, e a gente já não tinha recurso suficiente. Outra coisa o número de vagas [para docentes] não foi o suficiente. [...] O que nós fizemos: com a expansão, numa primeira leva de concursos, nós tivemos vagas vindas da esfera federal, e uma série de professores da FEJ passou e aí foi sendo absorvida. Então, o número de vagas no final [...] não foi o suficiente para manter todos esses cursos. Hoje nós temos cursos que têm dificuldade de professores [...], que foram erros matemáticos que nós cometemos lá na hora da distribuição no modelo da expansão (Entrevistado 9).

---

<sup>289</sup> Segundo a ex-diretora do CAJ, a UFG aproveitou o Plano de Expansão para solucionar os problemas das Fundações de Jataí e de Catalão, ou seja, do modelo de expansão da universidade, pautado nas fundações municipais. “Eu falo isso sem medo, nós usamos a expansão para tentar solucionar os problemas da Fundação. E aí, o que que aconteceu? Vários cursos nossos da expansão ficaram com alguns problemas, porque nós usamos essas vagas para repor nossos problemas nos oito cursos iniciais do Câmpus” (Entrevistado 9).

<sup>290</sup> O modelo criado seguia as determinações do MEC da relação de 20 alunos por professor, que depois caiu para 18. De acordo com a ex-diretora do CAJ (Entrevistado 9), o modelo de alocação de vagas era “modelo de briga por vaga”. Eles são históricos, pois os cursos batalhavam para conseguir um número de vagas e recursos que possibilitassem executar com mais tranquilidade e qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, cada um defendendo os seus interesses.

Durante os primeiros anos do Plano de Extensão, de 2003 até 2006, a FEJ e o Estado continuaram garantindo o funcionamento do CAJ, mantendo os cursos que eram de sua obrigação e ajudando com os cursos novos por meio de contratação de professores substitutos e de técnicos administrativos que não eram previstos pelo Programa. De acordo com a tabela 47, de contratações e exonerações de funcionários de FEJ, em 2003, a FEJ tinha no seu quadro 54 técnicos administrativos contratados, atingindo, em 2007, o quantitativo de 71. Sem o apoio da FEJ, com a contratação dos técnicos, não seria possível manter o CAJ em funcionamento. A partir de 2003, a Fundação parou de contratar professores efetivos, pois o governo tinha liberado vagas lotadas para o CAJ, mas, de acordo com entrevista cedida pela ex-diretora da instituição,

nós fomos inchando o quadro de professor substituto da Fundação para manter [os cursos funcionando]. E era uma “guerra” nessa época, [...] a gente mandava um documento pedindo um substituto e na realidade o substituto era para o curso de Enfermagem, mas a Fundação não tinha compromisso nenhum com o curso de Enfermagem. O compromisso da Fundação Educacional de Jataí era com os oito cursos implantados antes. [...] Então a Fundação Educacional “rebocou” os cursos da expansão por um bom tempo (Entrevistado 9).

A solicitação de professores substitutos se devia em parte pelo motivo das vagas não serem liberadas pelo MEC de imediato para a criação dos cursos, pois cada ano tinha um número x de vagas autorizadas. No início, a FEJ atendeu prontamente os pedidos, mas, depois, vendo que sua folha de docentes não reduzia, ela passou a exigir dos coordenadores que especificassem no pedido quem o professor substituto estaria cobrindo e de que curso, para se ter um maior controle. Isso gerou um impasse entre a FEJ e o CAJ/UFG, até que chegou a um ponto que não tinha mais condições, então o câmpus foi reduzindo os pedidos. Para isso, a direção cobrou da UFG sua participação no processo, e a universidade começou a liberar algumas vagas, montou o banco de professores substitutos do CAJ e, em seguida, o de professores equivalentes, criado pelo MEC. A fala da ex-diretora do CAJ é que

nós começamos a ter os substitutos federais para substituir, porque substituto não estava substituindo ninguém. Na realidade, esses substitutos contratados, inicialmente, estavam preenchendo lacunas, e nós estávamos errados porque isso não poderia acontecer. Então, por uns dois anos nós ficamos usando substitutos que não substituíam ninguém. Substituto é para ser utilizado para afastamento de professor, capacitação, licença médica, qualquer outro tipo de licença. É para isso que serve substituto; não é objetivo do substituto cumprir uma lacuna de um professor que está faltando no curso, mas por muito tempo nós fizemos isso (Entrevistado 9).

O CAJ, até 2003, contava com 11 cursos. Em decorrência da adesão ao Plano de Expansão das Ifes, criaram-se seis novos cursos de graduação, que tiveram início em 2007: Zootecnia, Química-licenciatura, Biomedicina, Física-licenciatura, História-licenciatura e Psicologia, o que representou 235 vagas; um curso de pós-graduação – Mestrado em Agronomia –, com 12 vagas; além disso, houve a ampliação do número de vagas de dois cursos de graduação – Agronomia, 30 vagas e Ciências Biológicas, 20 vagas –, totalizando uma expansão representativa de 297 vagas (UFG, PRODIRH, 2010).

Durante a primeira década do século XXI, o Câmpus Avançado de Jataí passou por inúmeras mudanças. Uma delas foi ter passado, em 11 de novembro de 2005, de acordo com a Resolução Consuni 20/2005, a ser denominado de Câmpus Jataí, permanecendo a mesma sigla, CAJ. Em um primeiro momento, pode parecer que se tratava apenas de uma alteração de nome, mas, na verdade, tratava-se de uma mudança significativa, a complexificação do câmpus. A partir desse momento, o CAJ passou a ter estrutura administrativa<sup>291</sup> própria, portanto, não seria mais administrado apenas por uma pessoa representada pela figura do diretor, mas teria uma equipe em Jataí para ajudar a pensar e propor ações para a melhoria da instituição e do ensino-aprendizagem.

A destinação de vagas para professores e técnico-administrativos a serem lotados no CAJ, mas como pertencentes ao quadro pessoal da universidade, estimulou o interesse de pessoas de diferentes lugares do Brasil em prestar os concursos então abertos, devido à estabilidade trabalhista e financeira que os cargos proporcionavam. Os editais dos concursos para docentes tinham como exigência mínima, inicialmente, o grau de doutor e, caso não aparecesse candidatos, a exigência era abaixada para o grau de mestre. Essa situação despertou nos professores da FEJ<sup>292</sup>, que teriam que se submeter novamente a concurso caso quisessem passar para o quadro da UFG, a necessidade urgente de cursarem pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado). Por outro lado, com as novas contratações de mestres e doutores, houve um salto qualitativo e quantitativo nas atividades de pesquisa e nos projetos de extensão desenvolvidos pelo CAJ.

---

<sup>291</sup> Constituída de Diretoria, Secretaria Administrativa, Coordenadoria de Graduação, Coordenadoria dos Cursos de Graduação, Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação, Coordenadoria de Extensão e Cultura, Diretoria do Hospital Veterinário, Diretoria da Biblioteca, Administração da Fazenda Escola, Chefia do Setor de Produção Animal, Chefia do Setor de Produção Vegetal, Coordenadoria Administrativa, Chefia do Setor de Protocolo, Chefia do Setor de recursos Humanos, Chefia do Setor de Controle Acadêmico, Chefia do Setor de Material e Patrimônio, Chefia do Setor Limpeza e Conservação e Chefia do Setor de Vigilância (UFG, Resolução Consuni 20, 2005).

<sup>292</sup> Na verdade, os professores da FEJ não eram obrigados a prestar concurso novamente para continuar dando aulas no CAJ, a não ser que quisessem passar para o quadro da UFG. Devido à instabilidade empregatícia e aos constantes atrasos salariais, essa era a oportunidade para os professores da FEJ.

Ainda no governo Lula, no seu segundo mandato, instituiu-se pelo Decreto 6.096 de 24/04/2007 o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O programa estipulou como metas globais a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, e da relação de alunos por professor para 18, no final de cinco anos (BRASIL, Decreto 6.096, 2007). Além dessas metas, outras foram definidas, como a ampliação do quantitativo de estudantes de graduação das Ifes, diversificação dos cursos de graduação, flexibilização curricular, criação de cursos de curta duração e dos ciclos e bacharelados interdisciplinares, expansão da EAD, incentivo à criação de um novo sistema de títulos e estímulo à mobilidade estudantil entre as IES.

Esse programa foi colocado para apreciação nas instituições federais de ensino superior, e cada universidade apresentava sua proposta de expansão para o governo que, após análise, fixaria o valor dos recursos adicionais<sup>293</sup>, que seriam repassados à instituição, sempre que cumprida cada etapa prevista na proposta. Tratava-se de um contrato de gestão firmado entre a universidade e o governo durante o prazo de cinco anos, que possibilitaria a expansão e estruturação das instituições.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que diz respeito a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação (BRASIL, Decreto 6.096, 2007).

A UFG foi uma das universidades que aderiu ao Reuni e estabeleceu um termo de pactuação de metas com o MEC, recebendo do governo recursos para despesas de custeio e pessoal previstos para o período de 2008 a 2012.

A proposta da universidade (UFG, Reuni, 2007) previu a ampliação da oferta de vagas da graduação e da pós-graduação, a expansão física com aumento, adequação e readequações dos ambientes de ensino e pesquisa, e novas contratações de professores e servidores técnico-administrativos.

---

<sup>293</sup> O acréscimo de recursos seria até o limite de 20% das despesas de custeio e pessoal da universidade relativo ao ano inicial de adesão, durante o prazo de cinco anos, desde que obedecesse as diretrizes do Reuni.

No Reuni, os cursos programados para serem criados vinham com o número de vagas de alunos, de professores e dotação orçamentária definidos. Desta forma, o CAJ não teve liberdade para fazer remanejamento, como fez anteriormente no Plano de Expansão para amenizar os problemas dos cursos antigos. A opção foi completar as grandes áreas que se encontravam em funcionamento no CAJ, como aponta a fala da ex-diretora da instituição.

O Reuni foi em outro contexto, porque os cursos vinham com o seu “enxoval”; cada um tinha um valor de material, vinha com um número x de professores, tinha [...] sua dotação, seu recurso próprio, então, assim, eles foram trabalhados, em função de fechar os blocos. O que que eu quero dizer com isso [...] a área de agrárias já tinha Agronomia, Veterinária e Zootecnia, aí trouxeram Engenharia Florestal, fechou. Na área de saúde, a gente já tinha Biomedicina, Enfermagem, e aí nós trouxemos Educação Física (bacharelado), mas com foco na área da saúde, [...] e Fisioterapia, então o bloco da saúde tava bem completinho, isso com aquele sonho antigo que o município, os políticos, tinham de trazer Medicina [...], toda a infraestrutura da área básica para montar um curso de Medicina nós teríamos, fechou. [...] Então o Reuni veio dessa forma, para preencher as lacunas, os bloquinhos do que a gente tinha pensado na expansão (Entrevistado 9).

O CAJ apresentou como proposta para o Reuni: a criação de cinco novos cursos de graduação (Direito - 60 vagas, Engenharia Florestal - 50 vagas, Educação Física – licenciatura - 40 vagas, Fisioterapia - 40 vagas, e Artes Visuais - 40 vagas) e a ampliação de 185 vagas nos cursos de graduação já existentes<sup>294</sup> (UFG, Reestruturação e Expansão da UFG, 2008). O que se percebeu, pelo próprio exemplo do CAJ, é que, apesar de a IES apresentar um Plano de Reestruturação e Expansão e este ser aprovado pelo MEC, algumas alterações se sucederam durante o processo de execução. Com relação ao quantitativo de vagas da graduação, ocorreu no CAJ a expansão de 375 vagas, sendo 190 vagas de novos cursos e 185 referentes à ampliação de cursos já existentes.

A opção pelo curso de Direito se deu em função de várias razões apresentadas pela diretora na época, dentre elas: na região, todas as faculdades de Direito eram privadas, e a única federal se encontrava na capital, Goiânia. Logo, seria a oportunidade de interiorizar

---

<sup>294</sup> As 185 vagas nos cursos de graduação seriam assim distribuídas: 35 vagas no ano de 2009 (Pedagogia – 10; Ciência da Computação – 20; Psicologia – 05) e 150 vagas em 2012, sendo 10 vagas em cada curso: Psicologia, Medicina Veterinária, Ciências Biológicas (Bacharelado), Ciências Biológicas (Licenciatura), Educação Física (Licenciatura), Física (Licenciatura), Geografia (Bacharelado ou Licenciatura), Letras (Inglês), Zootecnia, Fisioterapia, Artes Visuais (Licenciatura) e 20 vagas nos cursos de Enfermagem e Nutrição (UFG, Reestruturação e Expansão da UFG, 2008). O curso de Nutrição não foi criado e suas vagas foram remanejadas para outros cursos. No lugar do curso de Artes Visuais, que demandava a criação de muitos laboratórios e contratação de profissionais especializados que na região não tinha, segundo a ex-diretora, optou-se pela criação do curso de Química bacharelado, que aproveitava parte do espaço físico já existente e o quadro de professores já contratados (Entrevistado 9). Maiores informações, ver UFG (Reestruturação e Expansão da UFG, 2008, p. 42).

um curso público. O curso de direito do Cesut (IES privada de Jataí), o seu PPC, enfocava mais o direito privado, assim, seria o momento de se criar um curso voltado mais para o direito público. A direção tinha recebido, tempos atrás, um abaixo-assinado da comunidade solicitando a criação do curso de Direito, e essa era uma forma de atender um anseio da comunidade. A principal razão era trazer um curso de grande demanda e que despertasse a atenção do público, não só dos alunos do Ensino Médio, como também dos portadores de diploma: “a nossa estratégia era ter um curso mais elitizado que chamasse a atenção do Câmpus, que também junto com os outros cursos já sacramentados, trouxesse um *knowhow*, algo que melhorasse a visibilidade do Câmpus” (Entrevistado 9).

Como aconteceu no Plano de Expansão, os cursos do Reuni também foram definidos pela comunidade acadêmica dos CAJ, sem fazer consulta à comunidade local e, para a ex-diretora, esta foi uma grande falha.

Eu confesso que essa falha existiu, tanto na Expansão quanto no Reuni, nós poderíamos ter ouvido mais a comunidade. [...] a gente poderia ter feito algumas audiências na câmara, audiências [...] dentro da própria universidade, chamar a comunidade e entrevistá-la, passar um questionário [...] Essa foi uma grande falha e isso eu acho que é imaturidade nossa mesmo. Como câmpus, nós não somos novos, mas somos imaturos enquanto estrutura universitária. [...] muitas vezes nós passamos por situações assim, ruins de relacionamento com o município justamente porque a gente não envolveu o município quando precisava (Entrevistado 9).

Para a comunidade participar do processo de escolha dos cursos do CAJ, assim como de outra IES, ela precisa acompanhar desde os primeiros debates e tramitações, bem como estar a par das dificuldades que a instituição passou nos últimos anos. Desta maneira, poder opinar, ciente das exigências e possibilidades reais, com razão, e não por vontade política.

Os problemas que impediram ou dificultaram a expansão dos cursos do CAJ na década de 1990 a 2010 diferem ao longo do tempo. De acordo com as entrevistas realizadas como os ex-diretores, para o entrevistado 6 (gestão 1993-1996), as maiores dificuldades eram a luta por vagas federais para professores e técnicos administrativos e a manutenção dos cursos com os poucos recursos cedidos pela reitoria. O entrevistado 7 (gestão 1998-2000) também pontua a falta de recursos financeiros para manutenção e a forma como foi recebido pela comunidade acadêmica, que o viam com certa desconfiança, pois veio a pedido da reitoria para organizar a instituição, como se fosse um interventor. O entrevistado 8 (gestão 2003-2007) colocou a questão da falta de apoio e de condições para desenvolver pesquisa, o



que provocava um rodízio grande de professores que, além do ensino, pretendiam desenvolver pesquisa e, principalmente, lidar com os constantes atrasos salariais dos funcionários da FEJ. O entrevistado 9 (gestão 2007-2011), que vivenciou o final do Plano de Expansão e a implantação do Reuni, apontou a falta de infraestrutura do CAJ para receber os alunos, professores e técnicos administrativos dos novos cursos e os problemas com as licitações e atraso das obras.

Os Planos de Expansão e o Reuni provocaram impacto nas universidades federais, aumentando o número de cursos, expandindo o quantitativo de vagas e liberando vagas para o quadro profissional (docentes e técnicos administrativos). Em específico, para o CAJ, esses programas foram responsáveis pela sua consolidação, expansão e complexificação. Na entrevista, a ex-diretora fez referência a essa complexificação,

mudou o formato, mudou a cara, nós viramos universidade. Quando eu cheguei nesse Câmpus aqui, ele era um colégio, eu me sentia num colégio de segundo grau, de ensino médio, uma bagunça, uma desorganização muito grande em todas as áreas, na parte administrativa. Hoje, nós pensamos como universidade, agimos como universidade, [...] as coisas são mais documentadas, trabalhadas por instâncias. [...] o Câmpus, antes de 2000, ele era um colégio, e o Câmpus, pós 2000, é uma universidade. [...] houve uma profissionalização que não existia antes. Era um diretor que fazia tudo, então mudou muito isso, o Câmpus começou a trabalhar com uma estrutura semelhante à da reitoria, então lá tem os pró-reitores e aqui tem os assessores (Entrevistado 9).

O entrevistado 8, durante sua entrevista, fez uma afirmação que merece ser refletida. Ele disse que, “sem desmerecer nada para trás, mas eu acho que o Câmpus passou a existir a partir de 2005, como instituição federal vinculada ao MEC” (Entrevistado 8). No seu entendimento, apenas quando o governo federal começou a injetar verba na infraestrutura do CAJ e a liberar vagas para contratação de professores e de técnicos administrativos é que se pode considerar o Câmpus como uma instituição de ensino superior pública federal, pois antes ela era mantida pelos governos municipal e estadual.

Foi a partir de 2003, com o Programa de Expansão das Universidades Federais e, posteriormente, com o Reuni, em 2007, ambos propostos no governo Lula, que se assistiu a grandes mudanças no CAJ. Foram implantados novos cursos e, conseqüentemente, houve a ampliação do espaço físico e das matrículas. O número de alunos que circula pelos espaços da UFG/Jataí aumentou significativamente. Com eles vieram também novos professores e técnicos administrativos.

Durante o período do governo Lula (2003 a 2010), verificou-se um aumento significativo no número de cursos e matrículas no CAJ, sendo criados 13 novos cursos de graduação para atender a demanda local (Quadro 9 – Apêndice F), contando com o criado em 2011. Vale ressaltar que o mérito não é somente dos planos do governo, mas também de apoio do município e do Estado por meio de convênios firmados com a UFG/PMJ/Estado/FEJ e a UFG/PMJ/FEJ, como visto anteriormente nesse capítulo. Mesmo sem convênio, a prefeitura, ainda em 2013, ampara as ações de expansão e consolidação do CAJ/UFG, fazendo benfeitorias, apoiando eventos científicos, cedendo os antigos professores da FEJ. Para exemplificar uma das benfeitorias, citam-se a pavimentação asfáltica e a entrada da Cidade Universitária, inaugurada em 2010, quando o Câmpus completou 30 anos de existência na cidade de Jataí, onde se encontra instalada a unidade Jatobá do CAJ, localizada na Rodovia BR 364, Km 192. A intenção é que todos os cursos do CAJ estejam concentrados em apenas uma unidade (na Cidade Universitária).

Em se tratando de uma universidade que atua no ensino, na pesquisa e na extensão, seu quadro de docentes é constituído de um número significativo (95,7%) de docentes com pós-graduação *stricto sensu*, sendo 54,3% doutores e 41,4% mestres, e apenas 4,3% são graduados ou especialistas (UFG, CAJ em números 2012).

De acordo com os dados da tabela 48, que apresenta a relação candidato/vaga em 2010/1 do CAJ, os cursos que apresentam maior demanda são: Direito (9,10), Medicina Veterinária (6,22), Agronomia, Biomedicina, Enfermagem (4,43), Psicologia (4,40), Fisioterapia (3,18), Engenharia Florestal (2,50), Zootecnia e Pedagogia (2,40), Ciência da Computação (2,28) e Educação Física – bacharelado (2,25). Ao observar a relação candidato/vaga de 2009/1, verifica-se que os cursos que apresentam as maiores demandas são os mesmos de 2010/1. A maioria deles se concentra nas áreas agrárias e de saúde; são cursos tradicionais, considerados pela sociedade de “ponta” com destaque profissional, constando apenas um curso na área de educação, que é Pedagogia.

São quatro os cursos do CAJ em 2010/1 nos quais a demanda é menor que a oferta de vagas, todos das licenciaturas: Física e Química – licenciatura (0,60), Matemática e Ciências Biológicas – licenciatura (0,80). E cinco em 2009/1: Física – licenciatura (0,7), Letras – licenciatura/Inglês (0,87), Matemática – licenciatura (0,64), Pedagogia – matutino (0,68) e Química – licenciatura (0,93). Observa-se que nos cursos de licenciatura de Química, Física e Matemática, a relação candidato/vaga nos anos de 2009 e 2010 se manteve abaixo da oferta de vagas, apesar da política de divulgação realizada por esses cursos nas escolas de ensino médio de Jataí e das cidades vizinhas antes do período de inscrição para o vestibular.

Observa-se, a partir dos dados da tabela 48, que o CAJ aumentou 100 vagas de 2009/1 a 2010/1, o que corresponde a um crescimento de 11,36%, com a criação dos cursos de Educação Física – bacharelado (40 vagas) e Fisioterapia – bacharelado (40 vagas), e ampliação de 20 vagas no curso já existente, de Medicina Veterinária. O crescimento do número de inscritos não se deu na mesma proporção do aumento de vagas, que foi de 1,48%.

Uma ocorrência que faz jus ser refletida ao analisar a relação candidato/vaga do CAJ nos anos de 2009 e 2010, apresentada na tabela 48, é que na maioria dos cursos ela diminuiu. Dos 20 cursos existentes em 2009, apenas cinco deles ampliaram a relação candidato/vaga em 2010/1: Ciências da Computação, Letras (Licenciatura/Inglês), Letras (Licenciatura/Português), Matemática (Licenciatura) e Pedagogia (Matutino). O que se percebe é que a criação de novos cursos e de novas vagas em cursos já existentes de certa forma interferiu na redistribuição da demanda entre os cursos já criados.

**Tabela 48** – Vagas ofertadas no vestibular, inscrições e relação candidato/vaga no processo seletivo de 2009/1 e 2010/1 do CAJ

Curso	2009/1			2010/1		
	Vagas ofertadas	Inscrições	Relação candidato/vaga	Vagas ofertadas	Inscrições	Relação candidato/vaga
Agronomia	60	260	4,33	60	266	4,43
Biomedicina	40	227	5,68	40	177	4,43
Ciências Biológicas (Bacharelado)	40	51	1,28	40	45	1,13
Ciências Biológicas (Licenciatura)	30	57	1,90	30	24	0,80
Ciências da Computação (Bacharelado)	50	89	1,78	50	114	2,28
Direito (Bacharelado)	60	715	11,92	60	546	9,10
Educação Física (Bacharelado)	-	-	-	40	90	2,25
Educação Física (Licenciatura)	40	107	2,68	40	51	1,28
Enfermagem	30	141	4,7	30	133	4,43
Engenharia Florestal	50	150	3,0	50	125	2,50
Física (Licenciatura)	40	28	0,7	40	24	0,60
Fisioterapia (Bacharelado)	-	-	-	40	127	3,18
Geografia (Bacharelado ou Licenciatura)	40	76	1,9	40	58	1,45
História (Licenciatura)	50	68	1,36	50	54	1,08
Letras (Licenciatura/Inglês)	30	26	0,87	30	31	1,03
Letras (Licenciatura/Português)	40	41	1,03	40	42	1,05
Matemática (Licenciatura)	45	29	0,64	45	36	0,80
Medicina Veterinária	40	265	6,63	60	373	6,22
Pedagogia (Matutino)	40	27	0,68	40	54	1,35
Pedagogia (Noturno)	40	121	3,03	40	96	2,40
Psicologia	40	196	4,95	40	176	4,40
Química (Licenciatura)	45	42	0,93	45	27	0,60
Zootecnia	30	85	2,83	30	72	2,40
Total	880	2.701	-	980	2741	-

Fonte: UFG/CAJ, disponível em: < [http://download.uol.com.br/vestibular2/concorrenca/ufg\\_2010.pdf](http://download.uol.com.br/vestibular2/concorrenca/ufg_2010.pdf)>.

Com relação ao número de concluintes, de acordo com a tabela 49, já concluíram cursos de graduação no CAJ um total de 2.454 estudantes durante o período de 1988 até o ano de 2010, com previsão de ampliar significativamente esse quantitativo em 2013, com a conclusão, em 2011, da primeira turma dos cursos de Psicologia, Ciência da Computação e Zootecnia e, em 2012, da primeira turma dos cursos de Direito, Educação Física (Bacharelado) Enfermagem, Engenharia Florestal, Fisioterapia e Química (Bacharelado).

**Tabela 49** – Quantidade de graduandos de 1988 a 2010 do CAJ

Ano	Curso	Quantidade de formandos
De 1988 a 2010	Pedagogia noturno	790
De 1995 a 2010	Letras Português	354
De 1996 a 2010	Geografia (Licenciatura)	270
De 1997 a 2010	Educação Física (Licenciatura)	377
De 1998 a 2010	Geografia (Bacharelado)	18
De 1998 a 2010	Matemática	119
De 1999 a 2010	Ciências Biológicas (Licenciatura)	209
De 2001 a 2010	Agronomia	239
De 2001 a 2010	Medicina Veterinária	234
De 2006 a 2010	Ciências Biológicas (Bacharelado)	35
De 2007 a 2010	Letras Inglês	32
2010	Biomedicina	17
2010	Física	4
2010	História	40
2010	Química (Licenciatura)	16
TOTAL	24 cursos	2454

Fonte: Seccional do Centro de Gestão Acadêmica do CAJ.

Com relação à criação de novos cursos e ampliação de vagas nos cursos já existentes, um fato que merece ser refletido por cada IES é se não está ocorrendo apenas a redistribuição da demanda entre os cursos já criados. De acordo com o ex-diretor do CAJ, a instituição precisa fazer esse estudo mais apurado. Não adianta criar novos cursos se não conseguirmos manter a relação candidato/vaga, como foi analisado anteriormente na tabela 48.

Não adianta simplesmente criar mais curso que vai tirar o aluno de um curso, vai ser uma dança de cadeiras, e pior ainda, quando cria um curso novo, às vezes o aluno está aqui dentro, ele faz vestibular de novo ou pede transferência e muda para outro curso, aí gera as vagas ociosas, e vai ter muito problema para gerar o índice que o MEC estabeleceu no Reuni que é 90% de titulação, isso dificilmente vai se cumprir. Então criar novos cursos sem uma mudança na estrutura de manutenção do aluno em Jataí, eu não vejo como um bom caminho não (Entrevistado 8).

Em 2013, o CAJ contava com 24 cursos de graduação nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas, Ciências Humanas e Linguísticas, Letras e Artes<sup>295</sup>. Além dos cursos de graduação, disponibilizava cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações) e *stricto sensu* (mestrado). Encontravam-se em funcionamento cinco especializações: Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna e Estrangeira (Inglês); Especialização em Políticas, Gestão e Financiamento da Educação; Produção de Suínos; Matemática Aplicada; História Cultural: Narrativas e Linguagens, e cinco cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado): Agronomia (produção vegetal), Geografia, Ciências Aplicada à Saúde, mestrado Profissional de Matemática (Profmat) e em Educação.

Tendo por base os documentos analisados e as entrevistas realizadas, os grandes desafios para o CAJ para os próximos anos são: consolidar os cursos criados; assegurar uma boa relação candidato/vaga; divulgar os trabalhos desenvolvidos pela instituição; manter os cursos com qualidade; sustentar o tripé ensino, pesquisa e extensão; ampliar a ação da assistência estudantil, assegurando possibilidade de permanência do aluno na instituição até a conclusão do curso e, principalmente, tornar-se uma Universidade Federal do Estado de Goiás.

Apesar de o CAJ ter dotação orçamentária própria como uma unidade da UFG, esses recursos são pequenos ao se considerar a quantidade de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de extensão e de pesquisa desenvolvidos pela instituição. O governo federal tem que pensar em políticas de Estado, e não de governo, que possibilitem a expansão e consolidação das novas universidades e câmpus criados em todo o país. As políticas de estado são duradouras, não se caracterizam por projetos de governo que apresentam riscos de descontinuidade das políticas públicas. Além disso, é preciso que o MEC adote uma política melhoria da qualidade das bibliotecas das universidades públicas para manter o acervo atualizado e com a quantidade suficiente para atender as demandas dos alunos; esse é dos problemas apontados pelas comissões de avaliações dos cursos do CAJ.

#### 4.2 UEG – UnU DE JATAÍ: CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO

No município de Jataí, antes de ser criada uma unidade universitária da UEG, a universidade começou suas atividades em 2001, com as LPP (Convênio III), como polo universitário, funcionando no Colégio Estadual Serafim de Carvalho, no qual foi ofertada a

---

<sup>295</sup> Apesar de o CAJ não ter implantado o curso de Artes, a área é denominada de Linguística, Letras e Artes.

parcelada dos cursos de matemática, com 50 vagas, e de história, com 100 vagas, como forma de ingresso por meio de concurso vestibular específico. O prazo mínimo para integralização curricular dos cursos era de 3 anos e, no máximo, 5 anos. Os cursos eram provisórios enquanto houvesse demanda, e começaram a funcionar em outubro de 2001, encerrando em janeiro de 2005.

Das 50 vagas disponibilizadas no processo seletivo para uma turma do curso de Matemática, 26 foram preenchidas pelo vestibular, 20 por portadores de diploma e quatro vagas ficaram ociosas; desses 46 alunos que iniciaram o curso, 32 concluíram. No curso de História, das 100 vagas ofertadas para o vestibular (duas turmas de 50 alunos em cada), 63 foram ocupadas por candidatos aprovados no processo seletivo, 36 por portadores de diploma e apenas uma vaga ficou ociosa; dos 99 matriculados, concluíram o curso 88 alunos (UEG, 2007). Os alunos matriculados nos dois cursos eram das cidades de Santa Helena, Rio Verde, Itajá, Piranhas, Cachoeira Alta, Caiapônia, Doverlândia, Serranópolis, Perolândia, Ouroana, Aragarças, Mineiros, Jataí, Caçu.

Diante dos resultados da formação de professores da rede estadual, foi firmado o convênio IV, que disponibilizou para Jataí o curso parcelado em Geografia para uma turma. As aulas se iniciaram em 20/01/2003 e finalizaram em 14/10/2006; dos 44 alunos que começaram o curso, 38 concluíram (UEG, 2007).

De acordo com o ex-diretor, “o principal fomentador de formação universitária dos nossos professores foram as parceladas. As parceladas realmente tiveram um papel importantíssimo na questão de retirada de professores sem formação da sala de aula”, o que contribuiu para a melhoria da educação do município de Jataí e de outros municípios do estado de Goiás (Entrevistado 19).

Por interesse de lideranças políticas locais, começou-se a movimentação para a criação de uma UnU da UEG em Jataí. Segundo o depoimento da ex-subsecretária estadual de educação, a pressão política forte foi dos prefeitos, que tinham apoiado Marconi Perillo em sua campanha para governador de Goiás. Vários prefeitos tinham sido eleitos, prometendo, em discurso de campanha, uma unidade da UEG em seu município, se pautando na proposta de governo de Marconi Perillo, eleito em 1999. Assim que assumiu o governo de Goiás, deu-se início à mobilização para a criação da UEG e, em seguida, de suas unidades e polos universitários.

Começaram a fazer levantamentos, pedidos e articulações políticas para pressionar o governo para levar essas unidades para os municípios. Quem se

organizou melhor, quem se articulou melhor, quem tinha mais força política, conseguiu trazer a unidade. Na época, [...] na minha última candidatura, a deputada, eu combinei com o Marconi que o apoiaria em função da UEG. O acordo político era esse. Houve o apoio e a indicação do meu nome para subsecretária [estadual de educação] (Entrevistado 18).

Soraia Rodrigues Chaves Macedo<sup>296</sup> apoiou Marconi Perillo em sua campanha para governador e foi indicada para assumir a Subsecretaria Estadual de Educação de Jataí em 1999. Enquanto subsecretária e depois como vereadora do município de Jataí, fez articulação política<sup>297</sup> para a criação de uma unidade da UEG em Jataí e o levantamento regional junto às escolas dos cursos superiores para serem implantados. As primeiras negociações para criação de uma UnU em Jataí tiveram início em 2004, na gestão do prefeito Fernando Peres. Em função de interesses políticos, a proposta foi aceita, pois, de acordo com entrevista feita com o ex-diretor, “a universidade ia para municípios que eram aliados ao governo do estado” (Entrevistado 19). Logo,

a decisão foi política, já havia realmente um chamamento por causa do polo, mas não teve uma participação popular nisso, uma audiência pública, quer dizer, não teve uma preparação política administrativa, uma equipe pedagógica para preparar o curso, de repente, nós vimos aqui a universidade [UEG] funcionando praticamente a “toque de caixa”. A decisão foi política (Entrevistado 19).

O interesse na época se sustenta no ideal de transformar a cidade de Jataí em polo universitário. De acordo com o projeto elaborado pelo comitê de Integração Universidade-Sociedade de criação de UnU em Jataí, a ideia de transformar a cidade em polo de educação superior se surgiu por já existir na cidade uma infraestrutura física e de recursos humanos, além de possuir potencialidade para crescimento nessa área.

Em 5 de setembro de 2005, como vereadora, Soraia Rodrigues encaminhou para os diretores das escolas de Jataí o ofício 86/2005 contendo uma lista de cursos<sup>298</sup> que eram

<sup>296</sup> O primeiro nome a ser indicado para assumir a direção da UnU Jataí foi o de Soraia Rodrigues, mas, por questões de denúncia contra sua pessoa, ela resolveu abdicar do cargo (Entrevistado 19).

<sup>297</sup> A articulação política feita por Soraia Rodrigues se deu principalmente quando a prefeitura de Jataí foi assumida por Humberto Machado, pois ele era de partido contrário ao do governador. E, como entrevistado, disse: “a dificuldade que nós tínhamos era política mesmo, porque era adversária, era oposição ao governo, então não havia interesse real do governo em favorecer um adversário político. Então era preciso fazer uma articulação mesmo sendo oposição, mostrando que havia vontade política. O Humberto demonstrou isso nesse momento histórico” (Entrevistado 18). Dando continuidade, segundo entrevistado 18, foi uma mobilização muito bem feita entre prefeito, secretário municipal de educação, câmara de vereadores e grêmios estudantis.

<sup>298</sup> Os cursos que constam no ofício 86/2005 eram: Administração em Agronegócios (Bacharelado), História (Licenciatura), Engenharia Civil (Bacharelado), Arquitetura e Urbanismo (Bacharelado), Engenharia Civil

oferecidos pela UEG para apreciação, solicitando que fosse feita uma pesquisa na escola a respeito da implantação da referida instituição de ensino superior na cidade, bem como dos anseios dos estudantes com relação a cursos superiores.

A pesquisa foi realizada com os alunos do ensino médio do município de Jataí e de outros seis municípios, durante os meses de setembro e outubro de 2005, participando um total de 1.766 sujeitos, tendo como finalidade, a partir do resultado da pesquisa, encaminhar aos órgãos responsáveis pela extensão da UEG a reivindicação para a implantação de dois cursos em uma unidade universitária a ser criada em Jataí. A limitação por reivindicar apenas dois cursos foi em função da disponibilização da UEG para implantação em cada município, acordada anteriormente. Cada aluno recebia uma cédula, na qual constavam os nomes dos cursos, e ele deveria marcar duas opções. O resultado da pesquisa foi: Farmácia; 23,7%; Fisioterapia, 17%; Administração em Agronegócios, 16,7%; Engenharia Civil, 13,5%; Engenharia Agrícola, 10,2%; Zootecnia, 9,3%; Arquitetura e Urbanismo, 7,2%; História, 2,4%. Os cursos sondados na pesquisa eram cursos que na época não existiam em Jataí e que de certa forma atraíam público. Vale destacar que eram cursos que demandavam infraestrutura adequada (laboratórios, salas de aulas adequadas, acervo bibliográfico), contratação de professores qualificados e, conseqüentemente, requisitavam maiores investimentos de recursos financeiros. Considerando-se que era um período em que a UEG estava com a política de interiorização, com a intenção de criar várias UnU no interior do Estado, esses cursos exigiram mais recursos, e não foram acatados pela gestão, como relata a seguir.

Foi entregue na reitoria da UEG, um estudo feito sobre a realidade socioeconômica de Jataí, no qual constava o resultado da pesquisa realizada, solicitando a criação de uma unidade universitária da universidade em Jataí com a sugestão de alguns cursos.

Observa-se que, enquanto a vereadora Soraia Rodrigues, apoiada pelo prefeito da época, Humberto Machado, e o Secretário Municipal de Educação, Gênio Eurípedes de Assis, articulavam a criação de uma UnU da UEG em Jataí, a reitoria da UEG visitava alguns municípios do estado de Goiás para conhecer a realidade local, com o objetivo de expandir-se por meio da interiorização. Em 2005,

---

(Bacharelado), Farmácia (Bacharelado), Fisioterapia (Bacharelado), Engenharia Agrícola (Bacharelado) e Zootecnia (Bacharelado).



A reitoria esteve presente em nosso município vendo as possibilidades de instalação da unidade da UEG de Jataí, dentro do plano de expansão que iniciou-se em 1999, quando a Uniana foi transformada em Universidade Estadual de Goiás. Nesta visita, a reitoria esteve verificando alguns prédios para a instalação da unidade e foi escolhido inicialmente o prédio da Escola Municipal Professor João Justino de Oliveira. Lá seria transformado em unidade universitária assim como o de Laranjeiras, que tinha as mesmas características físicas. Uma exigência da universidade seria que apenas funcionasse lá, a Universidade Estadual de Goiás, e não tivesse ensino fundamental como tinha. Essa promessa não foi cumprida (Entrevistado 19).

A UEG – UnU de Jataí foi implantada, conforme Lei Municipal 2.621, de 14 de junho de 2005, que autorizava o Executivo a estabelecer convênio entre Estado e município, que estabelecia o repasse de 1% do ICMS arrecadado pelo município de Jataí para a fundação da universidade. O primeiro convênio<sup>299</sup> firmado foi o 18/2006, em 02 de agosto.

Vale ressaltar que o polo universitário de Jataí estava funcionando com os cursos de LPP até outubro de 2006. Então, o município passou a contar com um polo e uma unidade universitária da UEG, cada um funcionando em local distinto, devido a conflitos de interesses. Como afirma o ex-diretor, “os polos enciumados muitas vezes não incorporaram o físico das unidades, havia essa discrepância” (Entrevistado 19). Prosseguindo seu relato, o ex-diretor comenta:

Infelizmente, por questões políticas, não havia um correlacionamento da direção da unidade com a parcelada; tentamos trazer a parcelada para dentro da unidade, mas não obtivemos êxito. Ela ficou até o final, concluiu a turma da parcelada no ano de 2006 (Entrevistado 19).

Em 7 de outubro de 2005, o Conselho Universitário da UEG, considerando as constantes solicitações das comunidades goianas para a presença da universidade em seus municípios e sua política de expansão e interiorização, por meio da Resolução 53 homologada pela Lei 15.804, de 13 de novembro de 2006, criou e autorizou cursos superiores de tecnologias para algumas unidades universitárias (UnU), dentre elas a da cidade de Jataí. Observa-se que a universidade não atendeu a nenhum dos cursos selecionados pelo estudo feito por Soraia Rodrigues em Jataí, e optou por cursos tecnológicos<sup>300</sup>. Como dito

---

<sup>299</sup> Os convênios são renovados de três em três anos e, segundo o diretor, “até agora teve alguns períodos um pouquinho assim, vamos dizer, tenso, mas foi renovado [...] vamos dizer assim dentro da normalidade, uma mudança ou outra” (Entrevistado 20).

<sup>300</sup> Os cursos superiores de tecnologia pertencem à educação profissional de nível tecnológico e vivenciam um crescimento significativo desde a década de 1960. Os cursos de formação de tecnólogos se ampliaram na década de 1970 e, a partir dos anos de 1980, foram extintos. Ressurgiram, com nova legislação, a partir de 1996, como uma das respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira.

anteriormente, os cursos selecionados pela pesquisa realizada em Jataí eram cursos que demandavam elevados investimentos financeiros e de duração mais longa, de cinco anos.

A opção da UEG por curso superior de tecnologia, na fala institucional, se deu por ter “duração menor do que os de bacharelado, e, seu ponto forte é o alto índice de empregabilidade, pois, possuem menor divagação teórica e são direcionados ao mercado” (UEG, PPC de Tecnologia de Alimentos, 2009, p. 24).

Na UEG – UnU de Jataí, foi autorizada a criação do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos<sup>301</sup> e o de Tecnologia em Logística<sup>302</sup>, com 40 vagas para cada, no período noturno, por um período de quatro anos, a partir de 2006. A autorização para implantação foi concedida após aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos pelo Conselho Universitário da UEG e da concretização do repasse de 1% da arrecadação financeira da Prefeitura de Jataí a ser depositado diretamente na conta corrente da Fundação Universidade Estadual de Goiás - FUEG (UEG, Resolução 053, 2005). Esses cursos não existiam em nenhuma outra unidade, pois eram cursos novos.

O diretor que assumiu a gestão da unidade de Jataí na época foi José Severino da Silva Filho<sup>303</sup>, com o mandato de 01/01/2005 a 06/01/2010, “indicado pelo prefeito”<sup>304</sup> (Entrevistado 18) e, em seguida, Christiano de Oliveira e Silva, eleito pela comunidade acadêmica e que se encontra no cargo em 2013.

A implantação desses dois cursos na unidade de Jataí transcorreu de maneira tranquila, segundo o ex-diretor (entrevistado 19). Embora não tivesse biblioteca nem laboratórios, a direção da unidade buscou, para iniciar os cursos, parceria com o CAJ/UFG e o

---

<sup>301</sup> O Curso Superior de Tecnologia em Alimentos enfatiza disciplinas técnicas referentes aos processos de industrialização dos produtos de origem vegetal e animal e oferece também disciplinas de abrangência gerencial e humana, com o objetivo de desenvolver capacidades que resultem em competências básicas exigidas pelo mercado. Visa, também, formar o profissional especializado responsável pelo processo de transformação de alimentos e bebidas, aquele que “irá planejar serviços, implementar atividades, administrar, gerenciar recursos, promover mudanças tecnológicas e aprimorar condições de segurança, qualidade, saúde e meio ambiente” (UEG – UnU Jataí, PPC, 2009, p. 6). O curso habilita o aluno a ser tecnólogo em alimentos; seu regime de funcionamento é anual e o tempo mínimo de integralização curricular é de três anos e, no máximo, cinco.

<sup>302</sup> O Curso Superior de Tecnologia em Logística habilita para ser tecnólogo em logística; é considerado um curso de graduação com foco na formação profissional operacional, e seu regime de funcionamento é seriado anual, com o tempo mínimo de integralização curricular de três anos e, no máximo, cinco. Dentre as funções do profissional da área de logística, estão: planejar e ordenar a movimentação física e de informações sobre as operações de transporte; gerenciar redes de distribuições e unidades logísticas (de compras, recebimento, armazenamento, movimentação e embalagem de materiais); inventariar estoques, sistemas de abastecimento, programação e monitoramento do fluxo de pedidos, tudo com o objetivo geral de capacitar o profissional para o exercício das técnicas de gestão e para desempenhar as tarefas próprias do gerenciamento da cadeia de suprimento (*Supply Chain Management*) (UEG, PPC de Tecnologia em Logística, 2009).

<sup>303</sup> Durante a tese será utilizado “Silva Filho” para referir-se ao ex-diretor José Severino da Silva Filho.

<sup>304</sup> Segundo o entrevistado 18, foi “uma indicação política, porque era um cargo estadual. O governo estadual era um governo aliado ao prefeito, então foi uma indicação política”.

IFG, que já tinham cursos superiores em funcionamento na cidade e já se encontravam mais consolidados. Dentre as dificuldades para implantação do curso, segundo o PPC, estava:

convencer os empresários da cidade e região sobre a importância de ter um profissional capacitado para pensar de forma estratégica os processos da empresa, dado que no interior, a maioria das administrações é familiar, ou seja, é um conhecimento passado de pai pra filho que às vezes faz com que às empresas se acomodem e não busquem novos conhecimentos por medo de inovar (UEG, PPC de Tecnologia em Logística, 2009, p. 19).

Corroborando o dito pelo PPC, o diretor destaca que “a dificuldade maior foi em divulgar o que um tecnólogo em alimento ou um tecnólogo em logística faz, em que área ele vai atuar, por serem cursos novos” (Entrevistado 20).

A expectativa de Soraia Rodrigues, Silva Filho e lideranças políticas era de que esses dois cursos fossem os primeiros de muitos outros que seriam criados em um breve período de tempo. “Naquele momento havia um entusiasmo muito grande, e a gente imaginava que haveria um ‘bum’, ia ser uma explosão, que viriam aqueles dois cursos e mais, e mais, e que a gente ia se estruturar” (Entrevistado 18). Essa perspectiva não foi alcançada, pois, em 2013, ainda permanece em funcionamento apenas os dois cursos superiores em tecnologia implantados em 2006. Dentre as razões que dificultaram a expansão, segundo dados coletados nas entrevistas, pode-se apontar a falta de espaço físico adequado, o reduzido investimento econômico e, sobretudo, a ligação política partidária (Entrevistados 19 e 20).

O primeiro processo seletivo dos cursos da UnU de Jataí aconteceu no primeiro semestre de 2006, e a primeira turma começou suas atividades em 15 de março de 2006, no prédio da Escola Municipal Professor João Justino de Oliveira, junto com o ensino fundamental que lá funcionava anteriormente, não atendendo a exigência da UEG.

Em março de 2006, nós iniciamos nossas aulas na escola Professor João Justino, juntamente com o ensino fundamental. Numa visita da reitoria em nossa cidade, não gostaram do que viram, porque a universidade não estava pegando característica de faculdade; mais parecia uma escola de 2º grau, e a reitoria exigiu que o prefeito cumprisse com o que estava estabelecido (Entrevistado 19).

A UEG, Prefeitura de Jataí e o Instituto Samuel Graham (ISG) firmaram convênio em janeiro de 2007, mudando o local de funcionamento da UEG – UnU de Jataí para o prédio onde funcionava o Invest (Instituto Vestibular), na área interna do ISG. Esta alteração, segundo o diretor, “veio possibilitar melhor ambiente universitário e maior comodidade aos

docentes, discentes e comunidade, por estar localizada em uma área mais central” (Entrevistado 20).

Em 2007, o formato de repasse estabelecido no convênio 018/2006 foi vetado pelo Tribunal de Contas do Município por meio do Parecer 23.284/2007, que avaliava inconstitucional vinculação de receita à despesa. Após várias negociações, chegou-se a um critério de valor de repasse mensal da PMJ no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em bens e/ou serviços, em conformidade com o Termo Aditivo de 30 de maio de 2007. Mais uma vez, verifica-se a participação da PMJ financiando o ensino superior do município, agora a UEG – UnU de Jataí. Conforme dito anteriormente, por meio da FEJ, a prefeitura financiou o CAJ/UFG. De acordo com dados coletados nas entrevistas realizadas com o ex e atual diretor da unidade no ano de 2013, esse valor mensal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) jamais foi cumprido integralmente.

A questão de auxílio financeiro prestado pelo município se limita a pagar o aluguel do prédio, que hoje está em torno de 4 mil e 500 reais [...], e paga mais a luz que consumimos, nada mais. O restante, o pagamento de professores e funcionários, é feito pelo Estado, pela universidade, que está situada na cidade de Anápolis. Fica uma série de dificuldades para que nós busquemos o apoio em material e equipamento. Essa distância dificulta muito. [...] O pessoal trata de forma impessoal, num trata a instituição como uma política de Estado, mas como uma política de governo, se confunde muito isso na educação do nosso município (Entrevistado 19).

A PMJ se responsabiliza pelo pagamento do aluguel do prédio locado no interior da escola profissional ISG, onde a UEG – UnU de Jataí, no ano de 2013, se encontra instalada, pelas despesas com energia e alguns materiais de limpeza, despesas essas que, somadas, não ultrapassam R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), são abatidas do repasse mensal previsto (Entrevistado 19). Observa-se que deixa de ser repassado para a Fueg o montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais, que possibilitaria investir em equipamentos, laboratórios, aquisição de livros, apoio à pesquisa e extensão, ou seja, em melhorias para a UnU de Jataí.

A Fueg faz um repasse do Fundo Rotativo para suas unidades que, segundo a direção de Jataí, é de fundamental importância, “pois tem sido ele o sustentáculo das pequenas despesas da unidade” (UEG, Relatório de Estruturação, 2011, p. 2).

Como citado antes, a UEG atua em todas as áreas do conhecimento, de acordo com a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com cursos regulares, de ensino a distância, graduação tecnológica, graduação para

formação de professores por meio de programas de valorização dos profissionais da educação, além de cursos de pós-graduação *stricto-sensu*. Suas atividades se pautam, em tese, no tripé ensino, pesquisa e extensão, que nem sempre se materializa em todas as suas unidades universitárias, como no caso da unidade de Jataí, cuja ação basicamente se concentra no ensino.

#### 4.2.1 Caracterização da UEG – UnU de Jataí

Apresentados o processo de criação da UEG – UnU de Jataí e a identificação dos cursos superiores criados, avaliam-se os aspectos da constituição e estruturação da entidade. Inicialmente, questões relacionadas ao vínculo empregatício dos docentes analisados. A LDB/1996, em seu art. 67, prevê que o ingresso do profissional na área da educação deve ser exclusivamente por concurso público. Segundo entrevistas realizadas com os diretores da instituição, constou-se que, na UnU de Jataí, os professores não são submetidos a concurso público, pois o quadro possui apenas um professor efetivo que veio transferido de Goiânia.

Com relação ao regime de contratação do corpo docente da UnU de Jataí, observa-se uma situação preocupante, pois 100% dos docentes do curso de Tecnologia em Alimentos são contratos temporários (Tabela 50) e do curso de Tecnologia em Logística 93,33% (Tabela 51), ou seja, a unidade de Jataí tem apenas um professor efetivo em atuação. O quadro de docentes é composto de 96,87% de contratos temporários.

**Tabela 50** – Regime de contrato de trabalho e formação dos docentes do curso de Tecnologia em Alimentos da UEG – UnU de Jataí – 2010

<b>Formação</b> <b>Contrato</b>	<b>Graduado</b>	<b>Especialista</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Total</b>
Temporário	5	1	10	1	17
Efetivo	-	-	-	-	-
Subtotal	5	1	10	1	17

Fonte: UEG, Relatório de estruturação, 2011, p. 2, com adaptações pela pesquisadora.

**Tabela 51** – Regime de contrato de trabalho e formação dos docentes do curso de Tecnologia em Logística da UEG – UnU de Jataí – 2010

<b>Formação</b> <b>Contrato</b>	<b>Graduado</b>	<b>Especialista</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Total</b>
Temporário	2	7	5	-	14
Efetivo	-	-	1	-	1
Subtotal	2	7	6	-	15

Fonte: UEG, Relatório de estruturação, 2011, p. 2, com adaptações feitas pela pesquisadora.

A questão do regime de contratação do corpo docente da UEG é um problema estrutural, agravado em Jataí. Esse é um dado que precisa ser refletido, pois consiste em uma dimensão intraescolar que interfere significativamente na qualidade da educação em dois sentidos. O primeiro é que os professores temporários são contratados pelo currículo apresentado, não havendo concurso de provas e títulos e, o segundo, a elevada rotatividade dos professores, devido à falta de segurança e aos baixos salários dos contratos parciais. A rotatividade dos professores é um fator imperativo que contribui para os poucos projetos de extensão e inexistência de pesquisa.

Sabe-se que as IES com maior número de professores efetivos apresentam resultados mais satisfatórios em relação ao ensino do que onde há mais professores contratados. Isso se deve em parte pela estabilidade empregatícia, que gera segurança financeira e possibilidade de progressão na carreira por meio de qualificação permanente. Além disso, possibilita ao profissional se dedicar a apenas uma instituição, desenvolvendo tanto atividades de ensino que se esperada de um docente que atua em uma universidade, quanto de pesquisa e extensão.

Dourado, Oliveira e Santos (2007) destacam, no tocante à Educação Básica, algumas características docentes para a melhoria da qualidade que também se aplicam em certa medida à educação superior: titulação/qualificação adequada ao exercício profissional, vínculo efetivo de trabalho, e não de contrato temporário, dedicação a uma só escola ou instituição, formas de ingresso e condições de trabalho adequadas, valorização da experiência docente e progressão na carreira por meio de qualificação permanente.

Com relação à titulação dos docentes, o curso de Tecnologia em Alimentos possui 29,4% de graduados, 5,9% de especialistas, 58,8% de mestres e 5,9% de doutores (Tabela 50). Apesar de 64,7% dos docentes serem mestres ou doutores, não existem pesquisas sendo desenvolvidas na unidade de Jataí. Corroboram para essa situação os contratos temporários, a falta de incentivo e o apoio institucional. Condição semelhante se averigua no curso de Tecnologia em Logística (Tabela 51), que conta com 13,3% de graduados, 46,7% de especialistas e 40% de mestres. Observa-se que o curso de Tecnologia em Logística está com um quadro profissional com menor titularidade.

Frente a essa realidade encontrada da formação dos professores da UEG – UnU de Jataí, apesar de ser uma universidade, deveria desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão; em Jataí, a concentração de suas ações está no ensino e na pequena atuação na extensão. Não há nenhuma pesquisa sendo desenvolvida na unidade, logo, o “tripé realmente não funciona na instituição” (Entrevistado 19). Dentre os projetos de extensão, foram citados:

“o projeto voltado para colher o mel de abelha junto a um assentamento, premiado a nível nacional”, e o projeto de extensão cursinho pré-vestibular, voltado para a comunidade carente, que atende cerca de 70 alunos (Entrevistado 19). Apesar de ser uma IES pública como o CAJ/UFG, a realidade é bastante diferente. Nenhuma pesquisa foi desenvolvida em 2010 na UEG – UnU de Jataí, poucos projetos de extensão e seu campo de ação concentrava-se no ensino.

Com relação ao regime de contratação dos servidores administrativos, a UEG – UnU de Jataí em 2010, contava com 24 servidores, sendo 23 contratos temporários e um cedido por outro órgão; não existe nenhum contrato efetivo, o que corresponde a 100% de temporários (UEG, 2011). Destes 24 técnicos, 25% possuem apenas Ensino Fundamental; 29,2% , Ensino Médio; 29,2%, graduados, e 12,5% são especialistas.

A demanda de candidatos por vaga dos cursos superiores de Tecnologia de Alimentos e de Tecnologia em Logística, desde a sua criação, teve uma pequena oscilação, como pode ser observado na tabela 52.

**Tabela 52** – Demanda de candidatos por vaga no processo seletivo dos cursos superiores de Tecnologia de Alimentos e de Logística da UEG – UnU de Jataí, de 2006 a 2010

Curso	2006	2007	2008	2009	2010	Média Geral
Tec. de Alimentos	4,43	2,95	4,81	4,69	5,41	4,45
Tec. em Logística	2,48	3,03	4,09	5,53	4,81	3,98

Fonte: UEG, Relatório de estruturação, 2011, p. 3.

Os dados mostram que, em 2006, a demanda de candidatos por vaga do curso de Tecnologia de Alimentos foi superior ao de Tecnologia em Logística e, ao longo dos anos, apesar da oscilação, na média geral o índice se manteve superior. As maiores alterações ocorreram em 2007 quando houve uma queda significativa de 60%, recuperação do índice em 2008 – ficando em 4,81 –, atingindo a maior concorrência, de 5,41, em 2010.

O curso superior de Tecnologia em Logística começou em 2006 com uma demanda de candidatos por vaga de 2,48 e foi gradativamente crescendo, atingindo o índice mais elevado de 5,53 em 2009, um acréscimo de 123%. Houve uma queda em 2010, passando para 4,81.

Comparando a relação demanda/vaga dos cursos da UEG – UnU de Jataí com a dos cursos do CAJ/UFG (Tabela 48), no ano de 2010, verifica-se que a demanda/vaga dos cursos de Tecnologia de Alimentos (5,41) e o de Tecnologia em Logística (4,81) estão abaixo apenas da relação do curso de Direito (9,10) e de Medicina Veterinária (6,22), e superior aos

demais 22 cursos. Isso demonstra que os cursos de Tecnologia da UEG – UnU de Jataí estão acolhendo as demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade, em sintonia com as políticas de promoção e desenvolvimento do estado de Goiás e da região.

Durante a entrevista realizada com o diretor, quando indagado sobre as vagas ociosas nos cursos da UnU de Jataí, ele comentou que, apesar de terem sido realizadas 2ª, 3ª e 4ª chamadas dos aprovados no processo seletivo, as 40 vagas disponibilizadas para cada curso não foram preenchidas, ficando uma pequena porcentagem ociosa, como pode ser constatado nos anos de 2008, 2009 e 2010, na tabela 53. O curso de Tecnologia em Logística tem menor índice de vagas ociosas, não ultrapassando 5%. Já o curso de Tecnologia em Alimentos chegou a ter 15% de vagas ociosas em 2008. A razão levantada pelo diretor no ano de 2013 para as vagas ociosas é que os alunos também prestam vestibular na UFG (principalmente) e em outras IES de Jataí e, quando aprovados, dão preferência para o outro curso, desistindo da vaga da UEG – UnU de Jataí.

Com relação à evolução do quantitativo de concluintes, os dois cursos apresentaram uma expansão durante o período de 2008 a 2010, conforme mostra a tabela 53. Em 2010, o curso de Tecnologia em Logística teve uma porcentagem de 71,8% de concluintes, e o de Tecnologia em Alimentos apresentou 84,2%. Segundo o diretor no ano de 2013, uma das causas para a não conclusão do curso de Tecnologia de Alimentos se deve ao fato de que os candidatos, “por não terem uma boa formação no Ensino Médio, apresentam dificuldades com as disciplinas de matemática, química e física, levando-os a desistirem e até mesmo a não concluírem o curso” (Entrevistado 20).

**Tabela 53** – Matriculados, vagas ociosas e concluintes dos cursos superiores de Tecnologia de Alimentos e de Logística da UEG – UnU de Jataí, de 2006 a 2010

Curso/ Ano	Tecnologia de Alimentos			Tecnologia em Logística		
	Matriculados	Vagas ociosas	Colação de grau	Matriculados	Vagas ociosas	Colação de grau
2006	40 *	-	-	40 *	-	-
2007	40 *	-	-	40 *	-	-
2008	32 (SU) 2 (SAS)	6 (15%)	17 (50%)	32 (SU) 7 (SAS)	1 (2,5%)	16 (41%)
2009	32 (SU) 6 (SAS)	2 (5%)	27 (71%)	32 (SU) 6 (SAS)	2 (5%)	20 (52,6%)
2010	32 (SU) 6 (SAS)	2 (5%)	32 (84,2%)	32 (SU) 7 (SAS)	1 (2,5%)	28 (71,8%)

Fonte: Tabela construída pela pesquisadora a partir de dados coletados na Secretaria Acadêmica da UEG – UnU de Jataí (junho de 2012).

\* Sem reserva de vagas; Sistema Universal (SU); Sistema de Avaliação Seriado (SAS).



Os principais problemas enfrentados pela instituição, desde sua criação, que impediram ou dificultaram a expansão e implantação de novos cursos, são: distanciamento entre a reitoria e a unidade universitária, falta de articulação, ausência de quadro de professores e funcionários efetivos (que é uma questão geral, e não específica de Jataí), falta de espaço físico adequado, falta de investimento econômico e, principalmente, ligação política partidária, que gera muito conflito de interesses. De acordo com a ex-subsecretária de educação estadual,

se o nascimento da UEG tivesse sido do povo, talvez hoje ela tivesse mais força popular. Mas como ela veio de um projeto político, [...] hoje os conflitos internos são muito grandes, a briga política é muito grande, de quem manda mais, de quem é o dono, de quem vai levar, de quem vai ficar, então isso dificulta muito. Então vai depender da força política de cada município. Aquele município que se articula melhor politicamente, que tem mais força política junto ao governo, esse caminha mais rápido. Aquele município que é oposição, que tem mais dificuldade em articulação política, que a população tem mais dificuldade também de se identificar, eu acho que esse vai caminhar mais devagar, de forma mais lenta. Hoje, fora a questão econômica de investimento, [...] esse é o principal entrave para consolidação da UEG nos municípios (Entrevistado 18).

Para o diretor da instituição do ano de 2013, existe uma perspectiva de expansão da UEG – UnU de Jataí, porque já foi liberada a ordem de serviço para construção de sua sede própria (Entrevistado 20). Inclusive, em função da possibilidade de ter sua sede própria, em 2011, a direção da UnU de Jataí apresentou à UEG um documento intitulado “Relatório de Estruturação”, elaborado por uma comissão nomeada. Este, após estudo da realidade da educação superior do município de Jataí, sugere três novos cursos: Bacharelado em Comunicação Social, Bacharelado em Gastronomia e Bacharelado em Gestão Ambiental, para serem implantados na cidade “procurando atender a vocação regional e uma demanda cada vez mais crescente para esse seguimento” (UEG, Relatório de Estruturação, 2011, p. 8). Apesar desse estudo, ainda não foi implantado outro curso na UnU de Jataí e não está prevista a criação de nenhum para o ano de 2013.

Faz-se necessária a reestruturação da UEG e maior luta por parte da comunidade pela consolidação da UEG – UnU de Jataí como universidade. No entender da ex-subsecretária de educação estadual, “falta uma política forte, investimento forte. [...] Acho que a comunidade não sentiu que a UEG está aqui de verdade, que ela existe e tem que ficar” (Entrevistado 18). Além da participação da sociedade, é preciso ação política da gestão municipal de Jataí para a consolidação e expansão da UnU de Jataí que, segundo a direção da

instituição do ano de 2013, essa “atuação é distante e, na classificação, eu consideraria fraca” (Entrevistado 20).

Como afirma o ex-diretor da instituição, “a estrutura física, material e de biblioteca melhorou bastante na unidade”, mas ressalta que, “para funcionar um curso universitário dentro dos padrões que hoje o mercado exige, infelizmente não temos” (Entrevistado 19). No entendimento dele, com a nova sede, o problema de espaço físico será resolvido.

Pela realidade encontrada na UEG – UnU de Jataí, pode-se dizer que ocorreu a criação da instituição, mas sua estruturação e consolidação ainda não foram materializadas. Nas palavras do ex-diretor, a unidade foi criada: “está formando, mas o princípio de estruturação e consolidação ainda falta muito para se consolidar” (Entrevistado 19). Logo, para que haja a consolidação e expansão da UEG em Jataí, depende da articulação entre as forças políticas e a luta da sociedade civil local.

Jataí ainda não fez uma investida política junto ao governo do Estado, junto à UEG, para provar que tem força política, que tem força econômica e que pode mais. Pode uma sede, pode mais cursos. [...] Se isso não acontecer, pode chegar um momento de fragilidade política tamanha de não se entender mais a necessidade disso aqui [dessa UnU da UEG]. [...] Jataí não está tendo essa competência de articulação política; ele se fragiliza, se esfacela, se divide. São interesses pessoais fortíssimos que interferem o tempo inteiro, interesses eleitoreiros. Se Jataí não sair disso, cada vez vai ficar mais difícil consolidar essas instituições, as coisas vão acontecer “de cima para baixo” (Entrevistado 18).

Esse debate da expansão pública merece espaço reservado. Para o ex e atual diretor da UnU de Jataí do ano de 2013, a razão de a expansão das IES públicas em Jataí ter sido maior que a privada se deve à força política local. O município está a um passo de se tornar polo universitário do estado de Goiás.

Interessante que parece que Rio Verde é o município mais industrializado, tem mais poder econômico que o nosso município de Jataí, mas nós tivemos mais força nesse aspecto. Nós realmente estamos caminhando para a criação do polo universitário, isso não tem mais retrocesso, não pode voltar mais. Então o polo universitário é latente e visível, principalmente como eu falei antes, é o único município do estado de Goiás a ter três instituições públicas<sup>305</sup> (Entrevistado 19).

---

<sup>305</sup> O entrevistado está equivocado ao informar que o município de Jataí é o único do estado a ter três IES públicas, pois a cidade de Goiás, por exemplo, tem unidade da UEG, Câmpus da UFG e Câmpus do IFG.

Nesse sentido, é relevante a estruturação e consolidação das atuais UnU da UEG, criadas nos diferentes municípios do estado de Goiás para depois se pensar em dar prosseguimento à expansão. É devido a “essa expansão, diga-se de passagem, desorganizada, que a situação da UEG se encontra como esta, com dificuldades, sérias dificuldades” (Entrevistado 20).

Após cinco anos de criação da UEG – UnU de Jataí, em 2010, persistem problemas referentes à infraestrutura física, estrutura institucional e acadêmica e, principalmente, problemas de ordem financeira.

#### 4.3 IFG – CÂMPUS JATAÍ: CRIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO

Em 1988, a ETFG expandiu sua ação no estado de Goiás com a criação da Uned de Jataí, hoje denominada IFG – Câmpus Jataí. A criação dessa unidade descentralizada está diretamente vinculada ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec), como resultado do IV Acordo MEC/Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), firmado no governo do então Presidente José Sarney, proposto pelo então ministro da educação Jorge Bornhausem (MICHELI, 2010). O ministro, titular responsável pela política educacional, defendia a instalação de 200 (duzentas) novas escolas técnicas industriais e agrotécnicas em todo o Brasil, com o objetivo de preencher o amplo vazio do ensino de 1º e 2º graus com relação à formação da juventude, bem como acolher as incessantes reivindicações das populações de regiões interioranas. Assim, instituir-se-iam condições de fixação regional para contingentes profissionais.

O estado de Goiás, em função de sua ampla potencialidade de riquezas naturais (terras férteis, recursos hídricos, mineração, madeira, entre outros) e pelas suas características de Estado interiorano, transformou-se em polo de atração desenvolvimentista, manifestando um elevado índice demográfico, com porcentagem significativa de população jovem (faixa etária de 10 a 24 anos) fora das escolas.

Foi constituída uma comissão<sup>306</sup> para que fizesse um estudo dos municípios goianos, considerando-se os aspectos gerais geoeconômicos, sociais, culturais e, principalmente, a vocação econômica e educacional, selecionando as microrregiões capazes de abrigar as escolas técnicas federais (CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ, 2007).

---

<sup>306</sup> A comissão era integrada pelos professores José Luiz Prudente D’Oliveira e Terezinha Soares Barbosa, da Escola Técnica Federal de Goiás, e pelos professores Osvaldo Moreira Guimarães e Coraci Fidélis de Moura, da Demec-GO (CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ, 2006, p. 5).

Alguns fatores despertaram a atenção da comissão ao analisar os dados educacionais do estado de Goiás, entre eles, o elevado índice de analfabetismo, o significativo número de alunos retidos no ensino fundamental sem chance de uma profissionalização, a qualificação dos profissionais para o exercício do magistério, a expansão do ensino superior e a escassez de escolas profissionalizantes (CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ, 2007).

Das 16 microrregiões em que se dividia o estado de Goiás, a cidade de Jataí foi selecionada para sediar a primeira unidade de ensino descentralizada da ETFG. Além dos critérios considerados, como a vocação econômica da região e o mercado de trabalho, houve a influência de representantes políticos partidários do município de Jataí, que reivindicavam e apoiavam a instalação da referida unidade na cidade (MICHELI, 2010). Essas razões foram confirmadas nesta pesquisa quando questionado o motivo da opção pela cidade de Jataí para se criar uma Uned da ETFG.

[...] eu imagino, pelas características de Jataí, por ser uma cidade de grande desenvolvimento, aptidão agrícola, industrial, que além dessa aptidão de desenvolvimento contou também com a atuação de lideranças políticas locais. Eu acho que um grande fator que influenciou a vinda da Uned aqui para Jataí foi a atuação dos políticos (Entrevistado 15).

Jataí sempre foi muito forte politicamente no estado de Goiás. Eu não sou Jataiense, mas eu acredito que essa unidade, tanto da Escola Técnica como do Câmpus Federal, é devido às forças políticas de Jataí. [...] a única unidade no estado de Goiás, não tinha mais nenhuma outra unidade no estado de Goiás, era só Goiânia e Jataí. Existiam [...] três escolas agrotécnicas, uma em Rio Verde, uma em Urutaí e outra em Ceres [...], além dessa Unidade em Jataí (Entrevistado 16).

Outra explicação está ligada à sua localização geográfica e convergência do sistema de rodovias (cortado por três rodovias federais – BR 060, BR 158 e BR 364). A acessibilidade facilitada pelas rodovias beneficia a vinda de alunos de regiões vizinhas as quais Jataí exerce influência, como os municípios de Mineiros, Caçu, Serranópolis, Caiapônia, Cachoeira Alta, Paranaiguara, São Simão, Itarumã Itajá, Aporé, Quirinópolis, Portelândia, Santa Rita do Araguaia. Na pesquisa de campo, a localização foi citada pelos entrevistados.

A gente ouvia muito os diretores antigos dizerem que Jataí foi escolhida não por uma questão política, que Jataí havia sido escolhida [...] pela localização geográfica, porque Jataí está localizada numa região que circunda inúmeros municípios de até 100 quilômetros, 50, no máximo 120, então a gente pegaria Rio Verde e abrangeria toda a região. Assim, a localização geográfica tenha sido um elemento da opção da Escola Técnica vir para Jataí. [...] a gente ouvia muito isso em reunião, que uma Escola Técnica aqui

abrangeria um raio de inúmeros municípios de até 150 quilômetros (Entrevistado 17).

Definida a cidade de Jataí para se criar a Uned, realizou-se pesquisa para levantamento de interesses e opinião da comunidade com diferentes segmentos da sociedade jataiense – políticos educacionais, empresariais e sociais – com o objetivo de sondar a opção das áreas para a criação dos cursos técnicos. Em função da crescente expansão das indústrias de transformação, de eletrificação rural, de mecanização das indústrias do setor primário, da construção civil e da boa produção de grãos, deliberou-se pela criação de cursos de Agrimensura, Edificações e Eletrotécnica. Após processo seletivo, a Uned/Jataí efetuou a matrícula de 80 alunos, sendo preenchidas 40 vagas no curso de Agrimensura e 40 vagas no curso de Edificações.

A ETFG – Uned/Jataí iniciou suas atividades voltadas para o ensino técnico integrado ao 2º grau, em 18 de abril de 1988, na Escola Municipal Luziano Dias, concessão feita pelo município de Jataí, como a maioria das unidades descentralizadas das escolas técnicas criadas por todo o Brasil, sem estrutura física e de pessoal.

cada Estado teria uma Unidade Descentralizada. [...] abriu, mas não criaram as estruturas para formação de professores e nem de espaço físico, tanto é que quando a escola veio para Jataí, ela acabou pedindo emprestado um prédio do Município. Ela funcionava lá no Luziano Dias, aquela escola, um grupo escolar, bem pequeno lá pertinho, nós começamos lá nas vilas populares (Entrevistado 17).

Como em 1988 a instituição não possuía ainda quadro de servidores técnico-administrativos e docentes, a FEJ custeou o pagamento dos professores aprovados em concurso público e não efetivados no final de 1989, caso peculiar, até primeiro de fevereiro de 1990, quando foram efetivamente contratados pela Escola Técnica (Entrevistado 3). Observa-se a parceria do município com a ETFG, cedendo espaço físico para funcionamento e repassando verbas para a FEJ efetuar pagamento de professores.

Frente à impossibilidade e à inviabilidade de amplos investimentos nas instalações disponibilizadas para o funcionamento da ETFG – Uned/Jataí, a instituição, no ano de 1989, buscou celebrar convênio com a SEE para conseguir uma sede maior e, em contrapartida, se responsabilizaria pela 2ª fase do ensino fundamental da escola estadual que fosse cedido o espaço físico. Desta forma, a ETFG – Uned/Jataí passou a funcionar em 1989, no prédio da

Escola Estadual Polivalente “Dante Mosconi”<sup>307</sup> (situada à Rua Riachuelo, 2090, setor Samuel Graham), onde se encontra em funcionamento no ano de 2013.

A ETFG procurou conseguir a transferência definitiva da área onde estava locada a Uned Jataí e, por meio da Lei Estadual 12.542/1994<sup>308</sup>, obteve a doação do terreno urbano e as obras nele construídas. O prédio cedido pelo governo de Goiás para sediar a Uned/Jataí passou em definitivo para a ETFG, em setembro de 1995, quando a instituição concluiu as instalações de obras que se encontravam em andamento e iniciou outras construções. Adquiriu também materiais e equipamentos, informatizou toda a instituição, bem como ampliou o acervo bibliográfico, melhorando sua estrutura física e didático-pedagógica (BRASIL, MEC, SEMT, CEFET-GO, 2000). Logo, o Estado participou do processo de constituição da ETFG com a doação do prédio e “por muito tempo colaborou com servidores, mobiliário e despesa de custeio, por exemplo de despesa de água, de energia”, tendo participação na manutenção da Unidade Descentralizada, hoje, Câmpus Jataí (Entrevistado 17).

Em 2013, ocupa uma área construída de 24.551,75 m<sup>2</sup>, tendo por dependências um ginásio e quadras de esportes, teatro, biblioteca, auditórios, sala de vídeo-conferência, sala de teleconferência, salas-ambientes para aulas de formação geral e laboratórios específicos para todas as habilitações ministradas, além dos setores administrativos. Encontra-se em construção uma nova sede em área doada pela prefeitura, com previsão de funcionamento ainda em 2013.

Além do convênio com a SEE que existe ainda em 2013, a ETFG – Uned/Jataí firmou convênios com o CAJ, a FEJ e a PMJ, com objetivos voltados para a melhoria do ensino profissionalizante e do ensino fundamental apresentado no quadro 8 (Apêndice E).

O convênio 12/2000 previa parceria com a UFG para realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, direcionadas para capacitação de docentes e estudos de currículos. A FEJ ficou encarregada de destinar recursos financeiros para o funcionamento dos cursos e/ou projetos e dos docentes e/ou técnicos do Cefet-GO<sup>309</sup> que prestassem assessoria didático-pedagógica, objetos do convênio (UFG, Convênio 12, 2000). Observa-se a preocupação das entidades participantes do convênio com a educação do município de Jataí, bem como com o processo de desenvolvimento da região para transformá-la.

---

<sup>307</sup> O prédio cedido que fora construído para abrigar o ensino profissionalizante tinha 4.800 m<sup>2</sup> de área construída em um terreno de 22.000 m<sup>2</sup>, localizado em área nobre da cidade, com o objetivo de fazer adaptações essenciais para o ensino técnico, pequenas reformas nas instalações físicas.

<sup>308</sup> A lei estabelece critérios para pagamento de gratificação e vantagens pecuniárias aos titulares de cargos e empregos da Administração Federal direta e autárquica e dá outras providências. Foi publicada no Diário Oficial/GO nº 17.104, de 5 de janeiro de 1995, assinado por Agenor Rezende, governador em exercício na época (CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ, 2007).

<sup>309</sup> Em 1999, a ETFG passou a ser Cefet-GO.

No governo FHC, em 22 de março de 1999, a ETFG transformou-se em Cefet-GO, instituição de ensino pública, gratuita, especializada na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis (inclusive superior) e modalidades de ensino, com prioridade na área tecnológica, nos termos da Lei 8.948/1994<sup>310</sup>, regulamentada pelo Decreto 2.406/1997<sup>311</sup>. Observa-se a política de diversificação do ensino.

Em 1999, a Escola Técnica de Goiás transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet-GO). Neste momento, a política do governo federal visava modificar o ensino profissionalizante no país. Então os Cefet deveriam concentrar-se em cursos profissionais, fossem de nível médio ou superior. No caso de cursos superiores, principalmente cursos de tecnologia com menor duração que os cursos de bacharelado das universidades. Não deveria ocorrer cursos técnicos integrados ao ensino médio. Então os cursos são subsequentes ou então cursos concomitantes, onde o Estado era responsável pela formação básica e os Cefet pela formação profissional [...]. Várias modalidades de ensino profissional começaram a ocorrer nos Cefet, eu citei aí o concomitante e o subsequente, e teve também o investimento muito grande nessa época, nos cursos básicos, cursos de pequena duração, 200 horas, 160 horas, 80 horas (Entrevistado 16).

No final da década de 1990, os atos normativos direcionaram os Cefet para os cursos superiores e o ensino médio regular (dualismo estrutural), remetendo a oferta de cursos técnicos à responsabilidade dos estados e da iniciativa privada. Houve resistência das instituições e “grande parte do esforço passa a ser direcionado ao acompanhamento dos cursos de ensino médio com o objetivo de preparar candidatos de excelência para o ensino superior” (SILVA, 2009). A saída encontrada pela ETFG – Uned/Jataí para aproveitar os professores que estavam subutilizados foi a criação de cursos superiores de formação de professores, segundo depoimento de professora e de ex-diretor da instituição.

Então nós tínhamos uma quantidade de professor de formação geral [...], sendo subaproveitado, visto que não se teria mais o ensino médio, somente os cursos técnicos subsequentes. [...] Então eu não posso garantir e afirmar, com toda certeza, mas o propósito principal da criação do curso de Ciências, além da proposta da própria coordenação de Ciências que trabalhou com afinco na criação desse curso, foi também essa necessidade de aproveitamento de professores, tendo em vista o decreto 2208 que extinguiu o curso da modalidade integrado, passou a ser então cursos subsequentes. Nós ficamos então com vários professores da formação geral que precisariam de alguma atividade, vamos dizer assim, de ter uma utilização na escola e uma das preocupações do curso de ciências foi essa, pelo que percebo da época (Entrevistado 17).

---

<sup>310</sup> Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

<sup>311</sup> Regulamenta a Lei 8.948, de 08 de dezembro de 1994, e dá outras providências.

[...] com a mudança da modalidade do integrado para subsequente e a proibição de se manter o integrado da modalidade antiga [...], houve então uma necessidade de aproveitamento desses professores e, creio eu, muita gente pode até dizer que não, mas muitas instituições buscaram esse caminho de aproveitamento dos professores para criação de cursos de licenciatura (Entrevistado 15).

A partir do Decreto 3.462/2000, foi concedida aos Cefet autonomia para a “implantação de cursos de formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional” (BRASIL, MEC, Decreto 3.462/2000). No ano em que saiu o Decreto, verificou-se que a Uned/Jataí já mantinha em funcionamento cursos superiores em Nível Tecnológico de Informática – Sistema de Informação – e em estudo a criação do curso de Licenciatura em Ciências, antecipando as normatizações do governo.

Na Unidade de Ensino Descentralizada - UNED de Jataí-GO, mantém em nível do ensino fundamental, ensino médio e superior em tecnologia, os seguintes cursos: a segunda fase do Ensino Fundamental (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries), Técnico (Agrimensura, Edificações e Eletrotécnica), Pós-Médio (Agrimensura, Edificações, Eletrotécnica, Processamento de Dados e Segurança do Trabalho) e em nível Tecnológico (Informática - Sistema de Informação e Licenciatura em Ciências) (BRASIL, MEC, SEMT, CEFET-GO, 2000, p. 7).

Em 2000, o Cefet-GO – Uned/Jataí criou o curso de Tecnologia em Informática, (atualmente Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas<sup>312</sup>); em 2001, o curso de Licenciatura em Ciências (atualmente Licenciatura em Física<sup>313</sup>); em 2006, o curso de Engenharia Elétrica e, em 2012, o curso de Engenharia Civil. Além de cursos de graduação, atua também na pós-graduação (*lato e stricto sensu*) por meio do curso de Especialização em Ensino de Ciências e Matemática em 2010, e o Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática em 2012.

Vale ressaltar que o processo de implantação dos cursos não transcorreu amigavelmente, pois, a cada curso criado, novos laboratórios precisavam ser montados, faltavam espaço físico e material, o número de professores existentes não era suficiente, o que

---

<sup>312</sup> A nova denominação do curso de Tecnologia em Informática se deve à necessidade de se adaptar ao Catálogo Nacional dos Cursos divulgados pelo MEC, com nome e estrutura para os cursos. Como o curso já existia antes, a instituição precisou redimensionar o curso, se adequando às denominações do novo catálogo, passando a ser nomeado de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

<sup>313</sup> A nova denominação do curso se deve à redefinição na Sesu para que as Licenciaturas em Ciências tivessem denominações próprias.



muitas vezes gerava sobrecarga de trabalho e, outras vezes, a contratação de novos<sup>314</sup>, dentre outras questões. Como afirma o ex-diretor da instituição, “o número de professores do IFG é pequeno se comparado ao número de cursos e níveis de ensino atendidos, desta forma sempre foi conflituosa a implantação de cursos no Câmpus, já que os professores e laboratórios são implementados junto com os cursos” (Entrevistado 16). Existe uma cobrança muito grande, tanto por parte da sociedade como por parte da comunidade interna, pela expansão do IFG – Câmpus Jataí, “porém a demanda atendida pelos cursos, principalmente superiores, é atenuante destas dificuldades, pois sempre houve um apoio interno e externo a estas ações” (Entrevistado 16).

Com a política de expansão da educação profissional do governo federal iniciada em 2006, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica<sup>315</sup> e, com a aprovação da Lei 11.892/2008, os Cefet se transformaram em IF, o que ocasionou maior autonomia administrativa, financeira e pedagógica e equiparação às universidades. A criação dos IF, cujo objetivo principal era o desenvolvimento dos polos regionais e um fortalecimento ou atendimento aos arranjos produtivos locais, foi fundamental para o processo de interiorização da educação profissional de nível médio e/ou superior.

Nesse contexto, o Cefet-GO – Uned/Jataí se transformou em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Jataí, “com a missão de formar um profissional-cidadão” (IFG, 2009). Além do mais, proporcionou consistente conhecimento na área tecnológica, procurando também oferecer formação humanística e reflexiva por meio de disciplinas como sociologia e filosofia, teatro, música, dança e artes plásticas. Como afirma o ex-diretor,

esta mudança de institucionalidade visa principalmente fortalecer o ensino profissionalizante no país e dá mais autonomia financeira e administrativa para os institutos, afirmando o papel de uma instituição de ensino, pesquisa e extensão de nível médio e de nível superior (Entrevistado 16).

---

<sup>314</sup> Ex-diretor do IFG – Câmpus Jataí afirma que “implantar um curso com um quadro muito novo é uma dificuldade muito grande, porque não se tem o histórico da instituição, então muitas coisas esses professores trouxeram do modelo da universidade” na qual se formaram, de outro Estado, de outra realidade que não condiz com o momento vivenciado pela instituição, o que de certa forma cria tensões e conflitos (Entrevistado 16).

<sup>315</sup> A rede previa a criação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas, pautadas em objetivos, como a elevação da oferta de matrículas, a interiorização da rede, a criação de instituições em estados até então não atendidos pela rede federal, visando contribuir com o desenvolvimento socioeconômico de diferentes regiões, além de possibilitar o acesso de um público, historicamente colocado à margem de políticas de formação profissional, entre outros benefícios, procurando estabelecer uma forma mais justa de ordenação do território brasileiro.

A Lei 11.892/2008 define a ação acadêmica dos institutos federais em 50% para acolher a educação profissional técnica de nível médio, 20% para cursos de licenciatura, com ênfase nas áreas de ciências, matemática e educação profissional, e os 30% restantes com cursos de formação inicial e continuada, superiores de tecnologia, bacharelado e engenharia, pós-graduação *lato sensu* (aperfeiçoamento e especialização) e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Para o ex-diretor da instituição, a referida lei, apesar de ampliar as possibilidades de atuação dos IF em todos os níveis, tenta resguardar, por meio dessa limitação de ação acadêmica, o seu objetivo principal, que é de formação especializada de educação profissional e tecnológica de nível médio e técnico.

O que na verdade foi feito com a lei de criação dos institutos foi organizar para que os institutos não fossem cópias das universidades. Todo mundo vai para o curso superior, para não perder realmente aquela característica da instituição [...] capacitação de profissional de nível médio e de tecnologia nos cursos superiores (Entrevistado 16).

No caso específico do IFG – Câmpus Jataí, essa porcentagem de 30% é fator limitador para a expansão dos cursos superiores, pois, por ser um câmpus antigo (anterior à expansão), já tinha seus cursos superiores criados e em funcionamento. Para abrir novos cursos superiores, será preciso reduzir os existentes ou negociar com o Conselho Superior do Instituto e Ministério da Educação, justificado pelas demandas sociais da região, como é previsto pela Lei 11.892/2008, art. 8º, § 2º.

O IFG – Câmpus Jataí conta com um quadro de professores titulados, o que pode possibilitar ensino público de qualidade com formação geral e tecnológica. Em 2012, dos 69 professores efetivos, oito são doutores e 34 são mestres (IFG, Relatório de gestão ..., 2012).

#### **4.3.1 Caracterização do IFG – Câmpus Jataí**

Em 2010, o IFG – Câmpus Jataí disponibilizava para a comunidade cursos de nível médio, superior e de pós-graduação. Os cursos técnicos de nível médio ofertados eram nas modalidades: integrado, subsequente e Proeja<sup>316</sup>. Na modalidade de técnico integrado, o

<sup>316</sup> Técnico integrado é o curso que contempla, ao mesmo tempo, a formação de nível médio e profissional, destinado aos alunos que tenham concluído o ensino fundamental; Técnico subsequente é para formação profissional em nível técnico, ofertado aos estudantes que já concluíram o ensino médio, cuja duração do

câmpus disponibilizava os cursos de Agrimensura, Edificações, Eletrotécnica e Informática; na modalidade técnico subsequente, o curso de Agrimensura; e, na modalidade Proeja, o curso de Técnico em Edificações.

O ensino superior ofertava graduação em Tecnologia em Sistema de Informação, Licenciatura em Física e Bacharelado em Engenharia Elétrica; *lato sensu*: Especialização em Ensino de Ciências e Matemática<sup>317</sup>.

O primeiro curso superior de graduação implantado na instituição, em 2000, quando era Cefet – Uned Jataí, foi o curso Superior de Tecnologia em Informática/Sistema de Informação. As justificativas em torno da proposta de criação do curso de Tecnologia em Informática na Modalidade de Sistemas de Informação foram: a configuração imposta pela ordem econômica mundial, caracterizada pela rapidez na substituição de tecnologia de produção e na mudança das estruturas organizacionais; as transformações ocorridas no mundo do trabalho cada vez mais globalizado e competitivo, que solicita uma mudança nos processos de formação de recursos humanos como resposta às transformações dos meios de produção; as mudanças ocasionadas pela informática, que definem o surgimento de uma “Nova Economia” que já não se restringe à racionalização de procedimentos de trabalho, típica da produção industrial, mas por sua ampla aplicabilidade em todas as esferas de atividades; com o crescimento dos segmentos de prestação de serviços e de comércio, no estado de Goiás, e principalmente na cidade de Jataí, que se caracteriza como um dos expoentes desse crescimento econômico, a necessidade de utilização de ferramentas computacionais para a automação e gestão de processos gera, na mesma proporção, uma demanda cada vez maior por profissionais capacitados e qualificados (CEFET-GO UNIDADE JATAÍ, 2004). Nas palavras do ex-diretor, “o curso de informática foi para atender uma necessidade de formação profissional de nível tecnológico e pela própria demanda da região” (Entrevistado 15).

Em 10 de setembro de 2002, o presidente do Conselho Diretor do Cefet de Goiás, pela Resolução 06, convalidou e autorizou o funcionamento do primeiro curso superior na Uned/Jataí, o de Tecnologia na Área de Informática – Modalidade: Sistemas de

---

curso é de dois anos; e o Técnico do Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), que são cursos de formação técnica oferecidos aos alunos que já concluíram o ensino fundamental, com o objetivo de contribuir para o acesso de jovens e adultos a cursos técnicos integrados ao ensino médio.

<sup>317</sup> Autorizado seu funcionamento pela Resolução 36/2010, emitida pelo Conselho Superior do IFG. A primeira turma começou em 10 de agosto de 2010, com 30 alunos.

Informação<sup>318</sup>, que já se encontrava em funcionamento desde o 1º semestre de 2000, sendo ofertado no turno noturno<sup>319</sup>.

O ingresso no curso superior é feito via vestibular, sob coordenação da comissão de seleção da instituição ou por meio de transferência<sup>320</sup> externa. O regime de matrícula do curso é semestral, e a periodicidade letiva, anual. No vestibular, são disponibilizadas 60 vagas, com duas entradas, 30 vagas no 1º semestre e 30 vagas para o 2º semestre. O curso tem duração total de 6 semestres.

Por meio dos dados apresentados na tabela 54, que apresenta a relação candidatos/vaga, percebe-se que a demanda pelo curso de Tecnologia em Sistemas de Informação é boa em relação aos demais cursos superiores de Jataí. A maior relação candidatos/vaga foi no 1º semestre de 2002, com um índice de 12,17, e a menor ocorreu no 2º semestre de 2006, com 2,27. Observa-se que a relação candidatos/vaga apresentou decréscimo nos 2º semestres, sendo a única exceção o 2º semestre do ano de 2001. Em 2010, o curso ainda apresentou uma relação candidato/vaga de 7,17, após 10 anos de funcionamento, com a concorrência do curso de Ciência da Computação na UFG/CAJ, criado em 2008. A relação candidato/vaga de 7,17 ficou abaixo apenas da relação de 9,10 do curso de Direito do CAJ/UFG. De acordo com os dados apresentados pela tabela 54, a relação candidato/vaga começou a apresentar queda no 2º semestre de 2010, mas não se pode afirmar que tenha sido em função da concorrência do curso de Ciência da Computação, pois, antes de 2008, o curso já tinha apresentado taxas menores do que 3,5 (2011/2).

Após seu reconhecimento<sup>321</sup>, ficou estabelecido no art. 2º da Portaria 686/2005 que o curso, a partir do próximo processo seletivo, passaria a ser denominado de Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Informação (Área profissional: Informática). Na época, o curso foi avaliado com o conceito B.

Em 26 de novembro, por meio da Portaria 184/2010<sup>322</sup>, renovou-se o reconhecimento do curso (processo e-MEC 201002790), nos termos do art. 10, parágrafo 3º,

---

<sup>318</sup> O Decreto 3.462, de 17 de maio de 2000, concedeu ao Cefet o direito de criar cursos de formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional, e o Cefet-GO – Unidade de Jataí implantou o curso Tecnologia em Informática/Sistema de Informação em 2000, por isso a Resolução 06/2002 regularizou e legitimou a existência do curso.

<sup>319</sup> A opção pelo turno noturno está diretamente ligada à possibilidade de atender o aluno trabalhador.

<sup>320</sup> O aluno que está pleiteando transferência deve estar regularmente matriculado em outra IES e passar por uma avaliação, e precisa ser disponibilizada vaga pelo IFG – Câmpus Jataí no curso desejado. O edital de seleção é divulgado semestralmente e coordenado pela comissão de seleção da instituição.

<sup>321</sup> De acordo com a Portaria 686, de 2 de março de 2005 (DOU 03/03/2005), e nos termos da versão final do processo de reconhecimento 23000.008107/2004-33, o MEC reconheceu por cinco anos o Curso Superior em Informática com Habilitação em Sistemas de Informação (Área Profissional: Informática).

<sup>322</sup> Publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 29 de novembro de 2010.

do Decreto 5.773/2006, com ajuste da denominação para Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas<sup>323</sup>.

**Tabela 54** – Relação candidatos/vaga do curso superior em Sistema de Informação do IFG-Câmpus Jataí de 2000 a 2010

Ano	Semestre	Número de vagas	Número de inscritos	Relação candidato/vaga
2000	1º	30	326	10,87
	2º	30	153	5,1
2001	1º	30	208	6,93
	2º	30	322	10,73
2002	1º	30	365	12,17
	2º	30	184	6,13
2003	1º	30	266	8,87
	2º	30	227	7,57
2004	1º	30	240	8,0
	2º	30	190	6,33
2005	1º	30	230	7,67
	2º	30	168	5,6
2006	1º	30	191	6,37
	2º	30	68	2,27
2007	1º	30	263	8,77
	2º	30	170	5,67
2008	1º	30	249	8,30
	2º	30	151	5,03
2009	1º	30	262	8,73
	2º	30	188	6,27
2010	1º	30	249	8,30
	2º	30	215	7,17

Fonte: Centro de Seleção e Coordenação de Registros Acadêmicos e Estudantis do IFG – Câmpus Jataí.

Após a promulgação dos Decretos 2.406/1997 e 3.462/2000, que davam autorização para os Cefet ministrarem cursos de formação de professores em nível superior, prioritariamente nas áreas de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias, o Cefet-GO – Uned/Jataí criou, em 2001, o segundo curso superior, o de Licenciatura em Ciências, habilitação em Física<sup>324</sup>. A formação de professores, na época, era de extrema necessidade frente ao deficitário quadro de docente na área de ciências encontrado em todo o país e,

<sup>323</sup> A sugestão do MEC/Setec/Diretoria de Regulação e Supervisão (DRS) para a instituição, em diligência realizada em 23/07/2010, era que o curso fosse denominado de Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet. A resposta encaminhada à diligência, em 09/08/2010, foi que, em função de adequar ao perfil do curso já em funcionamento bem como de toda estrutura laboratorial e da biblioteca existente, passaria a ser denominado de Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. O curso tem como objetivo “formar profissionais com conhecimentos suficientes para compreender a tecnologia computacional e o seu impacto na condução de processos de automação dos sistemas de informação” (p. 38) de empresas e indústrias (CEFET-GO UNIDADE JATAÍ, 2004, p. 39).

<sup>324</sup> A partir de 2003, passou a ser denominado curso superior de Licenciatura em Física.

principalmente, em Jataí, conforme levantamento realizado junto à Secretaria Municipal e Estadual de Jataí.

De acordo com depoimento coletado, a implantação do curso de Licenciatura em Ciências não foi pacífica: “foi uma dificuldade muito grande convencer esse novo Diretor Geral que o Cefet tinha que ter licenciatura, porque [...] a tradição, a missão, era cursos técnicos, tinha aberto para superior de tecnologia” (Entrevistado 16). A opção da Uned/Jataí pela licenciatura em parte estava diretamente vinculada às condições objetivas de expansão, à disponibilidade dos professores da instituição, às suas respectivas formação e titularidade e em função da carência de professores da região na área de ciências (principalmente de física).

Não foi tranquila a abertura da Licenciatura [...]. A tradição da instituição era na área tecnológica e na área técnica, então internamente não foi fácil. Foi o grupo de professor de física que tínhamos na instituição que resolveu abarcar o projeto e criar a licenciatura, mas ainda muito à revelia da própria instituição, que não acreditava que a instituição deveria caminhar para a formação de professores, [...] mas o projeto foi montado e o curso foi iniciado. [...] A criação do curso de Licenciatura em Ciências e depois em Física tem a ver com o número de professores, inclusive doutores. A gente tinha dois professores doutores em física que tinha todo o interesse na montagem do curso de licenciatura em ciências e que encampou a elaboração do projeto (Entrevistado 17).

O curso de Licenciatura em Ciências, com habilitação em Física (ou Matemática) do Cefet-GO – Uned/Jataí, foi convalidado e autorizado a funcionar pelo Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica, por meio da Resolução 15/2002, disponibilizando 40 vagas no turno noturno, com periodicidade letiva semestral e prazo mínimo de integralização de oito semestres, sendo a forma de ingresso via vestibular.

O projeto do curso de Licenciatura em Ciências foi apresentado a uma equipe do Programa de Articulação com os sistemas de Ensino (Semtec/Mec) em 2001 e em alguns congressos, nos quais a licenciatura nos Cefet foi debatida. O curso de Licenciatura em Ciências foi reconhecido pela Sese, por meio da Portaria 744/2006<sup>325</sup>, que validou os atos praticados pelo Cefet-GO – Uned/Jataí. Foi validado, portanto, quando o curso já se encontrava em funcionamento. Realizaram-se apenas dois processos seletivos, em 2001 e 2002, sendo a primeira turma matriculada no 1º semestre de 2002. Como coloca a professora em entrevista realizada, o IFG – Câmpus Jataí (na época Cefet-GO – Uned/Jataí)

---

<sup>325</sup> Portaria emitida pelo MEC que valida o curso e reconhece para fins de expedição e de registro de diplomas do Curso de Ciências, licenciatura, habilitações em Física e Matemática, dos alunos ingressantes até o ano de 2002. A portaria foi divulgada no Diário Oficial da União (DOU), em 10 de outubro de 2006, n. 195, Seção 1, p. 8.

acabou saindo à frente na criação das licenciaturas, e o Ministério não tinha regulamentação sobre isso, porque tinha uma questão jurídica importante aí, as Escolas Técnicas eram vinculadas na época à SEMTEC (Secretária de Educação Média Técnica e Tecnológica), e os cursos superiores eram vinculados a Sesu. Então, quando da implantação das primeiras licenciaturas, ainda estava internamente no Ministério da Educação uma incógnita, de quem é que jurisdicionaria os cursos superiores nessas instituições, para onde iriam esses cursos? Os cursos de tecnologia, os tecnólogos e a SEMTEC tinham uma estrutura passível de administrá-los, mas os cursos de licenciaturas não, e Jataí saiu à frente. O decreto da possibilidade de criação das licenciaturas dos institutos é de 2000, quando nós iniciamos. Então, quando o Ministério intimou a possibilidade de criação das licenciaturas, Jataí já começou a elaborar o projeto de licenciatura de Ciências, aí o Ministério não autorizou as licenciaturas de Ciências e a gente teve que fazer uma opção que era Ciência com habilitação: Matemática, Química, Física ou Biologia (Entrevistado 17).

Diante dessa situação, após consulta realizada no MEC, a antiga habilitação foi extinta, e o novo curso foi criado e implantado – o de Licenciatura em Física, com 40 vagas disponibilizadas no turno noturno, duração mínima de integralização de oito semestres, com início no 1º semestre de 2003. O curso foi convalidado e autorizado pelo Conselho Diretor do Cefet-GO por meio da Resolução 07/2005, publicada no DOU, em 2 de maio de 2005, e reconhecido pelo MEC pela Portaria 559/2009<sup>326</sup>. Em 20 de setembro de 2010, por meio da Resolução 34 do Conselho Superior do IFG, foi autorizada a alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Física<sup>327</sup>, e passaram a ser ofertadas 60 vagas anuais, com entrada semestral com 30 vagas.

De acordo com os dados apresentados pela tabela 55, a relação candidato/vaga começou com 3,22 em 2001, reduzindo para 1,30 em 2010. O curso de Licenciatura em Física não é um curso que normalmente apresenta demanda elevada, mas uma das razões para a queda da relação/vaga do IFG – Câmpus Jataí se deu em função da UFG/CAJ ter implantado no plano de expansão, em 2007, outro curso de Física, além de estar funcionando uma turma de Física de educação a distância, visando dar formação aos professores da rede estadual que atuavam nessa disciplina de formação superior. Então, Jataí, em 2007, tinha três cursos de Física públicos em funcionamento, o que acarretou a queda na relação candidato/vaga de todos. Isso demonstra a falta de planejamento no setor público. Essa

<sup>326</sup> Essa portaria foi publicada no DOU em 20 de abril de 2009, seção 1, p. 19.

<sup>327</sup> O objetivo principal do curso de Licenciatura em Física é a formação de educadores em Física, com perfil para atuação no ensino de nível médio. Apresenta como meta proporcionar aos graduandos “as condições necessárias para o magistério, tanto do ponto de vista dos conteúdos específicos da física enquanto ciência, como também dos conteúdos e habilidades de cunho educativo/pedagógico, tanto no âmbito teórico quanto experimental” (CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ, 2007, p. 24).

preocupação com o quantitativo de cursos de Física na cidade é pontuado pelo ex-diretor da instituição, assim como a demanda e a evasão,

dentro da área de ciências, o curso de Física é o pior. A gente está com muita dificuldade agora, porque tem o curso de Licenciatura em Física na UFG. Sempre foi muito baixa a procura no nosso curso e agora, para piorar, a evasão está maior do que era antes. Sempre foi grande também a evasão, mas a evasão está bem maior agora. É um curso muito difícil [...] que se você pegar nacionalmente o número de candidatos e o número de evasão, o de candidatos é muito pequeno e o de evasão muito alto (Entrevistado 16).

**Tabela 55** – Relação candidatos/vaga do curso de Licenciatura em Física<sup>328</sup> do IFG – Câmpus Jataí de 2001 a 2010

Ano	Semestre	Número de vagas	Número de inscritos	Relação candidato/vaga
2001	1º	40	129	3,22
2002	1º	40	78	1,95
2003	1º	40	65	1,62
2004	1º	40	61	1,52
2005	1º	40	65	1,62
2006	1º	40	61	1,52
2007	1º	40	50	1,25
2008	1º	40	46	1,15
2009	1º	40	48	1,20
2010	1º	40	52	1,30

Fonte: Centro de Seleção e Coordenação de Registros Acadêmicos e Estudantis do IFG – Câmpus Jataí.

O terceiro curso superior criado na instituição foi o de Engenharia Elétrica. Em 2004, para dar respaldo à proposta de criação do curso de Engenharia Elétrica, o Cefet-GO – Uned/Jataí solicitou uma pesquisa de mercado realizada pela Empresa Júnior do Curso de Administração do Cesut Jataí. Nesta, contemplou-se a indústria regional e os alunos do ensino médio e técnico das escolas públicas e privadas da cidade, que apresentaram resultados<sup>329</sup> que deram incentivo à empreitada. Realizou-se também consulta ao IEL (Instituto Euvaldo Lodi) de Rio Verde, que se posicionou favorável à criação do Curso de Engenharia (CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ, 2006).

<sup>328</sup> Em 2001, o curso era denominado Licenciatura em Ciências.

<sup>329</sup> De acordo com dados coletados na pesquisa, quase 83% das indústrias que se encontram na região de Jataí modernizaram seus processos industriais; 75% estavam contratando mão de obra especializada proveniente das regiões sul e sudeste; 100% das empresas que fizeram parte da pesquisa apoiavam a criação de cursos superiores na área industrial, uma vez que poderá servir de aporte técnico para qualificação e treinamento de seus funcionários; 87% dos alunos entrevistados acham importante a vinda de cursos superiores na área industrial e 43% demonstraram interesse em fazer cursos nesta área (CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ, 2006).



Identificada a necessidade de mudanças, deu-se início à proposta de criação do Curso Superior de Engenharia Elétrica<sup>330</sup> no IFG – Câmpus Jataí, que foi implantado em janeiro de 2006, com duração de cinco anos, com duas entradas previstas via vestibular. Foi autorizado o funcionamento do curso pelo Conselho Diretor do Cefet de Goiás pela Resolução 13/2007<sup>331</sup>, com 40 vagas (semestrais), no turno matutino, iniciando a primeira turma em 2008. A partir de 2009, passou a ofertar 30 vagas (semestrais). A equipe que consta no projeto de implantação é constituída por 18 professores, sendo seis doutores, nove mestres e quatro especialistas (CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ, 2006).

Analisando a relação candidato/vaga do curso desde sua criação, verifica-se que a maior demanda foi de 11,1 em 2010/1, e a menor de 3,48 em 2008/2, mas vale destacar que, em 2008, o número de vagas disponibilizadas era maior, de 40 vagas, conforme dados apresentados na tabela 56.

**Tabela 56** – Relação candidatos/vaga do curso Bacharelado em Engenharia Elétrica do IFG – Câmpus Jataí de 2006 a 2010

Ano	Semestre	Número de vagas	Número de inscritos	Relação candidato/vaga
2008	1º	40	290	7,24
	2º	40	139	3,48
2009	1º	30	317	10,57
	2º	30	183	6,1
2010	1º	30	333	11,1
	2º	30	243	8,1

Fonte: Centro de Seleção e Coordenação de Registros Acadêmicos e Estudantis do IFG – Câmpus Jataí.

Verifica-se que a demanda, no 2º semestre de todos os anos, é inferior ao do 1º semestre, fato esse normalmente esperado, tendo em vista que a conclusão do ensino médio acontece no final do ano e uma parte dos alunos é aprovada no 1º semestre. De forma geral, o que se percebe é uma queda na relação candidato/vaga na maioria dos cursos superiores de Jataí, não só do IFG, nos últimos anos, em função do crescimento de oferta de cursos superiores na cidade. A procura de candidato de outros municípios vem diminuindo, tendo em vista a política de expansão e interiorização de cursos superiores em todo o país e em Goiás.

Em 2012, foi criado o quarto curso superior no IFG – Câmpus Jataí, o curso de Engenharia Civil<sup>332</sup> o curso de pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado Profissional em

<sup>330</sup> O curso tem como objetivo “formar engenheiros eletricitas capacitados a atender às diferentes solicitações profissionais, com uma visão crítica, criativa e inovadora, através de uma sólida formação básica, geral e humanística, associada à sua formação profissional específica” (CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ, 2006, p.11).

<sup>331</sup> Publicada no DOU 213, no dia 6 de novembro de 2007, seção 1, p. 5

<sup>332</sup> De acordo com dados coletados na entrevista 17, “a engenharia civil vem atender a demanda. É a comunidade que veio, solicitou, negociou, chamou o reitor para reuniões, foi a Goiânia, solicitou novamente. Então, tem o

Educação para Ciências e Matemática<sup>333</sup>.

De acordo com dados disponibilizados pelo Relatório de gestão do IFG – Câmpus Jataí (IFG, 2012), apresentados na tabela 57, a instituição, em 2010, disponibilizou para a comunidade um total de 400 vagas (100%), assim distribuídas: 30 vagas na pós-graduação (7,5%), 160 vagas no nível superior (40%), 210 vagas no nível médio (52,5%). Das 160 vagas no nível superior, 40 delas são de licenciatura (10%) e 120 são de bacharelado e tecnologia (30%). Fazendo uma análise do percentual de vagas do IFG – Câmpus Jataí com o que é proposto pela Lei 11.892/2008, a instituição está um pouco acima da proporção estabelecida para acolher a educação profissional técnica em nível médio (52,5%), abaixo da proporção definida para os cursos superiores de graduação e pós-graduação de licenciatura, com ênfase nas áreas de ciências, matemática e educação profissional (17,5%), e no limite com o nível dos cursos superiores de tecnologia, bacharelado e engenharia (30%). Apesar de se tratar de um câmpus pré-extensão (os cursos já tinham sido criados anteriormente à lei) e vinculado a um instituto, a proporção de vagas está de acordo com a lei.

**Tabela 57** – IFG – Câmpus Jataí: Cursos superiores - vagas ofertadas em cursos regulares por processo seletivo (2010)

Nível	Cursos	Vagas ofertadas
SUPERIOR	Licenciatura em Física (vestibular 2010/1)	40
	Bacharelado em Engenharia Elétrica (vestibular 2010/1)	30
	Tecnologia em Sistema de Informação (vestibular 2010/1)	30
	Bacharelado em Engenharia Elétrica (vestibular 2010/2)	30
	Tecnologia em Sistema de Informação (vestibular 2012/2)	30
<b>TOTAL DE VAGAS – NÍVEL SUPERIOR</b>		<b>160</b>

Fonte: Relatório de Gestão do IFG – Câmpus Jataí elaborado pela direção.

Analisando a evolução do número de vagas dos cursos superiores durante o período de 2000 a 2010, do IFG – Câmpus Jataí (Gráfico 4), o que se constata é um crescimento de 166,7%, saindo de 60 vagas em 2000, quando foi criado o curso de Tecnologia em Informática na Modalidade de Sistemas de Informação, atingindo 160 em 2010. Teve expansão de 40 vagas (66,66%) em 2001, com a criação do curso de Licenciatura

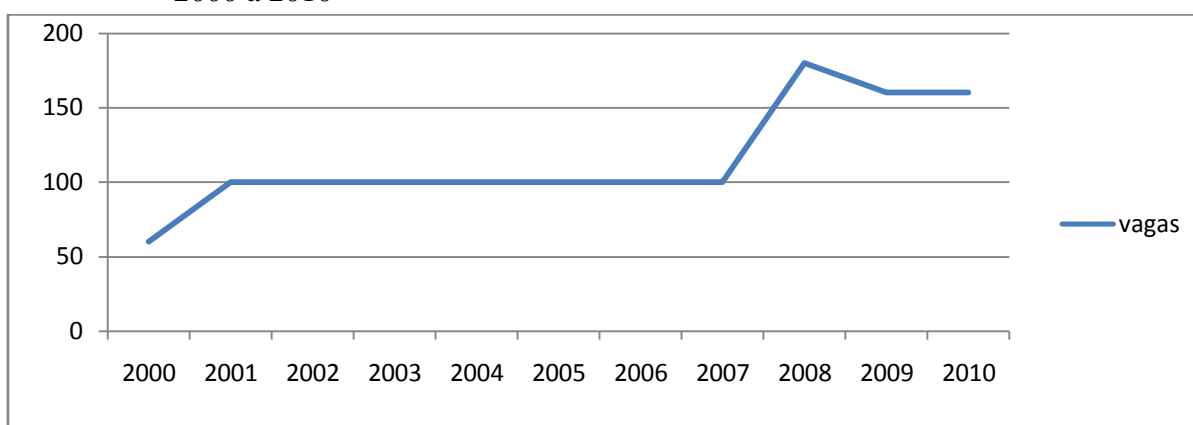
---

empenho muito grande da comunidade na solicitação [...] da engenharia civil e o Instituto resolveu atender, abrindo um espaço diferenciado do que era a definição prévia”. O que merece ser destacado é que o processo para a implantação do curso de Engenharia Civil sucedeu de maneira diferente, com vagas destinadas para contratação de professores e verbas específicas para sua criação, diferente dos cursos superiores criados anteriormente. A primeira turma começou em 2013, com 30 alunos, e a concorrência candidato/vaga no processo seletivo de 2013/1 foi de 22,87, o que demonstra o interesse da comunidade por essa área.

<sup>333</sup> A primeira turma, contendo 20 alunos, iniciou as aulas no dia 9 de agosto de 2012, com duração máxima de 30 meses. No 1º semestre de 2013, aconteceu a seleção para a segunda turma do mestrado.

em Física e de 80 vagas (80%) em 2008, com a criação do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica, e queda de 11,11%, em 2009, em função da redução do número de vagas do curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica.

**Gráfico 4** – IFG – Câmpus Jataí: evolução do quantitativo de vagas dos cursos superiores – 2000 a 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados na Coordenação de Registros Acadêmicos e Estudantis IFG – Câmpus Jataí.

O ingresso dos professores para atuarem na educação superior do IFG – Câmpus Jataí se dá por meio de concurso público, sendo eles efetivos ou substitutos. Para os professores efetivos, o regime de trabalho pode ser de 20 horas, 40 horas ou DE e, para os substitutos, regime de 20 ou 40 horas. Em 2010, a instituição contava com 90 docentes, sendo 69 (76,7%) efetivos e 21 (23,3%) substitutos, de acordo com dados disponibilizados nas tabelas 58 e 59.

Com relação ao regime de trabalho, dos 69 docentes efetivos, 12 (17,4%) são contratados por 40 horas e 57 (82,6%) em regime de dedicação exclusiva. Desse total de docentes efetivos, cinco docentes que representam 7% estavam liberados totalmente para capacitação (mestrado ou doutorado), o que demonstra a política de qualificação profissional da instituição em prol da qualidade de ensino, e um foi liberado em cessão para prefeitura, sem ônus para o IFG. Dos 21 docentes substitutos, 18 (85,7%) eram em regime de 40 horas, o que possibilitou uma participação mais ativa na instituição, e apenas três (14,3%) em regime de 20 horas (Tabela 59).

**Tabela 58** – IFG – Câmpus Jataí: regime de contrato de trabalho e formação dos docentes efetivos – 2010

Regime de trabalho	Níveis de formação					
	Doutorado	Mestrado	Especialista	Graduado	Médio	Total
20 horas	-	-	-	-	-	-
40 horas	01	07	1	03	-	12
DE	07	27	19	04	-	57
Total	08	34	20	07	-	69

Fonte: Relatório de Gestão do IFG – Câmpus Jataí elaborado pela direção.

**Tabela 59** – IFG – Câmpus Jataí: regime de contrato de trabalho e formação dos docentes substitutos/temporários – 2010

Regime de trabalho	Níveis de formação					
	Doutorado	Mestrado	Especialista	Graduado	Médio	Total
20 horas	-	01	-	02	-	03
40 horas	-	05	03	10	-	18
DE	-	-	-	-	-	-
Total	-	06	03	12	-	21

Fonte: Relatório de Gestão do IFG – Câmpus Jataí elaborado pela direção.

Com relação à titulação dos docentes, dos 69 (100%) docentes efetivos, sete (10,1%) são graduados, 20 (29%) são especialistas, 34 (49,3%) são mestres e oito (11,6%) são doutores. Mais da metade (60,9%) dos docentes efetivos possui formação *stricto sensu*, o que possibilita o maior número de pesquisas a ser desenvolvida e apoio aos cursos de especialização e mestrado, além de melhoria na qualidade do ensino nos diferentes níveis. Essa realidade não é constatada no nível de formação dos docentes substitutos que, dos 21 contratados, a maioria (57,1%) é apenas graduado, três (14,3%) são especialistas e seis (28,6%) são mestres.

Ao analisar a relação do número de concluintes por curso, verifica-se que o índice está baixo. Para exemplificar essa afirmação, acompanhe os resultados da análise que se segue. Analisando o curso de Tecnologia em Sistema de Informação, dos 37 alunos ingressantes em 2005/2, oito (21,63%) concluíram em 2008/1 e, dos 30 ingressantes, em 2006/1, 13 (43,33%) concluíram em 2008/2; enquanto o curso de Licenciatura em Física, dos 38 candidatos inscritos em 2005, concluíram 10 (26,32%) em 2008 (Tabela 60 apresenta os dados de concluintes usados na análise).

**Tabela 60** – IFG – Câmpus Jataí: cursos e concluintes nos cursos superiores de 2008-2010

Ano	Cursos	Concluintes <sup>(*)</sup>	
		1º Sem.	2º Sem.
2008	Licenciatura em Física	-	10
	Bacharelado em Engenharia Elétrica <sup>(**)</sup>	-	-
	Tecnologia em Sistema de Informação	8	13
2009	Licenciatura em Física	-	09
	Bacharelado em Engenharia Elétrica	-	-
	Tecnologia em Sistema de Informação	-	13
2010	Licenciatura em Física	-	11
	Bacharelado em Engenharia Elétrica	-	-
	Tecnologia em Sistema de Informação	13	16

**Fonte:** Elaborada pela autora a partir de dados coletados com a direção do IFG – Câmpus Jataí.

<sup>(\*)</sup> Definido como concluintes os alunos que concluíram todas as disciplinas do seu curso.

<sup>(\*\*)</sup> Único ano em que foram ofertadas 80 vagas. Nos anos subsequentes duas entradas semestrais com 30 vagas cada.

Para o ex-diretor da instituição, a consolidação do IFG – Câmpus Jataí se deve, sobretudo, às políticas do MEC e às ações da reitoria em parceria com a direção local e, em outro patamar de importância também basilar, a atuação do poder público e da sociedade civil. No entanto, faz-se necessário uma maior articulação da sociedade política e civil para que as demandas sejam incorporadas e executadas pelas ações institucionais.

A responsabilidade na ação política para consolidação do Câmpus está basicamente vinculada às ações da reitoria, do MEC e da direção local. Em relação ao poder público e à sociedade de Jataí e região, há momentos de maior e outros de menor participação, mas que são fundamentais na consolidação do Câmpus. Vejo, porém, a necessidade de uma aproximação maior das lideranças políticas e representantes da sociedade organizada para uma melhor inserção das ações institucionais e as demandas da sociedade, o que pode ser construído por meio de conselhos institucionais em que participem representantes da comunidade (Entrevistado 16).

Na entrevista, o ex-diretor destaca a importância do reitor do IFG para a consolidação do Câmpus Jataí, pois a instituição não estava contemplada no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, proposta no governo Lula, pois já tinha sido criado anteriormente. Como o Câmpus Jataí é anterior à expansão, ele não recebeu verba nesse plano. Então, quem conseguiu articular junto ao Setec/MEC recursos para a construção da nova unidade em Jataí (iniciada em 2008) foi o Reitor Paulo César Pereira. Nos anos de 2010 e 2011, a Setec/MEC destinou recursos para melhoria das instalações e aquisições de equipamentos para os câmpus da pré-expansão (como o caso de Jataí).

Em relação à criação não interferiu muito a política do governo federal não, mas em relação à consolidação, a ter a expansão do Câmpus, sim, porque essa construção que você está vendo não está prevista no Plano de Expansão do governo Lula não! Mas, como foi feita uma expansão da rede federal, o reitor falou assim: Tem um câmpus de pré-expansão em Jataí que está muito desigual dos outros câmpus, porque você chega aos outros câmpus tudo novinho, bonitinho, arrumadinho, está muito desigual, a diferença é muito grande. Aí foi liberado o recurso financeiro, meio que pingado, mas foi liberado um recurso financeiro para construção. Então essa construção nova é toda mérito do reitor. Se o reitor não tivesse essa visão que ele tem, não teria esse investimento, mas foram dados pela Secretaria de Educação, Profissional e Tecnológica, recursos para melhoria dos ambientes dos câmpus antigos.

[...] mas, volto a repetir. Sem dúvida, se não fosse a visão do reitor, que tem essa preocupação em ser o mais igualitário, principalmente com o câmpus do interior, eu acho que teria muito pouco impacto. Não teve nenhuma política para as escolas de pré-expansão. Para não falar nenhuma, a gente teve uma verba de reestruturação e reorganização dos espaços físicos, como se fosse uma reforma no ensino, então a gente teve isso a mais. Mas o que o reitor fez foi colocar praticamente todos os institutos, todos os câmpus num mesmo patamar. Olha, se vai ter câmpus novo, construções novas em todos os câmpus, Jataí também vai ter; se vai ter equipamentos novos em todos os câmpus, Jataí também vai ter; se vai ter mobiliários novos para todos os câmpus, Jataí também vai ter, então, assim, é uma política da reitoria. (Entrevistado 16).

Nesse contexto, pode-se dizer que o Plano de Expansão repercutiu no IFG – Câmpus Jataí porque, nesse processo, a instituição conseguiu um redimensionamento, aumentando-se o quadro de vagas e criando-se novos cursos. Assim, os cursos de Engenharia Elétrica e o de Engenharia Civil vêm na retaguarda desse processo de expansão, mesmo não sendo um câmpus do plano de expansão (Entrevistado 16).

Os problemas vivenciados pela instituição que dificultam o seu crescimento, citados pelos sujeitos entrevistados, são: limitação de recursos humanos, restrição de recursos financeiros<sup>334</sup>, a visão que a sociedade tem dos cursos técnicos, a baixa remuneração e a desvalorização dos professores, a baixa procura pelos cursos e a falta de conhecimento do histórico da instituição do novo grupo contratado, que critica a falta de estrutura adequada.

Os grandes desafios do IFG – Câmpus Jataí para os próximos anos consistem em fortalecer os cursos já implantados, tornando-os cursos de excelência, bem avaliados no Enade e, principalmente, procurar manter o entendimento de tratamento diferenciado da reitoria, tendo em vista as regras estabelecidas para a criação dos novos câmpus dos institutos federais, visto que a instituição foi criada antes da expansão.

<sup>334</sup> O ex-diretor afirma que, apesar de “nós estarmos passando pelo melhor momento de toda a existência do Câmpus, como existe também uma série de ações, de investimento em obras, como a gente está construindo um novo espaço, melhoria de laboratórios, eles [recursos financeiros] não são suficientes para tudo isso que esta sendo planejado e acontecendo” (Entrevistado 16).

Após investigar sobre a expansão e os problemas vivenciados pela instituição que dificultaram seu crescimento, questionou-se os entrevistados do IFG – Câmpus Jataí para a justificativa da expansão do ensino superior público ter sido maior do que do privado em Jataí. A explicação dada se pautou na “reestruturação das políticas públicas para redimensionamento da educação pública no Brasil” (Entrevistado 17). Seguindo essa linha de raciocínio, o ex-diretor afirma:

Como o governo atual está investindo muito em educação pública, eu acho que reduziu o espaço para as instituições privadas em Jataí. [...] existia até uma expectativa muito grande dos cursos privados, mas [...] foi um pouco frustrado. Ele declinou-se pelo investimento atual que a gente tem nos cursos públicos em Jataí. Particularmente a universidade [CAJ/UFG], sei lá, triplicou, quadriplicou o número de vezes que ela cresceu, foi muito grande, o Instituto Federal [Câmpus Jataí] também criou cursos, veio a Universidade Estadual [UEG – UnU Jataí], então acabou frustrando, ou comprometendo um pouco esse crescimento que se esperava para o ensino privado. Eu acho que ele tem espaço ainda, mas não da forma que acreditava-se que ia crescer... (Entrevistado 16).

Os Planos de Expansão Federal das universidades e da educação profissional, científica e tecnológica dos últimos governos (FHC e Lula), de certa forma inibiram a criação de novas faculdades e centros particulares em Jataí, bem como a expansão de cursos e de matrículas, acarretando a retração do processo de expansão das IES privadas.

#### 4.4 CESUT: CONSOLIDAÇÃO E DISPUTA PELA MANTENÇA DOS CURSOS

O histórico da criação do Cesut foi apresentado no capítulo anterior e, neste, serão expostos os embates acerca de sua mantenedora, sua consolidação e as razões que dificultaram a sua expansão.

##### 4.4.1 Disputa pela manutenção dos cursos

Segundo a análise documental realizada durante a pesquisa, o que se verifica é que, na verdade, o que existiu foi uma engenharia jurídica utilizada para que a AJE conseguisse autorização de funcionamento dos cursos do Cesut e usou a FEJ para tal. O Cesut usou um dispositivo jurídico para burlar a legislação e não tramitar no sistema federal, assim como outras fundações do estado de Goiás (DOURADO, 1997, 2001a).

Por ocasião do reconhecimento dos cursos de Direito e de Administração de Empresas do Cesut, em 1991, tiveram início os embates pela manutenção. Os cursos de Direito e Administração do Cesut foram reconhecidos pela Portarias Ministeriais do MEC 807 e 808, de 21 de maio de 1991, tendo a FEJ como mantenedora.

A AJE, diante de tal fato, ingressou com exame de matéria e saiu no DOU, em 21 de agosto 1991, a retificação do MEC das referidas portarias, passando a AJE a ser mantenedora dos cursos do Cesut. “Nas Portarias nºs 807 e 808, de 21.05.91, publicadas no Diário Oficial de 24.05.91, págs. 9853, onde se lê: Fundação Educacional de Jataí, leia-se: Associação Jataiense de Educação” (BRASIL, MEC, DOU, 1991, p. 17090).

A AJE ficou com a manutenção dos cursos do Cesut durante um breve período, por menos de 4 meses. Em 12 de dezembro de 1991, o Ministro de Estado da Educação tornou sem efeito a retificação de 21/08/1991, restabelecendo o *status* de mantenedora do Cesut à FEJ.

[...] o Ministro de Estado da educação resolve tornar sem efeito a retificação publicada no Diário Oficial de 21 de agosto de 1991, restabelecendo-se os efeitos das Portarias Números 807 e 808, de 21 de maio de 1991, publicadas no Diário Oficial de 24 de maio de 1991 (BRASIL, MEC, DOU, 1991, p. 28711).

Foi um período conturbado, de incerteza, de diferentes manifestações sociais que que se divergiam quanto à opinião de quem era de direito os cursos do Cesut.

Em 30 de novembro de 1992, a AJE impetrou Mandato de Segurança 1.439-DF/STJ (92.0000025-8), no qual indispôs a retificação que restabelecia a manutenção da FEJ dos cursos de Direito e Administração do Cesut; em 23 de novembro de 1993, o mandato foi negado pelo Egrégio Tribunal, publicado no DOU, em 13 de dezembro de 1993.

Para colher informações a respeito da situação da manutenção do Cesut, foram enviadas para Jataí, nos dias 5 e 6 de julho de 1995, duas técnicas em Assuntos Educacionais da Delegacia do Ministério da Educação e do Desporto de Goiás (Demec-GO) que, após estudo e análise dos dados coletados, constatou a natureza ambígua do Cesut. A natureza ambígua da instituição se caracteriza pelo fato de a AJE ser a mantenedora de fato, pois administra o Cesut, e a FEJ ser a mantenedora de direito, detentora dos direitos dos cursos. Esse quadro ambíguo motivou as técnicas do Demec-GO a sugerirem que a PMJ encaminhasse o levantamento feito em Jataí à Sesu/MEC e à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Goiás, para que tomassem conhecimento e providências no sentido de definir a



qual âmbito de sistema de ensino a instituição pertencia, tendo em vista que não cabia a elas supervisionar o Cesut (BRASIL, DEMEC-GO, Levantamento Cronológico ..., 1995).

Em 24 de julho de 1996, foi publicada no DOU a instalação da abertura de inquérito por determinação da Secretaria de Educação Superior-MEC, que ocorreu nas instalações do Cesut em 13 de agosto de 1996 para apurar as irregularidades apontadas pelos técnicos da Demec-GO, quando várias pessoas foram ouvidas.

Depois de obtidos os depoimentos de testemunhas e pessoas envolvidas no processo, a conclusão apresentada pela comissão responsável em apurar irregularidades no Cesut, levantadas por técnicos da Demec-GO em julho de 1995, na cidade de Jataí, foi:

Na verdade, essa Instituição de Ensino Superior do Estado de Goiás, **burlou a lei**, quando, por injunções políticas, obteve uma norma municipal capaz de legalizar um propósito empresarial não confessado. O centro de Ensino Superior de Jataí não é mantido pela Fundação criada para esse fim. É administrado por uma associação de pessoas que não reúne autenticidade para manter um estabelecimento de graduação em nível superior autorizado pelo Poder Público (BRASIL, MEC, Sesu, Informação 088, 1997, p. 2, grifo nosso).

A Sesu, por meio da informação 088/1997, recomendou que o MEC deveria “cessar o reconhecimento dos cursos ministrados pelo Centro de Ensino Superior de Jataí, bem como suspender a realização dos concursos vestibulares para admissão de novos alunos, até a regularização da situação legal da referida entidade”, e que o processo 14808846 fosse encaminhado ao CEE do Estado de Goiás, cuja sugestão foi prontamente atendida (BRASIL, MEC, Sesu, Informação 088, 1997, p. 2). O CEE aprovou o Parecer 764 em 06/05/97, com a conclusão de que a mantenedora dos cursos do Cesut de direito é a FEJ e, para isso, tornou-se necessário revogar: as Leis Municipais 1.133/1985, que firmam convênio do poder executivo com o Cesut, tendo erroneamente a Fundação ligada à AJE, e a Lei 1.721/1994, que permite o uso de bens municipais pelo Cesut-AJE. Após a revogação das leis, concretizada pela Lei 2.012/1998, automaticamente o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais firmado entre a FEJ e AJE, em 14/11/84, ficou rescindido<sup>335</sup>.

A Secretaria da Educação e Cultura de Goiás, após análise do processo, por meio da Portaria 2828/1997, resolveu convalidar a recomendação feita pelo Sesu ao MEC e suspendeu por tempo indeterminado os vestibulares dos cursos ministrados pelo Cesut; concedeu o prazo de 90 dias para que se definisse e legalizasse uma única mantenedora dos

---

<sup>335</sup> Novo contrato só foi firmado em 30 de abril de 2002, quando se encerrou a disputa pela manutenção dos cursos do Cesut.

cursos de Direito e Administração e determinou como causa de cassação o reconhecimento dos cursos e o não cumprimento das determinações da portaria (GOIÁS, Portaria 2828, 1997). Apesar de o vestibular ter sido suspenso pela Secretaria da Educação e Cultura de Goiás, o Cesut convocou e fez o Concurso Vestibular (GOIÁS, Parecer AJUR 008, 1999).

Em função dessas ocorrências e do impasse entre a FEJ e a AJE, ambas reclamando sobre a manutenção do Cesut, suscitou-se reação da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, que decretou a intervenção no Cesut pela Portaria 3.847-A, de 29/06/1999, e nomeou o interventor Ismael da Silva Bizuca, pela Portaria 4.023, de 10/07/1999, com o prazo de seis meses para apresentar os resultados.

A intervenção no Cesut provocou reação. Em 1999, os servidores da AJE divulgaram, na comunidade acadêmica e na sociedade, um manifesto contendo os resultados da reunião realizada em 21/09/1999, no auditório da instituição, com a finalidade de avaliar as medidas tomadas pelo interventor, peculiarmente no que diz respeito ao afastamento e à substituição dos servidores. O documento relata que os servidores decidiram em mobilização,

Suspender a continuidade das aulas dos cursos de Direito e Administração de Empresas, condicionando o retorno às mesmas:

- 1)- ao regresso daqueles servidores afastados que não desempenham responsabilidade administrativas direta e, ainda,
- 2)- que seja facultado pelo Sr. Interventor, que o diretor afastado possa acompanhar diuturnamente os trabalhos desempenhados sob sua coordenação.
- 3)- à garantia formal de que não haverá afastamento de outros servidores, senão por ingerência desmotivada e comprovada incapacidade laboral, até que sobrevenha a solução definitiva acerca da mantenedora dos cursos (COMISSÃO DOS SERVIDORES DA AJE, 1999).

Essa atitude dos servidores chamou a atenção da sociedade para o problema da ambiguidade jurídica dos cursos do Cesut. Em 26/10/1999, foi realizado Plebiscito no Cesut para verificar a vontade do corpo discente (dos cursos de Direito e Administração) da instituição em relação ao final do impasse quanto à duplicidade de mantenedora dos cursos. Efetivada a apuração, o resultado foi que os cursos deveriam ficar sob a manutenção da AJE, e não da FEJ (CESUT, 1999).

Segundo atas da FEJ apresentadas na tabela 61, a questão da manutenção dos cursos do Cesut foi amplamente discutida em reuniões durante os anos de 1995 a 2002, sendo realizadas ao todo 54 reuniões pela FEJ em diferentes instâncias, procurando uma solução definitiva para a manutenção dos cursos do Cesut.

**Tabela 61** – Atas da FEJ que tratam da manutenção dos cursos do Cesut de 1995 a 2002

Ano	Número das atas	Total
1995	50	1
1996	57 a 59, 62 a 71, 73 a 79, 81	21
1997	99 a 104, 106 a 108	9
1998	-	-
1999	119, 121, 123 a 125, 127 a 129	8
2000	132 a 134, 136	4
2001	146 a 150, 153, 154	7
2002	155 a 158	4
<b>Total</b>		<b>54</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados dos Livros de atas nº 1 e 2 da FEJ.

Após análise da matéria, a Assessoria Jurídica da Secretaria de Educação do Estado de Goiás emitiu seu Parecer 008/1999, no qual concluiu:

3.1 A Fundação Educacional é a legítima mantenedora dos cursos de Direito e Administração de Jataí;

3.2 A Fundação é municipal, faz parte do Sistema Estadual de Educação, portanto, deve ser acompanhado, fiscalizado e avaliado pelo Conselho Estadual de Educação nos termos dos arts. 10 e 17 da Lei nº 9.394/96, e art. 14 da Lei Complementar nº 26/98 (BRASIL, MEC, Sesu, Informação 30, 1999, p. 2).

Depois de conturbada luta de interesses, inclusive em instância jurídica (Ação de Manutenção de Posse, processo 199902031120, que deu origem à Apelação civil nº 200002057942), como dito anteriormente, a FEJ e a AJE (re)ratificaram o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, em 25 de março de 2002, com a vigência até 30 de abril de 2022 (FEJ, Instrumento de Transação, 2002). Com esse contrato, a AJE continuaria explorando por mais 20 anos os cursos de Direito e Administração do Cesut que, no aspecto legal, são da FEJ.

A despeito dos embates efetivados no âmbito legal, isso não acarretou mudanças no cotidiano do Cesut, que prosseguiu desenvolvendo suas atividades como “uma entidade com natureza ambígua e caráter privado” (DOURADO, 1997, p. 175).

A partir do novo contrato Instrumento de Transação (FEJ, 2002) –, alguns pontos merecem ser destacados. Com relação à criação de novos cursos, tanto a AJE como a FEJ passaram a ter liberdade de solicitar individualmente, mediante processo, autorização para a criação de novos cursos (cláusula 2ª, §2º). Com essa cláusula, a FEJ deixou de se responsabilizar pelos atos normativos de funcionamento, expansão e aperfeiçoamento dos cursos de Direito e Administração do Cesut, e a AJE passou a ter maior autonomia. Essa autonomia não é total, pois a administração pedagógica ainda se mantém compartilhada com a

FEJ, e criou-se o Conselho Consultivo e Deliberativo, que tem como função: “planejar, deliberar, supervisionar e fiscalizar as atividades pedagógicas dos Cursos de Direito e Administração ministrados pelo Centro de Ensino Superior de Jataí, além de outras que forem definidas no regimento interno desse Conselho” (FEJ, Instrumento de Transação, 2002, p. 2). Segundo Adelino, essa função de supervisionar e fiscalizar as atividades pedagógicas dos cursos do Cesut a FEJ nunca exerceu, ficou “só no papel [...] eles não deixavam nós [FEJ] entrarmos lá [Cesut] no meu tempo [...]” (Entrevistado 1).

Outro ponto que merece ser destacado está relacionado a despesas e receitas. Não é previsto que a FEJ tenha despesas de funcionamento com os cursos do Cesut, que são de inteira responsabilidade da AJE, podendo a diretoria da Fundação determinar, mediante requerimento da AJE, custear algum gasto (cláusula 2ª, §6º); e a AJE deverá repassar à FEJ 10% da importância recolhida com as inscrições do processo seletivo do vestibular, além de um valor mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), reajustados no mesmo índice do aumento das mensalidades (cláusula 2ª, §6º) (FEJ, Instrumento de Transação, 2002). Esse repasse da AJE para a FEJ funciona como pagamento do aluguel do prédio, onde estão instalados os cursos do Cesut, que é de propriedade da Fundação.

#### 4.4.2 Caracterização do Cesut

Em se tratando de uma faculdade, suas atividades se pautam basicamente no ensino (graduação e pós-graduação *lato sensu*) e em alguns projetos de extensão, não desenvolvendo pesquisa.

Como já explicitado, desde 1985, foram implantados os cursos de bacharelado em Direito e Administração de Empresas. O Cesut realiza dois vestibulares por ano, um com entrada no 1º semestre, e outro no 2º semestre letivo. A primeira turma de ambos os cursos concluiu, no 2º semestre de 1988 e, até 2012, se formaram 49 turmas de cada.

O curso de Administração<sup>336</sup> funciona em regime semestral seriado, no turno noturno, com carga horária total de 3.520 horas, sendo 300 horas de estágio supervisionado e 160 horas de atividades programáveis e complementares de operacionalização de mediações, de estratégias e técnicas de Administração de Empresas, a serem integralizadas em oito

---

<sup>336</sup> O curso de Administração tem por objetivo preparar “o profissional para organizar setores e dirigir empresas, atuando em áreas com finanças, recursos humanos, vendas e marketing, assessoria e consultoria em administração organizacional, tornando assim um campo de trabalho bem diversificado, tendo espaço em todas as regiões do país e em empresas dos mais diversos setores, como: privadas ou públicas, hospitais, fábricas, indústrias, escolas, comércio pela internet, empresas multinacionais e até mesmo ONGs” (CESUT, site 2013).

semestres letivos. São disponibilizadas anualmente 120 vagas, em ingresso semestral de 60 vagas (CESUT, PPC, 2011).

O curso de Direito<sup>337</sup> trabalha em regime semestral seriado, no turno noturno, com matriz curricular implementada no 1º semestre de 2009, que define 4.468 horas, sendo 3.808 horas em disciplinas, 360 horas em estágio e 180 horas de atividades complementares, a serem integralizadas em oito semestres letivos. As 4.468 horas a serem integralizadas estão organizadas em três eixos de formação: Fundamental, Profissional e Prática, considerando a legislação vigente, a Resolução CNE/CES 09/2004 (CESUT, PPC, 2010). São disponibilizadas anualmente 120 vagas, em ingresso semestral de 60 vagas.

O Cesut, além dos cursos de bacharelado, também disponibiliza para a comunidade cursos de pós-graduação (*lato sensu*) em Direito. “Já foram ministrados cursos em diversas áreas jurídicas, tais como direito penal, processual penal, civil, processual civil, trabalhista, processual trabalhista, tributário, gestão e planejamento municipal” (CESUT, PPC, 2010, p. 53). Em 2013 são ofertados dois cursos de pós-graduação *lato sensu*, sendo Direito Processual e Gestão de Pessoas e Marketing.

Dentre as atividades de extensão desenvolvidas pela instituição, foram destacados pelo diretor geral (Entrevistado 12) e pelo diretor pedagógico e professor (Entrevistado 13) o Núcleo de Prática Forense<sup>338</sup>, o Projeto Direito Solidário<sup>339</sup>, o Programa Resumo Jurídico<sup>340</sup> e o Projeto Inclusão Digital para a Terceira Idade<sup>341</sup>.

---

<sup>337</sup> O Bacharel em Direito é “responsável pela aplicação da Justiça na sociedade. Esse profissional pode advogar ou seguir carreira jurídica. Como advogado, representa e defende o cliente e seus interesses em qualquer instância, juízo ou tribunal, podendo ser um cliente pessoa física, jurídica e ainda empresas públicas, atuam também com assessoria ou consultoria jurídica em empresas públicas ou privadas. Se optar pela carreira jurídica, pode tornar-se delegado de polícia, juiz de Direito, promotor, procurador de justiça e advogado público” (CESUT, site 2013).

<sup>338</sup> O projeto Núcleo de Prática Forense foi criado há mais de 18 anos, e o escritório modelo está instalado dentro do Fórum de Jataí. Os acadêmicos selecionados do 5º ao 10º curso período do curso de direito, sob orientação de professores, realizam todo o trabalho de um advogado, atendendo clientes, buscando soluções para os casos, elaborando petições, acordos, acompanhando processos, participando de audiências, praticando a justiça gratuita da Comarca de Jataí nas áreas cível e criminal (CESUT, PPC, 2010). A extensão beneficia tanto os alunos que desenvolvem a prática jurídica como a população carente que pode contar com serviços advocatícios de forma gratuita.

<sup>339</sup> Trata-se de um projeto onde os alunos do Direito, no domingo, atendem a população carente em algum bairro previamente selecionado, esclarecendo dúvidas, orientando como deve agir e encaminhando ao Núcleo de Prática Forense, se necessário (CESUT, PPC, 2010).

<sup>340</sup> O Programa Resumo Jurídico é realizado todas as semanas, aos domingos, com duração de 30 minutos, com a finalidade de apresentar aos ouvintes da Rádio Kativa FM temas atuais que estão sendo debatidos no Legislativo, Executivo e Judiciário, com o objetivo de suprir a falta de conhecimento de algumas pessoas que não conhecem seus direitos e deveres (CESUT, PPC, 2010). Os programas são elaborados pelos acadêmicos e contam com a participação de professores, advogados, juízes, promotores, delegados e pessoas ligadas com a área jurídica.

<sup>341</sup> Projeto desenvolvido conjuntamente pelos alunos dos cursos de Direito e Administração, aos sábados, no turno vespertino, durante uma hora, no laboratório de informática do Cesut, com o objetivo de colocar os idosos em contato com o mundo da informação, via informática.

Segundo o diretor geral, o Cesut tem procurado cumprir seu papel social, abrindo suas portas para dar orientação para as pessoas da comunidade com relação aos seus problemas. Estes podem ser resolvidos na esfera judicial por meio dos projetos de extensão – Núcleo de Prática Forense, junto ao Fórum de Jataí, e com o projeto Direito Solidário, implantados desde 1988. Exercitando assistência jurídica na Comarca de Jataí, “mais de 600 feitos foram protocolados nos mais diversos campos do Direito, isso sem falar das inúmeras composições amigáveis que diariamente são realizadas pelos estagiários” (Entrevistado 12).

O Núcleo de Prática Forense e o Direito Solidário na verdade são projetos que estão previstos no PPC do curso de Direito, como atividades de extensão, que têm por objetivo colaborar “para o desenvolvimento, no aluno, do espírito humanístico, da responsabilidade social, incentivando-os sempre a realizar justiça, o que, de resto, é o principal objetivo do direito” (CESUT, PPC, 2010, p. 51).

Para ponderar sobre as questões relacionadas ao vínculo empregatício dos docentes da instituição, procedeu-se à leitura do regimento interno do Cesut para verificar como se dá a seleção do professor. De acordo com o Regimento Interno, título V, cap, I, art. 62,

A seleção de professor é feita pelo Colegiado de Curso e homologada pelo Diretor, observados os seguintes critérios:

I – além da idoneidade moral do candidato, ainda serão considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais relacionados com a matéria a ser por ele lecionada e,

II – constitui requisito básico o diploma de pós-graduação correspondente ao curso e que inclua em grau não inferior de complexidade, matéria idêntica ou afim aquela a ser lecionada.

A instituição, no regimento interno, não prevê prova didática, ficando a seleção baseada no *curriculum vitae* do candidato. Segundo informações repassadas pelo diretor geral e pelo diretor pedagógico (Entrevistados 12 e 13), do ano de 2013, nos últimos anos, apesar de o regimento não prever prova de seleção para contratação dos docentes, a coordenação de cada curso constitui uma banca e submete o candidato à vaga de professor a ministrar uma aula, para observar domínio de conteúdo e, principalmente, a didática, o que tem evitado maiores problemas (desistência do professor no meio do semestre e reclamações de alunos). Todos os contratos de professores são temporários, sendo os três coordenadores (geral, do curso de administração e do curso de direito) em regime de DE, e os demais professores são horistas. O regime de trabalho adotado na instituição de horista se constitui em uma dimensão intraescolar que interfere na qualidade da educação, pois, como os docentes recebem por aula

dada, os que assumem carga horária pequena recebem salários baixos. Isso acarreta rotatividade, ou, então, para compensar a remuneração, avocam carga de aula elevada, se dedicando estritamente ao ensino. Tanto a rotatividade dos professores quanto a sobrecarga de aula são fatores que contribuem para os escassos projetos de extensão e a inexistência de pesquisa, sendo desenvolvidos na instituição.

Com relação à titulação dos docentes, a tabela 62 mostra os dados dos cursos de Administração e Direito do Cesut no ano de 2010. Verifica-se que não há nenhum professor apenas graduado, atendendo o inciso II, do art. 62, correspondente ao curso. A maioria dos professores é especialista e, na instituição, há apenas um doutor que atua no curso de Administração.

Dos 24 docentes contratados para o curso de Administração, em 2010, 16 (66,7%) eram especialistas, sete (29,1%) mestres e um (4,2%) doutor; e, dos 28 docentes do curso de Direito, 20 (71,4%) eram especialistas e oito (28,6%) eram mestres.

**Tabela 62** – Cesut: titulação dos docentes do curso de Administração e Direito em 2010

<b>Curso</b> \ <b>Formação</b>	<b>Graduado</b>	<b>Especialista</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Total</b>
Administração	-	16	7	1	24
Direito	-	20	8	-	28

Fonte: Secretaria Acadêmica do Cesut.

Comparando a proporção de mestres e doutores de ambos os cursos em 2010, pode-se afirmar que a titulação do curso de Administração se encontra melhor. Apesar de não constar no regimento interno do Cesut, a instituição tem apoiado a formação dos docentes, repassando uma pequena ajuda de custo aos professores que estão fazendo mestrado e doutorado, informado pelo diretor geral, do ano de 2013:

Nós temos uma participação efetiva na formação dos nossos professores. [...] Hoje a gente participa com uma cota, não é expressiva, mas é o que a gente pode fazer. O professor nosso que vai para o mestrado ou para o doutorado nós contribuimos com 400,00 reais por mês durante o tempo todo que ele está cursando a pós (Entrevistado 12).

Por meio dos dados apresentados nas tabelas 63 e 64 que apresentam o número de vagas disponibilizadas, os inscritos no processo seletivo, a relação candidato/vaga, as matrículas efetuadas, as vagas ociosas e os concluintes, durante o período de 1991 a 2010, de cada curso, é possível proceder uma série de análises.

Ao ponderar sobre a relação candidatos/vaga de ambos os cursos (Tabelas 63 e 64), percebe-se que a demanda pelo curso de Direito é superior ao do curso de Administração em todos os anos do período em estudo, sendo considerado pelo proprietário como o “carro chefe” da instituição (Entrevistado 12).

Em 1991, a relação candidato/vaga do curso de Administração era 1,3, caindo para 0,4, em 2010. A demanda pelo curso varia ao longo dos anos, apresentando a maior relação candidato/vaga em 1995, quando atingiu 1,9, e a menor de 0,3, em 2008 e 2009. O curso de Direito apresentou 2,2 na relação candidato/vaga em 1991, caindo para 1,6 em 2010. A maior demanda aconteceu em 1997, quando atingiu 6,6, e o índice se manteve elevado na faixa de 5,0 até 2001, quando começou a cair, sendo a menor demanda de 1,2 em 2008.

A queda da relação candidato/vaga no Cesut, principalmente a partir de 2005, pode ser explicada devido à criação de novos cursos no CAJ/UFG (da adesão ao Plano de Expansão e o Reuni), na UEG – UnU de Jataí (2006) e no IFG – Câmpus Jataí, pois os candidatos passaram a ter um leque maior de opção de cursos superiores públicos.

Procedendo à apreciação dos dados da tabela 63 referentes às matrículas do curso de Administração, observa-se que, durante os anos de 1991 a 2010, as vagas ofertadas nunca foram preenchidas, ficando sempre uma porcentagem ociosa. Em 1991, ocorreram apenas 57 matrículas, que corresponderam a 47,5% da vagas preenchidas, ficando mais da metade ociosas (52,5%). Em 2010, a situação se agravou ainda mais. Apenas 27 candidatos efetuaram matrícula, que corresponde a 22,5% da vagas, ficando 77,5% ociosas, o que preocupa a gestão. Além da concorrência de vários cursos públicos existentes na cidade, outro fator que pode ser levado em consideração é a dificuldade financeira para manter as mensalidades do curso.

A instituição, procurando facilitar a permanência do estudante até sua conclusão, tem realizado parcerias com a Organização das Voluntárias de Goiás (Bolsa Universitária) e a Fundação Educacional, ambas com a política de meia bolsa, com o Exército (que se estende aos militares e familiares de primeiro grau) com bolsa de 30%, além de vários convênios com empresas privadas e órgãos públicos de estagiários que recebem bolsas integrais (Entrevistado 13).



**Tabela 63** – Cesut: curso de Administração, vagas, inscritos, candidato/vaga, matrículas, vagas ociosas e concluintes – 1991-2010

Ano	Administração							
	Vagas	Inscritos	Candidato/vaga	Matrículas	%	Vagas ociosas	%	Concluintes
1991	120	155	1,3	57	47,5	63	52,5	14
1992	120	149	1,2	56	46,7	64	53,3	37
1993	120	193	1,6	37	30,8	83	69,2	35
1994	120	113	0,9	47	39,2	73	60,8	22
1995	120	231	1,9	54	45,0	66	55,0	16
1996	120	137	1,1	68	56,7	52	43,3	22
1997	120	110	0,9	64	53,3	56	46,7	33
1998	120	197	1,6	37	30,8	83	69,2	43
1999	120	118	1,0	36	30,0	84	70,0	48
2000	120	107	0,9	53	44,2	67	55,8	35
2001	120	154	1,3	53	44,2	67	55,8	36
2002	120	159	1,3	57	47,5	63	52,5	33
2003	120	129	1,1	75	62,5	45	37,5	39
2004	120	134	1,1	120	100	-	-	32
2005	120	93	0,8	90	75,0	30	70,0	32
2006	120	76	0,6	72	60,0	48	40,0	47
2007	120	66	0,5	54	45,0	66	55,0	29
2008	120	39	0,3	24	20,0	96	80,0	46
2009	120	32	0,3	42	35,0	78	65,0	38
2010	120	50	0,4	27	22,5	93	77,5	19

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Secretaria Acadêmica do Cesut.

Analisando os da tabela 64 com relação às matrículas do curso de Direito, observa-se que, durante o período estudado, 1991-2010, as vagas ofertadas foram preenchidas, com exceção do ano de 2010, que ficou com 11 vagas ociosas, o que corresponde a 9,2%.

Com relação ao número de concluintes de ambos os cursos, o que ocorre é uma variação no quantitativo durante o período analisado, sendo que, em 2010, no curso de Administração, houve apenas 19 concluintes, que representa 15,8% e, do Direito, 64 (53,3%). Investigação voltada à análise dessa problemática é fundamental para a gestão da instituição.

Pode-se afirmar que são vários os fatores que dificultaram a expansão do Cesut, dentre eles, segundo o diretor geral, o principal foi: “essa amarra, a Fundação Educacional” (Entrevistado 12). Até 1999, a relação da FEJ com a AJE era tranquila, depois surgiram conflitos gerados pela batalha de interesses pela manutenção dos cursos de Direito e Administração, que começou em 1999 e se findou em 2002. “Já se passaram desta crise cerca de 12 anos, e nesses 12 anos a Associação Jataiense de Educação não conseguiu retomar os cursos, e o processo de expansão ficou absolutamente travado” (Entrevistado 12). Nesse

molde que está criado o Cesut, vinculado à fundação, continuou falando o diretor geral, “não existe possibilidade de abrir novos cursos” (Entrevistado 12).

**Tabela 64** – Cesut: Curso de Direito, vagas, inscritos, candidato/vaga, matrículas, vagas ociosas e concluintes – 1991-2010

Ano	Direito							
	Vagas	Inscritos	Candidato/vaga	Matrículas	%	Vagas Ociosas	%	Concluintes
1991	120	262	2,2	120	100	0	0	58
1992	120	240	2,0	120	100	0	0	69
1993	120	383	3,2	120	100	0	0	82
1994	120	284	2,4	120	100	0	0	62
1995	120	370	3,1	120	100	0	0	92
1996	120	390	3,2	120	100	0	0	77
1997	120	790	6,6	120	100	0	0	69
1998	120	626	5,2	120	100	0	0	101
1999	120	606	5,0	120	100	0	0	89
2000	120	604	5,0	120	100	0	0	85
2001	120	618	5,1	120	100	0	0	45
2002	120	446	3,7	120	100	0	0	54
2003	120	445	3,7	120	100	0	0	96
2004	120	363	3,0	120	100	0	0	70
2005	120	312	2,6	120	100	0	0	74
2006	120	315	2,6	120	100	0	0	57
2007	120	195	1,6	120	100	0	0	50
2008	120	144	1,2	120	100	0	0	51
2009	120	155	1,3	120	100	0	0	68
2010	120	197	1,6	109	90,8	11	9,2	64

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Secretaria Acadêmica do Cesut.

Outro fator que dificulta a expansão do Cesut é que, da forma como foi criada e se encontra a natureza pública e o caráter privado (ambiguidade jurídica), a instituição não pode se atrelar a programas de governo voltados para o ensino superior, como Prouni e Fies. Esses programas disponibilizam diretamente bolsas e financiamento para os estudantes, e a instituição permuta o valor da bolsa com o governo em troca de impostos federais. No caso particular do Cesut, isso não é possível, pois a

Associação Jatuiense de Educação faria a prestação de serviços, ela que ficaria responsável pela manutenção das bolsas, enquanto que quem poderia aproveitar da isenção de impostos seria a Fundação Educacional. E depois a Fundação Educacional não conseguiria devolver à Associação Jatuiense esses impostos porque ela não tem renda, mas ela teria crédito no governo federal. [...] A Fundação Educacional sofre o crivo não só do ministério público como do tribunal de contas, e depois ela não teria como justificar a

esses institutos, qual a razão dela estar fazendo repasses financeiros à Associação Jataiense. Então, por esse motivo, a gente sofre esse grande prejuízo. E sobre o ponto de vista social também, a gente não cumpre esse papel nesse aspecto de ofertar bolsas tanto pelo Prouni quanto pelo Fies. Nós tivemos aqui cerca de 10 bolsas do Prouni, algumas meia bolsa e outras bolsas integrais, mas, digamos, sofremos o prejuízo, porque os alunos aproveitaram, fizeram o curso e nós não tivemos retorno nenhum, nem isenção de impostos e nem retorno de pagamento de mensalidades (Entrevistado 12).

Na visão do proprietário e diretor geral do Cesut, a única saída para solucionar esse problema seria os cursos serem passados para a manutenção da AJE. Na verdade, existem outros fatores que impedem a instituição de se cadastrar ao Prouni e ao Fies, e um deles é que os cursos sejam avaliados com conceito maior ou igual a três no Sinaes, de acordo com a Portaria Normativa 10/2013.

Um problema vivenciado pelo Cesut que impede ou dificulta seu crescimento é a concorrência, dentro da própria cidade, com o curso de Direito da UFG e os cursos de Direito das cidades vizinhas. Depois da criação do curso de direito no CAJ/UFG, em 2007, “a concorrência do nosso vestibular caiu muito”, e outro fato que merece destaque é que o nosso candidato é “o trabalhador, o operário. Aquela pessoa que tem que trabalhar para pagar a faculdade estuda conosco. Aquelas pessoas que muitas vezes são mantidas pelos pais, pela família, estudam na universidade federal, essa é a realidade” (Entrevistado 12).

Com relação à concorrência com municípios vizinhos, nos últimos anos, segundo o diretor geral, foram criadas várias faculdades de Direito nas cidades próximas de Jataí, o que fez com que diminuísse a procura pelo curso de Direito do Cesut, que é o seu “carro forte”.

Hoje nós temos concorrência. O Cesut hoje está ilhado. Nós temos 10 faculdades de direito num raio de 200 km. Caiapônia tem um curso de direito, Iporá, Rio Verde são três, Quirinópolis, Jataí são dois; Mineiros são dois. Então nós ficamos ilhados (Entrevistado 12).

Uma das preocupações levantadas pela direção geral do Cesut é a expansão dos cursos a distância. De acordo com a direção,

A expansão desenfreada dos cursos virtuais, infelizmente, hoje é um dos processos que de certa forma está achatando as instituições de pequeno e médio porte. Nós estamos sendo engolidos, pelos cursos virtuais. Já existe um acesso pioneiro no estado de Santa Catarina, de um curso virtual de direito, Universidade Federal de Santa Catarina em consórcio com o Ministério do Exército com 400 vagas, 200 para o exército e 200 para a

universidade. Eu fico pensando: se essa ideia ganhar corpo eu não sei o que é que vai acontecer (Entrevistado 12).

Como abordado anteriormente, a partir de meados de 1990, nos governos de FHC e de Lula, em função da política de educação superior, ocorreu expansão do número de IES, dos cursos e das matrículas na categoria no Brasil e em Goiás. Diferente do cenário nacional, o Cesut apenas manteve os dois cursos criados em 1985. A explicação dada pelo diretor geral é:

Jataí é uma cidade que tem um grupo dominante muito conservador, e essa é uma realidade que nós não podemos fugir dela. O grupo dominante que dá o norte em Jataí é extremamente conservador, e esse processo de conservadorismo, de certa forma, teve reflexo no ensino superior. [...] nós ficamos praticamente impedidos de pretender expandir. Enquanto que no país todo ficou resolvida essa questão das fundações, porque a maior parte das cidades as fundações cumpriram o seu papel, numa outra grande parte ela entregou para a atividade privada a condução das instituições de ensino. Essa é uma realidade, e por incrível que pareça, Jataí é o único caso que existe no Ministério da Educação, não existe outra situação que se assemelha à situação de Jataí (Entrevistado 12).

Na visão do entrevistado e de alguns idealizadores da FEJ, a AJE deveria ter se tornado a mantenedora de fato e de direito dos cursos do Cesut, passando para a atividade privada, o que não aconteceu.

#### 4.5 FAJA: CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO

A região do Sudoeste de Goiás, com destaque para as cidades de Rio Verde, Jataí e Mineiros, apresentou, a partir da década de 1990, uma taxa de crescimento demográfico elevada, originada por constante imigração de pessoas dos diferentes estados brasileiros, que eram atraídas pela possibilidade de aquisição de terras de boa qualidade para a agricultura e pelo grande crescimento industrial da região (FAJA, PDI, 2005). Esse fenômeno ocasionou uma intensa demanda pelos serviços de saúde e educação.

No que diz respeito à educação superior de Jataí, apesar da existência, em 2004, de três IES que disponibilizavam cursos superiores, o CAJ/UFG (11 cursos), o Cesut (curso de Direito e Administração), o Cefet-GO – Uned/Jataí (curso de Tecnologia em Informática e Licenciatura em Ciências) e um polo universitário da UEG (com cursos de LPP em Matemática, História e Geografia), a região do Sudoeste goiano segundo PDI (FAJA, PDI, 2005), ainda apresentava insuficiência “no atendimento às necessidades crescentes de profissionais de nível superior, principalmente os destinados a atuação em empresas de médio

e grande porte e em organizações de educação e saúde” (p. 10). Os cursos existentes no município se concentravam na área de licenciatura e bacharelado, voltados para a área de ciências biológicas e agrárias, logo, o que se percebe é a preocupação com novas possibilidades de qualificação profissional para o mercado de trabalho da região. Por isso criou-se uma IES particular “destinada à formação de profissionais vinculados às ciências gerenciais, e as áreas de educação e de saúde” (FAJA, PDI, 2005, p. 10). De acordo com o diretor geral da instituição,

A Faja veio com uma proposta, com uma perspectiva, mas pensando também em cobrir determinadas lacunas porque nós temos uma boa oferta de cursos superiores aqui em Jataí. Na verdade, atualmente [2013], são cerca de 30 cursos que são ofertados, e a nossa ideia era manter cursos que pudessem fomentar o comércio, algumas atividades mais focadas na vida da cidade (Entrevistado 10).

A opção por criar uma nova IES na cidade de Jataí se deu em função das características socioeconômicas do município, que revelavam o seu potencial de desenvolvimento e as mudanças científico-tecnológicas que se verificavam com velocidade cada vez maior nas últimas décadas, exigindo que as organizações praticassem revisões contínuas nos seus procedimentos gerenciais para se adequarem às novas realidades e alcancarem maior competitividade no mercado (FAJA, PDI, 2005).

Fatores que contribuíram para a escolha da cidade de Jataí foram: a sua localização geográfica, que se encontra estrategicamente situada no ponto de convergência das atividades socioeconômicas de toda região do Sudoeste goiano, disponibilizando de boas condições de acesso e comunicações com todas as cidades próximas no raio de 200 Km, e a economia do município, que se fundamenta no agronegócio (nas atividades de agricultura e agroindústria) (FAJA, PDI, 2005). Na época do estudo para a implantação da nova IES, nos anos de 2003-2004, o município de Jataí era considerado a capital de grãos de Goiás, o maior produtor de milho e sorgo do Brasil e de soja de Goiás. Apresentava aproximadamente 45 empreendimentos do ramo alimentícios, 33 do segmento vestuário, calçados e artefatos de tecidos, franca expansão da indústria do mobiliário e, no ramo alimentício, grandes complexos industriais: Nestlé, Coimbra, Gale Industrial – filial da Comigo, além de quatro usinas de álcool e uma de biodiesel (IBGE, 2004).

Nesse contexto, foi criada, em 2004, a Faculdade Jataiense (Faja)<sup>342</sup>, estabelecimento de ensino superior privado com fins lucrativos, tendo como mantenedora a Sociedade Mantenedora das Faculdades Integradas de Jataí (Somafi)<sup>343</sup>, cujo contrato social “foi registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás em 03 de junho de 2004 sob o nº 52202097831” (FAJA, PPC, 2006, p. 5).

A intenção da mantenedora, segundo o diretor geral da Faja em 2013 (Entrevistado 10), era realmente expandir o ensino superior na cidade, “mas com mais liberdade”, desvinculado da FEJ, para que os alunos pudessem ter acesso ao Prouni, ao Fies e a outros programas de incentivo liberados pelo governo que porventura fossem criados. Destarte, evitar-se-ia a não expansão, como se encontra o Cesut, por estar vinculada à FEJ.

[...] Cesut não tem como crescer, a saída encontrada foi abrir uma outra instituição de ensino superior não vinculada a fundação. [...] a ideia realmente foi a expansão do ensino superior na nossa cidade, mas com mais liberdade, que a gente pudesse ter acesso, ao Prouni, que nós pudéssemos ter acesso, ao Fies (Entrevistado 10).

A Faja tem por objetivo principal “congregar as atividades de ensino, pesquisa e extensão e de difusão científica, técnica e cultural, nas áreas de Saúde, Educação e Ciências Sociais Aplicadas, bem como prestar assistência e cooperação técnica às instituições e sociedade local”, mas suas atividades se concentram no ensino (FAJA, PPC, 2006, p. 7).

A ideia inicial da mantenedora era que a Faja, em um curto período de tempo, fosse transformada em Faculdades Integradas de Jataí, de acordo com o art. 12 do Decreto 3.860, de 9 de julho de 2001 (DOU de 10/07/2001 – Seção I), passando então a ser “composta por três unidades acadêmicas: Centro Jataiense de Ciências da Saúde – CESAU; Centro Jataiense de Ciências Gerenciais – CECIEG – e Instituto Jataiense Superior de Educação – JAEDUCA”, que não se concretizou (FAJA, PDI, 2005, p. 14). Ainda dentre as metas previstas, constava que os anos de 2012 a 2014 seriam dedicados à expansão e consolidação dos cursos e programas implantados e à reestruturação da Faja e seus cursos, com vistas “a transformação da instituição no Centro Universitário Jataiense - UniJataí, ponto de transição

<sup>342</sup> A Faja se encontra localizada na Av. Perimetral nº 1.075, no centro da cidade de Jataí-GO.

<sup>343</sup> A mantenedora é uma “Sociedade Civil com fins econômicos, tendo por objetivo a formação e o desenvolvimento de recursos humanos em geral, em todos os níveis e ramos do saber, através da criação e manutenção de instituições de ensino, pesquisa e extensão e de unidades de formação e aperfeiçoamento técnico-profissional e de difusão científica, técnica e cultural, bem como promover iniciativas, programas e projetos compreendidos em suas áreas de atividades públicas e privadas nacionais e internacionais” (FAJA, PDI, 2005, p. 11). A Somafi era composta por membros de uma família, tendo como componente principal o advogado e professor Evaristo Anania de Paula, que possui experiência na gestão do ensino superior, pois é um dos proprietários e diretor geral de outra IES em Jataí, o Cesut.

para a futura Universidade do Sudoeste Goiano– USG, a ser criada por volta de 2020” (FAJA, PDI, 2005, p. 19). Na verdade, essas metas traçadas no PDI não foram concretizadas, e a Faja se restringiu à criação de apenas dois cursos superiores, o de Ciências Contábeis e o Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, como se constata na história da instituição a seguir.

A entidade mantenedora encaminhou ao MEC o pedido de credenciamento da Faja como instituto superior de educação, em 8 de março de 2005, e solicitou a autorização de funcionamento para quatro cursos superiores: bacharel em Ciências Contábeis, bacharel em Biomedicina, bacharel em Enfermagem e licenciatura em Química. Vale ressaltar que, quando a instituição solicitou o pedido de credenciamento, ela ainda não estava em atividade. O credenciamento da Faja pelo Ministério da Educação foi publicado no DOU em 5 de agosto de 2008, conforme Portaria MEC 934, de 4 de agosto de 2008, tendo como mantenedora a Sociedade Mantenedora das Faculdades Integradas de Jataí Ltda<sup>344</sup>. O credenciamento foi concedido até o primeiro ciclo avaliativo do Sinaes, observado o prazo máximo de 3 anos, a partir da oferta do curso de graduação em Ciências Contábeis (bacharelado).

De acordo com o PDI da instituição, após o credenciamento e a licença de funcionamento desses quatro cursos, era projeto da mantenedora “requerer a autorização de funcionamento para quatro cursos superiores de tecnologia: Gestão de Agronegócios, Gestão Hospitalar, Gestão de Vendas em Marketing e Tecnólogos em Vigilância Sanitária”, o que não foi feito (FAJA, PDI, 2005, p. 14).

Vale destacar que, na época do pedido de autorização para a criação dos cursos de Ciências Contábeis, Biomedicina, Enfermagem e Química, nenhum deles era ofertado pelas IES existentes em Jataí, o que demonstra a preocupação dos empresários em implantar cursos que não tivessem concorrência e pudessem, assim, oferecer lucros. Mas, os cursos solicitados demandavam grande investimento em capital para a construção do espaço físico (salas de aula e laboratórios), aquisição de equipamentos, material e livros para montar biblioteca atualizada e, sobretudo, contratação de professores e técnicos em laboratórios com formação adequada, o que não era fácil de se encontrar na cidade. Logo, a mantenedora iria precisar de tempo para se estruturar.

---

<sup>344</sup> A relatora do parecer 100/2008 não acompanhou que, em 2 de março de 2005, a mantenedora tinha realizado “Alteração Contratual de Sociedade Limitada” virtualmente no SAPIEnS. Então, a pedido da mantenedora, foi solicitada a retificação do seu nome na portaria 934 que, após a solicitação ter sido analisada e aprovada pelo parecerista, foi publicada no DOU de 23 de junho de 2009, seção 1, página 32, a retificação do nome: Sociedade Mantenedora das Faculdades de Jataí Ltda.

Devido à dificuldade e morosidade da mantenedora da Faja para criar os cursos, ela perdeu espaço para a UFG, que aderiu ao Programa de Expansão das Universidades Federais proposto pelo governo Lula em 2003; criou-se, portanto, sete novos cursos no CAJ, nos anos de 2006 e 2007, dentre eles o de Química (Licenciatura), Biomedicina e Enfermagem. Assim, a mantenedora, durante a tramitação dos processos para autorização dos cursos no Sesu/MEC, solicitou a suspensão dos processos dos cursos de Química (Licenciatura), Biomedicina e Enfermagem (Parecer CNE/CES 100/2008).

[...] tivemos todos os cursos autorizados; ocorre que, esse mesmo momento, foi o momento da expansão do ensino público, e Jataí [CAJ/UFG] optou pelos cursos de Enfermagem, Biomedicina, Biologia e Bacharelado em Química. Então eu vi que o custo operacional desses cursos era muito elevado, e não poderia ter um curso de Enfermagem que tivesse uma mensalidade inferior a R\$ 800,00 reais na época, e talvez com muito esforço. Nós teríamos problema de laboratório. Chegamos até a começar a montagem dos laboratórios. [...] a ideia na época era um convênio com a própria UFG, para que a gente tivesse acesso ao laboratório de Anatomia. Mas com a implantação desses cursos aqui [...] pela UFG nós desistimos e ficamos só com o curso de Ciências Contábeis (Entrevistado 10).

Nesse contexto, a opção que restou para a Faja foi a implantação do curso de Ciências Contábeis, modalidade bacharelado. A faculdade obteve autorização para iniciar o curso de graduação pela Portaria MEC/Sesu 553/2008, publicada no DOU de 12 de agosto de 2008, com 200 vagas anuais, com ingresso semestral de 100 (cem) vagas. Jataí, sendo um município marcado pelo desempenho de funções administrativas em seus diversificados níveis, “apresentava necessidade de profissionais capazes de encontrar soluções para os problemas contábeis dessa área” (FAJA, PPC, 2006, p. 360). Por isso, a opção por esse curso. O reconhecimento do curso está em tramitação no MEC, processo 201110226, aguardando parecer final desde 28/01/2013. Pela avaliação *in loco*, obteve-se conceito 3 – satisfatório (Entrevistado 11).

São realizados dois processos seletivos por ano, um com entrada no 1º semestre, e outro no 2º. De acordo com o PPC (2006), as turmas são de 50 alunos, sendo que, nas atividades práticas, se respeita o limite máximo de 25 alunos por turma. O regime de matrícula é seriado semestral; a duração do curso é de 3.540 h/a, a serem integralizadas no prazo mínimo de oito e no máximo 14 semestres letivos. Apesar de o curso ter sido aprovado para funcionar nos turnos diurno e noturno, tentando atender a realidade da demanda dos candidatos que basicamente se constituem de trabalhadores, definiu-se pelo turno noturno para seu funcionamento. A primeira turma começou no 1º semestre de 2009.



De 2009 a 2010, foram realizados três vestibulares, sendo que, no 2º semestre de 2010, não ocorreu processo seletivo devido “à procura ter sido muito baixa” (Entrevistado 11).

Analisando a tabela 65, que dispõe os dados do curso de Ciências Contábeis de 2009 a 2010, averigua-se que, desde o primeiro vestibular, a procura pelo curso é pequena: 33 inscritos em 2009/1<sup>345</sup>, 22 em 2009/2 e 21 em 2010/1, para as 100 vagas disponibilizadas em cada processo seletivo. Em 2009/1, foi o vestibular que teve o maior número de inscritos, um total de 33, depois se verificou um declínio em 2009/2 e em 2010/1. Vale ressaltar que, em 2009, Jataí contava com 30 cursos superiores disponibilizados pela CAJ/UFG, UEG – UnU de Jataí, IFG – Câmpus Jataí, todas elas instituições públicas, além do Cesut, o que se constitui em concorrência para o curso de Ciências Contábeis.

A relação demanda/vaga do curso é pequena e foi caindo durante o período analisado; em 2009/1, foi de 0,33; 2009/2, de 0,22; 2010/1, de 0,21. Em se tratando de uma IES privada, a demanda/vaga é pequena, o que leva o gestor da instituição a pensar em saídas para melhorar essa relação e até na possibilidade de fechar o curso. Uma estratégia adotada, segundo a diretora pedagógica da instituição, em 2013 (entrevistado 11), foi a de ter apenas um vestibular por ano (no 1º semestre), como foi realizado de 2010-2012, cujo resultado não correspondeu às expectativas, como pode ser observado no ano de 2010, na tabela 65.

**Tabela 65** – Faja: curso de Ciências Contábeis – vagas, inscritos, matriculados e graduados – 2009 a 2010

	Ciências Contábeis			
	2009		2010	
	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
<b>Vagas do vestibular</b>	100	100	100	100
<b>Inscritos no vestibular</b>	33	22	21	-
Matrícula do vestibular	19	07	15	-
Matrícula dos veteranos	-	24	39	35
Transferência	2	2	2	-
Portador de diploma	-	1	-	1
Reingresso	-	-	-	2
<b>Total de alunos matriculados</b>	21	34	56	38
<b>Graduados</b>	-	-	-	-

Fonte: Faja, Secretaria Acadêmica.

<sup>345</sup> Para se referir ao 1º semestre, será utilizado /1 após o ano e, para o 2º semestre, /2.

De acordo com os dados apresentados na tabela 65, considerando o número de vagas ofertadas no vestibular e o quantitativo de matrículas dos candidatos do vestibular, verifica-se uma porcentagem significativa de vagas ociosas: em 2009/1 – 81%, 2009/2 – 93%, 2010/1 – 85%. Em função da proporção percentual elevada de vagas ociosas dos vestibulares anteriores sempre acima de 80% e do número reduzido de inscritos para o processo seletivo 2012/1, segundo a instituição, por razões de viabilidade econômica, não foi aberta turma no ano de 2012 (entrevistado 11).

Segundo o proprietário e diretor geral da Faja, o curso de Ciências Contábeis enfrenta algumas dificuldades, e uma delas interfere na demanda, que é a concorrência dos cursos de educação a distância, e a outra é a resistência dos bacharéis formados da cidade em aceitar lecionar. Certamente que outras variáveis interferem nesse processo, o que sinaliza para a importância de novas investigações sobre a temática no município.

O curso de Ciências Contábeis enfrenta a concorrência do sistema virtual. [...] pessoas que trabalham no campo da contabilidade, que são oriundas dos cursos técnicos, se satisfazem com o diploma. Elas podem conseguir o diploma por meio de um curso virtual que ela não precisa, a princípio, quase que necessidade de ir para sala de aula. Por outro lado, nós percebemos certa reserva de mercado por parte das pessoas que estão no ramo da contabilidade aqui em nossa cidade. Percebemos certa resistência, principalmente de pessoas em condições de lecionar na instituição [...] (Entrevistado 10).

A dificuldade de encontrar docentes para lecionar para o curso de Ciências Contábeis dificulta, em parte, os alunos a integralizarem a matriz curricular no tempo mínimo definido no PPC, que prevê oito semestres. Este fato pode ser confirmado pelos dados apresentados pela secretaria acadêmica do Faja: dos 21 matriculados em 2009/1 até final de 2012, nenhum concluiu o curso. Outros fatores que contribuem para não ter formandos são: número insuficiente para constituir turma e dificuldade que alguns alunos possuem para custear seus estudos, que os levam a trancar e até mesmo a abandonar o curso.

Procurando agilizar, antes que outra IES criasse cursos superiores de tecnologia na cidade, área ainda não explorada, a Faja pleiteou ao MEC autorização para implantar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial. Verifica-se que esse curso solicitado não é nenhum dos previstos no PDI da instituição (2005): Gestão de Agronegócios, Gestão Hospitalar, Gestão de Vendas em Marketing e Tecnólogos em Vigilância Sanitária. A opção pelo curso de Tecnologia em Gestão Comercial, segundo PPC (2010), se deu em função do crescimento e desenvolvimento do comércio local e da possibilidade de contribuir com a formação dos empresários e funcionários da cidade nas áreas de direito comercial,

administração de vendas e contabilidade. Na contemporaneidade, “as inovações científico-tecnológicas têm introduzido novos padrões de eficiência e eficácia em termos de organização, administração e qualificação de recursos humanos”, exigindo dos profissionais novos conhecimentos, competências e habilidades (FAJA, PPC, 2010, p. 12). Então, para eles visando atender esse ambiente cada vez mais competitivo, que exige profissionais que atuem na área comercial com formação atualizada para enfrentar as organizações modernas e que se formassem em um período de curta duração é que se pleiteou a implantação do curso de Tecnologia em Gestão Comercial.

Posteriormente, pleiteamos um [curso] tecnólogo de dois anos, em gestão comercial e de vendas. A ideia nesse curso tecnólogo era melhorar a condição do empresário de Jataí. O foco nosso quando nós pleiteamos esse tecnólogo era o empresário de Jataí, aquelas pessoas que não tinham tido oportunidade de fazer um curso superior, aquele empresário que já estava no mercado há muito tempo e precisava de uma reciclagem, porque é um curso que abrange três áreas. Ele abrange noções de direito comercial, administração de vendas e foco na contabilidade. Então, é um curso para gerente de vendas, para empresários, para pessoas do ramo do comércio, de curta duração, que dava uma visão abrangente (Entrevistado 10).

Em 9 de fevereiro de 2011, a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica autorizou, por meio da Portaria 87<sup>346</sup>, autorizou o funcionamento do curso superior de Tecnologia em Gestão Comercial, eixo tecnológico Gestão e Negócios, com 100 vagas totais anuais, no turno noturno, a ser ofertado pela Faja. São realizados dois processos seletivos por ano, um com entrada no 1º semestre e o outro no 2º, com 50 alunos. A primeira turma começou em 1º de abril de 2011.

Procurando acompanhar os novos rumos que são adotados pela educação, sobretudo seguindo orientações da atual política educacional do MEC, a Faja reserva 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas de cada curso, de Ciências Contábeis e do de Tecnologia em Gestão Comercial, para os alunos egressos do exame do Enem, que obtiveram no resultado pontuação igual ou superior a 5,0 (cinco). Estes, dentro do limite estipulado, ingressarão no curso, independentemente de prestarem as provas seletivas (vestibular).

A faculdade não está cadastrada no MEC para que os alunos possam ser beneficiados com o Fies, não atende aos critérios do Prouni e apenas tem convênio com a OVG. Um dos fatores que impede a instituição de se cadastrar ao Prouni é que os cursos

---

<sup>346</sup> A Portaria 87 foi publicada no DOU no dia 10 de fevereiro de 2011, p. 48, seção 1.

devem ser avaliados com conceito maior ou igual a três no Sinaes, de acordo com a Portaria Normativa 10/2013.

De acordo com o Plano de Carreira Docente da Faja, cap. VII, no art. 20, consta o regime de trabalho do quadro docente da instituição, que prevê contratação por:

*dedicação exclusiva (DE), de tempo integral (TI), com quarenta horas de trabalho semanal, em tempo parcial (TP) com regime de 20 horas semanais, ou ainda em regime especial (RE), por contratação de professor por hora-aula ou hora-atividade semanal, englobando funções de ensino, pesquisa e extensão (FAJA, PPC, 2006, grifos do autor).*

Verifica-se que o regimento foi elaborado pensando na possibilidade de a faculdade no futuro se transformar em uma universidade. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, por isso a previsão de contrato de dedicação exclusiva. Contudo, devido às dificuldades encontradas para a implantação de todos os cursos autorizados pelo MEC, a instituição não cresceu como ela planejou e se restringe às atividades de ensino.

O Regimento Interno da Faja, no cap. VII, art. 25, prevê que o corpo docente da instituição seja contratado segundo o regime das leis trabalhistas, na seguinte escala: I - Professores Titulares (Doutores); II - Professores Adjuntos (Doutores e Mestres); III - Professores Assistentes (Especialistas), não conjeturando contratação de graduados.

Apesar de o regimento interno não vislumbrar contratação de graduados, na realidade encontram-se professores apenas graduados. Dos 15 docentes em 2010, três (20%) eram graduados, 10 (66,7%) eram especialistas e dois (13,3%) eram mestres (Tabela 66). A maioria era especialista e não havia nenhum doutor. Tais fatores ensejam análise entre o preconizado pelo regimento e o efetivado pela IES.

**Tabela 66** – Faja: Regime de contrato de trabalho e formação dos docentes do Curso de Ciências Contábeis em 2010

<b>Formação</b>	<b>Graduado</b>	<b>Especialista</b>	<b>Mestrado</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Total</b>
<b>Contrato</b> Dedicação exclusiva	-	-	-	-	-
Tempo Integral	-	-	-	-	-
Tempo Parcial	03	10	02	-	15
Regime Especial	-	-	-	-	-
Sub-total	03	10	02	-	15

Fonte: Faja, Secretaria Acadêmica.

Com relação ao regime de contrato de trabalho, todos os docentes são contratados em regime de tempo parcial, o que dificulta desenvolver atividades de extensão e pesquisa.

Apesar de constar no Plano de Carreira do Magistério da Faja, em seu cap. IV, art. 16, que a “Admissão e/ou ascensão do professor, de urna categoria para outra, será feita automaticamente, de acordo com a sua comprovada titulação e conforme as disponibilidades de cargos existentes no Quadro Docente”, a instituição optou, nos casos de contratação, por submeter o candidato a docente ao crivo de uma banca avaliadora de uma aula teórica. “A instituição cresceu muito a partir do momento que nós adotamos esse critério de contratação mediante ao crivo de banca avaliadora. Isso realmente está sendo muito importante para nós” (Entrevistado 10).

A possibilidade de expansão, hoje, da instituição é remota. Quando indagado sobre a articulação para a implantação de novos cursos pela Faculdade, o proprietário e diretor geral foi categórico, dizendo “não, eu estou absolutamente desestimulado. [...] Faz dois anos que eu estou bancando a Faja [...] nós vamos honrar até o último aluno que estiver lá, ele vai receber aquilo que ele contratou” (Entrevistado 10). Para uma sociedade mantenedora, com fins lucrativos como a Somafi, manter uma instituição que não dá lucro é inadmissível. Nesse sentido, a Faja, “sobre o ponto de vista do negócio, foi um péssimo negócio. [...] é um negócio que não deu certo” (Entrevistado 10).

#### 4.6 ENSINO SUPERIOR EM JATAÍ: INDICADORES REFERENTES À GRADUAÇÃO PRESENCIAL DE 1991-2010

A análise a seguir se encontra pautada nos indicadores: instituições, matrículas, cursos e vagas, e tem por objetivo considerar a expansão do ensino superior de Jataí de 1991 a 2010, situando-se no contexto nacional.

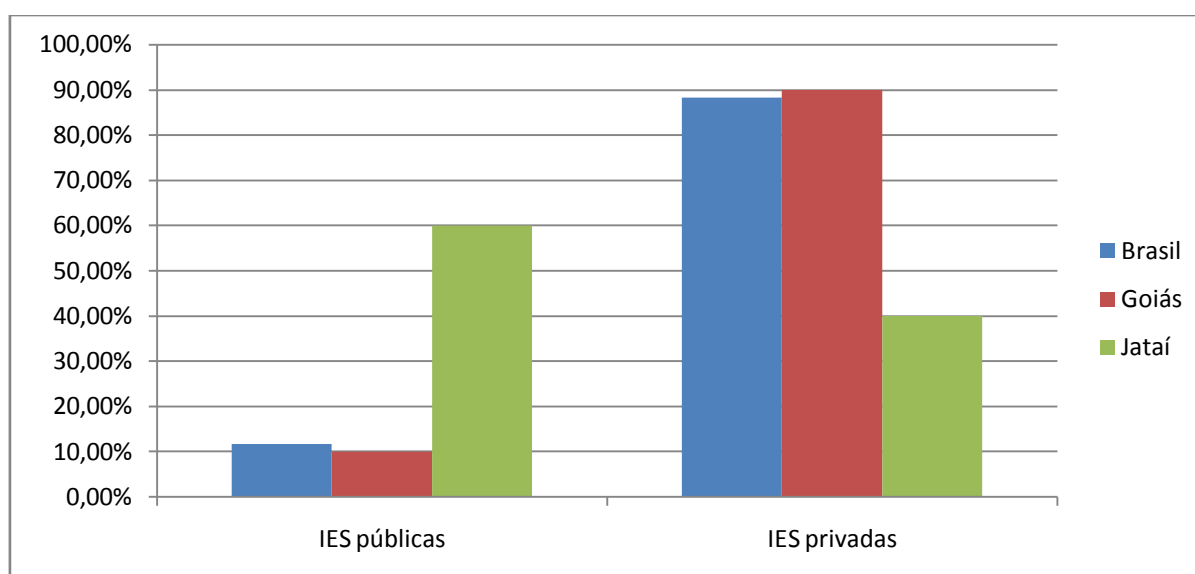
A primeira análise do processo de expansão da educação superior de Jataí está relacionada ao crescimento das IES por categoria administrativa (público e privado). Se essa análise for meramente quantitativa, considerando-se que as instituições multicâmpus tanto federais como estaduais são consideradas como uma única universidade, verificar-se-á uma redução de IES públicas nas diferentes regiões do país quando comparadas às instituições privadas, como no estado de Goiás: a UFG tem câmpus em Goiânia, Jataí, Catalão, Goiás; a UEG conta com 41 unidades universitárias e uma UnU de Ensino a Distância, fora os polos universitários e o IFG – formado pelos câmpus de Goiânia, Jataí, Inhumas, Uruaçu,

Itumbiara, Luziânia, Formosa, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás e Águas Lindas de Goiás e mais três em fase de implantação. Então, durante nossa análise, estamos considerando o CAJ/UFG, o IFG – Câmpus Jataí e a UEG – UnU de Jataí, cada uma como IES pública na cidade de Jataí-GO.

De acordo com dados obtidos a partir dos históricos das IES de Jataí e do Inep (BRASIL, Informações ..., 2011), constata-se que, durante a década de 1990, a proporção de IES públicas e privadas se manteve igual: uma pública – o CAJ/UFG, e uma privada – o Cesut. De 2000 a 2010, o número de IES no município de Jataí passou de dois para cinco, o que representa uma taxa de crescimento de 150%. No governo Lula, o crescimento do número de IES no Brasil foi de 45,3%, em Goiás foi de 42,86% e, em Jataí, de 150%, o que demonstra que houve a descentralização por meio da interiorização da educação em Goiás, no município de Jataí.

Na distribuição das IES por categoria administrativa em Jataí, houve um crescimento de 200% nas IES públicas (em 1990 era apenas uma instituição), passando para três em 2010 (UFG/CAJ, UEG – UnU de Jataí e IFG – Câmpus Jataí), ao passo que as instituições privadas passaram de uma, em 1990, para duas em 2010, o que corresponde a uma expansão de 100%. Como dito anteriormente, expansão ocorrida no governo Lula.

**Gráfico 5** – Participação percentual por categoria administrativa – Brasil, Goiás, Jataí – 2010



Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

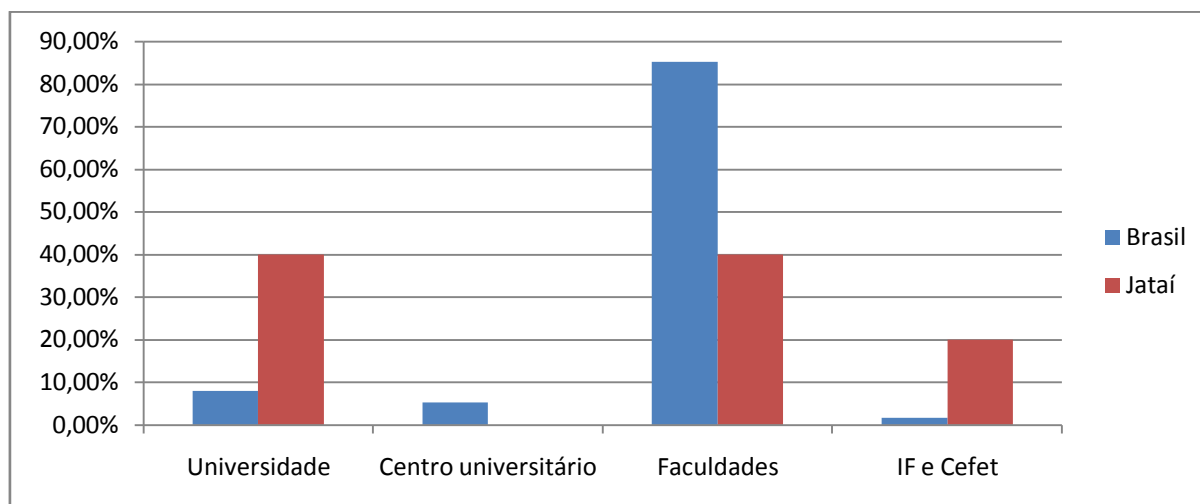
Comparando a evolução das IES por categoria administrativa no governo Lula, verifica-se que as instituições públicas no Brasil apresentaram expansão de 42,6%, em Goiás

um decréscimo de 20%<sup>347</sup> e, em Jataí, ampliação de 200%. As IES privadas, no Brasil, aumentaram 45,6%, em Goiás, 56,52% e em Jataí 100%.

A participação percentual das IES em Jataí em 2010 foi de predomínio das públicas, com 60%, e 40% das privadas. Comparando essa porcentagem por categoria administrativa de Jataí com a do Brasil e de Goiás do referido ano (Gráfico 5), verifica-se que ela é contrária à privatização observada no percentual das IES brasileiras (88,3% privadas e de 11,7% públicas) e do estado de Goiás (90% privadas e 10% de públicas).

Com a nova organização acadêmica do ensino superior estruturada pelo Decreto 5.773/2006 no governo Lula, as IES de Jataí, em 2010, são assim distribuídas: dois câmpus de universidade – 40% (CAJ/UFG e UEG – UnU de Jataí); duas faculdades – 40% (Cesut e Faja), um câmpus de instituto federal – 20% e não conta com centro universitário, existindo igualdade no número de universidades e faculdades. Isso foge da realidade do Brasil, onde, das 1.378 IES, a maioria era de faculdades (85,2%), seguido pelas universidades (8,0%), centros universitários (5,3%) e IF e Cefet (1,6%), como pode ser observado no gráfico 6.

**Gráfico 6** – Participação percentual das IES por organização acadêmica – Brasil e Jataí – 2010



Fonte: MEC/INEP. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

O movimento expansionista de Jataí, sobretudo no governo Lula (2003-2010), foi caracterizado pela: criação da Faja, em 2004; institucionalização da UEG – UnU de Jataí, em

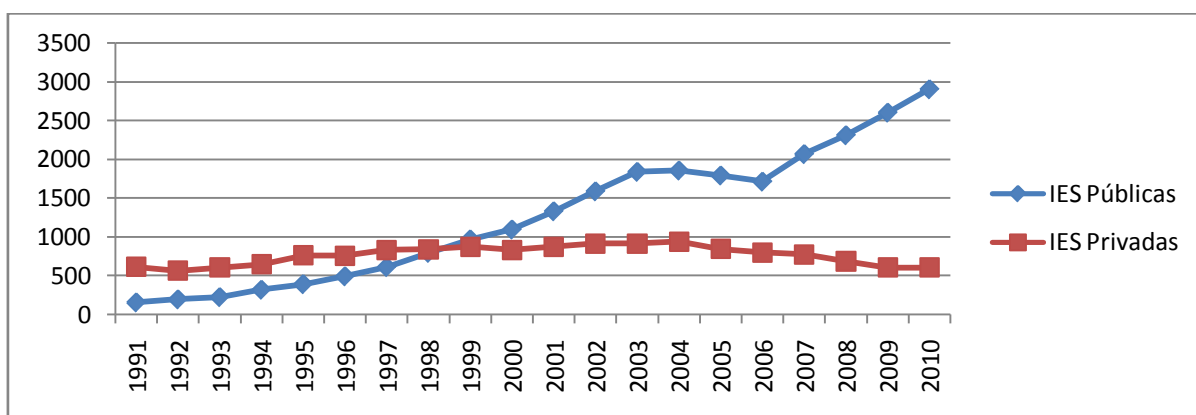
<sup>347</sup> Em função do agrupamento das IES isoladas do Estado, transformadas em UEG e da reestruturação das faculdades de Mineiros, transformadas em faculdades integradas.

2005; transformação do Cefet-GO – Uned/Jataí em IFG – Câmpus Jataí, em 2008, consolidação do Cesut e complexificação do CAJ/UFG.

O movimento expansionista das matrículas se materializou em Jataí tanto por práticas de natureza pública quanto privada, com predominância das públicas, como pode ser observado na tabela 67. O crescimento geral do número de matrículas na educação superior em Jataí durante o período compreendido entre 1991 a 2010 foi de 355,4%.

Optou-se por iniciar a análise concernente às matrículas, verificando a evolução do número de matrículas nas IES de graduação presencial por organização acadêmica. De acordo com os dados da tabela 67 e gráfico 7, ocorreu expansão do número total de matrículas na categoria pública, passando de 156 matrículas em 1991 para 2.902 em 2010, um crescimento de 1.720,2%, bem superior ao crescimento geral, que foi de 355,4%. De 1991 a 2004, ocorreu expansão contínua e gradativa, apresentou decréscimo em 2005 e 2006, e nova expansão de 2007 a 2010. Parte do decréscimo no ano de 2005 e 2006 foi devido à conclusão dos cursos provisórios de LPP de matemática, história e geografia, ofertados pela UEG.

**Gráfico 7** – Jataí: matrículas nas IES públicas e privadas – 1991-2010



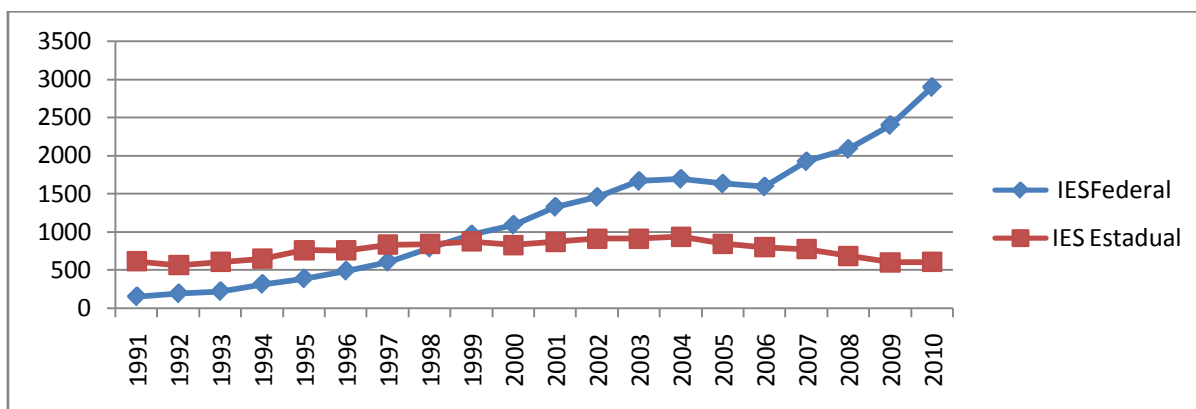
Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Procedendo à análise da rede pública separadamente, os dados da tabela 67 e gráfico 8 permitem deduzir que, no período de 1991-2010, o crescimento do setor público foi, sobretudo, devido às instituições federais, que expandiram 1.625,6%. De 1991 a 1999, as matrículas da rede pública federal eram apenas dos cursos CAJ/UFG e, a partir de 2000, passaram a contar com as matrículas do curso do Cefet-GO – Uned Jataí (hoje IFG – Câmpus Jataí). O decréscimo do número de matrículas nos anos de 2005 e 2006 pode ser explicada pela redução na demanda dos cursos, pelo desinteresse pelos cursos ofertados, dentre outros fatores. Vale ressaltar que em Jataí inexitem IES municipais. A partir de 2007, observa-se



expansão contínua das matrículas até 2010, em função da implementação de programas instituídos pelo governo Lula, que estimularam a expansão e interiorização do ensino público superior das instituições que aderiram às propostas e ao aumento do financiamento público ao setor público, como mostrado anteriormente.

**Gráfico 8** – Jataí: matrículas nas IES públicas (federal e estadual) – 1991-2010



Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Na análise da evolução das matrículas da IES estadual, considerou-se o período de 2002 a 2010 quando a UEG – UnU de Jataí passou a ofertar cursos no município, que coincide com o governo Lula. Averiguou-se que o crescimento das matrículas na IES foi de 73,2%. Uma questão observada foi que a evolução das matrículas no período analisado não apresentou uma expansão contínua e gradativa, e sim uma oscilação, que pode ser explicada pelo cancelamento da oferta dos cursos de LPP (tendo em vista ter atendido a demanda de professores estaduais que atuavam na rede sem ter formação específica) e “pela concorrência de outros cursos superiores públicos disponibilizados na cidade” (Entrevistado 20).

**Tabela 67** – Jataí: evolução do número de matrículas nas IES de graduação presencial por categoria administrativa – 1991-1994-2002-2010

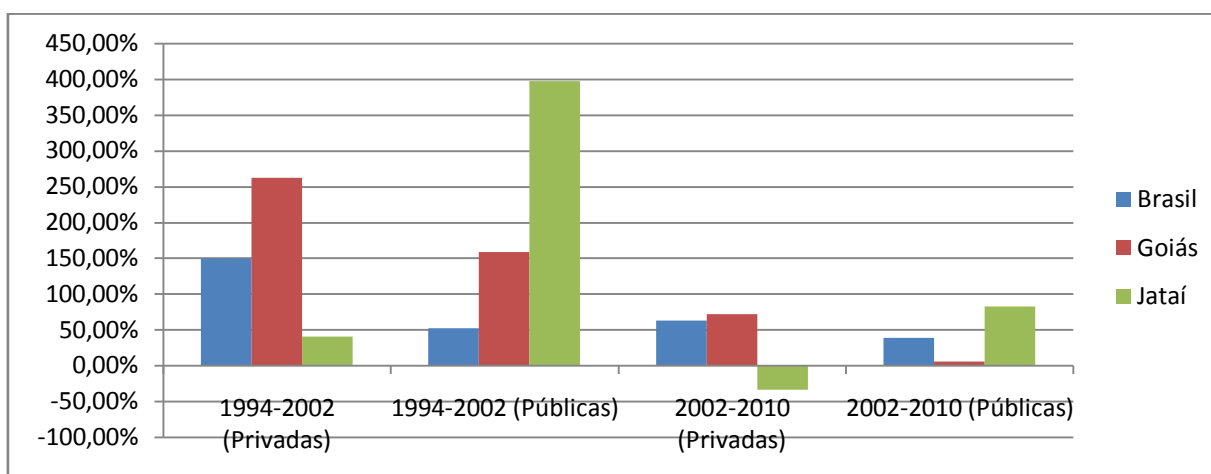
Ano	Total geral	IES pública			IES privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal Particular
1991	771	156	156	0	- 615
1994	967	319	319	0	- 648
2002	2.502	1.587	1.460	127	- 915
2010	3.511	2.902	2.682	220	- 609

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

O setor privado passou de 615 matrículas, em 1991, para 609, em 2010, um decréscimo na ordem de 1%. Apesar do decréscimo na expansão verificada no geral, observam-se períodos de crescimento de 1993-1995, 1997-1999, 2001-2002 e 2004 (Gráfico 7). O decréscimo na expansão dos cursos a partir de 2005, segundo o diretor do Cesut (Entrevistado 12), se deve à concorrência dentro da própria cidade, com o curso de Direito da UFG criado em 2007 e os cursos de Direito das cidades vizinhas. A preocupação com o curso de Direito em específico se deve ao fato de ele ser o que mantém a maior demanda no vestibular.

Comparando a evolução do número de matrículas por categoria administrativa do município de Jataí com a de Goiás e do Brasil (Gráfico 9), durante o período de 1994-2002, verifica-se a expansão das matrículas públicas de Jataí em 397,5%, que foi superior ao crescimento brasileiro (52,3%) e do estado de Goiás (158,6%). As matrículas da categoria privada de Jataí expandiram 41,2%, um crescimento inferior ao brasileiro (150,2%) e do estado de Goiás (262,2%).

**Gráfico 9** – Evolução do número de matrículas por categoria administrativa de Jataí, Goiás e do Brasil – 1994-2002 e 2002-2010



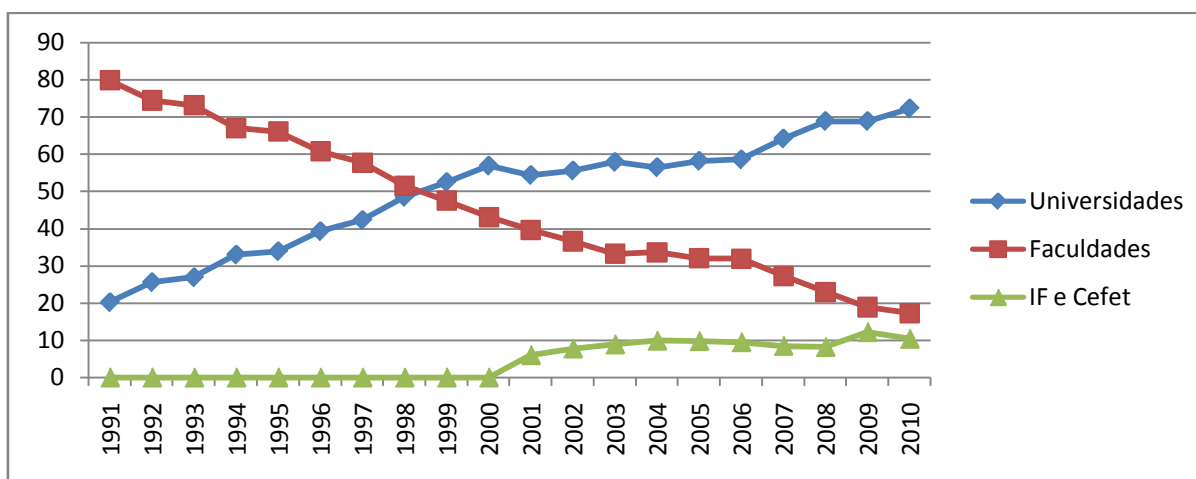
Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Dando continuidade à análise, considerando-se o período de 2002-2010, afere-se que, apesar de o CAJ/UFG ter aderido ao Plano de Expansão (2003) e ao Reuni (2007), dos novos cursos criados pelo IFG – Câmpus Jataí e pela UEG – UnU de Jataí, a expansão das matrículas públicas do município de Jataí foi de 82,9%, superior ao crescimento apresentado pelo Brasil (39,0%) e Goiás (6,4%). Já o número de matrículas privadas de Jataí apresentou decréscimo de 33,4%, contrário ao movimento de expansão verificado no Brasil (63,4%) e no

estado Goiás (72,6%). O que se observa em Jataí é uma lógica oposta à expansão das matrículas. Enquanto o Brasil e Goiás ampliam as matrículas privadas, Jataí consolida e amplia a categoria administrativa pública.

Com relação à evolução da participação percentual de matrículas de graduação presencial por organização acadêmica de Jataí (Tabela 68 e Gráfico 10), consta-se a tendência de crescimento nas universidades, que passaram de 20,2% em 1991 para 72,3% em 2010, em oposição às faculdades que apresentam declínio. Em 1991, eram responsáveis por 79,8% das matrículas, passando para 17,3% em 2010. Quando o Cefet-GO – Uned/Jataí (atual IFG – Câmpus Jataí) implantou o primeiro curso superior, observou-se decréscimo no percentual das universidades, que ocorreu em 2001 quando atingiu 54,4%, mas, apesar do decréscimo de 2,5%, ela continuou responsável por mais da metade das matrículas. O IFG – Câmpus Jataí, durante o período analisado de 2001-2010, apresentou crescimento na participação de matrícula de 2001 a 2004, decréscimo de 2005 a 2008, retomou o crescimento em 2009 e caiu em 2010. Apesar dessa oscilação, ao analisar o percentual, em 2001, de 6,0%, e o de 2010, de 10,4%, verifica-se que houve expansão de 4,4%.

**Gráfico 10** – Jataí: Evolução da participação percentual de matrículas de graduação presencial por organização acadêmica – 1991-2010



Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

A centralização das matrículas de graduação em um número reduzido de instituições é uma particularidade na educação superior brasileira, e observa-se que essa característica se faz presente em Jataí. O CAJ/UFG e a UEG – UnU de Jataí são responsáveis por 72,3% das matrículas.

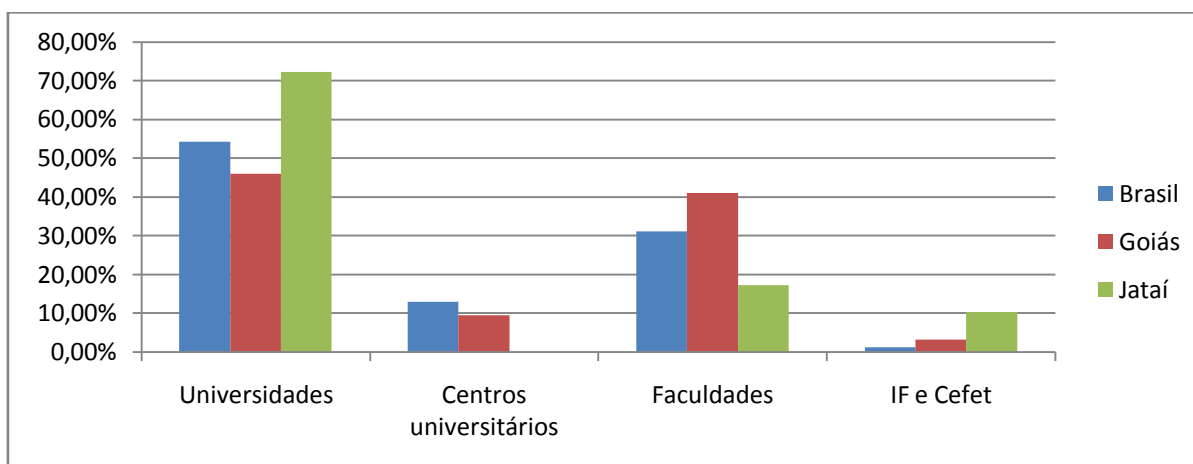
**Tabela 68** – Jataí: evolução da participação percentual de matrículas de graduação por organização acadêmica – 1991-1994-2002-2010

Ano/Categoria administrativa	Total	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	IF e Cefet	%
1991	771	156	20,2	-	-	615	79,8	0	0
1994	967	319	33,0	-	-	648	67,0	0	0
2002	2.502	1.391	55,6	-	-	915	36,6	196	7,8
2010	3.511	2.538	72,3	-	-	609	17,3	364	10,4

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Comparando a realidade de Jataí com a situação brasileira e de Goiás da proporção percentual de matrículas da graduação presencial em 2010 (Gráfico 11), observa-se que, em Jataí, as universidades são responsáveis por 72,3% das matrículas, proporção superior à brasileira, de 54,3%, e de Goiás, de 46%; a das faculdades, de 17,3%, é inferior à do Brasil, 31,2%, e à do estado, 41,1%; do IF, de 10,4%, é superior ao brasileiro, de 1,4%, e à de Goiás, 3,3%. Como Jataí não tem centros universitários, é impossível estabelecer comparação.

**Gráfico 11** – Participação percentual das matrículas da graduação presencial por organização acadêmica – Brasil, Goiás e Jataí – 2010



Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Considerando que em Jataí as universidades e o IF são instituições federais ou estaduais, pode-se afirmar que o ensino superior da cidade está direcionado para o público, responsável por 82,7% das matrículas, contrário à privatização da educação superior brasileira.

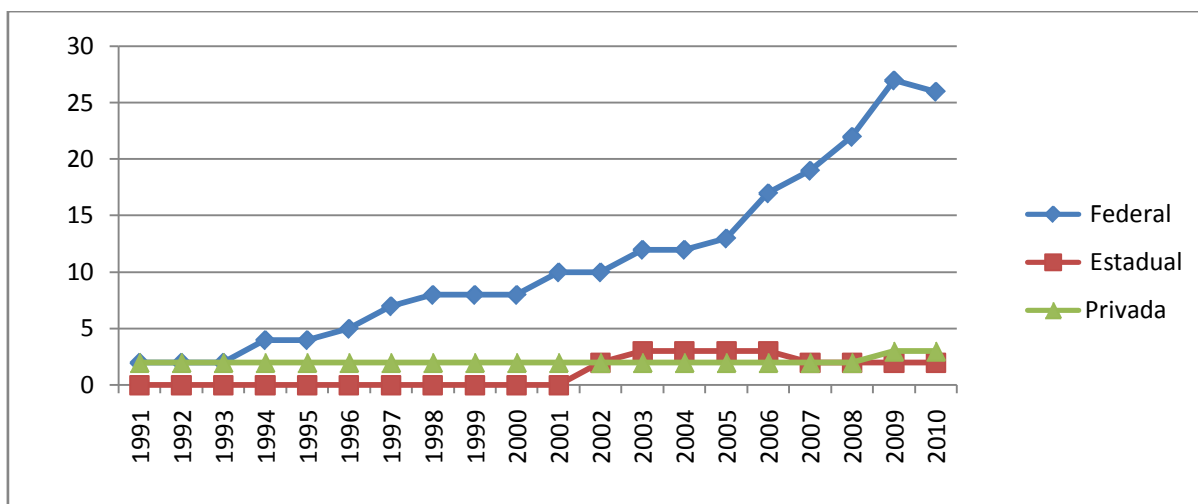
Ao avaliar o processo de expansão da educação superior, considerando-se a taxa de matrícula líquida do ensino superior, uma das características apresentada por Trow (2005),

pode-se afirmar que o município de Jataí, em 2010, encontra-se entrando no sistema de massa (atende acima de 16% do grupo etário de 18 a 24 anos), pois apresenta a taxa líquida do ensino superior de 20,93%. Não se pode dizer que o sistema de massa se encontra totalmente materializado em Jataí, pois, como afirmado anteriormente, para isso deveria acolher 30% das matrículas. Mas comparando a taxa líquida do ensino superior, em 2010, do município de Jataí (20,93%) com a do Brasil (13,95%) e a de Goiás (16,32%), verifica-se que Jataí é o que apresenta maior taxa. Inclusive o Brasil ainda se encontra no sistema de elite.

Ao analisar os dados referentes à evolução do número de cursos de graduação presenciais de Jataí de 1991 a 2010 apresentados na tabela 69, constata-se que ocorreu expansão no quantitativo total de cursos, passando de quatro, em 1991, para 31, em 2010, um crescimento de 675%. Avaliando-se por categoria administrativa, observa-se que o setor público é o maior responsável pela expansão dos cursos. Em 1991, Jataí contava com dois cursos públicos, passando para 28, em 2010, uma expansão de 1.300%, enquanto o setor privado aumentou apenas um curso durante o período analisado, o que corresponde a um crescimento de 50%.

Procedendo à apreciação da evolução dos cursos por dependência administrativa (Gráfico 12), averigua-se que as IES federais expressaram crescimento no quantitativo dos cursos no decorrer dos anos, passando de dois cursos em 1991 para 26 em 2010, expansão de 1200%. Inicialmente, a implantação de novos cursos federais foi limitada, pois Jataí contava apenas com o CAJ/UFG, que dependia de convênios firmados entre a UFG, PMJ e FEJ e, depois, com o Estado, para a criação e manutenção dos cursos; em seguida, com a adesão do câmpus ao Plano de Expansão das Ifes (2003), foram criados seis novos cursos nos anos de 2005-2007 e, com o Reuni (2007), nova expansão, com a criação de cinco novos cursos de graduação. A partir de 2001, o Cefet-GO – Uned/Jataí (hoje IFG – Câmpus Jataí) passou a ofertar cursos superiores, o que contribuiu para a expansão dos cursos federais.

A IES estadual (UEG) começou a ofertar dois cursos superiores na modalidade LPP de Matemática e de História em Jataí, em 2002, que, na época, funcionava como polo universitário; no ano de 2003, ofertou mais um curso de LPP de Geografia. Esses cursos de LPP eram transitórios, oferecidos enquanto houvesse demanda na região. As turmas de Matemática e História concluíram em 2005, a de Geografia em 2006 e, então, deixaram de ser ofertadas. Em 2006, a UEG criou uma UnU em Jataí com dois cursos superiores que continuam em funcionamento. Assim, a IES estadual, em 2002, contava com dois cursos de LPP e, em 2010, manteve o quantitativo de dois cursos, mas cursos superiores de tecnologia.

**Gráfico 12** – Jataí: evolução dos cursos por dependência administrativa – 1991-2010

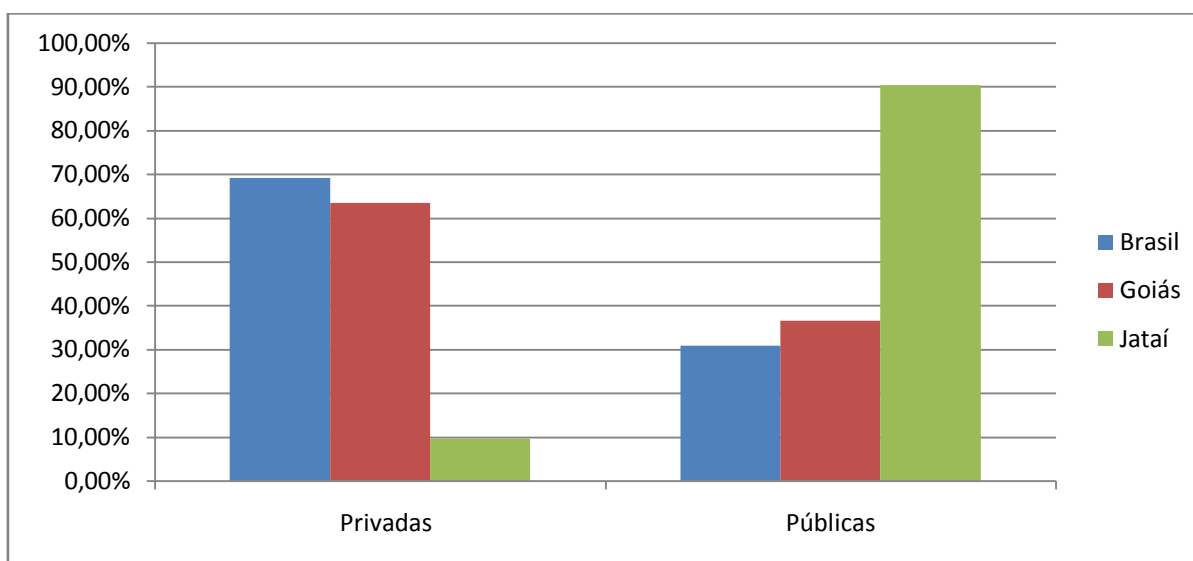
Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Com relação à categoria privada, desde 1985 o município de Jataí conta com o Cesut, que disponibiliza para a comunidade dois cursos: Direito e Administração, conforme mostrado anteriormente. Em função de sua natureza ambígua (pública e caráter privado) e da questão dos cursos terem sido objetos de disputas judiciais, não ocorreu expansão de cursos na instituição. Houve expansão dos cursos na categoria privada de Jataí com a criação de nova IES na cidade, a Faja, e a implantação de seu curso, em 2009. Na época de sua instituição, a intenção dos proprietários (um deles também sócio do Cesut) era implantar mais cursos, inclusive obtiveram autorização do MEC, mas, como o CAJ/UFG se antecipou para evitar a concorrência, a Faja optou pela não criação, permanecendo apenas com o curso de Ciências Contábeis<sup>348</sup>.

Ao considerar a distribuição percentual do número de cursos de graduação presenciais por categoria administrativa em Jataí (Tabela 69 e Gráfico 13), verifica-se que a proporção do quantitativo de cursos das públicas ampliou, passando de 50% em 1991 para 90,3% em 2010. Em contrapartida, o percentual das privadas apresentou decréscimo de 50% em 1991 e caiu para 9,7% em 2010. A distribuição percentual de cursos públicos e privados de Jataí é oposta à da realidade brasileira e goiana em 2010. Enquanto no Brasil e em Goiás constata-se a privatização dos cursos de ensino superior com 69,1% de índice brasileiro e 63,5% de índice goiano mediante os 30,9% e 36,5% de cursos públicos em 2010, Jataí oferece 90,3% de cursos públicos e 9,7% na categoria privada.

<sup>348</sup> Vale ressaltar que, em 2011, a Faja criou outro curso.

**Gráfico 13** – Participação percentual do número de cursos de graduação presenciais por categoria administrativa – Brasil, Goiás e Jataí – 2010



Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

A adesão do CAJ ao programa de Expansão das Ifes (2003) e ao Reuni (2007) possibilitou a criação de 11 novos cursos de graduação, ampliação de vagas nos cursos já em funcionamento, contratação de professores e técnicos administrativos, o que não seria possível se continuasse no modelo esgotado de expansão adotado pela UFG, pautado em convênios firmados com a FEJ, PMJ e o Estado.

**Tabela 69** – Jataí: evolução do número de cursos de graduação presenciais por dependência administrativa – 1991-1994-2002-2010

Ano	Total	IES pública					IES privada	
		Total	%	Federal	Estadual	Municipal	Total	%
1991	4	2	50	2	0	-	2	50
1994	6	4	66,7	4	0	-	2	33,3
2002	14	12	85,7	10	2	-	2	14,3
2010	31	28	90,3	26	2	-	3	9,7

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Ao considerar a evolução do número de cursos por organização acadêmica no período de 1991 a 2010 (Tabela 70), constata-se que as universidades se expandiram em 1.150%, passando de dois cursos para 25; o IF se expandiu 50%, passando de dois cursos em 2001 para três em 2010, e as faculdades ampliaram 50%, passando de dois cursos em 1991 para três em 2010. As universidades são as maiores responsáveis pela expansão dos cursos

superiores em Jataí, com destaque para a UFG que, do total de 25 cursos, oferta 23, e a UEG – UnU de Jataí, dois cursos. O crescimento da universidade federal a partir de 2005 se deve aos Planos de Expansão das Ifes e ao Reuni, implantados no governo Lula.

O crescimento de 50% dos cursos das faculdades se deve à criação de uma nova IES, à Faja, com dois cursos, e à criação do curso de Engenharia Elétrica pelo IFG – Câmpus Jataí.

Com relação à participação percentual de cursos de graduação presenciais por organização acadêmica (Tabela 70), verifica-se, em 1991, a mesma proporção das universidades e das faculdades, ambas com 50%. A partir de 1994, essa proporcionalidade apresentou mudanças ao longo dos anos. Em 2010, as universidades eram responsáveis por 80,6% dos cursos de graduação presenciais, e as faculdades e o IF por 9,7%, cada um.

Vale destacar que as duas universidades em 2010 eram responsáveis por 80,6% dos cursos (CAJ/UFG pela maioria, 78,1%, e a UEG – UnU de Jataí por 2,5%), as duas faculdades por 9,7% (Cesut – 6,5% e Faja – 3,2%) e o IFG – Câmpus Jataí por 9,7%.

**Tabela 70** – Jataí: evolução da participação percentual de cursos de graduação presenciais por organização acadêmica – 1991-1994-2002-2010

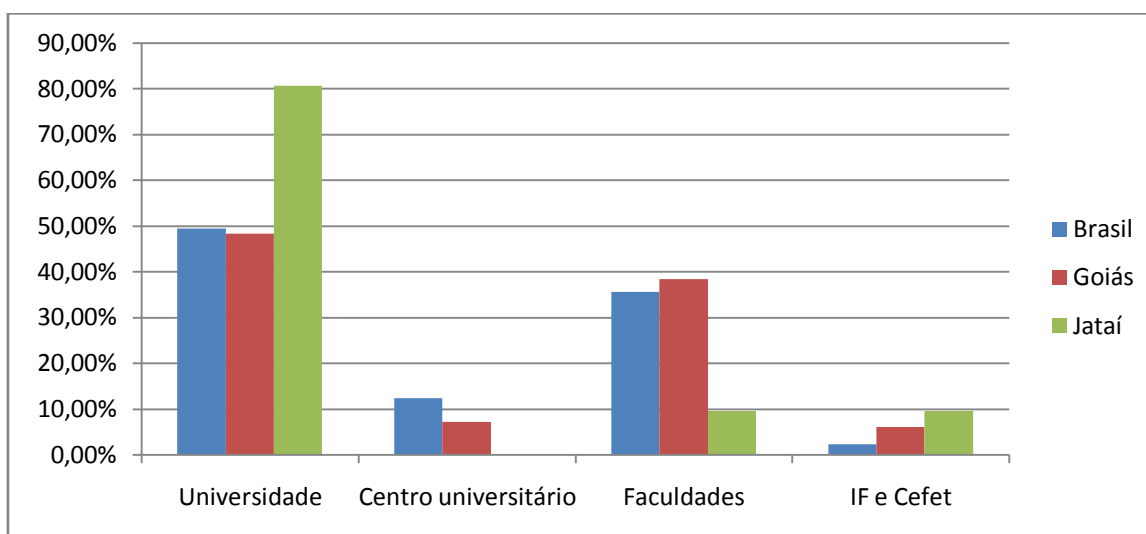
Ano	Total	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	IF e Cefts	%
1991	4	2	50,0	-	-	2	50,0	0	-
1994	6	4	66,7	-	-	2	33,3	0	-
2002	14	10	71,4	-	-	2	14,3	2	14,3
2010	31	25	80,6	-	-	3	9,7	3	9,7

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

A participação percentual dos cursos por organização acadêmica em Jataí no ano de 2010 foi de predomínio das universidades (80,6%). Comparando a realidade do município com a do Brasil (49,5%) e a de Goiás (48,3%) no referido ano (Gráfico 14), verifica-se que Jataí seguiu a lógica de participação percentual, na qual a maioria dos cursos se concentra nas universidades, mas vale ressaltar que a proporção de Jataí é superior.



**Gráfico 14** – Participação percentual de cursos de graduação presenciais por organização acadêmica – Brasil, Goiás e Jataí – 2010



Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

De acordo com os dados coletados no Inep, que constam na tabela 71, a evolução do número total de vagas ofertadas em Jataí na graduação presencial, no período compreendido entre 1991 a 2010, foi de 404,6%, sendo as IES públicas as maiores responsáveis pelo crescimento, pois elas se expandiram 1.429,4% (de 85 vagas em 1991 passou para 1300 em 2010), enquanto as privadas aumentaram apenas 41,7% (de 240 vagas em 1991, passou para 340 em 2010).

**Tabela 71** – Jataí: evolução do número de vagas ofertadas na graduação presencial e participação percentual por categoria administrativa – 1991-1994-2002-2010

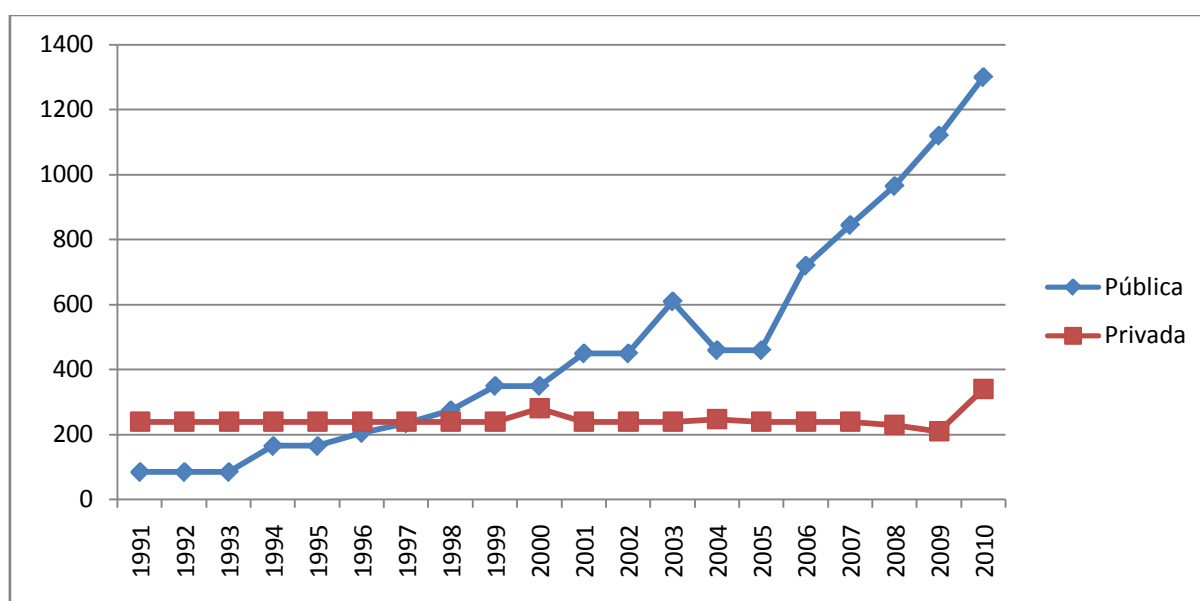
Ano	Vagas ofertadas				
	Total	Pública	%	Privada	%
1991	325	85	26,2	240	73,8
1994	405	165	40,7	240	59,3
2002	690	450	65,2	240	34,8
2010	1.640	1.300	79,3	340	20,7

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída, a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Até 2000, Jataí contava na categoria pública apenas com o CAJ/UFG, assim as vagas disponibilizadas eram dos seus cursos. Analisando o gráfico 15, observa-se que, durante o período de 1991-1993, a quantidade de vagas públicas permaneceu inalterada, pois o CAJ não criou novos cursos e nem ampliou vagas nos existentes. De 1994 a 2010, a FEJ, por meio de convênios firmados entre a UFG, PMJ e, depois, com o Estado (Quadros 5, 6, 7 –

Apêndice E), conseguiu repasse de verbas para pagamento de funcionários, construção e aquisição de material. Esses convênios, como outrora abordado anteriormente neste capítulo, possibilitaram o CAJ criar novos cursos e manter os que se encontravam em funcionamento, acarretando expansão das vagas públicas. Em 2001, a ampliação de vagas se deu em função dos cursos de LPP criados no polo universitário da UEG e o decréscimo do quantitativo de vagas, em 2004, pelo cancelamento desses cursos. De 2006 a 2010, o aumento de vagas públicas originou-se da implantação de novos cursos e do aumento de vagas nos cursos em funcionamento do CAJ, a partir da adesão do câmpus ao Plano de Expansão das Ifes (2003) e do Reuni (2007), implantados no governo Lula, da ampliação de vagas em cursos já existentes e da criação de novos cursos pelo IFG – Câmpus Jataí e da criação dos cursos de tecnologia da UEG – UnU de Jataí (Gráfico 15).

**Gráfico 15** – Jataí: evolução das vagas na graduação presencial por categoria administrativa – 1991-2010



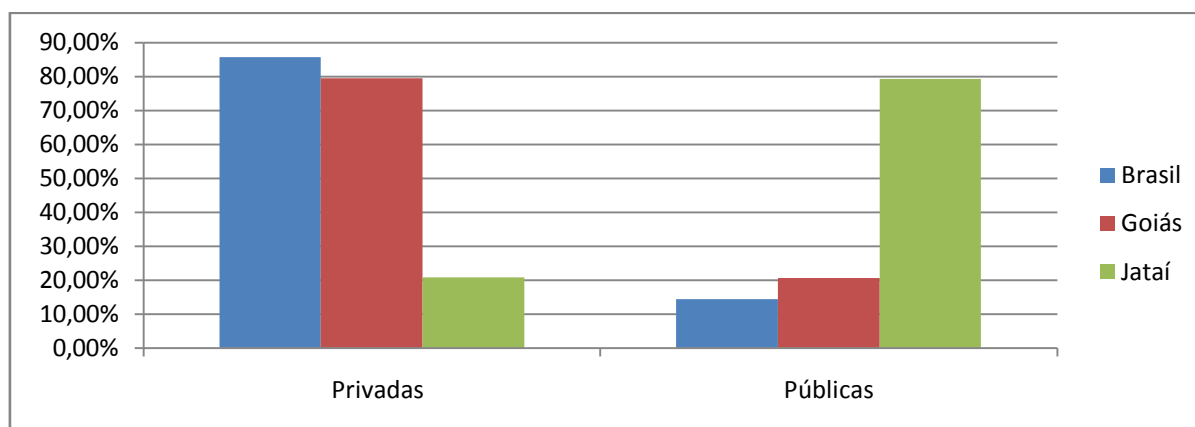
Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Com relação à evolução das vagas ofertadas na graduação presencial em Jataí, de 1991-2010, da categoria privada, considerando-se que até 2009 só existiam os cursos de Administração e Direito ofertados pelo Cesut, com 120 vagas cada, o quantitativo deveria ter permanecido inalterado com 240, apresentando expansão apenas em 2010, com a criação do curso de Ciências Contábeis com 100 vagas pela Faja. Porém, não é o que se verifica ao se analisar o gráfico 15. Quando entrevistado o diretor acadêmico do Cesut para esclarecimento das alterações no quantitativo de vagas dos anos de 2000 e 2004, que ultrapassaram as 240

vagas, e dos anos de 2008 e 2009, quando foi disponibilizado o quantitativo inferior, ele não soube explicar (Entrevistado 13). Observa-se discrepância entre as informações estatísticas do MEC/Inep com os dados disponibilizados pela IES. Tal questão deve ser problematizada, porque as vagas autorizadas pelo MEC foram 240, e a instituição, em alguns anos, disponibilizou mais. Vale ressaltar que os dados repassados para o Inep são fornecidos pela própria instituição.

Observando os dados da tabela 71 e do gráfico 16 relacionados à participação percentual das vagas por categoria administrativa, verifica-se que a proporção das vagas públicas foi se expandindo, passando de 26,2% em 1991 para 79,2% em 2010; em contrapartida, a categoria privada apresentou decréscimo, passando de 73,8% em 1991 para 20,7% em 2010. O que se observa é que enquanto no Brasil e em Goiás, em 2010, a proporção percentual das vagas públicas foi de 14,3% e 20,5%, respectivamente, em Jataí essa participação percentual foi bem superior, 79,2%; das vagas privadas, é de 85,7% no Brasil e de 79,5% em Goiás, evidenciando-se a privatização das vagas no ensino superior. Jataí apresenta realidade oposta: apenas 20,7% das vagas de graduação presencial são privadas.

**Gráfico 16** – Participação percentual do número de vagas de graduação presencial por categoria administrativa – Brasil, Goiás e Jataí – 2010

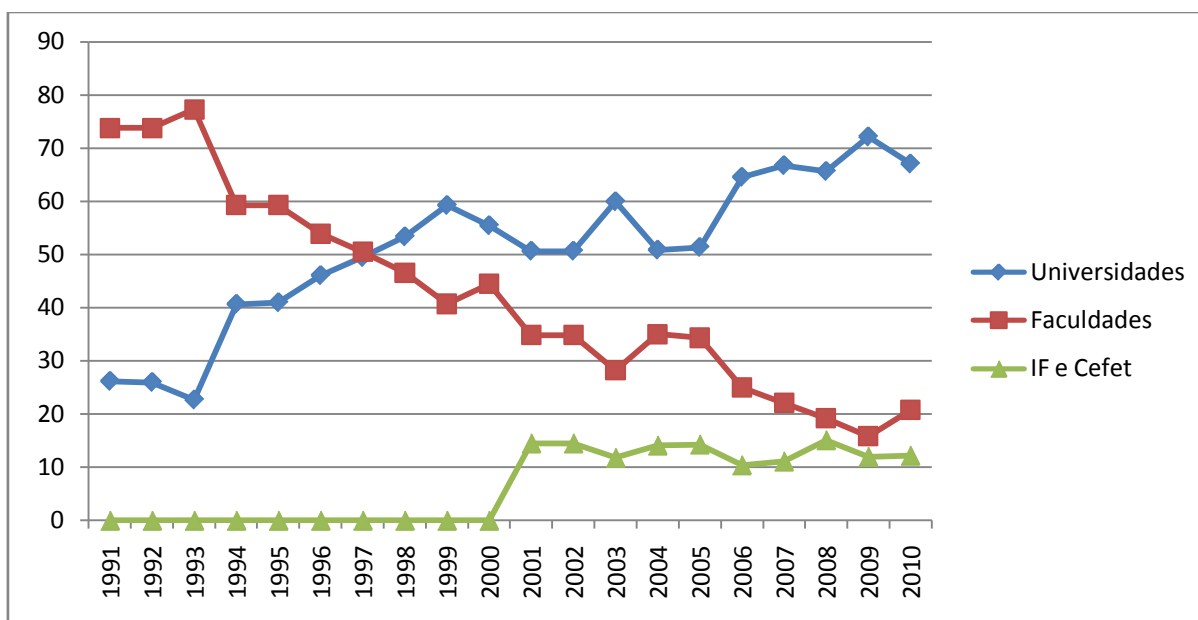


Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Procedendo à análise da evolução da participação percentual de vagas de graduação presencial de Jataí por organização acadêmica (Gráfico 17), constata-se que a organização acadêmica faculdade, representada pelo Cesut, de 1991 a 1997, era responsável por mais de 50% das vagas, a partir de 1998 a 2009. O percentual de participação foi decrescendo, atingindo, em 2009, a proporção de 15,8%. Em 2010, a categoria faculdades

recuperou parte de sua participação percentual de vagas, atingindo a proporção de 20,7% com a criação de outra IES (Faja) e a implantação de novo curso.

**Gráfico 17** – Jataí: evolução da participação percentual de vagas de graduação presencial por organização acadêmica – 1991-2010



Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

A categoria universidade, representada em Jataí pelo CAJ/UFG e pela UEG – UnU de Jataí, atingiu a proporção superior a 50% a partir de 1998, quando alcançou 53,4%. Vale ressaltar que, em 1998, existiam apenas os cursos do CAJ. Apresentou oscilação no quantitativo de vagas de 1999 a 2005 e, a partir de 2006, a proporção foi aumentando, e em 2009, alcançou a maior proporção, de 72,2%. No ano seguinte apresentou decréscimo, quando criado o curso de Ciências Contábeis pela Faja.

Em Jataí, a categoria IF e Cefet é representada pelo IFG – Câmpus Jataí, que passou a ofertar curso superior em 2001, quando era responsável por 14,5% das vagas de graduação presencial, e passou para 12,2% em 2010 (Tabela 72). Apesar de o número de vagas da instituição ter ampliado, passando de 100 vagas em 2001 para 200 em 2010, a proporção percentual caiu porque a ampliação de vagas, sobretudo das universidades, no mesmo período, foi superior, passando de 690 para 1.100 vagas.

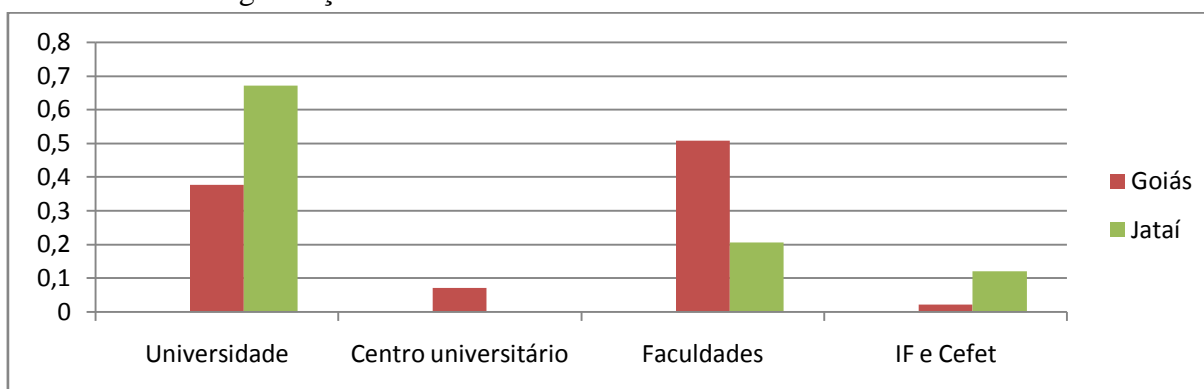
**Tabela 72** – Jataí: evolução da participação percentual de vagas de graduação por organização acadêmica – 1991-1994-2002-2010

Ano	Total	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	IF e Cefet	%
1991	325	85	26,2	-	-	240	73,8	0	-
1994	405	165	40,7	-	-	240	59,3	0	-
2002	690	350	50,7	-	-	240	34,8	100	14,5
2010	1.640	1.100	67,1	-	-	340	20,7	200	12,2

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Comparando a distribuição percentual do número de vagas de graduação presencial por organização acadêmica de Jataí e Goiás (Gráfico 18), no ano de 2010, verifica-se que a maior concentração das vagas do estado de Goiás (50,8%) ocorre nas faculdades, enquanto em Jataí se dá nas universidades (67,1%).

**Gráfico 18** – Participação percentual do número de vagas de graduação presencial por organização acadêmica – Goiás e Jataí – 2010

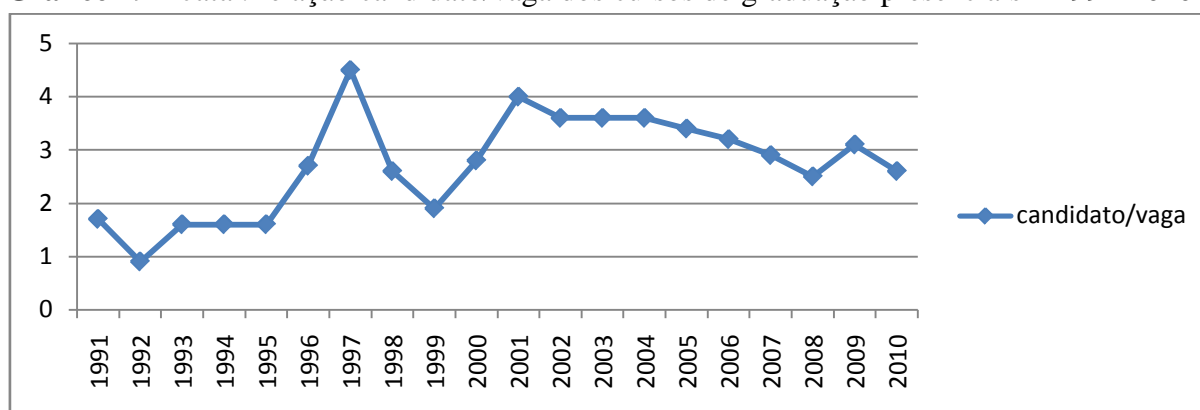


Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

De acordo com os dados apresentados na tabela 73, as vagas disponibilizadas cresceram 404,6% de 1991 a 2010, enquanto o número de candidatos no processo seletivo cresceu 660,4%. Em 1991, a relação candidato/vaga era 1,7, atingindo 2,6 em 2010, logo, apesar de se aumentar o número de cursos e vagas ofertadas, a demanda cresceu. Avaliando a relação entre vagas oferecidas nos cursos de graduação e candidatos inscritos na graduação presencial (Gráfico 19), observa-se que esta apresentou modificações no período analisado. A menor relação entre vagas oferecidas e candidatos inscritos, 0,9, ocorreu em 1992, quando eram disponibilizados os cursos de Pedagogia e Letras pelo CAJ e Direito e Administração pelo Cesut. A maior relação, de 4,5, aconteceu em 1997, quando foram implantados os cursos de Medicina Veterinária e Agronomia no CAJ, que atendem às atividades econômicas

desenvolvidas na região. Esses dois cursos, durante muito tempo, foram solicitados pela comunidade, que reivindicava cursos de bacharelado sem ser de licenciatura. A procura por cada curso pode estar relacionada às oportunidades de emprego, ao *status* social, à vocação profissional, dentre outros fatores. De 2001 a 2008, observa-se que a relação candidato/vaga reduziu, passando de quatro em 2001 para dois e meio em 2008, apresentando recuperação em 2009 e decréscimo em 2010. Esse decréscimo pode ser explicado pelo aumento do número de vagas ter sido maior que a demanda.

**Gráfico 19** – Jataí: relação candidato/vaga dos cursos de graduação presenciais – 1991-2010



Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Nem sempre todas as vagas disponibilizadas são preenchidas, o que geram vagas ociosas (Tabela 73 e Gráfico 19). Em 1991, dos quatro cursos com 325 vagas ofertadas, 13,5% destes não foram preenchidas e, em 2010, dos 31 cursos com 1.640 vagas disponibilizadas, observa-se uma expansão das vagas ociosas que passaram a corresponder a 34,5%, o maior percentual dos anos analisados, despertando preocupação dos gestores das IES. O ex-diretor do CAJ (Entrevistado 8) ressalta que a preocupação da instituição deve se direcionar para a consolidação dos cursos já existentes e trabalhar para manter a demanda no processo seletivo, evitando-se as vagas ociosas.

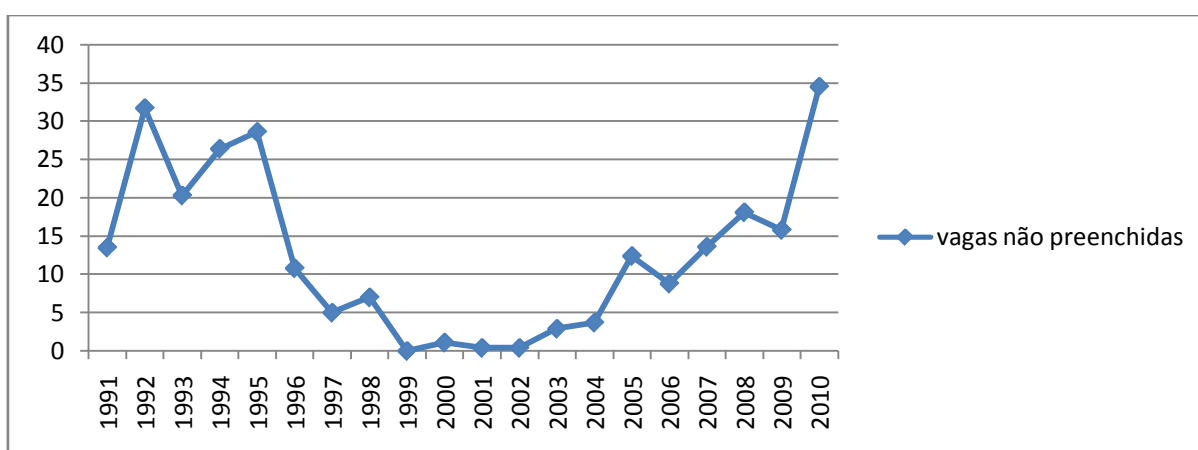
**Tabela 73** – Jataí: vagas ofertadas dos cursos de graduação presenciais, candidatos inscritos, candidato/vaga, ingressos por processo seletivo, vagas não preenchidas – 1991-1994-2002-2010

Ano	Vagas	Candidatos	Candidato/vaga	Ingressos	Vagas não preenchidas	%
1991	325	555	1,7	281	44	13,5
1994	405	633	1,6	298	107	26,4
2002	690	2.516	3,6	687	3	0,4
2010	1.640	4.220	2,6	1074	566	34,5

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Analisando o gráfico 20, observa-se que o ano de 1999 foi o único em que todas as vagas foram preenchidas, e os anos de 2001 e 2002 teve apenas 0,4% de vagas ociosas. No período de 1997-2004 e 2006, a porcentagem de vagas ociosas foi pequena, abaixo de 10%, e, em 1992-1996, 2005, 2007-2010, a participação percentual variou entre 10 e 30%. As vagas ociosas de 1992 podem ser explicadas em parte pela pequena demanda de candidatos, quando foram oferecidas 325 vagas, e o número de candidatos inscritos foi de 0,9. De 1993 a 1996, dentre as justificativas para as vagas ociosas, estão a incapacidade dos candidatos em ocupar as vagas e a insuficiência de recursos para arcar com as mensalidades (Entrevistado 1). De 2006 a 2010, além das justificativas levantadas anteriormente, uma situação que deve ser considerada é que a expansão do número de vagas nos últimos anos estava superior à demanda pelo vestibular. De acordo com dados do Inep (2011), Jataí de 2006 a 2007, expandiu 13,1% o número de vagas no ensino superior, enquanto o crescimento quantitativo de candidatos foi de 1,27%; de 2007 a 2008, ampliou 10,13% das vagas e, em contrapartida, ocorreu um decréscimo de -5,7% candidatos; de 2009-2010, a expansão de vagas foi de 23,3%, enquanto o aumento dos candidatos inscritos foi de 1,9%. Isso nos leva a refletir sobre o processo de expansão de vagas e dos cursos no ensino superior em Jataí.

**Gráfico 20** – Jataí: porcentagem de vagas ociosas dos cursos de graduação presenciais – 1991-2010

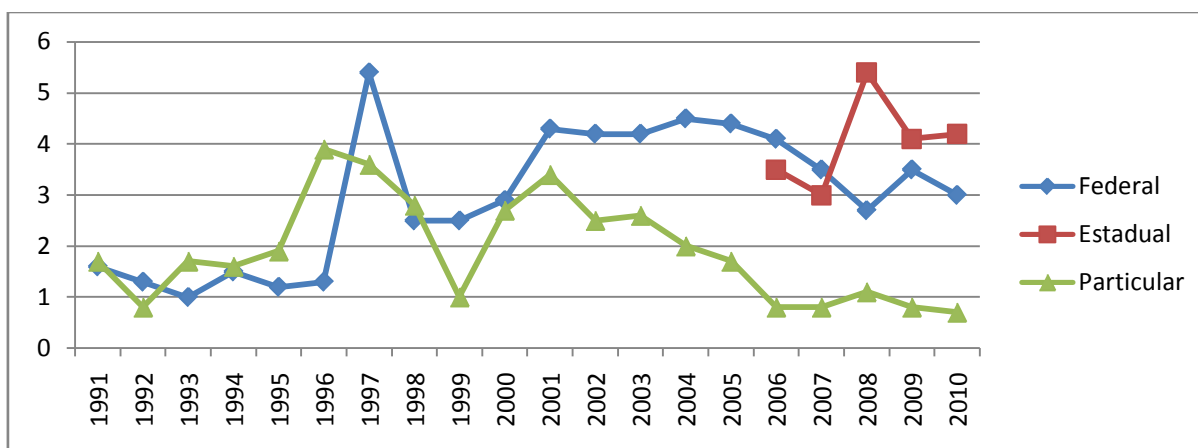


Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Ao analisar os dados da relação candidato/vagas das IES federais, estadual e particulares de Jataí expressos pelo Inep (2011) e gráfico 21, verifica-se que o menor índice da federal foi de 1,0 candidato/vaga em 1993, e o maior, de 5,4, foi em 1997, ano de criação dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária; na rede estadual, o menor índice foi 3,0 em

2007, e o maior, de 5,4, em 2008; nas IES privadas, o menor índice foi 0,8 (em 1992, 2006 e 2010), e a maior relação candidato/vaga, de 3,9, foi em 1996.

**Gráfico 21** – Jataí: relação candidato/vagas das IES federais, estadual e particulares – 1991-2010



Fonte: MEC/Inep. Elaborado pela autora, a partir dos dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Analisando os dados apresentados no gráfico 21, verifica-se que, nos anos de 1991, 1993-1996 e 1998, a relação candidato/vaga do Cesut (particular) era maior que o do CAJ (federal) e, a partir de 1999, passou a ser menor. De acordo com o diretor geral do Cesut (Entrevistado 12), a relação candidato/vaga da instituição começou a cair nos últimos anos, principalmente a partir de 2004, em função da criação de cursos de Direito nas cidades vizinhas (Mineiros, Rio Verde, Caiapônia Iporá, Qirinópolis) e em Jataí pelo CAJ/UFG, em 2007.

A relação candidato/vaga da estadual, em 2005, era de 3,5 e, em 2010, passou para 4,2 (BRASIL, MEC, Inep, 2011). Comparando a relação candidato/vaga no período de 2008-2010 da estadual com a federal e particular de Jataí (Gráfico 21), a rede estadual é a que apresenta os maiores índices.

De acordo com dados disponibilizados pelo Inep (2011) e apresentados no gráfico 21, durante seis anos, de 2001 a 2006, a rede federal manteve a relação candidato/vaga no índice de 4,0 (variando de 4,1 a 4,5). De 2007 a 2010, apresentou declínio, atingindo, em 2010, o índice de 3,0. Apesar da oscilação no índice de candidato/vaga, verifica-se que a maior procura dos candidatos, a partir de 1999, ocorreu nas IES federais e nas estaduais (a partir de 2006), sobretudo por serem gratuitas. Tal questão merece análise específica posterior, o que escapa aos limites propostos nesta pesquisa.



Após as análises dos indicadores referentes à graduação presencial de 1991-2010, observa-se, no Brasil e em Goiás, a expansão da educação superior privada, enquanto no município de Jataí o crescimento, tanto em número de IES quanto de cursos e de vagas, ocorreu no setor público. As políticas de governo implementadas por Lula (2003-2010) na educação superior estimularam a expansão da rede pública em Jataí. Dentre elas, o Plano de Expansão das Ifes (2003) e o Reuni (2007) são responsáveis pela expansão de 11 cursos de graduação e consolidação do CAJ; o Programa de Expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2006), apesar do IFG – Câmpus Jataí não fazer parte da rede de expansão, indiretamente o câmpus foi beneficiado pela luta da reitoria da instituição para deixar todos os câmpus em igualdade de condições físicas e de material. Assim, pode atender a demanda local por um novo curso superior em 2008. O Fies e o Prouni não interferiram na expansão da categoria privada de Jataí, porque o Cesut não pode se cadastrar devido à sua ambiguidade jurídica e a Faja não atendia aos critérios definidos pelo MEC.

Neste capítulo, buscaram-se analisar os indicadores que tiveram efeito no processo de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí-GO e perceber as tendências, perspectivas e limites do processo de expansão das cinco IES de graduação presencial existentes na cidade. Constatou-se ainda, que a possibilidade de expansão dos cursos, das vagas e das matrículas das instituições privadas, é reduzida, enquanto, nas públicas, sobretudo nas federais, a expansão pode continuar em função do novo estatuto da UFG, dos concursos para professores e técnicos administrativos que continuam sendo realizados e da ampliação do espaço físico propiciado pela adesão ao Reuni.

Mas vale ressaltar que, para a continuidade da expansão dos cursos de graduação e das vagas das IES públicas do município de Jataí e manutenção dos já existentes, as instituições dependem do incremento de recursos financeiros e humanos que possam garanti-los. Para tanto, faz-se necessário a reestruturação das políticas públicas orientadas para a educação superior pública no Brasil.

Para o CAJ/UFG expandir-se, depende de novos planos de governo, como o Reuni, para ter acesso a verbas para construção e vagas para novas contratações de professores e técnicos administrativos, partindo do pressuposto de que a FEJ, da forma como vem atuando, não tem condições de firmar novos convênios com a UFG, dando respaldo financeiro para sua expansão. Ou, então um, novo modelo de expansão deve ser estruturado pela UFG para continuar com sua política de expansão e interiorização.

O IFG – Câmpus Jataí, de acordo com a Lei 11.892/2008, já possui quase a porcentagem estabelecida por lei de curso de graduação superior em funcionamento. Logo, para se expandir, será preciso negociar com o conselho superior do Instituto e com o MEC.

A UEG – UnU de Jataí foi criada, mas, diante dos problemas e das dificuldades apresentados, pode-se afirmar que se encontra em fase de estruturação e consolidação. Portanto, ainda é cedo para um movimento de expansão e não existe articulação da sociedade civil solicitando novos cursos.

Analisando as IES privadas do município de Jataí, a possibilidade de expansão praticamente inexistente, segundo depoimento dos entrevistados. Para a direção geral do Cesut, a ambiguidade jurídica dos cursos da instituição, a queda da demanda dos cursos ofertados, a concorrência existente de diferentes cursos superiores presenciais e a distância de outras IES de Jataí e de cidades circunvizinhas dificultam e até mesmo desmotivam o investimento dos empresários do ramo da educação superior. O mesmo acontece com a Faja, em função da baixa demanda pelos cursos no processo seletivo, e a ausência de lucro desestimulou os proprietários a investir na criação de novos cursos, sem previsão de ampliação.

De forma geral, é imprescindível uma ampla articulação da sociedade política e civil para que as demandas por novos cursos sejam incorporadas e executadas pelas ações institucionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada, vinculada à linha de pesquisa Estado, Políticas e História da Educação, buscou como objeto de investigação o processo de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí/GO, adotando-se como recorte temporal o período de 1985-2010. Este corresponde ao período em que se deu a criação de IES e cursos de graduação presenciais de caráter permanente no município de Jataí.

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizaram-se pesquisa bibliográfica, documental, análise estatística e entrevistas, com o objetivo de coletar informações, sistematizar ideias e analisar as questões propostas nessa investigação. O estudo dos indicadores do Brasil, de Goiás e de Jataí centralizou-se nas variáveis relativas às IES, matrículas, cursos e vagas da graduação presencial, que dão expressão e materialidade às categorias expansão e interiorização. Após a coleta dos dados, tentou-se, a partir das memórias dos entrevistados, fazer um confronto das informações colhidas dos depoentes com os dados coletados nas fontes documentais e dos dados da análise estatística, para compreender e analisar como se deu o complexo e singular processo de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí-GO, identificando as variáveis e os atores sociais.

A partir da tendência nacional de uma lógica de expansão e interiorização da educação superior, fortemente marcada pela privatização da educação superior, evidenciou-se no estudo a singularidade de Jataí: a expansão do público. Logo, trata-se de um estudo de caso que procura apreender as especificidades e a singularidade do processo de expansão e interiorização da educação superior no município de Jataí, na qual foram analisadas as ações vinculadas à expansão e interiorização de cursos de graduação na modalidade presencial.

O caso do município de Jataí está diretamente ligado às políticas nacionais, mas há, ainda, as especificidades locais. O embate entre o público e o privado sempre esteve presente na discussão da expansão e interiorização da educação superior de Jataí, desde a criação das primeiras IES. A singularidade de Jataí tem a ver com a tessitura política do poder local e, neste contexto, a Fundação Educacional de Jataí cumpre um importante papel na educação superior pública, bem como com as políticas e gestão desencadeadas pelas políticas federais do governo Lula no tocante à expansão pública da educação superior por meio da criação de IES, cursos e vagas.

Procurou-se, ao longo da investigação, identificar elementos nas políticas de expansão e interiorização da educação superior brasileira, tendo por eixo, sobretudo, as

políticas e ações desencadeadas pelo governo federal para apreender a situação materializada no município de Jataí, pela via do público e do privado, com enfoque nos governos de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010). A centralidade da análise da tese sobre a expansão e interiorização da educação superior se deu no período mais recente, de 1994 a 2010, face à complexidade e extensão do recorte do estudo, pelo conjunto de políticas e ações voltadas para a expansão da educação superior (pública e privada) propostas e implementadas nos governos de FHC e Lula, sendo um dos marcos de referência a LBB/1996, além de que, nesse período, concentram-se elevadas taxas de expansão da educação superior no Brasil após a consolidação desse nível de ensino. O caso de Jataí ganhou contornos próprios com efetiva expansão pública, a partir da década de 1990, sobretudo após 1998 a 2004, e a partir de 2007, com a adesão ao Reuni.

A alteração nas políticas e gestão da educação superior advinda, principalmente após a LDB/1996, propiciou uma reestruturação da educação, sobretudo da educação superior. Os dados da educação superior brasileira, abordados na tese, evidenciam que o sistema, a partir da segunda metade de 1990: ampliou tanto o número de IES quanto o de matrículas, com primazia na rede privada; tornou-se mais heterogêneo a partir da diversificação na organização acadêmica e na oferta de cursos; conservou as assimetrias regionais, com maior concentração na região Sudeste, apesar da expansão de IES e cursos ocorridos em todo o Brasil; expandiu as oportunidades de acesso à educação superior, que se deu por meio de programas de financiamento federal – Fies e Prouni –, e expandiu o número de vagas ociosas, principalmente em IES privadas, o que demonstra que o crescimento sucedeu sem planejamento apropriado.

O processo de diversificação e diferenciação institucional naturalizado após 1995 no país, por meio das mudanças nas políticas e gestão da educação superior, é fundamental para a compreensão da lógica expansionista adotada na educação superior, das matrículas e também do quantitativo de IES, de cursos e de vagas, como evidenciamos no estudo.

As reformas educacionais implementadas no governo FHC se pautaram na descentralização, na racionalização dos gastos, no aumento da produtividade, na competitividade e avaliação, seguindo a lógica privatista. As IES públicas sofreram severos cortes, ajustes e modificações expressivas no seu modo operacional e, para tanto, acrescentaram iniciativas para apreensão de recursos junto a empresas e clientes, comercializando seus serviços.

A expansão do ensino privado criou possibilidades de acesso ao ensino superior a uma parcela maior da população e em diferentes regiões do Brasil. Em contrapartida, seu

crescimento se deu de forma significativa, sem corpo docente qualificado e infraestrutura mínima necessária ao seu funcionamento, voltado, hegemonicamente, para o ensino, secundarizando pesquisa e atividades de extensão. Tais constatações se constituem em importante parâmetro para análise da qualidade dessas IES. A expansão das matrículas nas IES privadas se traduziu em uma trajetória ascendente no governo de FHC, mas deparou-se, entre outros, com a limitação do poder aquisitivo dos possíveis estudantes.

Destacam-se, entre as medidas adotadas no governo FHC que impulsionaram a expansão das matrículas no ensino superior, a GED (setor público) e o Fies (setor privado). Tais processos revelam o complexo cenário da educação superior. Em Goiás, a GED possibilitou expansão de cursos e vagas, principalmente nos câmpus da UFG de Goiânia. Considerando-se o caso específico de Jataí, essa expansão se apresenta de forma singular, pois, devido ao pequeno número de docentes vinculados ao quadro funcional da UFG, a implantação GED no CAJ/UFG praticamente não incentivou a expansão das matrículas. No caso específico da educação superior privada em Jataí, o não cadastramento das IES ao Fies impediu os estudantes de ter acesso a esta modalidade de financiamento. Trata-se, deste modo, de um processo demarcado pela interseção entre as políticas nacionais e as dinâmicas locais.

No governo Lula, ressaltam-se, dentre as medidas adotadas que ampliaram a expansão do número de vagas na educação superior da graduação presencial, colaborando para o maior acesso dos jovens para esse nível de ensino: o Prouni, o Programa de Expansão das Ifes, o Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, o Reuni e a descentralização por meio da interiorização da educação superior com criação dos novos câmpus e dos IF em cidades de pequeno e médio portes. A partir da análise realizada dos indicadores referentes à educação superior no governo Lula, depreende-se que ocorreram expansão e interiorização desse nível de ensino, com ampliação do número de IES, do quantitativo de cursos e do número de matrículas nos cursos de graduação presencial. Isso possibilitou maior acesso ao ensino superior da população brasileira, tanto nas IES privadas quanto nas públicas, permanecendo, como no governo FHC, a primazia na categoria privada, apesar de as políticas implantadas estarem direcionadas para as IES públicas e o controle do crescimento indiscriminado das privadas.

Considera-se que o Prouni se trata de uma ação estrutural, marcada pela transferência de fundo público para o privado, além do deslocamento de responsabilidade sobre o direito à educação para a sociedade civil (privatização política) dos direitos sociais e subjetivos do cidadão.

Ambos os governos adotaram um conjunto de medidas normativas que corroboraram com a política de expansão do ensino superior sob a lógica da diversificação, diferenciação e privatização, cada governo com suas especificidades. Merecem ser ressaltadas, contudo, ações contundentes no governo Lula direcionadas à efetiva expansão do setor público federal, com o Plano de Expansão da Ifes (2003) e o Reuni (2007), analisados no primeiro capítulo da tese.

A expansão e interiorização da educação superior em Goiás consolidaram-se no discurso da necessidade de desenvolvimento e modernização do Estado, assim como nas relações travadas em seu interior, tendo como finalidade a dinamização da economia.

Goiás vivenciou, na década de 1980, transformações econômicas e sociais no Estado, resultantes do sistema capitalista, que incitaram maior atividade dos diferentes setores econômicos (comerciais, industriais e de serviços) e educacionais, que contribuíram para a interiorização do ensino superior. Neste contexto, ocorreu grande movimento expansionista na educação superior quando foram criadas as fundações municipais, as IES isoladas e novas autarquias estaduais. O discurso era o ensino superior como fator de modernização, desenvolvimento regional e prestígio. O movimento expansionista foi caracterizado pela interiorização da educação superior no estado de Goiás, por meio de sete fundações educacionais, que criaram e/ou consolidaram IES nos municípios goianos, sendo uma delas a FEJ. As medidas de regulação para criação e credenciamento de IES pelas fundações e para a obtenção de autorização e reconhecimento de cursos eram mais frágeis. A expansão da educação superior de Goiás na década de 1980 ocorreu em todas as esferas de dependência administrativa, passando de 11 IES, em 1979, para 31, em 1991. Em Jataí, em 1980, foi criado o CAJ com um curso de caráter temporário e, no ano de 1985, implantou-se o curso de Pedagogia de caráter permanente. Ainda em 1985 criou-se o Cesut.

Na década de 1980, observou-se a privatização da educação superior no Brasil e em Goiás, situação semelhante constatada no município de Jataí, especificamente no período de 1985-1989. No final da década, Jataí contava com uma IES pública (CAJ/UFG) e uma IES privada (Cesut), sendo que a categoria administrativa privada era responsável, em 1989, por 66,7% dos cursos ofertados, pela maior oferta de vagas (85,7%), do maior percentual de matrículas (93,3%), não apresentando vagas ociosas. Na década de 1990, essa lógica de expansão privatista da educação superior se alterou em Jataí.

Com o objetivo de dinamizar a economia goiana, na década de 1990, o estado de Goiás se transformou em uma economia mais industrializada, e a educação passou a ser entendida como fundamental na formação de profissionais especializados e qualificados para

atender a demanda do mercado de trabalho. A expansão e interiorização da educação superior, nesse período, continuaram como na década de 1980, como valor agregado da modernização e de desenvolvimento de cidades do interior, sendo uma delas Jataí. O estado de Goiás e o município de Jataí seguiram a lógica nacional de diversificação e diferenciação institucional para a expansão e interiorização da educação superior. Esse movimento se materializou de maneira ampla e heterogênea, permeado tanto por práticas de natureza pública quanto privada, com predominância das privadas no Estado e no Brasil e, em Jataí, com preponderância do público, em oposição à lógica privatista nacional e goiana.

A expansão da educação superior no Brasil, como em Goiás e em Jataí, é uma decorrência, sobretudo, das políticas nacionais. Apesar de Jataí ter se beneficiado das políticas nacionais, em função das condições locais, de sua dinâmica histórica e suas especificidades, o município apresenta o predomínio das matrículas nos cursos de graduação no setor público, na contramão da lógica expansionista brasileira.

Verifica-se que a política de expansão e interiorização do ensino superior em Jataí encontra-se vinculada a objetivos econômicos, a empenho de grupos políticos, à criação de IES em função do município ser considerado como região polo de crescimento, e a atores sociais envolvidos na criação, consolidação e administração das instituições superiores da cidade. Dentre as especificidades de Jataí, podem ser citadas: a institucionalização da FEJ e seu importante papel no tensionamento entre o público e o privado; os movimentos pró-criação das IES, que geraram, entre outras, a criação do CAJ/UFG, do Cesut, da UEG – UnU de Jataí, da ETFG – Uned Jataí (hoje IFG – Câmpus Jataí), e o movimento institucional da UFG, ETFG (atual IFG) e UEG, que adotaram políticas de expansão e interiorização e criaram câmpus ou unidade universitária no município de Jataí, onde instalaram cursos de graduação presencial.

Após estudos e reflexões do curso histórico da realidade da educação superior brasileira, amparado no modelo teórico desenvolvido por Trow (2005), que define as fases de transformação do sistema de educação superior (sistema de elite, de massa e de acesso universal), considerando a característica do tamanho do sistema a partir do crescimento de matrículas efetivadas de jovens entre 18 a 24 anos, o Brasil, em 2010, apesar das políticas adotadas nos governos de FHC e, sobretudo nos governos de Lula, apresenta-se delineado na fase do sistema de elite, acolhendo 13,9% do grupo etário relevante. Vale destacar que o crescimento da taxa bruta de matrículas brasileiras em 2010 atingiu 26,7%, o que indica que o país expandiu o número de pessoas no ensino superior e aumentou o nível de escolaridade da população adulta. Encontra-se emergindo a fase do sistema de massa nos últimos anos, após

propostas feitas e materializadas nos governos de FHC e de Lula. É importante salientar que, apesar da ampliação do número de matrículas, não se conseguiu atingir a meta um do PNE/2001, que era “Prover a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década”.

Considerando-se a taxa de matrícula líquida do ensino superior de Jataí, em 2010, de 20,93%, pode-se dizer que o município se encontra no sistema de massa. Verifica-se que a taxa líquida do ensino superior, em 2010, do município de Jataí, é superior à taxa brasileira (13,9%), que se caracteriza como sistema de elite, e do estado de Goiás (16,3%), que se depara entrando no sistema de massa (atendimento de até 15%). Para que Goiás possa consolidar a massificação da educação superior, políticas e ações necessitam: ser adotadas, dentre elas políticas compensatórias que garantam igualdade de oportunidades nas formas de acesso e de permanência; pensar a educação superior como um direito, e não como privilégio; ampliar a relação professor/estudante, considerando-se os parâmetros de qualidade da educação, diversificação e diferenciação dos cursos.

O estado de Goiás, durante o período de 1994-2010, apresentou expansão de 242,4% no quantitativo de IES, com destaque das instituições privadas com crescimento de 700%, enquanto as públicas apresentaram queda de 66,7%. A expansão se deve às políticas de diversificação e diferenciação adotadas a partir de meados de 1990. A redução das IES públicas se deve, sobretudo, à criação da UEG pelo agrupamento de instituições de ensino superior isoladas. Em 2010, a participação percentual das instituições privadas em Goiás atingiu 90,0%, e as públicas, 10,0%.

O município de Jataí, no período de 1994-2010, expandiu 250% no quantitativo de IES, ao contrário do Brasil e de Goiás, onde o maior crescimento foi no quantitativo das instituições públicas com a criação da ETFG – Uned Jataí (hoje IFG – Câmpus Jataí) – e da UEG – UnU de Jataí. Em 2010, a participação percentual das instituições privadas de Jataí atingiu 40,0%, e as públicas, 60,0%. Observa-se que a proporção de IES públicas de Jataí em 2010 foi superior à de Goiás (10%) e à do Brasil (11,7%).

Com relação à evolução das matrículas de Goiás, no período de 1994-2010, a pública e privada se expandiram, seguindo a lógica de expansão brasileira, maior expansão na categoria administrativa privada (525,03%) do que na pública (175,08%). Parte da expansão das matrículas das IES públicas em Goiás se deve à criação da UEG, da expansão e interiorização da UFG, a partir dos planos de Expansão (2003) e do Reuni (2007), do governo Lula. Verifica-se que a proporção das matrículas privadas de Goiás em 2010 atingiu 69,5% das matrículas, ou seja, inferior ao brasileiro, de 73,2%; a proporção das públicas (30,5%) é



superior à do Brasil (26,8%). A concentração das matrículas de Goiás se dá nas universidades (46%), assim como em Jataí (72,3%).

Jataí, com relação à evolução das matrículas no período de 1994-2010, não seguiu a lógica privatista de expansão brasileira e goiana; a expansão se deu nas IES públicas (81%) enquanto as privadas apresentaram queda na ordem de 6%. Vale ressaltar que, apesar da queda verificada na evolução das matrículas privadas, observam-se, durante o período em análise, anos que apresentam crescimento.

Considerando-se a evolução dos cursos de Goiás, as IES privadas, assim como no Brasil, disponibilizam o maior quantitativo de cursos praticamente em todo o período de 1994-2010. Isso se deve à regulamentação e ao processo de regulação da educação superior e de políticas que estimularam a expansão, com destaque ao setor privado/mercantil, que faz do lucro seu principal objetivo. No município de Jataí, a expansão de cursos ocorreu em maior proporção nas IES públicas, um crescimento de 675%, enquanto as privadas ampliaram 50%, indo na contramão da lógica nacional e de Goiás. Tais fatos sinalizam a importância de análises pormenorizadas da materialização da educação superior de modo a apreender os nexos e as especificidades. Particularmente, Jataí é singular.

Com as políticas educacionais do governo Lula de ampliação do financiamento público ao setor público, implantação de programas, como Expansão das Ifes (2003), Prouni, Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Reuni (2007), Fies, dentre outros, verifica-se alteração na evolução do número de cursos e vagas por categoria administrativa no Brasil, em Goiás e no município de Jataí. De 2002-2010, em Goiás, a proporção percentual dos cursos das IES públicas foi caindo, e a das IES privadas foi se expandindo, atingindo, em 2010, 52,73%, e as IES públicas, 47,27%, enquanto, em Jataí, a proporção das públicas se expandiu e a privada reduziu. As públicas foram responsáveis, em 2010, por 90,3% dos cursos, e as privadas, por 9,7%. Goiás segue a mesma lógica na evolução da proporção dos cursos que o Brasil, de 2002-2010, quando houve decréscimo na participação percentual das universidades, apesar de continuarem responsáveis pela maioria dos cursos ofertados; em Jataí, ocorreu expansão da participação percentual dos cursos das universidades (federais), que foram os responsáveis, em 2010, por 80,6%.

De 2002-2010, houve redução no percentual do número de vagas ofertadas das IES públicas em Goiás, atingindo 20,5% em 2010, enquanto as IES privadas eram responsáveis por 79,5%. Isso caracteriza a privatização das vagas no estado de Goiás durante o governo Lula, como se sucedeu no Brasil, mas em uma proporção percentual diferente. No Brasil, em 2010, as IES privadas eram responsáveis por 85,7% das vagas ofertadas, e as

públicas por 14,3%. A realidade de Jataí, em 2010, é oposta à do Brasil e de Goiás: o município apresenta 79,3% de vagas na categoria pública e 20,7% na categoria privada.

Assim como o Brasil, o estado de Goiás e o município de Jataí expandiram as vagas para a educação superior de 1994 -2010, mas a demanda por essas vagas não ocorreu na mesma proporção, atingindo a proporção de 56,2% de vagas ociosas, em Goiás, em 2010, condição semelhante vivenciada por Jataí, mas em menor proporção, 34,5%. Essa situação evidencia que outras políticas e ações precisam ser tomadas para amenizar esse problema. Investigação direcionada à análise dessa problemática é fundamental para eventuais ajustes nas políticas e gestão.

Jataí, em 2010, dispunha de um quadro representativo e diversificado de IES que ofertam cursos de graduação presencial. Contava-se, na esfera particular, com o Cesut e a Faja e, na esfera pública, com o CAJ/UFG e IFG – Câmpus Jataí (federal) e UEG – UnU de Jataí (estadual).

Ao longo da tese, situaram-se as IES (públicas e privadas) do município de Jataí, seu histórico (criação, consolidação e complexificação), os dados institucionais dos cursos de graduação (vagas, inscritos, matrículas, candidato/vaga, vagas ociosas e concluintes), as questões relacionadas ao vínculo empregatício dos docentes, a titulação docente e o regime de trabalho, nos quais foram evidenciadas importantes assimetrias entre as instituições, inclusive entre as públicas. Neste contexto, pode-se dizer que a expansão da educação superior se deu de maneira diversificada e diferenciada.

Por um lado, o CAJ/UFG e o IFG – Câmpus Jataí apresentaram uma expansão pública com indicadores de qualidade, com quadro de docentes constituído por número significativo de doutores e mestres, o ingresso dos docentes via concurso público, a maioria dos docentes contratados no regime de trabalho de 40 horas e com DE, o que contribui para que atividades de ensino, pesquisa e extensão sejam desenvolvidas, e para a existência de espaço físico (salas de aula, laboratórios e biblioteca). Em contrapartida, a UEG – UnU de Jataí, a despeito de ser instituição pública, apresenta em suas condições concretas indicadores que revelam o não atendimento aos parâmetros básicos de qualidade e de uma universidade. Em 2006, no ano de criação dos cursos de tecnologia, segundo depoimento do ex-diretor da instituição, o espaço físico alugado para o funcionamento da instituição não era o ideal, pois não existiam biblioteca, acervo de livros e laboratórios. Alguns desses problemas identificados na criação foram em parte contornados, mas, em 2010, a instituição continuava contratando funcionários e docentes sem concurso, contando apenas com um professor

efetivo, e o restante (96,87%) compunha-se de contratos temporários e de um docente com titulação de doutor.

O setor privado da educação superior de Jataí, representado pelo Cesut e pela Faja, apresentou uma expansão dos cursos de graduação de maneira mais homogênea, ainda que balizado pelo não atendimento dos padrões de qualidade (Decreto 5776/2006). As instituições, apesar de contarem com espaço físico adequado (salas de aula, laboratório e biblioteca), apresentam alguns fatores que interferem nos padrões de qualidade, como: os docentes são contratados sem concurso; os contratos são temporários; o regime de trabalho é horista (Cesut) ou tempo parcial – 20 horas (Faja); a maioria dos docentes tem formação *lato sensu*. As instituições concentram suas ações no ensino e em algumas atividades de extensão, não desenvolvendo pesquisa.

Como pode ser constatado, alguns fatores identificados na expansão de Jataí já tinham sido diagnosticados pelo PDES/GO (2007), como: dificuldades relativas à infraestrutura física adequada; restrito índice de professores efetivos; carência de laboratórios e bibliotecas.

O processo de expansão e interiorização da educação superior não é linear, mas revela-se como um processo dinâmico, no qual acontecem modificações com conflitos e embates de diferentes ordens. Sendo assim, a seguir serão abordados outros aspectos relacionados ao processo de expansão e interiorização das IES do município de Jataí.

A UFG passou, a partir de 1985, por meio de convênios firmados entre a UFG/PMJ/FEJ, e centralizou os custos na prefeitura municipal/FEJ para a implantação de novos cursos no CAJ, assegurando a consolidação do Câmpus. A renovação dos convênios muitas vezes não foi tranquila, sendo necessárias várias negociações entre as partes. Assim sendo, a FEJ se constituiu como entidade primária no processo de interiorização e expansão da educação superior no município de Jataí, disponibilizando os recursos financeiros e a universidade como entidade secundária, se responsabilizando pela coordenação administrativa e pedagógica dos cursos. Vale destacar que a FEJ, sem dotação orçamentária própria, assumiu o papel de repassador intermediário na relação ente UFG/CAJ com a PMJ, e não como ente jurídico de fato.

A interiorização de cursos superiores da UFG materializa-se como política de expansão na década de 1990 e consolidam-se os Câmpus de Jataí e de Catalão. A base da política de interiorização da universidade se deu com a expansão de vagas de alguns cursos, criação de novos cursos e turmas nos câmpus da capital e interior, de forma contida por causa da política de contenção de despesas nacional.

A proposta política do governo federal na década de 1990, ainda que contemplasse a expansão da educação superior, não tinha empenho por financiá-la. O CAJ, apesar da política de contenção de despesas da UFG, continuou a se expandir em função dos convênios firmados entre a UFG/PMJ/FEJ e o estado de Goiás, que foram basilares para a sua consolidação e manutenção.

Após o último convênio celebrado entre o estado de Goiás e a FEJ, em 2010, com encerramento previsto para setembro de 2011, a Fundação passou a ter sérios problemas para cumprir com o pagamento de seu quadro pessoal. Com a exoneração dos professores e servidores que atuavam na UFG, para algumas pessoas o objetivo da Fundação findou, o que não é real, pois, de acordo com o instrumento de transação firmado entre a FEJ e a AJE, em 2002, ela é responsável por supervisionar e fiscalizar as atividades pedagógicas dos cursos do Cesut.

Na década de 1990, frente às dificuldades enfrentadas cotidianamente no CAJ, principalmente as relacionadas ao orçamento da universidade, foi promovido um movimento de articulação entre professores e direção do Câmpus, encampada por diferentes atores e grupos sociais, dentre eles o governo do estado de Goiás, a PMJ e a FEJ, junto ao MEC, em defesa da federalização do CAJ. Apesar da não federalização do CAJ, ele continuou a expandir-se.

As transformações ocorridas a partir de meados de 1990 legitimaram que o sistema educacional superior passasse gradativamente a ser orientado pela perspectiva mercantilista. Esse processo de mercantilização iniciou-se em Jataí, quando o CAJ começou a criar cursos de especialização pagos. Foi por um curto período de tempo, já que, hoje, as especializações são gratuitas.

Para tentar solucionar o problema de recursos humanos, a reitoria da UFG, em 1997, iniciou a solicitação de vagas federais para os câmpus. As vagas de docentes começaram a ser liberadas pelo MEC em 2000, mas em pequena quantidade. Para o CAJ, foram disponibilizadas, inicialmente, 28 vagas docentes em 2001 e mais 10 vagas nos anos de 2002 e 2003, não suprimindo as necessidades.

Durante o governo de FHC (1995-2002), apesar das dificuldades com a restrição de verbas para o ensino superior público pelo governo federal, o CAJ, por meio de convênios firmados com a PMJ e o estado de Goiás, conseguiu implantar cinco cursos e outra turma de curso já existente.

A partir de 2003, o Câmpus passou por outra fase de expansão, amparada nos planos do governo Lula – Expansão das Ifes (2003) e Reuni (2007). O objetivo principal do

CAJ em aderir ao plano de Expansão da Ifes (2003) incidia em resolver problemas já existentes, relacionados à estrutura física e à contratação de pessoal. A opção dos cursos visava amenizar essa situação. Com a adesão ao plano, criaram-se seis novos cursos de graduação, que tiveram início em 2007, e ampliaram-se vagas nos cursos já existentes, perfazendo um aumento de 297 vagas. Houve uma consolidação do processo expansionista público como resultante de política pública.

No Reuni (2007), a opção dos cursos foi com o objetivo de completar as grandes áreas que se encontravam em funcionamento no CAJ. Criaram-se cinco novos cursos de graduação e ampliaram-se vagas nos já existentes, num total de 375 vagas (190 de novos cursos e 185 de ampliação de cursos já existentes).

Durante o governo Lula (2003-2010), verificou-se um aumento significativo no número de cursos e matrículas no CAJ, sendo criados 13 novos cursos de graduação, considerando o curso criado em 2011, que fazia parte do Reuni.

Apesar de todas as dificuldades e todos os problemas enfrentados na criação, consolidação e expansão do CAJ, é inegável a sua importância, tanto para o crescimento e desenvolvimento progressivo e contínuo de Jataí e região como para o cultivo da cultura, da filosofia, da ciência, das letras e das artes, com a implantação dos cursos superiores de graduação e pós-graduação, ampliação das atividades de pesquisa e extensão que se articulam diretamente à graduação, pelos trabalhos sociais prestados à comunidade e pela formação profissional diversificada e de qualidade dada em seus cursos. Pode-se dizer que o CAJ acabou por adquirir o *status* de embrião para outra universidade no estado de Goiás.

A interiorização da UFG, com a criação dos câmpus, possibilitou a descentralização da universidade e sua expansão. Em 2013, a UFG se caracteriza como uma grande universidade, e a expansão e a interiorização, por meio dos câmpus, enriqueceram e ainda enriquecem a universidade. O próximo desafio consiste em transformar esses pequenos “embriões” (Câmpus de Jataí e Catalão), assim chamado pela ex-reitora Cassimiro, em outras universidades do estado de Goiás.

Para analisar a expansão e interiorização da educação superior do IFG – Câmpus Jataí, é preciso compreender as alterações que aconteceram com a ETG, criada em 1943. Em 1965, a escola técnica obteve a categoria de autarquia federal e passou a ser denominada de ETFG. Em 1997, se transformou em Cefet-GO e passou a ter direito de ofertar cursos de formação de professores em nível superior, prioritariamente nas áreas de ciências da natureza. No final de 2008, os Cefets foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência

e Tecnologia. No estado de Goiás, foram criadas duas instituições ligadas a esta rede: o IFG, no qual está vinculado o Câmpus de Jataí (objeto de análise da tese), e o IFGoiano.

Os critérios que justificaram a opção pelo município de Jataí foram: vocação econômica da região e mercado de trabalho, acessibilidade à cidade e articulação de representantes políticos partidários de Jataí, que apoiaram a criação da instituição no município.

Apesar de o IFG – Câmpus Jataí ser um câmpus anterior ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o reitor da instituição articulou, junto ao Setec/MEC, recursos para a construção da nova unidade em Jataí e aquisição de equipamentos. Neste sentido, pode-se dizer que a estruturação e consolidação do IFG – Câmpus Jataí se devem às políticas do MEC e às ações da reitoria em parceria com a direção local e, em outro nível de mérito, está a ação do poder público e da sociedade civil.

Dentre os problemas apontados pelos entrevistados que dificultam o crescimento da instituição, estão: restrição de recursos humanos e financeiros, falta de estrutura adequada, compreensão que a sociedade tem dos cursos técnicos e baixa demanda dos cursos.

Levando em consideração o percentual de vagas proposto pela Lei 11.892/2008, o IFG – Câmpus Jataí se encontra próximo ao limite da oferta de vagas para os cursos superiores de graduação e pós-graduação de licenciatura, com ênfase nas áreas de ciências, matemática e educação profissional, que é de 20%. Em 2010, a instituição disponibilizou 17,5% dessas vagas.

A instituição pública estadual que se encontra em funcionamento em Jataí é uma unidade da UEG. Em 1999, foi criada a UEG, universidade multicâmpus. A universidade, com o objetivo de expandir sua área de atuação, adotou como política de interiorização de suas atividades a criação de UnU e polos universitários em diferentes municípios goianos, sendo Jataí um desses municípios (UEG – UnU de Jataí, objeto de análise da tese). A UEG iniciou-se com cursos de formação docente, as LPP, e, depois, com a criação de cursos sequenciais e tecnológicos e a implantação de cursos *lato sensu* e *stricto sensu*. Em 2004, a instituição estava presente em 50 municípios.

A UEG iniciou suas atividades, em Jataí, no ano de 2001, como um polo universitário, ofertando as LPP em matemática e história. A movimentação para o processo de criação de UnU em Jataí se deu em 2004, por meio da articulação de lideranças políticas locais que cobraram o apoio dado em campanha para o cargo de governador do estado de Goiás, Marconi Perillo, que foi eleito. O prefeito e alguns vereadores, aliados ao partido do governo, solicitaram cumprimento de promessas feitas em campanha política. Então, em

2005, foi criada a UEG – UnU de Jataí, e instalaram-se dois cursos superiores de tecnologia, que iniciaram as atividades em 2006. A criação dos dois cursos foi tranquila, e a expectativa era de expansão ao longo dos anos, o que não sucedeu. A forma como as lideranças políticas locais e a sociedade civil encaram a criação e estruturação da unidade universitária da UEG no município, considerando como uma política de governo e não como uma política de estado, atrapalham a expansão da UnU de Jataí e tornam sua permanência instável.

Algumas fragilidades foram diagnosticadas: ausência de espaço físico adequado e de laboratório; número reduzido de professores efetivos; falta de incentivo e apoio institucional, escassez de investimento de recursos financeiros e atividades direcionadas basicamente ao ensino. Deste modo, a UEG – UnU de Jataí não sustenta a ideia de universidade pautada no tripé ensino-pesquisa-extensão. Não existe previsão de criação de novos cursos e nem de ampliação de vagas até o ano de 2013. Pela realidade encontrada, pode-se proferir que ocorreu a criação da UEG – UnU de Jataí, mas sua consolidação até 2013 não se concretizou. Tornam-se fundamentais a estruturação e consolidação da UnU de Jataí para, posteriormente, se articular em prol da criação de novos cursos, evitando-se a expansão desorganizada, que gera uma série de dificuldades, como outras unidades da própria universidade estão vivenciando.

Após reflexão do processo de expansão e interiorização das IES públicas no município de Jataí, apresenta-se a análise das IES privadas: Cesut e Faja.

Representantes dos segmentos da sociedade civil e política de Jataí se organizaram com o objetivo de estabelecer bases para a criação de outra IES privada na cidade de Jataí. Assim, em 1985, foi criado o Cesut com dois cursos. Em função da sua ambiguidade jurídica, não expandiu os cursos de graduação, mas investiu nos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

A Faja, criada em 2004, implantou o seu primeiro curso em 2009, e o outro em 2011. A demanda pelos cursos ofertados pela instituição está sendo pequena e não existe projeto de expansão de cursos previstos para o ano de 2014.

De forma geral, o que se percebe é uma queda na relação candidato/vaga na maioria dos cursos superiores de Jataí nos últimos anos, em função do crescimento de oferta de cursos superiores na cidade, sobretudo das IES privadas.

A expansão da educação superior no Brasil e em Goiás esteve marcada pela lógica da diversificação das instituições e pelo crescimento gradativo do número de IES privadas e públicas, com a concentração das matrículas efetivadas nas instituições privadas em detrimento das IES públicas. Jataí não escapou da lógica de diversificação e diferenciação,

mas apresenta especificidade na natureza da expansão, que se concentra no crescimento da categoria pública em detrimento da categoria privada. Assim, a educação superior em Jataí expandiu em consonância com as políticas educacionais nacionais e suas especificidades, o que acarretou o processo diferenciado do nacional e do estadual.

Este estudo nos permitiu perceber que a implantação e expansão da educação superior no município de Jataí foram marcadas por muitas lutas. Diferentes sujeitos se mobilizaram ao longo do tempo e enfrentaram as adversidades impostas pela carência financeira, as dificuldades estruturais, a pouca efetivação de políticas públicas de incentivo ao ensino superior, entre tantas outras mazelas que se fizeram presentes. Esses vários sujeitos deixaram vestígios de suas caminhadas e contribuíram para escrever mais algumas linhas dessa história.

A (re)construção histórica das etapas de criação, estruturação, consolidação, complexificação e expansão das cinco IES do município de Jataí e da FEJ possibilitou apreender que o desenvolvimento dessas instituições esteve também atrelado às políticas públicas da educação superior, que perpassaram o período em análise. Entretanto, infere-se que estas não foram determinantes em alguns momentos, pois, apesar das restrições políticas e financeiras, como ocorridas na década de 1990, algumas IES cresceram, como o CAJ.

É necessário ressaltar que essas conquistas foram também apoiadas por outros sujeitos, como os grupos sociais e políticos locais que desejavam a implantação e permanência do ensino superior em Jataí.

A dinâmica própria empregada pela organização do poder local foi criar a FEJ, que se constituiu em um ator emblemático. As fundações têm sempre uma ligação muito direta como o setor privado. Analisar a atuação da FEJ na educação superior do município foi basilar para apreender o complexo processo de interiorização da educação superior em Jataí, em suas várias feições e articulações. No caso específico da FEJ, que deveria ser um espaço para aspirar o crescimento do setor privado, pelas suas próprias condições objetivas não cumpriu esse papel, mas defendeu e auxiliou a expansão da educação pública. É importante destacar que, apesar de outros municípios também terem criado fundações educacionais para expandir a educação superior, estas não se comportaram com o caráter público, como a FEJ assim o fez.

As entrevistas acabam evidenciando o cunho complexo da FEJ, da sua natureza e do seu caráter. Neste sentido, em alguns momentos ela é defendida como espaço do público e, em outros, ela é quase autogestora dos cursos de educação superior. O setor privado acaba



culpando a FEJ por algumas questões, mas vale destacar que a fundação vai traduzir, naquele momento, a possibilidade histórica, um dado tensionamento.

Além da organização política do poder local, vale ressaltar que, houve confluências mais amplas que interferiram no processo de expansão da educação superior pública no município de Jataí, dentre elas: política de expansão e interiorização da UFG, articulação com as políticas federais (Plano de Expansão das Ifes – 2003 e Reuni – 2007, que possibilitaram a expansão do CAJ; Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica – 2008, que contribuiu com melhorias e ampliação de cursos superiores no IFG – Câmpus Jataí, apesar de não fazer parte da rede), e política de interiorização da UEG, que criou uma UnU em Jataí.

Assim, a expansão da educação superior pública é resultado impar de um processo que foi instituído nacionalmente e que logrou êxito no município de Jataí, como pode ter também ocorrido em outros municípios, mas, no caso de Goiás, esse é um grande diferencial.

O processo analítico evidencia que o movimento de expansão e interiorização da educação superior é contínuo. Apesar de os dados atuais da educação superior do município de Jataí, dos anos de 2011-2013, não terem sido objeto de análise da tese, eles evidenciam a manutenção da tendência singular verificada no município de Jataí, que é a expansão majoritária do público.

Há movimentos e políticas distintas em contextos diferenciados que explicam a articulação do desenvolvimento regional e o processo de expansão e interiorização da educação superior no Brasil, em Goiás e em Jataí. A política macroeconômica do Brasil está relacionada ao desenvolvimento regional e muitas são as forças que caminham nessa direção, tanto do setor público quanto do privado.

Jataí, na década de 1980, segue a lógica brasileira de expansão da educação superior privada, e apenas a partir de 1990, é que se observa a singularidade da expansão pública no município. A singularidade de Jataí se deu em função da articulação dos atores sociais e políticos locais para a criação de IES no município e a consolidação das mesmas, da criação da FEJ e seu relevante papel na educação pública, do apoio do Estado nos convênios firmados entre a UFG/FEJ/PMJ e das políticas federais voltadas para a expansão da educação superior pública (Plano de Expansão das Ifes, Reuni, Processo de Integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica).

O desfecho da história do CAJ/UFG está fora do recorte temporal da pesquisa, mas já é conhecido. Com a aprovação do novo estatuto da Universidade, em janeiro de 2014, o Câmpus passa a ser Regional Jataí, com ampliação na participação.

Há previsão de ampliação significativa do quantitativo de concluintes do CAJ/UFG de 2011 a 2013, pois corresponde ao período de conclusão das primeiras turmas dos cursos implantados do Reuni e da primeira turma de Engenharia Elétrica do IFG – Câmpus Jataí. As IES privadas, ao contrário, estão decrescendo a quantidade de concluintes, em função da pouca demanda dos cursos e evasão.

Permanece o desafio de dar condições reais do ensino superior a todos, com igualdade de oportunidades e de qualidade, tendo em vista que as diferenças sociais e regionais persistem no campo da política educacional como barreiras a serem superadas.

Pautado em Cunha (2004), afirma-se que, ao invés de se inquietar meramente com o quantitativo da expansão da educação superior, deve-se preocupar com o ato de multiplicar com qualidade e para a coletividade. Para tanto, faz-se necessário: combinar políticas de expansão com democratização de acesso e permanência dos estudantes até a conclusão dos cursos; adotar políticas que visem o equilíbrio entre a oferta de educação nas diferentes regiões do país; manter a oferta de financiamento estudantil e ampliar os investimentos públicos em educação para a construção de um sistema de educação superior mais igualitário de oportunidades e de qualidade para todos.

Para efetivar o fortalecimento das instituições públicas e sua democratização, é preciso ampliar os recursos destinados à educação pública nacional por meio da elevação dos atuais percentuais do PIB.

É preciso, como aponta Gramsci, levantar moral e intelectualmente as massas e desenvolver o que vem do povo, permanecendo ligado às suas lutas, e firmar como prioritário o direito da educação escolar, que articule conhecimento com a produção material e a vida social e política para todos.

A presente investigação possibilitou uma análise pormenorizada da educação superior em Jataí, ao mesmo tempo em que sinalizou para novas temáticas investigativas, tais como: relação do público e privado; relação natureza e caráter da educação pública; as diferentes modalidades de financiamento de educação superior no Brasil e os seus impactos nas políticas expansionistas; o impacto do *ranking* das melhores IES nas políticas, na gestão e no desempenho institucional; a relação da expansão da educação superior a distância e presencial; relação entre a política macroeconômica e a interiorização da educação superior; tipos e formas de interiorização da educação superior; fatores que interferiram na demanda dos cursos superiores das IES de Jataí; o preconizado pelo regimento e o efetivado pelas IES, e a indagação se as verbas do Prouni, aplicadas diretamente nas Ifes assegurariam mais vagas e qualidade da educação superior pública, dentre outras.

Por outro lado, a investigação sinaliza que a defesa do público não pode estar dissociada da qualidade. Isso significa que não é suficiente a defesa, expansão e interiorização da educação pública. Articulado a esse processo, é necessário garantir parâmetros básicos de qualidade. Tais questões devem ser garantidas também para o setor privado.

## REFERÊNCIAS

### 1- OBRAS

ALVES, Miriam Fábila. **Faculdade de direito: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás 1898-1960**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

AMARAL, Nelson Cardoso. Expansão-avaliação-financiamento: tensões e desafios da vinculação na educação superior brasileira. In: MANCEBO, Deise *et al.* (Org.) **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2009, v. 1, p. 113-146.

\_\_\_\_\_. **Financiamento da educação superior: Estado x mercado**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **O financiamento das IFES brasileiras e o custo do aluno em FHC e LULA**. Trabalho aprovado para apresentação na 34ª. Reunião da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) a se realizar em Natal-RN, em 2011.

ASSIS, Jesus Manoel. **A obra do Século - Documentário Histórico de Jataí**. Edição especial. Jataí, 1991. p. 227-230.

BALDINO, J. M. **Ensino superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARREYRO, G. B. **De exames, rankings e mídia**. Campinas, Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 863-868, nov. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-4077008000300017&scrip=sci\\_arttex](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-4077008000300017&scrip=sci_arttex)>. Acesso em: 17 set. 2012.

BARROSO, João. O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial, out. 2005.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos**. Consulta Popular, Cartilha n. 7. São Paulo-SP. Trabalho Publicado originalmente em: Em defesa do interesse Nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. Barbosa Lima Sobrinho e outros. (1994) São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BIRD/BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia**. (El desarrollo em la práctica). Washington, DC: Bird/Banco Mundial, 1995.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; LEMOS, Jandernaide. Reforma da Educação Superior dos anos 1990 e suas repercussões na região Centro-Oeste. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 14, n. 2, mai. /ago. 2011, p. 123-137. Disponível em: <<http://www.dtp.uem.br/rtp/volumes/v14n2/10.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2010. v. 1 e 2.

BORGES, Simone Aparecida. **O ensino superior em Goiás:** da Academia de Direito à criação da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás. In: XXIII Congresso de Educação do Sudoeste Goiano, de 5 a 7 de novembro de 2007. Jataí, 2007. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.jatai.ufg.br/ojs/index.php/acp>>. Acesso em: 7 out. 2011.

BRENTANI, Ricardo Renzo; CRUZ, Carlos Henrique de Brito (Coord.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo 2010.** São Paulo: FAPESP, 2011. 2 v.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. **Anais da 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd):** Caxambu - MG, 2006. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/trabalho\\_gt11.htm](http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/trabalho_gt11.htm)>. Acesso em: 23 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008):** ruptura e/ou continuidade. 449 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASTRO, Cláudio de Moura. A educação nos anos de FHC. In: D'INCAO, Maria Angela; MARTINS, Hermínio. **Democracia, crise e reforma.** São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 269-298.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato Souza Porto. ProUni: Democratização do acesso às instituições de ensino superior? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, jul./dez. 2006.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação. In: CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 73-90

\_\_\_\_\_. As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: alterações no sistema e nas universidades públicas. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.) **Educação superior: velhos e novos desafios.** São Paulo: Xamã, 2000.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 1997.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; LIMA, Rosângela Novaes; MEDEIROS, Luciene Miranda. Reforma da educação superior brasileira – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.) **Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB.** Brasília: Inep, 2008. p. 329-348.

CUNHA, Luiz Antônio. As políticas educacionais entre o presidencialismo imperial e o presidencialismo de coalizão. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Crise da escola e políticas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 121-139.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Desigual e combinado no ensino superior – Estado e Mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, Especial, out. 2004, p. 795-817.

\_\_\_\_\_. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6) p. 151-204.

\_\_\_\_\_. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, abr. 2003, p. 37-61.

\_\_\_\_\_. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.

\_\_\_\_\_. Zigue-Zague no Ministério da Educação: uma visão da educação superior. **Revista Contemporânea da Educação**, Rio de Janeiro, n. 1, abr./jun. 2006, p. 1-9. Disponível em: <<http://www.revista.contemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/16>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação no Brasil: 10 anos pós – LDB In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília (Orgs.). **Educação superior no Brasil – 10 anos pós – LDB**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. (Coleção Inep 70 anos, v. 2). p. 19-38.

\_\_\_\_\_. Reforma Universitária na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, jul. 1997, 3-19.

\_\_\_\_\_. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, n. 81, p. 33-34, São Paulo, 1992.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação**. Campinas, Sorocaba, SP, v.15, n.1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pd/aval/v15n1a11.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 2001a.

\_\_\_\_\_. A reforma do Estado e as políticas de formação de professores nos anos de 1990. In: \_\_\_\_\_; PARO, Vitor Henrique (Orgs.). **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001b, p. 49-57.

\_\_\_\_\_. **Expansão e interiorização do ensino superior em Goiás nos anos 80**: a política de privatização do público. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação: avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In: FERREIRA, Naura Carapeto (Org.) **Políticas públicas e gestão da educação**: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Liber Livro Editora, 2011a, p. 21- 48.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação como política de Estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020)**: avaliação e perspectivas. Goiânia: UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011b, p. 17-59.

\_\_\_\_\_. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 104, Especial, out. 2008, p. 891-917.

\_\_\_\_\_. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?** São Paulo: Xamã, 2009.

\_\_\_\_\_. Políticas e gestão da educação superior: múltiplas regulações e reforma universitária no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; FELDEFEBER, Myriam; MARTÍNEZ, Deolidia (Orgs.). **Nueva regulaciones educativas em América Latina. Universidad y Docência.** Peru, UCH: Fondo Editorial, 2010. p. 113-141.

\_\_\_\_\_. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 234-252.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. **Anais da 24ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED):** Caxambu - MG, 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp.htm#gt5/T05598433752239.DOC>>. Acesso em: 7 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais.** São Paulo: Xamã. Goiânia: Alternativa, 2003.

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, João Ferreira de. A educação superior em Goiás: regulamentação, políticas e perspectivas na reconstituição do campo universitário. In: TOSCHI, Mirza; FALEIRO, Marlene de O. L. **A LDB no estado de Goiás: análises e perspectivas.** Goiânia: Alternativa, 2001.

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Brasília: Inep/MEC, 2007.

FERREIRA, Cristiano Lucas. **A UEG no olho do furacão: o processo de criação, estruturação e expansão da Universidade Estadual de Goiás.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

FERREIRA, Suely. **A universidade do século XXI: concepções, finalidades e contradições.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2009.

\_\_\_\_\_. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n. 36, p. 455-472, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6794/5773>>. Acesso em: 7 out. 2012.

FREITAS, Sueli Martins de; PROVENSI, Gilmar Luiz. **Relatório de auto-avaliação da Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas – 2006.** Disponível em: <<http://www.unucet.ueg.br/novoUnucet/conteudo/autoaval/2006/capa.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica da pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILLI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 65-79.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Alfredo Macedo. As reformas e Políticas da Educação Superior no Brasil: avanços e recuos. In: MANCIBO, Deise; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de (org.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2008. (Coleção políticas universitárias) p. 23 – 51.

GOMES, Alfredo Macedo; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Notas teóricas sobre regulação e educação superior. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?** São Paulo: Xamã, 2009. p. 183-191.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES; Karine Nunes de. A expansão da educação superior no Brasil contemporâneo: questões para o debate. **Anais da 32ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)**: Caxambu- MG, 2009. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32/>> Acesso em: 10 dez. 2010.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 67-80.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETTI, Celso J.; SILVA JR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** Xamã, Rio de Janeiro, 1999, p. 121-139.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reformas e Políticas de Educação Superior no Brasil. In: MANCIBO, Deise; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2008. (Coleção políticas universitárias). p. 53 – 72.

LUCKESI, Cipriano C.; PASSOS, Elizete Silva. **Introdução á filosofia**. Salvador, BA. Centro Editorial da UFBA, 1992.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Maria Cristina T. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história**. Goiânia: Cegraf, 1990.

MAGALHÃES, Luciana de Castro. **O financiamento da Universidade Estadual de Goiás: o Programa Bolsa Universitária e o custo do aluno**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2009.



MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, J. Stephen; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MANCEBO, Deise; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Alínea, 2008, p. 7-20.

MATOS, Ralfo. **Aglomeramentos urbanos, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil**. 2000. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4\\_3.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho. A UFG e as Políticas para o Ensino Superior Público em Goiás: Extensão, Interiorização e Expansão via *Campi* Avançados. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.40, p. 274-294, dez.2010 - ISSN: 1676-2584.

MICHELI, Altair Justino de Carvalho. **Processo histórico do serviço social em institutos federais de educação, ciência e tecnologia no estado de Goiás: dimensões da prática profissional do assistente social – 1989 a 2009**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) UCG, Goiânia, 2010.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 28, p. 1-14, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000200012>>. Acesso em: 7 out. 2012.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea).

MORAES, Karine Nunes de. **Políticas de expansão da Universidade Federal de Goiás: a interiorização de cursos na cidade de Goiás e em Rialma**. (UFG). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

\_\_\_\_\_. **A produção acadêmica sobre a expansão da educação superior no Brasil no período de 1995 a 2010**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MORAIS, J. F. R. Universidade: seus desafios neste final de século. **Pró-Posições**, v. 3, n. 2(8), p. 51-65, 1992.

MOREIRA, Marcos Elias. **Universidade Estadual de Goiás (UEG): agentes, memórias e eventos (1999-2006)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MOROSINI, Marília (Org.) **A universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de Governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abri.-jun. 2011a.

\_\_\_\_\_. As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte-MG: Fino Traço, 2011b. p. 71-89. (Coleção Educere, 9).

\_\_\_\_\_. Gestão das políticas públicas educacionais: ação pública, governance e regulação. In: DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 155-29.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG)**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. A Universidade Federal de Goiás no quadro de metamorfose das universidades federais nos anos 1990. **Póiesis Pedagógica**, v. 10, n. 1, jan/jun. 2012, p. 4-29. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/poieses/article/view/19986/11556>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz F.; AMARAL, Nelson Cardoso do. Desafios e Perspectivas de uma Política para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). In: **Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios**. Brasília: MEC/INEP, 2006. (Série Documental – Textos para discussão, v. 23).

PEREIRA, Wander. A política educacional brasileira no período da ditadura militar. **Anais da 10ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação do Centro-Oeste (ANPED-CO)**: Uberlândia- MG, 2010. Disponível em: <<http://www.anpedco10anos.ufu.br/GT01TABELACO.doc>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

PINTO, Suely Lima de Assis. **Mediações no processo de conhecimento: o caso do Seu Meco**. (UFG). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

PIRES, Luciene Lima de Assis. **A criação de universidades tecnológicas no Brasil: uma nova institucionalidade para a educação superior?** (UFG). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2005.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 03, p.411-424, jul.-set., 2009. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1140](http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140)>. Acesso em: 13 jun. 2013.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós LDB**. Brasília: Inep, 2008, p. 39-50.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. A educação superior no Brasil – panorama geral. In: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás)**. Brasília: Inep, 2006. p. 13-20.

ROCHA, Vânia A. da. **Políticas de avaliação docente no ensino superior** – a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) na Universidade Federal de Uberlândia. 225 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

RODRIGUES, Zilda de Araújo. **Universidade Federal de Goiás: Modernização e racionalização da estrutura e da organização do trabalho acadêmico (1984-1997)**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

SANTOS, Cristiano Alexandre dos. **Dimensão política no(a) professor(a) da licenciatura em história das UnUS de Goiás e Morrinhos da UEG (1999-2010)**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção Historial, v. 6), p. 205-224.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Maurício. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362009000100004htt>>. Acesso em: 7 mai. 2011.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar**. São Paulo: Estação Liberdade; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1993.

\_\_\_\_\_. Diferenciação e diversificação: marcas das políticas de educação superior no final do século. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.) **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

\_\_\_\_\_. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, p. 1021-1056, out. 2006.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima e GARCIA, Rosalba M. Cardoso. Subsídios teóricos para construção de uma metodologia para análise de documentos de política educacional. Texto digitado, 2004.

SILVA, Caetana Juracy Resende. **Institutos federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: Ed. do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf7/publicações>>. Acesso em: 03 de julho de 2011.

SILVA, Maria José. **A construção histórica do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás – 1983-2002**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

SILVA JR, João dos Reis. A nova forma histórica das esferas pública e privada no início do século XXI. In: ORSO, Paulino José (org.) *et al.* **Educação, sociedade de classes e reformas**

**universitárias.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea). p. 87-120.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação.** n. 29, p. 5-27, maio/jun/jul/ago, 2005.

\_\_\_\_\_. **Novas faces da educação superior no Brasil:** reforma do Estado e mudanças na produção. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-UFAN, 2001.

SOUSA, Ana Luiz Lima. **A história da extensão universitária.** Campinas: Alínea, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p. 147 -153.

TROW, Martin. **Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access:** Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII. This paper is posted at the Scholarship Repository, University of California. Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/WP2005-4>, 2005>.

## 2 – DOCUMENTOS E SITES INSTITUCIONAIS CONSULTADOS

ANDIFES (Associação dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior). **Matriz de alocação de recursos para as IFES.** Brasília, 1994.

ASSOCIAÇÃO JATAIENSE DE EDUCAÇÃO. **Estatuto da AJE.** Jataí, 1984

\_\_\_\_\_. **Livro de atas.** Jataí, 1984.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES nº 100/2008.** Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIA. Portaria 87, de 09 de fevereiro de 2011 – Autoriza o funcionamento do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil (CF), 05 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.566, 23 de setembro de 1909. Dispõe sobre a criação das Escolas de Aprendizes Artífices. Rio de Janeiro, 1909.

\_\_\_\_\_. DELEGACIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO EM GOIÁS. **Levantamento cronológico acerca da manutenção do Centro de Ensino Superior de Jataí, na cidade de Jataí-GO realizado por técnicas da Demec-GO.** Goiânia, 11 jul. 1995.

\_\_\_\_\_. **Execução Orçamentária do Governo Federal.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 07 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 set. de 2011.

\_\_\_\_\_. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Brasília, DF, 1965.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei 10.173, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 09-07-2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.

\_\_\_\_\_. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. MARE. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, 1995.

\_\_\_\_\_. MEC. **Diário Oficial**, em 21 de agosto de 1991. Retificação.

\_\_\_\_\_. MEC. **Diário Oficial**, em 12 de dezembro de 1991. Seção I, p. 28711.

\_\_\_\_\_. MEC. **Expansão das universidades federais: o sonho se torna realidade!** Período 2003 a 2006. Brasília: MEC, 2003.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001/2008.** Brasília, DF: MEC/INEP, 2010.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás).** Brasília: Inep, 2006.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Índice geral de curso.** Brasília, DF: MEC/INEP, 2012.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás).** Brasília: Inep, 2006.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Resumo técnico 2002.** Brasília: Inep, 2003.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Censo da educação superior 2003.** Brasília: Inep, 2004.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Resumo técnico do censo da educação superior 2004.** Brasília: Inep, 2005.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Resumo técnico do censo da educação superior 2008.** Brasília: Inep, 2009.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Censo da educação superior 2009.** Brasília: Inep, 2010.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Resumo técnico do censo da educação superior 2009.** Brasília: Inep, 2010.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Resumo técnico censo da educação superior 2010.** Brasília: Inep, 2012.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Sinopse do ensino superior de 2010.** Brasília: Inep, 2011.

\_\_\_\_\_. MEC. Inep. **Informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010.** Brasília: Inep, 2011. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/20...educacionais/historico/municipiosorg\\_d\\_ep\\_1991\\_2010-2.zip](http://www.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/20...educacionais/historico/municipiosorg_d_ep_1991_2010-2.zip)>. Acesso em: 14 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. MEC. Portaria 686, de 02 de março de 2005. Reconhece, pelo prazo de cinco anos, o Curso Superior de Tecnologia em Informática com Habilitação em Sistema de Informação e troca o nome do curso para Tecnologia em Sistemas de Informação.

\_\_\_\_\_. MEC. Portaria 744, de 06 de outubro de 2006. Reconhece, para fins de expedição e de registro de diplomas do Curso de Ciências, Licenciatura, habilitações em Física e Matemática.

\_\_\_\_\_. MEC. Decreto 3.462, de 17 de maio de 2000. Dá nova redação ao art. 8º do Decreto nº 2.406 de 27 de novembro de 1997, que regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

\_\_\_\_\_. MEC. Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. MEC. Decreto 5.159, de 28 de julho de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. MEC. Decreto 5.205, de 1º de outubro de 2004. Altera dispositivos do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. MEC. Decreto 5.224, de 1º de outubro de 2004. Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. MEC. Decreto 5.225, de 1º de outubro de de 2004. Altera dispositivos do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. MEC. Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

\_\_\_\_\_. MEC. Portaria Interministerial 3.185, de 7 de outubro de 2004. Dispõe sobre o registro de credenciamento das Fundações de Apoio a que se refere o inciso III, do art. 2º, da Lei nº 8.958/94.

\_\_\_\_\_. MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. CEFET GO. **Relatório Anual de Gestão de 2000** – Tecnologia Integrada à Educação Formando Profissionais de Futuro. Goiânia, 2000.

\_\_\_\_\_. MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Portaria 184, de 26 de novembro de 2010 - Renova o reconhecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia.

\_\_\_\_\_. MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Inclusão pelo esporte. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <[http://www.oei.es/pdf2/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://www.oei.es/pdf2/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2012.

BRASIL. MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. IFG. CONSELHO SUPERIOR. **Resolução 36**, de 22 de dezembro de 2010. Autoriza o funcionamento do Curso de Especialização em Ensino de Ciências e Matemática, no Campus Jataí do Instituto Federal de Goiás.

BRASIL. MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Informação 088/97**. Brasília, 27 fev. 1997.

\_\_\_\_\_. MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Informação 30/99**. Brasília, 10 nov. 1999.

\_\_\_\_\_. MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Portaria nº 559, de 17 de abril de 2009 – Reconhecer o curso de Física do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – Câmpus Jataí.

\_\_\_\_\_. MEC. SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (Seres). Portaria nº 9, de 23 de janeiro de 2014 - Aprova as alterações propostas no Estatuto da Universidade Federal de Goiás - UFG, mantida pela Universidade Federal de Goiás - UFG, com sede no Município de Goiânia, Estadode Goiás.

BRASIL. MEC. **Programa Prouni**. 2011.

\_\_\_\_\_. **Programa Setorial da Educação (2007/2010)**. 2006.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Balço de Governo 2003-2010**. Brasília: Secom, 2011.

\_\_\_\_\_. **Séries Históricas do Ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 07. jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Uma escola do tamanho do Brasil**. 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto 2.406, 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.948 de 08 de dezembro de 1994, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto 3.462, de 17 de maio de 2000. Dá nova redação ao art. 8º do Decreto nº 2.406 de 27 de novembro de 1997, que regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

\_\_\_\_\_. Lei 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

BRASIL. MEC. REDE DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS/IFG/OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO. **Dados e Indicadores**. Goiânia, 2013. Disponível em: <[http://www.ifgoias.edu.br/observatorio/images/downloads/projetos/dados\\_e\\_indicadores\\_sobre\\_educacao\\_4\\_atualizacao.pdf](http://www.ifgoias.edu.br/observatorio/images/downloads/projetos/dados_e_indicadores_sobre_educacao_4_atualizacao.pdf)>. Acessado em 11 jun.2013.

CÂMPUS JATAÍ/UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Ofício 7/1983**. Jataí: 31 jan. 1983.

\_\_\_\_\_. **Ofício 79/1989**. Jataí: 28 out. 1989.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão da direção 2003-2007**. Jataí, 2009.

CASSIMIRO, Maria do Rosário. **Discurso proferido na inauguração do CAJ**. Jataí, 19 de dezembro de 1980. Mimeografado.

CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ (Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - Unidade de Ensino Descentralizada de Jataí). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física**. Jataí, GO, outubro de 2007.

CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ. **Processo nº 23000.008107/2004-33** de Solicitação de Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Informática com habilitação em Sistemas de Informação – Área Profissional: Informática. Jataí, GO, abril de 2004.

CEFET GO – UNIDADE DE JATAÍ. **Projeto de Implantação do Curso de Engenharia Elétrica**. Jataí, janeiro de 2006.

CEFET GO. CONSELHO DIRETOR. **Resolução 06**, de 10 de setembro de 2002 – Convalida e autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia na Área de Informática – Modalidade: Sistemas de Informação, na Unidade de Ensino Descentralizada de Jataí/GO.

CEFET GO. CONSELHO DIRETOR. **Resolução 7**, de 29 de abril de 2005 – Convalida e autoriza o funcionamento do Curso Superior de Licenciatura em Física, na Unidade de Ensino Descentralizada de Jataí/GO.



CEFET GO. CONSELHO DIRETOR. **Resolução 13**, de 11 de outubro de 2007 – Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Engenharia Elétrica, na Unidade de Ensino Descentralizada de Jataí/GO.

CEFET GO. CONSELHO DIRETOR. **Resolução 15**, de 10 de setembro de 2002 – Convalida e autoriza o funcionamento do Curso Superior de Licenciatura em Ciências, na Unidade de Ensino Descentralizada de Jataí/GO.

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JATAÍ. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração**. Jataí-GO, 2011.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Direito**. Jataí-GO, 2010.

\_\_\_\_\_. **Regimento do Centro de Ensino Superior de Jataí – Cesut**. Jataí-GO, s/d.

\_\_\_\_\_. **Ata de votação do Plebiscito**. Jataí-GO, 1999.

\_\_\_\_\_. **Instituição**. Disponível em: <[www.cesut.edu.br](http://www.cesut.edu.br)>. Acesso em: 14 jan. 2013.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS. **História**. Mineiros, 2012. Disponível em: <<http://www.fimes.edu.br/paginas/index/institucional.php?submenu=historia>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

COMARCA DE JATAÍ. Cartório 2º Tabelionato de Notas. **Escritura pública de doação**. Livro de notas nº 487, fls. 01/02. Jataí, 31 dez. 2002.

COMISSÃO DOS SERVIDORES DA AJE. **Manifesto dos servidores da Associação Jataiense de Educação – Cesut**. 1999.

FACULDADE JATAIENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Jataí, 2005.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis**. Jataí, 2006.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial**. Jataí, 2010.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JATAÍ. **Contrato de prestação de serviço entre a Associação Jataiense de Educação e Fundação Educacional de Jataí**. Jataí, 14 nov. 1984.

\_\_\_\_\_. **Documento** expedido para o juiz de direito da Vara civil da Comarca de Jataí, solicitando reforma do art. 1º do Estatuto da FEJ. Jataí, 03 dez. 1984.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da FEJ**. Jataí, 18 dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Instrumento de Transação. Jataí, 25 mar. 2002.

\_\_\_\_\_. Livro de atas. Ata nº 1 – Ata da primeira reunião ordinária de apreciação final e aprovação do Estatuto da Fundação Educacional de Jataí bem como eleição e Posse da Comissão Diretora. Jataí, 18 jan. 1984.

\_\_\_\_\_. Livro de atas. Ata nº 2 - Ata da primeira reunião ordinária da Comissão Diretora para reforma do Estatuto da Fundação Educacional de Jataí. Jataí, 30 nov. 1984.

\_\_\_\_\_. Livro de atas. Ata nº 3 - Ata para Eleição da Diretoria da FEJ. JATAÍ: 28 fev. 1985.

\_\_\_\_\_. Livro de atas. Ata nº 5 . Jataí, 28 out. 1985.

\_\_\_\_\_. Relatório Descritivo das atividades da Fundação Educacional de Jataí no biênio 95/96. Jataí, 31 dez. 1996.

GOIÁS. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 764**, de 06 de maio de 1997. Goiânia, 06 mai. 1997.

\_\_\_\_\_. **Portaria 3.847-A**, de 29 de junho de 1999. Goiânia, 29 jun. 1999

\_\_\_\_\_. **Resolução 451**, de 20 de dezembro de 1984. Goiânia, 20 dez. 1884.

GOIÁS. **Constituição do Estado de Goiás** – com alterações do EC nº 46/2010. Goiânia, 23 out. 2010.

\_\_\_\_\_. DELEGACIA DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÁS. **Levantamento cronológico acerca da manutenção do Centro de Ensino Superior de Jataí, na cidade de Jataí-GO realizado por técnicas da Demec-GO**. Demec-GO: Goiânia, jul./1995.

\_\_\_\_\_. GERÊNCIA DE ESTATÍSTICAS SOCIOECONÔMICA. Seplan-GO/Seplin. 2009. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim/pub/Godados/2009/01-demografia/01-tab03.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Lei 13.456**, de 16 de abril de 1999. Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Ofício 334/1995**. Goiânia, 22 ago. 1995.

\_\_\_\_\_. GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Lei Complementar 26**, de 28 de dezembro de 1998. Estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás. Goiânia: 1998.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÁS. **Parecer AJUR 008**, de 25 de maio de 1999. Goiânia, 25 mai. 1999.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÁS. **Portaria 4023/99**, de 10 de agosto de 1999. Goiânia, 10 ago. 1999.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÁS. **Portaria 2828**, de 17 de setembro de 1997. Goiânia, 17 set. 1997.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE GOIÁS. **Dados atualizados do Plano Diretor**. 2007. Disponível em: [http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page\\_id=516](http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page_id=516). Acesso em: 02/03/2012.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE GOIÁS. **Plano Diretor para Educação Superior no Estado de Goiás - 2006-2015**. Disponível em: [http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page\\_id=350](http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page_id=350). Acesso em: 02/03/2012.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE GOIÁS. **Plano Diretor para Educação Superior no Estado de Goiás - 2006-2015: A educação superior em Goiás**. 2007. Disponível em: [http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page\\_id=350](http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page_id=350). Acesso em: 02/03/2012.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE GOIÁS. **Plano Diretor para Educação Superior no Estado de Goiás - 2006-2015**: As políticas da educação superior do Brasil. 2007. Disponível em: [http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page\\_id=350](http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page_id=350). Acesso em: 02/03/2012.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **Convênio 08/2001**, que entre si firma o Estado de Goiás, através da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, a Fundação Educacional de Jataí com a interveniência do município de Jataí. Goiânia, 22 jun. 2001.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **Primeiro termo aditivo ao convênio 068/2009**, que entre si celebram O Estado de Goiás, através da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás–Seplan/GO e a Fundação Educacional de Jataí. Goiânia, 16 set. 2010.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS (SEPLAN-GO). Disponível em: <[www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br)>. Acesso em: 20 set. de 2011.

\_\_\_\_\_. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS. **Resolução 3.701**. Contém o ato de natureza contratual do Termo de Convênio que entre si celebram a Universidade Federal de Goiás – UFG, o Estado de Goiás, o Município de Jataí, a Fundação Educacional de Jataí, visando a colaboração Mútua para a implantação dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, na cidade de Jataí. Goiânia 30 dez. 1996.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG). **História do Instituto Federal de Goiás**. Goiânia: Instituto Federal de Goiás, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG) – CÂMPUS JATAÍ. **Relatório de gestão do IFG-Câmpus Jataí**. Jataí, 2012.

JATAÍ. **Jataí e sua história**. Disponível em: <<http://jatai-goias.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 02 out. de 2011.

\_\_\_\_\_. Site do município de Jataí. Disponível em: <<http://www.jatai.go.gov.br>>. Acesso em: 02 out. de 2011.

\_\_\_\_\_. CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ. Lei 1.000, de 13 de março de 1980. Autoriza o Poder Executivo Municipal de firmar convênio com Universidade Federal de Goiás. Jataí, 13 mar. 1980.

\_\_\_\_\_. CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ. Lei 1.077, de 13 de março de 1984. Cria a Fundação Educacional de Jataí e dá outras providências. Jataí, 13 mar. 1984.

\_\_\_\_\_. CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ. Lei 1.133, de 14 de agosto de 1985. Jataí, 14 ago. 1985.

\_\_\_\_\_. CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ. Lei 3.263, de 15 de dezembro de 2011. Transfere quadro dos servidores da Fundação Educacional de Jataí e dá outras providências. Jataí, 15 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. CONSELHO COMUNITÁRIO DE JATAÍ. **Ofício 03/95**. Jataí, s/d, 1995.

\_\_\_\_\_. CONSELHO COMUNITÁRIO DE JATAÍ. **Livro ata**. Jataí, 1978.

\_\_\_\_\_. CONSELHO COMUNITÁRIO DE JATAÍ. **Ata da reunião** do dia 19 de junho de 1978. Jataí, 1978.

LIMA, Paulo. **O início da odisséia do Cesut**. s/d.

MENDES, Geraldo. Faculdade marca mais um ponto na administração Mauro Bento. **O Popular**, Goiânia, p. 15, 13 dez. 1980.

NEVES, Adelino Gameiro das. **Histórico e Prestação de contas da FEJ**. Jataí: texto mimeografado, s/d. (Acervo do Laboratório de História do CAJ/UFG).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas de desenvolvimento humano no Brasil 2013. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729\\_AtlasPNUD\\_2013.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2013.

RANKING DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE 2010. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/consulte-o-ranking-das-instituicoes-de-ensino-superior-de-2010/n1597374527655.html>>. Acesso em 12 mai de 2012.

UNIVERSIDADE DE RIO VERDE. **Graduação**. Rio Verde: 2013. Disponível em: <<http://www.fesurv.br/i.php?we=5>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Nossa história**. Rio Verde: 2013. Disponível em: <<http://www.fesurv.br/i.php?we=1&sm=6>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução 053**, 7 de outubro de 2005. Cria e autoriza Cursos Superiores de Tecnologias na Universidade Estadual de Goiás e dá outras providências. Goiânia, 7 out. 2005.

\_\_\_\_\_. **História**. Disponível em: <<http://www.ueg.br/conteudo/633>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Onde estamos?** Disponível em: <<http://www.ueg.br/conteudo/632>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **UEG em números**. Disponível em: <<http://www.ueg.br/conteudo/654>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Avaliação institucional**. 2012. Disponível em: <[http://www.cdn.ueg.br/arquivos/avaliacao\\_institucional12/conteudoN/1181](http://www.cdn.ueg.br/arquivos/avaliacao_institucional12/conteudoN/1181)>. Acesso em: 18 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Municípios onde a UEG se faz presente**. Disponível em <<http://www.cdn.ueg.br/arquivos/ueg/conteudoN/537/quadro1.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento institucional: 2003-2007**. Anápolis: Março, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relatórios das LPP – 2001-2006**. Anápolis, 2007.

\_\_\_\_\_. PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. **Projeto Emergencial de Licenciatura Plena Parcelada** – Convênio III. Anápolis, 2001.

\_\_\_\_\_. UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JATAÍ. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos**. 2009.

\_\_\_\_\_. UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JATAÍ. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística**. 2009.

\_\_\_\_\_. UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JATAÍ. SILVA, Christiano de Oliveira e. **Relatório de Estruturação**. Jataí, 11 out. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **O que é bacharelado interdisciplinar**. Disponível em: <[http://www.ihac.ufba.br/portugues/?page\\_id=5626](http://www.ihac.ufba.br/portugues/?page_id=5626)>. Acesso em: 12 jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. CÂMPUS AVANÇADO DE JATAÍ. **Plano Diretor Físico**. Jataí, out. 1997.

\_\_\_\_\_. CÂMPUS AVANÇADO DE JATAÍ. **Resultado da pesquisa de opinião**. Jataí, s/d.

\_\_\_\_\_. CÂMPUS JATAÍ. **Programa Expansão**. Projeto de grande vulto. Campus de Jataí. Ministério da Educação/Secretaria de Educação/Secretaria de ensino Superior. 2006.

\_\_\_\_\_. CÂMPUS JATAÍ. Resultado da pesquisa de opinião – para escolha de curso do 3 grau- realizada na cidade de Jataí para implantação da Universidade do Sudoeste Goiano. Jataí: UFG/CAJ, s/d.

\_\_\_\_\_. CÂMPUS JATAÍ. **CAJ em números**. 2012. Disponível em: <<http://jatai.ufg.br/pages/27431>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. CÂMPUS JATAÍ. ESCRITÓRIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO. Plano Diretor Físico Câmpus Avançado de Jataí. Goiânia, junho 2005.

\_\_\_\_\_. CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO E PESQUISA (CCEP). **Resolução 118**, de 10 de maio de 1977 – Fixa a política de Extensão Universitária e dá outras providências. Goiânia, 1977.

\_\_\_\_\_. CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO E PESQUISA (CCEP). **Resolução 138**, de 30 de outubro de 1979 – Regulamenta os cursos de extensão e dá providências. Goiânia, 1979.

\_\_\_\_\_. CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO E PESQUISA (CCEP). **Resolução 145**, de 4 de março de 1980 – Cria o Câmpus Avançado de Jataí e dá outras providências. Goiânia, 1980.

\_\_\_\_\_. CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO E PESQUISA (CCEP). **Resolução 156**, de 30 de março de 1981 – Fixa normas para o Programa de Interiorização de cursos de 3º grau e dá outras providências. Goiânia, 1981.

\_\_\_\_\_. CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO E PESQUISA (CCEP). **Resolução 399**, de 07 de maio de 1996 – Conceitua, define objetivos, normatiza a Extensão na UFG e revoga as Resoluções nº 118, de 10/05/77, nº 133, de 22/06/79 e nº 138, de 30/10/79. Goiânia, 1996.

\_\_\_\_\_. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução CONSUNI 04/2002**, de 21 de junho de 2002. Cria o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura Plena em nível Emergencial,

com habilitação em Educação Infantil e Ensino Fundamental, especificamente para a formação de professores da rede municipal de ensino de Jataí, vinculado à Faculdade de Educação – Campus Avançado de Jataí da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2002.

\_\_\_\_\_. **Convênio 28/1984**, que entre si celebram a Universidade Federal de Goiás, a Fundação Educacional de Jataí e a prefeitura Municipal de Jataí, visando à colaboração mútua para a implantação do curso de Pedagogia em Jataí. Goiânia, 10 out. 1984.

\_\_\_\_\_. **Convênio 12/2000** e Plano de trabalho firmado entre UFG/CAJ/Escola Técnica-Uned Jataí/Município de Jataí /FEJ. Execução de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Goiânia, 16 mar. 2000.

\_\_\_\_\_. **Convênio 209/2008**, que entre si celebram a Universidade Federal de Goiás e a Fundação Educacional de Jataí, visando a continuidade dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelo Campus de Jataí/UFG, na cidade de Jataí. Goiânia, 25 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. EGRÉGIO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (ECU). **Resolução 001**, de 28 de fevereiro de 1980 – Dispõe sobre os *Campi* da Universidade Federal de Goiás e sua interiorização. Goiânia, 1980.

\_\_\_\_\_. GABINETE DO REITOR. **Ofício/GAB 1.149/1997**. Goiânia, 15 out.1997.

\_\_\_\_\_. DEPARTAMENTO DE FÍSICA. **Ofício 30/1985**, do departamento de física. Goiânia: 28 de mai. 1985.

\_\_\_\_\_. PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ. **Termo de convênio**, para instalação do CAJ em Jataí, 5 de maio de 1980. Goiânia: 1980.

\_\_\_\_\_. **Primeiro termo aditivo ao convênio UFG nº 209/2008**, que entre si celebram a Universidade Federal de Goiás, o Município de Jataí e a Fundação Educacional de Jataí, para os fins que especificam. Goiânia, 24 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Projeto de consolidação dos campi da UFG**. Goiânia, 1997.

\_\_\_\_\_. PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E RECURSOS (PRODIRH). **UFG em números 2010 (ano base 2009)**. Goiânia: UFG, 2010.

\_\_\_\_\_. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. **Diagnose do município de Jataí**. Goiânia, 1979.

\_\_\_\_\_. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO. **Relatório da comissão designada para fornecer subsídios para o estabelecimento de uma política acadêmica capaz de assimilar a evolução do conceito de extensão na Universidade Federal de Goiás**. Goiânia: UFG, 1986.

\_\_\_\_\_. Publicação da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás. **UFG Afirmativa**. Uma história de persistência – Pioneiros contam parte da trajetória de luta e obstinação de quem ousou sonhar a UFG. n. 2, Goiânia, nov. 2008.

\_\_\_\_\_. Publicação da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás. **UFG Afirmativa**. Desenvolvimento Regional: Universidade cresce com a interiorização e como o investimento de recursos federais. n. 4, Goiânia, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.ufg.br/this2/uploads/files/83/revista\\_afirmativa\\_4.pdf](http://www.ufg.br/this2/uploads/files/83/revista_afirmativa_4.pdf)>. Acesso em 11 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Reestruturação e expansão da UFG (2008-2012)**. Plano de execução: cursos, pessoal, edificações, equipamentos e reformas. Resumo apresentado ao Conselho Universitário no dia 27/06/2008. Goiânia, junho de 2008. Escrito pela Comissão do CONSUNI.

\_\_\_\_\_. **Resolução Consuni 20**, de 11 de novembro de 2005. Transforma o CÂMPUS AVANÇADO DE JATAÍ, criado pela Resolução CEPEC nº 145 de 10/03/1980 em CÂMPUS JATAÍ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS e dá outras providências. Goiânia: 2005.

\_\_\_\_\_. **REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Goiás (2008-2012)**. Goiânia: Gráfica UFG, 2007.

\_\_\_\_\_. **Termo de Convênio s/n./1980**. Termo de convênio que entre si celebram a Universidade Federal de Goiás e o Município de Jataí, Estado de Goiás, visando a instalação de um Campus Avançado na cidade de Jataí, dentro do Programa de Interiorização da Universidade. Goiânia, 05 mai. 1980.

\_\_\_\_\_. Termo de convênio que entre si celebram a Universidade Federal de Goiás –UFG, a Prefeitura Municipal de Jataí e Fundação Educacional de Jataí, visando a colaboração Mútua para a continuidade dos cursos de licenciatura plena em Letras – Habilitação Português, Geografia, Educação Física, Pedagogia e Implantação dos cursos de Ciências Biológica e Matemática e Especialização nas áreas. Goiânia, 17 ago. 1995.

\_\_\_\_\_/GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS/PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ. Proposta Político-Pedagógica de Federalização do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, julho de 1995.

XIMENES, Paulo Alcanfor; RAMOS, Armando; LEANDRO, Wilson Mozena. Relatório da visita ao Campus Avançado de Jataí – Proposta de criação do curso de Agronomia. UFG, Goiânia, 1996.

## **APÊNDICES**



## APÊNDICE A – BANCO DE DADOS DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES SOBRE O TEMA

**Tabela 1** – Banco de teses e dissertações da Capes no período de 2000 a 2011. Palavras-chave: educação; educação superior; ensino superior; expansão da educação superior e expansão do ensino superior

Ano	Educação	Educação superior (A)	Ensino superior (B)	(A) + (B)	Expansão da educação superior (C)	Expansão do ensino superior (D)	(C) + (D)
2000	1787	30	164	194	1	1	2
2001	1967	31	204	235	-	5	5
2002	2595	51	291	342	1	8	9
2003	3174	51	327	378	2	4	6
2004	3100	70	355	425	1	5	6
2005	3614	123	485	608	2	9	11
2006	3862	139	508	647	3	10	13
2007	4158	132	508	640	5	12	17
2008	4764	200	546	746	12	10	22
2009	5099	188	580	760	4	13	17
2010	5248	195	677	872	10	17	27
2011	5683	231	777	1008	12	18	30
Total	45.051	1.411	5.422	6.833	53	112	164

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados do Banco de teses da CAPES.

**Quadro 1** – Títulos das teses e dissertações, com respectivas datas de defesa, encontrados no Banco de teses da Capes, compreendido entre 2000 a 2011, utilizando para consulta as palavras-chave: expansão do ensino superior/expansão da educação superior (continuação nas próximas páginas)

<b>Títulos das teses e dissertações e as datas</b>	
1.	Universidade Multicampi - Modalidade Organizacional; Espacialidade e Funcionamento. 01/07/2000
2.	Memórias de Professores: um estudo sobre a implementação de um Curso de Psicologia em São Paulo na década de 70. 01/05/2000
3.	As faculdades isoladas e a formação de professores para o ensino fundamental e médio: as faculdades integradas de santa fé do sul (sp) - um estudo de caso. 01/06/2001
4.	Modernidade Reflexiva e Avaliação no Contexto das Transformações no Ensino Superior. 01/03/2001
5.	Administração- Há Vagas: expansão do ensino superior privado na região metropolitana de Salvador (1994-2000). 01/11/2001
6.	Limites e Perspectivas do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica - PICDT. 01/02/2001
7.	A Evolução do Financiamento do Sistema Público Federal do Ensino Superior Brasileiro no Período 1974/1997. 01/08/2001
8.	<b>Políticas de expansão da Universidade Federal de Goiás: a interiorização de cursos nos municípios de Goiás e de Rialma. 01/11/2002</b>
9.	Estudo das Mudanças Estratégicas nos Cursos de Administração das Organizações Universitárias do Estado do Ceará. 01/12/2002
10.	Privadas: Comunicação e Imagem (As estratégias da PUC/SP e UNIP).. 01/02/2002
11.	Reforma Universitária e os Mecanismos de Incentivo à Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil (1964-1984). 01/06/2002
12.	As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90. 01/04/2002
13.	Financiamento do Ensino Superior no Brasil - Uma Contribuição com Base na Experiência da

UNICAMP. 01/10/2002
14. A Fundação Educacional Unificada Campograndense, resgate de uma história: 1960 a 1970. 01/12/2002
15. A teoria e a prática da pesquisa científica na formação do pedagogo. 01/03/2002
<b>16. Políticas de Expansão e Estruturação da Educação Superior em Goiânia nos anos 90: o caso da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas. 01/08/2002</b>
<b>17. Expansão universitária em Mato Grosso do Sul - 1979-2001. 01/10/2003</b>
18. A Reforma Universitária de 1968 e as mudanças no vestibular da Universidade Severino Sombra: 1973-1986. 01/09/2003
<b>19. Educação Superior no Paraná: O Cenário da Expansão nos Anos 90. 01/03/2003</b>
20. Uma análise do perfil dos alunos da Faculdade Social da Bahia (FSBA) no contexto do debate sobre ensino superior. 01/12/2003
<b>21. O ensino superior privado no Distrito Federal: uma análise de sua recente expansão (1995/2001). 01/06/2003</b>
22. O ensino superior privado em Salvador: oferta e demanda. 01/09/2003
23. Cursos sequenciais: a marca social da escola superior no Brasil. 01/12/2004
<b>24. Desafios para a gestão de faculdades privadas frente à expansão do ensino superior: um estudo em Curitiba e região metropolitana. 01/08/2004</b>
25. A percepção da comunidade acadêmica sobre o exame nacional de cursos: o caso FEEVALE. 01/05/2004
<b>26. A expansão do ensino superior em administração: o caso de vitória da conquista/ Bahia (1999/2004).. 01/10/2004</b>
<b>27. Expansão da educação superior privada no Brasil a partir da década de 1990: o caso da Faculdade Cambury de Goiânia- Goiás. 01/10/2004</b>
28. Pólo universitário de Palmeiras de Góias: concretização das políticas educacionais da UEG. 01/09/2004
29. Ensino médico em perspectiva: a implantação da Faculdade de Medicina de Itajubá na conjectura da reforma universitária de 1968. 01/10/2005
30. A Faculdade de Filosofia de Campo Grande e a Educação na Zona Oeste do Rio de Janeiro – 1970 a 1980.. 01/07/2005
<b>31. A expansão dos cursos de pedagogia em Goiânia: um estudo comparativo. 01/09/2005</b>
<b>32. A Expansão do Ensino Superior Público no Brasil e a Questão do Financiamento no Período 1995-2002: o caso da Universidade de Brasília. 01/08/2005</b>
<b>33. A expansão da educação superior privada em Uberlândia, a partir dos anos 90: racionalidades institucionais e motivações discentes. 01/06/2005</b>
34. A pesquisa sobre formação e atuação docente no Estado de Minas Gerais: novos enfoques e antigos dilemas. 01/05/2005
35. Abertura indiscriminada de cursos superiores de administração: um aspecto da história da educação recente. 01/07/2005
36. Políticas sociais e educação: o Programa Alfabetização Solidária e a participação das instituições de ensino superior na sua implementação. 01/04/2005
37. Competências requeridas pelos gestores de Instituições de Ensino Superior privadas: um estudo em Curitiba e Região Metropolitana.. 01/09/2005
38. Interdisciplinaridade no ensino superior em Turismo: percepção de docentes e discentes do Curso de Bacharelado em Turismo da UNIFRA - Santa Maria (RS). 01/06/2005
39. Políticas de avaliação docente no ensino superior: o significado da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) na Universidade Federal de Uberlândia. 01/04/2005
40. O processo de implantação do ensino superior na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul Corumbá: 1961-2002. 01/09/2006
41. A expansão do ensino jurídico na Região Metropolitana de Salvador no período 1995-2002. 01/12/2006
42. Perfil e ações gerenciais dos(as) dirigentes dos cursos de Enfermagem dos centros universitários e Universidade do Estado de Minas Gerais. 01/12/2006
<b>43. A Expansão do Ensino Superior Privado no Amazonas, no Período de Fernando Henrique Cardoso.. 01/09/2006</b>
44. A expansão do ensino jurídico na Região Metropolitana de Salvador no período 1995-2002. 01/12/2006
<b>45. A Expansão do Ensino Superior no Brasil e a Participação do Financiamento Estatal (1995-2004). 01/08/2006</b>
46. Os impactos do anteprojeto de reforma universitária do governo Luiz Inácio Lula da Silva sobre o ensino superior privado, segundo a imprensa brasileira, entre agosto de 2004 e dezembro de 2005. 01/08/2006
<b>47. A universidade do estado da Bahia e a interiorização do ensino superior público: 1983 a 1993. 01/08/2006</b>

<b>48. A mediação do Estado na fronteira público-privado no processo de interiorização do Ensino Superior Privado na Zona da Mata Mineira: o caso FAMINAS, em Muriaé-MG. 01/12/2006</b>
49. Cursos superiores de tecnologia: percepção de mudanças entre os alunos não tradicionais. 01/11/2006
50. Trabalho Docente nas Instituições de Ensino Superior Privado em Brasília. 01/09/2006
51. A expansão dos cursos de graduação em turismo e hotelaria no Brasil e a formação dos egressos: uma análise da cidade de Belo Horizonte.. 01/12/2006
52. Avaliação institucional e formação superior em turismo: significados para a requalificação do Bacharelado em Turismo da UNIFRA, Santa Maria (RS).. 01/09/2006
53. Evasão: Análise da realidade do Curso de Graduação em Administração a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina.. 01/07/2007
54. A relação entre diversificação e diferenciação institucional nas políticas de gestão da educação superior nos anos de 1996 a 2006. 01/02/2007
<b>55. Políticas Públicas de Educação Superior no Governo Lula e Impactos na Universidade Federal do Amazonas: Enfoque na Expansão dos Novos Campi. 01/10/2007</b>
<b>56. Expansão dos Centros Universitários no Brasil após a aprovação da LDB de 1996 – um estudo de caso do UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande. 01/08/2007</b>
57. Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior. 01/08/2007
58. Programa universidade para todos - PROUNI: acesso ao ensino superior e qualificação. Para que? 01/11/2007
59. Turismo de eventos e negócios: uma possibilidade de desenvolvimento socioeconômico para Montes Claros - MG.". 01/04/2007
60. O direito à educação, a qualidade do ensino jurídico e o acesso à justiça. 01/07/2007
61. Cursos superiores de Turismo. Condicionantes sociais de sua implantação: uma abordagem histórica (1968/1976).. 01/01/2007
62. Trajetória do ensino superior privado: o caso da Fundação Eurípides. 01/05/2007
<b>63. A expansão do ensino superior privado em Alagoas: um panorama pós-LDB. 01/09/2007</b>
64. Avaliação da educação superior de enfermagem na perspectiva da Comissão Assessora de Avaliação para a Enfermagem - INEP. 01/05/2007
65. A Geografia do Ensino Superior e a (Re)Produção do Espaço Urbano de Maringá (1989-2005). 01/03/2007
66. Professores em Rede: O desafio das universidades públicas para a formação superior de professores da Educação Básica com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação. 01/04/2007
67. A competência e os aspectos ético-políticos no curso de Enfermagem: olhar dos docentes enfermeiros. 01/03/2007
68. Os professores de química, física e biologia da região oeste do Paraná: formação e atuação. 01/04/2007
<b>69. O ensino superior de administração no Brasil e em Goiás: expansão, privatização e mercantilização no período de 1995-2006. 01/07/2007</b>
70. A trajetória e a mudança na educação superior – Centro Universitário Metodista. 01/08/2008
<b>71. A expansão da educação superior em Goiás na interseção com as políticas públicas do governo federal. 01/10/2008</b>
<b>72. A Expansão do Ensino Superior em Rondônia.. 01/06/2008</b>
73. A expansão da educação superior rumo à expansão do capital: interfaces com a educação a distância. 01/04/2008
74. Autonomia universitária controlada: o político e o jurídico-institucional na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 01/04/2008
<b>75. Expansão educacional e a disparidade de acesso à educação superior no Brasil: análise longitudinal de 1996 a 2005. 01/11/2008</b>
76. Competências docentes para EAD: análise da realidade do curso de graduação em Administração a distância da Universidade Federal de Santa Catarina. 01/07/2008
77. Formação de professores de Geografia na Educação Superior à Distância: contextos institucionais em questão. 01/07/2008
<b>78. Expansão e consolidação do mercado de ensino superior na cidade do Recife.01/12/2008</b>
79. Políticas públicas de formação de professores a distância: licenciatura plena da UFMT como ponto de partida. 01/03/2008
<b>80. A expansão do ensino superior em Rondônia.. 01/06/2008</b>
81. Educação à distância online: uma proposta pedagógica para expansão do ensino de Ciências Contábeis. 01/11/2008
82. Ensino superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do ensino superior no Brasil (Décadas de 1960/70). 01/01/2008

83. Cursos de direito no Brasil: embates em torno da expansão e do controle do exercício profissional (1995-2002).. 01/12/2008
84. Os sentimentos, percepções e práticas de docentes e discentes do curso de administração da Universidade Federal do Piauí, em Teresina, como reflexo da expansão do ensino superior privado. 01/03/2008
85. Impacto da avaliação externa (ENC 1996-2003) sobre o habitus de docentes do ensino superior: estudo de uma fundação municipal no interior do estado de São Paulo. 01/03/2008
86. A reprodução ideológica do discurso político na educação: um entendimento através da fala dos professores universitários no contexto do governo Geisel, 1974 – 1979. 01/12/2008
87. Formação de professores em nível de graduação na modalidade EAD. O caso da pedagogia da UDESC – pólo de Criciúma - sc. 01/08/2008
<b>88. Educação-Mercadoria: Expansão do Ensino Superior Privado no Piauí (1990 a 2005). 01/04/2008</b>
<b>89. Expansão do Ensino Superior e mercado de trabalho: o caso da fisioterapia. 01/07/2008</b>
<b>90. A expansão das licenciaturas e da educação superior em Goiás: privatização, interiorização e estadualização (1997 - 2006). 01/12/2008</b>
<b>91. O Crédito Educativo: mecanismos de distribuição e percepção de dirigentes e alunos de IES privadas sobre sua contribuição para a expansão da educação Superior. 01/11/2008</b>
92. A expansão do ensino de graduação na modalidade a distância na Universidade Federal do Pará. 01/06/2009
93. A trajetória do Centro Universitário da Cidade. 01/08/2009
94. Avaliação institucional na educação a distância: rompendo fronteiras para a democratização da educação com qualidade. 01/12/2009
95. Análise das políticas públicas federais de educação e suas repercussões sobre as instituições de ensino superior privadas no Brasil. 01/01/2009
96. O programa universidade para todos - prouni e a pseudodemocratização na contra-reforma da educação superior no Brasil. 01/02/2009
97. A inserção de uma instituição federal de ensino superior em uma cidade do sertão pernambucano – Serra Talhada. 01/07/2009
<b>98. O público, o privado e o Estado sob a lógica do capital: a expansão do ensino superior no sudoeste do Paraná. 01/07/2009</b>
99. A experiência dos campi avançados da Unicentro: uma avaliação socioeconômica. 01/06/2009
<b>100.A expansão do ensino superior privado no Brasil. 01/12/2009</b>
<b>101.O processo de expansão do ensino superior em Mato Grosso. 30/09/2009</b>
102.A relação teoria-prática na formação de professores de língua portuguesa no curso de licenciatura em letras: um estudo de caso na universidade do estado do Pará - campus da vigia. 01/12/2009
103.As políticas públicas da educação superior: a educação a distância nos governos FHC e Lula (1995-2006). 01/12/2009
104.A pesquisa e o desenvolvimento profissional do professor da educação superior. 01/04/2009
105.Cursos superiores de tecnologia: um estudo de sua demanda sob a ótica dos estudantes. 01/03/2009
106.Coordenação do curso de serviço social e a consolidação da identidade da profissão: o ensino superior privado em questão. 01/09/2009
107.A cultura e a responsabilidade social como norteadores de inclusão sócio-educativa dos discentes em uma IES privada: um estudo de caso. 01/11/2009
<b>108.Uma análise do processo de expansão do ensino superior no Brasil: implicação em Sergipe. 01/04/2009</b>
109. A fase de consolidação do ensino superior: o que será que será? - 01/08/2010
110. Instituições de Ensino Superior do Sistema ACADE e autonomia universitária: o trabalho docente nos (des) encontros entre o proclamado e a praxis - 01/07/2010
111.Extensão: uma política da Universidade Federal de Goiás (1972-1984) – 01/06/2010
112. Evasão e avaliação institucional: uma discussão bibliográfica - 01/02/2010
<b>113. Financiamento público e expansão da educação superior no Brasil - 01/12/2010</b>
114. Entre a realidade e a possibilidade: PROUNI e a dinâmica inclusão/exclusão - 01/05/2010
115.Campus Ministro Reis Velloso (UFPI): História e memória - 01/06/2010
116.Implicações da reforma da educação médica na formação do docente de medicina - 01/08/2010
117.Perfil do serviço educacional e sua relação com o perfil do docente: estudo com uma instituição do ensino superior de Salvador. - 01/10/2010
118.Ações afirmativas no ensino superior privado: a percepção dos Coordenadores PROUNI sobre o programa em instituições privadas de Salvador. - 01/11/2010
119.Percepção discente sobre o curso de pedagogia da Universidade Aberta do Instituto Federal do Pará no

município de Moju: um estudo de caso - 01/03/2010
120. A formação de professores para o ensino jurídico do Brasil: dilemas e desafios - 01/07/2010
<b>121. A expansão do ensino superior pós LDBEN: Territórios disputados. - 01/07/2010</b>
122. Avaliação da qualidade na prestação de serviços em uma instituição de ensino superior: um estudo sobre os serviços complementares através do uso da escala SERVQUAL - 01/10/2010
<b>123. Expansão da educação superior em Mato Grosso do Sul e a ampliação do acesso ao ensino noturno – 1990 a 2006. - 01/04/2010</b>
124. Avaliação do Programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas - 01/10/2010
125. Política de interiorização da UEPA: um estudo em Santarém - 01/12/2010
126. A flexibilidade do sistema de educação superior e a lógica da sociedade globalizada: um estudo sobre as instituições de ensino superior de Pelotas/rs - 01/02/2010
127. Ampliação do acesso ao ensino superior no governo Lula: tenuidade entre a democratização e a privatização - 01/07/2010
<b>128. Financiamento público e expansão da educação superior no Brasil - 01/12/2010</b>
129. Trabalho docente na educação à distância: a UFPA como expressão do fenômeno. - 01/06/2010
130. Exame nacional de desempenho dos estudantes - Enade: recortes da educação superior presencial e a distância. - 01/08/2010
131. Educação superior brasileira no período de 1998 - 2007: propostas, metas e diretrizes. Outro olhar sobre os mesmos problemas. - 01/02/2010
132. Tempos de avaliação e a educação superior: a comissão própria de avaliação - CPA e a faculdade nossa cidade - FNC - 01/12/2010
<b>133. A expansão do ensino superior pós LDBEN: territórios disputados. - 01/07/2010</b>
<b>134. Expansão da educação superior em Mato Grosso do Sul e a ampliação do acesso ao ensino noturno – 1990 a 2006. - 01/04/2010</b>
<b>135. A expansão da educação superior pela estratégia da interiorização: nexos com os bons resultados do IDEB em Mato Grosso do Sul - 01/04/2010</b>
136. A UFRRJ do tempo recente: relações entre a oferta de graduações e a sua vocação rural - 01/04/2011
137. A política de interiorização dos Institutos Superiores de educação no Rio de Janeiro: agentes, concepções e interesses em disputa - 01/12/2011
138. As relações entre o público e o privado no processo de expansão do ensino superior no Brasil: democratização ou mercantilização? - 01/08/2011
139. Abordagem dos Conteúdos de Biologia Celular em Cursos de Ciências Biológicas e sua Relação com as Avaliações Nacionais. - 01/01/2011
140. A Formação Acadêmica em Administração e a inserção do egresso no mercado de trabalho do Estado do Pará. - 01/12/2011
141. Prática de ensino em pré-vestibulares populares: um estudo de caso do pré-universitário SEED - 01/04/2011
<b>142. Expansão do ensino superior federal e desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no Litoral Paranaense. - 01/09/2011</b>
143. Possibilidades e limites do exercício da autonomia dos estudantes na UFPR Litoral: os projetos de aprendizagem em foco. - 01/11/2011
144. O uso do território de Sobral – Ceará pelas instituições de ensino superior. - 01/06/2011
145. Cultura de mercado no Ensino Superior: políticas, estratégias e marketing - 01/12/2011
146. Gestão de tecnologia de informação e comunicação no ensino superior: análise da inserção tecnológica em instituições privadas no Recife/PE - 01/02/2011
147. Subsídios para o plano diretor visando a gestão de um campus universitário: Estudo de caso da Universidade da Região de Joinville - 01/04/2011
148. Ações estratégicas no contexto de uma instituição de ensino superior do norte do Brasil - 01/09/2011
149. PROUNI: Dimensão nacional e perfil dos estudantes em Pernambuco. - 01/07/2011
150. Acesso diferenciado ao Ensino Superior: uma nova (e controversa) estrutura da enfermagem - 01/12/2011
151. Educação à distância e as bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil em Goiás - 01/06/2011
152. Políticas Públicas, Financiamento e Democratização da Educação Superior: avaliação do Reuni na Universidade Federal de Tocantins (UFT) - 01/08/2011
153. As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora: a trajetória da Estácio de Sá da filantropia ao mercado - 01/10/2011
154. A Política Pública para a Educação Superior no Brasil (1995-2008): Ruptura e/ou Continuidade?-

01/01/2011
155. Expansão da educação superior a distância no Brasil: o caso da Universidade do Tocantins - Unitins - 01/03/2011
<b>156. A expansão da educação superior brasileira: o tensionamento entre o público e o privado - 01/09/2011</b>
157. Democratizando o acesso à educação superior: o caso da UFSCAR – Campus Sorocaba - 01/08/2011
158. Trabalho Docente a distância: flexibilização e/ou precarização - 01/12/2011
159. Proposta de avaliação econômico-financeira do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras na UFPEI - 01/12/2011
<b>160. A expansão na Universidade Federal do Paraná e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, antes e depois da implantação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). - 01/02/2011</b>
161. Formação técnico-pedagógica do professor para educação a distância - 01/12/2011
<b>162. Expansão da educação superior no Pará: programas Expandir e Reuni e a composição dos quadros docente dos campi da UFPA – 2001-2010. - 01/12/2011</b>
<b>163. Política de educação superior no Brasil: a expansão dos cursos de ciências contábeis (1996 a 2009) - 01/09/2011</b>
164. Da educação do rebanho - reflexões nietzschianas sobre o ensino oferecido às massas. - 01/03/2011

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados do Banco de teses da CAPES.

Nota: Em negrito os títulos que possuem as expressões expansão e interiorização, referentes aos cursos de graduação presenciais, do recorte de tempo de 1985 a 2010. E hachurado de cinza os trabalhos específicos do estado de Goiás.

## APÊNDICE B – DADOS DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

**Quadro 2** – Entrevistados, data da entrevista, seus respectivos cargos, período de atuação e entrevista relativa a qual instituição (continuação na próxima página)

Entrevistados	Data da entrevista	Cargos	Ano de atuação	Entrevista referente a instituição
Entrevistado 1	19/06/2012	Ex-presidente da FEJ. Empresário e membro do Conselho Comunitário.	1987-1988 1991-1992	FEJ
Entrevistado 2	12/06/2012	Ex-professora da FEJ.	1995-2011	
Entrevistado 3	26/04/2012	Ex-contadora da FEJ.	1986-2013	
Entrevistado 4	26/04/2012	Ex-presidente da FEJ Professor do IFG-Campus Jataí. Professor e coordenador do curso de Informática do IFG.	Fev de 2011 a dez 2012	
Entrevistado 5	27/03/2012	Ex-reitora, Ex-pró reitora de extensão e professora aposentada da UFG. Ex-presidente do Conselho Estadual de Educação e em 2013 membro dele.	1978-1981 (Pró-reitora de extensão) 1982-1985 (Reitora da UFG)	UFG
Entrevistado 6	27/03/2012	Ex-diretora do CAJ, professora aposentada da UFG.	1993-1996	UFG/CAJ
Entrevistado 7	23/03/2012	Ex-diretor do CAJ, ex-diretor do ICB e professor aposentado da UFG.	1982-1985 1999-2001 (Diretor do CAJ)	
Entrevistado 8	25/01/2013	Ex-diretor do CAJ. Professor do programa de pós-graduação e professor da graduação do CAJ.	2003-2007	
Entrevistado 9	03/01/2013	Ex-diretora do CAJ, professora do CAJ	2007-2011	
Entrevistado 10	10/01/2013	Diretor geral da Faja e um dos proprietários	Desde 2004	Faja
Entrevistado 11	10/04/2012	Diretora pedagógica da Faja.	Desde 2008	

Entrevistado 12	10/01/2013	Diretor geral do Cesut e um dos sócios proprietários.	Desde 1985	Cesut
Entrevistado 13	27/05/2013	Diretor pedagógico. Professor e ex-coordenador do curso de Direito.	Desde 2008.	
Entrevistado 14	18/04/2012	Ex-secretária e ex-professora do Cesut.	1985-1988	
Entrevistado 15	02/07/2012	Ex-diretor do IFG-Câmpus Jataí e professor da mesma IES.	2001-2003 Direção	IFG – Câmpus Jataí
Entrevistado 16	17/04/2012	Ex-diretor e professor do IFG – Câmpus Jataí;	2008-2013 Direção	
Entrevistado 17	18/04/2012	Professora da graduação e pós-graduação do IFG – Câmpus Jataí e coordenadora do programa de pós-graduação (mestrado).	Está na instituição desde 1989	
Entrevistado 18	25/06/2012	Ex subsecretária estadual de educação. Ex-vereadora, professora do estado e do CAJ.	1999-2005 Sub-secretária	UEG – UnU de Jataí
Entrevistado 19	27/06/2012	Ex-diretor da UEG.  Ex-secretário de educação municipal, professor aposentado da rede municipal e professor da UEG.	2005-2010	
Entrevistado 20	18/04/2012	Ex-coordenador administrativo da UEG. Diretor e professor da UEG.	1986-2009  A partir de 05/01/2010 (diretor)	



## APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Pesquisa: “EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS: JATAÍ COMO FOCO DE ANÁLISE”

Pesquisadora responsável: MÁRCIA SANTOS ANJO REIS

Orientador: LUIZ FERNANDES DOURADO

#### ROTEIROS PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

##### **Roteiro 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DA UFG/CAJ E PESSOAS DA COMUNIDADE QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE CRIAÇÃO**

Nome do informante: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_

Tempo de exercício na atual função: \_\_\_\_\_

Função exercida na época da criação da instituição: \_\_\_\_\_

Percurso profissional na instituição: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. Como se deu o processo de constituição e organização do Campus Jataí (CAJ) desde sua criação?
2. Qual o papel da UFG no contexto de expansão e interiorização da educação superior no estado de Goiás?
3. Quais os atores que contribuíram para o processo de criação do CAJ? De que maneira foi a atuação desses atores?
4. Que fatores contribuíram para que o município de Jataí fosse selecionado pela UFG para se transformar em um câmpus?
5. Quais são os interesses sociais, políticos e econômicos da região que interferiram e influenciaram a implantação, interiorização e expansão do ensino superior em Jataí?
6. Como você descreveria a ação política da reitoria da UFG, da gestão municipal de Jataí, da participação dos segmentos da sociedade e das lideranças políticas no processo de criação e solidificação do CAJ?
7. A implantação dos primeiros cursos no CAJ transcorreu de maneira tranquila ou em meio a conflitos e tensões?
8. Qual o critério utilizado para a escolha do primeiro curso? E dos cursos subsequentes antes do Plano de Extensão e do Reuni?
9. Quais os principais problemas enfrentados pelo CAJ, desde sua criação que impediram ou dificultaram a expansão e implantação de novos cursos?
10. Como você apresentaria a relação do CAJ com a UFG e com a Fundação Educacional de Jataí (FEJ) em 1985, quando foi criado o primeiro curso de Pedagogia até os dias de hoje.
11. A política do governo federal interferiu na criação, expansão e consolidação do CAJ? Se sim, como se deu?
12. Houve interferência do estado de Goiás no processo de constituição e organização do Câmpus Jataí (CAJ)? Se existiu, como ocorreu?
13. Qual a sua análise das políticas educacionais para a educação superior do governo Cardoso (1995-2002) e como elas influenciaram o CAJ? E do governo Lula da Silva (2003-2010)?

14. Qual o impacto do Plano de Expansão e do Reuni na instituição?
15. Atualmente, quais os problemas vivenciados pela instituição que impedem ou dificultam o seu crescimento?
16. Qual o reflexo do processo de criação, expansão e consolidação do CAJ para a educação superior da região?
17. Qual seria a razão da expansão das IES públicas em Jataí ter sido maior do que as privadas?
18. Quais os grandes desafios do CAJ para os próximos anos?
19. Fique à vontade para fazer algumas considerações que julgue relevantes para criação, consolidação e expansão do CAJ.

**Roteiro 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DA UEG E PESSOAS DA COMUNIDADE QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE CRIAÇÃO**

Nome do informante: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_

Tempo de exercício na atual função: \_\_\_\_\_

Função exercida na época da criação da instituição: \_\_\_\_\_

Percurso profissional na instituição: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

01. Como se deu o processo de constituição e organização da UEG- Unidade Jataí desde sua criação?
02. Qual papel da UEG no contexto de expansão e interiorização da educação superior no estado de Goiás?
03. Quais os atores que contribuíram para o processo de criação do câmpus da UEG em Jataí? De que maneira foi a atuação desses atores?
04. Que fatores contribuíram para que o município de Jataí fosse selecionado pela UEG para se transformar em um câmpus?
05. Como você descreveria a ação política da reitoria da UEG, da gestão municipal de Jataí, da participação dos segmentos da sociedade e das lideranças políticas no processo de criação da UEG em Jataí?
06. A implantação dos primeiros cursos da UEG em Jataí transcorreu de maneira tranquila ou em meio a conflitos e tensões?
07. Qual o critério utilizado para a escolha dos primeiros cursos?
08. Quais os principais problemas enfrentados pela instituição, desde sua criação, que impediram ou dificultaram a expansão e implantação de novos cursos?
09. A política do governo federal interferiu na criação, expansão e consolidação da UEG? Se sim, como se deu?
10. Houve interferência do estado de Goiás no processo de constituição e organização da UEG, unidade Jataí? Se existiu, como ocorreu?
11. Qual a sua análise das políticas educacionais para a educação superior do governo FHC (1995-2002)? Estas influenciaram a UEG de Jataí? E do governo Lula (2003-2010)?
12. Atualmente, a instituição vivencia algum problema que impede ou dificulta o seu crescimento?
13. Qual o reflexo do processo de criação e expansão da instituição para a educação superior da região?
14. Qual seria a razão da expansão das IES públicas em Jataí ter sido maior do que as privadas?
15. Quais os grandes desafios da UEG de Jataí para os próximos anos?
16. Fique à vontade para fazer considerações que julgue importante serem destacadas relacionadas à criação e expansão da UEG em Jataí.

**Roteiro 3 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DA IFG – CÂMPUS JATAÍ E PESSOAS DA COMUNIDADE QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE CRIAÇÃO**

Nome do informante: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_

Tempo de exercício na atual função: \_\_\_\_\_

Função exercida na época da criação da instituição: \_\_\_\_\_

Percurso profissional na instituição: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

01. Comente como se deu o processo de constituição e organização do IFG – Câmpus Jataí desde sua criação.
02. Qual o papel do IFG – Campus Jataí no contexto de expansão e interiorização da educação superior no estado de Goiás?
03. Quais os atores que contribuíram para o processo de criação do IFG – Câmpus Jataí? De que maneira foi a atuação desses atores?
04. Que fatores contribuíram para que o município de Jataí fosse selecionado pelo IFG para se transformar em um câmpus?
05. Quais são os interesses sociais, políticos e econômicos da região que interferiram e influenciaram a implantação, interiorização e expansão do IFG em Jataí?
06. Como você descreveria a ação política da reitoria do IFG, da gestão municipal de Jataí, da participação dos segmentos da sociedade e das lideranças políticas no processo de criação e solidificação do Câmpus de Jataí?
07. A implantação dos primeiros cursos no IFG – Câmpus Jataí transcorreu de maneira tranquila ou em meio a conflitos e tensões?
08. Qual o critério utilizado para a escolha do primeiro curso, e em que ano foi? E dos cursos subsequentes?
09. Quais os principais problemas enfrentados pelo IFG – Câmpus Jataí desde sua criação que impediram ou dificultaram a expansão e implantação de novos cursos?
10. A política do governo federal interferiu na criação, expansão e consolidação do IFG – Câmpus Jataí ? Se sim, como se deu?
11. Houve interferência do estado de Goiás no processo de constituição e organização do IFG – Câmpus Jataí? Se existiu, como ocorreu?
12. Qual a sua análise das políticas educacionais para a educação superior do governo FHC (1995-2002) e como elas influenciaram o IFG – Câmpus Jataí? E do governo Lula (2003-2010)?
13. Atualmente, quais os problemas vivenciados pela instituição que impedem ou dificultam o seu crescimento?
14. Qual o reflexo do processo de criação, expansão e consolidação do IFG – Câmpus Jataí para a educação superior da região?
15. Qual seria a razão da expansão das IES públicas em Jataí ter sido maior do que as privadas?
16. Quais os grandes desafios do IFG – Câmpus Jataí para os próximos anos?
17. Fique à vontade para fazer algumas considerações que julgue relevantes para criação, consolidação e expansão do IFG – Câmpus Jataí.

**Roteiro 4 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DA IES PARTICULARES (CESUT E FAJA) E PESSOAS DA COMUNIDADE QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE CRIAÇÃO**

Nome do informante: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_

Tempo de exercício na atual função: \_\_\_\_\_

Função exercida na época da criação da instituição: \_\_\_\_\_

Percurso profissional na instituição: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

01. Comente como se deu o processo de constituição e organização da instituição de ensino superior (IES) desde sua criação.
02. Qual o papel da instituição no contexto de expansão e interiorização da educação superior no estado de Goiás?
03. Quais os atores que contribuíram para o processo de criação da IES? De que maneira foi a atuação desses atores?
04. Que fatores contribuíram para que o município de Jataí fosse selecionado para criar a IES?
05. Quais são os interesses sociais, políticos e econômicos da região que interferiram e influenciaram a implantação, interiorização e expansão da IES em Jataí?
06. Como você descreveria a ação da gestão municipal de Jataí, da participação dos segmentos da sociedade e das lideranças políticas no processo de criação e consolidação da IES?
07. A implantação dos primeiros cursos na IES transcorreu de maneira tranquila ou em meio a conflitos e tensões?
08. Qual o critério utilizado para a escolha dos primeiros cursos, e em que ano se deu? Houve a criação de novos cursos?
09. Quais os principais problemas enfrentados pela instituição desde sua criação que impediram ou dificultaram a expansão e implantação de novos cursos?
10. Como você apresentaria a relação da instituição com a Fundação Educacional de Jataí?
11. A política educacional do governo interferiu na criação e expansão da instituição? Se sim, como se deu?
12. Qual a sua análise das políticas educacionais para a educação superior do governo FHC (1995-2002) e como elas influenciaram a instituição? E do governo Lula (2003-2010)?
13. Qual o impacto do Prouni e do Fies na instituição?
14. Atualmente, quais os problemas vivenciados pela instituição que impedem ou dificultam o seu crescimento?
15. Qual o reflexo do processo de criação e/ou expansão da instituição para a educação superior da região?
16. Quais os fatores da expansão restrita do ensino privado na cidade de Jataí?
17. Quais os grandes desafios da instituição para os próximos anos?
18. Fique à vontade para fazer algumas considerações que julgue relevantes para criação e expansão da instituição.

**Roteiro 5 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JATAÍ (FEJ) E PESSOAS DA COMUNIDADE QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE CRIAÇÃO**

Nome do informante: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Cargo/função: \_\_\_\_\_

Tempo de exercício na atual função: \_\_\_\_\_

Função exercida na época da criação da instituição: \_\_\_\_\_

Percurso profissional na instituição: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

01. Comente como se deu o processo de constituição e organização da Fundação Educacional de Jataí (FEJ) desde sua criação.
02. Qual o papel da FEJ no contexto de expansão e interiorização da educação superior no estado de Goiás?
03. Quais os atores que contribuíram para o processo de criação da FEJ? De que maneira foi a atuação desses atores?
04. Quais são os interesses sociais, políticos e econômicos da região que interferiram e influenciaram a criação da FEJ em Jataí?
05. Qual a ligação da FEJ com as instituições de educação superior de Jataí (UFG, Cesut, Faja, IFG e UEG)?
06. Como você descreveria a ação política da reitoria da UFG, da gestão municipal de Jataí, da participação dos segmentos da sociedade e das lideranças políticas no processo de criação da FEJ? E hoje, como se encontra essas relações?
07. A criação da FEJ transcorreu de maneira tranquila ou em meio a conflitos e tensões? Se foi em meio a conflitos, fale sobre eles.
08. Para você, quais os principais problemas enfrentados pela FEJ desde sua criação que impediram ou dificultaram sua ação e atuação na educação superior do município de Jataí?
09. Como você apresentaria a relação da FEJ com o CAJ, a UFG, o Cesut desde sua criação em 1984 aos dias de hoje?
10. Houve alguma política do governo federal que interferiu na criação, expansão e atuação da FEJ? Se sim, como se deu?
11. Houve interferência do estado de Goiás no processo de constituição, organização ou atuação da FEJ? Se existiu, como ocorreu?
12. Qual a sua análise das políticas educacionais para a educação superior do governo FHC (1995-2002)? Alguma delas influenciou a FEJ? E do governo Lula (2003-2010)?
13. Atualmente, quais os problemas vivenciados pela FEJ que impedem ou dificultam o seu crescimento e atuação?
14. Qual o reflexo do processo de criação da FEJ para a educação superior da região?
15. Qual seria a razão da expansão das IES públicas em Jataí ter sido maior do que as privadas?
16. Quais os grandes desafios do FEJ para os próximos anos?
17. Fique à vontade para fazer algumas considerações que julgue relevantes.

**APÊNDICE D - BANCO DE DADOS DA TESE “EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS: O CASO SINGULAR DO MUNICÍPIO DE JATAÍ-GO”**

**1- ACERVO DO CÂMPUS JATAÍ**

<b>Acervo</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Páginas</b>	<b>Espécie</b>
CAJ/UFG – Laboratório de História	Diagnose do município de Jataí	Comissão designada pela PROEXT	Out/1979	Estudo para a proposta de implantação do projeto de interiorização da Universidade Federal de Goiás	46	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Lei nº 1000	Prefeito Municipal de Jataí	13/03/1980	Autoriza o prefeito de Jataí celebrar convênio entre a PMJ e UFG	1	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Ofício nº 34/80	Prefeito Municipal de Jataí	07/03/1980	Ofício do Prefeito Mauro Bento para o presidente da Câmara Municipal solicitando a aprovação do Projeto de Lei nº 05/80, em anexo que “Autoriza o Prefeito Municipal de Jataí celebrar convênio entre a Prefeitura e UFG” para a instalação de cursos superiores na cidade.	2	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Ofício 49/80	Presidente da Câmara Municipal de Jataí	13/03/1980	Presidente da Câmara informa ao Prefeito que o Projeto de Lei foi aprovado como Lei nº 1000 autorizando o Prefeito Municipal de Jataí celebrar convênio entre a Prefeitura e UFG e dá outras providências.	1	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História		Vereador Antônio Soares Gedda	07/04/1980	Solicita que o artigo 2º, do Projeto-lei nº 05/80, transformado em Lei nº 1000 seja excluído, e incluir “que o imóvel se destinará a funcionamento e atividades de ensino da UFG em Jataí.	1	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Resolução CCEP nº 145/1980	Reitor da UFG	10/03/1980	Cria o Campus Avançado de Jataí e dá outras providências	1	Impresso
FEJ	Termo de Convênio	UFG/PMJ	05/05/1980	Convênio de instalação do CAJ em Jataí, no programa de interiorização da UFG	5	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Escritura de Doação	Cartório do 2º Ofício - Comarca de Jataí-GO	17/05/1982	Escritura de doação de terreno e prédio da PMJ para a UFG	2	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Ofício nº 07/83	Direção do CAJ - Guilhermino	31/01/1983	Solicitação de reforma e adaptação do Casarão	1	Impresso

## 1- ACERVO DO CÂMPUS JATAÍ

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
CAJ/UFG – Laboratório de História	Ofício nº 92	PMJ – Nelson Antônio	18/03/1983	Solicita redução do repasse da PMJ para a UFG durante o ano de 1983	1	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Ofício nº 134	PMJ – Nelson Antônio	04/04/1983	Solicita criação de mais cursos	1	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Circular nº 17	Pró-reitor de Extensão UFG - Paulo Marcelino	18/03/1983	Convoca para reunião a fim de tratar do curso de Licenciatura em Ciências do CAJ	1	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Ofício nº 98	Direção do CAJ - Guilhermino	08/08/1983	Solicita da PROEXT reparos no Casarão	1	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Ofício nº 103	Direção do CAJ - Guilhermino	11/08/1983	Solicitação de audiência com a reitora para discutir alternativas com a PMJ com relação As dificuldades de ordem econômico-financeira.	1	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Ofício nº 120	Direção do CAJ - Guilhermino	15/09/1983	Solicita repasse de verbas da PMJ	1	Impresso
FEJ/ Hidelbrando	Convênio nº 28*	UFG/PMJ/FEJ	10/10/1984	Colaboração mútua para a implantação do curso de Pedagogia em Jataí	6	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Ofício nº 40	Chefe do Departamento de Física da UFG	28/06/1985	Solicitação de transferência de equipamentos do laboratório de física do CAJ para Goiânia	1	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Ofício nº 30 com relatório em anexo	Chefe do Departamento de Física da UFG	28/05/1985	Solicitação de transferência de equipamentos do laboratório de física do CAJ para Goiânia	11	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Ofício nº 93	Diretora da FE-UFG	15/03/1985	Resultado do Concurso dos professores para o curso de Pedagogia encaminhado para a FEJ	1	Impresso
CAJ/UFG – Laboratório de História	Aula inaugural do curso de Pedagogia	Reitora Cassimiro	18/03/1985	Aula inaugural do curso de Pedagogia proferida pela reitora	17	Impresso

## 1- ACERVO DO CÂMPUS JATAÍ

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
CAJ/UFG – Laboratório de História	Relatório para fornecer subsídios para política acadêmica capaz de assimilar a extensão na UFG	Comissão designada pela Pró-Reitoria de Extensão	1986	Relatório da comissão designada para fornecer subsídios para o estabelecimento de uma política acadêmica capaz de assimilar a evolução do conceito de extensão na Universidade Federal de Goiás.	30	Impresso
Laboratório de História da UFG	Convênio nº 29*	UFG/PMJ/FEJ	16/11/87	Colaboração mútua para continuidade do curso de Pedagogia	5	Impresso
Laboratório de História da UFG	Ofício nº 47	Direção do CAJ – Luiz Veiga	25/08/1988	Troca de coordenação do curso de Pedagogia, assumindo Marília Lara do Amaral Oliveira no lugar de Vanda Borges de Paula	1	Impresso
Laboratório de História da UFG	Relatório de Atividades 1988	Direção do CAJ – Luiz Veiga	1988	Relatório de Atividades desenvolvidas no CAJ em 1988	14	Impresso
Laboratório de História da UFG	Ofício nº 79	Diretor do CAJ – Luiz Veiga	26/10/1989	Informa os professores que darão aulas preparatórias para os vestibulandos	1	Impresso
Laboratório de História da UFG	Convênio nº 31*	UFG/PMJ/FEJ	11/10/89	Colaboração mútua para continuidade do curso de Letras – Licenciatura Plena em Português	9	Impresso
Laboratório de História da UFG	Convênio nº 32*	UFG/PMJ/FEJ	11/10/89	Colaboração mútua para a implantação do curso de Pedagogia	9	Impresso
Hidelbrando	Ofício nº 334/95	Governador do Estado Sr. Maguito	22/08/1995	Proposta político-Pedagógica de Federalização do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás	2	Impresso
Hidelbrando	Ofício nº 03/95	Conselho Comunitário de Jataí	1995	Solicita empenho do ministro de Estado e Educação na solicitação constante no Ofício nº 334/95 do governador do Estado	2	Impresso
Laboratório de História da UFG	Plano Diretor Físico Campus Avançado de Jataí	UFG -Escritório Técnico Administrativo	Junho 1995	Plano Diretor Físico Campus Avançado de Jataí	15	Impresso



### 1- ACERVO DO CÂMPUS JATAÍ

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
Ana Cáritas	Proposta Político-Pedagógica de Federalização do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás	Ana Cáritas Teixeira de Souza et all.	Julho de 1995	Proposta Político-Pedagógica de Federalização do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás	86	Impresso
Laboratório de História da UFG	Ofício/GAB/nº 128/96	Reitor da UFG e prefeito de Jataí	29/02/1996	Solicita a cessão da área de (370 ha) e dos respectivos equipamentos e recurso humanos da EMATER para a implantação dos cursos da área de Ciências Agrárias do CAJ/UFG.	7	Impresso
Laboratório de História da UFG	Relatório da visita ao Campus Avançado de Jataí – Proposta de criação do curso de Agronomia.	Ximenes; Ramos; Leandro,	Junho /1996	Relatório da visita ao Campus Avançado de Jataí – Proposta de criação do curso de Agronomia.	33	Impresso
Ana Cáritas	Projeto de “Implantação do Centro Avançado de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Goiás no CAJ	Araújo; Café; Silva; Ximenes e Mozena	1996	Projeto de “Implantação do Centro Avançado de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Goiás no CAJ” com a criação dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária	52	Impresso
Ana Cáritas	Mestrado Interinstitucional em Educação	UFG/PRPPG/CAJ	1996	Mestrado Interinstitucional em Educação com 15 vagas para professores do CAJ – CAPES/PICDT – Edital 01/06-01. Parceria entre UFMG e UFG.	60	Impresso
Laboratório de História da UFG	Projeto de consolidação dos <i>campi</i> da UFG	UFG	1997	Projeto de consolidação dos <i>campi</i> da UFG, mostrando a necessidade de 237 vagas para docentes e 91 vagas para técnico-administrativo	36	Impresso
Laboratório de História da UFG	Ofício GAB/nº 1.149, de 15 de outubro de 199.	UFG/Reitor	1997	Ofício do reitor da UFG encaminhado ao Ministro da Educação encaminhando Projeto de consolidação dos <i>campi</i> da UFG,	1	Impresso

### 1- ACERVO DO CÂMPUS JATAÍ

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
Ana Cáritas	Plano Diretor Físico	Ilza Vítório Rocha, Ana Domitila de Almeida Mendonça e Sérgio do Carmo	Outubro /1997	Plano Diretor Físico elaborado para se transformar num instrumento aos futuros dirigentes do CAJ	52	Impresso
Hidelbrando	Ofício nº 12/98	Presidente da ADCAJ	02/04/1998	Pauta de reivindicação da ADCAJ na paralisação das atividades acadêmicas.	1	Impresso
Hidelbrando	Ofício nº /98	Presidente da FEJ	16/05/1998	Resposta da FEJ para a pauta de reivindicação da ADCAJ em 02/04/1998.	2	Impresso
Laboratório de História da UFG	Programa de expansão das instituições federais de ensino superior - Projeto acadêmico Universidade Federal de Goiás/ Campus de Jataí	UFG	2006	Programa de expansão das instituições federais de ensino superior - Projeto acadêmico da UFG/CAJ	30	Impresso
Arquivo da direção da UFG	Reestruturação e Expansão da UFG (2008-2012) - Relatório final da Comissão do CONSUNI	CONSUNI	23/10/2007	Reestruturação e Expansão da UFG (2008-2012) -	17	Impresso
Arquivo da direção da UFG	Reuni – Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Goiás - 2008/2012	UFG	2007	Reuni – Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Goiás -2008/2012	84	Impresso
FEJ	Convênio nº 14/2007	UFG/PMJ	26/02/2007	Concessão de Estágio Curricular aos Estudantes dos cursos de Graduação da UFG	5	Impresso
<b>TOTAL</b>					<b>656</b>	

1- \*Documentos que fazem parte do acervo de mais de uma instituição

## 2- ACERVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JATAÍ

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
FEJ	Lei nº 1.077	PMJ	13/03/1984	Cria a Fundação Educacional de Jataí	1	Impresso
FEJ	Contrato prestação de serviço	AJE/FEJ	14/11/1984	Cooperação para instalação e manutenção de IES em Jataí - Duração de 25 anos	3	Impresso
FEJ	Instrumento de transação	FEJ/AJE	25/03/2002	Contrato de Prestação de Serviços Educacionais entre AJE e FEJ – Duração 20 anos (abr/2022)	3	Impresso
FEJ	Livro de Atas (v. 1)	FEJ	De 18/01/1984 a 27/06/2001	Atas FEJ diversas (nº 1 a nº 148)	386	Manuscrito
FEJ	Livro de Atas (v. 2)	FEJ	De 29/06/2001 a 20/10/2008	Atas FEJ diversas (nº 149 a nº 228)	87	Manuscrito
FEJ	Atas	FEJ	De 30/01/2009 a 10/12/2012	Atas FEJ diversas (sem numeração)	95	Manuscrita e Impressa
FEJ	Convênio 01/92	UFG/PMJ/FEJ	28/02/1992	Convênio continuidade dos cursos de Letras, Pedagogia e Especialização em Letras	9	Impresso
FEJ/ Hidelbrando	Convênio nº 28/84	UFG/PMJ/FEJ	10/10/84	Colaboração mútua para a implantação do curso de Pedagogia em Jataí	6	Impresso
Laboratório de História da UFG	Convênio nº 29/87	UFG/PMJ/FEJ	16/11/87	Colaboração mútua para continuidade do curso de Pedagogia	5	Impresso
Laboratório de História da UFG	Convênio nº 31/89	UFG/PMJ/FEJ	11/10/89	Colaboração mútua para continuidade do curso de Letras – Licenciatura Plena em Português	9	Impresso
Laboratório de História da UFG	Convênio nº 32/89	UFG/PMJ/FEJ	11/10/89	Colaboração mútua para a implantação do curso de Pedagogia	9	Impresso
Laboratório de História da UFG	Termo de convênio	UFG/PMJ/FEJ	28/02/1992	Colaboração mútua para a continuidade dos cursos de Licenciatura Plena em Letras – Habilitação Português, Pedagogia e especialização em Letras.	9	Impresso
FEJ	2º Termo aditivo ao convênio 01/92	UFG/PMJ/FEJ	19/10/1993	Implantação cursos de Educação Física (lic.) e Geografia (lic) e manutenção dos existentes	2	Impresso
FEJ	2º Termo aditivo ao convênio 01/92	UFG/PMJ/FEJ	19/10/1993	Implantação cursos de Educação Física (lic.) e Geografia (lic) e manutenção dos existentes	2	Impresso

## 2- ACERVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JATAÍ

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
FEJ Hidelbrando	Convênio	UFG/PMJ/FEJ	17/08/1995	Manutenção dos cursos existentes e implantação dos de Ciências Biológicas e Matemática e especialização nas áreas	5	Impresso
FEJ	Termo aditivo	UFG/PMJ/FEJ	17/08/1995	Implementar as instalações físicas do prédio do curso de Ciências Biológicas	3	Impresso
FEJ	Resolução 3.701	UFG/GOIÁS/ PMJ/FEJ	30/12/1996	Implantação dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária	8	Impresso
FEJ	Protocolo de intenções	UFG/GOIAS/ PMJ/FEJ	03/05/1999	Ratificar os termos da Resolução nº 3.701, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás	2	Impresso
FEJ	Minuta de Renovação de Convênio	UFG/PMJ/FEJ	26/07/1997	Dar continuidade aos cursos Let/Port, Geo, Educ. Fis, Ped, Ciênc. Bio, Mat., especialização nas áreas específicas.	7	Impresso
FEJ	1º Termo aditivo ao convênio 17/97	UFG/PMJ/FEJ	/1999	Oferecer vestibular nos anos de 2000 e 2001	2	Impresso
FEJ	Convênio e Plano de trabalho	UFG/CAJ/ETFG- Uned Jatai/PMJ/ FEJ	/1998	Execução do Projeto de Apoio e Acompanhamento ao Ens, Fund. e Profissional. do Jovem e Adulto Trabalhador	5 e 6	Impresso
FEJ	Convênio 12/2000 e Plano de trabalho	UFG/CEFET/FEJ	16/03/2000	Execução de Projetos de Ens., Pesq. e Extensão	5 e 4	Impresso
FEJ	Convênio 26/2002 e Plano de trabalho	UFG/PMJ/FEJ	26/08/2002	Continuidade dos cursos oferecido pelo CAJ	8 e 7	Impresso
FEJ	Termo Aditivo 8/2003	UFG/PMJ/FEJ	25/08/2003	Prorrogação do Convênio 26/20002	2	Impresso
FEJ	Convênio 36/2003	UFG/PMJ/FEJ	26/11/2003	Continuidade dos cursos oferecidos pelo CAJ	14	Impresso
FEJ	Convênio 39/2005	UFG/PMJ/FEJ	29/11/2005	Continuidade dos cursos oferecidos pelo CAJ	11	Impresso
FEJ	Convênio 209/2008	UFG/PMJ/FEJ	25/11/2008	Continuidade dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelo CAJ	6	Impresso
FEJ	Termo Aditivo ao convênio 209/2008	UFG/PMJ/FEJ	/2008	Prorrogar a vigência do convênio 209/2008 até 31/01/2012	3	Impresso
FEJ	Resolução 3621 com Convênio 7/97	Estado Goiás/FEJ	04/07/1997	Concessão de auxílio financeiro a FEJ - ago/97 a ago/98	4	Impresso
FEJ	Resolução 3164 com Termo aditivo convênio 7/97	Estado Goiás/FEJ	10/03/1997	Auxílio financeiro a FEJ - mar./98 a fev./99	2	Impresso

## 2- ACERVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JATAÍ

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
FEJ	Resolução 2.266 com Convênio 003/99	Estado Goiás/FEJ	20/04/1999	Auxílio financeiro a FEJ de abr./99 a abr./2000	7	Impresso
FEJ	Convênio 24/2000	Estado Goiás/FEJ	28/03/2000	Auxílio financeiro a FEJ - abr./2000 a set./2000	4	Impresso
FEJ	1º termo Aditivo do convênio 24/2000	Estado Goiás/FEJ	13/07/2000	Alteração das cláusulas segunda, terceira e quarta do convênio 24/00. Prorrogação do prazo até 30/05/2001	2	Impresso
FEJ	Convênio 8/2001	Estado Goiás/FEJ	22/06/2001	Auxílio financeiro a FEJ - jun./2001 a jun./2002	4	Impresso
FEJ	Convênio 9/2003	Estado Goiás/FEJ	26/05/2003	Auxílio financeiro a FEJ - mai./2003 a mai./2004	4	Impresso
FEJ	Convênio 22/2005	Estado Goiás/FEJ	27/05/2005	Auxílio financeiro a FEJ - mai./2005 a jun./2006	4	Impresso
FEJ	Convênio 128/2006	Estado Goiás/FEJ	26/05/2006	Auxílio financeiro a FEJ - mai./2006 a jun./2007	5	Impresso
FEJ	Convênio /2007 e Plano de Trabalho	Estado Goiás/FEJ	/12/2007	Auxílio financeiro a FEJ - dez./2007 a abr./2008	4 e 2	Impresso
FEJ	Convênio 1/2008 e Plano de Trabalho	Estado Goiás/FEJ	31/01/2008	Auxílio financeiro a FEJ – jan./2008 a jun../2008	4 e 2	Impresso
FEJ	Convênio 70/2008	Estado Goiás/FEJ	04/07/2008	Auxílio financeiro a FEJ - jul./2008 a mai./2009	4	Impresso
FEJ	Convênio 68/2009	Estado Goiás/FEJ	16/09/2009	Auxílio financeiro a FEJ - set./2009 a ago./2010	5	Impresso
FEJ	1º Termo Aditivo ao convênio 68/2009 e Plano de trabalho	Estado Goiás/FEJ	16/09/2010	Prorrogar prazo de vigência do convênio 68/2009 para 16/09/2011	2 e 2	Impresso
FEJ	Carta de Intenção	Cefet- Uned Jataí/FEJ/PMJ	17/01/2000	Carta de Intenção entre Cefet-Uned Jataí/FEJ/PMJ para projetos de pesquisa, cursos e consultorias nas áreas de Turismo e Hospitalidade e Segurança do Trabalho.	3	Impresso
FEJ	Estatuto da FEJ	FEJ	18/12/2006	Novo estatuto da FEJ, substituindo o criado em 18/01/1984	13	Impresso
FEJ	Estatuto da FEJ	Diário Oficial/GO, ano 171, nº 20.330, p.10	14/03/2008	Novo estatuto da FEJ aprovado em 18 de dezembro de 2006.	14	Impresso
FEJ	Lei nº 2.322	PMJ	15/04/202	A Câmara Municipal de Jataí aprova doar imóvel para FEJ	1	Impresso
FEJ	Escritura Pública de Doação	Cartório 2º Tabelionato de Notas de Jataí	31/12/2002	Doação de terreno e prédio onde funciona o Cesut para a FEJ	2	Impresso
FEJ	Lei nº 3.263	PMJ	15/12/2011	A Câmara Municipal de Jataí aprova a transferência do quadro dos servidores da FEJ para SME	1	Impresso
FEJ	Autos nº 2.643/84– Alteração do Estatuto da FEJ	2ª Promotoria de Justiça de Jataí	16/12/1992	Parecer do Ministério Público de Jataí para alteração de estatuto da FEJ	2	Impresso

## 2- ACERVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JATAÍ

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
FEJ	Parecer 411/84 do processo CEE nº 880/84	CEE de Goiás	28/11/1984	Parecer do CEE para o pedido de autorização para o funcionamento dos cursos de Direito e Administração e Ciências Contábeis ministrados pelo Cesut.	2	Impresso
FEJ	Ação nº 2.643/84 – 2ª vara	FEJ	11/12/1984	Reforma do art. 1º do Estatuto da FEJ	19	Impresso
FEJ	Ação nº 2.459/ 84 – 2ª vara	FEJ	24/04/1984	Pedido de Registro do Estatuto da FEJ para o Cartório de 2º cível – Registros e Fazendas públicas	36	Impresso
Hidelbrando	Extrato do Estatuto da FEJ	Diário Oficial/GO	25/09/1984	Extrato do Estatuto da Fundação Educacional de Jataí	14	Impresso
Hidelbrando	Estatuto da FEJ	Diário Oficial/GO, ano 145, nº 14.160, p. 9-11	01/11/1984	Estatuto da Fundação Educacional de Jataí com as correções sugeridas no Extrato de 25/09/1984	14	Impresso
Hidelbrando	Documento da comissão diretora da FEJ encaminhada à vara Civil da comarca de Jataí	Comissão Diretora do FEJ	03/12/1984	Solicitação da reforma do art. 1º do Estatuto da FEJ, passando da personalidade de direito privado para público	2	Impresso
Hidelbrando	Pesquisa de opinião	UFG/CAJ/FEJ	Sem data	Resultado da pesquisa de opinião para a escolha de cursos superiores para a implantação da universidade do Sudoeste goiano	2	Impresso
Hidelbrando	Portaria nº 807	MEC	21/05/1991	Reconhecimento do curso de Administração, ministrado pelo Cesut e mantido pela FEJ	1	Impresso
Hidelbrando	Portaria nº 808	MEC	21/05/1991	Reconhecimento do curso de Direito, ministrado pelo Cesut e mantido pela FEJ	1	Impresso
Hidelbrando	Relatório realizado por técnicas da DEMEC-GO	DEMEC-GO	Jul./1995	Levantamento Cronológico acerca da manutenção do Centro Superior de Jataí, na cidade de Jataí-GO realizado por técnicas da DEMEC-GO	8	Impresso
Hidelbrando	Ata de reunião	FEJ	17/04/1996	Reunião entre FEJ e AJE para diálogo com vistas aos documentos que chegaram sobre a definição de mantenedora dos cursos do Cesut	2	Impresso
Hidelbrando	Relatório das atividades da FEJ	FEJ	31/12/1996	Relatório descritivo das atividades da FEJ biênio 95/96	6	Impresso
Hidelbrando	Ofício nº 17/96	FEJ	14/04/1996	Convite para reunião entre FEJ e AJE para negociação da definição da mantenedora dos cursos do Cesut	2	Impresso

## 2- ACERVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE JATAÍ

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
Hidelbrando	Informação n° 088/97	MEC/Sesu/DOES	27/02/1997	Inquérito administrativo instituído para apurar irregularidade no Cesut	2	Impresso
Hidelbrando	Portaria n° 2828/97	Secretaria da Educação e Cultura de Goiás	17/09/1997	Suspende por tempo indeterminados o vestibular dos cursos do Cesut	1	Impresso
Hidelbrando	Parecer do CEE n° 764/97	CEE	06/05/1997	Define a FEJ como mantenedora dos cursos de Direito e Administração do Cesut	8	Impresso
Hidelbrando	Requerimento de vereador	Vereadora Maria Euzébia de Lima	04/09/1998	Apresenta queixa e denúncia contra a PMJ e AJE	5	Impresso
Hidelbrando	Ofício n° 27/98	2ª Promotoria de Justiça de Jataí	15/09/1998	Solicitação à FEJ do relato das medidas administrativas efetuadas com respeito à manutenção dos cursos superiores do Cesut	2	Impresso
Hidelbrando	Registro de Imóveis e Anexos	Comarca de Jataí/Estado Goiás	10/05/2006	Doação da PMJ à FEJ do imóvel onde funciona o Cesut	2	Impresso
CAJ	Histórico e prestação de Contas "FEJ"	Adelino Gameiro das Neves	1985	Documento entregue pelo presidente da Comissão de elaboração do estatuto da FEJ para o Presidente da FEJ	3	Impresso
<b>TOTAL</b>					<b>951</b>	

### 3- ACERVO DO CESUT

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
FEJ	Contrato prestação de serviço (*)	AJE/FEJ	14/11/1984	Cooperação para instalação e manutenção de IES em Jataí - Duração de 25 anos	3	Impresso
Hidelbrando	Lei nº 1.133	PMJ	14/08/1985	Autoriza o poder executivo firmar convênio com o Cesut, com finalidade educacional	1	Impresso
Hidelbrando	Lei nº 1.167	PMJ	11/03/1986	Convênio da PMJ e AJE, conceder ajuda de custo a alguns estudantes necessitados dos cursos do Cesut	2	Impresso
Hidelbrando	Lei nº 1.721	PMJ	22/03/1994	Continuidade do uso do prédio municipal, por um ano, para o funcionamento do Cesut mediante pagamento mensal	1	Impresso
Hidelbrando	Lei nº 1807	PMJ	/1995	Renovado a permissão para uso do prédio municipal pelo Cesut por 5 anos com pagamento no valor de 8 bolsas de estudo mensal; revogada a obrigatoriedade do ensino de 1º grau gratuito da Lei nº 1.133.	1	Impresso
Hidelbrando	Relatório realizado por técnicas da DEMEC-GO (*)	DEMEC-GO	Jul./1995	Levantamento Cronológico acerca da mantença do Centro Superior de Jataí, na cidade de Jataí-GO realizado por técnicas da DEMEC-GO	8	Impresso
Hidelbrando	Lei Municipal nº 2.012	PMJ	24/04/1998	Cancela a Lei nº 1.721/94 e nº 1.133/85	1	Impresso
Hidelbrando	Caso Cesut – Justiça impede Assembléia Geral da FEJ	Itamar Cordeiro Folha do Sudoeste, p. 5	de 18 a 24/11/1999	Decisão Judicial proíbe a realização de Assembléia Geral da FEJ que poria fim ao caso Cesut	1	Impresso
Hidelbrando	Caso Cesut – Secretária Raquel Teixeira recomenda AJE ao Mec	Itamar Cordeiro Folha do Sudoeste, p. 5	de 18 a 24/11/1999	Estado e município se eximem de responsabilidade financeira e de definição de mantenedora para com o Cesut	1	Impresso
Hidelbrando	FEJ nomeia novo diretor do Cesut	Itamar Cordeiro Folha do Sudoeste, p. 5	de 02 a 08/12/1999	Final da intervenção virou caso de polícia. FEJ assumiu Cesut sob veementes protestos da AJE, que quer as faculdades novamente sob o seu comando.	1	Impresso
Hidelbrando	FEJ pede destituição de seu presidente	Itamar Cordeiro Folha do Sudoeste, p. 5	de 09 a 15/12/1999	Desconforto entre as entidades que compõem o Conselho da FEJ e destituição do presidente da Fundação	1	Impresso
Hidelbrando	Portaria nº 1/89	Diretoria do Cesut	01/03/1989	Designar função de Diretor de Secretaria	1	Impresso
Hidelbrando	Portaria nº 2/89	Diretoria do Cesut	01/03/1989	Medidas para melhoria do funcionamento do Cesut	1	Impresso
Hidelbrando	Portaria nº 3/89	Diretoria do Cesut	01/03/1989	Designar chefes dos departamentos de Direito e Administração de Empresas	1	Impresso



### 3- ACERVO DO CESUT

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
Hidelbrando	MEC notifica três cursos goianos	Elza Fiuza Diário da manhã	27/09/2007	Faculdades de baixo rendimento no Enade e IDD terão de prestar explicações ao Mec	1	Impresso
Hidelbrando	Informação nº 30/99	Mec/Sesu	10/11/1999	Mantenedora pública. Vínculo Contratual com entidade privada. Sistema de Educação	3	Impresso
Hidelbrando	Decreto nº 91.083	Diário Oficial, seção 1, p.4286	12/03/1985	Autorizado o funcionamento do curso de Administração pelo Cesut	1	Impresso
Hidelbrando	Decreto nº 91.676	Diário Oficial nº 183, p. 13905	20/09/1985	Autorizado o funcionamento do curso de Direito pelo Cesut	1	Impresso
Hidelbrando	Ofício s/nº da FEJ encaminhado ao MEC	Presidente da FEJ	08/10/1999	Informações destinadas a elucidar a suposta duplicidade de mantenedora dos cursos do Cesut	4	Impresso
Hidelbrando	Ofício nº 11013/99	GAB/Sesu/Mec	28/09/1999	Solicitação do Sesu de informações sobre a AJE.	1	Impresso
Hidelbrando	Ofício s/nº da AJE para o MEC	Presidente da AJE	12/08/1999	Solicita tornar sem efeito o despacho ministerial restaurador das Portarias 807/91 e 808/91	4	Impresso
Hidelbrando	Mandato de segurança nº 1.439-0 - DF	CFE Diário da Justiça nº 236	13/12/1993	Solicitação de substituir a mantenedora no ato de reconhecimento	1	Impresso
Hidelbrando	Portaria 4023/99	Secretaria da Educação e Cultura de Goiás	10/08/1999	Nomear interventor do Cesut	1	Impresso
Hidelbrando	Parecer AJUR nº 008/99	Assessoria Jurídica da Secretaria de Educação de Goiás	25/05/1999	Relatório/Situação da Mantenedora – Curso Cesut	9	Impresso
Hidelbrando	Sugestão ao Conselho Comunitário de Jataí	Dr. Hidelbrando Alves de Assis	05/10/1999	Análise sobre a situação da manutenção dos cursos do Cesut encaminhada ao Conselho Comunitário de Jataí	4	Impresso
Hidelbrando	Processo nº 23001.000667/89-76	CEE	10/05/1991	Reconhecimento dos cursos do Cesut	1	Impresso
Hidelbrando	Portaria nº 807 (*)	MEC	21/05/1991	Reconhecimento do curso de Administração, ministrado pelo Cesut e mantido pela FEJ	1	Impresso
Hidelbrando	Portaria nº 808 (*)	MEC	21/05/1991	Reconhecimento do curso de Direito, ministrado pelo Cesut e mantido pela FEJ	1	Impresso
Hidelbrando	Parecer do CEE (*) nº 764/97	CEE	06/05/1997	Define a FEJ como mantenedora dos cursos de Direito e Administração do Cesut	8	Impresso
Hidelbrando	Resolução nº 451	CEE	20/12/1984	Autorizar o Cesut mantido pela FEJ a implantar o curso de Direito e Administração com 120 vagas cada e aprova corpo Docente	3	Impresso

### 3- ACERVO DO CESUT

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
Hidelbrando	Ata de reunião da AJE	AJE	03/10/1984	Aprovado Estatuto da AJE	4	Impresso
Hidelbrando	Ata de reunião da AJE	AJE	28/02/1985	Assembléia Geral Ordinária da AJE	1	Impresso
Hidelbrando	Documento do cartório	AJE	21/02/1990	Procuração Pública de transferência de todas as cotas do Cesut para Nelson Antonia da Silva e Marcelo Ananias de Paula	2	Impresso
Hidelbrando	Documento do cartório	AJE	05/01/1994	Transferência das cotas de Nelson Antonio da Silva para Paulo de Lima	2	Impresso
Hidelbrando	Parecer 746/99	CEE	29/06/1999	Relatório para esclarecer a dualidade de mantenedor dos cursos de Direito e Administração em Jataí	3	Impresso
Hidelbrando	Ofício Pres. n° 042/99	CEE	/03/1999	Solicita questionamentos do CEE para Secretária de Educação e Cultura de Goiás	1	Impresso
Hidelbrando	Ofício n° 21/99	FEJ	22/03/99	Solicita informação da Sec. de Educ. e Cult. de Goiás sobre a situação do processo entre FEJ e Cesut	1	Impresso
Hidelbrando	Ofício Pres. n° 051/99	CEE	09/03/1999	Resposta ao ofício n° 04/99 da Sec. de Educ. e Cult. de Goiás, reencaminhando resposta dada em 5/03/99 no of, n° 051/99, para 2ª Promotoria de Justiça de Jataí	1	Impresso
Hidelbrando	Ofício n° 007/99	2ª Promotoria de Justiça de Jataí	04/03/1999	Ratifica o conteúdo do ofício n° 027/98, no qual solicita a FEJ informações a respeito das medidas administrativas a respeito da assunção dos cursos do Cesut	1	Impresso
Hidelbrando	Ofício n° 27/98 (*)	2ª Promotoria de Justiça de Jataí	15/09/1998	Solicitação à FEJ do relato das medidas administrativas efetuadas com respeito à manutenção dos cursos superiores do Cesut	2	Impresso
Hidelbrando	Ofício n° 32/98	FEJ	19/11/1998	Resposta ao ofício n° 27/98 da 2ª Promotoria de Justiça, solicitando protelação da audiência	1	Impresso
Hidelbrando	Parecer do processo n° 15606015/97	Sesu	01/1998	Comunicação a FEJ que ela é a mantenedora legítima dos cursos do Cesut	2	Impresso
Hidelbrando	Portaria n° 3909/99	Sec. de Educ. Goiás	09/07/1999	Autorizar vestibular no Cesut nos dias 10 e 11/07/99 e ratificar a Portaria n° 2.828/97	1	Impresso
Hidelbrando	Portaria n° 2828/97 (*)	Secretaria da Educação e Cultura de Goiás	17/09/1997	Suspende por tempo indeterminados o vestibular dos cursos do Cesut	1	Impresso

### 3- ACERVO DO CESUT

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
Hidelbrando	Ofício n° 0020/98	Secretaria da Educação e Cultura de Goiás	12/01/1998	Encaminha cópia do Parecer da Superintendência do Ensino Superior	1	Impresso
Hidelbrando	Informação n° 088/97 (*)	MEC/Sesu/DOES	27/02/1997	Informação sobre o inquérito administrativo instituído para apurar irregularidade no Cesut	2	Impresso
Hidelbrando	Ofício n° 0252/97	Gabinete do Governador de Goiás	12/12/1997	Encaminhamento de lista de documentos que versão sobre o ensino de 3° grau da cidade para o prefeito de Jataí tomar conhecimento	2	Impresso
Hidelbrando	Ofício n° 0019/98	Secretaria da Educação e Cultura de Goiás	12/01/1998	Encaminhamento do Parecer da Superintendência do Ensino superior sobre a solução da mantenedora dos cursos do Cesut	1	Impresso
Hidelbrando	Calendário escolar	Cesut	1990	Calendário escolar dos cursos superiores do Cesut	7	Impresso
Hidelbrando	Calendário escolar	Cesut	1991	Calendário escolar dos cursos superiores do Cesut	7	Impresso
Hidelbrando	Portaria n° 009/91	Cesut	15/08/91	Adotar sistema de controle dos professores	1	Impresso
Hidelbrando	Divulgação de Especialização em Direito Público	Cesut	1991	Divulgação de Especialização em Direito Público com data de inscrição, calendário de aula e horário.	2	Impresso
Hidelbrando	Roteiro Administrativo Básico de funcionamento do Cesut	Cesut	10/02/1988	Aborda as normas administrativas elementares para o funcionamento do Cesut	6	Impresso
Hidelbrando	Ofício n° 13/86	Cesut	22/04/1986	Criação do “abono de pontualidade”	2	Impresso
UFG /CAJ (laboratório de história)	O início da odisséia do Cesut	Paulo Lima	s/d	História da criação do Cesut	1	Impresso
FEJ	Instrumento de transação (*)	FEJ/AJE	25/03/2002	Contrato de Prestação de Serviços Educacionais entre AJE e FEJ – Duração 20 anos (abr/2022)	3	Impresso
FEJ	Parecer 411/84 do processo CEE n° 880/84 (*)	CEE de Goiás	28/11/1984	Parecer do CEE para o pedido de autorização para o funcionamento dos cursos de Direito e Administração e Ciências Contábeis ministrados pelo Cesut.	2	Impresso
Hidelbrando	Ata de reunião (*)	FEJ	17/04/1996	Reunião entre FEJ e AJE para diálogo com vistas aos documentos que chegaram sobre a definição de mantenedora dos cursos do Cesut	2	Impresso

### 3- ACERVO DO CESUT

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
Hidelbrando	Requerimento de vereador (*)	Vereadora Maria Euzébia de Lima	04/09/1998	Apresenta queixa e denúncia contra a PMJ e AJE	5	Impresso
Hidelbrando	Portaria nº 3847-A	SEE	29/06/1999	Normas de intervenção da SEE em universidade ou estabelecimento isolado de ensino	4	Impresso
Cesut	Regimento do Centro de Ensino Superior de Jataí - Cesut	Cesut	s/d	Regimento do Centro de Ensino Superior de Jataí	22	Impresso
Cesut	Projeto Pedagógico do curso de Administração	AJE/Cesut	2011	Projeto Pedagógico do curso de Administração do Cesut	32	Impresso
Cesut	Projeto Pedagógico do Curso de Direito	AJE/Cesut	2010	Projeto Pedagógico do Curso de Direito do Cesut	53	Impresso
Cesut	Plano de Desenvolvimento Institucional do Cesut	FEJ/AJE/Cesut	2007	Plano de Desenvolvimento Institucional do Cesut	60	Impresso
Hidelbrando	Ata de votação	Comissão de apuração de votos do Cesut	1999	Atas de apuração de votos de quatro turmas do Cesut do Plebicisto com as assinaturas dos votantes	8	Impresso
Hidelbrando	Manifesto dos servidores da Associação Jataiense de Educação - Cesut	Servidores da AJE	1999	Manifesto dos servidores da Associação Jataiense de Educação - Cesut	1	Impresso
<b>TOTAL</b>					<b>315</b>	

4- (\*) Documento que consta também no acervo de outra instituição (FEJ).

#### 4 - ACERVO DO IFG - CÂMPUS JATAÍ

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
IFG-Jataí	Resolução nº 06	Conselho Diretor do Cefet-Goiás	10/09/2002	Convalidação e autorização do funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Informática – Modalidade: Sistema de Informação	1	Impresso
IFG-Jataí	Portaria nº 686	MEC	02/03/2005	Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Informática com habilitação em Sistema de Informação e troca o nome do curso para Tecnologia em Sistemas de Informação	1	Impresso
IFG-Jataí	Portaria nº 184	MEC/SETEC	26/11/2010	Renovação de reconhecimento do Curso de Sistema de informação e ajuste de denominação para Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1	Impresso
IFG-Jataí	Resolução nº 15	Conselho Diretor do Cefet-Goiás	10/09/2002	Convalidação e autorização de funcionamento do Curso Superior de Licenciatura em Ciências	1	Impresso
IFG-Jataí	Portaria nº 744	MEC	10/10/2006	Validação da oferta do Curso de Ciências, licenciatura, habilitação em Física e em Matemática e assegura expedição de diploma para os ingressantes até 2002	1	Impresso
IFG-Jataí	Resolução nº 7	Conselho Diretor do Cefet-Goiás	29/04/2005	Convalidação e autorização do funcionamento do Curso Superior de Licenciatura em Física	1	Impresso
IFG-Jataí	Portaria nº 559	MEC/SESU	17/04/2009	Reconhecimento do Curso de Física, licenciatura	1	Impresso
IFG-Jataí	Resolução nº 13	Conselho Diretor Cefet-Goiás	11/10/2007	Autorização de funcionamento do Curso de Engenharia Elétrica	1	Impresso
IFG-Jataí	Resolução nº 036	Conselho Superior do IFG-Goiás	22/12/2010	Autorização do funcionamento do Curso de Especialização em Ensino de Ciências e Matemática	1	Impresso
IFG-Jataí	Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física	Cefet-Goiás Uned/ Jataí	10/2007	Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física	72	Impresso
IFG-Jataí	Projeto de Implantação do curso de Engenharia Elétrica	Cefet-Goiás Uned /Jataí	01/2006	Projeto de Implantação do Curso de Engenharia Elétrica	54	Impresso
IFG-Jataí	Edital nº 14	IFG -PRPPG	07/05/2012	Seleção de candidatos às vagas do Curso de Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática do IFG-Campus Jataí	10	Impresso
IFG-Jataí	Processo nº 23000.008107/2004-33	Cefet- Goiás Uned/Jataí	04/04/2004	Processo de Solicitação de Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Informática com habilitação em Sistema de Informação (Área Profissional: Informática)	232	Impresso
<b>TOTAL</b>					<b>287</b>	

## 5- ACERVO DA UEG- UNIDADE JATAÍ

Acervo	Título	Autor	Data	Descrição	Páginas	Espécie
UEG	Resolução – CsU nº 053	Cons.Univ. da UEG	07/10/2005	Cria e autoriza Cursos Superiores de Tecnologias	2	Impresso
UEG	Relatório de Estruturação	Christiano de Oliveira e Silva	11/10/2011	Relatório da situação atual da UEG-Unu Jataí, suas necessidades e propostas para estruturação e consolidação	8	Impresso
UEG	PPC de Tecnologia em Alimentos	UEG-UnU Jataí	2009	Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos para fins de reconhecimento do curso	104	Impresso
UEG	PPC de Tecnologia em Logística	UEG-UnU Jataí	2009	Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística para fins de reconhecimento do curso	115	Impresso
UEG	Memorial UEG	Elita Maria de Carvalho Lima	2010	Memorial da UEG – Unidade de Jataí	40	Impresso
UEG	O maior pólo universitário do Sudoeste Goiano.	Tauã Carvalho	2006	Reportagem da Revista Destaque, mar. 2006.	2	Impresso
UEG	Muita cultura no aniversário da UEG	Angélica Menis	20 a 26 de abr de 2006	Reportagem da Folha do Sudoeste sobre o aniversário da UEG	1	Impresso
UEG	Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação	UEG	s/d	Marco conceitual e Filosófico da Licenciatura Plena Parcelada	5	Impresso
UEG	Projeto Licenciatura Plena Parcelada	UEG	2001	Projeto Licenciatura Plena Parcelada – Plano de Ação 2001	26	Impresso
UEG	Projeto Licenciatura Plena Parcelada – Convênio III	UEG	2001	Projeto Licenciatura Plena Parcelada	52	Impresso
UEG	Relatórios das LPP	UEG	2001 a 2006	Pasta de arquivo dos relatórios trimestrais dos cursos da LPP do pólo de Jataí dos cursos de Matemática, História e Geografia	173	Impresso
Soraia Rodrigues	Primeiro Vestibular em Janeiro	Angélica Menis	27/10 a 2/11 de 2005	Reportagem da Folha do Sudoeste sobre o aniversário da UEG, p. 8.	1	Impresso
Soraia Rodrigues	Criação de Unidade em Jataí de UEG	Comitê de Integração Universidade-Sociedade	2002	Estudo apresentado ao Reitor da UEG, José Ezequias de Oliveira para estudo da viabilidade técnica para implantação de Unidade em Jataí	29	Impresso
<b>TOTAL</b>					<b>561</b>	

**6- ACERVO DA FAJA**

<b>Acervo</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Páginas</b>	<b>Espécie</b>
FAJA	Portaria nº 87	Secretário de Educ. Profissional e Tecnologia	09/02/2011	Autoriza o funcionamento do Curso de Tecnologia em Gestão Comercial	1	Impresso
FAJA	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da FAJA	Faculdade Jataiense	2005	Plano de Desenvolvimento Institucional da FAJA	27	Impresso
FAJA	Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis	Faculdade Jataiense	2006	Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis - Bacharelado	116	Impresso
FAJA	Regime Interno		2005	Regime Interno da FAJ	39	Impresso
FAJA	Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial - Eixo Tecnológico "Gestão e Negócios"	Sociedade Mantenedora das Faculdades de Jataí	2010	Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial - Eixo Tecnológico "Gestão e Negócios"	90	Impresso
<b>TOTAL</b>					<b>273</b>	

## APÊNDICE E – CONVÊNIOS E RESOLUÇÕES

**Quadro 4** - Convênios firmados entre a UFG/PMJ/FEJ – década de 1980

Convênios e termos aditivos	Data	Descrição	Vestibular	Vigência
Convênio 28	10/10/1984	Colaboração mútua para a implantação do curso de Pedagogia em Jataí	1984	5 anos
Convênio 29	16/11/1987	Colaboração mútua para continuidade do curso de Pedagogia	1988-1989	5 anos
Convênio 31	11/10/1989	Colaboração mútua para a implantação do curso Letras- Habilitação Português	1990-1991	5 anos
Convênio 32	11/10/1989	Colaboração mútua para a continuidade do curso de Pedagogia – Licenciatura Plena	1990-1991	5 anos

Fonte: Quadro criado pela autora a partir de dados coletados nos convênios firmados entre UFG/PMJ/FEJ encontrados no acervo da FEJ e CAJ/UFG.

**Quadro 5** - Convênios firmados entre a UFG/PMJ/FEJ a partir de 1990

Convênios e termos aditivos	Data	Descrição	Vestibular	Vigência
Convênio 01, revoga o 31/1989 e 32/1989	28/02/1992	Colaboração mútua para a continuidade dos cursos de Letras-Habilitação Português, Pedagogia e Especialização em Letras	1992 e 1993	1 ano
2º Termo aditivo ao convênio 01/1992	19/10/1993	Implantação cursos de Educação Física (lic.) e Geografia (lic) a partir de 1994 e manutenção dos já existentes	1994 e 1995	2 anos
Convênio	17/08/1995	Manutenção dos cursos existentes e implantação dos cursos de Ciências Biológicas e Matemática e especialização nas áreas	1996 e 1997	-
Termo aditivo	17/08/1995 <sup>349</sup>	Colaboração para implementar as instalações físicas do prédio do curso de Ciências Biológicas	-	De 01/04/97 a 31/12/97
Minuta de Renovação de Convênio 17	26/08/1997	Dar continuidade, a partir de 1997, aos cursos Let/Port, Geo, Educ. Fis, Ped, Ciênc. Bio, Mat., especialização nas áreas específicas.	1998 e 1999	4 anos
1º Termo aditivo ao convênio 17	/1999	Oferecer 2 vestibulares nos anos de 2000 e 2001	2000 e 2001	-
Convênio 26 e Plano de trabalho	26/08/2002	Colaboração mútua entre os partícipes, visando a continuidade dos cursos oferecidos pelo CAJ/UFG	2003	1 ano
Primeiro Termo Aditivo 008/2003	25/08/2003	Prorrogação do Convênio nº 26/2002	-	4 meses de 25/08 a 25/11/03
Convênio 036	26/11/2003	Continuidade dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelo CAJ	-	2 anos
Convênio 039	29/11/2005	Continuidade dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelo CAJ	-	3 anos
Convênio 209/2008	25/11/2008	Continuidade dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelo CAJ	-	3 anos
Termo Aditivo ao convênio 209	/2008	Prorrogar a vigência do convênio 209/2008 até 31/01/2012	-	1 ano e 4 meses

Fonte: Quadro criado pela autora a partir de dados coletados nos convênios firmados entre UFG/PMJ/FEJ encontrados no acervo da FEJ e CAJ/UFG.

<sup>349</sup> Na abertura do documento, a data está 17 de agosto de 1995, mas, na vigência e na assinatura, o ano está 1997, portanto, acredito que houve erro na digitação ou aproveitaram um modelo de convênio e se esqueceram de trocar o ano.



**Quadro 6** – Resolução e protocolo de intenções firmados entre a UFG/Estado/PMJ

Resolução e protocolo de intenções	Data	Descrição	Vigência	Vestibular	Valor das despesas por ano	Participação dos convenentes
Resolução 3.701	30/12/1996	Implantação do Centro de Ciência Agrárias e cria cursos de Agronomia e Medicina Veterinária	5 anos	1997 1998 1999 2000	R\$ 2.220.511,56- 1997 R\$ 2.778.424,56- 1998 R\$986.746,56 - 1999 R\$ 1.402.438,56- 2000 R\$ 1.675.630,56- 2001	Estado R\$ 3.966.909,00  Município R\$ 3.783.920,00  UFG R\$ 1.312.922,80
Protocolo de intenções	03/05/1999	Ratificar os termos da Resolução 3.701	Até 29/12/2001	-	-	-

Fonte: Quadro criado pela autora a partir de dados coletados no acervo da FEJ e CAJ/UFG.

**Quadro 7** - Convênios firmados entre o Estado e FEJ

Resolução, Convênios, Termos Aditivos	Data	Descrição	Vigência	Recursos		
				Total	Estado	FEJ
Resolução 3.621 e Convênio 07	04/07/1997	Auxílio financeiro a FEJ	ago./97 até 31/07/98	R\$ 1.200.00,00 (100%)	R\$ 1.068.000,00 (89%)	R\$132.000,00 (11%)
Resolução 3.164 e Termo aditivo 07	10/03/1997	Auxílio financeiro a FEJ	mar./98 a 10/03/99	R\$ 1.584.00,00 (100%)	R\$ 1.440.000,00 (90,9%)	R\$144.000,00 (9,1%)
Resolução 2.266 e Convênio 003	20/04/1999	Auxílio financeiro a FEJ	1 ano, até 20/04/00	R\$ 1.560.00,00 (100%)	R\$ 1.440.000,00 (92,3%)	R\$120.000,00 (7,7%)
Convênio 24	28/03/2000	Auxílio financeiro a FEJ	abr./00 a 28/11/00	R\$ 1.020.00,00 (100%)	R\$900.000,00 (88,2%)	R\$120.000,00 (11,8%)
1º termo Aditivo do convênio 24	13/07/2000	Alteração cláusulas 2ª, 3ª e 4ª do conv. 24/00.	Prorrogação do prazo até 30/05/2001	R\$ 2.460.00,00 (100%)	R\$ 2.200.000,00 (89,4%)	R\$260.000,00 (10,6%)
Convênio 08	22/06/2001	Auxílio financeiro a FEJ	jun./2001 a jun./2002	R\$ 2.520.00,00 (100%)	R\$ 2.100.000,00 (83,3%)	R\$420.000,00 (16,7%)
Convênio 09	26/05/2003	Auxílio financeiro a FEJ	mai./2003 a mai./2004	R\$ 3.096.00,00 (100%)	R\$ 2.100.000,00 (67,8%)	R\$996.000,00 (32,2%)
Convênio 22	27/05/2005	Auxílio financeiro a FEJ	14 meses mai./2005 a jun./2006	R\$ 3.444.00,00 (100%)	R\$ 2.700.000,00 (78,4%)	R\$744.000,00 (21,6%)
Convênio 128	26/05/2006	Auxílio financeiro a FEJ	14 meses mai./2006 a jun./2007	R\$ 4.044.00,00 (100%)	R\$ 3.000.000,00 (74,2%)	R\$1.044.000,00 (25,8%)
Convênios s/n e Plano de Trabalho	/12/2007	Auxílio financeiro a FEJ	5 meses dez./2007 a abr./2008	R\$ 1.500.00,00 (100%)	R\$ 1.500.000,00 (100%)	-
Convênio 01e Plano de Trabalho	31/01/2008	Auxílio financeiro a FEJ	6 meses jan./2008 a jun./2008	R\$ 750.000,00 (100%)	R\$ 750.000,00 (100%)	-

**Continuação do Quadro 7**

Resolução, Convênios, Termos Aditivos	Data	Descrição	Vigência	Recursos		
				Total	Estado	FEJ
Convênio 68	16/09/2009	Auxílio financeiro a FEJ	12 meses set./2009 a ago./2010	R\$ 2.040.00,00 (100%)	R\$ 2.040.000,00 (100%)	-
1º Termo Aditivo ao convênio 68 e Plano de trabalho	16/09/2010	Prorrogar vigência do convênio 68/2009	12 meses set./2010 a ago./2011	R\$ 2.040.00,00 (100%)	R\$ 2.040.000,00 (100%)	-

**Fonte:** Quadro criado pela autora a partir de dados coletados nos convênios firmados entre UFG/PMJ/FEJ encontrados no acervo da FEJ e CAJ/UFG.

**Quadro 8 - Convênios firmados entre a UFG/CAJ/Escola Técnica - Uned Jataí/ Município de Jataí /FEJ**

Convênios	Data	Descrição	Vigência
Convênio e Plano de trabalho	1998	Colaboração mútua entre os partícipes para em caráter de experiência elevar o Projeto de Apoio e Acompanhamento ao Ensino Fundamental e Profissionalizante de Jovens e Adultos Trabalhadores	5 anos
Convênio 12/2000 e Plano de trabalho	16/03/2000	Execução de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	4 anos

**Fonte:** Quadro criado pela autora, a partir de dados coletados nos convênios do acervo da FEJ.

## APÊNDICE F – CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CAJ/UFG

**Quadro 9** – Cursos de graduação do CAJ, conforme início e autorização/reconhecimento

Ano	Curso/Habilitação	Autorização/Reconhecimento
1985	Pedagogia	Dec. 64617, de 02/06/1969
1990	Letras Português	Dec. 63636, de 19/11/1968
1994	Geografia (Licenciatura )	Dec. 63636, de 19/11/1968
1994	Educação Física – (Licenciatura)	Port. MEC 1811, de 27/12/1994
1994	Geografia (Bacharelado)	Dec. 63636, de 19/11/1968
1996	Ciências Biológicas (Licenciatura)	Dec. 83795, de 30/07/1979
1996	Matemática (Licenciatura)	Dec. 65874, de 15/12/1969
1997	Agronomia	Dec. 64101, de 12/12/1969 / Port. MEC 728, de 23/10/08
1997	Medicina Veterinária	Dec. 64101, de 12/12/1969 / Port. MEC 952, 25/11/2008
1999	Letras/Português/ Inglês	Dec. 63636, de 19/11/1968
1999	Pedagogia (nova turma)	Dec. 64617, de 02/06/1969
2001	Ciências Biológicas (Bacharelado)	Dec. 83795, de 30/07/1979
2007	Física (Licenciatura)	Res. Consuni 07/06, de 17/2/2606
2007	Psicologia	Res. Consuni 13/06, de 25/8/2006
2007	História (Licenciatura)	Res. Consuni 06/06, de 17/02/2006
2007	Zootecnia	Res. Consuni 05/06, de 17/02/2006
2007	Química (Licenciatura)	Res. Consuni 08/06, de 17/02/2006
2007	Biomedicina	Res. Consuni 14/06, de 25/08/2006 / Port. MEC 274, de 31/3/2008
2008	Ciências da Computação	Res. Consuni 14/07, de 01/6/2007 / Port. MEC 431, de 09/8/1988
2008	Enfermagem	Res. Consuni 15/07, de 01/6/2007
2008	Fisioterapia	Res. Consuni 25/08, de 27/6/2008
2009	Engenharia Florestal	Res. Consuni 28/08, de 27/6/2008
2009	Direito	Res. Consuni 30/08, de 01/8/2008
2010	Educação Física (Bacharelado)	Res. Consuni 08/08, de 27/06/2008
2011	Química (Bacharelado)	Res. Consuni 08/06, de 17/02/2006

Fonte: Quadro criado pela autora a partir de dados coletados da UFG/PROGRAD.

## APÊNDICE G – DADOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL, DE GOIÁS E DE JATAÍ

### Dados do Brasil

Evolução do número de instituições de educação superior por categoria administrativa – Brasil: 1994-2010

Ano	Total	Pública								Privada	
		Total	%	Fed.	%	Est.	%	Mun.	%	Total	%
1994	851	218	25,6	57	6,7	73	8,6	88	10,3	633	74,4
1995	894	210	23,5	57	6,4	76	8,5	77	8,6	684	76,5
1996	922	211	22,9	57	6,2	74	8,0	80	8,7	711	77,1
1997	900	211	23,4	56	6,2	74	8,2	81	9,0	689	76,6
1998	973	209	21,5	57	5,9	74	7,6	78	8,0	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	60	5,5	72	6,5	60	5,5	905	82,5
2000	1.180	176	14,9	61	5,2	61	5,2	54	4,5	1.004	85,1
2001	1.391	183	13,2	67	4,8	63	4,5	53	3,8	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	73	4,5	65	4,0	57	3,5	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	83	4,5	65	3,5	59	3,2	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	87	4,3	75	3,7	62	3,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	97	4,5	75	3,5	59	2,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	105	4,6	83	3,7	60	2,6	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	106	4,6	82	3,6	61	2,6	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	93	4,1	82	3,6	61	2,7	2.016	89,5
2009	2.314	245	10,6	94	4,1	84	3,6	67	2,9	2.069	89,4
2010	2.378	278	11,7	99	4,2	108	4,5	71	3,0	2.100	88,3

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela criada a partir de dados retirados do resumo técnico da educação superior – Censo de 2003 e 2010 (BRASIL, MEC, INEP, 2004; 2012).

Evolução do número de IES por organização acadêmica – Brasil: 1994 – 2002

Ano	Total	Universi- dades	%	Centros universi- tários	%	Faculdades integradas	%	Faculdades, escolas e institutos superiores	%	Faculdades tecnológicas e Cefet	%
1994	851	127	15,0	-	-	87	10,2	637	74,8	-	-
1995	894	135	15,1	-	-	111	12,4	648	72,5	-	-
1996	922	136	14,8	-	-	143	15,5	643	69,7	-	-
1997	900	150	16,7	13	1,4	78	8,8	659	73,2	-	-
1998	973	153	15,8	18	1,8	75	7,7	727	74,7	-	-
1999	1.097	155	14,1	39	3,6	74	6,8	813	74,1	16	1,4
2000	1.180	156	13,2	50	4,2	90	7,6	865	73,4	19	1,6
2001	1.391	156	11,2	66	4,7	99	7,1	1.036	74,6	34	2,4
2002	1.637	162	9,9	77	4,7	105	6,4	1.240	75,8	53	3,2

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados da educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás) (BRASIL, MEC, INEP, 2006).

## Evolução do número de IES por organização acadêmica – Brasil: 2002- 2010

Ano	Total	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	IF e Cefet	%
2002	1.637	162	9,9	77	4,7	1.367	83,5	31	1,9
2003	1.859	163	8,8	81	4,4	1.576	84,8	39	2,1
2004	2.013	169	8,4	107	5,3	1.703	84,6	34	1,7
2005	2.165	176	8,1	114	5,3	1.842	85,1	33	1,5
2006	2.270	178	7,8	119	5,2	1.940	85,5	33	1,5
2007	2.281	183	8,0	120	5,3	1.945	85,3	33	1,4
2008	2.252	183	8,1	124	5,5	1.911	84,9	34	1,5
2009	2.314	186	8,0	127	5,5	1.966	85,0	35	1,5
2010	2.378	190	8,0	126	5,3	2.025	85,2	37	1,6

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela construída a partir de dados retirados de resumo técnico da educação superior 2010 (BRASIL, MEC, INEP, 2012). Nota: foram consideradas em faculdades: faculdades, faculdades integradas, institutos ou escolas superiores, faculdades de tecnologia.

## Evolução do número de matrículas de graduação presencial por categoria administrativa e taxa de crescimento por categoria administrativa – Brasil: 1994-2010

Ano	Total	Pública								Privada	%
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
1994	1.661.034	690.450	41,5	363.543	21,9	231.936	13,9	94.971	5,7	970.584	58,5
1995	1.759.703	700.540	39,8	367.531	20,9	239.215	13,6	93.794	5,3	1.059.163	60,2
1996	1.868.529	735.427	39,3	388.987	20,8	243.101	13,0	103.339	5,5	1.133.102	60,7
1997	1.945.615	759.182	39,0	395.833	20,4	253.678	13,0	109.671	5,6	1.186.433	61,0
1998	2.125.958	804.729	37,8	408.640	19,2	274.934	12,9	121.155	5,7	1.321.229	62,2
1999	2.369.945	832.022	35,1	442.562	18,7	302.380	12,7	87.080	3,7	1.537.923	64,9
2000	2.694.245	887.026	32,9	482.750	17,9	332.104	12,3	72.172	2,7	1.807.219	67,1
2001	3.030.754	939.225	31,0	502.960	16,6	357.015	11,8	79.250	2,6	2.091.529	69,0
2002	3.479.913	1.051.655	30,2	531.634	15,3	415.569	11,9	104.452	3,0	2.428.258	69,8
2003	3.887.022	1.136.370	29,2	567.701	14,6	442.706	11,4	126.563	3,2	2.750.652	70,8
2004	4.163.733	1.178.328	28,3	574.584	13,8	471.661	11,3	132.083	3,2	2.985.405	71,7
2005	4.453.156	1.192.189	26,7	579.587	13,0	477.349	10,7	135.253	3,0	3.260.967	73,3
2006	4.676.646	1.209.304	25,8	589.821	12,6	481.756	10,3	137.727	2,9	3.467.342	74,2
2007	4.880.381	1.240.968	25,4	615.542	12,6	482.814	9,9	142.612	2,9	3.639.413	74,6
2008	5.080.056	1.273.965	25,0	643.101	12,6	490.235	9,6	140.629	2,8	3.806.091	75,0
2009	5.115.896	1.351.168	26,4	752.847	14,7	480.145	9,4	118.176	2,3	3.764.728	73,6
2010	5.449.120	1.461.696	26,8	833.934	15,3	524.698	9,6	103.064	1,9	3.987.424	73,2

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela construída a partir de dados retirados de resumo técnico da educação superior – Censo de 2004 e 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2005; 2012)..

Evolução do número de matrículas de graduação presencial por região geográfica – Brasil: 1994- 2002

Ano	Total	%	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro-Oeste	%
1994	1.661.034	100	64.254	3,9	264.396	15,9	916.131	55,1	304.852	18,3	111.401	6,7
1995	1.759.703	100	67.118	3,8	269.454	15,3	973.448	55,3	327.130	18,6	122.553	7,0
1996	1.868.529	100	77.169	4,1	279.428	14,9	1.028.297	55,0	349.193	18,7	134.442	7,3
1997	1.945.615	100	77.735	4,0	289.625	14,9	1.053.281	54,1	378.566	19,5	146.408	7,5
1998	2.125.958	100	85.077	4,0	310.159	14,6	1.148.004	54,0	419.133	19,7	163.585	7,7
1999	2.369.945	100	94.411	4,0	357.835	15,1	1.257.562	53,1	473.136	20,0	187.001	7,8
2000	2.694.245	100	115.058	4,3	413.709	15,3	1.398.039	51,9	542.435	20,1	225.004	8,4
2001	3.030.754	100	141.892	4,7	460.315	15,2	1.566.610	51,7	601.588	19,4	260.349	9,0
2002	3.479.913	100	190.111	5,5	542.409	15,6	1.746.277	50,2	677.655	19,5	323.461	9,2
2003	3.887.022	100	230.227	5,9	624.692	16,1	1.918.033	49,3	745.164	19,2	368.906	9,5
2004	4.163.733	100	250.676	6,0	680.029	16,3	2.055.200	49,4	793.298	19,0	384.530	9,3
2005	4.453.156	100	261.147	5,9	738.262	16,6	2.209.633	49,6	845.341	19,0	398.773	8,9
2006	4.676.646	100	280.554	6,0	796.140	17,0	2.333.514	49,9	854.831	18,3	411.607	8,8
2007	4.880.381	100	303.984	6,2	853.319	17,5	2.431.715	49,8	864.264	17,7	427.099	8,8
2008	5.080.056	100	323.190	6,4	912.693	18,0	2.512.560	49,4	887.182	17,5	444.431	8,7
2009	5.115.896	100	313.959	6,1	965.502	18,9	2.516.712	49,2	865.936	16,9	453.787	8,9
2010	5.449.120	100	352.358	6,5	1.052.161	19,3	2.656.231	48,7	893.130	16,5	495.240	9,1

Fonte: MEC/Inep/Daes. Tabela construída a partir de dados retirados do resumo técnico da educação superior 2002 e 2010 (BRASIL, MEC, INEP, 2003; 2012).

Evolução e distribuição percentual do número de cursos de graduação presencial por categoria administrativa – Brasil: 1994-2010

Ano	Total	%	Pública			Privada			
			Total	%	Federal	Estadual	Municipal	Total	%
1994	5.562	100	2.412	43,4	1.270	769	373	3.150	56,6
1995	6.252	100	2.782	44,5	1.536	876	370	3.470	55,5
1996	6.644	100	2.978	44,8	1.581	964	433	3.666	55,2
1997	6.132	100	2.698	44,0	1.316	939	443	3.434	56,0
1998	6.950	100	2.970	42,7	1.338	1.125	507	3.980	57,3
1999	8.878	100	3.494	39,4	1.721	1.447	326	5.384	60,6
2000	10.585	100	4.021	38,0	1.996	1.755	270	6.564	62,0
2001	12.155	100	4.401	36,2	2.115	1.987	299	7.754	63,8
2002	14.399	100	5.252	36,5	2.316	2.556	380	9.147	63,5
2003	16.453	100	5.662	34,4	2.392	2.788	482	10.791	65,6
2004	18.644	100	6.262	33,6	2.450	3.294	518	12.382	66,4
2005	20.407	100	6.191	30,3	2.449	3.171	571	14.216	69,7
2006	22.101	100	6.549	29,6	2.785	3.188	576	15.552	70,4
2007	23.488	100	6.596	28,1	3.030	2.943	623	16.892	71,9
2008	24.719	100	6.772	27,4	3.235	2.897	640	17.947	72,6
2009	27.827	100	8.228	29,6	4.368	3.126	734	19.599	70,4
2010	28.577	100	8.821	30,9	5.024	3.180	617	19.756	69,1

Fonte: MEC/Inep/Daes. Tabela construída a partir de dados retirados de resumo técnico 2004 e 2010 (BRASIL, MEC, INEP, 2005; 2012).

Evolução do número de cursos de graduação presencial por organização acadêmica – Brasil: 1994 - 2002

Ano	Brasil	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades integradas	%	Faculdades, escolas e institutos	%	Centros de educ. tecnológica e facul. de tec.	%
1994	5.562	3.316	59,6	-	0,0	712	12,8	1.534	27,6	-	0,0
1995	6.252	3.927	62,8	-	0,0	681	10,9	1.644	26,3	-	0,0
1996	6.644	4.165	62,7	-	0,0	852	12,8	1.627	24,5	-	0,0
1997	6.132	4.063	66,3	149	2,4	446	7,3	1.474	24,0	-	0,0
1998	6.950	4.591	66,1	258	3,7	472	6,8	1.629	23,4	-	0,0
1999	8.878	5.781	65,1	603	6,8	458	5,2	1.962	22,1	74	0,8
2000	10.585	6.823	64,5	870	8,2	590	5,6	2.198	20,8	104	1,0
2001	12.155	7.466	61,4	1.163	9,6	668	5,5	2.675	22,0	183	1,5
2002	14.399	8.486	58,9	1.413	9,8	738	5,1	3.389	23,5	373	2,6

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela construída a partir de dados retirados do Censo da Educação Superior de 2003 (BRASIL, MEC, INEP, 2004).

Evolução do número de cursos de graduação presencial por organização acadêmica – Brasil: 2002-2010

Ano	Brasil	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	Cefet e IF	%
2002	14.399	8.486	58,9	1.413	9,8	4.258	29,6	242	1,7
2003	16.453	9.396	57,1	1.618	9,8	5.153	31,3	286	1,7
2004	18.644	10.475	56,2	2.134	11,4	5.710	30,6	325	1,74
2005	20.407	10.892	53,4	2.542	12,5	6.699	32,8	274	1,34
2006	22.101	11.552	52,3	2.717	12,3	7.541	34,1	291	1,32
2007	23.488	11.936	50,8	2.880	12,3	8.331	35,5	341	1,45
2008	24.719	12.351	50,0	3.238	13,1	8.725	35,3	405	1,64
2009	27.827	13.865	49,8	3.580	12,9	9.897	35,6	485	1,74
2010	28.577	14.144	49,5	3.576	12,5	10.177	35,6	680	2,4

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela criada a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Evolução do número de cursos de graduação presencial por região geográfica – Brasil: 1994-2010

Ano	Total	%	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro-Oeste	%
1994	5.562	100	313	5,6	827	14,9	2.734	49,1	1.239	22,3	449	8,1
1995	6.252	100	375	6,0	938	15,0	3.029	48,4	1.389	22,2	521	8,4
1996	6.644	100	412	6,2	1.031	15,5	3.178	47,8	1.463	22,0	560	8,5
1997	6.132	100	381	6,2	934	15,2	2.947	48,1	1.342	21,9	528	8,6
1998	6.950	100	387	5,6	1.134	16,3	3.247	46,7	1.575	22,7	607	8,7
1999	8.878	100	485	5,5	1.467	16,5	4.151	46,7	2.015	22,7	760	8,6
2000	10.585	100	708	6,7	1.662	15,7	4.844	45,8	2.382	22,5	989	9,3
2001	12.155	100	843	6,9	1.978	16,3	5.489	45,2	2.682	22,1	1.163	9,85
2002	14.399	100	1.200	8,3	2.514	17,4	6.341	44,0	2.949	20,5	1.395	9,8
2003	16.453	100	1.306	7,9	2.927	17,8	7.394	44,9	3.252	19,8	1.574	9,6
2004	18.644	100	1.527	8,2	3.318	17,8	8.545	45,8	3.561	19,1	1.693	9,1
2005	20.407	100	1.482	7,3	3.560	17,4	9.549	46,8	3.893	19,1	1.923	9,4
2006	22.101	100	1.649	7,5	3.944	17,8	10.341	46,8	4.141	18,7	2.026	9,2
2007	23.488	100	1.792	7,7	3.963	16,9	11.090	47,2	4.472	19,0	2.171	9,2
2008	24.719	100	1.802	7,3	4.215	17,0	11.709	47,4	4.658	18,8	2.335	9,5
2009	27.827	100	2.004	7,2	4.655	16,7	13.278	47,7	5.386	19,3	2.504	9,1
2010	28.577	100	2.066	7,2	4.894	17,1	13.481	47,2	5.606	19,6	2.530	8,9

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Evolução do número de vagas ofertadas na graduação presencial por categoria administrativa – Brasil: 1994 - 2010

Ano	Vagas Ofertadas				
	Total	Pública	%	Privada	%
1994	574.135	166.453	29,0	396.682	71,0
1995	610.355	178.145	29,2	432.210	70,8
1996	634.236	183.513	28,9	450.723	71,1
1997	699.198	193.821	27,7	505.377	72,3
1998	803.919	214.241	26,6	589.678	73,4
1999	969.159	228.236	23,5	740.923	76,5
2000	1.216.287	245.632	20,2	979.655	79,8
2001	1.408.492	256.498	18,2	1.151.994	81,8
2002	1.773.087	295.354	16,6	1.477.733	83,4
2003	2.002.733	281.213	14,0	1.721.520	86,0
2004	2.320.421	308.492	13,3	2.011.929	86,7
2005	2.435.987	313.368	12,9	2.122.619	87,1
2006	2.629.598	331.105	12,6	2.298.493	87,4
2007	2.823.942	329.260	11,6	2.494.682	88,4
2008	2.985.137	344.038	11,5	2.641.099	88,5
2009	3.164.679	393.882	12,4	2.770.797	87,5
2010	3.120.192	445.337	14,3	2.674.855	85,7

Fonte: MEC/Inep/Daes. Tabela construída a partir de dados da educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás) (BRASIL, MEC, INEP, 2006), e de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Evolução da relação candidato/vaga dos cursos de graduação presenciais por categoria administrativa – Brasil: 1994-2010

IES	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Geral	3,9	4,3	4,0	3,9	3,6	3,5	3,3	3,0	2,8	2,4	2,2	2,1	2,0	1,8	1,8	2,0	2,1
Pública	7,3	7,8	7,5	7,4	7,5	8,0	8,9	8,7	8,9	8,4	7,9	7,4	7,1	7,0	7,1	5,8	7,6
Privada	2,4	2,9	2,6	2,6	2,2	2,2	1,9	1,8	1,6	1,5	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2

Fonte: MEC/Inep/Daes. Tabela construída a partir de dados da educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás) (BRASIL, MEC, INEP, 2006), e de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).



Evolução do número de vagas ofertadas, ingressantes, vagas ociosas na graduação presencial por categoria administrativa – Brasil: 1994 - 2010

Ano	Vagas ofertadas			Ingressantes			Vagas ociosas		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total/%	Pública/%	Privada/%
1994	574.135	166.453	396.682	463.240	159.786	303.454	110.895 19,3%	6.667 3,7%	93.228 23,5%
1995	610.355	178.145	432.210	510.377	158.012	352.365	99.978 16,4%	20.133 11,3%	79.845 18,5%
1996	634.236	183.513	450.723	513.842	166.494	347.348	120.394 19,0%	17.019 9,3%	103.375 22,9%
1997	699.198	193.821	505.377	573.900	181.859	392.041	125.298 17,9%	11.962 6,2%	113.336 22,4%
1998	803.919	214.241	589.678	651.353	200.024	462.372	152.566 17,6%	14.217 6,6%	127.306 21,6%
1999	969.159	228.236	740.923	787.638	217.497	570.141	181.521 18,7%	10.739 4,7%	170.782 23,0%
2000	1.216.287	245.632	979.655	897.557	233.083	664.474	318.730 26,2%	12.549 5,1%	315.181 31,5%
2001	1.408.492	256.498	1.151.994	1.036.690	244.621	792.069	371.802 26,4%	11.877 4,6%	359.925 31,2%
2002	1.773.087	295.354	1.477.733	1.205.140	280.491	924.649	567.947 32,0%	14.863 5,0%	553.084 37,4%
2003	2.002.733	281.213	1.721.520	1.262.954	267.081	995.873	739.779 36,9%	14.132 5,0%	725.647 42,1%
2004	2.320.421	308.492	2.011.929	1.303.110	287.242	1.015.868	1.017.311 43,8%	21.250 6,9%	996.061 49,5%
2005	2.435.987	313.368	2.122.619	1.397.281	288.681	1.108.600	1.038.706 42,6%	24.687 7,9%	1.014.019 47,8%
2006	2.629.598	331.105	2.298.493	1.448.509	297.407	1.151.102	1.181.089 44,9%	33.698 10,2%	1.147.391 49,9 %
2007	2.823.942	329.260	2.494.682	1.481.955	298.491	1.183.464	1.341.987 47,5%	30.769 9,3%	1.311.218 52,6%
2008	2.985.137	344.038	2.641.099	1.505.819	307.313	1.198.506	1.479.318 49,5%	36.725 10,7%	1.442.593 54,6%
2009	3.164.679	393.882	2.770.797	1.511.388	354.331	1.157.057	1.653.291 52,2%	39.551 10,0%	1.613.740 58,2%
2010	3.120.192	445.337	2.674.855	1.590.212	408.562	1.181.650	1.529.980 49,0%	36.775 8,2%	1.144.875 42,8%

Fonte: MEC/Inep/Deaes. Tabela construída a partir de dados da educação superior brasileira: 1991-2004 (Goiás) (BRASIL, MEC, INEP, 2006), e de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

## Dados de Goiás

Goiás: evolução do número de instituições de ensino superior por categoria administrativa – 1994-2010

Ano	Total	Pública								Privada	
		Total	%	Fed.	%	Est.	%	Mun.	%	Total	%
1994	33	24	72,7	1	3,0	11	33,3	12	36,4	9	27,3
1995	35	27	77,1	1	2,9	13	37,1	13	37,1	8	22,9
1996	36	26	72,2	1	2,8	13	36,1	12	33,3	10	27,8
1997	35	26	74,3	1	2,9	13	37,1	12	34,3	9	25,7
1998	38	26	68,4	1	2,6	13	34,2	12	31,6	12	31,6
1999	42	21	50,0	2	4,8	13	30,9	6	14,3	21	50,0
2000	35	9	25,7	2	5,7	1	2,9	6	17,1	26	74,3
2001	47	10	21,3	3	6,4	1	2,1	6	12,8	37	78,7
2002	56	10	17,9	3	5,5	1	1,7	6	10,7	46	82,1
2003	63	14	22,2	4	6,3	1	1,6	9	14,3	49	77,8
2004	61	14	23,0	4	6,6	1	1,6	9	14,7	47	77,0
2005	66	8	12,1	4	6,1	1	1,5	3	4,5	58	87,9
2006	69	8	11,6	4	5,8	1	1,4	3	4,4	61	88,4
2007*	75	9	12,0	4	5,4	1	1,3	4	5,3	66	88,0
2008	74	8	10,8	3	4,0	1	1,4	4	5,4	66	89,2
2009	78	8	10,2	3	3,8	1	1,3	4	5,1	70	89,8
2010	80	8	10,0	3	3,8	1	1,2	4	5,0	72	90,0

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011)..

\*Existência de mais 2 (duas) IES, privada, fora de sede atuando em Goiás (UNIP e Universo).

Goiás: matrículas nas Instituições de Ensino Superior (IES) por organização administrativa - 1994-2010

Ano	Total geral	Pública								Privada	
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%
1994	38.430	19.202	50,0	9.719	25,3	6.031	15,7	3.452	9,0	19.228	50,0
1995	40.640	19.993	49,2	9.716	24,0	6.504	16,0	3.773	9,2	20.647	50,8
1996	43.706	21.405	49,0	10.144	23,2	6.992	16,0	4.269	9,8	22.301	51,0
1997	46.806	21.278	45,5	10.080	21,6	6.941	14,8	4.257	9,1	25.528	54,5
1998	52.777	23.408	44,4	10.795	20,5	7.798	14,8	4.815	9,1	29.369	55,6
1999	57.634	22.628	39,3	11.713	20,3	9.008	15,7	1.907	3,3	35.006	60,7
2000	72.769	25.845	35,5	12.403	17,0	11.372	15,6	2.070	2,9	46.924	64,5
2001	88.923	35.122	39,5	14.409	16,2	18.352	20,6	2.361	2,7	53.801	60,5
2002	119.297	49.658	41,6	15.261	12,8	31.575	26,5	2.822	2,4	69.639	58,4
2003	137.724	53.199	38,6	15.938	11,6	34.113	24,8	3.148	2,2	84.525	61,4
2004	144.406	52.851	36,6	15.982	11,1	33.431	23,1	3.438	2,4	91.555	63,4
2005	149.034	48.828	32,8	15.782	10,6	28.795	19,4	4.251	2,8	100.206	67,2
2006	149.384	46.606	31,2	16.614	11,1	25.478	17,1	4.514	3,0	102.778	68,8
2007	155.851	52.400	33,6	17.309	11,1	25.607	16,4	9.484	6,1	103.451	66,4
2008	157.975	52.107	33,0	18.530	11,7	24.325	15,4	9.252	5,9	105.868	67,0
2009	158.224	50.942	32,2	20.789	13,1	20.937	13,2	9.216	5,9	107.282	67,8
2010	173.003	52.822	30,5	23.592	13,6	19.737	11,4	9.493	5,5	120.181	69,5

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Goiás: evolução da participação percentual de matrículas de graduação por organização acadêmica –1994-2010

Ano/Categoria administrativa	Total Goiás	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	IF e Cefet	%
1994	38.430	20.558	53,5	-	-	17.872	46,5	-	-
1995	40.640	22.791	56,1	-	-	17.849	43,9	-	-
1996	43.706	24.744	56,6	-	-	18.962	43,4	-	-
1997	46.806	28.641	61,2	-	-	18.165	38,8	-	-
1998	52.777	31.962	60,6	-	-	20.815	39,4	-	-
1999	57.634	33.628	58,3	-	-	24.006	41,6	-	-
2000	72.769	51.507	70,8	-	-	21.183	29,1	79	0,1
2001	88.923	61.690	69,4	-	-	25.681	28,9	1.552	1,7
2002	119.297	81.880	68,6	-	-	35.168	29,5	2.249	1,9
2003	137.724	89.017	64,6	-	-	45.949	33,4	2.758	2,0
2004	144.406	93.831	65,0	6.898	4,8	40.932	28,3	2.745	1,9
2005	149.034	90.358	60,6	8.009	5,4	47.797	32,1	2.870	1,9
2006	149.384	87.544	58,6	10.024	6,7	48.382	32,4	3.434	2,3
2007	155.851	85.819	55,1	11.161	7,2	55.574	35,6	3.297	2,1
2008	157.975	82.890	52,5	12.304	7,8	59.057	37,4	3.724	2,3
2009	158.224	78.681	49,7	13.263	8,4	61.725	39,0	4.555	2,9
2010	173.003	79.615	46,0	16.582	9,6	71.114	41,1	5.692	3,3

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Goiás: evolução do número de cursos e distribuição percentual - graduação presencial por categoria administrativa: 1994-2010

Ano	Total	%	Pública					Privada	
			Total	%	Federal	Estadual	Municipal	Total	%
1994	151	100	100	66,2	38	41	21	51	33,8
1995	169	100	118	69,8	49	47	22	51	30,2
1996	179	100	120	67,0	50	48	22	59	33,0
1997	166	100	110	66,3	43	46	21	56	33,7
1998	177	100	110	62,1	44	45	21	67	37,9
1999	219	100	118	53,9	53	57	8	101	46,1
2000	296	100	166	56,1	57	101	8	130	43,9
2001	384	100	216	56,3	70	134	12	168	43,8
2002	533	100	327	61,4	70	245	12	206	38,6
2003	613	100	366	59,7	73	271	22	247	40,3
2004	646	100	365	56,5	75	267	23	281	43,5
2005	712	100	379	53,2	86	257	36	333	46,8
2006	754	100	380	50,4	100	243	37	374	49,6
2007	811	100	393	48,5	110	219	64	418	51,5
2008	843	100	394	46,7	124	209	61	449	53,3
2009	946	100	439	46,4	185	187	67	507	53,6
2010	916	100	433	47,3	195	170	68	483	52,7

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Goiás: evolução do número de cursos de graduação presencial e participação percentual, por organização acadêmica –1994-2010

Ano	Goiás	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	Cefet e IF	%
1994	151	69	45,7	-	-	82	54,3	-	-
1995	169	82	48,5	-	-	87	51,5	-	-
1996	179	88	49,2	-	-	91	50,8	-	-
1997	166	77	46,4	-	-	89	53,6	-	-
1998	177	79	44,6	-	-	98	55,4	-	-
1999	219	105	47,9	-	-	113	51,6	1	0,5
2000	296	205	69,2	-	-	90	30,4	1	0,4
2001	384	245	63,8	-	-	125	32,5	14	3,7
2002	533	363	68,1	-	-	156	29,3	14	2,6
2003	613	406	66,2	-	-	190	31,0	17	2,8
2004	646	426	66,0	24	3,7	178	27,5	18	2,8
2005	712	419	58,8	35	4,9	230	32,3	28	4,0
2006	754	424	56,2	51	6,8	248	32,9	31	4,1
2007	811	404	49,8	70	8,6	299	36,9	38	4,7
2008	843	425	50,4	62	7,3	311	36,9	46	5,4
2009	946	459	48,5	62	6,5	377	39,9	48	5,1
2010	916	442	48,3	66	7,2	352	38,4	56	6,1

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Goiás: evolução do número de vagas ofertadas na graduação presencial por categoria administrativa –1994-2010

Ano	Vagas ofertadas				
	Total	Pública	%	Privada	%
1994	12.393	5.923	47,8	6.470	52,2
1995	12.073	6.263	51,9	5.810	48,1
1996	13.992	7.246	51,8	6.746	48,2
1997	17.294	6.146	35,5	11.148	64,5
1998	19.145	6.550	34,2	12.595	65,8
1999	23.647	6.690	28,3	16.957	71,7
2000	30.618	7.880	25,7	22.738	74,3
2001	40.177	11.421	28,4	28.756	71,6
2002	52.193	12.654	24,4	39.539	75,6
2003	62.143	14.906	24,0	47.237	76,0
2004	74.001	13.729	18,5	60.272	81,5
2005	77.368	13.374	17,3	63.994	82,7
2006	90.168	15.504	17,2	74.664	82,8
2007	105.019	15.540	14,8	89.479	85,2
2008	104.542	17.110	16,4	87.432	83,6
2009	107.852	19.291	17,9	88.561	82,1
2010	113.073	23.200	20,5	89.873	79,5

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Goiás: evolução da participação percentual de vagas de graduação por organização acadêmica -1994 -2010

Ano	Goiás	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	Cefet e IF	%
1994	12.393	6.213	50,1	-	-	6.180	49,9	-	-
1995	12.073	6.143	50,9	-	-	5.930	49,1	-	-
1996	13.992	7.464	53,3	-	-	6.528	46,7	-	-
1997	17.294	10.356	59,9	-	-	6.938	40,1	-	-
1998	19.145	11.085	57,9	-	-	8.060	42,1	-	-
1999	23.647	14.186	60,0	-	-	9.421	39,8	40	0,2
2000	30.618	20.500	67,0	-	-	10.038	32,8	80	0,2
2001	40.177	24.185	60,2	-	-	14.801	36,8	1.191	3,0
2002	52.193	25.243	48,4	-	-	26.020	49,8	930	1,8
2003	62.143	29.351	47,2	-	-	31.792	51,2	1.000	1,6
2004	74.001	35.453	47,9	3.110	4,2	34.438	46,5	1.000	1,4
2005	77.368	34.770	44,9	5.240	6,8	36.358	47,0	1.000	1,3
2006	90.168	41.864	46,5	7.860	8,7	39.709	44,0	735	0,8
2007	105.019	39.357	37,4	19.080	18,2	45.140	43,0	1.442	1,4
2008	104.542	45.220	43,3	10.292	9,8	47.290	45,2	1.740	1,7
2009	107.852	46.886	43,5	9.630	8,9	49.456	45,9	1.880	1,7
2010	113.073	42.815	37,8	10.305	9,1	57.396	50,8	2.557	2,3

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Goiás: vagas oferecidas dos cursos de graduação presenciais, candidatos inscritos por vestibular e por outros processos seletivos, ingressos por processo seletivo, vagas não preenchidas -1994-2010

Ano	Vagas	Candidatos	Candidato/Vaga	Ingressos	Vagas não preenchidas	%
1994	12.393	46.958	3,8	11.528	865	7,0
1995	12.073	54.140	4,5	10.871	1.202	10,0
1996	13.992	57.569	4,1	12.651	1.341	9,6
1997	17.294	72.734	4,2	15.816	1.478	8,5
1998	19.145	73.235	3,8	17.224	1.921	10,0
1999	23.647	89.912	3,8	21.124	2.523	10,7
2000	30.618	111.203	3,6	26.317	4.301	14,0
2001	40.177	124.369	3,1	33.982	6.195	11,9
2002	52.193	157.128	3,0	40.555	11.538	22,1
2003	62.143	158.046	2,5	43.052	19.091	30,7
2004	74.001	150.639	2,1	44.222	29.779	40,2
2005	77.368	154.336	2,0	45.860	31.508	40,7
2006	90.168	151.833	1,7	47.908	42.260	46,9
2007	105.019	148.901	1,4	44.810	60.209	57,3
2008	104.542	164.942	1,6	47.449	57.093	54,6
2009	107.852	182.808	1,7	53.385	54.467	50,5
2010	113.073	182.210	1,6	49.546	63.527	56,2

Fonte: MEC/Inep. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

## Dados de Jataí

Jataí: evolução do número de matrículas nas IES de graduação presencial por categoria administrativa - 1991- 2010

Ano	Total geral	IES pública				IES privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1991	771	156	156	0	-	615
1992	762	195	195	0	-	567
1993	832	224	224	0	-	608
1994	967	319	319	0	-	648
1995	1.153	391	391	0	-	762
1996	1.251	492	492	0	-	759
1997	1.445	611	611	0	-	834
1998	1.637	794	794	0	-	843
1999	1.844	968	968	0	-	876
2000	1.925	1.095	1.095	0	-	830
2001	2.202	1.330	1.330	0	-	872
2002	2.502	1.587	1.460	127	-	915
2003	2.751	1.838	1.669	169	-	913
2004	2.794	1.855	1.697	158	-	939
2005	2.636	1.791	1.634	157	-	845
2006	2.512	1.712	1.597	115	-	800
2007	2.844	2.067	1.927	140	-	777
2008	2.997	2.310	2.090	220	-	687
2009	3.206	2.601	2.403	198	-	605
2010	3.511	2.902	2.682	220	-	609

Fonte: INEP/MEC. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Jataí: evolução da participação percentual de matrículas de graduação por organização acadêmica - 1991-2010

Ano/Categoria administrativa	Total	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	IF e Cefet	%
1991	771	156	20,2	-	-	615	79,8	0	0
1992	762	195	25,6	-	-	567	74,4	0	0
1993	832	224	26,9	-	-	608	73,1	0	0
1994	967	319	33,0	-	-	648	67,0	0	0
1995	1.153	391	33,9	-	-	762	66,1	0	0
1996	1.251	492	39,3	-	-	759	60,7	0	0
1997	1.445	611	42,3	-	-	834	57,7	0	0
1998	1.637	794	48,5	-	-	843	51,5	0	0
1999	1.844	968	52,5	-	-	876	47,5	0	0
2000	1.925	1.095	56,9	-	-	830	43,1	0	0
2001	2.202	1.199	54,4	-	-	872	39,6	131	6,0
2002	2.502	1.391	55,6	-	-	915	36,6	196	7,8
2003	2.751	1.593	57,9	-	-	913	33,2	245	8,9
2004	2.794	1.580	56,5	-	-	939	33,6	275	9,9
2005	2.636	1.535	58,2	-	-	845	32,0	256	9,8
2006	2.512	1.473	58,6	-	-	800	31,9	239	9,5
2007	2.844	1.827	64,2	-	-	777	27,3	240	8,5
2008	2.997	2.065	68,9	-	-	687	22,9	245	8,2
2009	3.206	2.211	68,9	-	-	605	18,9	390	12,2
2010	3.511	2.538	72,3	-	-	609	17,3	364	10,4

Fonte: INEP/MEC. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Jataí: Evolução do número de cursos de graduação presenciais por dependência administrativa - 1991-2010

Ano	Total	IES pública					IES privada	
		Total	%	Federal	Estadual	Municipal	Total	%
1991	4	2	50	2	0	-	2	50
1992	4	2	50	2	0	-	2	50
1993	4	2	50	2	0	-	2	50
1994	6	4	66,7	4	0	-	2	33,3
1995	6	4	66,7	4	0	-	2	33,3
1996	7	5	71,4	5	0	-	2	28,6
1997	9	7	77,8	7	0	-	2	22,2
1998	10	8	80,0	8	0	-	2	20,0
1999	10	8	80,0	8	0	-	2	20,0
2000	10	8	80,0	8	0	-	2	20,0
2001	12	10	83,3	10	0	-	2	16,7
2002	14	12	85,7	10	2	-	2	14,3
2003	17	15	88,2	12	3	-	2	11,8
2004	17	15	88,2	12	3	-	2	11,8
2005	18	16	88,9	13	3	-	2	11,1
2006	22	20	90,9	17	3	-	2	9,1
2007	23	21	91,3	19	2	-	2	8,7
2008	26	24	92,3	22	2	-	2	7,7
2009	32	29	90,6	27	2	-	3	9,4
2010	31	28	90,3	26	2	-	3	9,7

Fonte: INEP/MEC. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Jataí: evolução da participação percentual de cursos de graduação presenciais por organização acadêmica - 1991-2010

Ano	Total	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	IF e Cefts	Δ%
1991	4	2	50,0	-	-	2	50,0	0	-
1992	4	2	50,0	-	-	2	50,0	0	-
1993	4	2	50,0	-	-	2	50,0	0	-
1994	6	4	66,7	-	-	2	33,3	0	-
1995	6	4	66,7	-	-	2	33,3	0	-
1996	7	5	71,4	-	-	2	28,6	0	-
1997	9	7	77,8	-	-	2	22,2	0	-
1998	10	8	80,0	-	-	2	20,0	0	-
1999	10	8	80,0	-	-	2	20,0	0	-
2000	10	8	80,0	-	-	2	20,0	0	-
2001	12	8	66,8	-	-	2	16,7	2	16,7
2002	14	10	71,4	-	-	2	14,3	2	14,3
2003	17	12	70,6	-	-	2	11,8	3	17,6
2004	17	12	70,6	-	-	2	11,8	3	17,6
2005	18	12	66,7	-	-	2	11,1	4	22,2
2006	22	16	72,7	-	-	2	9,1	4	18,2
2007	23	17	73,9	-	-	2	8,7	4	17,4
2008	26	19	73,1	-	-	2	7,7	5	19,2
2009	32	23	71,9	-	-	3	9,4	6	18,7
2010	31	25	80,6	-	-	3	9,7	3	9,7

Fonte: INEP/MEC. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Jataí: evolução do número de vagas ofertadas na graduação presencial e participação percentual por categoria administrativa - 1991- 2010

Ano	Vagas ofertadas				
	Total	Pública	%	Privada	%
1991	325	85	26,2	240	73,8
1992	325	85	26,2	240	73,8
1993	375	85	22,7	290	77,3
1994	405	165	40,7	240	59,3
1995	405	165	40,7	240	59,3
1996	445	205	46,1	240	53,9
1997	475	235	49,5	240	50,5
1998	515	275	53,4	240	46,6
1999	590	350	59,3	240	40,7
2000	631	350	55,5	281	44,5
2001	690	450	65,2	240	34,8
2002	690	450	65,2	240	34,8
2003	850	610	71,8	240	28,2
2004	708	460	65,0	248	35,0
2005	700	460	65,7	240	34,3
2006	960	720	75,0	240	25,0
2007	1.085	845	77,9	240	22,1
2008	1.195	965	80,8	230	19,2
2009	1.330	1.120	84,2	210	15,8
2010	1.640	1.300	79,3	340	20,7

Fonte: INEP/MEC. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Jataí: evolução da participação percentual de vagas de graduação por organização acadêmica - 1991 – 2010

Ano	Total	Universidades	%	Centros universitários	%	Faculdades	%	IF e Cefet	Δ%
1991	325	85	26,2	-	-	240	73,8	0	-
1992	325	85	26,2	-	-	240	73,8	0	-
1993	375	85	22,7	-	-	290	77,3	0	-
1994	405	165	40,7	-	-	240	59,3	0	-
1995	405	165	40,7	-	-	240	59,3	0	-
1996	445	205	46,1	-	-	240	53,9	0	-
1997	475	235	49,5	-	-	240	50,5	0	-
1998	515	275	53,4	-	-	240	46,6	0	-
1999	590	350	59,3	-	-	240	40,7	0	-
2000	631	350	55,5	-	-	281	44,5	0	-
2001	690	350	50,7	-	-	240	34,8	100	14,5
2002	690	350	50,7	-	-	240	34,8	100	14,5
2003	850	510	60,0	-	-	240	28,2	100	11,8
2004	708	360	50,9	-	-	248	35,0	100	14,1
2005	700	360	51,4	-	-	240	34,3	100	14,3
2006	960	620	64,6	-	-	240	25,0	100	10,4
2007	1.085	725	66,8	-	-	240	22,1	120	11,1
2008	1.195	785	65,7	-	-	230	19,2	180	15,1
2009	1.330	960	72,2	-	-	210	15,8	160	12,0
2010	1.640	1.100	67,1	-	-	340	20,7	200	12,2

Fonte: INEP/MEC. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).



Jataí: vagas oferecidas dos cursos de graduação presenciais, candidatos inscritos por vestibular e por outros processos seletivos, ingressos por processo seletivo, vagas não preenchidas - 1991-2010

Ano	Vagas	Candidatos	Candidato/Vaga	Ingressos	Vagas não preenchidas	%
1991	325	555	1,7	281	44	13,5
1992	325	311	0,9	222	103	31,7
1993	375	592	1,6	299	76	20,3
1994	405	633	1,6	298	107	26,4
1995	405	650	1,6	289	116	28,6
1996	445	1.200	2,7	397	48	10,8
1997	475	2.143	4,5	451	24	5,0
1998	515	1.353	2,6	479	36	7,0
1999	590	1.114	1,9	593	0	0
2000	631	1.763	2,8	624	7	1,1
2001	690	2.757	4,0	687	3	0,4
2002	690	2.516	3,6	687	3	0,4
2003	850	3.035	3,6	825	25	2,9
2004	708	2.566	3,6	682	26	3,7
2005	700	2.410	3,4	613	87	12,4
2006	960	3.126	3,2	875	85	8,8
2007	1.085	3.166	2,9	937	148	13,6
2008	1.195	2.982	2,5	979	216	18,1
2009	1.330	4.141	3,1	1.120	210	15,8
2010	1.640	4.220	2,6	1074	566	34,5

Fonte: INEP/MEC. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).

Jataí: relação candidato/vaga das IES federais, estaduais e particulares de 1991-2010

Ano	Federal			Estadual			Particular		
	Vagas	Candidatos	Candidato/Vaga	Vagas	Candidatos	Candidato/Vaga	Vagas	Candidatos	Candidato/Vaga
1991	85	134	1,6	0	0	0	240	421	1,7
1992	85	108	1,3	0	0	0	240	203	0,8
1993	85	89	1,0	0	0	0	290	503	1,7
1994	165	244	1,5	0	0	0	240	389	1,6
1995	165	199	1,2	0	0	0	240	451	1,9
1996	205	269	1,3	0	0	0	240	931	3,9
1997	235	1.266	5,4	0	0	0	240	877	3,6
1998	275	689	2,5	0	0	0	240	664	2,8
1999	350	874	2,5	0	0	0	240	240	1,0
2000	350	1.009	2,9	0	0	0	281	754	2,7
2001	450	1.933	4,3	0	0	0	240	824	3,4
2002	450	1.911	4,2	0	0	0	240	605	2,5
2003	560	2.380	4,2	50	32	0,6	240	623	2,6
2004	460	2.076	4,5	0	0	0	248	490	2,0
2005	460	2.004	4,4	0	0	0	240	406	1,7
2006	640	2.643	4,1	80	279	3,5	240	204	0,8
2007	765	2.666	3,5	80	239	3,0	240	261	1,1
2008	885	2.364	2,7	80	434	5,4	230	184	0,8
2009	1.040	3.672	3,5	80	327	4,1	210	142	0,7
2010	1.220	3.614	3,0	80	333	4,2	340	273	0,8

Fonte: INEP/MEC. Tabela construída a partir de dados retirados de informações estatísticas educacionais dos municípios de 1991 a 2010 (BRASIL, MEC, Inep, 2011).